



3 1735 039 997 279

Reid Andrews

negros e
brancos em
são paulo

(1888 - 1988)




EDUSC

Editora da Universidade do Sagrado Coração

George Reid Andrews apresenta a primeira história totalmente documentada da desigualdade racial brasileira, desde a abolição em 1888, até o final da década de 1980. Na medida em que mostra como as mudanças econômicas, sociais e políticas, ocorridas no Brasil nos últimos cem anos, moldaram as relações raciais, contribui para alterar a imagem de "democracia racial" de que nosso país desfrutou durante grande parte do século XX. Não existe no Brasil nenhuma lei de segregação ou *apartheid*, mas Andrews - a partir das transformações ocorridas em São Paulo - acompanha no tempo a profunda discriminação contra os afro-brasileiros.

No decorrer do processo de transição, de uma economia baseada na agricultura, para a maior sociedade urbana e industrializada da América do Sul, as relações raciais foram afetadas e suas evidências largamente apontadas pelo autor. O livro concentra-se, num primeiro momento, nas dificuldades encontradas pelos afro-brasileiros para ingressar na classe trabalhadora agrícola e urbana, após a abolição. O liberto enfrenta, no mercado de trabalho, a concorrência do imigrante europeu, privilegiado pelas políticas estatais.

No final da década de 1920, com o declínio da imigração, a mão-de-obra negra começa a ser empregada na agricultura e indústria em termos de quase-

George Reid Andrews



negros e
brancos em
são paulo

(1888 - 1988)


EDUSC

Editora da Universidade do Sagrado Coração

George Reid Andrews

negros e brancos em são paulo

(1888 - 1988)

Revisão técnica e apresentação:
MARIA LIGIA COELHO PRADO

Livraria Galáxia Ltda.

Rua México 31 - Loja A

Tel. 240.0026 / Telefax 240.0026



Editora da Universidade do Sagrado Coração

A566n

Andrews, George Reid, 1951 -

Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988) / George Reid Andrews; tradução: Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Ligia Coelho Prado. - Bauru, SP: EDUSC, 1998.

444p.: il.; 23cm.

ISBN: 85-86259-19-5

Tradução de: Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988

1. Negros - São Paulo (Estado) - História - Séc. XX. 2. Negros - São Paulo (Estado) - Condições sociais. 3. Discriminação racial - São Paulo - História - Séc. XX. 4. Participação política - São Paulo (Estado) - história - Séc. XX. 5. São Paulo (Estado) - Relações Raciais. I. Título.

CDD-981.6100496

ISBN 0-299-13104-1 (original)

Copyright© 1991, The Board of Regents of the University of Wisconsin System
Copyright© de tradução 1998 EDUSC

*Tradução realizada a partir da 1ª edição (1991)
Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa
para o Brasil adquiridos pela*
EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

Rua Irmã Arminda, 10-50

CEP 17044-160

Caixa Postal, 511

Fone (014) 235-7111

Fax (014) 235-7219

Bauru - SP

e-mail: edusc@usc.br

George Reid Andrews

negros e
brancos em
sã~o paulo

(1888 - 1988)

Tradução:

Magda Lopes

Revisão técnica e apresentação:

Maria Ligia Coelho Prado



CÍRCULO
DE ESTUDOS
SOCIAIS



Editora da Universidade do Sagrado Coração

Coordenação Editorial

Irmã Jacinta Turolo Garcia

Assessoria Administrativa

Irmã Teresa Ana Sofiatti

Assessoria Comercial

Irmã Áurea de Almeida Nascimento

Coordenação da Coleção Ciências Sociais

Luiz Eugênio Vécio



ciências
sociais

CONTÁDU

10 Prefácio de Barbara Mahler Andrews
11 Prefácio de George Reid Andrews
12 Prefácio de George Reid Andrews
13 Prefácio de George Reid Andrews
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

A Meus Pais,
Barbara Mahler Andrews e
George Reid Andrews
(1915-1977)



Universidade Estadual de Santa Catarina

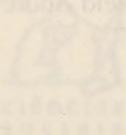
Coordenação de Editorial
Irmã Jacinete Turcato Garcia

Assessoria Administrativa
Irmã Teresa Ana Schiani

Assessoria Comercial
Irmã Anice de Almeida Nascimento

Coordenação de Redação e Edição
Irmã Eugênia Vercio

A Nova Lib
Bairros: Marly, Anísio e
George, José, Antônio
(1972-1973)



sumário

8	Relação de Tabelas
9	Agradecimentos
11	Apresentação
15	Prefácio à edição brasileira
21	Capítulo 1. Introdução
	Parte 1. Trabalhadores
53	Capítulo 2. Escravidão e Abolição, 1800-1890
93	Capítulo 3. Imigração, 1890-1930
149	Capítulo 4. Trabalhando, 1920-1960
	Parte 2. A Classe Média
197	Capítulo 5. Vivendo em uma Democracia Racial, 1900-1940
243	Capítulo 6. Ascensão dos Negros, 1940-1988
283	Capítulo 7. Organização, 1945-1988
	Parte 3. Passado, Presente, Futuro
329	Capítulo 8. Cem Anos de Liberdade: 13 de maio de 1988
361	Capítulo 9. Olhando para Trás, Olhando para Frente
	Apêndice. Bibliografia selecionada
377	Apêndice A. População do Estado de São Paulo, 1800-1980
379	Apêndice B. Terminologia Racial Brasileira
393	Apêndice C. Registros de Pessoal nas Companhias Jafet e São Paulo Tramway, Light, and Power
399	Bibliografia Selecionada
403	Outras fontes
425	Índice Remissivo

relação de tabelas

- 3.1. Distribuição Percentual dos Brasileiros e Imigrantes na Força de Trabalho na Cidade de São Paulo, 1920, por Áreas Seleccionadas da Economia.
- 3.2. Distribuição Percentual dos Indivíduos Alguma Vez Casados, 1950, por Raça e Década de Nascimento.
- 4.1. Distribuição Percentual dos Trabalhadores Contratados na Jafet, 1920-1960, por Raça.
- 4.2. Distribuição Percentual dos Trabalhadores Contratados na São Paulo Light, 1921-1960, por Raça.
- 4.3. Distribuição Percentual dos Trabalhadores Contratados na COBAST, 1921-1950, por Raça.
- 4.4. Distribuição Percentual de Trabalhadores Brasileiros Natos Contratados pela Jafet e pela São Paulo Light, 1930-1960, por Local de Nascimento.
- 4.5. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Beneficiários Indicados pelos Trabalhadores da Jafet, por Raça.
- 4.6. Distribuição Percentual da Ocupação Anterior e da Designação para o Primeiro Emprego dos Trabalhadores da São Paulo Light, por Raça.
- 4.7. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da São Paulo Light e da Jafet, pela Maneira de Deixar a Firma.
- 4.8. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da São Paulo Light, por Razão da Demissão.
- 4.9. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da Jafet, por Razão da Demissão ou Afastamento Involuntário.
- 4.10. Distribuição Percentual dos Trabalhadores Violentamente Demitidos, por Local de Trabalho e Raça.
- 4.11. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da Jafet, por Razão do Afastamento.
- 5.1. Profissionais Liberais, Empresários e Funcionários Públicos no Estado de São Paulo, 1940.
- 6.1. Ganhos Médios dos Trabalhadores em Áreas Seleccionadas da Economia, Estado de São Paulo, 1980.
- 6.2. Distribuição Percentual da Força de Trabalho em Áreas Seleccionadas da Economia, Estado de São Paulo, 1980, por Raça.
- C.1. Amostra dos Trabalhadores da Indústria Jafet, 1910-1935, utilizando-se Documentação Anterior a 1935.
- C.2. Amostra dos Trabalhadores da Jafet, 1935-1960, utilizando-se Documentação Anterior a 1935.
- C.3. Amostra dos Trabalhadores da São Paulo Light, 1909-1960, utilizando-se Documentação Posterior a 1935.

agradecimentos

Como sempre, meus primeiros e mais profundos agradecimentos vão à minha família, que deixou amigos, casa, escola e trabalho na cidade mais agradável dos Estados Unidos para passar um ano comigo em São Paulo. Compreendi tanta coisa naquele ano através de seus olhos quanto através dos meus. Vários anos depois, minha esposa, Roye A. Werner, leu o primeiro rascunho do manuscrito, fez valiosas sugestões editoriais e contribuiu com sua visão perspicaz da vida brasileira moderna.

Vários amigos e colegas dos Estados Unidos ajudaram-me a iniciar este projeto e levá-lo até o fim. Emília Viotti da Costa, Seymour Drescher, John French, Ramón Gutiérrez, Thomas Holloway, Harold Sims e Thomas Skidmore proporcionaram-me apoio e estímulos nos primeiros estágios. Quando me envolvi mais no projeto, Enrique Amayo, John French, Dale Graden, Catherine Lugar e Joel Wolfe ofereceram-me citações e dados de suas próprias pesquisas, e Thomas Skidmore fez críticas e comentários úteis sobre o penúltimo rascunho do manuscrito. Tenho um débito particular com Thomas Holloway, que me forneceu abundante material primário reunido durante seu próprio trabalho em São Paulo, e que submeteu este manuscrito a uma crítica rigorosa e profunda, que o melhorou enormemente. Durante todo este projeto ele foi um modelo de colega generoso.

Durante minha primeira viagem de pesquisa ao Brasil, em 1983, Hamilton Cardoso, Boris Fausto, Florestan Fernandes, Michael Hall, Clóvis Moura, João Baptista Borges Pereira, Paulo Sérgio Pinheiro, Dea Ribeiro Fenelon e Robert Slenes ofereceram-me conselhos e sugestões úteis. Fui carinhosamente recebido pelos membros do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, naquela época sob a direção de Regis Castro de Andrade, que me convidou para voltar como pesquisador visitante em 1984-1985. Durante aquele ano de pesquisa, Yara Maria Aun Khoury e Paulo Sérgio Pinheiro proporcionaram-me uma ajuda indispensável, auxiliando-me no acesso aos arquivos utilizados no Capítulo 4. E sou profundamente grato a Miriam Nicolau Ferrara, que graciosamente convidou-me a freqüentar sua casa durante um período de vários meses para trabalhar com a sua coleção de jornais afro-brasi-

lações raciais no Brasil. Enfrentando tal problema com vigor, o livro é uma consistente denúncia da discriminação e do preconceito contra os negros em São Paulo e no Brasil.

A publicação deste livro ganha importância na medida em que poucos textos da nova geração dos chamados brasilianistas, que se dedicam a estudar a República, têm chegado ao público brasileiro. A historiografia norte-americana sobre o período republicano, produzida pela “velha” geração, ganhou bastante destaque e foi alvo de discussões acaloradas por parte dos historiadores brasileiros. Penso, especialmente, em autores como Warren Dean, Joseph Love, Robert Levine, Richard Graham ou Thomas Skidmore.

Porém, não se conhece muito sobre as gerações mais jovens, pois apenas alguns de seus estudos mais importantes foram traduzidos. Entre eles, lembro o livro de Barbara Weinstein sobre a borracha na Amazônia, o trabalho de John French sobre os operários no ABC, a pesquisa de Jelff Needell sobre a cultura da *belle époque* no Rio de Janeiro, ou o texto de Jeff Lesser sobre os judeus durante o período Vargas. Mas ainda estão à espera de ser publicados no Brasil muitos outros significativos trabalhos. Assim, a pesquisa de Todd Diacon sobre o Contestado, que traz uma interessante interpretação sobre o movimento ou o livro de Barbara Weinstein que inova o debate sobre o tema do controle social no Brasil contemporâneo, enfocando a atuação do SENAI e do Sesi. Cabe, ainda, lembrar o estudo de Steven Topik sobre o Estado e a economia da Primeira República, o de Susan Besse sobre a “modernização” das desigualdades de gênero nos anos 20 e 30, o de Teresa Mead sobre as iniciativas para “civilizar” o Rio de Janeiro no começo do século ou o de Joel Wolfe sobre os trabalhadores metalúrgicos e têxteis - homens e mulheres - em São Paulo, na primeira metade do século.

Nem sempre, todavia, os textos dos brasilianistas foram bem recebidos no Brasil. Deixando de lado as questões políticas e ideológicas - especialmente fortes durante a ditadura militar - uma das acusações mais frequentes tem sido a de que os norte-americanos ignoram a historiografia brasileira sobre o tema estudado. Esta perspectiva excludente e auto-centrada tem se alterado bastante nos tempos recentes. Reid Andrews é um bom exemplo dessa mudança, pois estabelece um frutífero diálogo com a produção brasileira, escolhendo Gilberto Freyre e Florestan Fernan-

des como interlocutores privilegiados. A tese do primeiro sobre a democracia racial e a questão do segundo sobre as peculiaridades da inserção do negro na sociedade de classes se transformam em referências básicas para o levantamento das principais hipóteses da pesquisa de Andrews.

Discordando frontalmente de Freyre, Anrews vai, no entanto, questionar de forma respeitosa, mas contundente, algumas das teses de Fernandes. Demonstra que os problemas - reais, sem dúvida - da falta de habilidades dos negros para enfrentar o mercado estão em segundo plano, frente às imposições de ordem política e institucional levadas a cabo pelo Estado republicano.

O livro está dividido em três partes. Na primeira - Trabalhadores - uma pesquisa exaustiva coloca, de maneira extremamente original, as relações de competição no mercado de trabalho entre negros libertos e imigrantes recém chegados, mostrando como o Estado privilegia estes últimos e fecha aos negros possibilidades concretas de inserção no mercado. O capítulo sobre a imigração é brilhante pela abordagem inovadora da questão. Ninguém havia, anteriormente, estabelecido de maneira tão precisa o papel do Estado como árbitro na competição entre negros e imigrantes brancos pelo mercado de trabalho. Representante dos interesses dos fazendeiros, o poder instituído põe em prática uma política de subsídios que favorece claramente os imigrantes, impedindo os negros de disputarem em termos de igualdade de oportunidades os melhores lugares do mercado, primeiro nas fazendas e, posteriormente, nas cidades.

Outro de seus temas originais - na segunda parte do livro - refere-se à formação da classe média negra, sobre a qual havia muito pouca pesquisa anteriormente realizada. Reid compara, mais uma vez, as poucas oportunidades e as dificuldades de ascensão dos negros, em relação à maioria branca. Esta fica com os melhores empregos, deixando aos negros os lugares menos cobiçados e mais mal pagos.

O capítulo que discute a organização política dos negros é muito interessante, pois oferece uma visão abrangente desses movimentos e procura estabelecer relações entre eles e as questões sócio-culturais mais amplas. Indicam como durante todo o período republicano, os negros não estiveram passivos, a olhar de fora a sociedade dos brancos. Mostra como eles se organizaram e propuseram soluções para os problemas da discriminação e do preconceito.

O autor mistura otimismo e pessimismo em sua análise sobre essas organizações. De um lado, crê que os movimentos negros obrigaram a sociedade brasileira a se colocar frente à realidade da inexistência de uma democracia racial no país, fazendo com que florescesse uma reflexão crítica sobre essa questão. Por outro lado, entende que o caminho para uma verdadeira democracia racial é longo e difícil, pois tem que ser cumprido sem muitos recursos num ambiente político que historicamente tem demonstrado resistência à mudança e a inovação.

A terceira parte - Passado, Presente, Futuro - é a mais polêmica, já que o autor aponta seu próprio país, os Estados Unidos, como modelo de relações raciais, tendo dificuldades de propor outras saídas para os movimentos negros no Brasil, fora dos parâmetros colocados pela sociedade norte-americana. Esta perspectiva é bastante controvertida, mas Reid Andrews a assume com a explícita intenção de trabalhar para a possível superação do preconceito racial em nosso país. Ao mesmo tempo, o autor nos leva a pensar que as formas de organização, os temas, as bandeiras e as estratégias de luta dos movimentos negros no Brasil precisam estar ancorados nas marcas deixadas pela história e cultura brasileiras.

Sem dúvida, esta coleção da EDUSC começa auspiciosamente com a publicação de um volume como o de Reid Andrews. Há um conjunto de qualidades neste livro que chama a atenção do leitor: a temática tem extrema relevância, a pesquisa se distingue pela seriedade, os argumentos argutos e bem sustentados apresentam grande sutileza e, finalmente, as análises desenvolvidas são inovadoras e inteligentes. Além disso, estou certa de que, ao recuperar tão cuidadosamente a trajetória dos negros depois da abolição em São Paulo, este livro poderá contribuir efetivamente para ampliar as discussões sobre os fundamentais problemas das relações raciais no Brasil contemporâneo.

Maria Lígia Coelho Prado

prefácio à edição brasileira

A edição brasileira deste livro sai só depois duma longa luta e muita persistência. Ela nunca se teria concretizado sem o apoio e a ajuda indispensáveis de vários amigos e colegas. Agradeço profundamente a Paulo Sérgio Pinheiro e Robert Slenes por suas valiosas tentativas de encaminhar tal edição; à Maria Lígia Prado por sua intervenção decisiva e, especialmente, a Enrique Amayo por ter iniciado os contatos com a EDUSC que levaram à tradução e publicação do mesmo.

Não tem nada de estranho que um autor encontre dificuldades em editar a sua obra, especialmente no Brasil, onde os custos de produção nos últimos anos têm sido tão altos, e a demanda para livros acadêmicos especializados bastante restringida. Mas, no caso específico deste livro, me informaram as editoras com as quais falei (e falei com muitas), os obstáculos foram maiores ainda. "Qualquer livro sobre os negros não vai ter mercado," asseguraram-me. "Salvo alguns intelectuais, ninguém quer saber deste tema. Desculpe a nossa franqueza, mas o seu livro é simplesmente ineditável no Brasil."

Felizmente aquelas previsões não foram corretas pelo menos a respeito da editabilidade do livro. Respeito às vendas, já o veremos! Mas aqui também, acho que as editoras estiveram equivocadas. No curso das minhas pesquisas no Brasil, eu encontrei, não uma falta de interesse nos temas raciais e à história negra, senão uma verdadeira fascinação com as questões raciais e uma vontade para discutí-las a fundo. E esta vontade não se restringia só aos intelectuais, senão que foi amplamente difundida entre as várias camadas da sociedade brasileira.

Tal interesse reflete, obviamente, a enorme importância da cor e da raça no processo histórico da formação da sociedade brasileira. A evolução histórica, que começou com a escravidão negra, passou pelo sonho nacional de europeização e branqueamento na virada do século XX, para chegar nos anos 30 àquele outro sonho nacional, bem mais progressista, da democracia racial, a raça teve sempre um papel central nas tentativas de formar

e definir o Brasil como uma sociedade e uma nação. Desde o século XIX até o momento atual, a raça foi tema obrigatório para as maiores figuras da intelectualidade brasileira, algumas das quais comentadas neste livro. E ao nível popular, olha só o sucesso recente da revista Raça Brasil, dedicada aos assuntos negros, que vende mais de 200000 exemplares de cada número. Assim, não aceito que o público brasileiro não se interesse por temas raciais.

O que, sim, posso aceitar é que o público brasileiro não se interessa por livros escritos por autores desconhecidos, estrangeiros, sem o conhecimento profundo da sociedade brasileira que exige longos anos de experiência, ou uma vida inteira, vivida no país. O que um historiador norte-americano pode contar para os leitores brasileiros que eles já não saibam, ou que não possam encontrar nas obras dos seus próprios historiadores e escritores nacionais? E efetivamente, tenho que confessar, bem pouco... É notório que nós, os brasilianistas, dependemos enormemente dos nossos colegas para nos interessar no conhecimento e compreensão dos fenômenos que estamos pesquisando. Em grande parte, a função profissional dos brasilianistas consiste em informar nossos alunos e leitores norte-americanos dos recentes avanços na literatura brasileira, resumindo e sintetizando os resultados das mais importantes pesquisas feitas pelos estudiosos brasileiros. Assim que, como o leitor vai ver, uma grande parte deste livro, tanto os dados empíricos quanto o esquema geral, provém dos trabalhos realizados por meus colegas brasileiros, a quem minha dívida intelectual é enorme.

Mas acho também que o trabalho de sintetizar, de resumir, de avaliar e, às vezes, de criticar, não é totalmente parasítico. No processo de síntese, o pesquisador tem a possibilidade de criar alguma coisa nova e de valor, que possa contribuir no desenvolvimento dos nossos conhecimentos sobre o tema. No caso deste livro, tentei armar uma visão global da evolução das relações raciais no Estado mais rico e populoso do Brasil durante o século que começou com a abolição da escravidão e terminou com as comemorações nacionais do centenário desse acontecimento histórico. Tentei mostrar as ligações entre o desenvolvimento duma sociedade moderna, industrializada, urbanizada e a manutenção (e transformação) de fortes desigualdades raciais. Não conheço nenhum estudo parecido para qualquer outro Estado brasileiro; e

para o Estado de São Paulo, só os livros clássicos do Florestan Fernandes e Roger Bastide, que terminam nos anos 50 e 60, tentam o mesmo grau de compreensão na abordagem.

Espero, e acredito, que um estudo deste tipo possa ter alguma utilidade para os leitores brasileiros. De fato o livro foi escrito num processo de diálogo constante com os autores e colegas brasileiros, e pensando, tanto futuros leitores brasileiros, quanto nos norte-americanos. Foi escrito também, como sugere o último capítulo, pensando não só no passado das relações raciais no Brasil, senão no presente e no futuro. O futuro do ano 1990, quando eu terminava o livro, é agora o presente, e o passado recente. Não esperaríamos grandes mudanças num período tão curto; e, efetivamente, em muitos aspectos nada mudou. Os trabalhadores negros ainda ganham menos do que os brancos; os atos de discriminação persistem; e nas periferias e nos bairros pobres a violência também persiste, e os adolescentes e crianças negros continuam morrendo.

Em outras áreas, porém, as mudanças no modelo racial brasileiro, iniciadas nos anos 80, têm sido continuadas e aprofundadas. A discriminação persiste, mas a Lei 7.716 de 1989, punindo os atos de racismo motivou três vezes o número de denúncias nos dois primeiros anos de vigência (1989-90) que durante os 34 anos (1954-1988) da Lei Afonso Arinos, e mais condenações também. No Estado da Bahia, só em 1995 entraram 19 casos de discriminação nos tribunais mais do que no período inteiro da Lei Afonso Arinos.¹ Na esfera política, os negros ainda estão fortemente sub-representados nas posições eletivas. Mas algumas barreiras foram quebradas com a eleição em 1990 de três governadores negros (João Alves, Sergipe; Albuino Azevedo, Espírito Santo; Alceu Collares, Rio Grande do Sul), “fato inédito na História do país,” segundo *Veja*; em 1994 da primeira senadora negra (Benedita da Silva, Rio de Janeiro); e em 1996 do primeiro prefeito negro da maior cidade do país (Celso Pitta, São Paulo).²

Destes políticos bem sucedidos, Benedita da Silva é a única diretamente ligada ao movimento negro. A fraqueza eleitoral

1. “Racismo em SP motiva 64 processos em 2 anos” Folha de S. Paulo (27/1/91); “Jornalista se diz vítima de racismo,” Tribuna da Bahia (14/11/95).

2. “Negros no governo”, *Veja* (5/12/90), pp. 40-41.

mostrada pelo movimento nos anos 80 continuou vigente nos anos 90, levando muitos observadores, inclusive eu, a pensar que talvez o momento histórico da mobilização negra já tivesse passado.³ Visitando o país em 1996, porém, encontrei uma nova geração de militantes negros e um claro processo de renovação e rejuvenescimento do movimento. Notei também o surgimento de novas modalidades de mobilização, como por exemplo a organização das mulheres negras, Geledés, em São Paulo, ou das crianças e adolescentes pobres, CEAP, no Rio de Janeiro, ou os blocos afros na Bahia. A energia, talento e dedicação destes grupos é tal que eu acho muito cedo ainda para apostar no fim do movimento negro.

As conquistas desse movimento são visíveis numa outra mudança fundamental que começou nos anos 80 e que tem-se aprofundado nos anos 90: o reconhecimento oficial do problema racial no Brasil. Este processo, diretamente provocado pela atuação dos militantes negros, atingiu uma visibilidade nacional nos debates públicos sobre a comemoração do centenário da abolição em 1988, e a aprovação da lei anti-discriminatória de 1989. E tem continuado nos anos 90 na mídia e política nacional. Penso, por exemplo, na importantíssima pesquisa na Folha de S. Paulo sobre as atitudes e preconceitos raciais no país, ou nos comentários e debates provocados pelas comemorações nacionais do tricentenário de Zumbi.⁴ Mais importante ainda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (um desses grandes intelectuais, referidos acima, que na sua obra acadêmica confrontou a questão das desigualdades raciais) reconheceu a necessidade de uma ação governamental contra o racismo e as desigualdades raciais, formando um Grupo Interministerial de Trabalho para assuntos negros e propondo “ações afirmativas” e “políticas compensatórias” para promover a ascensão social e econômica da população negra.⁵

3. George Reid Andrews, “Black Political Mobilization in Brazil, 1975-1990,” em George Reid Andrews e Herrick Chapman, orgs., *The Social Construction of Democracy* (Londres e Nova York, 1995).

4. Cleusa Turra e Gustavo Venturi, orgs., *Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil* (São Paulo, 1995); Vilma Gryzinski, “O mais novo herói do Brasil” *Veja* (22/11/95), 64-80; ver também “À sombra da escravidão”, *Veja* (15/5/95), 52-65.

5. “Cardoso diz que há racismo no Brasil,” *Tribuna da Bahia* (28/2/96); Presidência da República, Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasília, 1996), 29-31.

prefácio à edição brasileira

Alguns leitores me responderão que estas mudanças são principalmente simbólicas, sem quase nenhum impacto concreto. Até certo ponto, têm razão; mas os símbolos também têm a sua realidade e as suas conseqüências. A cor e a raça nada mais são do que símbolos; mas como este livro tenta mostrar, os seus impactos na vida brasileira foram, e são, enormes. Semelhantes aos outros símbolos nacionais, que durante quase toda a história brasileira foram sempre orientados à aceitação e justificação, ou à negação, das enormes desigualdades da sociedade brasileira. Estes mitos e auto-representações nacionais têm um poder e importância imensos; assim, qualquer mudança no discurso oficial ou semi-oficial sobre as questões raciais, e especialmente as mudanças verdadeiramente radicais dos últimos dez anos, eu vejo como extremamente significativa. Mesmo que a palavra já tenha passado de moda, não acredito ser exagerado falar de uma genuína abertura no pensamento (e até certo ponto atuação) público sobre as relações raciais no Brasil. Essa abertura foi o produto duma longa e árdua campanha de mobilização e luta realizada pelos movimentos negros; abre, e abrirá maiores possibilidades para novos avanços e conquistas sociais no futuro; e, como previu o saudoso Florestan Fernandes, levará diretamente para um Brasil mais justo e democrático.

Desculpem um otimismo talvez excessivo; mas é o Brasil mesmo que tem a culpa. O país me inspirou com uma história de luta social democrática demais para não entusiasmar-me; e me contagiou com o seu espírito nacional de esperança inabalável. Fico profundamente agradecido por tudo e, especialmente agora, pela atenção.

George Reid Andrews
Pittsburg, agosto de 1997

O autor revisou esta tradução e propôs algumas alterações em relação ao texto original, justificando que - ao público brasileiro - seriam dispensáveis certas explicitações, necessárias ao leitor norte-americano.

Luiz Eugênio Vêscio
Coordenador da Coleção

introdução

Em 1975 e 1976, minha esposa e eu moramos durante oito meses na Argentina, enquanto realizei pesquisas para um livro sobre a história dos negros no século XIX naquele país. Em nossa volta para casa, passamos um mês viajando pelo Brasil. Embora na ocasião eu não tenha me dado conta, durante essa viagem tomei a decisão de algum dia voltar. Não somente porque o país era por si só atraente e fascinante, mas porque para alguém interessado na história dos negros - particularmente na história dos negros na América Latina - era evidentemente o lugar mais adequado. Tendo recebido durante o período colonial e no século XIX mais africanos que qualquer outra nação do Novo Mundo, e abrigando atualmente a segunda maior população negra¹ do mundo, em termos numéricos absolutos, o Brasil é o capítulo mais importante da história afro-americana (usando o termo em seu sentido pan-hemisférico).²

No transcurso deste século, as retratações dessa história tiveram uma evolução notável. A despeito do fato de ter escraviza-

1. "Negro" é usado aqui para se referir tanto às pessoas de raça negra pura quanto aos mestiços de ancestralidade negra, chamados no Brasil de pretos (negros) e pardos (mulatos). Vai manter esse sentido durante o livro todo e será usado alternadamente com "afro-brasileiro". Isto corresponde ao uso brasileiro atual, que tende a agrupar os pardos e os negros sob o título de negros. Ao mesmo tempo, no entanto, os brasileiros continuam a distinguir entre pardos e pretos, e vou utilizar também estes termos mais específicos. Para uma discussão mais ampla da terminologia racial no Brasil, ver o Apêndice B.

2. Segundo o censo de 1980, dos 119 milhões de habitantes do Brasil, 53,3 milhões eram afro-brasileiros: 7,1 milhões de pretos e 46,2 milhões de pardos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (daqui em diante, IBGE), *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil* (Rio de Janeiro, 1983), tabela 1.11, pp. 34-35. Isto era o dobro da população negra dos Estados Unidos, que em 1980 era de 26,7 milhões. United States Bureau of the Census, *Statistical Abstract of the United States, 1987* (Washington, D.C., 1986), p. 17. A Nigéria, com uma população estimada de 84,7 milhões em 1980, é o único país do mundo com uma população negra maior que a do Brasil.

do mais africanos que qualquer outra nação americana e de ter sido o último país do mundo cristão a abolir a escravidão (em 1888), entre 1900 e 1950 o Brasil cultivou com sucesso uma imagem de si mesmo como a primeira "democracia racial" do mundo, uma terra em que negros e brancos conviviam harmonicamente sob condições de quase completa igualdade. Essa imagem só foi seriamente questionada na década de 1950, quando pesquisadores subsidiados pela UNESCO, buscando a explicação do idílio racial no Brasil, documentaram em vez disso uma forte desigualdade racial e uma ampla difusão de atitudes e estereótipos antinegros. E após um hiato de pesquisas sobre as questões raciais, imposto pelos governos militares da década de 1960, o novo trabalho realizado nas décadas de 1970 e 1980 foi ainda mais crítico das realidades raciais brasileiras, algumas delas chegando ao ponto de caracterizar o Brasil como uma África do Sul sem *apartheid*.³

3. Para sumários úteis da produção sobre as relações raciais no Brasil, ver o ensaio de Emília Viotti da Costa "*The Myth of Racial Democracy: A Legacy of the Empire*", em seu *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago, 1985); Thomas E. Skidmore, "*Race and Class in Brazil: Historical Perspectives*", em Pierre-Michel Fontaine, ed., *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles, 1985); e Pierre-Michel Fontaine, "Research in the Political Economy of Afro-Latin America", *Latin American Research Review* 12, 1 (1980), pp. 111-141. A obra da geração de críticos pós-1970 está amplamente discutida no capítulo 6. Comparações da situação racial do Brasil com aquela da África do Sul parecem ter se originado, e são ainda muito freqüentemente ouvidas, entre os mais militantes dos ativistas negros pós 1950, discutidos no capítulo 7. Ver, por exemplo, a análise de Abdias do Nascimento da "democracia racial" brasileira como "a versão sul-americana da União Sul-Africana ... O apartheid é uma política que é separada, mas igual, à 'democracia racial' no Brasil." *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (Rio de Janeiro, 1978), p. 87. Nos últimos anos, porém, as comparações Brasil-África do Sul passaram a integrar um discurso político mais amplamente aceito, particularmente pela Esquerda. O cientista político Paulo Sérgio Pinheiro compara os sistemas raciais dos dois países em "Racismo à brasileira", *Folha de São Paulo* (12 de dezembro de 1984), p. 23; em "Joana e o paraíso da opressão", *Folha de São Paulo* (23 de setembro de 1984); e em "Cem anos de solidão", Caderno B, Jornal do Brasil (8 de maio de 1988), p. 8, onde descreve a situação brasileira como "*apartheid* implícito" e "*apartheid* não escrito". Luís Inácio "Lula" da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores, que obteve 47 por cento dos votos nacionais nas eleições presidenciais de 1989, também comenta as similaridades entre o *apartheid* e o sistema brasileiro de relações raciais: "Não [se trata de] um *apartheid* de direito, enquanto instituição filosófica, jurídica, e sócio-econômica, embasada em princípios teóricos e na legislação. Mas é um *apartheid* de fato, no sentido político, enquanto [representa] a supremacia de uma elite dominante, branca, para a qual

introdução

Entretanto, uma África do Sul sem *apartheid* não seria uma África do Sul, ou pelo menos não a África do Sul que essa comparação invoca. Os brasileiros que comparam seu país com a África do Sul estão citando o caso mais extremo de desigualdade racial do final do século XX. Mas o que torna esse caso extremo é justamente o que falta no Brasil: um sistema abrangente de discriminação racial imposto à sociedade pelo Estado nacional e executado pelas agências que representam esse Estado. Dizer que o Brasil é uma África do Sul sem *apartheid* é dizer que ele não é absolutamente uma África do Sul - e na verdade não é.

Como veremos no decorrer deste livro, o Brasil é um país de desigualdade racial marcante. Mas é um país em que - ao contrário da África do Sul ou do sul norte-americano segregacionista - a desigualdade racial, pelo menos no século XX, não tem sido imposta pela força da lei. Esta não é uma distinção corriqueira. Quando a discriminação racial é prescrita pela lei, ela opera de uma maneira muito mais rígida e inflexível que nas sociedades em que ela é informal e depende da vontade do indivíduo. A própria cruzeza e evidência dessa discriminação prescrita pela lei tem provado ser seu calcanhar de Aquiles. As injustiças explícitas da segregação e do *apartheid* finalmente mobilizaram milhões de pessoas para lutar contra elas; e essa luta teve um ponto central preponderante no esforço para derrubar a legislação racialmente discriminatória e substituí-la por leis que garantam a igualdade racial.

Em sociedades como o norte dos Estados Unidos ou o Brasil, ao contrário, a ausência de discriminação prescrita pela lei tornou a injustiça racial muito mais difícil de ser combatida. A discriminação deixada ao capricho do indivíduo opera de uma maneira inconsistente e imprevisível, e nem sempre é identificável como tal. Isso pode conduzir a uma incerteza considerável sobre se existe inclusive discriminação, particularmente quando outros fatores oferecem explicações convincentes para a existência de desigualdade racial em uma dada sociedade. É claro, por exemplo, que os negros estão muitíssimo mal representados nos cargos de colarinho branco no Brasil; mas grande parte dessa má representação pode ser atribuída a níveis educacionais inferiores dos

existe uma correlação direta entre a cor da pele e as possibilidades de acesso aos direitos e ao poder." Luís Inácio "Lula" da Silva, "A mistificação da democracia racial", *Folha de São Paulo* (16 de fevereiro de 1988), p. 3.

candidatos negros aos empregos, em comparação com os brancos, ou à concentração da população negra em áreas rurais ou em regiões economicamente menos dinâmicas do país, que oferecem menores oportunidades para empregos de colarinho branco.

Apesar disso, pesquisas recentes realizadas por sociólogos e economistas têm deixado bastante claro que os fatores estruturais não podem explicar todas as disparidades entre os grupos raciais negros e brancos no Brasil, e que a discriminação na verdade desempenha um papel importante na redução do acesso dos negros a empregos, renda, educação, habitação e aos outros bens públicos e privados oferecidos pela sociedade industrial moderna.⁴ Estas pesquisas, por sua vez, levantam uma série de questões, cujas respostas vão compor a substância deste livro.

Em primeiro lugar, por que existem preconceito e discriminação em um país que tem historicamente se vangloriado da ausência de ambos? Em segundo, como o caráter das relações raciais brasileiras e da desigualdade racial brasileira mudaram no correr do tempo? Seria surpreendente se a hierarquia racial brasileira funcionasse na década de 1980 da mesma maneira que funcionava na década de 1930 ou mesmo na de 1880; e na verdade não funciona. Concretamente, como os padrões de desigualdade racial brasileira se desenvolveram e modificaram durante o período de cem anos decorridos desde a abolição da escravidão?

Tendo identificado como as relações raciais no Brasil se desenvolveram nos últimos cem anos, defrontamo-nos então com a tarefa mais difícil de todas: explicar por que elas se alteraram. Isto vai requerer que situemos a história recente (pós-1888) das relações raciais brasileiras dentro do contexto político, econômico e social mais amplo dentro do qual essa história se desenrolou. Isto, por sua vez, requer pelo menos os rudimentos de um quadro teórico.

perspectivas brasileiras

Um local lógico para se procurar os elementos desse quadro é a obra dos historiadores que antes de nós estudaram as relações raciais brasileiras. Quando se pesquisa essa historiografia,

4. Ver capítulo 6.

introdução

descobre-se que ela tende a se concentrar na experiência da escravidão, tanto como a expressão mais óbvia e evidente da hierarquia racial na experiência nacional do Brasil, como a determinante mais importante da situação racial do Brasil no presente.⁵ Esse enfoque não é impropriedade, visto que, como esses autores conclusivamente demonstraram, a escravidão foi tão disseminada no Brasil durante o período colonial e o século XIX, e esteve tão presente no cerne da sociedade e da economia anteriores a 1888, que teve um impacto ainda maior na conformação do Brasil moderno e nos problemas que esse país enfrenta do que aconteceu nos Estados Unidos. A escravidão esteve em vigor no Brasil durante cento e cinquenta anos antes de se tornar um componente importante da sociedade e da economia norte-americanas, e só foi abolida vinte e cinco anos depois da emancipação nos Estados

5. A historiografia sobre a escravidão brasileira é examinada em Richard Graham, "Brazilian Slavery Re-examined: A Review Article", *Journal of Social History* 3, 4 (1970), pp. 431-453; Stuart B. Schwartz, "Recent Trends in the Study of Slavery in Brazil", *Luso-Brazilian Review* 25, 1 (1988), pp. 1-25; e Robert M. Levine, "Turning on the Lights: Brazilian Slavery Reconsidered One Hundred Years after Abolition", *Latin American Research Review* 24, 2 (1989), pp. 201-217. Para algumas das monografias mais importantes, ver os trabalhos de Gilberto Freyre citados na nota 9, abaixo; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (São Paulo, 1962); Robert E. Conrad, ed., *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983); Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (3a. edição, São Paulo, 1980); Octávio Ianni, *As metamorfoses do escravo: Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional* (São Paulo, 1962); Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850* (Princeton, 1987); Katia M. de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil* (São Paulo, 1982); Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo: Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX* (Rio de Janeiro, 1977); Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835* (Cambridge e Nova York, 1985); Robert Wayne Slenes, "The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888" (dissertação de Ph.D., Universidade de Stanford, 1976); Stanley J. Stein, *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900* (2a. edição, Princeton, 1985). Nos anos recentes foram publicados vários livros sobre as últimas décadas da escravidão no Brasil, e também sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O primeiro desses livros - Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à colônia* (2a. edição, São Paulo, 1982) - continua sendo o melhor.

Unidos; no decorrer da existência da escravidão, foi importado para o Brasil um número de africanos nove a doze vezes maior que aquele importado para os Estados Unidos; e no momento de suas respectivas independências, a proporção de escravos na população do Brasil era mais que o dobro da proporção de escravos na população norte-americana.⁶ Dada a importância óbvia da escravidão na história brasileira, é absolutamente essencial dedicar uma cuidadosa atenção à instituição e a seus impactos a longo prazo nesse país.

Entretanto, examinar a escravidão é apenas o primeiro passo para se considerar seriamente a história racial recente do Brasil, e é um passo que implica alguns riscos. O primeiro deles é aquele de se concentrar na escravidão porque ela é bastante fácil de “ver” e, no processo, negligenciar outras dimensões importantes do passado histórico do Brasil. A escravidão foi uma instituição legal, social e econômica extremamente importante, que deixou extensa evidência escrita de sua existência e de seu desenvolvimento no correr do tempo. A documentação relativa a escravos e senhores ajudou a tornar a escravidão um tópico popular entre os

6. Philip Curtin calcula uma importação total de 3,6 milhões de africanos para o Brasil, versus 399.000 para os Estados Unidos; Robert Conrad estima que “provavelmente mais de 5.000.000 africanos” vieram para o Brasil durante o tráfico de escravos. Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), pp. 116, 268; Robert E. Conrad, *World of Sorrow: The African Slave Trade to Brazil* (Baton Rouge, 1986), p. 192. Estimativas da proporção da população escrava do Brasil no momento da independência variam desde 30,8 por cento (Marcílio) até 48,7 por cento (Merrick e Graham); Dauril Alden propõe um dado intermediário de 38,1 por cento. Maria Luíza Marcílio, “The Population of Colonial Brazil”, em Leslie Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America* (Cambridge e Nova York, 1984), 2, p. 63; Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham, *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present* (Baltimore, 1979), p. 29; Dauril Alden, “Late Colonial Brazil”, em Bethell, *Cambridge History of Latin America*, 2, p. 607. Nos Estados Unidos, ao contrário, o primeiro censo nacional, realizado em 1790, apurou uma população de 17,8 por cento de escravos. United States Bureau of Census, *Negro Population in the United States, 1790-1915* (Washington, D.C., 1918), p. 53. O censo de 1790 indica que uma porcentagem adicional de 1,5 por cento da população dos Estados Unidos era de negros livres; no Brasil, em 1810, a porcentagem correspondente era de 27,8 por cento. Alden, “Late Colonial Brazil”, p. 607.

introdução

historiadores sociais e econômicos do período colonial e do século XIX no Brasil.⁷ Mas até mesmo os historiadores da escravidão expressaram preocupação com respeito à “atração hipnótica que a escravidão, como instituição, exercia sobre os estudiosos”, e sugeriram que os pesquisadores futuros voltassem sua atenção para outros aspectos da sociedade colonial, como, por exemplo, a população livre não pertencente à elite. Sem uma compreensão mais consistente da sociedade abrangente que alojava e cercava a população escrava, dificilmente conseguiremos explicar a evolução das relações raciais brasileiras, tanto antes quanto depois da emancipação.⁸

A menção do período pós-emancipação (1888 até os dias de hoje) suscita o segundo risco de se considerar a escravidão como o determinante primário das relações raciais atuais: a tentação de simplesmente extrapolar a sua história adiante no tempo para explicar os desenvolvimentos do século XX, sem levar em conta as maneiras como as novas condições históricas alteraram e transformaram a herança da escravidão. Os perigos de uma tenta-

7. Frequentemente se afirma que a maior parte dos registros históricos relacionados à escravidão no Brasil foram destruídos por decreto governamental na época da abolição, em 1888. A recente profusão de pesquisas sobre a escravidão no Brasil país demonstra que não foi bem isso que aconteceu; ver também Robert W. Slenes, “O que Rui Barbosa não queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”, *Estudos Econômicos* 13, 1 (1983), pp. 117-149.

8. A.J.R. Russell-Wood, *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil* (Nova York, 1982), p. 22. Ver também os comentários de Laura de Mello e Souza em *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII* (Rio de Janeiro, 1982), p. 222, quando ela declara que no Brasil “o homem livre pobre permaneceu esquecido através dos séculos”, por sua própria sociedade e também pelos historiadores.

Um exemplo recente de uma abordagem mais ampla e mais inclusiva é a obra já citada de Stuart Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, que “não é tanto sobre a escravidão em si, mas sobre o relacionamento entre a produção agrícola e a estrutura geral da sociedade. Em outras palavras, embora a escravidão esteja no âmago do estudo, [ele a considera] o resultado de algumas características econômicas e culturais que são elas próprias influenciadas pelas relações dinâmicas entre escravo e senhor, e entre a escravidão e a sociedade mais ampla. Em outras palavras, a escravidão é considerada aqui como parte de uma estrutura mais ampla de relações sociais e econômicas”. P. XIV.

ção desse tipo estão particularmente evidentes na obra do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), em geral considerado o responsável pela criação do conceito de “democracia racial”.⁹

Em vários livros e artigos publicados entre as décadas de 1930 e 1970, Freyre foi convincente no desenvolvimento do tema de um “Novo Mundo nos trópicos”, do Brasil como uma terra quase (não totalmente, mas quase) isenta de preconceito racial, e que poderia servir de exemplo para o resto do mundo resolver seus problemas raciais. Ele encontrou as raízes desse “Novo Mundo” na experiência colonial do Brasil, e sobretudo em sua experiência supostamente benigna com a escravidão. Enfatizando os níveis relativamente baixos de preconceito racial entre os colonos portugueses no Brasil, e a escassez de mulheres européias na colônia, Freyre argumentou que o Brasil proporcionou o ambiente ideal para a mistura racial entre os senhores europeus e as escravas africanas. A ampla miscigenação “dissolveu” qualquer vestígio de preconceito racial que os portugueses poderiam ter trazido da Europa, ao mesmo tempo produzindo uma grande população de raça miscigenada. O resultado foi “uma das mais harmoniosas uniões da cultura com a natureza e de uma cultura com outra que as terras deste hemisfério jamais conheceram”. E quando o Brasil passou para os séculos XIX e XX, esta “união harmoniosa” de negros com brancos formou a base da “democratização ampla” da sociedade brasileira, e sua inexorável “marcha para a democracia social”.¹⁰

Durante as últimas décadas de sua vida, Freyre moveu-se visivelmente para a direita, apoiando a ditadura militar pós-1964 e

9. Grande parte da obra de Freyre é disponível em tradução inglesa. Ver em particular sua história do Brasil em três volumes, *The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization* (Nova York, 1946; 1a. edição brasileira, 1933); *The Mansions and the Shanties: The Making of Modern Brazil* (Nova York, 1963; 1a. edição brasileira, 1936); e *Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic* (Nova York, 1970; 1a. edição brasileira, 1959), todas recentemente reeditadas pela University of California Press. Ver também suas obras mais curtas: *Brazil: An Interpretation* (Nova York, 1945); e *New World in the Tropics* (Nova York, 1961). Para uma avaliação ponderada da carreira de Freyre, ver Thomas Skidmore, “Gilberto Freyre (1900-1987)”, *Hispanic American Historical Review*, 68, 4 (1988), pp. 803-805.

10. Freyre, *Masters and the Slaves*, pp. xii-xv.

introdução

unindo-se a ela ao denunciar, como comunista e antibrasileira, qualquer pessoa que questionasse o conceito de democracia racial.¹¹ Entre estes questionadores destacou-se o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), crítico vigoroso de quase todos os aspectos da sociedade brasileira, e particularmente de seu sistema de relações raciais. Um dos coordenadores da pesquisa subvencionada pela UNESCO nas décadas de 1940 e 1950, Fernandes e seus colaboradores produziram muitos livros e artigos atacando o “mito” da democracia racial e revelando a realidade da desigualdade e da discriminação racial em seu país.¹² Como os governos

11. Gilberto Freyre, “A propósito de preconceito de raça no Brasil”, *O Estado de São Paulo* (25 de junho de 1969). O final da década de 1960 e início da década de 1970 foram um período de intensiva repressão no Brasil, durante o qual centenas de estudantes e acadêmicos suspeitos de simpatias esquerdistas foram presos e torturados. Thomas Skidmore, *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985* (Nova York, 1988), pp. 125-135; Joan Dassin, ed., *Torture in Brazil* (Nova York, 1986). Foi durante este período, em 1969, que o Conselho de Segurança Nacional do Brasil apontou como um exemplo primeiro da “subversão esquerdista”, os estudos acadêmicos documentando a “discriminação racial, visando criar novas áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas”. Thales de Azevedo, *Democracia racial* (Petrópolis, 1975), p. 53, npp. 27.

12. A obra máxima de Fernandes, que só toca tangencialmente a questão racial, é *A revolução burguesa no Brasil* (São Paulo, 1974). Sua obra mais importante sobre as relações raciais, *A integração do negro na sociedade de classes* (2 vols., 3a. edição, São paulo, 1978), tem uma versão resumida disponível em inglês, *The Negro in Brazilian Society* (Nova York, 1969). Para outros títulos importantes, ver seu *O negro no mundo dos brancos* (São Paulo, 1972) e *Branços e negros em São Paulo* (3a. edição, São Paulo, 1971), em co-autoria com Roger Bastide. Ele publicou muitos artigos em inglês; ver “The Weight of the Past”, em John Hope Franklin, ed., *Color and Race* (Boston, 1969); “Immigration and Race Relations in São Paulo”, em Magnus Morner, ed., *Race and Class in Latin America* (Nova York, 1970); “Beyond Poverty: The Negro and the Mulatto in Brazil”, em Robert Brent Toplin, ed., *Slavery and Race Relations in Latin America* (Nova York, 1974); “The Negro in Brazilian Society: Twenty-five Years Later”, em Maxine L. Margolis e William E. Carter, eds., *Brazil: Anthropological Perspectives* (Nova York, 1979). É também importante a obra dos alunos de Fernandes: Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*; e Ianni, *Metamorfoses do escravo*; Octávio Ianni, *Escravidão e racismo* (São Paulo, 1978); e Octávio Ianni, *Raças e classes sociais no Brasil* (2ª. edição, São Paulo, 1988). Ver também a importante obra conjunta de Cardoso e Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (São Paulo, 1960).

pp1 who questioned the idea of racial democracy as common to anti-racism
Florestan Fernandes
subversive

militares da década de 1960 definiram essa crítica como um ato de subversão, no expurgo acadêmico de 1969, Fernandes foi cassado de seu cargo de professor da Universidade de São Paulo, e posteriormente ensinou nos Estados Unidos e no Canadá. No final da década de 1970, quando o Brasil começou sua gradual transição de volta à democracia, ele pôde reassumir o ensino em São Paulo, e em 1986 foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, e nessa qualidade trabalhou na Assembléia Constituinte, que escreveu a Constituição de 1988.

Tendo em vista os desacordos fundamentais entre as perspectivas de Freyre e Fernandes, é interessante observar pelo menos duas convergências entre eles. A primeira é a ênfase que ambos os autores conferem à experiência da escravidão na determinação da situação racial do Brasil atual. Evidentemente, eles diferem por completo sobre a natureza do impacto da escravidão. A despeito de ter consciência da brutalidade e crueldade associadas à instituição, Freyre achava que a escravidão havia exercido uma influência basicamente positiva sobre o desenvolvimento social e cultural brasileiro. Fernandes, ao contrário, enxergava a escravidão como profundamente destrutiva, tanto por suas vítimas imediatas quanto pelo futuro da sociedade brasileira como um todo. Longe de ter qualquer efeito potencialmente democratizante, a escravidão foi um sistema inerentemente autoritário que implantou o preconceito e um forte senso de superioridade racial nos corações dos brancos brasileiros. E, negando às suas vítimas os mais básicos direitos e liberdades humanos, e mantendo-as como trabalhadores analfabetos e não especializados que aprendiam, por sua própria experiência, a evitar o trabalho disciplinado onde e quando ele se apresentasse, a escravidão mutilou os afro-brasileiros como povo e os despojou completamente da capacidade de competir com os brancos na disputa do século XX por empregos, educação e sustento. Em conseqüência disso, longe de lhes dar o direito aos frutos decorrentes da sua participação como membros de uma democracia racial, após a emancipação o legado da escravidão continuaria a marginalizar e excluir os afro-brasileiros através dos fatores duais de sua própria incapacidade e da hostilidade e do preconceito dos brancos.¹³

13. Os argumentos de Fernandes são examinados em detalhe no capítulo 3.

introdução

Freyre e Fernandes diferem profundamente em sua avaliação da maneira como a escravidão moldou o atual estado das relações raciais no Brasil - mas que o fez, e de modos fundamentais, eles prontamente concordam. De um modo mais geral, sua concordância neste ponto reflete e articula - e, de uma forma dialética, ajudou a moldar - a mesma crença entre os brasileiros.¹⁴ Ou, para ser mais preciso, entre os brasileiros brancos instruídos. Em minha experiência ao discutir as relações sociais em seu país, tenho observado que os afro-brasileiros em geral tendem a achar que a desigualdade racial é causada pela discriminação atual. Os euro-brasileiros, ao contrário, são mais propensos a explicar essas iniquidades em termos da herança da escravidão, o que em geral fazem combinando os argumentos de Freyre e Fernandes. Embora a posição de Freyre tenha sido sujeita a uma severa crítica nos círculos acadêmicos, ainda desfruta de enorme aceitação entre os brancos das classes média e alta, cujos membros continuam a pensar em seu país como uma terra de relativa igualdade racial, particularmente em comparação, por exemplo, com os Estados Unidos. Entretanto, a evidência da hierarquia racial no Brasil é tão clara e tão visível em uma base cotidiana que a maior parte dos brasileiros criteriosos sente-se impelida a tentar resolver a contradição entre a imagem de democracia racial e a realidade da desigualdade racial. Fazem isso enfatizando a tese de Fernandes da escravidão como a causa básica da incapacidade dos negros de competir com os brancos. Os negros não conseguiram se integrar à sociedade brasileira, não devido à discriminação, mas por causa do analfabetismo, da desnutrição, da criminalidade etc., que foram sua herança da escravidão. À medida que essa experiência recua para o passado, e à medida que a educação e os outros benefícios do progresso material do Brasil são estendidos à população negra, muitos desses brasileiros vão em frente em sua argumentação de que os afro-brasileiros serão capazes de participar desse progresso em condições de plena igualdade - porque, acima de

14. Para exemplos da influência que estas duas interpretações continuam a exercer sobre o pensamento brasileiro, ver dois dos editoriais que marcam o centenário da abolição da escravatura: "A verdadeira discriminação", *O Globo* (13 de maio de 1988), p. 4, que é puro Freyre; e "Cem anos depois", *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1988), p. 2, que é puro Fernandes.

tudo, o Brasil é uma democracia racial que não coloca obstáculos no caminho de seus cidadãos negros.¹⁵

Aqueles leitores que tiveram contato com o Brasil e com o seu povo reconhecem esse otimismo como um dos traços nacionais mais sedutores do país.¹⁶ Sendo assim, não surpreende totalmente, voltando a Freyre e Fernandes, que este deva ser o segundo ponto de convergência entre eles: apesar de suas perspectivas radicalmente diferentes em relação à experiência histórica da escravidão e de suas implicações a longo prazo, ambos concluem com visões fundamentalmente otimistas sobre o futuro das relações raciais no Brasil. Para Freyre, esse otimismo era a consequência lógica de sua crença de que o Brasil esteve trilhando um caminho fundamentalmente progressivo e positivo no curso de seus quatrocentos anos de história, e simplesmente continuaria a seguir no futuro. No início de sua carreira, na década de 1930, ele declarou (na verdade, esta é a frase final de seu livro sobre o Brasil

15. Na ausência de dados de pesquisa sobre como os brasileiros vêem e explicam as relações raciais em seu país, este resumo das atitudes brasileiras é baseado em muitas conversas com centenas de brasileiros nos últimos cinco anos. Considerando a minha própria origem, esta "amostra" inevitavelmente considera mais os membros da classe média urbana, profissional e acadêmica, tanto negros quanto brancos, das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas eu também pude conversar com um grande número de pequenos funcionários de escritório, alguns trabalhadores do setor de serviços e um punhado de trabalhadores braçais não especializados em um dos armazéns que eu pesquisei.

16. Entretanto, os observadores do país, inclusive eu próprio, notaram uma erosão perceptível no habitual balizamento dos brasileiros quando eles foram assaltados pela devastadora crise econômica da década de 1980, desencadeada pelo início da crise da dívida internacional em 1982. Ver, por exemplo: "Growing Middle-Class Discontent", *Latin American Regional Reports: Brazil* (10 de fevereiro de 1984), pp. 4-5; "Brazil's Political, Economic Confidence Falters", *Latin America Update* 12, 6 (novembro-dezembro de 1987), p. 3; "Unfamiliar Feelings of Pessimism Overtake Brazil's Politics and Economy", *New York Times* (10 de novembro de 1988), p. 3; Alex Shoumatoff, "Rio: Is the Carnival Over?" *New York Times Sunday Magazine* (19 de março de 1989), pp. 46-48, 94-97. Um cartoon de uma conhecida revista semanal do Brasil, *Veja*, capta este raro espírito pessimista. Dois homens brancos de classe média estão conversando. Um pergunta ao outro: "Para onde vai o Brasil?" O outro responde: "Sei lá. Só sei uma coisa: Não quero estar lá quando ele chegar." "Distância", *Veja* (11 de maio de 1988), p. 13.

introdução

do século XIX, Sobrados e Mucambos), que “o Brasil está se tornando cada vez mais uma democracia racial, caracterizada por uma combinação quase singular de diversidade e unidade.” (Esta frase aparece apenas na edição em língua inglesa.) E trinta anos depois, ele era capaz de anunciar que o Brasil havia recebido a missão histórica de obliterar totalmente as barreiras raciais, criando, através da mistura racial, a primeira “meta-raça” ou “além-raça” do mundo, e em consequência disso “a tendência generalizada, entre os brasileiros, no sentido de superar, cada um, a consciência de origem ou de situação racial, através da cor como característica de tal origem ou de tal situação. O brasileiro sente-se simplesmente brasileiro.”¹⁷

O otimismo parece menos justificado no caso de Fernandes, até que se leve em conta a orientação marxista de grande parte de sua obra, e sua fé resultante no caráter progressivo da transformação histórica a longo prazo. Ele declara que a escravidão foi uma experiência perversa e destrutiva para o Brasil, uma experiência que deixou feridas profundas e cicatrizes na alma brasileira. Mas o desenvolvimento capitalista e a “revolução burguesa” (o título de sua obra-prima) do século XX iriam inexoravelmente transformar a sociedade brasileira, apagando pouco a pouco “o legado da ‘raça branca’ ” (como ele chamou o subtítulo de outro de seus livros, *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*) e substituí-la por uma sociedade moderna, capitalista, baseada mais na identificação de classe do que na imputação racial. Assim, enquanto Freyre enxergava a herança da escravidão estendendo-se em uma linha contínua até o final do século XX e mais adiante ainda, Fernandes via aquela herança como suscetível de alteração e transformação pelos desenvolvimentos históricos subseqüentes.

17. Freyre, *Mansions and Shanties*, p. 431; Gilberto Freyre, “Brasileiro - sua cor?” *Folha de São Paulo* (5 de dezembro de 1979). Ver também seu “O fim das raças fixas?” *Folha de São Paulo* (3 de agosto de 1979); e “O negro vai chegar à presidência da República antes da mulher”, *Jornal do Brasil* (14 de abril de 1979). Em *Sobrados e Mocambos*, originalmente publicado em 1936, Freyre já havia previsto esse desenvolvimento, citando o comentário do antropólogo Edgar Roquette Pinto de que os “negros puros” haviam virtualmente desaparecido do Brasil: “O negro, no Brasil, está quase reduzido ao mulato. O problema do negro, entre nós, está simplificado pela miscigenação larga ...” P. 418.

Brasil is becoming
more & more a race
dem. a race
char. by a
of diversity
& unity

30 yrs
latent
the capacity
to 5/100
to weak
a 'meta race'
only
of the

Fernandes
- Marxist
you're in
progressive
has
- Brng.
20 yrs
- transition
evolve
little by little
the legacy of
whiteness

Fernandes jamais subestimou o tempo, a luta e o esforço que o processo requeriria. Mas acreditava claramente que a história - e, mais especificamente, o desenvolvimento capitalista - estava ao lado da igualdade racial. Em vista disso, apesar de suas críticas à tese de Freyre e do modelo brasileiro mais geral das relações raciais, ele podia concordar com Freyre que, se a "revolução burguesa" conseguisse prosseguir seu curso, "o Brasil poderá converter-se na primeira grande democracia racial do mundo criado pela expansão da civilização ocidental moderna".¹⁸

perspectivas comparativas

Essa fé nos poderes de cura do capitalismo parece mais apropriada a um teórico liberal da modernização que a um marxista. Mas como observou o cientista político Stanley Greenberg, os dois campos teóricos na verdade compartilham a crença de que, a longo prazo, o desenvolvimento capitalista vai tender a destruir as identidades baseadas na raça e na etnicidade e substituí-las pelas categorias mais "modernas" de classe e cidadania. Infelizmente para esses teóricos, a história do século XX oferece pouco apoio para essa proposição. As identidades raciais e étnicas continuam a enriquecer, e torturar, sociedades tão desenvolvidas quanto os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, Israel, França, União Soviética - e o Brasil. Na verdade, Greenberg declara que as "relações sociais 'arcaicas', como a raça e etnicidade, são potencialmente compatíveis com - e talvez funcionais para - o desenvolvimento capitalista".¹⁹ O status racial superior pode ser usado por um grupo de trabalhadores para competir de forma mais eficiente com

18. Fernandes, *O negro no mundo dos brancos*, p. 30. Ver também o artigo de autoria do colaborador de Fernandes, o sociólogo francês Roger Bastide, "The Development of Race Relations in Brazil", em Guy Hunter, ed., *Industrialisation and Race Relations: A Symposium* (Londres, 1965), que conclui em uma nota similarmente otimista: "Considerando que são os fatores negativos da industrialização sobre as relações raciais que parecem dominar no período que acabamos de examinar [1930-1950], ... agora [1960] são os fatores positivos que estão entrando em ação." P. 24.

19. Stanley Greenberg, *Race and State in Capitalist Development: Comparative Perspectives* (New Haven, 1980), p. 20. Carlos Hasenbalg, sociólogo argentino que estudou nos Estados Unidos e atualmente reside no Brasil, faz uma série de observações similares em

outro, ou mesmo para evitar totalmente a competição. Os empregadores podem explorar as divisões raciais ou étnicas dentro da força de trabalho para reduzir suas despesas salariais ou para frustrar os esforços, a organização e a barganha coletiva de seus trabalhadores. Assim, em vez de abolir as categorias sociais de raça e etnicidade, o crescimento e o desenvolvimento capitalistas podem na verdade reforçá-los e fortalecê-los, de maneiras sugeridas pela análise comparativa da evolução das ordens raciais nos diferentes países.

Cerca de vinte anos atrás, Pierre van den Berghe notou as tensões graves que a urbanização e a industrialização do século XX introduziram nos sistemas de hierarquia racial que nasceram sob o regime da escravidão.²⁰ Ele caracterizou esses sistemas iniciais - que nas Américas tiveram sua gênese nas sociedades baseadas no *plantation*, em que a escravidão do Novo Mundo encontrou o seu lar - como modelos tradicionais e "paternalistas" de relações raciais guiadas por regras de superioridade e dominação racial profundamente enraizadas, em grande parte informais e raramente declaradas.

Nos séculos XIX e XX, as sociedades baseadas na agricultura em que esses sistemas se originaram experimentaram as agônias da modernização - ou, para usar uma linguagem um pouco diferente, da transformação estrutural. A própria abolição da escravidão foi uma dessas transformações, um evento político que teve a conseqüência econômica direta de obrigar os fazendeiros a

Discriminação e desigualdades raciais no Brasil (Rio de Janeiro, 1979), pp. 77-86. Na verdade, o título da dissertação sobre a qual seu livro é baseado capta muito bem este ponto: Carlos Hasenbalg, "Race Relations in Post-Abolition Brazil: The Smooth Preservation of Racial Inequalities" (dissertação de Ph.D, Universidade da Califórnia-Berkeley, 1978). Para a sua crítica da obra de Fernandes, em particular, ver *Discriminação*, pp. 75-77.

Fernandes admite a possibilidade de que o desenvolvimento capitalista poderia tender a reforçar, e não a destruir, a desigualdade racial pré-existente: "É possível que o preconceito de cor encontre na sociedade de classes condições estruturais favoráveis a sua perpetuação..." Entretanto, esta advertência aparece na conclusão de uma longa passagem que enfatiza a tendência das modernas desigualdades de classe para substituírem a desigualdade racial. Bastide e Fernandes, *Branco e negro*, pp. 143-146.

20. Pierre van den Berghe, *Race and Racism: A Comparative Perspective* (Nova York, 1967).

barganhar e negociar com seus trabalhadores em um mercado de trabalho "livre". Os ex-escravos eram agora livres para mudar de uma fazenda para outra, em busca de melhores salários e condições de trabalho, ou deixar inteiramente o campo e se transferir para cidades próximas ou distantes, onde o setor de serviços e as economias industriais em expansão ofereciam uma maior variedade de oportunidades de trabalho, educação e lazer.

Quando negros e brancos afluíram para aquelas cidades que cresceram rapidamente na virada do século, como Atlanta, Chicago, Rio de Janeiro e São Paulo, encontraram ambientes sociais mais fluidos, menos rigidamente estruturados do que haviam conhecido no campo. Na ausência de uma ordem social baseada na *plantation*, que foi instaurada e era dirigida segundo o modelo "paternalista" das relações raciais, os negros eram agora livres (ou mais livres) para competir abertamente com os brancos por empregos, salários, educação, habitação - e quem sabe, por último mas nem por isso menos importante, pela participação e pelo poder políticos.

Como não havia bastante desses benefícios para serem compartilhados, a competição por eles tornou-se por isso intensa. E à medida que a competição se intensificava, aumentavam os incentivos do grupo racial tradicionalmente dominante para usar esse domínio - e sua posição social - como armas adicionais na luta. O resultado, concluiu van den Berghe, foi a ascensão da exclusão racial informal - como aconteceu no norte dos Estados Unidos ou no sul do Brasil - ou sistemas abrangentes de segregação racial imposta e instaurada pelo Estado, como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos.

Van den Berghe apoiou e ilustrou este argumento teórico com breves exames comparativos da evolução das relações raciais em quatro espaços nacionais: Brasil, México, África do Sul e Estados Unidos. Outros livros recentes sobre a criação da segregação nos dois últimos países enriqueceram mais ainda a sua análise, e vão consideravelmente além dela no esclarecimento das tensões e pressões específicas que acompanham a transição das relações raciais "paternalistas" para "competitivas".²¹ Particularmente útil nes-

21. Greenberg, *Race and State*; John W. Cell, *The Highest Stage of White Supremacy: The Origins of Segregation in South Africa and the Ame-*

introdução

te aspecto é o trabalho de Stanley Greenberg sobre o papel dos diferentes protagonistas das classes na construção de “ordens raciais”: segregação no sul dos Estados Unidos e *apartheid* na África do Sul.

Greenberg declara que a força motriz inicial que estava por trás da criação desses sistemas era a agricultura comercial: os proprietários das grandes fazendas que produziam para os mercados nacional e internacional. Estes proprietários de terras requeriam suportes grandes e estáveis de mão-de-obra rural; e durante o “período de intensificação” da dominação racial institucionalizada (1890-1960 na África do Sul, 1875-1930 no sul dos Estados Unidos), eles desfrutaram de um acesso preferencial ao Estado, que usaram para influenciar a formulação de políticas trabalhistas estatais. Assim, em ambos os casos os fazendeiros comerciais e os agricultores assumiram a liderança, criando mecanismos institucionais designados a coagir os membros do grupo racialmente subordinado (africanos e afro-americanos, respectivamente) a entrar no mercado assalariado e aceitar o emprego nos termos ditados por seus empregadores e pelo Estado.

As indústrias criadas no final do século XIX e início do XX também se beneficiaram desses arranjos, especialmente as indústrias que requeriam um investimento pesado em mão-de-obra, como a mineração, o ferro e o aço. À medida que essas indústrias cresciam e os proprietários das minas e os industriais adquiriam um poder político cada vez maior, eles se uniam aos agricultores e fazendeiros no apoio e na extensão dos sistemas de controle racial.²² Mas nem todos os capitalistas extraíam da segrega-

ican South (Cambridge and New York, 1982); George M. Fredrickson, *White Supremacy: A Study in American and South African History* (Nova York, 1981). Para uma discussão comparativa desses três livros, ver George Reid Andrews, “Comparing the Comparers: White Supremacy in the United States and South Africa”, *Journal of Social History* 20, 3 (1987), pp. 585-599. Para um estudo da evolução a longo prazo da desigualdade racial nos Estados Unidos, que não é explicitamente comparativa, mas apesar disso é bastante esclarecedora em várias destas questões, ver William J. Wilson, *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions* (2a. edição, Chicago, 1980). E para um estudo criterioso da desigualdade racial nos Estados Unidos após à Segunda Guerra Mundial, ver Michael Reich, *Racial Inequality: A Political-Economic Analysis* (Princeton, 1981).

22. Sobre esta “aliança de ouro e milho” na África do Sul, e o relacionamento cooperativo entre os agricultores e os industriais no sul dos Estados Unidos, ver também Cell, *Highest Stage*, pp. 63, 161-169.

ção tais benefícios diretos. Os proprietários das indústrias que se desenvolveram posteriormente, e de empresas varejistas e de serviço, muitas vezes achavam que os controles raciais dificultavam-lhes tirar os trabalhadores da agricultura e das indústrias mais estabelecidas. Por isso, tendiam a preferir um mercado de trabalho mais livre e mais fluido, não estorvado por esses controles. Mas dada a sua fraqueza política em relação aos agricultores e industriais importantes, estes empresários tinham pouca escolha além de aceitar a ordem racial como um fato estabelecido e aprender a viver dentro de suas limitações.

Assim como os homens de negócio, os trabalhadores brancos também tinham atitudes variadas em relação à discriminação institucionalizada, dependendo de sua posição na economia. Os trabalhadores especializados organizados em sindicatos profissionais achavam a exclusão racial "extremamente adequada", porque facilitava os esforços para restringir a penetração nas profissões especializadas - e por isso o seu controle sobre elas. Os sindicatos industriais, por outro lado, podiam seguir uma entre duas direções diametralmente opostas. Uma delas, seguida pelos trabalhadores do setor de vestuário da África do Sul e dos Estados Unidos, os mineiros do sul dos Estados Unidos e, após sua formação em 1936, o Congresso das Organizações Industriais (Congress of Industrial Organizations - CIO), era a estratégia da inclusão racial, baseada na organização de sindicatos pan-raciais e rigorosamente contrária à discriminação. Mas antes da criação do CIO nos Estados Unidos, e até o presente (1990) na África do Sul, esta reação foi relativamente rara em ambas as sociedades. A tendência mais típica era os sindicatos industriais trabalharem dentro da estrutura da segregação, organizando os trabalhadores brancos e negros em locais separados, ou excluindo inteiramente os trabalhadores negros, e depois pressionando por privilégios informais ou impostos pelo Estado para os trabalhadores brancos. Até que ponto os sindicatos podiam chegar com esta abordagem dependia de seu grau de organização e poder político. No Sul dos Estados Unidos, onde seu impacto político era nulo, a discriminação racial no mercado de trabalho tendia a permanecer informal, e era instaurada nas firmas ou nas indústrias, em vez de ser imposta pela lei. Na África do Sul, onde, devido ao tamanho pequeno da população branca em relação à negra, o poder dos trabalhadores que pertenciam ao

grupo racial branco era proporcionalmente maior, os sindicatos conseguiam estabelecer rígidas barreiras de cor garantidas pelo Estado.²³

A abordagem de Greenberg, baseada nas classes, pode ser muito útil para nos ajudar a compreender como, nas décadas posteriores à emancipação, as sociedades historicamente enraizadas na escravidão, transformaram seus sistemas de dominação racial em algo novo e diferente do que havia acontecido antes. E, para os propósitos da presente discussão, sua utilidade torna-se maior devido ao fato de, ao se concentrar na África do Sul e no sul dos Estados Unidos, Greenberg estar descrevendo sociedades em vários aspectos similares ao Brasil.²⁴ Essas três sociedades eram multi-raciais e voltadas para a exportação, e no século XIX se basearam na agricultura comercial, enquanto no século XX passaram por um processo de industrialização tardia (em comparação com

23. Sobre as políticas raciais dos trabalhadores organizados nos Estados Unidos, ver Greenberg, *Race and State*, pp. 311-355; Wilson, *Declining Significance*, pp. 42-87; Julius Jacobson, ed., *The Negro and the American Labor Movement* (Garden City, N.Y., 1968); William H. Harris, *The Harder We Run: Black Workers since the Civil War* (Nova York, 1982); Philip S. Foner e Ronald L. Lewis, eds., *Black Workers: A Documentary History from Colonial Times to the Present* (Filadélfia, 1988); Robert H. Zieger, ed., *Organized Labor in the Twentieth-Century South* (Knoxville, 1991). Sobre os trabalhadores organizados da África do Sul, ver Robert H. Davies, *Capital, State and White Labour in South Africa, 1900-1960* (Atlantic Highlands, N.J., 1979); Fredrick A. Johnstone, *Class, Race and Gold: A Study of Class Relations and Racial Discrimination in South Africa* (Lanham, Md., 1976); David Yudelmann, *The Emergence of Modern South Africa: State, Capital and the Incorporation of Organized Labor in the South African Gold Fields* (Westport, Conn., 1983); e Jon Lewis, "South African Labor History: A Historiographical Assessment", *Radical History Review* 46-47 (1990), pp. 213-236.

24. Para interessantes comparações recentes entre o sul dos Estados Unidos e o Brasil, ver Richard Graham, "Slavery and Economic Development: Brazil and the United States South in the Nineteenth Century", *Comparative Studies in Society and History* 23, 4 (1981), pp. 620-655; Rebecca Scott, "The Meaning of Freedom: Postemancipation Society in Sugar-Producing Regions of Brazil, Cuba, and Louisiana" (texto inédito apresentado ao Seminary on Social History and Theory, Universidade da Califórnia-Irvine, março de 1986); e Steve Hahn, "Class and State in Postemancipation Societies: Souther Planters in Comparative Perspective", *American Historical Review* 95, 1 (1990), pp. 75-98.

a Europa ocidental e o norte dos Estados Unidos), mas gradualmente acelerada e intensificada. Este processo de crescimento e desenvolvimento capitalista produziu alterações visíveis na estrutura de classe dessas sociedades que, segundo Greenberg, teve impactos importantes sobre os padrões das relações raciais nos Estados Unidos e na África do Sul. O que encontramos quando aplicamos uma perspectiva similar ao Brasil?

Inevitavelmente, vamos encontrar resultados diferentes daqueles dos Estados Unidos e da África do Sul - dois casos que, como a literatura comparativa torna claro, diferiam um do outro de várias maneiras importantes. Os trabalhadores e as elites, e os negros e brancos brasileiros, confrontaram condições e desafios diferentes daqueles de seus análogos no exterior, e buscaram soluções diferentes para os problemas que enfrentavam. Mas, apesar dessas diferenças, a abordagem de Greenberg pode ser bastante útil para nos dizer onde procurar a explicação de resultados específicos nas relações raciais em cada país. E, embora este não seja um dos meus objetivos neste livro, ele pode fundamentalmente nos permitir identificar e explicar tanto as similaridades visíveis quanto as diferenças visíveis entre os padrões das relações raciais nos diferentes países. É por isso a abordagem geral que vou seguir nos capítulos subseqüentes, modificada apenas em um aspecto importante.

Ao explicar a ascensão e a queda das "ordens raciais", Greenberg concentra-se quase totalmente nas "tensões e divisões existentes dentro da estrutura social dos brancos". Surpreendentemente, pouca atenção é dada ao papel do grupo racial subordinado, talvez porque são os brancos que criam e mantêm a hierarquia racial. Mas como uma rica e crescente historiografia deixa claro, os dominados sempre participam do processo da criação, e não somente como vítimas e pessoas desamparadas. Mesmo quando atuam a partir de uma posição de fraqueza e desvantagem, suas ações e decisões desempenham um papel fundamental na determinação do curso da transformação histórica.²⁵ Por isso, além de incluir divisões e conflitos de classe entre a população

25. Esta orientação compõe a base de grande parte das principais obras de história social, e particularmente de suas sub-áreas: a história dos trabalhadores, dos negros e das mulheres. Tem sido bastante influente na história latino-americana. Ver, por exemplo, Florencia Mallon, *The*

introdução

branca como variáveis explanatórias importantes, vou tentar fazer o mesmo também com a população negra.

Isto vai requerer que examinemos vários grupos sociais - e as interações entre eles - dependendo do momento histórico particular que estejamos examinando. Durante os anos finais da escravidão, a discussão se concentra nos escravos, nos senhores e naquela porção da população livre envolvida no movimento abolicionista (capítulo 2). Durante o meio século que se seguiu à abolição, examino trabalhadores negros e brancos e seus empregadores (capítulos 3-4) e membros da suposta "elite negra" (capítulo 5). E com relação aos anos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial, a maior parte da minha atenção vai para os membros das classes médias negra e branca (capítulos 6-7).

É inevitável que seja mais fácil encontrar informações sobre alguns desses grupos do que sobre outros. Embora os membros da classe média negra tenham deixado evidência abundante de seus interesses individuais e coletivos, os escravos e os trabalhadores, a maioria deles analfabetos, deixaram pouco ou nenhum registro documental de suas vidas e da época em que viveram. Na medida em que estes últimos grupos podem ser de qualquer modo "vistos" através da evidência escrita, isto ocorre quase sempre através dos olhos de outros: senhores, empregadores, a polícia, jornalistas, visitantes estrangeiros. Estas são as dificuldades usuais que os historiadores sociais encontram ao escrever "a história do inarticulado", e tenho lidado com elas da maneira convencional: combinando jornais e outras fontes como fragmentos e peças de evidência, tentando ligar fontes anteriormente não utilizadas (capítulo 4) e usando a literatura secundária existente produzida por intelectuais brasileiros e estrangeiros. Deixo ao leitor o julgamento dos resultados.

Quando examinamos estes vários grupos, grande parte do comportamento que estaremos buscando será de caráter social e econômico - por exemplo, as decisões dos empregadores com relação a quem contratar e promover, as decisões dos clubes sociais

Defense of Community in Peru's Central Highlands: Peasant Struggle and Capitalist Transition, 1860-1940 (Princeton, 1983); Steve J. Stern, *Peru's Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest: Huamanga to 1640* (Madison, 1982); Peter Winn, *Weavers of Revolution: The Yaryr Workers and Chile's Road to Socialism* (Nova York, 1986).

sobre quem admitir como membro e convidado, as decisões dos indivíduos sobre quem aceitar e rejeitar como amigos, vizinhos, amantes. Boa parte dele, no entanto, será político e terá lugar dentro dos contextos das instituições e dos programas estatais e das políticas eleitorais e partidárias. Isto vai requerer que consideremos um elemento freqüentemente ausente da análise histórica social: a questão da política, do poder e do Estado.

uma perspectiva política

Quando os brasileiros, ou aqueles que estudam o Brasil, usam o termo “democracia racial”, estão descrevendo a sociedade e a cultura brasileira, ou, para usar as palavras de Gilberto Freyre, a civilização brasileira. É curioso que Freyre tenha escolhido aquela terminologia política para expressar um conceito social e cultural.²⁶ Com o tempo, no entanto, passei a enxergar a lógica de sua escolha, que corresponde à conexão integral entre a raça e a política no Brasil, e em particular entre a democracia racial e a democracia política.

Como o capítulo 5 vai discutir em maior extensão, a doutrina da democracia racial começou a se esclarecer e tomar forma na virada do século, durante o período em que o Brasil estava fazendo a transição da monarquia para a república, e as elites agrícolas do país estavam enfrentando o desafio de como evitar que o povo participasse de - e através de seus números absolutos, passasse a dominar - um sistema de representação eleitoral. Desse

26. Vez ou outra, Freyre diferenciava entre democracia “social” e “política”, mas depois imediatamente passava a apagar a distinção: “Seria realmente ridículo pretender que o longo período, desde os tempos coloniais, durante os quais uma grande parte do Brasil viveu sob um sistema de organização feudal, predisps as pessoas à prática da democracia política ... Parece-me, entretanto, que nenhum estudioso da sociedade luso-americana pode deixar de reconhecer o fato de que ... o que chamei aqui de feudalismo brasileiro era na verdade uma combinação de aristocracia, democracia e até mesmo anarquia. E esta união de opostos pareceria estar servindo de base para o desenvolvimento no Brasil de uma sociedade que é democrática em sua composição étnica, social e cultural ...” *Masters and Slaves*, pp. xiv-xv. Ver também nota 27.

modo, a democracia racial fez parte de um esforço ideológico mais amplo para reconciliar os ideais republicanos de igualdade e participação, com a realidade da exclusão social e política. Ela afirmava que, devido à ausência de barreiras raciais na vida brasileira, quando a escravidão foi abolida os negros estavam livres para entrar na sociedade brasileira em termos de completa igualdade com os brancos, e na verdade assim o fizeram a partir de 1888. Embora essas declarações tenham encontrado pouco apoio na realidade empírica, elas garantiam àqueles que a ouviam que mesmo que o Brasil ainda não tivesse alcançado uma democracia política, havia alcançado uma forma de democracia social, e esta última guardava dentro de si as sementes da primeira.²⁷

Se eu tivesse escrito este livro quinze anos atrás, provavelmente teria prestado menos - ou nenhuma - atenção ao tema da democracia. Quando me formei na universidade, na década de 1970, embora refletisse muito sobre a democracia, tendia a rejeitá-la como um exercício cínico, um instrumento para a legitimação do domínio burguês. Na década de 1980, porém, tive a experiência em primeira mão de assistir na Argentina a queda de um governo civil eleito pelo povo, e sua substituição por um regime militar brutal. Sete anos de ditadura militar naquele país, e períodos mais longos de governos similares no Brasil, Chile e Uruguai, fizeram com que a democracia, como forma de governo, ascendessem consideravelmente em minha estima. É claro que ela era preferível ao domínio militar; e comecei a perceber como os sistemas políticos eleitorais do período posterior à Segunda Guerra Mundial, em vez de automaticamente servirem aos interesses da elite, na verdade abriram as portas para os movimentos populares na América Latina impulsionarem com considerável eficiência seus interesses coletivos e desafiarem a ordem social e econômica existente. Na verdade, foi o próprio sucesso desses movimentos que fez com que as elites conservadoras de toda a região der-

27. Ver os comentários de Freyre sobre "o que sempre houve de contagiosamente democrático ou democratizante e até anarquizante, no amalgamento de raças e culturas", e como esse amalgamento finalmente iria destruir os aspectos "mais renitentemente aristocráticos" e "patriarcais" da vida brasileira, substituindo "súditos" por "cidadãos". *Mansions and Shanties*, pp. 231-232.

rubassem o regime vigente na década de 1960 e o substituísse pelo único regime político capaz de conter esses movimentos: o autoritarismo militar.²⁸

Mas as ditaduras não duram para sempre. Tendo assistido à morte da democracia na Argentina em 1976, durante a década de 1980 tive a oportunidade de assistir ao seu renascimento no Brasil, em meio a uma efusão de alívio e júbilo que achei profundamente comovente. E a restauração do governo civil não foi privilégio apenas desse país ou mesmo da América Latina como região. Por todo o mundo capitalista e comunista, a década de 1980 foi a década da democracia, em que latino-americanos, europeus do leste, russos, chineses, filipinos, coreanos e paquistaneses mobilizaram-se contra as ditaduras sob as quais viveram durante décadas, e exigiram um papel mais amplo no governo.²⁹

Esta tendência global, associada às minhas próprias experiências na América Latina, forçosamente concentrou minha atenção nas questões da democracia e da participação política das massas. Também reforçou minha crescente sensação da necessidade de acrescentar uma dimensão política à história social que originalmente decidi estudar e escrever. Durante meus anos de estudante universitário, fui inspirado pela promessa da “história de baixo para cima” e pelo desafio de trazer de volta aos registros históricos os trabalhadores, os escravos, as mulheres e outros grupos que haviam sido silenciosamente ignorados nas crônicas tradicionais das guerras, da política e dos grandes homens. Continuo a acreditar na validade, e mesmo na necessidade, deste empreendimento. Mas não vejo mais a história social como - nas palavras de um de seus primeiros praticantes - “a história ... sem política”.³⁰ Em toda a história humana, e certamente na América Latina, as vidas das pessoas comuns têm sido profundamente afetadas pela política e pelas decisões tomadas pelos governos. Negligenciar

28. Desenvolvo estes pontos em maior extensão em George Reid Andrews, “Latin American Workers”, *Journal of Social History* 21, 2 (1987), pp. 311-326.

29. Dada a ausência de representação política para os africanos na África do Sul, eu também incluiria o movimento anti-*apartheid* daquele país como parte desta onda transnacional rumo à democracia.

30. G.M. Trevelyan, *English Social History* (Londres, 1944), p. 1.

introdução

esta dimensão política da transformação histórica não somente estreita a nossa compreensão daquelas vidas, mas também nos priva da oportunidade de ver como as ações das pessoas comuns podem ter conseqüências diretas e poderosas para os sistemas políticos em que elas vivem - tão vivamente evidenciadas pelo surpreendente colapso das ditaduras na década de 1980. A análise e a narrativa históricas que não conseguem levar em conta as realidades da política, do poder e do Estado vão perder completamente estas interações entre Estado e sociedade e, finalmente, vão ser incapazes de explicar ou descrever adequadamente as experiências históricas das pessoas que são o seu tema.³¹

Evidentemente, o problema está em como identificar, documentar e explicar essas interações - nas palavras de um recente representante bem sucedido desta arte, em como "fundir a história vista de cima com a história vista de baixo".³² Este problema é particularmente inquietante no caso da desigualdade racial brasileira. Como já indiquei, o Brasil não é a África do Sul ou os Estados Unidos. Desde a abolição da escravidão em 1888, o Estado brasileiro, em sua maior parte, tem evitado planejar ou implementar programas e políticas "raciais" comparáveis à segregação, ou ao apartheid, ou os mais recentes (nos Estados Unidos) programas de ação afirmativa e oportunidades iguais. Por isso, o relacionamento entre a ação do governo (ou, igualmente importante, a inação) e os padrões de desigualdade social não é tão visível e apa-

31. Para algumas críticas da história social sobre essa questão, e as propostas para relacioná-la à história política, ver Elizabeth Fox-Genovese e Eugene Genovese, "The Political Crisis of Social History: A Marxian Perspective", *Journal of Social History* 10, 2 (1976), pp. 205-220; Samuel Hays, "Society and Politics: Politics and Society", *Journal of Interdisciplinary History* 15, 3 (1985), pp. 481-499; Gertrude Himmelarb, "Denigrating the Rule of Reason", *Harper's* (abril de 1984), pp. 84-90; Tony Judt, "A Clown in Regal Purple: Social History and the Social Historians", *History Workshop* 7 (1979), pp. 66-94; Theda Skocpol, "Bringing the State Back In", em Peter Evans, Dietrich Rueschmeyer, e Theda Skocpol, eds., *Bringing the State Back In* (Cambridge e Nova York, 1985); e Charles Tilly, "Retrieving European Lives", e William B. Taylor, "Between Global Process and Local Knowledge: An Inquiry into Early Latin American Social History, 1500-1900", ambos em Olivier Zunz, ed., *Reliving the Past: The Worlds of Social History* (Chapel Hill, 1985).

32. Winn, *Weavers of Revolution*, p. 8.

rente quanto em outros países. Talvez como resultado, observa o cientista político Pierre-Michel Fontaine, as obras que se propõem a lidar com esse relacionamento no Brasil “só têm uma coisa em comum: elas não tratam das instituições, do comportamento, das atitudes políticas, das eleições, do comportamento eleitoral, dos partidos políticos, ou mesmo da política pública ... Na verdade, em alguns casos, como naquele de Freyre, não tratam de forma alguma da política. Aqueles que o fazem, só o fazem em um sentido amplo, em um nível abstrato de conflito e poder imprecisamente definido”.³³

Uma maneira de se evitar a falta de precisão e a abstração que Fontaine descreve é o que ele afirma que ninguém fez: concentrar-se nas instituições específicas, e tentar identificar as maneiras que influenciaram e determinaram os padrões das relações raciais no decorrer do tempo. Este livro apresenta várias situações em que as políticas e as ações empreendidas pelas instituições do Estado (corpos legislativos, entidades executivas, os tribunais) ou as instituições intimamente ligadas ao Estado (partidos políticos, a Igreja, os sindicatos) tiveram impactos importantes sobre as relações raciais no Brasil. Além de considerar as instituições oficiais e semi-oficiais, o livro também observa o outro lado da dialética Estado-sociedade, examinando as organizações e os movimentos através dos quais os afro-brasileiros se mobilizaram para tomar parte na política e combater a desigualdade racial (capítulos 2,5,7). Assim fazendo, tenta esclarecer o relacionamento interativo e recíproco que existiu entre esses movimentos populares e as instituições do Estado. O caráter do regime político no poder em qualquer determinado momento histórico e as políticas que ele põe em ação têm um impacto direto sobre as maneiras pelas quais os negros se organizam e pressionam por mudanças políticas. E esses movimentos negros, por sua vez, têm desempenhado um papel direto impulsionando as repetidas transições do Brasil de um tipo para outro de regime - da monarquia (1822-1889) para a república oligárquica (1891-1930), da ditadura corporativista (1937-1945) para a república populista (1946-1964), da ditadura

33. Fontaine, “Political Economy”, p. 127.

militar (1964-1985) para a Terceira República - a defeituosa, irregular, mas inexorável democratização da política brasileira.

uma perspectiva regional

Vamos rever brevemente a temática deste livro. Primeiro, busco documentar alguns padrões básicos da desigualdade racial que tem existido no Brasil desde a abolição da escravidão, e explicar como e por que esses padrões têm se desenvolvido no correr do tempo. Ao tentar construir essa explicação, tentarei vincular a história das relações e desigualdades raciais com padrões mais amplos de desenvolvimento econômico, social e político. Tratarei particularmente do papel da raça na competição econômica e nas lutas de classes. E também tentarei integrar a política e o Estado na história, em um esforço para mostrar como os desenvolvimentos na esfera política ajudaram a determinar o curso das relações raciais entre negros e brancos, e como elas próprias foram determinadas, pelo menos em parte, por essas relações sociais.

Obviamente, isso implica muita coisa a fazer, e muito mais ainda se tentássemos realizar essa análise para o país como um todo. Em um esforço para tornar a tarefa mais factível, optei por me limitar à região em que Florestan Fernandes realizou sua pesquisa pioneira: o Estado de São Paulo.³⁴

Uma área de importância secundária durante o período colonial do Brasil, no século XIX São Paulo envolveu-se em um processo - que foi pouco a pouco se acelerando - de crescimento econômico e demográfico, que finalmente conduziu a sua atual posição de destaque na federação brasileira. Esse crescimento começou no início do século XIX, com os primórdios do cultivo do café na província. Em 1900, impulsionada pela imigração europeia, a população de São Paulo crescia em uma proporção de quase o dobro daquela da nação como um todo. Em 1920, São Paulo possuía a segunda maior população do país, superada apenas por seu vizinho, Minas Gerais; no censo nacional seguinte, em

34. Durante o período colonial, São Paulo formava uma "capitania" administrada por um governador. Com a independência, em 1822, tornou-se uma província. E com a derrubada da monarquia e a declaração da república em 1889, tornou-se um "Estado".



Mapa do Brasil, com um destaque para o Estado de São Paulo

introdução

1940, São Paulo era o Estado mais populoso do Brasil, e continuou a aumentar o seu domínio até o ponto de atualmente conter mais de um quinto da população nacional.³⁵

Embora o crescimento econômico e demográfico de São Paulo tenha se baseado inicialmente no café, no decorrer do século XX, a economia do Estado assumiu um caráter cada vez mais industrial. Estimulado pelo investimento de capital e pela demanda local gerada pelos lucros do café, na década de 1920 a economia industrial de São Paulo superou seus competidores dos outros Estados e agora é responsável por mais da metade da produção industrial da nação.³⁶ Junto com a industrialização veio a urbanização. De uma cidade sossegada de 35.000 habitantes em 1880, a capital do Estado explodiu para cerca de 600.000 habitantes em 1920 e 2,2 milhões em 1950. Em 1980, mais de metade da população do Estado vivia na Grande São Paulo, transformando-a na terceira maior cidade do mundo (só superada pela Cidade do México e por Tóquio).³⁷

Das várias regiões do Brasil, São Paulo tem sido a mais afetada pela industrialização, urbanização e desenvolvimento capitalista moderno. Se alguém estiver interessado em examinar como a herança da escravidão agrícola nesse país foi alterada e transformada pelas condições do século XX, São Paulo é claramente o caso mais avançado dessa transformação. E quando o Brasil tenta recapitular a experiência paulista de crescimento e desenvolvimento econômico em uma escala nacional, a experiência de São Paulo na questão racial torna-se ainda mais importante como um possível prognóstico das coisas que estão por vir. Como vários observadores notaram, o conceito de Freyre de "democracia racial" tem pelo menos alguma aplicabilidade à sociedade e à economia baseadas na agricultura do nordeste do Brasil, onde Freyre nasceu e viveu a maior parte de sua vida. Particularmente na época em que ele começou a escrever, na década de 1930, essa parte do país não havia experimentado nenhuma das transformações vio-

35. Dos 119 milhões de brasileiros retratados no censo de 1980, 25 milhões viviam no Estado de São Paulo. Os seguintes maiores Estados eram vizinhos de São Paulo: Minas Gerais (13,4 milhões) e Rio de Janeiro (11,3 milhões), e o Estado nordestino da Bahia (9,5 milhões). Todos os outros Estados brasileiros tinham populações menores que 8 milhões. IBGE. *Recenseamento, 1980. Brasil*, tabela 1, 11, p. 34.

36. Sobre a industrialização brasileira e o papel de São Paulo nessa industrialização, ver John P. Dickenson, *Brazil* (Boulder, 1978).

37. IBGE. *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - São Paulo* (Rio de Janeiro, 1982), tabela 1, 11, p. 106.

lentas que ocorreram em São Paulo, e era ainda reconhecida como uma das ordens raciais “tradicionais e paternalistas”, segundo Pierre van den Berghe. Mas o que pode acontecer às relações raciais no nordeste quando os migrantes rurais afluírem para suas cidades, e os esforços do governo para promover o desenvolvimento industrial naquela região se frutificarem? São Paulo é um exemplo instrutivo de como os padrões das relações raciais herdadas do regime da escravidão reagiram às pressões da modernização; nosso estudo de sua experiência pode lançar alguma luz sobre a direção futura dos desenvolvimentos raciais em outras regiões do Brasil.

Finalmente, concentrando a nossa atenção em São Paulo, podemos acompanhar os prognósticos de Florestan Fernandes e tentar verificar até que ponto a modernização capitalista realmente conseguiu derrubar as barreiras da exclusão racial. Fernandes e seus colaboradores realizaram sua pesquisa no final da década de 1940 e início da década de 1950; ao voltarmos ao palco de suas investigações, quase quarenta anos depois, quanto progresso descobriremos ter feito a “revolução burguesa” na destruição do “legado da raça branca”?

Entretanto, antes de chegarmos ao presente, precisamos começar pelo passado, e pela transição da escravidão para a liberdade.

parte 1

trabalhadores

Durante o século XIX, desde o final do século XVIII, até o final do século XIX, a agricultura de exportação e a escravidão africanas compunham as bases da sociedade e da economia brasileiras, fundamentadas e protegidas pelo colonialismo português. As duas instituições fundamentais estabeleceram uma conexão íntima, não apenas econômica, mas também ideológica, na definição da sociedade que o Brasil nos legou. A escravidão foi, por isso, a destinação da escravidão brasileira. No seu caso, não é o caso de outros países que dependem de escravos para produzir a riqueza nacional e política. O que aconteceu por lá é a escravidão, mas não a escravidão, como se os senhores e os escravos, e os senhores a construir novas estruturas e modelos de vida, com relações sociais entre os quais viveriam durante o período.

escravidão

Em comparação com o restante do Brasil, a agricultura de exportação e a escravidão africanas chegaram relativamente tarde a São Paulo. Na década de 1730 e 1740, uma série de fazendas de cana-de-açúcar foi estabelecida ao longo do litoral paulista, em

1. A centralidade da agricultura de exportação na história brasileira é evidente pelos dados, e pelo contexto, de duas séculos de história do período colonial. James C. Rodrigues, *The Slave Economy: A Social History of the Plantation in Brazil* (Stanford, 1977), e Stuart B. Schwartz, *Travels with Sugar: The Story of the Slave Plantation in Brazil* (Stanford, 1990), ed. Cambridge Studies in Latin American Studies, New York, 1990, t. 1, pp. 623-69.

escravidão e abolição, 1800-1890

Durante trezentos anos, desde o final do século XVI até o final do século XIX, a agricultura de exportação e a escravidão africana compunham as bases da sociedade e da economia brasileiras. Introduzidas e sustentadas pelo colonialismo português, estas duas instituições relacionadas estabeleceram raízes profundas no solo brasileiro e desempenharam um papel determinante na definição da nação em que o Brasil iria finalmente se transformar.¹ Por isso, a destruição da escravidão brasileira foi um evento histórico de enorme importância, assim como uma notável realização social e política. O que possibilitou pôr fim à escravidão em um país que dependeu dela durante tanto tempo? E uma vez abolida a escravidão, como os ex-senhores e os ex-escravos passaram a construir novos arranjos e modos de vida para substituir aqueles sob os quais viveram durante gerações?

escravidão

Em comparação com o nordeste do Brasil, a agricultura de exportação e a escravidão africana chegaram relativamente tarde a São Paulo. Nas décadas de 1530 e 1540, uma série de fazendas de cana-de-açúcar foi estabelecida ao longo do litoral paulista, em

1. A centralidade da agricultura de exportação na história brasileira é sugerida pelos títulos, e pelo conteúdo, de duas admiráveis sínteses do período colonial: James Lang, *Portuguese Brazil: The King's Plantation* (Nova York, 1979); e Stuart B. Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Leslie Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America* (Cambridge e Nova York, 1984), I, pp. 423-499.

São Vicente, primeira colônia de Portugal no Novo Mundo. Entretanto, durante a segunda metade do século, estes esforços iniciais foram superados por fazendas mais novas e maiores nas capitânicas nordestinas² de Pernambuco e Bahia, que emergiram como centros da produção brasileira - e mundial - de açúcar. Os esforços de colonização em São Paulo deslocaram-se para a serra do interior, onde em 1554 os missionários jesuítas estabeleceram a cidade de São Paulo de Piratininga. Voltando suas costas para a agricultura de exportação e para o comércio com a Europa e a África, os colonos paulistas construíram uma economia baseada na produção de subsistência, no intercâmbio com a população indígena local e nas expedições periódicas ao sertão ocidental em busca de ouro, diamantes e escravos índios. Desse modo, durante os dois primeiros séculos de colonização o trabalho forçado em São Paulo permaneceu predominantemente indígena.³

Entretanto, no final do século XVIII, e com uma intensidade crescente após 1800, a agricultura de exportação e a escravidão africana penetraram neste posto colonial anteriormente isolado. O primeiro estágio dessa penetração baseou-se no açúcar, quando os proprietários de terras reagiram aos aumentos do preço deste produto, causados pelas guerras anglo-francesas das décadas de 1770 e 1790, e pela Revolução Haitiana.⁴ Mas o segundo estágio, mais durável e mais dinâmico dessa penetração, baseou-se no café. Estimulado pela demanda crescente desse produto, o cultivo do café expandiu-se rapidamente no Rio de Janeiro entre 1770 e 1830, e nessa altura para as áreas adjacentes das províncias de Minas Gerais e São Paulo, substituindo o açúcar como o produto de exportação mais importante da nação recém-independente. A introdução do café em São Paulo foi particularmente dramática; em meados do século, as fazendas de café de São Paulo empregavam quase quatro vezes mais escravos do que as de açúcar, e na década de 1860 a província praticamente deixou de exportar açúcar e passou a basear sua expansão agrícola inteiramente no café.

2. Como foi indicado no capítulo 1, uma "capitania" era uma divisão administrativa portuguesa, mais ou menos equivalente no Brasil às províncias do século XIX e aos Estados do século XX.

3. Sobre a escravidão dos índios, ver John M. Monteiro, "São Paulo in the Seventeenth Century: Society and Economy" (dissertação de Ph.D., Universidade de Chicago, 1985).

4. Sobre a ascensão do cultivo do açúcar, ver Maria Thereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo* (São Paulo, 1968).

ramente no café. Desde 1850, o Brasil produzia metade do suprimento mundial de café; cinquenta anos mais tarde, somente o Estado de São Paulo era responsável por metade do suprimento mundial, com o restante do Brasil contribuindo com mais um quarto.⁵

À medida que o açúcar e o café disseminavam-se por São Paulo, levavam com eles a escravidão. Em 1811, os escravos africanos e afro-brasileiros eram responsáveis por 23 por cento da população de São Paulo, proporção que se elevou para 28 por cento na década de 1830 e permaneceu nesse nível por toda a década de 1850, antes de cair para 19 por cento em 1872. Em termos absolutos, entre 1811 e 1836, a população escrava de São Paulo duplicou em tamanho - de 38.542 para 78.858 - e depois tornou a duplicar em 1872, atingindo 156.612 (ver Apêndice A). Em meados da década de 1870, São Paulo abrigava a terceira maior população escrava do país, excedido apenas pelas províncias vizinhas de Minas Gerais e Rio de Janeiro.⁶

A escravidão veio para São Paulo, e com ela vieram também todas as pressões e tensões associadas ao trabalho forçado. Uma dessas tensões mais óbvias era a contradição opressiva entre os princípios cristãos nos quais a civilização brasileira professava estar baseada e as terríveis realidades da prática da escravidão. Clérigos, fazendeiros, escravos e cidadãos privados estavam engajados em uma luta sem fim para definir os termos nos quais estes dois sistemas antagônicos poderiam coexistir. Um resultado possível dessas lutas poderia ter sido que o ensino do cristianismo serviria para aliviar a crueldade da escravidão. Na prática, a verdade comprovada era quase sempre o inverso: as demandas da escravidão e a agricultura de exportação trataram de corromperam e corroeram a doutrina cristã. A religião era uma das primeiras da lista dos principais baluartes do regime escravo, e um observador

5. Dados de Rollie Poppino, *Brazil: The Land and the People* (Nova York, 1968), pp. 147-153; Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia* (2a. edição, São Paulo, 1982), p. 7; Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo: Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX* (Rio de Janeiro, 1977), p. 23; Thomas Holloway, *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934* (Chapel Hill, 1980), pp. 6-9, 175.

6. Samuel Harman Lowrie, "O elemento negro na população de São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 4, 48 (1938), tabela 1, p. 12; Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888* (Berkeley, 1972), tabelas 2-5, pp. 284-287.

francês da disciplina da fazenda do século XIX comentou que “ela compreende dois aspectos: o dogma e o chicote; o padre e o capataz”. Os escravos eram obrigados a servir os seus senhores como serviriam a Deus, para que pudessem receber sua recompensa no outro mundo. Alguns padres foram mais adiante ainda, propondo uma analogia entre o sofrimento dos escravos e aquele do próprio Cristo, instando os escravos a serem dignos da honra de sua vocação crística. Aparentemente, nenhum foi levado a explorar o papel que os donos de escravos desempenhariam nessa analogia. Nem os próprios donos de escravos, mesmo os mais compassivos, que aparentemente não viam ironia em convocar suas famílias, como fez uma patroa paulista, a recitar um rosário para que seu escravo Francisco não “sinta muito a dor das chibatadas”.⁷

Uma segunda tensão era aquela entre a escravidão e os princípios liberais usados para justificar a independência brasileira e que foram subsequentemente colocados como uma relíquia na Constituição de 1824. As elites brasileiras acharam a ideologia liberal muito útil para explicar a elas mesmas e ao mundo porque elas tinham tido o direito de derrubar o domínio colonial português e cuidar de seus próprios negócios. Mas, como aconteceu em todo o mundo atlântico, isto suscitou a questão embaraçosa de por que as garantias liberais de liberdade, igualdade jurídica e a regra da lei deviam ser suspensas no caso de cerca de 40 por cento da população nacional.⁸

Para a maior parte dos donos de escravos era auto-evidente a razão das garantias constitucionais da cidadania não se estenderem aos escravos, que, afinal de contas, não eram cidadãos.

7. Sobre o uso da religião como um meio de manter a disciplina nas fazendas de São Paulo, ver Costa, *Senzala à colônia*, pp. 237-241, 273; e Queiroz, *Escravidão negra*, pp. 47-49. Para o famoso sermão do Padre Antonio Vieira comparando os escravos a Cristo, e recomendando-lhes total obediência a seus donos, ver Robert Conrad, *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983), pp. 163-174. Os temas deste sermão aparecem no brilhante filme de Tomás Gutiérrez Alea, *La última cena* (A Última Ceia, 1967), que examina o relacionamento entre o Cristianismo e a escravidão em uma fazenda de cana-de-açúcar cubana no final do século XVIII.

8. David Brion Davis, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823* (Ithaca, 1975); David Brion Davis, *Slavery and Human Progress* (Nova York, 1984).

escravidão e abolição, 1800-1890

Assim, quando a Constituição condenou os açoitamentos, a tortura e a marcação a fogo, “e todas as outras punições cruéis”, e sua declaração de liberdade e igualdade como “direitos inalienáveis dos homens”, isso foi simplesmente compreendido como não se aplicando aos escravos.⁹ Apesar disso, as contradições entre escravidão e liberalismo, entre brutalidade física e a regra da lei eram gritantes e inegáveis, e à medida que o século progredia, números crescentes de brasileiros achavam cada vez mais difícil ignorá-las. Este foi particularmente o caso entre aqueles reformadores instruídos, das classes média e alta, comprometidos com a “modernização” do seu país: aqueles que desejavam ver o Brasil seguir o caminho civilizado e do progresso trilhado pelas monarquias constitucionais e pelas repúblicas da Europa Ocidental e da América do Norte. Estes brasileiros não conseguiam deixar de perceber que a escravidão fazia mais do que privar uma proporção importante dos habitantes de seu país de direitos e proteções legais. Juntamente com a instituição da grande fazenda, também compunha a base econômica, social e política de um sistema em que a riqueza e o poder concentravam-se nas mãos de uma oligarquia agrária conservadora, que estava em posição de suspender as garantias legais, não apenas da população escrava, mas também de grande parte da população livre. Na verdade, em vários aspectos, a concentração de riqueza e poder nas mãos de fazendeiros e donos de escravos parecia incrivelmente semelhante aos privilégios aristocráticos que o liberalismo europeu sempre combateu.¹⁰

Assim, à medida em que o século ia passando, áqueles brasileiros comprometidos em concretizar a promessa liberal da independência passaram a enxergar a escravidão como um dos principais obstáculos à realização de suas esperanças e aspirações.

9. As contradições entre o liberalismo e a escravidão no Brasil são exploradas na obra de Emília Viotti da Costa. Ver seu *Senzala à colônia*, pp. 325-343, e *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago, 1985), pp. 53-77.

10. Sobre o problema geral da reforma liberal no Brasil do século XIX, além de Costa, ver Richard Graham, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914* (Cambridge and New York, 1968), pp. 252-276; o ensaio de Roberto Schwartz “As idéias fora do lugar”, em seu *Ao vencedor as batatas* (São Paulo, 1977), pp. 13-28; e Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871* (Austin, 1981), pp. 5-30.

Só na segunda metade do século, a elite e as pessoas de classe média que defendiam este ponto de vista tornaram-se suficientemente numerosas e mobilizadas para exercer muita influência sobre os políticos brasileiros. No entanto, embora estes abolicionistas liberais estivessem crescendo lentamente em número, outro grupo de brasileiros logo percebeu a contradição entre escravidão e liberalismo e passou cada vez mais a agir contra isso. Estes brasileiros eram os próprios escravos.

Isto cria uma terceira, e talvez a mais poderosa, tensão inerente ao trabalho forçado: a oposição e a resistência inflexíveis daqueles a ele submetidos. Uma das constantes fundamentais da escravidão do Novo Mundo era que a maior parte dos escravos não gostava da servidão forçada, e fazia esforços consideráveis - e às vezes extremos - para alterar as condições de sua escravidão ou para escapar completamente dela. Havia tantas maneiras de se atingir estes objetivos quanto havia escravos. Alguns buscavam melhorar suas vidas fazendo o mínimo de trabalho possível; outros buscavam o mesmo objetivo, trabalhando diligentemente e tentando atrair a atenção favorável e a aprovação de seus donos. Alguns escravos buscavam melhorar sua dieta plantando sua própria comida em pequenas hortas; outros concentravam suas energias em ganhar dinheiro com o qual compravam comida, liberdade ou outros bens; alguns roubavam, de seus senhores ou de outros locais; alguns faziam as três coisas. Alguns escravos tentavam escapar da escravidão fugindo da casa ou da fazenda de seus senhores; outros determinavam-se a conquistar a boa vontade do seu senhor, na esperança de algum dia obter uma carta de alforria; outros trabalhavam por dinheiro em seu tempo livre ou nos feriados, e no correr dos anos acumularam bastante para comprar a liberdade para si próprios ou para seus filhos; os desesperados buscavam a liberdade matando a si mesmos ou seus senhores.¹¹

A luta entre os senhores de escravos que buscavam extrair o máximo de benefícios de sua propriedade e os escravos que buscavam melhorar sua situação - ou escapar inteiramente dela - tornou a escravidão um sistema social bastante tenso e incômodo. Quando se disseminou em São Paulo, essa tensão tornou-se ma-

11. As variedades de resistência escrava são exploradas nos textos citados no capítulo 1, nota 5.

nifesta na província. Já nas décadas de 1770 e 1780 pequenos quilombos, acampamentos de escravos fugidos, surgiram nas áreas das fazendas de cana próximas de Campinas, e na década de 1810 os fazendeiros dessas áreas manifestavam-se aos funcionários reais “temendo todos os dias um assalto ou invasão dos nossos escravos”. Esses medos foram agravados na década de 1830 por uma onda de levantes de escravos no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e nas províncias do nordeste. Em 1838, a revolta de trezentos escravos em uma fazenda de café no Rio, ocorreu “perto demais de casa”. Requereu a intervenção das tropas federais para ser dominada e, nas palavras dos fazendeiros de Campinas, agravou-se muito, pois estavam “sempre em sustos e temerosos de que de repente se apresente alguma sublevação de escravos”. Esses medos não eram de forma alguma infundados, pois em 1830 e 1832, as autoridades de Campinas descobriram rebeliões que estavam sendo organizadas por escravos de várias fazendas. Levantes de escravos similares ao longo da costa, perto de Ubatuba, foram frustrados em 1825 e em 1831.¹²

Os historiadores ainda sabem relativamente pouco sobre as razões desta intensificação de levantes de escravos na década de 1830.¹³ Parte da explicação pode sem dúvida ser encontrada no tumulto político generalizado da década. Diante da crescente oposição interna que culminou em uma onda de agitações urbanas no Rio de Janeiro, em 1831 o primeiro imperador do Brasil, Dom Pedro I, abdicou do trono em favor de seu filho de cinco anos de idade, Dom Pedro II. Até a época em que o jovem príncipe coroado atingiu sua maioridade, o poder executivo foi comandado por uma regência trina composta por três homens, eleitos pelo Parlamento, e, posteriormente, pela regência uma exercida pelo Padre Feijó. Entre 1831 e 1837, os regentes e o Parlamento realizaram uma “experiência liberal” que durou seis anos, com o objetivo de descentralizar a autoridade política e desfazer a supostamente excessiva concentração de poder que estava nas mãos da

12. Clóvis Moura, *Rebeliões de senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas* (3a. edição, São Paulo, 1981), pp. 204-214; Queiroz, *Escravidão negra*, pp. 57-58, 163-165, 176-182.

13. Para o único estudo definitivo até hoje realizado de um levante desse tipo, ver Jaime João Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês (1835)* (São Paulo, 1986).

monarquia. Destacavam-se entre estas reformas a abolição do Conselho de Estado do imperador e a transferência de várias funções administrativas da monarquia e do Parlamento para as assembleias provinciais recém-criadas.¹⁴

Este enfraquecimento do governo central preparou o palco para uma série de rebeliões provinciais que tiveram início em 1832 e continuaram na década de 1840. Os escravos e os negros livres eram participantes ativos desses levantes, e também protestavam em separado.¹⁵ Havia ainda a chocante disparidade entre as idéias liberais de liberdade e igualdade, evocadas primeiro pela independência e agora pelas reformas parlamentares da década de 1830, e a persistente realidade da servidão forçada.

A primeira evidência clara de escravos e negros livres usando a ideologia republicana liberal como uma arma na luta contra a escravidão e o privilégio racial ocorreu em 1798 na cidade nordestina de Salvador, onde as autoridades descobriram uma conspiração para sublevar as populações negra e branca pobre em uma rebelião inspirada pelas reivindicações de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. Em um contexto brasileiro (como também no Haiti na mesma época), esses princípios significavam não apenas a destruição dos privilégios aristocráticos, mas também a derrubada da escravidão e de todas as distinções legais baseadas na raça.¹⁶

A pronta ação por parte das autoridades pôs fim à conspiração antes que ela tivesse êxito. Entretanto, não conseguiu evitar a disseminação posterior do republicanismo entre os membros da

14. Sobre a "experiência liberal" deste período, ver Roderick J. Barman, *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852* (Stanford, 1988), pp. 161-188. Outra das reformas liberais era mudar a natureza da regência em 1834, reduzindo-a a um indivíduo eleito, não pelo Parlamento, mas pelos eleitores provinciais em geral.

15. Sobre as rebeliões provinciais e a participação nelas de escravos e negros livres, ver Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, "Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth Century", em Bethell, *Cambridge History of Latin America* (Cambridge e Nova York, 1985), 3, pp. 694-695, 702-709; Barman, *Brazil*, pp. 169, 182, 192, 195-197.

16. Sobre conspirações similares entre os escravos e os negros livres ocorridas ao mesmo tempo na Argentina e na Venezuela, ver Boleslao Lewin, "La 'conspiración de los franceses' en Buenos Aires (1795)", *Anuario del Instituto de Investigaciones Historicas* 4 (Rosario, 1960), pp. 9-58; Pedro M. Arcaya, U., *Insurrección de los negros de la serranía de Coro* (Caracas, 1949).

população negra, muitos dos quais, em 1810, eram proponentes entusiasmados da independência. Os escravos e os negros livres desempenharam um papel proeminente no levante republicano de 1817 em Pernambuco, e em 1821, 15 mil escravos em Minas Gerais, respondendo a relatos e rumores de que a independência era iminente e uma nova constituição estava prestes a ser escrita, convergiram para a capital da província para celebrar a liberdade que - supunham eles - esta nova Carta lhes concederia, e para exigir que os negros fossem declarados juridicamente iguais aos brancos.¹⁷

Entretanto, quando a independência chegou, um ano mais tarde, foi o resultado de um movimento fundamentalmente conservador que afastou o domínio português, mas manteve virtualmente intactas todas as instituições criadas pelo colonialismo. A escravidão, as grandes fazendas e até mesmo a monarquia, tudo continuava igual. A legislação subsequente buscou proteger os escravos de maneiras específicas, estipulando limites de punição além dos quais os senhores de escravos estavam proibidos de ir (por exemplo, não mais de cinqüenta chibatadas por dia), e decretando a liberdade dos africanos introduzidos no país após a banição do tráfico de escravos em 1831. Mas essas leis eram rotineiramente (e, no caso da lei anti-tráfico de escravos de 1831, sistematicamente) desobedecidas. E a legislação posterior à Independência continuava as restrições coloniais há muito existentes em relação aos escravos, confirmando mais uma vez a ausência de mudança. Os escravos estavam proibidos de testemunhar no tribunal ou se queixar de seus donos; estavam proibidos de usar roupas elegantes, portar armas ou ficar fora de suas casas após o escurecer, a menos que tivessem permissão de seus donos; estavam proibidos de se reunir em grupos para quaisquer propósitos, a menos que com prévia permissão de seus donos e das autoridades; e assim por diante.¹⁸

As rebeliões da década de 1830 não conseguiram modificar nenhum desses rigores nem produzir qualquer mudança importante na escravidão como instituição. Ao contrário: provocaram

17. Costa, *Brazilian Empire*, pp. 10-12, 56, 140.

18. Sobre as leis do século XIX que regem os escravos, ver Queiroz, *Escravidão negra*, pp. 52-77; Costa, *Senzala à colônia*, pp. 273-288; Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 251-259.

repressão violenta e aumentaram os medos por parte das elites proprietárias de escravos por todo o Brasil, de que as reformas liberais da década de 1830, devido ao enfraquecimento da autoridade central, abrissem as portas ao levante social e à violência política. Sua resposta foi o “regresso” conservador da década de 1840, em que a legislação liberal da década de 1830 foi modificada ou derrubada, e a autoridade central foi reconstituída sob o governo de Dom Pedro II, coroado imperador em 1840. O “regresso” provocou uma onda final de rebeliões provinciais (mas não de levantes de escravos) que em 1850 foram definitivamente reprimidos.¹⁹

Esta consolidação e extensão do poder do Estado intensificou os conflitos inerentes no relacionamento contraditório entre os escravos, proprietários de terras e a monarquia. Os proprietários de terras não viram alternativas a uma força de trabalho escravo, e exigiram tanto aumento das importações de escravos quanto uma maior presença imperial para reprimir a população escrava crescente, mantendo-a sob controle. Mas quando a monarquia assumiu o papel de defensor, executor e mediador do relacionamento senhor-escravo, os termos de sua mediação tornaram-se cada vez mais inaceitáveis para os fazendeiros. Seguindo seu próprio programa de modernização, e também sob a pressão do movimento abolicionista, após 1850 a monarquia mostrou-se surpreendentemente defensora dos interesses dos escravos, chegando até a adotar políticas que questionavam a própria existência da escravidão como instituição. Na busca de novas formas de resistência menos arriscadas que aquela da rebelião aberta, os escravos começaram a perceber - e a tirar vantagem de - as oportunidades criadas pela expandida presença do Estado na regulamentação da escravidão, e pela atitude ambivalente da monarquia em relação à instituição. A convergência de interesses resultante entre a coroa, os escravos e os abolicionistas, que culminou na completa abolição da escravidão pela Lei Áurea de 1888, tornou-se uma ameaça direta aos fazendeiros, particularmente aos daquela parte do Brasil em que a agricultura de exportação e a população escrava haviam se desenvolvido mais rapidamente: o sudeste cultivador do café. Assim, a emancipação e os fazendeiros descon-

19. Barman, *Brazil*, pp. 217-243; Bethell and Carvalho, “Brazil”, pp. 709-718.

tentes de São Paulo iriam ambos desempenhar um papel preponderante na destruição da monarquia e na proclamação da República, que ocorreu apenas oito meses depois da abolição da escravidão.²⁰

a luta pela emancipação²¹

A consolidação da autoridade monárquica em 1850 coincidiu com o primeiro passo na destruição da escravidão brasileira: o fim efetivo do tráfico escravo atlântico para o Brasil. O tratado anti-escravidão com a Grã-Bretanha, datado de 1831, jamais foi cumprido pelo governo, sendo flagrantemente negligenciado tanto por compradores quanto por vendedores. Na verdade, entre 1845 e 1850, o tráfico de escravos atingiu seu ponto culminante, com uma média de 55 mil africanos chegando por ano ao país.²²

Entretanto, a própria intensidade do tráfico comprovou ser sua ruína. O volume sem precedentes das importações de escravos durante a década de 1840 deu lugar a medos de que o Brasil fosse inundado por uma população africana potencialmente rebelde, que poderia causar uma repetição dos levantes da década de 1830. Também provocou tanto um aumento da pressão diplomática britânica para se pôr fim ao tráfico quanto intervenções armadas de navios de guerra britânicos em vários portos brasileiros, em 1849 e 1850. Em um esforço para repelir a invasão do Brasil,

20. "A abolição, entendida como o conjunto de políticas públicas que aos poucos levou à extinção da escravidão, constitui ponto privilegiado para explorar as relações entre o governo, isto é, o Rei e seus burocratas, e a classe dos proprietários rurais ... Em nenhum outro momento, e em nenhum outro tema, ficou mais clara a oposição entre as motivações e os interesses do pólo burocrático do poder [o Estado] e os interesses do pólo social e econômico [os fazendeiros] deste mesmo poder. Se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao final, acabou por destruí-lo." José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: A política imperial* (São Paulo, 1988), p. 50.

21. Os tratamentos básicos deste tópico são Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*; Costa, *Senzala à colônia*, e *A abolição* (São Paulo, 1982); e Robert Brent Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil* (Nova York, 1971). Ver também Seymour Drescher, "Brazilian Abolition in Comparative Perspective", *Hispanic American Historical Review* 68, 3 (1988), pp. 429-460.

22. Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade* (Cambridge e Nova York, 1970), p. 390.

tanto por escravos africanos quanto por cruzadores britânicos, o Conselho de Estado do imperador propôs o término do tráfico de escravos, que foi prontamente aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A imposição subsequente por parte das autoridades imperiais (incluindo as forças armadas e a polícia) mostraram-se eficientes: as importações caíram de 54.061 em 1849 para 22.856 no ano seguinte, e para 3.287 em 1851. Em 1853, haviam cessado completamente.²³

Dado o contínuo excedente de mortes em relação aos nascimentos na população escrava brasileira, e a resultante incapacidade dessa população de se reproduzir, o término do tráfico de escravos significou o fim total e inevitável da escravidão. Entretanto, a palavra chave aqui é "total". Em São Paulo, por exemplo, o índice anual de redução da população escrava - sem as importações - era entre 0,5 e 1,0 por cento ao ano.²⁴ Isto significava que, mesmo com os índices máximos de declínio, a população escrava ainda excederia a 50.000 em 1900, e a mais de 30.000 em 1950.

Por isso, o fim do tráfico de escravos era apenas o primeiro passo para a eliminação da escravidão. O segundo veio em 1871, quando o primeiro-ministro de Dom Pedro, o Visconde do Rio Branco, propôs a Lei do Ventre Livre, pela qual as crianças nascidas de mães escravas seriam livres ao atingir a maioridade. A lei também garantia aos escravos o direito de comprar sua liberdade (um direito que há muito eles já tinham na prática, mas não garantido por lei), libertava todos os escravos de propriedade do Estado, e criava um fundo administrado pelo Estado para comprar a liberdade de outros escravos não incluídos na legislação de 1871. Após intenso debate, a lei foi aprovada pelas duas casas do Parlamento como Lei Rio Branco.

Por que os legisladores que representavam os interesses agrários de suas várias províncias concordaram com uma lei que aproximava tanto da realidade a abolição da escravidão? Grande parte da explicação pode ser encontrada na redistribuição regional da escravidão brasileira que teve lugar no decorrer do século

23. Bethell, *Abolition of the Brazilian Slave Trade*, pp. 327-359, 390.

24. Robert W. Slenes, "The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888" (dissertação de Ph.D., Universidade de Stanford, 1976), p. 365; e Robert E. Conrad, *World of Sorrow: The African Slave Trade to Brazil* (Baton Rouge, 1986), pp. 7-24.

XIX. A expansão dramática da economia do café no sudeste do Brasil conduziu a aumentos consistentes nas populações escravas dessas províncias. Depois que o tráfico de escravos africanos foi interrompido, em 1850, estes aumentos foram impulsionados, não pelas importações de africanos, mas por uma explosão do comércio interno, que comprou os escravos do nordeste economicamente estagnado e depois os transportou para vendê-los em São Paulo, Rio e Minas Gerais. Em 1819, no início da explosão do café, metade dos escravos do Brasil estavam fixados nas províncias açucareiras do nordeste, e apenas 37 por cento nos Estados que cultivavam café. Como resultado do comércio interprovincial, em 1872 essas proporções haviam nitidamente se invertido, com 32 por cento dos escravos da nação agora fixados no nordeste, e 59 por cento no sudeste. A população escrava da Bahia aumentou apenas marginalmente nesse período; a de Pernambuco estava em pleno declínio.²⁵

Sob pressão do governo e também do movimento abolicionista urbano, e enxergando pouco futuro para a escravidão em suas economias locais, os deputados dos Estados do nordeste (que, devido ao fato da Câmara dos Deputados não ter mantido a mesma representação proporcional desde 1824, estavam super-representados no Parlamento) relutantemente aprovaram a lei. O mesmo não aconteceu com os fazendeiros do sul, que permaneciam fortemente comprometidos com a escravidão como a única forma adequada de mão-de-obra para a agricultura de exportação, e que se opunham vigorosamente à legislação proposta. Essa oposição foi particularmente intensa em São Paulo, onde os proprietários de terra, zangados em parte devido aos apelos do imperador pela “reforma” da escravidão, uniram-se em 1870 para criar o Partido Republicano, que clamava pela descentralização do Estado brasileiro e pelo fim do “cesarismo” imperial.²⁶

25. Herbert Klein, *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade* (Princeton, 1978), pp. 95-120; Conrad, *World of Sorrow*, pp. 171-192.

26. Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 91-95; Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 65-67. O compromisso persistente dos fazendeiros do sudeste com a escravidão é claro, não somente em seus escritos e declarações, mas também nos preços que estavam dispostos a pagar por escravos comprados do nordeste. Sobre a disparidade entre os preços dos escravos no norte e no sul durante este período, ver Slenes, “Demography and Economics”, pp. 179-188.

As legislações de 1850 e 1871 constituíram a intervenção mais óbvia e visível por parte da monarquia nos assuntos dos senhores e dos escravos. Uma intervenção menos explícita desse tipo, inicialmente não relacionada à escravidão, também causou importantes impactos. Esta intervenção foi a reforma judiciária de 1841, que substituiu os juizes de paz eleitos no âmbito local por magistrados profissionais indicados pelo Ministro da Justiça.²⁷ Como os juizes de paz, os magistrados imperiais continuaram intimamente ligados às elites locais, proprietárias de terras, e suscetíveis aos seus interesses. Mas, ao contrário dos juizes, os magistrados profissionais dependiam fundamentalmente, não dos fazendeiros, mas de seus superiores no ministério. Muitos juizes haviam sido fazendeiros ou eram negociantes com poucos conhecimentos da lei; os magistrados, ao contrário, eram formados pela faculdade de direito e faziam parte de um corpo prestigiado de administradores profissionais. E, durante seu treinamento legal, muitos deles entraram em contato com a literatura e com organizações abolicionistas; este era particularmente o caso dos graduados da Faculdade de Direito de São Paulo, onde em 1856 os alunos fundaram uma ativa sociedade abolicionista.²⁸

Os efeitos precisos da reforma de 1841 sobre a jurisprudência e a administração local precisam ainda ser estudados. Mas pesquisa recente realizada por historiadores brasileiros sugere que ela teve conseqüências importantes para a população escrava, e particularmente para a capacidade daquela população para se defender das exigências e das imposições da escravidão. Para um deles, os novos magistrados parecem ter estado menos dispostos a ignorar as leis que entravam em conflito com os interesses dos senhores de escravos. Um exemplo importante foi a legislação anti-tráfico-de-escravos de 1831, que, como já vimos, simplesmente foi negligenciada durante as décadas de 1830 e 1840. Na década de

27. A reforma também buscava profissionalizar as forças policiais da província colocando-as sob o controle do Ministério da Justiça. Thomas Hol- loway, "The Brazilian 'Judicial Police' in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871", *Journal of Social History* 20, 4 (1987), pp. 733-756.

28. A reforma judiciária de 1841 e as diferenças entre os juizes de paz e os magistrados profissionais estão discutidas em Flory, *Judge and Jury*. Sobre o movimento abolicionista na Faculdade de Direito de São Paulo, ver Richard M. Morse, "The Negro in São Paulo, Brazil", *Journal of Negro History* 38, 3 (1953), pp. 292-293.

1850, os tribunais brasileiros estavam rotineiramente concedendo a liberdade a africanos que podiam provar que tinham sido trazidos para o país após 1831, e também para os filhos desses africanos. Na província de São Paulo, especificamente um advogado abolicionista, o afro-brasileiro Luís Gama, ganhou a liberdade de várias centenas de clientes escravos durante as décadas de 1860 e 1870, tendo como base a legislação de 1831.²⁹

Outras evidências sugerem que uma atitude modificada por parte dos magistrados profissionais é a freqüência com que os escravos buscavam a proteção da justiça imperial. Embora as rebeliões de escravos em grande escala tenham cessado em 1840, continuava uma violência esporádica envolvendo indivíduos ou pequenos grupos de escravos. Após a reforma judiciária, os fazendeiros e os funcionários públicos de São Paulo observaram que estes “crimes” estavam usando assumindo uma nova forma: o padrão usual em que os escravos assaltavam os capatazes ou os senhores tinha sido utilizado para eles tentarem escapar para a floresta e fugir à justiça imperial. Agora, em vez de fugir, os escravos estavam cada vez mais recorrendo à polícia, confessando seus crimes e solicitando a oportunidade de ter seus casos ouvidos no tribunal.³⁰

Alguns aparentemente fizeram isso na esperança de ser sentenciados à prisão ou às galés (trabalho pesado realizado por um grupo acorrentado), que consideravam preferível a trabalhar em uma fazenda sob o comando de um capataz ou senhor sádi-

29. Gama é uma figura histórica extraordinária. Nascido na Bahia em 1830 de mãe africana livre e pai português, ele foi ilegalmente vendido como escravo em 1840 por seu pai e enviado para São Paulo no tráfico de escravos interprovincial. Fugiu de seu dono em 1848, serviu seis anos na polícia militar e, finalmente, tornou-se advogado. Competente escritor e orador, por ocasião de sua morte, em 1822, havia se tornado um dos mais destacados e conhecidos abolicionistas de São Paulo. Sud Mennucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama* (São Paulo, 1938).

30. Para análises interessantes destes novos desenvolvimentos na criminalidade escrava em São Paulo, ver Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda Negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - século XIX* (Rio de Janeiro, 1987), pp. 180-199; Maria Helena P.T. Machado, *Crime e escravidão: Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888* (São Paulo, 1987), passim, mas particularmente pp. 68, 77.

co.³¹ Outros, no entanto, parecem ter confiado na justiça imperial para julgar seus casos imparcialmente e para lhes proteger da crueldade de senhores e capatazes abusivos. Parece que esta confiança tinha algum fundamento. Tanto as regras formais quanto as informais do procedimento legal brasileiro continuavam a favorecer os senhores em detrimento dos escravos; mas à medida que o clima da opinião pública, particularmente entre as elites urbanas instruídas, passou a se voltar contra a escravidão, os juízes agora encaravam com menos tolerância os excessos brutais da escravidão das fazendas, e mostravam mais simpatia pelos escravos que buscavam proteção na lei.³²

Em seus apelos e depoimentos, os escravos respondiam a esta abertura tentando expandir os limites da "justiça" para incluir não apenas os ditames formais da lei, mas também conceitos mais amplos de direitos, costumes e obrigações. Nos casos acima referidos, os escravos de São Paulo justificavam os assaltos, e até mesmo o assassinato, como esforços para reparar várias injustiças: serem vendidos para senhores para os quais eles não queriam trabalhar; a venda de membros de suas famílias; exigências dos capatazes nas horas de lazer, que os escravos consideravam seu direito pelo costume; a provisão inadequada de alimentos ou roupas por parte dos senhores; e assim por diante. Em cada um desses casos, os escravos explicavam suas ações em termos que misturavam conceitos de economia moral com conceitos liberais de contrato: quando os senhores rompiam seus contratos implícitos com os escravos, ou violavam os usos estabelecidos pelo costume, os escravos tinham o direito de buscar reparação. E quando os senhores negavam-lhes o acesso direto aos tribunais ou à po-

31. O chefe de polícia da província observou em 1871 que "Para o cidadão, ela [a pena das galés] é a morte moral; para o escravo, é a liberdade". Costa, *Senzala à colônia*, p. 288. Como resultado, o governador de São Paulo comentou mais adiante, na mesma década, que os escravos que haviam atacado seus senhores "não esconde-se nem oculta as provas do seu crime - plácido e tranqüilo busca a autoridade e vem oferecer-se à vindita da lei, sonhando com a corrente do calceta que é para ele uma redenção." Queiroz, *Escravidão negra*, p. 155.

32. Para evidência dos jornais de São Paulo sobre esta mudança de opinião contra a escravidão, e particularmente contra a tortura e o abuso dos escravos, ver Lília Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (São Paulo, 1987), pp. 207-215.

lícia, os escravos não tinham outra escolha, senão tomar os senhores em suas próprias mãos e garantir, por meio de atos violentos, que finalmente teriam acesso assegurado à justiça do imperador.³³

Em cada um desses casos, os escravos estavam implicitamente exigindo os direitos assegurados aos homens livres e mulheres livres.³⁴ Essa demanda tornou-se explícita em um caso de assassinato de 1871, que provocou agitações violentas nas zonas cafeeiras. Quando perguntaram a um escravo em Rio Claro porque ele havia matado seu senhor, ele respondeu que o havia matado porque “não sabia por que tinha que trabalhar toda a sua vida pelo benefício exclusivo de um homem que era igual a ele”. Buscando uma explicação para o fato de um escravo de fazenda ser capaz de imaginar que ele pudesse ser igual ao seu dono, um comitê composto de 171 fazendeiros da região de Campinas indicou o caráter cada vez mais brasileiro da população escrava, e a maior familiaridade dos escravos com a vida e os costumes brasileiros.

Estes [escravos filhos do país e notadamente das Províncias do norte], nascidos e educados entre nós e conseqüentemente compartilhando da nossa índole, costumes e dotados de uma esfera intelectual muito mais dilatada que a de seus primitivos troncos tendem a ter aspirações compatíveis com o seu desenvolvimento e portanto a libertar-se daquela subserviência passiva dos primeiros [escravos africanos]. Sua comunhão íntima com a população livre em relações promíscuas, e sua natureza racial misturada, tornou-os um tipo intermediário entre as raças africana e latina, e os dotou com uma capacidade de discutir o direito de propriedade que a lei impõe sobre eles e a questionar a legitimidade e a origem desse direito.³⁵

33. Estes casos estão descritos e resumidos em Machado, *Crime e escravidão*, pp. 114-123. Uma linha de defesa similar foi usada por Luís Gama, quando declarou que os escravos que atacavam seus senhores estavam simplesmente se defendendo contra o assalto e os roubos inerentes à escravidão. Esta estratégia não parece ter resultado na absolvição de nenhum de seus clientes. Menucci, *Precursor*, pp. 148-153.

34. Ver a discussão de Warren Dean sobre como, na década de 1860, os escravos “absorveram a retórica do igualitarismo e da cidadania” e a estavam utilizando para explicar e justificar suas queixas. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920* (Stanford, 1976), p. 127.

35. Slenes, “Demography and Economics”, p. 550; também citado em Dean, *Rio Claro*, pp. 124-125.

Durante a primeira metade do século, os escravos levados para São Paulo eram africanos recém-chegados. O fim das importações de africanos em 1850 marcou uma nova fase no comércio escravo, em que as fazendas de café seriam então supridas por um comércio escravo interno que tirava os escravos das áreas urbanas e das pequenas fazendas e os enviava para as zonas cafeeiras. Nas décadas de 1860 e 1870, a esmagadora maioria desses novos trabalhadores das grandes fazendas eram afro-brasileiros nascidos no Brasil e familiarizados com a língua, os costumes e as leis do seu país.³⁶ Estavam também conscientes da oposição crescente à escravidão entre os brasileiros livres, uma oposição localizada nas áreas urbanas das quais muitos deles provinham, e onde a escravidão estava sendo pouco a pouco eliminada pela venda dos escravos para a área rural. E mesmo os africanos que estavam fixados nas fazendas de São Paulo e que viviam há uma década ou mais no Brasil provavelmente sabiam português e estavam menos afastados um do outro pelas diferenças de origens e de língua africana que haviam dividido os escravos ao longo de linhas étnicas e os tornando mais vulneráveis ao controle do senhor. Os membros desses dois grupos - escravos nascidos no Brasil e africanos mais aculturados - tinham consciência de que a escravidão atravessava uma crise e vinha sendo seriamente questionada por um corpo crescente da opinião pública brasileira. Muitos estavam também conscientes de que a escravidão, como instituição, transgredia os princípios religiosos e cívicos nos quais a vida brasileira dizia estar baseada. Agora começavam a agir segundo este conhecimento, justificando sua resistência e buscando compensação legal, denunciando a injustiça inerente da escravidão e sua negação, não apenas das leis de Deus, mas também das leis do homem.

Esses desenvolvimentos agravaram as formas tradicionais de resistência dos escravos. E quando o apoio público e oficial à escravidão foi reduzido, os escravos foram do mesmo modo incentivados a retornar às rebeliões das décadas de 1820 e 1830. Em

36. Em 1872, 90,8 por cento dos 1,5 milhões de escravos da nação eram afro-brasileiros nascidos no Brasil. Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. Quadros geraes (Rio de Janeiro, 1873), tabela 1.

1879, os escravos se rebelaram em Limeira, perto de Campinas; a polícia descobriu várias conspirações de escravos em 1881; e em 1882 e 1883 rebeliões sangrentas irromperam nas fazendas próximas a Campinas. Como em casos anteriores envolvendo crimes individuais, a visão dos escravos da polícia e dos tribunais como defensores de seus direitos emerge claramente. Tendo ouvido relatos (falsos, como veio a se comprovar) de que a emancipação havia sido decretada por Dom Pedro, os rebeldes de Campinas concluíram que seus senhores os estavam mantendo ilegalmente na escravidão. Depois de tomarem suas fazendas e matarem vários brancos, eles marcharam para a cidade e se entregaram à polícia, “contando todos os fatos com o mais admirável sangue-frio”, como relatou um jornal do Rio, e exigindo que fossem libertados.³⁷

Estes acontecimentos confirmaram amplamente uma observação de um deputado de São Paulo, em 1878, com respeito à escravidão: “não há dúvida ... que estamos à beira do abismo, ou pisando sobre um vulcão”.³⁸ Mas mesmo nesta data tardia, os fazendeiros da província permaneciam fortemente comprometidos com a escravidão. A maior parte deles tinha investido grandes somas em seus escravos e não queria enfrentar as perdas financeiras impostas pela emancipação. Mesmo aqueles que podiam absorver essas perdas achavam difícil imaginar quem conseguiria a mão-de-obra necessária para as fazendas de café se a escravidão fosse eliminada. Eles supunham que os escravos jamais trabalhariam, exceto sob terrível compulsão, e eram profundamente pessimistas também em relação à população camponesa livre, cujos membros em sua maioria mostravam uma grande aversão a aceitar emprego regular nas fazendas. Não vendo nenhuma alternativa ao sistema de trabalho que havia sustentado durante séculos a

37. Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 184-186; Costa, *Senzala à colônia*, 198-199; Azevedo, *Onda negra*, pp. 199-202; Machado, *Crime e escravidão*, p. 52; Dean, Rio Claro, p. 139.

38. Azevedo, *Onda negra*, p. 117. O naturalista francês Louis Couty, que visitou São Paulo em 1883, logo após os levantes de Campinas, registrou impressões similares, observando que a província parecia estar à beira de uma violenta revolução. Costa, *Senzala à colônia*, p. 298.

agricultura de exportação no Brasil, os fazendeiros resolveram recorrer às suas armas e sobreviver à crise enquanto pudessem.³⁹

A intransigência dos fazendeiros de São Paulo deixou ao movimento abolicionista daquela província poucas alternativas além daquela de adotar uma postura igualmente radical e agir fora do sistema político formal. Após a morte de Luís Gama em 1882, a liderança do movimento em São Paulo foi assumida por Antonio Bento, um membro renegado da classe dos proprietários de terras que defendia a destruição da escravidão por quaisquer meios necessários, incluindo a violência.⁴⁰ Escolhendo a igreja dos negros de Nossa Senhora dos Remédios, na capital da província, como base de suas operações, Bento e seus seguidores (muitos deles membros da irmandade leiga da igreja) organizaram redes de caifazes, agentes que circulavam pelo campo espalhando tanto as novidades do movimento, como as da abolição da escravidão em outros locais do Brasil (as províncias do Amazonas e do Ceará derrubaram a escravidão em 1884) e da América Latina (a escravidão foi abolida em Cuba em 1886), e incitando os escravos a se levantar contra seus senhores e fugir.

Mais uma vez, os escravos se aproveitaram das brechas criadas pelo conflito político entre a população livre. Ajudados e instigados pelos abolicionistas, em 1887 os escravos fugiam em massa das fazendas de São Paulo. As tropas imperiais chegaram para reforçar a força policial, mas, quando confrontados com a tarefa impossível de apreender milhares de fugitivos, seus oficiais requereram formalmente à monarquia serem dispensados desta atribuição. Se os senhores de escravos quisessem usar a força para segurar seus escravos, eles mesmos teriam que aplicá-la.⁴¹

39. Até os fazendeiros mais "progressistas" da província, aqueles que aderiram ao recém-fundado Partido Republicano, desapontaram muito os abolicionistas recusando-se a assumir uma posição contra a escravidão. Luís Gama, de início um republicano entusiasmado, renunciou ao partido desgostoso pelo fato de ele não endossar a abolição. Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford, 1980), p. 104.

40. O companheiro de Bento, o abolicionista Joaquim Nabuco, certa vez o descreveu como um John Brown brasileiro. Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, p. 242.

41. Para os tumultuados acontecimentos deste período, ver Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 239-262; Toplin, *Abolition of Slavery*, pp. 194-224; Costa, *Senzala à Colônia*, pp. 308-319.

Foi neste ponto, e somente neste ponto, que os fazendeiros de São Paulo finalmente aceitaram a inevitabilidade da abolição. Ficou claro ser impossível manter a escravidão devido à má resistência dos escravos e, em agosto e setembro de 1887, o Partido Republicano da província convocou uma série de reuniões de fazendeiros em Campinas para discutir como resolver a crise. Buscavam estender as condições da servidão por mais alguns anos, oferecendo libertar seus escravos em troca do seu compromisso de continuarem a servir seus senhores - embora agora recebendo salários - até 1890. Mas era tarde demais para essas meias medidas. Diante da perspectiva da completa desintegração da escravidão na província, novos encontros de fazendeiros foram marcados para dezembro na Cidade de São Paulo, quando os proprietários de terras abruptamente mudaram o curso e lançaram uma campanha de "emancipação do fazendeiro". Durante o último ano de existência da escravidão, 40 mil escravos foram libertados por seus senhores nas regiões cafeeiras do centro e do este de São Paulo, mais de um terço da população escrava total do Estado. Em fevereiro de 1888, a escravidão foi formalmente abolida na Cidade de São Paulo, em 14 de março a Assembléia Legislativa unanimemente requereu ao Parlamento a abolição da escravidão no Brasil.⁴²

Em 13 de maio de 1888, quando a Princesa Regente Isabel⁴³ assinou a Lei Áurea, que aboliu definitivamente a escravidão em todo o Brasil, os fazendeiros de café de São Paulo congratularam-se por terem antecipado o inevitável e terminado com a escravidão "por efeito da espontânea resolução dos senhores, sem intervenção do públicos poderes".⁴⁴ Como vimos, no entanto, a deci-

42. Love, *São Paulo*, pp. 104-106; Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 248-262; Thomas Holloway, "Immigration and Abolition: The Transition from Slave to Free Labor in the São Paulo Coffee Zone", em Dauril Alden e Warren Dean, eds., *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India* (Gainesville, 1977), p. 156; Costa, *Senzala à colônia*, p. 310-318; Azevedo, *Onda negra*, pp. 213-214. Durante março e abril de 1888, mais 25 mil escravos foram libertados nas zonas cafeeiras da província vizinha do Rio de Janeiro. Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, p. 269.

43. Nessa época, Dom Pedro estava viajando pela Europa; sua filha Isabel ocupava o trono em sua ausência.

44. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística* (São Paulo, 1888), p. 245.

são dos senhores foi longe de ser espontânea, e houve na verdade considerável intervenção das autoridades imperiais, começando com a abolição do tráfico de escravos em 1850 e culminando com a recusa do exército em conter a onda de fuga de escravos em 1887 e 1888. Houve também substancial intervenção por parte dos escravos, um ponto que não foi negligenciado pelos observadores da época. Um francês que visitou São Paulo na virada do século foi informado por seus anfitriões que a abolição ocorreu porque “a situação dos senhores de escravos para manter seus escravos estava ficando difícil; e a disciplina nas fazendas tornava-se impossível. A lei da abolição simplesmente ratificou a desorganização já profunda do trabalho escravo” - uma desorganização produzida, é claro, pelos próprios escravos.⁴⁵ Um editorial de 1898 comemorando o décimo aniversário da abolição explicou o acontecimento em termos quase idênticos:

Não fugissem os escravos em massa das fazendas, rebellando-se contra os senhores ... Não fossem eles, em número superior a vinte mil, para o famoso quilombo de Jabaquara [fora da cidade portuária de Santos, um centro de agitação abolicionista], e talvez ainda hoje seriam escravos ... A escravização acabou-se porque o escravo não quis mais ser escravo, porque o escravo rebelou-se contra seu senhor e contra a lei que o escravizara ... A lei de 13 de maio não foi mais do que a sanção legal - para que a autoridade pública não fosse desacreditada - de um acto que já estava consummado pela revolta em massa dos escravos ...⁴⁶

E até mesmo o relato anteriormente citado do governo da província de São Paulo, apesar de expressar a “decisão espontânea” dos fazendeiros, tornou claros os motivos e as forças que estavam por trás dessa decisão.

... em meados do anno de 1887, ... acontecimentos graves e de character imprevisto vieram precipitar o seu desfecho na provincia. Referimo-nos às fugas em massa dos escravos de grande número de estabelecimentos agrícolas e ao conseqüente abandono das respectivas lavouras. Estes factos tomando proporções cada vez mais assustadoras, já pelos effeitos da repentina retirada dos trabalhadores dos centros agrícolas, já pelos perigos a que ficavam sujeitas a segurança pública nas estradas e nos povoados

45. Pierre Denis, *Brazil* (Londres, 1911), p. 183.

46. *Rebate* (3 de junho de 1898), p. 1.

por onde passavam, em caravanas, os escravos em fuga, não podiam deixar de alarmar o espírito público, tornando-o sobremaneira apreensivo e inquieto sobre o paradeiro dos acontecimentos ... Ao terminar, pois, o anno de 1887, pode-se dizer que se não era já realidade a emancipação dos escravos em toda a provincia de S. Paulo, a obra da abolição se aproximava de seu termo ...⁴⁷

Embora os fazendeiros pudessem tentar reivindicar o crédito da abolição, os observadores contemporâneos e posteriores reconheciam-na como “uma vitória do povo e - poderíamos acrescentar - uma conquista dos negros livres e escravos”.⁴⁸ Pela primeira vez na história brasileira, um movimento de massa triunfou sobre os interesses oligárquicos. Descrevendo a abolição da escravidão como “a mais genuína conquista popular” da história brasileira, o *Diário de Campinas* declarou positivamente que “Abolição fê-la o povo”. “Bem raro em nossa terra, o poder executivo é mero executor de um decreto do povo”, ponderou o *Diário Popular* de São Paulo em 14 de maio. E escrevendo quatro anos depois do acontecimento, um editorialista de *O Estado de São Paulo* observou que a opinião pública tendia a atribuir a abolição à Princesa Isabel e a sua decisão de libertar os escravos, mas na verdade ela havia sido a primeira expressão da democracia na história do país. “... um movimento popular, profunda e exclusivamente popular, ramificado por toda a vastidão do nosso paiz, só temos um na nossa história, e esse é o que em 13 de maio de 1888 teve a sua gloriosa sanção, o seu reconhecimento pelo governo”.⁴⁹

A reação do público diante daquele triunfo foi eletrizante. O romancista Machado de Assis recordou que as comemorações que se seguiram à promulgação da Lei Áurea foram “o único de-

47. Relatório ... pela Comissão Central de Estatística, p. 245.

48. Costa, Abolição, p. 94.

49. Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888-1921)* (Campinas, 1988), p. 86; “Liberdade, um compromisso assumido pelo ‘Diário Popular’,” em *Abolição: 100 anos*, suplemento especial do Diário Popular (12 de maio de 1988), p. 5; “Dia a dia”, *O Estado de São Paulo* (13 de maio de 1892), p. 1. Durante as comemorações do centenário da abolição brasileira, o presidente José Sarney concordou, descrevendo a abolição como “a maior campanha cívica que já se fez neste país”. “Maestro acusa a Bossa Nova de racista”, *Folha de São Paulo* (12 de maio de 1988), p. 14.

lírio popular que me lembro de ter visto”. Um jornal de São Paulo descreveu as multidões que se reuniram para comemorar: “Tentar descrever o brilhantismo dessa festa de alegria, dizer tudo o que houve, não é tarefa que caiba nas nossas forças ... Nunca se viram, nesta capital, tamanha multidão e tamanho e tão unânime entusiasmo. O povo, essa espécie de criança, esquecida por vezes que festejavam a vitória da sua opinião, do seu trabalho, do seu sacrifício, para glorificar aqueles [os fazendeiros e os legisladores] que se submeteram às imposições da vontade popular.” Anos mais tarde, outro jornalista de São Paulo lembrou-se do acontecimento decisivo, afirmando que “foi quando, pela primeira vez em toda a minha vida, vi povo, mas verdadeiro povo - povo criança e tráfego, rindo à larga, folgando às soltas, escandalosamente ostentando o seu júbilo ...”⁵⁰

Estas citações revelam vários pressupostos que serviram de base à cultura política brasileira no século XIX (e que sobreviveram, apenas um pouco corroídas, até o final do século XX). A política era uma atividade exclusiva da elite, estritamente fora dos limites da população em geral. Por isso, nesta ocasião única em que a população conseguiu impor sua vontade à política nacional foi reconhecido por todos os envolvidos como um momento singular e sem precedentes. Também não foi coincidência que vários desses escritores tivessem independentemente coincidido em descrever essa população (o povo) como crianças, pois era precisamente o papel dos dependentes sem poder e incompetentes que se esperava que a grande massa da população desempenhasse em relação à oligarquia dos fazendeiros. Então, quando esse povo, de maneira incomum, levantou-se para assegurar um papel para si mesmo no direcionamento da política nacional, pode realmente ter parecido ao jornalista acima citado que era a primeira vez em sua vida que ele havia visto as “pessoas comuns”. Na verdade, ele as havia visto cada dia de sua vida, nas ruas e praças da cidade, e trabalhando como criados em casas particulares. Mas foi de fato a primeira vez que ele as viu como participantes ativos da política - e, mais ainda do que participantes ativos, como participantes bem sucedidos, vitoriosos.

50. Costa, *Abolição*, p. 93; “As festas de ontem”, *Diário Popular* (14 de maio de 1888), p. 2; “Diário do Rio”, *O Estado de São Paulo* (16 de maio de 1898), p. 1. Ver também Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 273-274.

Isto nunca havia acontecido antes na história brasileira, e os fazendeiros estavam determinados a que nunca acontecesse de novo. Aceitando a Lei Áurea imposta sobre eles pela sociedade em geral, os fazendeiros de São Paulo partiam agora para estruturar os arranjos políticos, sociais e econômicos da pós-abolição, de maneira a garantir que seus interesses jamais voltassem a ser tão diretamente desafiados pelas forças populares.

depois da abolição

O componente político desta reestruturação concentrou-se na derrubada da monarquia e na sua substituição por uma república descentralizada, completamente controlada e dominada pelas elites agrárias dos Estados. A destruição da monarquia ocorreu em novembro de 1889, um ano e meio depois da Lei Áurea, e foi planejada em grande parte pelos fazendeiros de São Paulo. Durante as décadas de 1870 e 1880, os proprietários de terras paulistas passaram a sentir cada vez mais que as instituições da monarquia - particularmente o Parlamento, que não havia passado por uma nova representação proporcional desde a década de 1820, e o Senado, cujos membros eram vitalícios e indicados pelo imperador - não conseguiram ter uma representação provincial proporcional a sua população ou a sua contribuição financeira ao Império. Liderando o movimento republicano (que haviam fundado em 1870) e depois conspirando em 1888 e 1889 com os oficiais militares que também haviam se tornado insatisfeitos com o governo monárquico, os republicanos paulistas "foram o único grupo fora do Rio de Janeiro a participar" da derrubada da monarquia. A partir daí passaram a ocupar uma posição de liderança na estruturação da nova república criada pela Constituição de 1891.⁵¹

Caracterizada por uma estrutura federal descentralizada e níveis extremamente baixos de participação eleitoral, a República mostrou ser o veículo perfeito para o domínio dos fazendeiros em São Paulo e em todo o Brasil. "Este sistema, dirigido pelo presidente da República e pelos governadores de São Paulo e Minas, foi um arranjo para o apoio mútuo das elites beneficiadas em to-

51. Costa, *Brazilian Empire*, pp. 221-228; Love, São Paulo, p. 110.

dos os níveis de governo.”⁵² Pierre Denis, um observador francês contemporâneo, descreve como ele funcionava.

O Brasil na verdade estabeleceu o sufrágio universal; mas o povo soberano, antes de delegar sua soberania a seus representantes, confia à classe dominante o dever de supervisionar suas funções eleitorais. Os grandes proprietários de terras escolhem os candidatos, e suas instruções são em geral obedecidas. Eles compõem a estrutura, o arcabouço de todos os partidos políticos; são sua força, sua própria vida; são eles que governam e administram o Brasil.⁵³

Denis só errou em um aspecto: a Constituição não estabelecia o sufrágio universal, mas o limitava aos homens alfabetizados, dos quais apenas uma pequena minoria dava-se ao trabalho de votar.⁵⁴ Mais ainda que a monarquia, a República era o “regime do fazendeiro”, um regime ideal para os proprietários de terra, em que eles mantinham pleno controle sobre o Estado e a política nacional.⁵⁵ A monarquia havia pelo menos mantido um sistema eleitoral pluripartidário, em que os liberais, os conservadores e, após 1870, os republicanos competiam um com o outro pelo poder. Na República, no entanto, “a competição entre os partidos era quase sem sentido e em geral inexistente”. A participação política, avaliada pelo voto, era mais restrita que na monarquia, e nenhum “poder moderador” se colocava entre as massas brasileiras e os proprietários de terras.⁵⁶

Muitos afro-brasileiros de São Paulo - particularmente aqueles que haviam nascido livres, cresceram em áreas urbanas e ti-

52. Love, *São Paulo*, p. xv.

53. Denis, *Brazil*, pp. 21-22.

54. O Brasil tinha 14,8 por cento de alfabetizados em 1890 e 24,5 por cento de alfabetizados em 1920; mas em apenas duas eleições presidenciais entre 1890 e 1930 o número de eleitores não excedeu a 3 por cento da população nacional. Joseph L. Love, “Political Participation in Brazil, 1881-1969”, *Luso-Brazilian Review* 7,2 (1970), pp. 8-9.

55. “O império dos fazendeiros ... só começa no Brasil com a queda do Império”. Sérgio Buarque de Holanda, citado em Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 21.

56. Love, *São Paulo*, p. 139. Antes da “reforma” eleitoral de 1881, 50,6 por cento da população masculina livre estava inscrita para votar. Richard Graham declara que a reforma de 1881, que ele estima “ter reduzido o número daqueles que votavam de mais de 1.000.000 para cerca de 150.000”, foi aprovada devido aos interesses dos fazendeiros, que temiam

nham algum acesso à educação - saudaram o advento da República com grandes esperanças. Os negros que se reuniram em Campinas duas semanas após a queda da monarquia votaram para expressar "a mais completa solidariedade" com a República, que eles consideravam "uma garantia para a classe dos homens de côr e que, sob a bandeira desse partido patriótico [republicano], devem desaparecer as distinções de classes ... [e] o actual governo vae pôr em practica medidas relativas à instrucção popular e educação dos libertos."⁵⁷

Outros negros, no entanto, particularmente os recém-libertos, não estavam tão seguros. Conheciam muito bem os fazendeiros e sabiam que eles não tinham nenhum interesse real no bem-estar de seus ex-escravos. Também não estavam dispostos a abandonar as "distinções de classe e de raça" que os separava da grande massa dos brasileiros. Além disso, muitos libertos enxergavam a monarquia como o poder benevolente que, durante a sua existência, libertou os filhos das mães escravas (1871), os escravos de mais de 60 anos (1886) e, finalmente, toda a população escrava (1888). Os escravos também passaram a encarar a justiça imperial como um importante recurso que podiam usar em defesa dos seus direitos, uma proteção freqüentemente invocada (embora nem sempre com sucesso) contra os senhores abusivos e exploradores.⁵⁸

os riscos impostos por um eleitorado em expansão, que seria cada vez mais difícil de controlar. Richard Graham, *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil* (Stanford, 1990), pp. 108, 184. Sobre as minúsculas assembléias de eleitores na República, ver Love, "Political Participation", e José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo, 1987), pp. 66-90.

57. *A Província de São Paulo* (27 de novembro de 1889); *Diário de Campinas* (27 de novembro de 1889), citado em Maciel, *Discriminações raciais*, p. 189.

58. Ver Sidney Chalhoub em "Slaves, Freedmen and the Politics of Freedom in Brazil: The Experience of Blacks in the City of Rio", apresentado na Conference on the Meaning of Freedom, Greensburg, Pa., agosto de 1988. José Murilo de Carvalho também comenta sobre a "reação negativa da população negra à República" e sobre o fato de que "a monarquia caiu quando atingia seu ponto mais alto de popularidade entre esta gente [negros e proletariado em geral], em parte como consequência da abolição da escravidão." Carvalho, *Os bestializados*, p. 29. Ver também Gilberto Freyre, *Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic* (Nova York, 1970), pp. 8-10, 171.

Para estes afro-brasileiros, a escolha entre a monarquia, que havia posto um fim à escravidão, e uma República comandada pelos fazendeiros que haviam se recusado a aceitar a emancipação até que ela lhes foi imposta por seus escravos, pesava bastante para o lado da monarquia, especialmente quando os mais destacados abolicionistas negros expressaram publicamente seu descontentamento com o movimento republicano. Como seu contraparte Joaquim Nabuco, o engenheiro mulato André Rebouças vinculou seus apelos pela abolição a exigências de reforma agrária e “democracia rural”, e com ataques fervorosos aos “latifúndios, aos barões feudais, aos proprietários de terra e ao poder rural” - em outras palavras, à classe dos fazendeiros. Íntimo da família imperial, Rebouças foi para o exílio com eles em 1889, e jamais retornou ao Brasil. O advogado Luís Gama, um dos primeiros republicanos entusiasmados, finalmente renunciou ao partido, desgostoso diante do seu fracasso em tomar uma posição contra a escravidão. O jornalista José do Patrocínio, um dos primeiros signatários do Manifesto Republicano de 1870, seguiu um caminho ainda mais radical. Nos meses que seguiram a abolição, quando a monarquia entrou em agonia, Patrocínio realizou uma desesperada ação de retaguarda, alistando ex-escravos na Guarda Negra, uma organização paramilitar fundada por ele no Rio de Janeiro. Argumentando que a Guarda era necessária para proteger a família imperial de ser derrubada por ex-proprietários de terras insatisfeitos com a Lei Áurea, ele costumava invadir e dispersar conferências e reuniões republicanas, às vezes com considerável violência.⁵⁹

Perturbados por esses acontecimentos na capital da nação, os republicanos de São Paulo procuraram evitar que a Guarda Negra estabelecesse qualquer tipo de base de operações na província. O órgão republicano *A Província de São Paulo* relatou as tentativas da Guarda de organizar unidades nas vilas e cidades da província, e como os republicanos e os proprietários de terras estavam trabalhando para impedir esses esforços, muitas vezes em conjunto com republicanos negros - embora com a retórica racial

59. Sobre a desilusão dos abolicionistas negros com a república, ver Love, São Paulo, p. 104; Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 160-162. Sobre José do Patrocínio e a Guarda Negra, ver June Hahner, *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920* (Albuquerque, 1986), pp. 70-71.

empregada contra a Guarda seja difícil imaginar como os republicanos conseguiram atrair algum simpatizante negro. A Província dizia que a luta “não é entre libertos monarchistas e republicanos, é desgraçadamente entre pretos e brancos ... Ou brancos pela república ou negros pela monarchia ...” “Cada gotta de sangue de branco que cahir manchará também as faces [do governo] ... Já não se trata da propaganda republicana; trata-se dos foros da nossa civilização, do bem-estar das populações, da vida industrial do paiz, da supremacia moral da raça branca.”⁶⁰

Devido a uma população negra menor em São Paulo, em comparação com o Rio, e um poder republicano muito maior na província, a Guarda Negra jamais conseguiu se estabelecer lá. Apesar disso, o sentimento monarquista era visível entre a população negra paulista. Em Jundiaí, os monarquistas expulsaram à força os republicanos do Clube 13 de Maio, uma organização social afro-brasileira, liderando represálias e brigas fora das instalações do clube. Em 1930, os jornais negros publicados na Cidade de São Paulo traziam notícias de clubes e organizações monarquistas na comunidade negra; no mesmo ano, os membros da escola de samba Vai-Vai, atualmente uma das mais importantes da cidade, decidiram colocar uma coroa no centro da sua bandeira, como homenagem à monarquia.⁶¹

Por isso, ex-senhores e ex-escravos diferiam em sua visão das instituições políticas masi adequadas para sua nova sociedade pós-abolição. Este desacordo, por sua vez, era parte de um desa-

60. “Os defensores da rainha”, *A Província de São Paulo* (25 de abril de 1889); “Loucos ou ineptos”, *A Província de São Paulo* (9 de maio de 1889). Para outros artigos sobre a Guarda, ver “Santos, 13”, *A Província de São Paulo* (15 de janeiro de 1889); “Guarda Negra”, *A Província de São Paulo* (13 de janeiro de 1889); “Contra a Guarda Negra”, *A Província de São Paulo* (30 de janeiro de 1889); “Cartas do interior”, *Diário Popular* (22 de maio de 1889). Para relatos sobre a guarda em outros locais, ver “Cartas do Rio”, *Diário Popular* (13 de maio de 1889).

61. “Jundiahy”, *A Província de São Paulo* (15 de maio de 1889); “Jundiahy: Sociedade 13 de Maio”, *A Província de São Paulo* (20 de junho de 1889); “Gentileza”, *Progresso* (24 de fevereiro de 1929), p. 2; “D. Pedro Henrique”, *Progresso* (28 de setembro de 1930), p. 1; “Símbolos do samba, sem origem exata”, *Folha de São Paulo* (20 de janeiro de 1985), p. 24. Já na década de 1960, Arlindo Veiga dos Santos, um proeminente monarquista negro em São Paulo durante a década de 1920 e fundador e presidente da Frente Negra Brasileira da década de 1930, ainda editava um jornal mensal, *Monarquia*, e não havia abandonado a causa.

cordo mais amplo, expressado tanto em ação quanto em palavras, sobre o caráter e o significado da própria liberdade. Não surpreendentemente, os libertos encaravam a liberdade com esperança e otimismo; em contraste, a maior parte dos proprietários de terras consideravam a chegada da liberdade com profunda inquietação e uma forte sensação de desconforto com relação às mudanças que ela traria como consequência.

Muitos proprietários de terras temiam uma continuação do tumulto e da violência que enfrentaram nos últimos anos da escravidão, e particularmente nos anos de 1887 e 1888. Este medo era expressado de várias maneiras, desde debates políticos até ficção popular. Um relato publicado no *Correio Paulistano* logo após a abolição contava a história horrível de dois ex-escravos que tentaram curar uma garota branca através de macumba. Tendo fracassado em seus esforços para salvar sua vida, fizeram com ela uma torta de carne que serviram à mãe da garota, que de nada suspeitou. Entretanto, os brancos se vingaram em outra história curta publicada em um jornal das proximidades, em São Paulo, em que o autor estava caminhando pelo campo quando foi de repente atacado por um negro alto que portava uma faca. Ele conseguiu sacar o revólver e atirou na cabeça do seu atacante, deixando "o seu cérebro amarelento e esphacellado nadando no sangue e no lodo."⁶²

As duas histórias apresentavam imagens vivas da ameaça de negros perversos e selvagens às pessoas brancas. Em ambos os casos, no entanto, seus autores prontamente admitiram que eram totalmente fictícias. No fim da segunda história, na verdade, o autor acorda e descobre que estava sonhando, e que fora de sua janela o sol brilha e os pássaros cantam, "como querendo afugentar-me da idéia as últimas scenas daquelle imaginário drama trágico, d'aquelle horrível pesadelo!" E realmente, mesmo na época da escravidão, o "horrível pesadelo" sobre os negros chegando ao ponto de assassinar brancos floresceram mais na imaginação da época do que na realidade. Embora os episódios sensacionais de ataques escravos a capatazes e senhores dominassem o debate le-

62. "Tia Josepha", *Correio Paulistano* (27 e 28 de julho de 1888), citado em Schwarcz, *Retrato em branco e negro*, pp. 237-239, e em Azevedo, *Onda negra*, pp. 17-18; "A floresta da morte", *Folha do Braz* (6 de janeiro de 1901).

gislativo e as primeiras páginas dos jornais durante as décadas de 1860 e 1870, o fato era que essas formas violentas de resistência eram usadas por apenas uma pequena minoria de escravos. Em 1888, a fuga, que apresentava menos risco imediato que o desafio explícito, continuava sendo a forma preferida de resistência dos escravos. Foi mais a fuga em massa que a rebelião armada que fez a escravidão chegar ao fim, e contanto que a fuga não fosse obstruída, em geral permanecia pacífica em sua forma e intenção. Francisco Lázaro Gonçalves, diretor da Associação para a Promoção da Imigração de Minas Gerais, visitou São Paulo nos primeiros meses de 1888 para estudar os acontecimentos. Embora não tenha convocado os escravos a desertar das fazendas, sentiu-se compelido a relatar os fatos como ele os viu.

Aqui seja dita uma verdade, como justiça feita ao escravo, a que a sede da liberdade não fascinou a ponto de empregar resistências nas fazendas, nem praticar roubos, nem commeter desacatos contra os ex-senhores; não: os escravos abandonavam as fazendas, quer em pequenos grupos, quer em massa, sem ostentação da força que lhes dava o número, sem desacatos ...⁶³

O último ano de escravidão na província foi na verdade um ano de bastante desordem, medo e violência. Mas a maior parte dos observadores concordam que relativamente pouco daquela violência pôde ser atribuído à população escrava. Ao contrário, a maior parte dela, particularmente os tumultos e as confrontações que ocorreram nas vilas e cidades, foi o produto de conflitos dentro da população livre, entre os abolicionistas, a polícia e os caçadores de escravos particulares, contratados pelos fazendeiros. Com a liberdade agora a seu alcance, poucos escravos desejavam se arriscar envolvendo-se em violência. Em vez disso, lançaram-se em uma campanha de desobediência civil em massa, que Ruy Barbosa, um dos líderes abolicionistas da Bahia, iria mais tarde caracterizar como "esse êxodo glorioso da escravaria paulista, sole-

63. Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, *Relatório apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas* (Juiz de Fora, 1888), pp. 7-8. Meus agradecimentos a Thomas Holloway por me fornecer esta citação. Ver também Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, que declara que "alguma violência acompanhou a libertação de mais de 100 mil escravos em São Paulo, mas o feito notável foi realizado com um alto grau de boa vontade e tolerância de ambos os lados". P. 257.

ne, bíblico, divino como os mais belos episódios dos livros sagrados".⁶⁴

Uma vez que ocorreu a abolição, e tanto escravos quanto abolicionistas conseguiram seu objetivo de liberdade, qualquer justificativa ou base lógica remanescente para mais violência rapidamente se dissipou. Na verdade, uma das forças motrizes subjacentes à disseminação do "aboliconismo do fazendeiro" através da província foi o reconhecimento de que o fim da escravidão provocaria o fim da violência e da luta contra a escravidão. Entretanto, uma vez ocorrida a abolição, surgiu a segunda grande dúvida da liberdade. O que vai acontecer, perguntou a Província de São Paulo em 1889, "quando os libertos, assim educados [com liberdade], formarem paredes para impor condições de salários, de horas de trabalho, de protecção para seus filhos?"⁶⁵

O verdadeiro perigo colocado pela abolição não foi tanto a violência física, mas o poder dos ex-escravos do Brasil para negociar com os fazendeiros como ambas as partes iriam viver e trabalhar juntas. Muitos fazendeiros eram incapazes de imaginar, quanto mais aceitar, o conceito de barganhar com seus ex-escravos. E aqueles que eram capazes disso estavam profundamente pessimistas quanto aos prováveis resultados de uma negociação desse tipo. Seu pessimismo era baseado na suposição - produto de séculos de experiência com a escravidão - de que os trabalhadores não trabalhariam, a menos que fossem obrigados. Os fazendeiros acreditavam que isso fosse verdade, não só em relação àqueles brasileiros que nasceram escravos, mas também àqueles que nasceram livres. Na época da abolição, essas crenças foram fortemente reforçadas pelas correntes de racismo científico que estavam assolando o mundo atlântico, que decretavam a irreparável inferioridade dos povos não brancos e racialmente misturados. Em sua visita ao país, o naturalista francês Louis Couty resumiu de maneira concisa a aplicação dessas teorias ao Brasil em sua declaração de que "o Brasil não tem povo, ou melhor, o povo que lhe foi dado pela mistura de raças e pelas alforrias não desempenha um

64. Azevedo, *Onda negra*, p. 213, fn. 52.

65. "Tiram as consequências", *A Província de São Paulo* (15 de novembro de 1889).

papel ativo e útil” no desenvolvimento do país.⁶⁶ Essas avaliações pessimistas da população racialmente misturada do Brasil encontraram eco nos sentimentos da elite nacional, que durante os três séculos anteriores vinha desenvolvendo sua autóctone ideologia da vadiagem, uma crença arraigada e inabalável na indolência e na irresponsabilidade do negro e das massas brasileiras de raça mista. Mais uma vez, esta crença era baseada na difícil experiência da agricultura de exportação no Brasil. Era uma verdade inegável que os escravos não queriam trabalhar sob essas condições; e era igualmente verdade que as pessoas livres também não o queriam. Os escravos não tinham escolha nessa questão; as pessoas livres, sim, e usavam esse poder de escolha para manter a maior distância possível entre elas e o trabalho nas fazendas. Para os fazendeiros, a conclusão a ser extraída dessa experiência histórica era óbvia: tanto os escravos quanto os trabalhadores livres eram vadios, imprestáveis e vagabundos, que só trabalhavam sob a ameaça de extrema força - e, freqüentemente, nem mesmo assim. Na verdade, muitos fazendeiros declararam - em resposta aos abolicionistas - que, com trabalhadores livres de tão má qualidade, o Brasil não tinha outra escolha senão continuar com a escravidão, pois só com a escravidão as fazendas teriam satisfeitas as suas carências de mão-de-obra.⁶⁷

Até os brasileiros que se opunham à instituição da escravidão tendiam a compartilhar da ideologia da vadiagem e aceitavam, implícita ou explicitamente, a idéia de que a emancipação não significaria o fim da coerção no local de trabalho. Em 1845, uma proposta de substituir os escravos por trabalhadores livres solicitava a criação de um “exército industrial” de 15 mil homens jovens, que seriam recrutados e disciplinados durante um treina-

66. Louis Couty, *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos* (Rio de Janeiro, 1984), p. 200. Sobre a influência do racismo científico no Brasil, ver Thomas Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* (Nova York, 1974), pp. 27-32, 48-53.

67. As raízes coloniais da ideologia da vadiagem estão apresentadas em Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII* (Rio de Janeiro, 1982), especialmente pp. 64-72, 215-222. Lúcio Kowarick traz a história até o início do século XX em *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil* (São Paulo, 1987).

mento de cinco anos. Uma proposta posterior de transformar pouco a pouco os escravos em meeiros livres cultivando a mesma terra em que haviam trabalhado como escravos resumiu suas idéias como “trocar a denominação de escravos pela de foreiros”. Na década de 1880, o jornal abolicionista *A Redenção* achou que mais coisas deveriam ser mudadas, além do nome, mas concordava com os fazendeiros que a maior parte dos escravos não estavam adequadamente preparados para a liberdade completa e absoluta. O necessário era “inventar, com o título de contratado, um estado de transição que em nada se assemelhasse ao do escravo atual e que entretanto não os deixasse supor que possuem a liberdade absoluta de ficarem na ociosidade ...”⁶⁸

A Lei Rio Branco, de 1871, continha cláusulas proibindo os libertos de se envolver na vadiagem e obrigando-os a trabalhar. Entretanto, nenhuma dessas provisões foram incluídas na Lei Áurea e os fazendeiros agora se encontravam enfrentando a perspectiva temida de uma força de trabalho não obrigada a trabalhar. De início, muitos fazendeiros recusaram-se a enfrentar a nova realidade, tentando em vez disso manter o máximo de tempo possível o velho sistema. Alguns esforços iniciais nesta direção foram extremamente cruéis. Alguns fazendeiros enviaram pistoleiros contratados às estações de trem locais para parar os trens, retirar seus passageiros negros sob a ameaça dos revólveres e obrigá-los a aceitar o emprego. Outros fazendeiros foram um pouco mais sutis, trabalhando junto com os funcionários locais responsáveis pelo cumprimento das leis para deter os libertos, enquadrá-los nas leis locais de vadiagem e obrigá-los a voltar às fazendas. Outra tática frequentemente denunciada por libertos e abolicionistas era a ameaça dos funcionários locais de recrutar os libertos para o exército ou a polícia, do que só conseguiam escapar assinando um contrato de trabalho com um proprietário de terras local.⁶⁹

68. Azevedo, *Onda negra*, pp. 51, 227.

69. Maurício Lamberg, *O Brasil* (Rio de Janeiro, 1896); p. 341; João Pedro da Veiga Filho, *Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de São Paulo* (São Paulo, 1896), p. 62; Schwarcz, *Retrato em branco e negro*, p. 179; Maciel, *Discriminações raciais*, pp. 138-146, 160; “O recrutamento”, *A Província de São Paulo* (29 de setembro de 1888); “Santos, 13”, *A Província de São Paulo* (15 de janeiro de 1889); “Contra a Guarda Negra”, *A Província de São Paulo* (30 de janeiro de 1889). Já nos anos de em 1920, a polícia de Campinas envolveu-se em campanhas regulares para reunir

Outros fazendeiros, porém, pouco a pouco passaram a perceber que poderiam fazer arranjos mutuamente interessantes com os libertos, sem precisar usar de táticas violentas. Estes fazendeiros reconheceram que a abolição alterou bastante as condições sob as quais o trabalho seria realizado em suas fazendas, e que para continuarem operando teriam que se adaptar a essas novas condições. Assim, em 1887 e 1888, teve início um processo de difícil negociação entre os libertos e seus ex-senhores. Quais as exigências apresentadas pelos libertos? Em comparação com os Estados Unidos, onde a negociação pós-emancipação está bastante documentada nos registros das fazendas, arquivos das agências governamentais e testemunhos dos próprios ex-escravos, o registro histórico dessa negociação é esparso e fragmentado. Apesar disso, estas características das negociações que emergem dos relatos contemporâneos oferecem claras semelhanças com a luta ferrenha que teve lugar em outras sociedades escravas após a abolição.⁷⁰

Embora inegavelmente importante, os salários parecem ter sido uma consideração quase secundária, colocada de lado pela questão mais premente das condições de trabalho. A principal preocupação dos libertos era colocar o máximo de distância possível entre eles próprios e sua antiga posição de escravos, e garantir que suas novas condições de emprego teriam a menor semelhança possível com sua antiga servidão. Para muitos homens e mulheres libertos, isto significava não aceitar emprego nas plantações onde haviam sido escravos. Como declarou uma liberta - ao explicar por que estava deixando a fazenda em que havia nascido e sido criada - "Sou uma escrava, e se ficar aqui, vou conti-

mulheres negras das vizinhanças pobres da cidade e detê-las sob a acusação de vadiagem; o jornal negro *Getulino* denunciou estas ações como um esforço para obrigar as mulheres negras a aceitar emprêgo como empregadas domésticas. Ver os números de *Getulino* de 4, 11 e 25 de novembro de 1923.

70. Para análises cuidadosas dessas negociações nos Estados Unidos e em Cuba, ver Leon F. Litwack, *Been in the Storm So Long: The Aftermath of Slavery* (Nova York, 1979); Eric Foner, *Nothing But Freedom: Emancipation and Its Legacy* (Baton Rouge, 1983); e Rebecca J. Scott, *Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labor, 1860-1899* (Princeton, 1985), pp. 201-278. Para um estudo proveitoso da historiografia sobre a negociação pós-abolição, ver Rebecca Scott, "Comparing Emancipations: A Review Essay", *Journal of Social History* 20, 3 (1987), pp. 565-584.

nuar a ser uma escrava.” “O liberto tem repugnância de ficar na casa onde foi escravo”, observou um observador contemporâneo. Por isso, as fugas em massa das fazendas continuaram mesmo depois da abolição. Tanto aqueles que ficavam para trás quanto os que procuravam trabalho em outras fazendas exigiam que os aspectos mais perniciosos da escravidão fossem abolidos. Os capatazes e feitores não deveriam mais portar chicotes, as mulheres e as crianças deveriam estar isentas das exigências do trabalho e as trancas deveriam ser removidas dos barracões em que os escravos haviam vivido. Onde fosse possível, os ex-escravos preferiam abandonar inteiramente os barracões e morar em cabanas ou choças individuais situadas longe da casa da fazenda e fora da supervisão direta do fazendeiro.⁷¹

Os libertos já tinham apresentado essas demandas mesmo antes da escravidão ter sido formalmente abolida. Um suíço que esteve em visita a São Paulo no final de 1887 observou que as fugas em massa daquele ano já haviam começado a transformar o relacionamento entre escravo e senhor. A passividade anterior e a obediência dos escravos havia desaparecido. “[Eles] levantaram a cabeça e começaram a falar atrevidamente com os seus senhores; impuzeram as condições mediante as quaes queriam continuar a trabalhar, e à mais leve offensa ameaçavam deixal-os.” O que chama a atenção nesta observação não é tanto o fato dos escravos estarem exigindo novas condições, o que poderia ser esperado, mas que, satisfeitas as exigências, os libertos quisessem continuar a trabalhar. O comentário deste observador é corroborado por outros. Uma carta do fazendeiro Paula Souza, de São Paulo, que foi publicada em *A Província de São Paulo* em abril de 1888, informava a seus leitores que, apesar de seus temores e receios iniciais, Souza e vários de seus vizinhos estavam tendo experiências muito positivas com seus trabalhadores recém-libertos. Ele dizia que o fundamental para se fazer novos arranjos com os trabalhadores era reconhecer que uma “meia-medida de liberdade” não funcionaria. Os libertos “querem se sentir livres, e trabalhar sob um novo sistema, e com total responsabilidade”. Sua disposição para conceder “liberdade total, imediata e incondicional” aos libertos, e de-

71. Stanley J. Stein, *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900* (2a. edição, Princeton, 1985), pp. 256-274; Gonçalves, *Relatório*, pp. 10-12; Denis, *Brazil*, pp. 317-320; Lamberg, *Brasil*, pp. 342-344.

pois negociar com eles com boa fé, fez com que ele conseguisse suprimentos adequados, não somente de trabalhadores libertos, mas também de trabalhadores rurais livres. Esta foi também a experiência de outros fazendeiros da região, “excluindo os proprietários com má reputação. Estes, na verdade, vão ser eliminados e substituídos pela força das circunstâncias, e o sistema agrícola não vai sentir sua falta.”⁷²

O já citado Lázaro Gonçalves, escrevendo sobre suas observações na província no final de 1887, apoiava esta posição. Em cada uma das fazendas que visitou, “o regimen adoptado pelos ex senhores influíu muito no procedimento dos libertos”. Aquelas em que os fazendeiros haviam aceito a nova situação continuavam a ter como empregados “ex-escravos das mesmas fazendas, vencendo salário e ainda prestando serviços com a mesma obediência de outros tempos, mostrando a maior dedicação pelos ex-senhores”. Os libertos precisavam de empregos e os fazendeiros precisavam dos libertos, declarou o *Diário de Campinas* em um editorial escrito três semanas depois da promulgação da Lei Áurea. Experiência recente nas fazendas próximas a Campinas havia demonstrado que tudo o que era requerido para a realização de arranjos mutualmente satisfatórios entre as duas partes era os fazendeiros reconhecerem que “é findo o regime servil e que nunca encontrarão quem os auxilie se não resolverem a modificar os antigos hábitos, adquiridos quando o cativo existia ... O bom patrão faz em grande parte o bom empregado, assim como o mau patrão faz o mau empregado.”⁷³

O fato era que os libertos treinados no trabalho agrícola e que procuravam emprego em uma sociedade fundamentalmente agrária tinham poucas oportunidades alternativas. Embora alguns tenham migrado para as cidades, a maioria continuou no campo e estava disposta a aceitar o trabalho nas fazendas, contanto que isso ocorresse sob condições bastante diferentes daquelas que ha-

72. Lamberg, *Brasil*, p. 342; Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 476-480.

73. Gonçalves, *Relatório*, pp. 24, 31 e 24-39 passim; *Diário de Campinas* (2 de junho de 1888) citado em Maciel, *Discriminações raciais*, p. 126. Para comentários similares sobre a capacidade dos fazendeiros para manter os trabalhadores libertos, ver Azevedo, *Onda negra*, pp. 237-238; Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (3ª edição, São Paulo, 1978), 1, pp. 31-34; Conrad, *Destruction of Brazilian Slavery*, pp. 255-56; Toplin, *Abolition of Slavery*, pp. 260-61.

viam caracterizado a escravidão. Onde os fazendeiros estavam dispostos a proporcionar essas novas condições, eles tinham pouca dificuldade para atrair os libertos de volta ao trabalho. Como resultado, a muito temida crise de mão-de-obra que supostamente estava destinada a acompanhar a emancipação, simplesmente não se concretizou. As colheitas de 1888 e 1889 ocorreram sem interrupções e as fazendas continuaram a funcionar.⁷⁴

Não obstante, apesar destes resultados positivos, não há como negar que a agricultura no Estado de São Paulo, assim como todos os aspectos da vida no Brasil, mudou profundamente como resultado da Lei Áurea. Durante séculos, os fazendeiros tinham lidado com seus escravos de uma posição de domínio inquestionado. A abolição pôs fim a este domínio, ainda que apenas em parte, e confrontou o poder dos fazendeiros com o poder de massa dos escravos e do povo. As implicações desse acontecimento foram profundamente perturbadoras, como reconheceu na época um senador de Minas Gerais: “A escravidão foi abolida, na verdade, pela revolução.”⁷⁵

A República representava o esforço dos fazendeiros para conter e reverter as conseqüências políticas, sociais e econômicas dessa revolução. Por isso se tornaria um amargo desapontamento para muitos de seus defensores negros. Em vez de acabar com as “distinções de classe e de raça”, como esperavam os republicanos negros de Campinas, a República iria solidificar o domínio do proprietário de terras e depois se envolver em uma campanha nacional para “europeizar” o Brasil, uma campanha em que o “embranquecimento” da população nacional e a substituição da herança racial africana pela europeia assumiriam um papel proeminente. Os intelectuais e os políticos desenvolveram um conjunto de programas de governo que pretendiam transformar o Brasil em uma sociedade europeia nos trópicos. Em uma série de “reformas urbanas”, áreas do centro da cidade dominadas por construções e pela arquitetura do período colonial, foram derrubadas e reconstruídas no estilo belle époque europeu. A Constituição de 1891

74. F.W. Daffert, *Coleção dos trabalhos agrícolas extraídos dos relatórios anuais de 1888-1893, do Instituto Agrônomo do Estado de S. Paulo (Brasil) em Campinas* (São Paulo, 1895), p. 34; Henrique Raffard, *Alguns dias na Paulicéia* (São Paulo, 1977), p. 33; Stein, *Vassouras*, p. 265.

75. Toplin, *Abolition of Slavery*, pp. 239-245.

proibiu especificamente a imigração africana e asiática para o país, e os governos nacionais e estaduais transformaram a atração da imigração europeia para o Brasil em uma prioridade do desenvolvimento nacional. E quando os imigrantes chegaram, os sociólogos e cientistas brasileiros ocuparam-se com pesquisas e escritos que demonstrassem a eles próprios e ao mundo como o Brasil estava rapidamente se transformando - de um lugar atrasado e miscigenado que parecia "mais um canto da África que uma nação do Novo Mundo" em uma república progressista povoada por europeus e seus descendentes.⁷⁶

Em parte alguma do Brasil este esforço para europeizar o país foi maior que em São Paulo, e em parte alguma do Brasil seus efeitos foram mais fortemente sentidos. Um maciço programa estatal para subsidiar a imigração europeia para o Estado resultou em que mais da metade dos europeus que vieram para o Brasil durante a República, veio para São Paulo. Entretanto, além do objetivo de europeizar o Estado, o principal propósito do programa era reverter as conseqüências econômicas da "revolução" da abolição e restaurar o controle do proprietário de terras sobre a força de trabalho. No início da década de 1890, seus impactos já eram evidentes, particularmente entre os beneficiários recentes da abolição: os afro-brasileiros.

76. Sobre a reconstrução do Rio de Janeiro e de São Paulo durante este período, ver Jeffrey D. Needell, "Making the Carioca *Belle Époque* Concrete: The Urban Reforms of Rio de Janeiro under Pereira Passos", *Journal of Urban History* 10, 4 (1984), pp. 383-422; Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, Volume 3, *Metrópole do café* (1872-1918) (3a. edição, São Paulo, 1984). Sobre a "tese do branqueamento" e o esforço para mudar a composição racial do Brasil de negro para branco, ver Skidmore, *Black into White*. A referência ao Brasil na virada do século parece "mais um canto da África do que uma nação do Novo Mundo" é de autoria do intelectual brasileiro Luiz Edmundo, citado em Needell, "Making the Carioca *Belle Époque*", p. 408.

imigração, 1890-1930

Durante os anos de 1888 e 1889, os ex-senhores e os ex-escravos de São Paulo deram início ao não costumeiro exercício de barganhar e negociar um com o outro a respeito das condições sob as quais o último trabalharia para o primeiro. Essas negociações continuaram na década de 1890, mas já estavam sendo alteradas por ocasião dos primeiros sinais do que viria a ser um poderoso fluxo de imigração européia para o Estado. Nos quarenta anos que se seguiram à abolição, São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes europeus, dos quais quase metade tiveram suas passagens transatlânticas pagas pelo governo do Estado.¹ Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar, e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente substituíram e marginalizaram os trabalhadores afro-brasileiros do Estado, tanto no campo quanto nas cidades. Este capítulo examina essa substituição, concentrando-se especificamente na competição do mercado de trabalho entre os negros e os imigrantes nos anos subsequentes à abolição. Quais eram as regras dessa competição? O

1. Entre 1888 e 1928, 2,1 milhões de europeus entraram no Estado. Este número era consideravelmente maior que a população de São Paulo em 1890, de 1,4 milhão de habitantes, e representava mais da metade (57 por cento) do total da imigração européia para o Brasil durante esses anos. Thomas Holloway, *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934* (Chapel Hill, 1980), p. 179; Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham, *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present* (Baltimore, 1979), p. 92. Durante o período de 1888-1928, os registros do governo também mostram 960.000 emigrantes deixando o Estado através do porto de Santos. Outros sem dúvida deixaram São Paulo por transporte terrestre e, subsequentemente, partiram do Brasil através do Rio de Janeiro e de outros portos. Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 179.

mercado de trabalho era um mercado realmente “livre” ou era definido e estruturado de determinada maneira pelo Estado, pelos patrões, pelos trabalhadores atuando através de sindicatos ou por alguma combinação disso? Se era assim definido, quais as consequências de uma determinada estrutura de mercado de trabalho para os patrões que necessitavam dos seus serviços? Em outras palavras, como as regras da competição afetavam o resultado? E, finalmente, o que os trabalhadores negros e imigrantes trouxeram para a competição, em termos de suas aptidões, habilidades, experiência e atitudes? E que tipos de barganhas - entre eles próprios e com seus patrões e o Estado - estavam dispostos a fazer?

estruturando o mercado de trabalho: o fazendeiro como “dono” do estado

Mesmo antes da emancipação, o trabalho assalariado livre não era uma completa anomalia nas fazendas de café de São Paulo. Já em 1850, um censo de 2.600 fazendas de café na província mostrou que a força de trabalho possuía mais de 10 por cento de trabalhadores livres (versus 4 por cento de trabalhadores livres nas 667 fazendas de cana-de-açúcar investigadas na mesma época). Embora a maior parte desses trabalhadores fossem brasileiros natos, alguns deles eram imigrantes europeus que vieram para a província em resposta às tentativas do governo imperial e da Assembléia da província para promover a imigração européia para São Paulo e envolver os imigrantes no cultivo do café. Os resultados dessas tentativas iniciais foram desapontadores, tanto do ponto de vista dos imigrantes quanto dos fazendeiros. Acostumados a lidar principalmente com escravos, os fazendeiros tendiam a tratar seus empregados imigrantes da mesma maneira coerciva; como relatou o cônsul suíço no Rio de Janeiro ao seu governo, o objetivo do governo brasileiro parecia ser substituir escravos negros por escravos brancos. Um dos imigrantes endossou essa opinião, observando que, como os trabalhadores imigrantes tinham de contrair pesadas dívidas para pagar os custos de sua passagem e suprimentos, havia pouca diferença prática entre um escravo

que tinha de pagar dois milréis por sua liberdade, e um imigrante que devia a seu patrão a mesma quantia.²

Suas experiências iniciais com a mão-de-obra imigrante também deixaram os fazendeiros insatisfeitos. Eles foram surpreendidos pela resistência dos imigrantes à rígida disciplina da fazenda, e depois ficaram espantados quando os europeus começaram a organizar paralizações de trabalho e, em vários casos, rebelião total. Na década de 1860, a mão-de-obra imigrante havia perdido sua atração para os fazendeiros; sete mil colonos europeus chegaram ao país entre 1850 e 1860, mas somente 1.600 entre 1860 e 1870.³

Os europeus não eram a única fonte de trabalho livre disponível para os fazendeiros. Havia também em São Paulo disponibilidade de populações de negros livres, brancos e caboclos,⁴ em números que excediam a população escrava. Entretanto, como já vimos, os brasileiros livres relutavam em aceitar emprego nas fazendas de café ou de cana-de-açúcar. Do mesmo modo que os imigrantes, achavam que os fazendeiros tendiam a tratar todos os seus empregados como escravos, mesmo os livres. Aceitar trabalho nas fazendas colocava-os desconfortavelmente próximos à condição dos escravos, especialmente se fossem pardos ou pre-

2. Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia* (2a. edição, São Paulo, 1982), pp. 7, 49-90; Warren Dean, *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920* (Stanford, 1976), pp. 88-123; Verena Stolcke e Michael M. Hall, "The Introduction of Free Labour on the São Paulo Coffee Plantations", *Journal of Peasant Studies* 10, 2-3 (1983), pp. 170-200.

3. Costa, *Da senzala à colônia*, p. 109.

4. O "caboclo" é em geral definido como um "índio brasileiro civilizado de sangue puro" ou "um mestiço brasileiro (de branco e índio)." *Novo Michaelis dicionário ilustrado* (São Paulo, 1961), 2, p. 200; ver também Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 106. Entretanto, um artigo de 1893 fez uma distinção entre caboclos e mamelucos (mestiços de índios com brancos), e declarou que os primeiros eram o produto de um processo mais amplo de mistura de raças entre africanos, índios e brancos. "Colônias orphanológicas", *O Estado de São Paulo* (2 de janeiro de 1893). Na prática, em São Paulo, "caboclo" parece ter significado um camponês de pele escura e raça indeterminada, em geral envolvido na agricultura de subsistência ou no trabalho por dia nas fazendas, e participante da cultura caipira (camponesa, atrasada) rural. Sobre a cultura caipira no século XIX, ver Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (São Paulo, 1969); no século XX, ver Antônio Cândido Mello e Souza, *Os parceiros do Rio Bonito* (2a. edição, São Paulo, 1979).

tos. Em vista disso, brasileiros e africanos livres preferiam permanecer no setor de subsistência, cultivando seus próprios pedaços de terra e só aceitando emprego nas fazendas em base ocasional e esporádica. Mesmo nesses casos, preferiam um tipo de trabalho que os escravos não faziam, como limpar terra virgem e construir estradas, ambos trabalhos considerados perigosos demais para os senhores ali arriscarem seus escravos.⁵

As deficiências observadas tanto nos trabalhadores europeus livres quanto nos brasileiros livres deixaram pouco recurso aos fazendeiros de São Paulo além de continuarem a comprar escravos durante as décadas de 1860 e 1870, consolidando mais ainda sua dependência da escravidão. Em 1884, apenas mil famílias de trabalhadores livres estavam empregadas nas fazendas de café da província.⁶ Apesar disso, o fim do tráfico de escravos em 1850 e a aprovação da Lei Rio Branco em 1871 foram sinais claros do futuro desaparecimento da escravidão, e pelo menos alguns fazendeiros da província estavam pensando em como iriam lidar com essa nova realidade. Dados os efeitos combinados do racismo científico e da ideologia da vadiagem, os fazendeiros estavam profundamente pessimistas em relação à perspectiva de lidar com trabalhadores brasileiros. Os debates na Assembléia da província durante as décadas de 1870 e 1880 sobre de que maneira instilar o “amor pelo trabalho” no “trabalhador nacional” invariavelmente concluíam com o julgamento de que, como declarou elegantemente um legislador, “eles não trabalham porque são vadios”. Outro legislador rejeitou a idéia de programas ou incentivos especiais para atrair os trabalhadores brasileiros para as fazendas. “Ou esses indivíduos são ou não são trabalhadores; sendo trabalhadores, não precisam de auxílio; se não são ...”⁷

Esses argumentos não se aplicavam aos europeus, que não estavam sujeitos nem ao racismo científico (pois eram brancos) nem à ideologia da vadiagem (pois os fazendeiros não tinham

5. Lúcio Kowarick, *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil* (São Paulo, 1987), pp. 65-69; Paula Beiguelman, *Formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos* (2a. edição, São Paulo, 1977), pp. 105-109; Costa, *Da senzala à colônia*, p. 13.

6. Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 74.

7. Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - século XIX* (Rio de Janeiro, 1987), pp. 133-139.

experiência bastante com eles para compor fortes impressões). Por isso, em 1871 e 1872 a Assembléia de São Paulo reservou fundos para subvencionar os custos dos fazendeiros que desejavam trazer imigrantes da Europa para trabalhar em suas fazendas. Os fazendeiros formaram a Associação Auxiliadora da Colonização, que fez um contrato para a vinda de 15 mil trabalhadores para a província; infelizmente, no término do contrato, em 1875, somente 480 haviam chegado. A imigração ganhou força no final da década de 1870, mas “era ainda apenas uma gota em comparação com a crescente demanda de mão-de-obra na zona cafeeira”.⁸

Evidentemente, uma ação mais drástica era requerida, e em 1884 esta foi realizada pela Assembléia. Em março daquele ano, o governo da província reservou 400.000 milréis para pagar os custos de viagem dos imigrantes que queriam se empregar na agricultura, quantia esta a ser recuperada através de novos impostos sobre os escravos. Dois anos mais tarde, por sugestão do governador da província e com o apoio de fundos do Estado, a Sociedade Promotora da Imigração, de cunho privado, foi estabelecida para coordenar a campanha de São Paulo para atrair trabalhadores europeus. Responsável por informar os trabalhadores europeus das oportunidades de emprego disponíveis em São Paulo, pelo pagamento de sua passagem, coordenação de sua chegada no Brasil e por seu deslocamento até os campos de café, a sociedade realizou estas funções até 1895, quando foram assumidas pelo Departamento de Agricultura do Estado (a Constituição Republicana de 1891 transformou São Paulo de província em Estado).⁹

A imigração européia para São Paulo aumentou em resposta a estes incentivos, mas não inicialmente em níveis suficientes para substituir a força de trabalho escrava. Na verdade, do ponto de vista dos imigrantes, o problema era justamente este: até que a força de trabalho escravo fosse substituída e os trabalhadores europeus livres não tivessem mais que competir contra africanos e afro-brasileiros sob coação, os imigrantes não estavam inclinados a vir para o Brasil, especialmente quando tinham opções mais

8. Holloway, *Immigrants on the Land*, pp. 35-36.

9. Holloway, *Immigrants on the Land*, pp. 35-39. Chiara Vangelista, *Le braccia per la fazenda: Immigrati e “caipiras” nella formazione del mercato del lavoro paulista* (Milão, 1982), pp. 40-51.

atraentes de ir para os Estados Unidos ou para a Argentina. Parafraseando Finley Peter Dunne, seu medo era que os fazendeiros que transformavam os negros em escravos fizessem o mesmo com os brancos. E esses medos eram bastante reforçados pelos relatos consulares - muito divulgados - dos representantes europeus em São Paulo, que continuavam a descrever as condições de trabalho para os imigrantes nas fazendas de São Paulo como pouco melhores que a escravidão.¹⁰

Desse modo, somente em 1887, quando fugas maciças de escravos das fazendas prognosticavam o fim iminente da escravidão, a imigração européia anual para a província superou pela primeira vez a marca dos 10 mil. Quando isso aconteceu, ela saltou imediatamente para 32 mil, mais que os últimos cinco anos juntos. A abolição formal, em 1888, quase triplicou esse número, para 92 mil - coincidentemente, apenas pouco menor que o número de escravos libertados naquele ano na província pela alforria. Entre 1890 e 1914, mais 1,5 milhão de europeus cruzariam o Atlântico rumo a São Paulo, com a maioria (63,6 por cento) das passagens pagas pelo governo do Estado.¹¹

Do ponto de vista dos fazendeiros, quaisquer benefícios que estes programas trouxessem aos imigrantes eram puramente incidentais. Desde as primeiras discussões da imigração subsidiada, o objetivo desse programa foi claro: inundar o mercado de trabalho com trabalhadores, dessa forma mantendo baixo o custo da mão-de-obra. O patrocinador da proposta de 1870 para o subsídio da imigração européia declarou o desejo de criar uma situação de mercado em que “os trabalhadores devem procurar os proprietários, e não os proprietários os trabalhadores”. Outro defensor da

10. Michael Hall, “The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914” (dissertação de Ph.D., Universidade de Colúmbia, 1969), p. 90; Pierre Denis, *Brazil* (Londres, 1911), pp. 185-186.

11. Kowarick, *Trabalho e vadiagem*, p. 94, observa a coincidência entre os 92.000 imigrantes que entram no Estado em 1888 e os estimados 107.000 escravos libertados. A percentagem dos imigrantes subsidiados é calculada a partir dos dados fornecidos por Merrick e Graham, *Population*, p. 92; Vangelista, *Braccia per la fazenda*, pp. 83-84, estima a percentagem de imigrantes subsidiados, um pouco menor, mas não apresenta dados para o período de 1890 a 1899, quando os índices de imigração, e dos subsídios para a imigração, estavam em seu nível mais elevado.

proposta notou a importância de “introduzir braços estrangeiros para que possa o serviço baratear ...” Na época em que a lei de 1884 estava sendo discutida, um número crescente de fazendeiros chegou ao seguinte ponto: “É impossível ter baixos salários, sem violência, se houver poucos trabalhadores e muitas pessoas desejando empregá-los.” E em 1888: “É evidente que precisamos de trabalhadores ... para aumentar a competição entre eles, e dessa maneira os salários baixarão devido à lei da oferta e da procura.” Sim, a oferta e a procura iriam agora substituir a violência e a coerção da escravidão como um meio de se organizar a produção, declarou o Senador Antônio Prado, membro de uma das famílias mais importantes da província e entusiasmado - embora tardio - convertido ao “aboliconismo do fazendeiro”. “Pretenderá, acaso, a honrada oposição que o governo deva propor ao poder legislativo meios coercivos que tenham a virtude de forçar os libertos ao trabalho? Quais poderiam ser estes meios? Não será, por ventura, a liberdade a garantia mais eficaz para que a lei econômica da oferta e procura regule convenientemente as condições do trabalho?” E se a lei da oferta e da procura não funcionasse em benefício dos fazendeiros, uma pequena intervenção no mercado, sob a forma de subsídios para o transporte dos imigrantes, era perfeitamente possível. Afinal de contas, como observou convincentemente Martinho, irmão de Antônio Prado, “Imigrantes com dinheiro não têm utilidade para nós.”¹²

O mercado de trabalho de São Paulo nos anos imediatamente subsequentes à abolição da escravidão era moldado por um direcionamento e intervenção do Estado em um nível incomum (no contexto do liberalismo econômico dominante no

12. Para estas várias citações, ver Beiguelman, *Formação do povo*, p. 65; Azevedo, *Onda negra*, p. 138; Stolcke e Hall, “Introduction of Free Labour”, p. 182; Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (3a. edição, São Paulo, 1978), 1, p. 37; Michael Hall, “Origins of Mass Immigration”, p. 102. Argumentos similares foram antecipados no início do século, como em uma petição datada de 1814 das elites baianas para a Coroa, solicitando ao rei que promovesse a migração para o Brasil das ilhas atlânticas de Portugal. “Devido a sua pobreza, estes trabalhadores vão procurar emprego e serão ainda mais úteis à agricultura deste país do que os negros.” Robert Conrad, *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983), pp. 405-406.

mundo atlântico, incluindo o Brasil, na virada do século).¹³ Esta era uma intervenção supostamente desprovida de qualquer conteúdo racial, mas na verdade, optando por investir recursos em trabalhadores europeus e se recusando a realizar investimentos comparáveis nos brasileiros, os fazendeiros da província, e o aparato do Estado que eles controlavam, tornaram claras como cristal suas preferências étnicas e raciais.¹⁴ À medida que se aproximava a abolição, o jornal abolicionista de São Paulo, *A Redenção*, denunciou o aparente desejo dos fazendeiros de “abrir-se as portas a centenas e milhares de imigrantes” e negar aos libertos “o trabalho que [os fazendeiros] extorquiam infamemente aos escravos”. Mas em 1888 na verdade parecia que este seria o significado e o resultado da abolição. Os europeus estavam sendo transportados para São Paulo para competir com os libertos, e desde o início supôs-se que esta seria uma briga em que os últimos iriam perder. No dia seguinte à assinatura da Lei Áurea, o *Diário Popular* de São Paulo ponderava que o acontecimento “era um grande bem, não pelo que vai lucrar a raça negra que, por atrasada, há de continuar a sofrer quasi como antes ...” Ao contrário, os beneficiários seriam aqueles “que têm o cérebro convenientemente educado e preparado para arcar com as dificuldades da nova ordem de cousas. *The right man in the right place*, o homem apto para o lugar que é apto, como fazem os americanos” - e esse homem certamente não seria um negro.¹⁵

13. Para evidências sugerindo que, em outras áreas além da imigração, “o Estado [republicano] desempenhou um papel consideravelmente mais importante na economia do que tem sido em geral reconhecido”, ver Steven Topik, *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930* (Austin, 1987). P. 191.

14. Uma proposta de 1885 de estender aos migrantes brasileiros os mesmos privilégios que aqueles desfrutados pelos europeus - passagens marítimas pagas e alojamento às custas do Estado no albergue dos imigrantes na Cidade de São Paulo - foi rejeitada pela Assembléia da Província. As propostas dos líderes abolicionistas de que os recursos do Estado deveriam ser gastos na educação e no treinamento para ajudar os libertos a competir no mercado de trabalho nunca sequer chegaram a ser debatidas. Azevedo, *Onda negra*, pp. 167-171. Sobre os aspectos raciais do debate sobre a imigração, ver a mesma obra, pp. 59-76, 139-174 passim.

15. Azevedo, *Onda negra*, pp. 231-234; “O que ganhamos”, *Diário Popular* (14 de maio de 1888), p. 1.

Mais nefasto ainda era um artigo escrito um ano depois da abolição, intitulado "A Segregação do Liberto", que anunciava a conclusão virtual da competição do mercado de trabalho e a vitória definitiva dos imigrantes. Ignorando a substância dos debates legislativos anteriores, o artigo dizia que tal competição não havia sido pretendida ou antecipada. "Não se pensava na concorrência dos trabalhadores antigos com os novos. Havia lugar para todos ..." Mas a fuga dos libertos das fazendas, e sua recusa em continuar em suas antigas posições, não deixou outra escolha aos fazendeiros senão recorrer aos imigrantes. "O trabalhador nacional abandonou a posição conquistada, fez-se substituir pelo emigrante, forçou o proprietário a decidir-se por este ..." E agora, "o vazio deixado pelo primitivo trabalhador foi preenchido para sempre ... O liberto está portanto segregado, inutilizado, perdido para a vida productiva."¹⁶

É impressionante a rapidez com que a disputa seguiu seu curso - havia decorrido apenas um ano desde a abolição, e a grande maioria desses europeus que entraria em São Paulo ainda estava por desembarcar na costa brasileira - e a rigidez de sua conclusão: não apenas a derrota e a substituição dos libertos, mas a segregação e o exílio, para sempre, da "vida produtiva".¹⁷ É também impressionante sobre quem recai a culpa desta situação trágica: ela recai justamente sobre os ombros dos próprios ex-escravos.

O material apresentado na conclusão do capítulo anterior sugere que estes artigos, e outros como eles, não refletem as reais condições das fazendas de São Paulo durante os dois ou três pri-

16. "Questões e problemas: A segregação do liberto", *A Província de São Paulo* (22 de maio de 1889).

17. Uma tônica segregacionista também pode ser detectada em um artigo de 1895 do *Correio Paulistano* em comemoração ao 13 de Maio, Dia da Abolição, que diz que "incorporada ao povo brasileiro ella [a raça africana] que não nos incomoda vive conosco aparte sentindo conosco as cousas que sentimos ..." Citado em Lília Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos, e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (São Paulo, 1987), p. 196. Este, é claro, foi também o período em que a segregação institucionalizada estava tomando forma no sul dos Estados Unidos. Ver C. Vann Woodward, *The Strange Career of Jim Crow* (3a. edição, Nova York, 1974); John W. Cell, *The Highest Stage of White Supremacy: The Origins of Segregation in South Africa and the American South* (Cambridge and New York, 1982).

meiros anos imediatamente subseqüentes à abolição. Durante 1887 e 1888, os escravos realmente fugiram em massa das fazendas; mas nas semanas e meses após 13 de maio, despojados de qualquer outro meio de sustento, a maior parte deles voltou para reassumir suas posições como trabalhadores assalariados nas fazendas. Eu sugeriria que estes artigos fossem lidos, não como descrições empíricas do que estava acontecendo em São Paulo na época, mas sim como expressões do que as elites do Estado ansiavam e na verdade esperavam que viesse a ocorrer: a substituição da mão-de-obra negra pela branca. O trabalhador branco tinha assegurada uma posição privilegiada em relação ao negro, e era esperado que tirasse plena vantagem disso. Mas exatamente até onde iam esses privilégios na prática? Será que os trabalhadores brancos no Brasil explorariam sua posição preferencial para criar um movimento sindical e um mercado de trabalho racialmente exclusivo, como seus pares em outros países estavam fazendo na mesma época?

estruturando o mercado de trabalho: a mão-de-obra organizada

Os fazendeiros trouxeram os europeus para São Paulo para serem trabalhadores. O que não previram foi que esses trabalhadores iriam acabar formando um movimento de trabalhadores que, em 1910, lançou um sério desafio à ordem estabelecida.¹⁸

18. Sobre o movimento operário brasileiro durante este período, ver Paula Beiguelman, *Os companheiros de São Paulo* (São Paulo, 1977); Edgar Carone, *Movimento operário no Brasil, 1877-1944* (São Paulo, 1979); Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920* (São Paulo, 1977); Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes, e o movimento operário brasileiro, 1890-1920* (Rio de Janeiro, 1979); Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, eds., *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos*, Volume 1, *O movimento operário* (São Paulo, 1979). Para uma discussão comparativa da mão-de-obra brasileira durante este período, ver Thomas Skidmore, "Workers and Soldier: Urban Labor Movements and Elite Responses in Twentieth Century Latin America", em Virginia Bernhard, ed., *Elites, Masses and Modernization in Latin America, 1850-1930* (Austin, 1979).

Não há estatísticas precisas sobre os membros desse movimento, mas um estudo de 106 líderes operários no Brasil durante este período descobriu que menos de um terço deles eram brasileiros natos; e, desse terço, apenas um punhado deles morava e trabalhava em São Paulo.¹⁹ O domínio dos imigrantes no movimento operário paulista, sua insegurança diante das políticas de imigração do governo e o resultante excesso de mão-de-obra, e o lado da marginalização dos trabalhadores afro-brasileiros em São Paulo, poderia facilmente ter levado a resultados como aqueles dos Estados Unidos e da África do Sul, onde os trabalhadores brancos exigiram - e receberam - barreiras institucionalizadas contra a competição dos negros. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Em busca de estratégias para melhorar sua posição e enfrentar seus patrões e o Estado, os trabalhadores de São Paulo parecem nunca ter considerado a possibilidade da exclusão e segregação racial que estava sendo buscada em outros lugares. Se podia ser definida de alguma maneira, sua abordagem era exatamente o oposto. Bastante conscientes das oportunidades táticas que uma classe trabalhadora étnica e racialmente dividida oferecia aos patrões e ao Estado, e inspirados pelas doutrinas igualitárias do socialismo, do anarquismo e do anarco-sindicalismo, os organizadores operários repetidamente invocavam o objetivo de eliminar essas divisões.

O *Amigo do Povo* falou pela imprensa operária como um todo quando denunciou o que descrevia como a política do governo que “divide para governar ... colocando em frente do trabalhador estrangeiro o trabalhador nacional ...” Os organizadores reconheceram que, dividindo a força de trabalho em trabalhadores imigrantes e brasileiros, e dando preferência aos primeiros, os patrões haviam produzido um estado de “guerra latente no próprio cerne da classe trabalhadora”, que podia a qualquer momento ser desencadeada. Uma “população heterogênea ... separada por ódios” era peculiarmente vulnerável a essa estratégia, e esses ódios eram mais exarcebados ainda pelo descontentamento e ressentimento dos brasileiros excluídos do mercado de trabalho. Incitando seus leitores a renunciar aos “falsos preconceitos e ao falso orgulho da raça”, o jornal *Avanti!*, editado em língua ita-

19. Maram, *Anarquistas, imigrantes*, pp. 19-22.

liana, concluía que os enclaves étnicos e nacionais no interior da classe trabalhadora compunham o mais importante obstáculo isolado ao sucesso do movimento operário de São Paulo.²⁰

Assim, enquanto falavam para seus leitores imigrantes e brasileiros, os jornais dos trabalhadores martelavam repetidamente a mensagem da igualdade: “Já não estamos no tempo da escravidão, cada indivíduo, branco ou preto, feio ou bonito, nacional ou estrangeiro, segundo as leis deste paiz, é um cidadão, como tal, pois, pode intervir nos negócios do Estado, pedir contas aos seus opressores”. Uma abordagem mais pessimista era que os trabalhadores negros e brancos eram iguais, não em seus direitos, mas em sua degradação comum, pois todos os trabalhadores, independente de sua raça, continuavam escravizados e oprimidos pelo capitalismo. “O salaríado é a forma moderna da escravidão”; “a escravidão morreu de nome mas não de fato”. Esta equalização implícita de negros e brancos às vezes tornava-se explícita, como em um artigo denunciando o vigésimo aniversário da Lei Áurea como “mentiras, hypocrizias, jezuitismos, dizemos nós ... Entre os escravos pretos que trabalhavam para fecundar os campos do senhor e os escravos brancos que trabalham na oficina ..., entre os negros do Congo empregados anteriormente ao 1888, no trabalho das fazendas e os operários brancos dos paizes mais civilizados da Europa que trabalham atualmente para a engorda duma caterva de parasitas não há, não pode haver diferença alguma.”²¹

20. Citação inicial de “Os acontecimentos do Rio e do Ceará”, *O Amigo do Povo* (17 de janeiro de 1904), p. 1. O restante, de *O Amigo do Povo* (6 de dezembro de 1903), *Il Pungulo* (1 de maio de 1909), *Avanti!* (25 de julho e 28 de novembro de 1914), foram extraídos de Michael Hall, “Immigration and the Early São Paulo Working Class”, *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft, und Gesellschaft Lateinamerikas* 12 (1975), pp. 397-399.

21. “1 de maio”, *O Grito do Povo* (1 de maio de 1900); “O salaríado é a forma moderna da escravidão”, *O Amigo do Povo* (14 de agosto de 1903); “Entre operários”, *O Amigo do Povo* (21 de junho de 1902); “13 de maio”, *A Lucta Proletária* (16 de maio de 1908). *A Terra Livre* (6 de maio de 1916) enfatizou as semelhanças entre o tráfico de escravos e o programa de imigração subsidiada. “D’antes havia a empresa privada, o negreiro que se encarregava de ir comprar ou caçar o negro ... Hoje o empresário deste negócio é o Estado. Este não compra o escravo, mas paga-lhe a passagem ... O escravo chama-se colono.” Citado em Silvia I.L. Magnani, *O movimento anarquista em São Paulo* (São Paulo, 1982), p. 154.

Os patrões usaram a tática de explorar as divisões raciais dentro da força de trabalho, apenas três anos depois da abolição, durante a greve dos trabalhadores das docas em 1891, em Santos. A Companhia das Docas de Santos, que detinha o controle monopolista das docas da cidade, empregou os libertos desempregados que haviam fugido para a cidade em 1887 e 1888 e os usou como fura-greves para derrotar os grevistas, em sua maioria imigrantes. A companhia usou novamente a mesma tática em 1908, desta vez transferindo para as docas negros empregados nas pedreiras das Docas, nas fazendas e nas equipes de construção de estradas. Depois da greve de 1908, o jornal do sindicato dos trabalhadores das docas dedicou vários artigos à campanha da companhia para promover “discórdias, luctas de raças” entre os trabalhadores de Santos, e um estudo recente dessas greves conclui que a companhia realmente obteve “êxito em apresentar o conflito grevistas x fura-greves como ‘preconceito de cor’ de operários imigrantes”.²²

Os esforços para promover o antagonismo étnico e racial dentro da força de trabalho foram particularmente evidentes entre 1917 e 1920, anos de intensa agitação operária em São Paulo. A bem sucedida greve geral de 1917, e um levante anarquista abortado no Rio de Janeiro no ano seguinte, provocaram uma onda de repressão por parte dos patrões e do Estado, e provocaram ataques repetidos dos funcionários públicos e da imprensa da situação contra radicais estrangeiros subversivos e traidores. Os jornais que haviam exaltado a chegada dos imigrantes anos atrás, agora voltavam-se contra eles como importadores das doutrinas estrangeiras e antibrasileiras do anarquismo e do socialismo, e os patrões que haviam recebido bem os imigrantes em suas fábricas e plantações, agora os denunciavam como ingratos desleais.²³

Na luta para superar estes apelos xenofóbicos e forjar um movimento operário genuinamente unificado, os sindicatos de São Paulo enfatizavam o princípio da igualdade étnica, nacional e racial entre todos os trabalhadores, dedicando atenção particular à organização e mobilização da população brasileira. Um artigo de

22. Maria Lúcia Caira Gitahy, “Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1910” (tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1983), pp. 67-68, 79, 109-110, 290-291, 302.

23. Sobre as campanhas anti-estrangeiros do final da década de 1910, ver Maram, *Anarquistas, imigrantes*, pp. 60-89; Fausto, *Trabalho urbano*, pp. 233-243.

1903 atacou a prática de realização de reuniões e pronunciamentos públicos em italiano, e instava os organizadores a realizar a maior parte de seus comunicados em português. O primeiro número do *dox* anunciava que ele havia surgido para preencher a necessidade de um jornal operário editado em português para falar diretamente aos trabalhadores brasileiros.²⁴

Os apelos à participação de afro-brasileiros no movimento assumiu várias formas. Os militantes e os jornais operários invocavam Zumbi dos Palmares (ver capítulo 8) e outros negros que haviam lutado contra a escravidão como exemplos heróicos de militância dos trabalhadores.²⁵ Um artigo de 1908 denunciou como um ultrage a prática entre as igrejas católicas de Campinas de dividir as mulheres brancas e negras em organizações e irmandades separadas. Um artigo de 1911 sobre os trabalhadores rurais de São Paulo deixou claro que estava se referindo aos afro-brasileiros (descrevia-os cantando sambas e cantigas de desafio, o canto de protesto dos brasileiros, em dialeto negro) e contrastou propositalmente sua virtude rural inocente com a corrupção e o vício da burguesia urbana. O artigo foi mais longe, ao ponto de colocar este idílio camponês como um modelo para a sociedade anarquista futura: "A delicadeza de sentimentos daquelle bom povo assemelha-se ao carinhoso amplexo que unirá no futuro os homens livres sobre a terra livre." E em um artigo de 1919 publicado no jornal do sindicato dos trabalhadores da construção, escrito durante o auge da campanha anti-estrangeiros em São Paulo, comentou que as denúncias do governo contra agitadores imigrantes podiam fazer parecer que os brasileiros não estavam envolvidos no movimento operário. Nada podia estar mais longe da verdade, disse o autor. "Embora descendamos de uma raça escrava; embora os nossos pais hajam sido mortos com o pé no tronco e sob a acção do bacalhau do português, embora as nossas mães - como disse um estrangeiro - ainda tenham marcadas as nádegas pelo chicote do Senhor", os brasileiros estavam tão ativa-

24. "Pela propaganda", *O Amigo do Povo* (14 de fevereiro de 1903); "Jornal Operário", *Jornal Operário* (17 de setembro de 1905).

25. Maram, *Anarquistas, imigrantes*, p. 67; "O preto Simeão", *O Combate* (13 de maio de 1915); "O velho anarquista Rodrigues", *Folha de São Paulo* (27 de outubro de 1984), p. 46.

mente envolvidos na luta quanto qualquer europeu.²⁶

Encontram-se fragmentos de evidência que confirmam a participação - e até mesmo a liderança - de afro-brasileiros no início do movimento operário paulista. O ativista mulato Eugênio Wansuit, ex-abolicionista, foi um proeminente organizador da greve dos trabalhadores das docas de Santos, em 1912, e foi preso e deportado para o Rio de Janeiro como castigo. Em 1891, o ativista negro Salvador de Paula foi um dos fundadores da mais bem sucedida sociedade de auxílio mútuo dos anos republicanos, a Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas. E a imprensa negra (ver capítulo 5) regularmente publicava histórias e editoriais encorajando seus leitores a participar do movimento operário e a se unir em solidariedade de classe a seus companheiros brancos.²⁷

Mas sem dúvida os afro-brasileiros eram muito menos visíveis no movimento operário de São Paulo, tanto como líderes quanto como membros, do que no Rio de Janeiro, na Bahia, em Recife e em outros lugares, e deve-se concluir concordando com o julgamento de Sheldon Maram de que o início do movimento operário no Estado não obteve sucesso em atingir seu objetivo de criar uma classe trabalhadora racial e etnicamente unificada.²⁸ A

26. "Azafama clerical", *A Lucta Proletária* (7 de março de 1908); "O sol da liberdade", *Aurora Social* (número especial de aniversário, sem data; evidências internas sugerem janeiro de 1911); "Os brasileiros e a questão social", *O Grito Operário* (28 de dezembro de 1919). A militância dos trabalhadores brasileiros natos também foi enfatizada pelo ativista paulista Everardo Dias em seu relato de uma visita à cidade nordestina de Recife no final da década de 1910, onde ele encontrou um movimento operário vigoroso e bem organizado. Apesar do fato de, em Recife, "o elemento estrangeiro ser inexistente ... esta própria classe trabalhadora brasileira demonstra mais consciência de classe e entusiasmo que o proletariado estrangeiro de São Paulo". Citado em June Hahner, *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920* (Albuquerque, 1986), p. 86.

27. Gitahy, "Trabalhadores do porto", p. 44; "Sociedade Trabalhadores em Café", *Progresso* (abril de 1931), p. 4; "Salvador de Paula", *Progresso* (26 de setembro de 1929), pp. 3, 7; "O inimigo do preto é o preto", *O Clarim da Alvorada* (13 de maio de 1924), p. 2; "Ironia sangrenta", *Elite* (2 de março de 1924), pp. 3-4; *Getulino* (30 de março de 1924), p. 2; "A situação econômica social", *Progresso* (30 de agosto, 1931), p. 2.

28. Sobre a participação dos negros nos primeiros sindicatos em outros locais do Brasil, ver Hahner, *Poverty and Politics*, pp. 98-105, 251-252, 282-283; Francisco Foot Hardman, "Trabalhadores e negros no Brasil", *Folha de São Paulo* (16 de maio de 1982); Maram, *Anarquistas, imigrantes*, pp. 31,89; Fausto, *Trabalho urbano*, pp. 36,55.

resposta dos imigrantes ao movimento operário foi longe de ser esmagadora, e a resposta dos brasileiros ainda mais débil. Uma razão para essa resposta fraca está sugerida na expressão lacônica “como disse um estrangeiro”, vista na citação que aparece alguns parágrafos atrás. Apesar de seus apelos pela igualdade racial e solidariedade da classe trabalhadora, muitos líderes operários imigrantes não conseguiam superar completamente os sentimentos de superioridade étnica e racial em relação a seus companheiros brasileiros. Um artigo de 1903 em *O Amigo do Povo* expressava desespero diante da idéia de algum dia se conseguir organizar o povo brasileiro, que está vegetando na ignorância e mergulhado na pobreza e na letargia. Para fazer a revolução, diz o jornal, seriam precisos “vontades, caracteres mais fortes, física e moralmente, que os que possuem as colectividades brasileiras, produto de uma nação debilitada ...” Os artigos da imprensa operária às vezes assumiam tons explicitamente racistas. Um artigo de 1917 criticando a repressão recente às greves comentava que a polícia ultrapassava completamente os limites da lei brasileira e se comportava como selvagens. Contrastando o Brasil com o reino de Senegambia, “uma vasta região de pretos no continente preto”, o artigo dizia que “Esta república não é uma Libéria, não é uma república de negros, de selvagens de tanga e de usos e leis rudimentares”. Não, o Brasil era um país civilizado, com exceção de sua polícia. “A polícia não é, nunca foi brasileira; a polícia é de Senegambia, uza os processos senegambezes e são senegambezes os seus funcionários.” Em 1919, apareceu uma sátira em uma publicação mensal anarquista representando uma escala social simbólica se estendendo de um nobre até um cachorro. Um criado negro aparece logo acima do cachorro e abaixo de um mendigo, que expressa sua humilhação por ser retirado da mansão por um “negro bem alimentado”. Este esforço foi pelo menos satírico; ao contrário de um artigo de 1918, sobre a origem dos negros, que contava várias anedotas racistas sobre como Deus decidiu dar aos negros narizes amplos, cabelo enrolado e palmas das mãos de cor clara. O editor do jornal, que trabalhava para os trabalhadores da Companhia Ferroviária Sorocabana (muitos deles negros), descrevia estas historinhas “como muito originais e bem feitas”.²⁹

29. “Pobre povo brasileiro”, *O Amigo do Povo* (27 de dezembro de 1903); “No reino da Senegambia”, *A Plebe* (15 de setembro de 1917); “A escala”, *Aurora* (1 de abril de 1905); “Os negros”, *A Sorocabana* (15 de setembro de 1918). Para uma análise criteriosa das tensões raciais e étnicas dentro da classe trabalhadora brasileira durante este período, ver Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (São Paulo, 1986), passim.

Era provavelmente inevitável que as atitudes e tensões raciais que caracterizavam a sociedade em geral emergiriam nos sindicatos operários. Mas além do racismo generalizado da época havia o fato de que a exclusão de trabalhadores negros do emprego industrial criou uma “reserva” clássica de força de trabalho - um exército de desempregados que podiam ser convocados em qualquer época para interromper greves, destruir os esforços de sindicalização e manter os trabalhos baixos. As oportunidades para os trabalhadores negros na economia eram tão limitadas que números suficientes deles podiam ser sempre encontrados para responder aos apelos dos empregadores por fura-greves.³⁰ Muitos líderes operários compreendiam como era difícil para os trabalhadores desempregados recusar oportunidades como essas, mas isso não os impedia de expressar irritação em relação aos fura-greves negros, e particularmente em relação àqueles que eram designados como matadores e valentões contratados pelos patrões para pôr fim às greves e às manifestações. “O que doe, o que magôa, o que punge é que os filhos dos escravos de hontem sejam hoje os que substituam os antigos capitães do mato [caçadores de escravos fugitivos] na negregada missão de engrossar as fileiras das falanges de ‘secretos’ espancadores dos operários que procuram a sua liberdade econômica, o melhoramento da sua classe pelo único recurso de que podem dispôr presente - a greve.”³¹

É importante notar que os fura-greves deste período não eram de modo algum apenas negros. Um artigo de 1905 retratava muitos deles como “campônios” da Sicília e de Veneza - embora, significativamente, seu título fosse “Escravos e Selvagens da Europa”, comparando de maneira implícita fura-greves e negros. Um artigo de 1904 sobre a condição desesperada dos imigrantes portugueses em São Paulo observava que sua situação era tão ruim que muitos deles, “para que suas famílias não morra à fome”,

30. Um jornal negro comentou que atuar como fura-greves foi o meio pelo qual os homens negros finalmente penetraram nas profissões de condutores e motoristas para a São Paulo Tramway, Light and Power Company, que antes da greve de 1919 restringia os homens negros à colocação de trilhos. *Getulino* (9 de dezembro de 1923), p. 1. Para uma réplica que argumentava que os afro-brasileiros deviam se unir aos trabalhadores brancos em vez de tentar prejudicá-los, ver o curto ensaio de Moacyr Marques, *Getulino* (30 de março de 1924).

31. “O 13 de maio”, *A Plebe* (15 de maio de 1920).

foram levados à pior traição a seus companheiros trabalhadores: o alistamento na força policial.³² Apesar de sua posição preferencial, os trabalhadores europeus mostraram-se tão vulneráveis às pressões do mercado de trabalho quanto seus contrapartes afro-brasileiros - o que explica, em parte, o colapso desta primeira fase do movimento operário brasileiro no início da década de 1920.

Os anarquistas e os socialistas procuraram preencher a lacuna existente entre os trabalhadores brasileiros e os europeus, e fracassaram. Ou melhor, o grau do seu sucesso não foi suficiente para produzir um movimento operário que pudesse lutar contra as forças do Estado republicano. Certamente, o movimento operário não estava em posição de atingir seu objetivo de introduzir a igualdade racial no local de trabalho. Na ausência dessa intervenção, e como foi moldado pelas políticas imigratórias do Estado nas mãos dos fazendeiros, quais foram os resultados da competição no mercado de trabalho entre os trabalhadores negros e brancos de São Paulo?

a luta por empregos: resultados

Ao analisar os resultados da competição entre brancos e negros no mercado de trabalho é conveniente fazer uma distinção entre as esferas rurais e urbanas. No campo, os trabalhadores brancos, que eram em sua quase totalidade imigrantes, rapidamente se concentraram nas regiões mais prósperas do Estado, e nos empregos mais desejáveis nessas regiões. Os trabalhadores negros e caboclos retiraram-se para as partes mais pobres do Estado ou conseguiram os empregos menos rentáveis nas fazendas mais lucrativas. Os fazendeiros do muito desgastado Vale do Paraíba, por exemplo, no nordeste do Estado, mostraram-se incapazes de oferecer salários e condições de trabalho suficientemente atrativos para os europeus; para estes fazendeiros, assim como para aqueles das áreas cafeeiras vizinhas dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, como comentou um observador contemporâneo, "a mão-de-obra branca era um luxo que eles não po-

32. "Escravos e selvagens da Europa", *Jornal Operário* (15 de outubro de 1905); "O emigrante", *A Pátria* (3 de janeiro de 1904).

diam manter". Em vista disso, em 1905 somente 4 por cento da força de trabalho da região do rio Paraíba era européia.³³

Mais ou menos na mesma época, na região crescentemente próspera do centro-oeste do Estado, ao contrário, a força de trabalho agrícola era dois-terços européia. Nessa força de trabalho prevalecia um sistema claro de preferência racial. Warren Dean acha que "os imigrantes eram em geral preferidos para os contratos como colonos, sem dúvida, as melhores posições na fazenda." Thomas Holloway concorda que "quando os paulistas decidiram buscar na Europa seus trabalhadores, o campesinato brasileiro, incluindo muitos ex-escravos e caipiras de sangue misto, foram relegados a uma posição marginal na economia regional ... no início do século XX, a sorte estava lançada e o trabalho nos campos de café do oeste estava totalmente identificado com os imigrantes". Na eventualidade de negros e brasileiros miscigenados serem contratados, era para realizar "os trabalhos sazonais e precários que não eram suficientemente bem pagos para atrair os imigrantes. Eles se tornaram camaradas, empregados para qualquer serviço, pagos por mês. Quando havia um excesso local de imigrantes, os homens libertos podiam ainda ser reduzidos a trabalhador pago por dia." Observando esta situação, a cientista política Paula Beiguelman descreve-a como um mercado de trabalho de duas camadas, racialmente segmentado, com um nível superior de "assalariado, estrangeiro (trabalhador que visa a eventual constituição de um pecúlio); e um segundo, nacional, para as tarefas penosas rejeitadas pelo primeiro".³⁴

Nas cidades, os imigrantes desfrutavam - tanto quanto no campo - da mesma preferência na contratação. O censo de 1893 da Cidade de São Paulo mostrou que 72 por cento dos empregados do comércio, 79 por cento dos trabalhadores das fábricas, 81 por cento dos trabalhadores do setor de transportes e 86 por cento dos artesãos eram estrangeiros. Uma fonte de 1902 estimou que

33. Denis, *Brazil*, pp. 314-316; Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 63; Beiguelman, *Formação do povo*, pp. 72-73, 108-109. Para uma discussão detalhada da situação dos trabalhadores na região do Paraíba, ver Stanley J. Stein, *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900* (2a. edição, Princeton, 1985), pp. 259-274.

34. Dean, *Rio Claro*, pp. 172, 152; Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 63; Beiguelman, *Formação do povo*, p. 108; ver também Vangelista, *Bracía per la fazenda*, pp. 51-55, 92-96, 106-114.

a força de trabalho industrial na capital era composta de mais de 90 por cento de imigrantes; em 1913, o *Correio Paulistano* estimou que 80 por cento dos trabalhadores do setor de construções eram italianos; e um estudo de 1912 sobre a força de trabalho em 33 indústrias têxteis do Estado descobriu que 80 por cento dos trabalhadores têxteis eram estrangeiros, a grande maioria italianos.³⁵

Tabela 3.1. Distribuição Percentual de Brasileiros e Imigrantes na Força de Trabalho da Cidade de São Paulo, em 1920, por Áreas Seleccionadas da Economia.

	Brasileiros	Imigrantes	N
Total da população economicamente ativa	50,4	49,6	240.045
Indústria	48,9	51,1	100.375
Comércio	37,5	62,5	30.580
Serviço doméstico	63,1	36,9	15.467
Transporte	41,1	58,9	13.912
Forças armadas, polícia e bombeiros	90,7	9,3	5.783

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920 (Rio de Janeiro, 1927), 4, pp. 170-173.

Em 1920, os trabalhadores brasileiros conseguiram uma relativa paridade no emprego industrial, a maior área da economia urbana (ver Tabela 3.1). Entretanto, permaneciam super-representados nas áreas mal remuneradas do serviço doméstico e nas forças armadas (mais de 90 por cento da qual consistia de homens notoriamente mal pagos alistados no exército e na polícia). Os europeus conservavam uma posição preferencial no comércio e nos transportes. E mesmo no emprego industrial, mais da metade (51,6 por cento) dos trabalhadores fabris nascidos no Brasil ti-

35. *Relatório apresentado ao ... Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Director da Repartição de Estatística e Arquivo ... em 31 de julho de 1894* (Rio de Janeiro, 1894), pp. 82-83; Beiguelman, *Formação do povo*, pp. 117-121; "Condições do trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo", *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* 1, 1-2 (1912), pp. 35-80.

nham menos de 21 anos de idade, e evidências variadas, incluindo o testemunho daqueles que trabalharam nas fábricas de São Paulo naquela época, indicam que muitos deles, se não a maioria, eram filhos de imigrantes. Apresentados aos chefes e aos proprietários das fábricas por seus parentes, eles em geral recebiam preferência na contratação, obtendo como resultado que os imigrantes adultos continuavam a dominar seu segmento de idade no mercado de trabalho industrial (trabalhadores industriais imigrantes com 21 anos de idade ou mais excediam seus contrapartes brasileiros em uma proporção de quase dois para um), e seus filhos também dominavam o grupo de idade mais jovem.³⁶

Esta persistente preferência por europeus e euro-brasileiros afetava diretamente os afro-brasileiros. Florestan Fernandes declarou que em 1920 sua posição na economia urbana era ainda pior do que havia sido vinte ou trinta anos antes, apesar do fenomenal desenvolvimento da indústria, da construção e do comércio ocorrido nesse meio tempo. Os negros estavam quase totalmente barrados do trabalho nas fábricas, e os artesãos negros desapareceram por completo da cidade. Os negros pobres e pertencentes à classe trabalhadora encontraram suas oportunidades de trabalho restritas ao serviço doméstico e ao que hoje poderia ser denominado de setor informal.³⁷ Dois afro-brasileiros que viveram nesse período recordam as condições sob as quais eles trabalhavam.

Os negros eram quase tantos quanto os italianos, na época, em São Paulo, [mas] viviam totalmente desintegrados ... Os imigrantes - na indústria e no comércio. Para o negro sobrava só a tare-

36. *Dados da Directoria Geral de Estatística, Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920* (Rio de Janeiro, 1926), 4, pp. 170-173. Sobre os filhos brasileiros de pais imigrantes, ver Hall, "Immigration", pp. 394-395; e Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 139-140. Inspetores do Departamento Estadual do Trabalho relataram uma visita a uma fábrica têxtil em 1912 que empregava 20 adultos, 151 menores estrangeiros e 112 menores brasileiros. Deste último grupo, 106 eram filhos de pais italianos. "Condições de trabalho na indústria têxtil", p. 60. Quando pesquisava os arquivos pessoais da indústria têxtil Jafet em São Paulo (ver capítulo 4), descobri muitos menores e adultos jovens brasileiros com sobrenome italiano trabalhando na fábrica nas décadas de 1910 e 1920; muitos deles parentes de empregados italianos mais velhos.

37. Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 60-97.

fa de lavar casas, limpar escritórios, carregar lenhas e outras cargas. Éramos todos subempregados. Via-se muito, na época, negros puxando carrocinhas pela cidade ou fazendo 'ponto' na [rua] Quintino Bocaiúva, com latas e escovões nas mãos, à espera de ser chamado para limpar uma casa aqui, raspar um assoalho ali.

O negro, como se diz na gíria atual, tinha que se virar. Tiveram que criar várias fontes de trabalho, como carregadores, limpadores de quintal, empregados domésticos, carpideiros de ruas, lavadores de automóveis, todos empregos que não existiam o negro criou, o próprio engraxate, o vendedor de jornal, o trabalhador em pequenos sítios, trabalhos criados para a sua subsistência porque os fazendeiros não aceitavam o trabalho do negro ...³⁸

Alguns homens negros conseguiam encontrar trabalho regular assentando trilhos para as ferrovias ou para a São Paulo Tramway, Light, and Power Company, que estava na época construindo os sistemas de bonde e eletricidade da cidade. E a exclusão dos trabalhadores negros do emprego industrial não era absoluta, pois se encontra menção ocasional a trabalhadores fabris nas colunas sociais da imprensa negra, assim como nos registros de emprego.³⁹ Mas estas oportunidades eram claramente limitadas, e a grande maioria dos negros eram obrigadas a realizar

38. "Os jornais dos netos de escravos", *Jornal da Tarde* (12 de junho de 1975), p. 17; "Frente Negra Brasileira, 1930-1937" (trabalho de pesquisa cooperativo não publicado, Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, 1985), anexo 2, sem paginação.

39. Sobre a São Paulo Light, ver "Frente Negra Brasileira", anexo 2. Para os trabalhadores fabris na imprensa negra, ver, por exemplo, *A Rua* (24 de fevereiro de 1916), p. 3, que menciona "certas mocinhas da Fábrica Trapani" e "certas moças da Fábrica de Seda"; ou o obituário de Deodato de Moraes, "operário da fábrica de chapeo da Villa Prudente ... Compareceram no enterro, os operários de diversas fábricas". *O Alfinete* (22 de setembro de 1918), p. 2. Minha própria amostra de 20 por cento de trabalhadores contratados na fábrica têxtil Jafet entre 1905 e 1930 mostrava que, daqueles trabalhadores brasileiros de raça conhecida, 10,9 por cento eram afro-brasileiros. Entretanto, o primeiro trabalhador afro-brasileiro só aparece nos registros da companhia em 1922 - embora alguns possam estar incluídos entre os trabalhadores de raça desconhecida registrados durante a década de 1910 - e mais de 90 por cento dos trabalhadores negros contratados pela firma durante este período só foram admitidos depois de 1925.

serviços domésticos ou ter os empregos irregulares e mal pagos acima descritos.

Fora das forças armadas, o serviço doméstico era a única área do mercado de trabalho braçal em que os brasileiros, tanto negros quanto brancos, competiam mais efetivamente com os imigrantes.⁴⁰ Não coincidentemente, ocorria de esta ser talvez a área menos atrativa da economia urbana. Muitas características do serviço doméstico no regime da escravidão sobreviveram mais ou menos intactas até o século XX. Um nativo de São Paulo, nascido em 1903, quinze anos após a abolição da escravidão, recorda que, logo após seu nascimento, seu pai “mandou alugar uma escrava” para amamentá-lo. Dona Risoleta, uma mulher afro-brasileira que trabalhou como empregada doméstica durante as décadas de 1910 e 1920, recorda o dia de trabalho que começava às 4h da manhã e só terminava tarde da noite. O controle de seus patrões sobre sua vida era quase total: “Nunca pude acompanhar as notícias, assistir as festas e movimentos da cidade quando trabalhava. A gente ficava seis meses sem ver a cara da rua! Sempre tinha serviço e sábado e domingo era o dia em que se trabalhava mais; ia fazer doces, biscoitinhos, sequilinhos, porque domingo a família toda reunia.”⁴¹

Como logo veremos, nos anos que se seguiram à abolição, as famílias dos libertos relutavam em deixar suas mulheres e filhos ingressarem no mercado de trabalho assalariado, o que provocou uma grave escassez de criados domésticos no Estado. O governo respondeu da maneira característica, instruindo os agentes da imigração na Europa que “promovessem a vinda ... de pessoas que

40. Sobre o serviço doméstico brasileiro durante este período, ver Sandra Lauderdale Graham, *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro* (Cambridge e Nova York, 1988).

41. Eclea Bosi, *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (São Paulo, 1977), pp. 123, 301, 312. Um casal da capital do Estado usou seu controle sobre sua escrava doméstica Anna para mantê-la na ignorância da Lei Áurea até 1892, quando alguns abolicionistas souberam de sua situação e recorreram à polícia para resgatá-la. “Anna declarou nada saber com relação à lei de 13 de maio ... [e] que nada podia saber da abolição porque quando a família sahia à rua, ela ficava fechada num quarto.” “Lo-caes: Escravização”, *O Estado de São Paulo* (15 de maio de 1892).

se dediquem ao serviço doméstico”.⁴² Mas assim como as oportunidades de emprego para os homens negros foram decaindo no decorrer da década de 1890 e início da década de 1900, as mulheres negras tinham poucos recursos além de retornar ao trabalho como domésticas. A julgar pelas estatísticas do censo, as preferências dos empregadores parecem ter sido sempre separar os imigrantes dos brasileiros; enquanto alguns consideravam os criados europeus mais chiques, outros valorizavam o domínio do português e o conhecimento dos costumes e dos hábitos locais por parte dos brasileiros. Muitos daqueles dispostos a aceitar empregados brasileiros expressavam preferência, seja nos anúncios dos jornais ou nas instruções às agências de empregos, por criados brancos, em vez de negros. Apesar disso, um número suficiente de mulheres negras (e alguns homens negros) conseguiram trabalho doméstico, a ponto de tornar o criado doméstico negro um aspecto característico da vida em São Paulo, como também em outras cidades brasileiras.⁴³

A capacidade das mulheres negras para conseguir emprego era quase literalmente um salva-vidas para uma comunidade à qual era negada a maioria dos outros meios de sustento. Os informantes afro-brasileiros que viveram naquele período recordam que “por bem de verdade quem sustentava mesmo a família negra eram as mulheres que, ao meu ver, foram grandes lutadoras...” Elas tinham de ser, para resistir aos rigores físicos e emocionais de uma tal vida. A doméstica negra típica “trabalha titanicamente”, dizia um dos jornais negros. “Ela lava, engoma, cosinha, é enceradeira, copeira e tudo quanto se pode inventar de mais pe-

42. “Serviço doméstico”, *O Estado de São Paulo* (2 de junho de 1892); ver também *A Província de São Paulo* (6 de fevereiro de 1889), que contém um texto curto discutindo como as esposas dos fazendeiros estavam substituindo as domésticas negras por mulheres italianas, “que, estimuladas pelo lucro e melhor passadio, tornam-se aptas em pouco tempo, e prestam bom auxílio”.

43. Para críticas na imprensa negra a anúncios procurando domésticas especificando “prefere-se brancas”, ver *Getulino* (11 de novembro de 1923), p. 1, e “Prefere-se branca”, 26 de setembro de 1929), p. 5. Sobre o uso continuado desses anúncios na década de 1940, e as atitudes dos patrões em relação à raça, ver Oracy Nogueira, “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”, *Sociologia* 4, 4 (1942), pp. 328-358.

sado em contraste com seu physico mal nutrido, mal dormido e consequentemente depauperado. Nas épocas delicadas para o seu sexo, jamais poude ter o resguardo necessário. Precisava trabalhar." A força exigida para sustentar essa luta era às vezes mais do que um ser humano podia suportar. Dona Risoleta dá ao negro São Benedito o crédito de ter lhe proporcionado a força para acordar todas as manhãs às 4 horas, e se lembra: "Eu pedia dia e noite que Deus não deixasse eu sucumbir ... Lutei sozinha com Deus."⁴⁴

As mulheres negras dessas décadas evidentemente merecem muito, se não a maior parte, do crédito por terem sustentado a comunidade negra durante uma época em que as oportunidades alternativas de emprego eram quase inexistentes. Mas os afro-brasileiros nunca perderam de vista o fato de que o serviço doméstico e o ocasional trabalho por dia eram os refugos de uma economia urbana em expansão. Dona Risoleta, por exemplo, recusou-se a permitir que seus filhos a seguissem em seu serviço doméstico, dizendo a seu patrão: "Não quero sacrificar minha filha; ela não vai ganhar sua vida sacrificada como sempre ganhei." Os jornais negros se uniam, instando seus leitores a fazer o que fosse possível para evitar que suas filhas entrassem na tirania do serviço doméstico, onde tinham de enfrentar exigências de trabalho excessivas, os avanços sexuais de seus patrões, uma ausência de vida familiar e salários miseráveis para completar. "A criada sempre é mais infeliz que os operários que trabalham oito horas em determinados serviços."⁴⁵

Mas os empregos nas fábricas, oficinas e lojas da cidade não eram para os afro-brasileiros. Isto não era resultado de uma legislação discriminatória ou de decretos que vinham de cima, mas de milhares - milhões, com o passar dos anos - de decisões tomadas pelos patrões relativas a quem iriam ou não contratar. Embora alguns se mostrassem dispostos a contratar trabalhadores

44. "Frente Negra Brasileira", anexos 2 e 3; Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 210-211; "E por aqui", *Elite* (2 de março de 1925), "Não querem trabalhar", *O Kosmos* (16 de novembro de 1924); Bosi, *Memória e sociedade*, pp. 312, 317.

45. Bosi, *Memória e sociedade*, p. 317; "E por aqui", *Elite* (2 de março, 1924); "Cuidae de vossas filhas", *Getulino* (13 de abril de 1924); "Reparando", *O Alfinete* (28 de setembro de 1921).

negros nessa época, a maior parte se negava a fazê-lo. Por que? O que os trabalhadores europeus tinham que os afro-brasileiros não tinham? Por que estes últimos eram tão consistentemente marginalizados e colocados de lado na competição por empregos e progresso? Com certeza, essa disputa foi estruturada pela política do Estado, de maneira a torná-la rigorosa ao extremo; mas isto significava que os negros tinham inevitavelmente que perder?

explicando os resultados: a tese de fernandes

Neste ponto, voltamos ao trabalho pioneiro e extremamente influente de Florestan Fernandes, brevemente apresentado no capítulo 1. Fernandes dedicou grande parte de sua carreira acadêmica a responder as questões colocadas acima, e, com o passar do tempo, seus escritos e aqueles de seus alunos tornaram-se a explicação mais amplamente aceita e mais ponderante a respeito da não integração dos negros na sociedade paulista (e na sociedade brasileira em geral) em termos de igualdade com os brancos.⁴⁶

Ao explicar as razões para a desigualdade racial no Brasil, Fernandes encarava os imigrantes e os afro-brasileiros como produtos de duas sociedades de níveis completamente diferentes de desenvolvimento econômico e social. Os europeus vinham de nações que estavam experimentando os percalços do crescimento e do desenvolvimento capitalistas, com mercados de trabalho atuantes que haviam ensinado os imigrantes as habilidades do trabalho e disciplina rigorosa para enfrentar a competição econômica. Os brasileiros, ao contrário, haviam crescido em uma sociedade em que as relações de trabalho, baseadas na escravidão, na coerção, e no domínio senhorial da força de trabalho, tinham ainda um caráter pré-capitalista. Esta experiência da escravidão constituiu uma desvantagem específica para os afro-brasileiros - de duas maneiras. Primeiro, deixou uma forte herança de racismo, que tornava os brancos não propensos a aceitar os negros como iguais, ou para lhes garantir oportunidades para plena integração na sociedade brasileira após a abolição. Entretanto, mesmo que tais oportu-

46. Para uma listagem da obra de Fernandes, ver capítulo 1, nota 12.

tunidades lhes tivessem sido apresentadas, Fernandes argumentava que a maior parte dos afro-brasileiros teria sido incapaz de tirar proveito delas, devido ao segundo aspecto da herança negra: o modo como a escravidão mutilou suas vítimas intelectual, moral, social e economicamente. Os escravos aprenderam habilidades não compatíveis com o mercado durante a escravidão; muito ao contrário, a escravidão ensinou-lhes a evitar o trabalho, onde e sempre que possível. A escravidão não construiu a família negra; ao contrário, a corroe e destruiu. E a escravidão nada fez para instilar nos escravos um sentido de comunidade e de autoestima; por razões de segurança, buscou extirpar e destruir quaisquer instrumentos de solidariedade e apoio mútuo que os escravos pudessem ter trazido com eles da África ou tentado construir no Novo Mundo.

Por isso, quando os europeus chegaram a São Paulo e começaram a competir com os negros nos mercados de trabalho rural e urbano, simplesmente não houve competição, declarou Fernandes. Os negros foram “automaticamente” postos de lado em favor dos imigrantes, que eram mais especializados, estavam mais imbuídos de uma ética de trabalho capitalista e contavam com o apoio mais efetivo das estruturas de solidariedade familiar e comunitária. A resultante marginalização da população negra de São Paulo “foi um ‘produto natural’ de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre”. São Paulo não rejeitou a população negra, concluiu ele; ao contrário, não conseguindo assumir os novos papéis “modernos” de cidadão, empregado e assalariado, os afro-brasileiros na verdade rejeitaram a sociedade capitalista e em processo de modernização do Estado de São Paulo no século XX.⁴⁷

A obra de Fernandes constitui um esforço corajoso e às vezes brilhante para desmascarar a realidade das relações raciais brasileiras, e para refutar a idéia do Brasil como uma terra de igualdade racial. Entretanto, sua dicotomia entre europeus modernos, progressistas, altamente especializados e muito esforçados, e afro-brasileiros alienados, irresponsáveis e sociopatas encontra

47. Este argumento aparece repetidas vezes no capítulo 1 de Fernandes, *Integração do negro*, pp. 15-97. A muito citada frase sobre a “incapacidade relativa [dos negros] de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre”, aparece citada na página 95.

pouco - se é que algum - apoio nas evidências disponíveis.⁴⁸ Em vez de uma divisão clara entre os dois grupos, vemos uma situação mais ambígua em que as populações negras e imigrantes realmente se pareciam de maneiras incríveis e inesperadas.⁴⁹

Poderíamos começar observando que, na época do primeiro censo do Brasil, em 1872, a maior parte da população negra e mulata não era escrava, mas livre.⁵⁰ Bem antes da abolição da escravidão, e cada vez mais nos anos próximos a 1888, a maior parte dos afro-brasileiros da província escaparam da escravidão, e estavam livres para construir vidas e carreiras de sua própria escolha. Em vez de estarem tateando desesperados no mercado de trabalho, como a argumentação de Fernandes nos levaria a supor, muitos desses pardos e pretos livres conseguiram se estabelecer como artesãos e comerciantes, tanto em São Paulo como por todo o Brasil. Somente quando os imigrantes chegaram, observou ele, esses artesãos e empresários negros começaram a desaparecer do cenário urbano.⁵¹

48. A evidência de Fernandes com relação às condições da virada do século baseia-se principalmente em entrevistas conduzidas cerca de cinqüenta anos depois do fato, no final da década de 1940 e início de 1950. Os entrevistados tendiam a ser afro-brasileiros de classe média e em ascensão, muitos deles com uma opinião muito negativa do que viam como o *lumpen* negro. Para uma discussão mais detalhada das divisões de classe entre a população negra e das atitudes dos negros de classe média em relação aos negros de classe baixa, ver os capítulos 5 e 6. Sobre a maneira como foi conduzida a pesquisa de Fernandes, ver Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo* (3a. edição, São Paulo, 1971), pp. 13-17.

49. Não sou o primeiro a discutir a tese de Fernandes. Para outras críticas, ver Azevedo, *Onda negra*, pp. 22-24; Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim*, pp. 52-54; Boris Fausto, *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)* (São Paulo, 1984), p. 58; Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Rio de Janeiro, 1979), pp. 72-77.

50. O censo de 1872 atribuiu a São Paulo uma população total de 837.354 habitantes: 433.432 brancos, 39.465 caboclos, 207.845 negros e mulatos livres, e 156.612 negros e mulatos escravos. Samuel Harman Lowrie, "O elemento negro na população de São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 4, 48 (1939), tabela 1, p. 12.

51. Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 64-66; Roberto J. Haddock Lobo e Irene Aloisi, *O negro na vida social brasileira* (São Paulo, 1941), p. 29. Sobre os trabalhadores urbanos e artesãos negros livres no Brasil, de uma maneira mais geral, ver Herbert Klein, "Nineteenth-Century Brazil", em David W. Cohen e Jack P. Greene, *Neither Slave nor Free: The Freedmen of African Descent in the Slave Societies of the New World* (Baltimore, 1972), pp. 325-330.

Eles simplesmente não tinham as habilidades para enfrentar os europeus, concluiu Fernandes - na mão-de-obra especializada, no comércio ou no trabalho nas fábricas. Certamente, na área da alfabetização, os imigrantes possuíam vantagens evidentes sobre a população brasileira em geral, e sobre a população afro-brasileira em especial. O censo de 1890 registrou um índice de alfabetização de apenas 12,5 por cento entre a população nativa do Estado versus 41,7 por cento entre a população estrangeira.⁵² A disparidade entre os imigrantes e os negros provavelmente era maior ainda. O censo de 1890 não separou os índices de alfabetização por raça, mas dados do censo de 1940 sugerem que o índice de alfabetização entre os brasileiros natos na virada do século era aproximadamente o dobro para os brancos em relação aos negros.⁵³

Como sugere a tese de Fernandes, o analfabetismo dos negros era na verdade um problema que tinha suas raízes na experiência recente da escravidão. Poucos senhores viam qualquer vantagem em investir na educação de seus escravos, e a maior parte deles preferia que seus escravos fossem incapazes de ler os jornais e a propaganda abolicionista que circulava entre as fazendas de São Paulo nas décadas de 1870 e 1880.⁵⁴ Entretanto, o problema exacerbou-se mais ainda após a abolição, devido às políticas educacionais da República. A Constituição de 1891 partiu da Constituição imperial de 1824, isentando o governo federal da obrigação de patrocinar a educação pública, e ao mesmo tempo

52. Directoria Geral de Estatística, *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro, 1989), pp. 145, 373. Os dados sobre a alfabetização dos imigrantes correspondem muito de perto a dados similares para os imigrantes europeus nos Estados Unidos durante a década de 1890. Cinquenta e três por cento dos imigrantes italianos e 40 por cento dos portugueses que foram para os Estados Unidos eram alfabetizados. Stanley Lieberson, *A Piece of the Pie: Blacks and White Immigrants since 1880* (Berkeley, 1980), p. 171.

53. Em 1940, os índices de alfabetização entre os negros de mais de cinquenta anos (isto é, aqueles nascidos antes de 1890) era de 21,7 por cento para os pretos e 29,0 por cento para os pardos. Entre os brancos com mais de cinquenta anos, o índice foi de 47,9 por cento. IBGE, *Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1950), tabela 18, pp. 16-17.

54. Sobre a alfabetização entre a população escrava de São Paulo, ver Schwarcz, *Retrato em branco e negro*, pp. 110, 180-182.

privando de direitos os analfabetos. Somente no início do século XX o Estado de São Paulo começou a elaborar os rudimentos de um sistema de ensino elementar; as escolas secundárias só se tornaram uma questão importante no orçamento do Estado na década de 1920.⁵⁵

Diante de uma quase absoluta falta de oportunidade educacional, e do acesso negado à maior parte das escolas particulares, os afro-brasileiros reagiram tentando estabelecer suas próprias instituições educacionais. A mais bem sucedida foi o Colégio de São Benedito, em Campinas, que funcionou de 1901 a 1937. Na capital, a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, o Centro Cívico Palmares e a Frente Negra Brasileira mantiveram escolas elementares durante vários períodos entre as décadas de 1910 e 1930.⁵⁶ Mas estes esforços esparsos, embora corajosos, não conseguiam compensar o fracasso do Estado em proporcionar instrução adequada para seus filhos, tanto negros quanto brancos.

Assim, parece que os imigrantes ofereciam a seus patrões um índice mais elevado de instrução do que poderiam oferecer os brasileiros - particularmente os afro-brasileiros. Mas será que uma maior instrução necessariamente traduz um melhor desempenho no trabalho e uma produtividade mais elevada? Para os membros de uma sociedade e economia do fim do século XX, a resposta é óbvia: é claro que os trabalhadores mais instruídos são mais produtivos que os trabalhadores não instruídos. Mas nas fábricas e nas fazendas de São Paulo na virada do século, as habilidades no trabalho não giravam necessariamente em torno da instrução. E não é de modo algum óbvio que os imigrantes possuíssem claras vantagens nessas habilidades relacionadas ao trabalho: As próprias fontes de Fernandes recordam que, nas áreas de carpintaria e marcenaria, a "o serviço dos pretos não era pior que o

55. José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo, 1987), p. 45; Joseph L. Love, *São Paulo em the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford, 1980), pp. 92-96.

56. Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888-1921)* (Campinas, 1988), pp. 100-102; "Pedra que rola da montanha", *Progresso* (24 de março de 1929); "Salvador de Paula", *Progresso* (26 de setembro de 1929), pp. 3, 7. É interessante notar que nenhuma dessas escolas era racialmente exclusiva; todas elas aceitavam alunos brancos e asiáticos, além de negros.

serviço dos brancos”. E embora Fernandes declarasse que os europeus que vieram para a capital tinham mais experiência com o trabalho industrial do que os brasileiros, negros ou brancos, muitos historiadores discordaram dele. Michael Hall diz que “a maioria daqueles que vieram para a capital [São Paulo] pareciam não ter nenhuma experiência industrial ou urbana anterior. Embora alguns artesãos e outros trabalhadores sem dúvida tivessem ido para São Paulo, essa imigração não foi estimulada, e parece bem evidente que a esmagadora maioria da força de trabalho era composta de homens e mulheres das áreas rurais do sul da Europa.” Considerando especificamente a imigração italiana, que era responsável por quase metade dos imigrantes que chegavam a São Paulo, e estudando-a mais em seu ponto de origem que em seu destino, Rudolph Bell descobriu que entre 1880 e 1910 “as pessoas com experiência para atuar no ambiente urbano ou industrial tendiam a se mudar para o norte da Europa, particularmente para a Alemanha e a Bélgica”, atraídas por salários mais altos e custos de transporte mais baixos; “eles evidentemente não conseguiram tirar vantagem de nenhuma oportunidade nas Américas do Norte e do Sul”.⁵⁷

Na virada do século, como a maior parte dos trabalhadores fabris de São Paulo aprendia suas habilidades no emprego, a questão das habilidades industriais previamente adquiridas podia nem sequer ser relevante. Isto acontecia particularmente com os menores, que constituíam quase um terço dos trabalhadores (3.152 entre 10.204) das trinta e uma fábricas têxteis investigadas pelo Departamento de Trabalho do Estado em 1912.⁵⁸ Brasileiros, africanos e europeus pareciam todos igualmente capazes de dominar as operações básicas do trabalho na fábrica. O primeiro censo nacional, em 1872, indicou que 11,1 por cento da força de

57. Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 74; Michael Hall, “Immigration”, p. 395; Rudolph M. Bell, *Fate and Honor, Family and Village: Demographic and Cultural Change in Rural Italy since 1800* (Chicago, 1979), p. 198. O livro *Family and Community: Italian Immigrants in Buffalo, 1880-1930* (Ithaca, 1971), de autoria de Virginia Yans-McLaughlin, dá mais suporte a estes achados e conclui que a esmagadora maioria dos imigrantes eram trabalhadores agrícolas: “Aqueles poucos imigrantes que se engajaram na indústria não compõem um proletariado industrial.” P. 27. Ver também Beiguelman, *Formação do povo*, p. 122.

58. “Condições do trabalho”, pp. 38-39.

trabalho industrial eram escravos, em uma época em que os escravos representavam 15,2 por cento da população como um todo.⁵⁹ E após a abolição, os brasileiros, entre eles uma quantidade enorme de afro-brasileiros, comporiam a maioria dos trabalhadores industriais do Rio de Janeiro e de outros Estados, que não puderam se permitir o programa de imigração subsidiada de São Paulo.⁶⁰

Tende-se então a concordar com o julgamento de Lúcio Kowarick, de que “a utilização do braço estrangeiro na indústria paulista não decorreu da melhor qualificação do imigrante, que, por sinal, só excepcionalmente trazia uma experiência industrial prévia”.⁶¹ Isto acontecia principalmente no campo, nas fazendas de café. Eu não conseguiria encontrar nenhum exemplo de um fazendeiro declarando que os ex-escravos careciam das habilidades necessárias para realizar o trabalho na fazenda. Esse argumento

59. Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1o de agosto de 1872. Quadros gerais* (Rio de Janeiro, 1873), tabela 5. Sobre o uso do trabalho escravo na indústria do século XIX, ver Beiguelman, *Formação do povo*, p. 122; Costa, *Da senzala à colônia*, p. 21; Douglas Cole Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso do Morro Velho* (Belo Horizonte, 1984); Jorge Siqueira, “Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano-industrial no Rio de Janeiro: A Companhia Luz Stearica (1854-1898)” (dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1984).

60. Um estudo recente sobre os trabalhadores nas firmas têxteis, docas, transporte urbano e energia elétrica do Rio de Janeiro durante este período descobriu que a maioria esmagadora de seus empregados eram brasileiros; a percentagem de afro-brasileiros da força de trabalho de cada firma variava entre 30 e 40 por cento. Sam Adamo, “The Broken Promise: Race, Health, and Justice in Rio de Janeiro, 1890-1940” (dissertação de Ph.D., Universidade do Novo México, 1983), p. 55; ver também Eileen Keremetsis, “The Early Industrial Worker in Rio de Janeiro, 1870-1930” (dissertação de Ph.D., Universidade de Colúmbia, 1982). A viajante inglesa Lilian Elliott relata ter visitado um moinho têxtil no Estado nordestino de Pernambuco, com grande população afro-brasileira, que empregava 3.500 empregados, quase todos nascidos no local. “O administrador dos moinhos, um inglês, falava muito bem dos operários brasileiros; a companhia jamais tomou nenhuma medida para importar outra mão-de-obra além daquela do distrito.” Lilian E. Elliott, *Brazil: Today and Tomorrow* (rpt., 2a. edição, Nova York, 1922), pp. 231-232.

61. Kowarick, *Trabalho e vadiagem*, pp. 117-118; ver também Hasenbalg, *Discriminação*, pp. 165-166.

seria totalmente absurdo, considerando-se o fato de que desde o *boom* da exportação, no início da década de 1800, os afro-brasileiros e os africanos compunham toda a força de trabalho da economia cafeeira. Trabalhando com os registros das fazendas da primeira década do século, Warren Dean conclui que não havia diferença significativa na produtividade entre os brasileiros e os imigrantes que trabalhavam nas fazendas. Assim, a posição de preferência garantida aos imigrantes "foi em parte fundamentada na discriminação contra os trabalhadores [brasileiros] nacionais, em especial os negros. Se tivessem sido pagos igualmente, segundo a produtividade e sem distinção de cor, os italianos talvez não tivessem vindo para cá".⁶²

Por isso, as razões para o deslocamento da mão-de-obra negra não podem ser encontradas nos níveis diferentes de habilidade. Talvez sejam encontradas no meio social anômico que a população negra supostamente criou para si, e ao qual Fernandes dedicou muita atenção. Estrutura familiar fragmentada, alcoolismo, crime, obsessão com o sexo - todas estas características combinadas para encerrar a comunidade negra em um estado de anomia e de "patologia social", as quais, quando acrescentadas aos baixos níveis de capacitação e aversão ao trabalho que eram sua herança da escravidão, eliminaram qualquer esperança que os afro-brasileiros puderam ter tido de competir com êxito por empregos e oportunidades na economia em expansão de São Paulo.⁶³

Certamente, o fazendeiro e as elites urbanas de São Paulo na virada do século teriam reconhecido sua população negra nos escritos de Fernandes, pois os negros anômicos, irresponsáveis e incapazes lá retratados correspondiam plenamente à ideologia da vadiagem.⁶⁴ Na verdade, um artigo de 1897 publicado no *Diário de Campinas* comentava (incorretamente) que nos nove anos desde a abolição, a população negra do Estado havia virtualmente desaparecido, e depois prosseguia explicando o seu suposto desaparecimento em termos que poderiam ter sido extraídos diretamente de Fernandes.

62. Dean, *Rio Claro*, pp. 173-174.

63. Fernandes, *Integração do negro*, 1, capítulo 2, "Pauperização e anomia social", pp. 98-245.

64. Este ponto é enfatizado por Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botiquim*, p. 53.

O preto, se extinguiu na realidade, lutando contra hereditariedades invasoras que lhe legara sua desgraçada condição de cativo - o vício, originário na constituição das suas famílias, o pouco apreço que davam à integridade das donzelas, o embrutecimento característico de sua inteligência, pela vida animalizada que levavam, a embriaguez constante deles, ou o alcoolismo crônico de seus antepassados, e como remate doloroso a sífilite bestial que traziam na massa do sangue, [como castigo] por transgressão das leis humanas ...⁶⁵

A pesquisa recente, no entanto, proporciona pouco apoio a esta imagem sombria.⁶⁶ Começando pela questão do casamento e da família, os historiadores estão descobrindo uma estrutura familiar nuclear bem mais difundida entre a população escrava brasileira do que havia sido previamente suspeitado.⁶⁷ Depois da emancipação, Stanley Stein aponta para “um número extraordinário de casamentos” entre ex-escravos nas zonas cafeeiras, que

65. Citado em Maciel, *Discriminações raciais*, p. 84.

66. O próprio Fernandes sugeriu que a imagem pode não ter correspondido à realidade, mas no sentido em que a realidade era ainda pior que a imagem. Ele discutiu “toda uma mitologia sobre a miséria, a promiscuidade e o desamparo em que viviam, normalmente, uns três quintos da ‘população negra’ da capital nessa época. Tal mitologia circulava tanto entre os ‘brancos’ quanto entre negros e mulatos. Todavia, ela só fazia justiça parcial à realidade. As evocações que conseguimos reunir mostram quadros turvos, chocantes e quase inconcebíveis nareminiscências e testemunhos que reunimos pintam cenas sombrias e perturbadoras, que são chocantes na cena brasileira.” *Integração do negro*, 1, p. 147.

67. Robert Slenes declara que, nos últimos anos da escravidão, os índices de casamento entre os escravos de São Paulo aproximavam-se daqueles da população livre; ver seu “The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888” (dissertação de Ph.D., Universidade de Stanford, 1976), capítulo 9; e seu “Escravidão e família: Padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)”, *Estudos Econômicos* 17, 2 (1987), pp. 217-228. No mesmo número de *Estudos Econômicos*, ver também João Luís R. Frago e Manoel G. Florentino, “Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: Um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1853-1872)”, pp. 151-174; e Iraci del Nero de Costa, Robert W. Slenes, e Stuart B. Schwartz, “A família escrava em Lorena (1801)”, pp. 245-296. Também sobre a família escrava, ver Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835* (Cambridge e Nova York, 1985), pp. 379-412; e Richard Graham, “Slave Families on a Rural Estate in Colonial Brazil”, *Journal of Social History* 9, 3 (1976), pp. 382-402.

agora estavam livres para construir unidades familiares. O trabalho de Boris Fausto sobre São Paulo na virada do século concorda com isso, documentando “a valorização na ‘sociedade negra’ de padrões vigentes na sociedade em geral, onde se incluem a virgindade e o casamento, se possível com todo seu envoltório formal”.⁶⁸

Os censos de 1890 e 1950 (os censos realizados entre eles - de 1920 e 1940 - não apresentam informações sobre os índices de casamento por raça) indicam que os negros tinham uma probabilidade um pouco menor que os brancos de se casar. Quando se compara as proporções de indivíduos de cada grupo racial que se casaram em algum ponto de suas vidas (isto é, que estavam casadas ou viúvas na ocasião do censo), o índice de casamento entre os afro-brasileiros era de 94,8 por cento daquele dos brancos em 1890, e 92,1 por cento em 1950.⁶⁹

Se a tese de Fernandes estivesse correta, poderíamos esperar que os índices de casamento entre os negros fossem significativamente mais baixos que entre os brancos em 1890, quando os

68. Stein, *Vassouras*, p. 262, npp. 39; Fausto, *Crime e cotidiano*, p. 58. Os achados de Fausto coincidem com aqueles da antropóloga Moema Poli Teixeira Pacheco, que acha que nas favelas atuais do Rio de Janeiro, “A família negra, percebe-se, é tão apegada a valores como a família e o casamento como são as chamadas ‘famílias de classe média’; sua ‘incompletude’ ou ‘instabilidade’, como diz Florestan Fernandes, se existe não chega a ameaçar esses valores tão prezados pela sociedade”. “Agüentando a barra”: A questão da família negra” (manuscrito, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1982), p. 16. Para uma visão consideravelmente mais negativa da família negra durante este período, ver Adamo, “The Broken Promise”, pp. 101-108.

69. Em 1890, no Estado de São Paulo, 36,6 por cento dos brancos haviam sido casados em algum momento de suas vidas; entre os negros, o índice era de 34,7 por cento (36,8 por cento para os pretos e 32,9 por cento para os pardos). Em 1950, entre os indivíduos acima de 50 anos, 66,1 por cento dos brancos haviam sido casados em algum momento de suas vidas, versus 60,9 por cento dos negros (60,4 por cento para os pretos e 62,2 por cento para os pardos). Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento, 1890*, pp. 136-137; IBGE, *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1954), tabela 7, páginas 6-7.

Na época em que ambos os censos foram realizados, o divórcio era ilegal no Brasil, e apenas uma pequena proporção da população caía nessa categoria: 0,1 por cento em 1890 e 0,6 por cento em 1950. Inclui os indivíduos da categoria “alguma vez casados”.

efeitos da escravidão eram ainda fortemente sentidos. Entretanto, esses dois censos mostram que as divergências entre os índices de negros e brancos realmente aumentou com o passar do tempo. Este achado é mais reforçado ainda por um exame dos índices de casamento entre os vários grupos de idade incluídos no censo de 1950 (Tabela 3.2). A linha básica dessa tabela expressa o índice de casamento dos negros como uma porcentagem do índice dos brancos. Como podemos ver, o relacionamento entre os dois índices mantém-se bastante estável para as pessoas nascidas antes de 1910, e depois começa a divergir. A maior disparidade é encontrada entre indivíduos nascidos entre 1921 e 1930, que começaram a atingir a idade de se casar no final da década de 1930, e que na época do censo de 1950 tinham entre 20 e 30 anos de idade. A disparidade racial nos índices de casamento desse grupo pode refletir o maior impacto da Grande Depressão sobre os negros que sobre os brancos; pode indicar uma idade mais tardia para o casamento entre os negros do que para o casamento entre os brancos; entretanto, à luz da tendência anterior dos grupos dos negros para se casar em índices mais próximos àqueles dos brancos, parece improvável que isso possa se remontar à escravidão.

Tabela 3.2. Distribuição Percentual de Indivíduos Alguma Vez Casados, em 1950, por Raça e Década de Nascimento.

	1871- 1880	1881- 1890	1891- 1900	1901- 1910	1911- 1920	1921- 1930
Branços	94.9	94.6	93.9	91.9	86.7	55.5
Pardos	91.3	91.7	91.8	90.0	83.9	53.4
Pretos	91.4	91.3	90.2	87.8	81.0	49.8
Negros/brancosa	96.2	96.6	96.5	96.2	94.3	91.5

Fonte: Recenseamento, 1950: São Paulo, tabela 7, pp. 6-7.
a Índices de casamento dos negros como uma porcentagem do índice de casamento dos brancos.

Estes dados indicam uma tendência levemente mais baixa para os afro-brasileiros se casarem e formarem unidades familiares. Isto deveu-se substancialmente a dificuldades que os homens negros encontraram em conseguir trabalho estável com salários

decentes. Testemunha contemporânea sugere que as famílias negras tenderam a superar esses obstáculos construindo laços ampliados de apoio e solidariedade entre avós, parentes, padrinhos e amigos. Fernandes observou a existência dessas redes, mas concluiu que, drenando as economias das famílias negras mais prósperas para as pobres, elas tinham um efeito mais negativo que positivo sobre o desenvolvimento da comunidade. Esta "solidariedade doméstica", argumentava ele, era portanto mais um obstáculo "sociopático" ao progresso dos afro-brasileiros. Curiosamente, no entanto, ele apresentava uma solidariedade similar entre a comunidade imigrante como uma característica positiva de sua vida familiar, e um elemento fundamental em sua tendência para a mobilidade ascendente. Houve sem dúvida uma disparidade nos resultados entre a mesma estratégia em grupos raciais diferentes, o que por sua vez pode ser atribuído à disparidade entre os ganhos dos brancos e dos negros. Mas atribuir a mesma resposta às condições de dificuldade e luta como racionalidade econômica para um grupo e patologia social para outro parece, no mínimo, questionável.⁷⁰

Pesquisa recente também questiona a idéia de uma comunidade negra mergulhada na criminalidade. Entre 1880 e 1924, os pretos e os pardos foram na verdade presos pela polícia em uma proporção de mais que o dobro daquela de sua representação na população como um todo (28,5 por cento de todas as prisões na capital do Estado, enquanto os afro-brasileiros eram talvez 11-12 por cento da população total). Entretanto, o número de negros que realmente iam a julgamento era muito menor, responsabilizando-se por apenas 12,9 por cento do total de casos julgados durante este período - dado essencialmente comparável à proporção de afro-brasileiros na população em geral. A discrepância entre o número de afro-brasileiros presos e aqueles levados a julgamento reflete tanto a tendência da polícia para prender os negros, mesmo na ausência de evidência suficiente para abrir processo, quanto pela natureza relativamente inócua de seus crimes. Era rara a presença de negros em casos de crimes violentos, e quando apa-

70. Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 162-163, 198. Fernandes admitia que muitas famílias imigrantes eram também "desorganizadas", mas que "Até a 'família desorganizada' entre os italianos, por exemplo, possuía decididas vantagens sobre a 'família negra'..." 1, p. 216.

efeitos da escravidão eram ainda fortemente sentidos. Entretanto, esses dois censos mostram que as divergências entre os índices de negros e brancos realmente aumentou com o passar do tempo. Este achado é mais reforçado ainda por um exame dos índices de casamento entre os vários grupos de idade incluídos no censo de 1950 (Tabela 3.2). A linha básica dessa tabela expressa o índice de casamento dos negros como uma percentagem do índice dos brancos. Como podemos ver, o relacionamento entre os dois índices mantém-se bastante estável para as pessoas nascidas antes de 1910, e depois começa a divergir. A maior disparidade é encontrada entre indivíduos nascidos entre 1921 e 1930, que começaram a atingir a idade de se casar no final da década de 1930, e que na época do censo de 1950 tinham entre 20 e 30 anos de idade. A disparidade racial nos índices de casamento desse grupo pode refletir o maior impacto da Grande Depressão sobre os negros que sobre os brancos; pode indicar uma idade mais tardia para o casamento entre os negros do que para o casamento entre os brancos; entretanto, à luz da tendência anterior dos grupos dos negros para se casar em índices mais próximos àqueles dos brancos, parece improvável que isso possa se remontar à escravidão.

Tabela 3.2. Distribuição Percentual de Indivíduos Alguma Vez Casados, em 1950, por Raça e Década de Nascimento.

	1871- 1880	1881- 1890	1891- 1900	1901- 1910	1911- 1920	1921- 1930
Branços	94.9	94.6	93.9	91.9	86.7	55.5
Pardos	91.3	91.7	91.8	90.0	83.9	53.4
Pretos	91.4	91.3	90.2	87.8	81.0	49.8
Negros/brancosa	96.2	96.6	96.5	96.2	94.3	91.5

Fonte: Recenseamento, 1950: São Paulo, tabela 7, pp. 6-7.

a Índices de casamento dos negros como uma percentagem do índice de casamento dos brancos.

Estes dados indicam uma tendência levemente mais baixa para os afro-brasileiros se casarem e formarem unidades familiares. Isto deveu-se substancialmente a dificuldades que os homens negros encontraram em conseguir trabalho estável com salários

decentes. Testemunha contemporânea sugere que as famílias negras tenderam a superar esses obstáculos construindo laços ampliados de apoio e solidariedade entre avós, parentes, padrinhos e amigos. Fernandes observou a existência dessas redes, mas concluiu que, drenando as economias das famílias negras mais prósperas para as pobres, elas tinham um efeito mais negativo que positivo sobre o desenvolvimento da comunidade. Esta "solidariedade doméstica", argumentava ele, era portanto mais um obstáculo "sociopático" ao progresso dos afro-brasileiros. Curiosamente, no entanto, ele apresentava uma solidariedade similar entre a comunidade imigrante como uma característica positiva de sua vida familiar, e um elemento fundamental em sua tendência para a mobilidade ascendente. Houve sem dúvida uma disparidade nos resultados entre a mesma estratégia em grupos raciais diferentes, o que por sua vez pode ser atribuído à disparidade entre os ganhos dos brancos e dos negros. Mas atribuir a mesma resposta às condições de dificuldade e luta como racionalidade econômica para um grupo e patologia social para outro parece, no mínimo, questionável.⁷⁰

Pesquisa recente também questiona a idéia de uma comunidade negra mergulhada na criminalidade. Entre 1880 e 1924, os pretos e os pardos foram na verdade presos pela polícia em uma proporção de mais que o dobro daquela de sua representação na população como um todo (28,5 por cento de todas as prisões na capital do Estado, enquanto os afro-brasileiros eram talvez 11-12 por cento da população total). Entretanto, o número de negros que realmente iam a julgamento era muito menor, responsabilizando-se por apenas 12,9 por cento do total de casos julgados durante este período - dado essencialmente comparável à proporção de afro-brasileiros na população em geral. A discrepância entre o número de afro-brasileiros presos e aqueles levados a julgamento reflete tanto a tendência da polícia para prender os negros, mesmo na ausência de evidência suficiente para abrir processo, quanto pela natureza relativamente inócua de seus crimes. Era rara a presença de negros em casos de crimes violentos, e quando apa-

70. Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 162-163, 198. Fernandes admitia que muitas famílias imigrantes eram também "desorganizadas", mas que "Até a 'família desorganizada' entre os italianos, por exemplo, possuía decididas vantagens sobre a 'família negra'..." 1, p. 216.

reciam, eram em geral mais vítimas que agressores, “sugerindo a não consonância entre a realidade e as imagens correntes do ‘preto desordeiro ou valentão’.” Os relatos de jornal sobre crimes violentos quase invariavelmente se concentravam nos imigrantes, “em sua maioria”, segundo um artigo sobre o assunto publicado em uma revista popular, “provenientes de países de criminalidade violenta, bárbara, atávica, como a Itália, Portugal e Hespanha, nações onde os crimes de sangue oferecem o maior coeficiente no total da criminalidade ...”⁷¹

O fato da imprensa negra durante este período não dedicar ao menos um artigo ao problema do crime na comunidade coloca ainda em questão a suposta tendência dos afro-brasileiros para a criminalidade. No entanto, outros aspectos da “desorganização social” da comunidade pesaram na mente coletiva dos jornais negros. Os artigos regularmente publicados instavam os leitores a adotar a moralidade “moderna”: a abandonar o álcool, o jogo e outros vícios, manter o decoro público, evitar o adultério e a vida devassa, e educar seus filhos para serem comerciantes ou profissionais respeitáveis. “Vemos, por ahi, a cada passo, muitos homens pretos vivendo de vícios, grande número de mulheres mulambas e desgrenhadas, meninos vadios perambulando pelas ruas ...” Aparentemente, a comunidade estava sofrendo de pelo menos um pouco da anomia descrita por Fernandes.⁷²

Entretanto, essa anomia não parece ter sido propriedade exclusiva da população negra. É impressionante descobrir, quando se recorre aos jornais de trabalhadores ou jornais de bairro destinados aos imigrantes, reflexos perfeitos daqueles artigos, lamentando o mesmo tipo de “decadência moral” que estava supostamente afetando os negros.⁷³ É claro que esses lamentos revelam tanto sobre a perspectiva moralizadora e de classe média dos editores desses jornais quanto sobre os trabalhadores negros e imi-

71. Fausto, *Crime e cotidiano*, pp. 13-14, 51-57, 119, 167-172; “Estatística criminal”, *A Ilustração Brasileira* (1 de outubro de 1912), pp. 119-121.

72. “Grave erro!” *O Bandeirante* (setembro de 1918), pp. 2-3.

73. Sobre os editores e os leitores da imprensa negra e operária, ver, respectivamente, Roger Bastide, “A imprensa negra do Estado de São Paulo”, em seus *Estudos afro-brasileiros* (São Paulo, 1973); Miriam Nicolau Ferrara, *A imprensa negra paulista (1915-1963)* (São Paulo, 1986); e Maria Nazareth Ferreira, *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920* (Petrópolis, 1978).

grantes que estão sendo descritos. Mas o que estes artigos sugerem é que os observadores que defendem esses valores encontraram elementos para criticar tanto os imigrantes quanto os negros. Na verdade, um dos primeiros jornais desse tipo, *El Grito del Pueblo*, editado em espanhol, embora observe claras disparidades nos padrões de emprego entre os afro-brasileiros e os imigrantes, não encontra diferenças apreciáveis em seus respectivos níveis de anomia. O jornal observava que os trabalhadores brasileiros estavam sempre prontos para comparecer às passeatas ou manifestações do movimento dos trabalhadores, onde “aplaudem os oradores e aclamam com delírio a Revolução Social. No dia seguinte, no entanto, alguns saem para servir de forragem para as fábricas, outros para as cozinhas, outros para limpar os jardins e os palácios dos patrões”, e nada mudou. Por que acontecia isso? Porque “só recentemente o trabalhador brasileiro foi arrancado da escravidão, ou é filho ou neto de escravos. Por isso, seu senso de responsabilidade cívica é escasso, e ele conserva a humildade e a brutalidade instiladas dentro dele pelos horríveis tormentos sofridos na escravidão”. Mas os imigrantes não eram melhores. “... Devido a seus sofrimentos na Europa, eles se contentavam com pouco salário e se estabeleciam em cortiços e cabanas, alojados como animais, comendo pão preto e bananas. Viviam pior que porcos.” O jornal concluía que “essas pessoas infelizes pouco diferem dos escravos do Brasil. Se estes últimos foram substituídos pelo açoite da escravidão, os primeiros foram esmagados pela miséria dos seus salários”.⁷⁴

A imprensa operária e dos imigrantes tendia a concordar em considerar a vida industrial moderna, não a escravidão, como a causa dos males sociais que afetavam toda a classe trabalhadora, tanto brancos quanto negros. “A indústria moderna, chamando à fábrica a mulher, acaba ainda de arruinar a vida em família e de afeiar a casa. Os filhos correm pela rua, sem amparo, sem educação, a não ser de um meio corrompido pela miséria, e o pai refugia-se não vendo.” Com relação ao pai, “o trabalho da fábrica embrutece-o; ... o operário é assim arrastado às palestras fúteis, ao cavaco, às mesas dos botequins, ao álcool, ao jogo, à má língua.” Outro jornal operário respondia às acusações de que os trabalhadores usavam seus dias de folga somente para se embriagar, jogar

74. “Sin creencias”, *El Grito del Pueblo* (20 de agosto de 1899).

e cometer crimes. Pode haver alguma verdade nisso, admitia o jornal, mas se houver é culpa do sistema fabril, que brutaliza suas vítimas e obriga as crianças a trabalharem antes de atingirem uma idade suficiente para conseguir uma educação decente.⁷⁵

As imprensas negra e operária exibem muita concordância em seu julgamento dos desafios morais que suas respectivas comunidades enfrentavam. O álcool, que não respeitava raça ou etnia, era evidentemente o pior deles. Intimamente ligado ao abuso do álcool estavam os salões de dança e as comemorações anuais do Carnaval, em que “mulheres, homens, e crianças, todos numa loudura insensata de uma libertinagem nojenta, revelam um estado de degeneração moral que chega a provocar náuseas”. A imprensa negra também se preocupava com os excessos dessas comemorações populares, mas os encarava como excessos cometidos tanto por brancos quanto por negros. O jornal negro *O Alfinete* advertia seus leitores contra vários salões de dança particularmente famosos, onde “na maioria dançam mulheres brancas, que não se deixam de compartilhar as nossas patrícias [mulheres negras], à nossa vergonha, e, a nossa raça ficar completamente desmoralizada”.⁷⁶

Os nascimentos ilegítimos e a ausência de homens provedores eram preocupações freqüentemente expressadas na comunidade negra, mas estas eram percebidas também como problemas entre os imigrantes. Um jornal contava uma história incitando seus leitores a parar de dar ajuda a mulheres não casadas que têm um filho atrás do outro. O caso específico que ele citava não era de uma mulher negra, mas de uma mulher branca, com “suas faces brancas como a flor de açucena ...” Tanto os jornais operá-

75. “O alcoolismo”, *Jornal Operário* (29 de outubro de 1905); “O dia dos operários”, *O Grito do Povo* (1 de maio de 1900).

76. Artigos sobre alcoolismo eram publicados regularmente na imprensa negra; na imprensa operária e dos imigrantes, ver “O alcoolismo”, *Jornal Operário* (29 de outubro de 1905); “Abaixo o álcool!” *O Carpinteiro* (1 de junho de 1905), que declara que “o alcoolismo é infelizmente ainda uma das mais perniciosas chagas da classe operária”; “O alcoolismo”, *O Proletário* (1 de outubro de 1911); “Contra o alcoolismo”, *Palestra Social* (12 de janeiro de 1901); e outros. Sobre a dança e os partidos, ver “Depois do baile”, *O Grito Operário* (4 de fevereiro de 1920); “O Carnaval”, *O Internacional* (17 de janeiro de 1922); “Carnaval”, *O Grito Operário* (18 de fevereiro de 1920). Sobre os famosos salões de dança, “Carta aberta”, *O Alfinete* (12 de outubro de 1918).

rios quanto os negros reconheciam que o serviço doméstico impunha um dos mais graves riscos à honra de uma mulher jovem (e a sua sobrevivência futura, se ela engravidasse), e ambos publicavam artigos instando os pais a orientar suas filhas para outras profissões. A prostituição também recebia a atenção da imprensa dos trabalhadores, que a analisava, não como resultado da anomia social ou da sexualidade exagerada, mas em termos puramente econômicos. “É para manter sua subsistência que uma mulher, hoje, se faz prostituta. Para justificar essa nossa observação, basta que se note que a imensa maioria das moradoras dos prostíbulos teve origem humilde, e sofreu, antes da queda, a miséria mais atroz. É a enorme classe proletária que fornece o abastecimento para os lupanares.”⁷⁷

Há certamente evidências indicando que, nas décadas subsequentes à abolição, a comunidade negra de São Paulo sofria do crime, da pobreza e da “desorganização social” descritos por Fernandes, embora talvez não no grau em que ele sugeriu. Mas o crime, a pobreza e a anomia não estavam confinados aos negros. Até o ponto em que a tese de Fernandes concorda com a ideologia da vadiagem - e às vezes é difícil detetar muita diferença entre as duas - ela se aplica tanto aos brancos pobres e aos imigrantes, quanto aos negros. Na verdade, podemos inferir de um artigo de 1917, publicado em um jornal anarquista, *A Plebe*, que ela provavelmente se aplica a quase toda a população de São Paulo. Os patrões e os representantes do governo responderam à greve geral maciça daquele ano e às demandas dos trabalhadores por aumentos salariais, dizendo que se os indivíduos do Estado estavam sofrendo de pobreza, era porque eram vadios que não queriam trabalhar. Se era assim, observou causticamente *A Plebe*, então 90 por cento do Estado realmente deviam ser vadios, porque 90 por cento do Estado são pobres.⁷⁸

Na ausência de evidências documentando que os imigrantes possuíam claras vantagens sobre os negros em termos de habilidades no trabalho ou na observância das normas sociais con-

77. “A aleijada”, *O Dois de Fevereiro* (agosto de 1905). Sobre os perigos do serviço doméstico, “Uma menor violentada”, *O Proletário* (5 de julho de 1911); “Cuidade de vossas filhas”, *Getulino* (13 de abril de 1924); “Reparando”, *O Alfinete* (18 de setembro de 1921). Sobre a prostituição, “O fenômeno da prostituição”, *A Plebe* (19 de janeiro de 1935).

78. “O pobre é um vadio”, *A Plebe* (9 de junho de 1917).

vencionais, a tese de Fernandes, em sua forma original, é impossível de sustentar. Entretanto, além de sua ênfase na incapacidade dos negros, a tese aponta para alguns fatores adicionais que podem ser úteis para explicar a marginalização da população negra de São Paulo. Neste ponto, voltamos às expectativas, às atitudes e às exigências que os patrões, os imigrantes e os afro-brasileiros trouxeram para o mercado de trabalho.

negociando: libertos, imigrantes e patrões

A anomia dos negros não foi o único aspecto da herança escrava a figurar na análise de Fernandes. Ele também observou a importância do racismo branco, que retratou como disseminado em todos os níveis da sociedade brasileira.⁷⁹ Certamente, é difícil

79. Ver, por exemplo, o ensaio de Fernandes "Representações coletivas sobre o negro: O negro na tradição oral", ou sua análise devastadora do "preconceito de não ter preconceito", a suposição dos brasileiros de que sua nação é completamente isenta de racismo, apesar de indicações óbvias do contrário. Florestan Fernandes, *O negro no mundo dos brancos* (São Paulo, 1972), pp. 21-44, 201-216. Entretanto, ele era ambivalente sobre a importância deste racismo na exclusão dos negros do emprego em São Paulo, na virada do século. Ver, por exemplo, a já referida citação sobre a incapacidade dos negros "de sentir, pensar e agir" como os homens livres, em que ele declarou que a "rejeição" dos negros em São Paulo era provocada, não pelo racismo, mas pelo fato dos afro-brasileiros não conseguirem adotar "os atributos psicossociais e morais do 'chefe de família', do 'trabalhador assalariado', do 'empresário capitalista', do 'cidadão' etc. ... Sociologicamente, a exclusão teria caráter especificamente racial, se o negro ostentasse essas qualidades e fosse, não obstante, repellido. Os dados expostos sugerem o inverso. Em proporção com a posse de rudimentos desses atributos ou em que se revelasse capaz de adquiri-los com certa intensidade, o 'negro' encontrava o caminho aberto, classificando-se socialmente." Fernandes, *Integração do negro*, 1, p. 95. Mais tarde, no entanto, ele apresentou casos de negros que na verdade possuem essas qualidades e continuaram a sofrer rejeição ou exclusão em termos raciais. E concluiu que "o negro ordeiro" precisava conformar-se com um duro e triste destino. Diante dele só se abriam as perspectivas oferecidas por uma sorte de especialização tácita, involuntária mas quase insuperável, que o mantinha eternamente preso aos 'serviços de negro', que consumiam o físico e o moral do agente de trabalho, dando-lhe em troca parca compensação material e uma existência tão penosa quanto incerta." *Integração do negro*, 1, p. 145.

contestar este ponto, que é amplamente confirmado por estudos da ideologia racial brasileira durante este período.⁸⁰ As atitudes racistas eram fortemente mantidas sobretudo no âmbito da elite, e desempenharam um papel notório na decisão dos fazendeiros de São Paulo de investir recursos do Estado na promoção da imigração européia. Seria surpreendente, por isso, se tais atitudes não tivessem causado um impacto importante na exclusão dos trabalhadores negros dos empregos em São Paulo, no período imediatamente posterior à abolição. Entretanto, documentar esse impacto e avaliar sua importância relativa na determinação da preferência dos patrões por trabalhadores brancos em vez de negros não é tão fácil quanto de início pode parecer, em grande parte porque jamais foi requerido que nenhum dos milhares de patrões que contrataram empregados durante este período registrasse uma explicação do motivo de ele preferir um candidato a emprego em detrimento de outro. Sem dúvida, o racismo desempenhou um papel importante nessas decisões, mas este papel é difícil - se não impossível - de ser isolado e estabelecido.

Seja como for, o racismo sozinho é totalmente insuficiente para explicar a aparente rejeição dos afro-brasileiros pelos patrões paulistas após a abolição. Atitudes racistas ocorriam em todo o Brasil, mas não impediram o emprego de afro-brasileiros em outras regiões quase no mesmo grau em que isso aconteceu em São Paulo. E, durante a década de 1840 e 1850, a crença dos fazendeiros na superioridade racial dos trabalhadores europeus não evitou sua imediata rejeição desses trabalhadores assim que estes começaram a se organizar e ativamente resistir às condições do seu trabalho nas fazendas de São Paulo.⁸¹

Antes que o racismo pudesse exercer uma influência determinante sobre os padrões de emprego em São Paulo, as condi-

80. Sobre a ideologia racial, ver Thomas Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* (Nova York, 1974); Thomas Skidmore, "Racial Ideas and Social Policy in Brazil, 1870-1940", em Richard Graham, ed., *The Idea of Race in Latin America, 1870-1940* (Austin, 1990); Renato Ortiz, "Memória coletiva e sincretismo científico: As teorias raciais do século XIX", em *Cultura brasileira e identidade nacional* (São Paulo, 1985); Schwarcz, *Retrato em branco e negro*. Ver também a fonte sobre a ideologia da vadiagem, citada no capítulo 2, nota 67.

81. Stolcke e Hall, "Introduction of Free Labour".

ções do mercado de trabalho tinham de mudar dramaticamente - como realmente aconteceu, na década de 1890, de duas maneiras fundamentais. Primeiro, os negros agora eram livres e estavam usando essa liberdade, como previu *A Província de São Paulo*, “para impôr condições de salário, de hora de trabalho [e] de proteção a seus filhos”. Alguns dos fazendeiros mais esclarecidos não conseguiam compreender os motivos dos libertos e como a experiência da escravidão produziu uma profunda determinação entre os afro-brasileiros para pôr um fim à brutalidade e à coerção do antigo regime. Mas a maior parte dos proprietários de terras estavam igualmente determinados a manter o domínio inquestionado que há muito tempo exerciam sobre seus trabalhadores; e mesmo os observadores simpatizantes da posição dos libertos tendiam a se unir ao júbilo geral com a chegada dos imigrantes, “que muito contribuiu para resguardar os nossos fazendeiros da dependência em que ficaram dos libertos, e das justas imposições por estes apresentadas, depois de tão longo tempo de bárbara opressão”.⁸²

A segunda mudança marcante no mercado de trabalho foi fundamental para a capacidade dos fazendeiros de resistir a essas exigências. Essa mudança, é claro, foi o programa de imigração subsidiada, que, de muitas maneiras, praticamente pôs fim à posição de barganha dos afro-brasileiros. Em primeiro lugar, inundou o mercado de trabalho de São Paulo com centenas de milhares de trabalhadores que, na ausência de subsídios, jamais teriam vindo para o Brasil.⁸³ Em segundo, selecionou e trouxe para o Brasil trabalhadores que seriam particularmente vulneráveis às exigências do patrão. Os subsídios da imigração atraíram os imigrantes europeus mais pobres, aqueles desprovidos de poder aquisitivo ou economias para pagar sua própria passagem para os Estados Unidos ou para a Argentina. Eles chegaram em São Paulo “com pouco capital ou capacitações pessoais”, como declarou um observador contemporâneo, e negociaram com seus novos pa-

82. João Pedro da Veiga Filho, *Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de São Paulo* (São Paulo, 1896), p. 69.

83. Para uma análise das conseqüências econômicas da “saturação” do mercado de trabalho de São Paulo devido a um suprimento “ilimitado” de imigrantes, ver Vangelista, *Braccia per la fazenda*, pp. 67-140.

trões a partir de uma posição correspondentemente fraca (como previu Martinho Prado quando expressou seu desinteresse pelos “imigrantes com dinheiro”).⁸⁴

Em terceiro lugar, além de atrair os imigrantes mais pobres da Europa, trouxe-os para São Paulo em unidades familiares, buscando sempre “reduzir a um mínimo a proporção de homens sozinhos entre aqueles introduzidos às custas do dinheiro público”. Oitenta por cento das pessoas que passaram pelo albergue dos imigrantes da Cidade de São Paulo vieram como famílias, com uma média de mais ou menos cinco pessoas por unidade. Por isso, os homens casados que procuravam trabalho tinham de se preocupar não somente com sua própria sobrevivência, mas também com aquela de suas esposas e filhos. Quando acrescentado à pobreza dos imigrantes subsidiados, isto produziu uma força de trabalho que, durante os primeiros anos da imigração, ofereceu pouca resistência às exigências do patrão.⁸⁵

Finalmente, o subsídio da migração de famílias inteiras enfraqueceu mais ainda a posição de barganha dos imigrantes, inundando o mercado de trabalho com trabalho infantil e feminino barato e abundante. As mulheres imigrantes e seus filhos comprovaram ser uma parte indispensável, tanto da força de trabalho das fazendas quanto da força de trabalho industrial.⁸⁶ Os fazendeiros

84. Robert Foerster, *The Italian Emigration of Our Times* (Cambridge, Mass., 1919), p. 316.

85. Denis, *Brazil*, pp. 196, 216; Beiguelman, *Formação do povo*, p. 79; Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 55.

86. Sobre a importância do trabalho das mulheres e das crianças nas plantações, ver Verena Stolcke, “The Exploitation of Family Morality: Labor Systems and Family Structure on São Paulo Coffee Plantations, 1850-1979”, em Raymond T. Smith, ed., *Kinship Ideology and Practice in Latin America* (Chapel Hill, 1985), pp. 266-274; Zuleika M. Forcioni Alvin, “Emigração, família e luta: Os italianos em São Paulo, 1870-1920” (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1983), pp. 97-157; Vangelista, *Braccia per la fazenda*, pp. 146-151. Ver também o contrato de colono de 1884 reproduzido em Costa, *Da Senzala à colônia*, cuja primeira linha obriga “os colonos chefes de família, solidariamente com suas mulheres, filhos e parentes” a preencher os termos do contrato. Pp. 205-208.

Sobre as mulheres e as crianças no setor industrial, ver “O trabalho dos menores”, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* 2, 6 (1913), pp. 21-34; Beiguelman, *Formação do povo*, pp. 127-128, 190, 213; Love, *São Paulo*, p. 19. Comentando sobre o desenvolvimento industrial rápido da Cidade de São Paulo durante a década de 1910, Lilian Elliott observou que “ver isso e assistir as multidões de belas garotas italianas conversando ao sair das fábricas do Brás e da Mooca ao meio-dia ou no final da tarde é obter uma revelação da nova América do Sul.” Elliott, *Brazil*, p. 268.

e os industriais insistiam em que eles não tinham outra escolha senão usar o trabalho das mulheres e das crianças, pois os salários dos homens adultos eram muito elevados. Mas a verdadeira razão para o uso disseminado de mulheres e menores na economia de São Paulo estava bem próxima do oposto: os salários dos adultos eram tão baixos que, para poderem sobreviver, as famílias tinham poucos recursos além de enviar suas mulheres e seus filhos para trabalhar - o que por sua vez baixava mais ainda os salários. Nas fazendas, relatou o cônsul italiano em São Paulo em 1901, os níveis de remuneração eram tais que "somente sob as condições mais ideais um colono sozinho podia ganhar o suficiente para se manter". E na indústria têxtil, o maior setor da economia industrial de São Paulo, e um setor em que o trabalho das crianças e das mulheres era responsável por mais de três quartos da força de trabalho, o salário de um homem adulto comprava menos da metade da quantidade mínima de comida requerida para alimentar uma família de quatro pessoas.⁸⁷ Quando se via diante dessas condições, a maior parte das famílias optava por pôr seus filhos para trabalhar, o que, segundo um estudioso contemporâneo da experiência italiana em São Paulo, resultou que "toda criança ganha mais que seu custo atual".⁸⁸

A disposição dos imigrantes para enviar suas mulheres e filhos para o mercado de trabalho conferiu-lhes uma consistente vantagem competitiva sobre os afro-brasileiros. Após a abolição, a mais obstinada e a mais importante das exigências de trabalho dos libertos - tanto na perspectiva dos fazendeiros quanto dos próprios ex-escravos - era que as mulheres e as crianças não fossem

87. Holloway, *Immigrants on the Land*, pp. 141-142; Maria Célia Paoli, "Working Class São Paulo and Its Representations", *Latin American Perspectives* 14, 2 (1987), p. 209; ver também Vangelista, *Braccia per la fazenda*, pp. 242-243. Na indústria têxtil, em 1912, os homens adultos (acima de dezesseis anos de idade) compunham apenas 19,3 por cento da força de trabalho. As mulheres adultas compunham metade da força de trabalho (49,4 por cento) e o terço remanescente (31,2 por cento) era composto por crianças até quinze anos de idade. "Condições do trabalho", pp. 38-39.

88. Foerster, *Italian Emigration*, p. 319. Para estudos sobre os Estados Unidos que indiquem "a muito forte propensão das famílias italianas para enviar seus filhos para o trabalho o mais cedo possível", ver Lieberman, *A Piece of the Pie*, p. 173; Yans-McLaughlin, *Family and Community*, pp. 189-194.

mais empregadas no trabalho do campo. Muitas famílias negras foram além disso e afastaram totalmente suas mulheres e filhos do trabalho assalariado, deixando os fazendeiros e suas esposas se queixando amargamente por terem de lavar suas próprias roupas e preparar sua própria comida. "Se o liberto faz pouco, a liberta - absolutamente nada. Nédias e luzidias, espreguiçam-se às portas das casas, e, em longos bocejos e cochilos, disfarçam o tempo num inconsciente, venturoso e largo *dolce far niente*".⁸⁹

Insistindo em se libertar da violência e da coerção no local de trabalho, e no direito de afastar suas mulheres e filhos do mercado de trabalho, os afro-brasileiros propuseram novos arranjos de trabalho que os fazendeiros não queriam aceitar e, devido à imigração subsidiada, não precisaram aceitar. Em vez disso, os fazendeiros agora contratavam trabalhadores europeus e os punham para trabalhar, freqüentemente sob o controle de capatazes e pistoleiros contratados que continuavam muitas práticas brutais do regime da escravidão.⁹⁰ As condições no campo eram tão ruins que, em 1902, em resposta a persistentes relatos de maus tratos de seus patrícios nas fazendas de São Paulo, o governo italiano proibiu seus cidadãos de aceitar passagens subsidiadas para o Brasil, uma proibição que permaneceu em vigor até o final do programa de subsídio, em 1927. Isto provocou uma queda imediata dos imigrantes subsidiados, de 19.311 em 1902 a meros 229

89. Citação de *A Província de São Paulo* (6 de fevereiro de 1889). Sobre a antipatia dos libertos em relação ao trabalho das mulheres e das crianças, ver Francisco de Paula Lazaro Gonçalves, *Relatório apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas* (Juiz de Fora, 1888), p. 11; Stein, *Vassouras*, p. 262; e para evidências da relutância das famílias negras em enviar seus filhos para as fábricas, ver o capítulo 4 deste volume. O aparente desejo das famílias negras de proteger as mulheres e os filhos dos rigores do mercado de trabalho pareceria descartar as observações de Fernandes com relação à ausência de sentimento familiar entre os afro-brasileiros.

90. Sobre o uso da coerção e da violência pelos fazendeiros contra os imigrantes, ver Hall, "Origins of Mass Immigration", pp. 121-140; Vangelista, *Braccia per la fazenda*, pp. 195-215 passim; Alvin, "Emigração, família e luta", pp. 130-146. Mesmo o retrato relativamente positivo de Holloway das condições nas fazendas indica que o uso "de rufiões armados a serviço do proprietário de terras" continuou nos "primeiros anos do século XX", após o quê "os relatos da brutalidade dos capangas diminuiu, quando incentivos positivos substituíram os vestígios do regime escravo coercivo." Holloway, *Immigrants on the Land*, p. 103.

em 1903. Entretanto, o programa logo se recuperou, estendendo seu alcance a outros países e trazendo 26.015 imigrantes em 1905 e o alto número de 53.619 em 1913.⁹¹

Foi tão pródigo o suprimento de trabalhadores europeus que ele estimulou, não somente a expansão continuada da economia cafeeira, mas também o crescimento da indústria. Evidentemente, não era este o objetivo que os fazendeiros tinham em mente quando promoveram o programa de subsídio, mas a combinação dos ganhos com a exportação de café (que proporcionou capital de investimento e o início de um mercado local) e mão-de-obra abundante transformaram São Paulo, na década de 1920, no mais importante centro industrial do Brasil, superando o Rio de Janeiro.⁹² E apesar da demanda de mão-de-obra gerada por este crescimento, segundo o cônsul norte-americano em São Paulo em 1922, como resultado da imigração “é duvidoso que exista em algum lugar um setor industrial que ofereça melhores condições de trabalho do ponto de vista do empregador. Os operários nas diversas indústrias e ofícios são abundantes, muito trabalhadores e ganham somente baixos salários. Os operários portugueses, especialmente farão qualquer coisa para preservar seu emprego ...” O cônsul descreveu os italianos e os espanhóis como mais “independentes” em espírito, mas os executivos da São Paulo Tramway, Light, and Power Company, de propriedade canadense, achava os italianos tão esforçados quanto os portugueses: com referência a seus motorneiros e condutores, diziam que “uma grande maioria desses homens eram italianos que fariam qualquer coisa para não perder o pagamento de um dia de trabalho ...”⁹³

91. Holloway, *Immigrants on the Land*, pp. 42-43; Vangelista, *Braccia per la fazenda*, p. 83.

92. O impacto de um suprimento abundante de mão-de-obra na industrialização de São Paulo está discutido em Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2ª. edição, São Paulo, 1977), pp. 126-128. Cano observa que os salários da indústria em São Paulo deixavam bem para trás aqueles do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, proporcionando à indústria paulista uma vantagem competitiva sobre o resto do país. P. 248, npp. 24.

93. O cônsul americano está citado em Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, eds., *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos*, Volume 2, *Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado* (São Paulo, 1981), p. 126; “Increased Salary of Motormen and Conductors” (sem data, mas evidências internas sugerem início da década de 1920), Arquivo, Eletricidade de São Paulo, pasta 29.005 (1906-1924).

reestruturando o mercado de trabalho: os imigrantes perdem sua preferência

O desespero desses trabalhadores brancos relativamente privilegiados talvez seja a prova mais convincente da eficácia das políticas trabalhistas do Estado. O Estado dos fazendeiros procurava políticas que mantivessem a mão-de-obra barata e insegura, e as encontrou. Entretanto, essas vitórias nunca são permanentes. A curto ou longo prazo, produzem resistência e reposta. No caso dos imigrantes, essa resposta assumiu várias formas. Uma era o simples ato de deixar o Brasil e voltar para seus países de origem, ou ir atrás de oportunidades mais promissoras na Argentina ou nos Estados Unidos. Outra maneira era ir mudando de uma fazenda para outra ou de uma fábrica para outra, em busca de salários ou de condições de trabalho marginalmente melhores, assim como os libertos fizeram após a abolição. Uma terceira maneira era buscar os objetivos individuais da mobilidade ascendente, juntando as economias dos membros da família para comprar uma pequena fazenda no campo ou abrir um pequeno negócio na cidade. E uma resposta final era coletiva: juntar-se ao movimento operário e participar de greves, tanto nas cidades como no campo, nas primeiras décadas do século.⁹⁴

Estes esforços dos imigrantes para fortalecer sua posição de barganha levaram a um gradual esfriamento do entusiasmo inicial das elites paulistas com relação à imigração. Bem no início do século, artigos da *Revista Agrícola*, dirigida aos fazendeiros, queixavam-se da “inconstância” e da “ingratidão” dos imigrantes em termos muito parecidos com aqueles aplicados aos libertos na década de 1890: “Nada os liga ao solo; ... eles prontamente mudam de patrão após cada colheita. Não se poderia imaginar pessoas mais nômades; elas mudam sem parar de fazenda para fazenda.” Parti-

94. Sobre estas várias estratégias de resistência, ver Holloway, *Immigrants on the Land*; Alvin, “Emigração, família e luta”; Stolcke e Hall, “Introduction of Free Labour”, e Fausto, *Trabalho urbano*. Os historiadores tenderam a subestimar a importância das greves no campo devido a sua ausência de êxito. Para evidências de que elas não ocorreram tão infreqüentemente, e eram levadas muito a sério pelos fazendeiros, ver Stolcke e Hall, “Introduction of Free Labour”; pp. 185-186; Dean, *Rio Claro*, pp. 179-180; e Holloway, *Immigrants on the Land*, pp. 104-108.

cularmente irritante era a compra, por trabalhadores imigrantes, de suas próprias pequenas fazendas e sítios, um fenômeno que começou no final da década de 1910 e levou o jornal operário *O Combate* a comentar que “certos fazendeiros hoje detestam os agentes vendedores de terra como os de antanho detestavam os abolicionistas”. Assim como os abolicionistas haviam afastado os escravos das plantações, incitando-os a fugir, no final da década de 1910 e na década de 1920, os vendedores de terras afastavam os trabalhadores, propondo-lhes a compra de seus próprios sítios.⁹⁵

Quando o entusiasmo dos patrões pelos imigrantes se desvaneceu, também desvaneceu o entusiasmo do Estado, ou pelo menos aquele braço do Estado responsável pela política operária. Já em meados da década de 1890, a Secretaria da Agricultura já estava advertindo para os riscos sociais e até econômicos de se inundar o Estado com centenas de milhares de imigrantes. Estes riscos foram examinados em detalhe em uma série de artigos publicados no *Boletim* do Departamento de Trabalho do Estado, na década de 1910, que analisou as conseqüências da situação crônica de excesso de mão-de-obra de São Paulo. Embora um excedente de mão-de-obra evidentemente redundasse em uma vantagem a curto prazo para os patrões, também promovia a criminalidade, a “vagabundagem”, a fome e a tensão social generalizada. Quando os salários caíram no campo, declarou o Boletim, o resultado foi um influxo de imigrantes acometidos pela pobreza para a capital, onde viviam “como parasitas, mendigos, inválidos, alimentando-se da esmola, de biscate, quando não de furto ...” Em 1917, os funcionários do departamento estavam avançando o conceito herético segundo o qual “organizar o trabalho é fazer com que não haja desocupados”, e durante o hiato da imigração europeia provocado pela Primeira Guerra Mundial, até começa-

95. Citações de Denis, *Brazil*, p. 22. Para os artigos sobre a “inconstância” dos trabalhadores imigrantes, ver *Revista Agrícola* (1899), pp. 50, 350-352, 382-386; (1901), pp. 166-167, 311; (1902), pp. 75-84; (1904), pp. 218-221. A observação de *O Combate* está citada em Alba Maria Figueiredo Morandini, “O trabalhador migrante nacional em São Paulo, 1920-1923” (tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, 1978), p. 78. Sobre as aquisições de pequenas propriedades pelos imigrantes, ver Holloway, *Immigrants on the Land*, pp. 139-166; Verena Stolcke, *Coffee Planters, Workers and Wives: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Plantations, 1850-1980* (Nova York, 1988), pp. 36-43.

ram a repensar algumas das conseqüências negativas do “privilegio conferido à imigração estrangeira de suprir os braços à lavoura”, cujo resultado foi marginalizar os trabalhadores negros e caboclos (um artigo usou a palavra “segregados”) de São Paulo em sua terra natal. Artigos publicados no Boletim durante os anos de guerra incitavam os patrões a reconsiderar as muitas virtudes e capacitações que os operários brasileiros levavam com eles para o local de trabalho - e, segundo eles, entre as principais estava a conhecida indisposição dos trabalhadores brasileiros para se juntar aos sindicatos ou às greves.⁹⁶

96. Para um relato de 1895 do Secretário de Agricultura declarando que “as introduções de milhares de imigrantes de uma só nacionalidade neste ou naquele Estado devem cessar”, ver Morandini, “O trabalhador migrante”, p. 37, npp. 30. Ver no *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*: “O Departamento Estadual do Trabalho em 1914”, 3, 12 (1915), pp. 471-472; “A legislação do trabalho sob o ponto de vista immigratório”, 6, 23 (1917), p. 270; “O trabalhador nacional”, 5, 20 (1916), p. 352; “Localização dos trabalhadores nacionais”, 7, 27 (1918), pp. 301-340; e outros. Estes artigos reconhecem abertamente a preferência conferida que o mercado de trabalho conferia aos imigrantes em relação aos brasileiros. “Entregues ao seu destino, sem assistência dos governos, [os libertos e os caboclos] foram presas fáceis e indefesas das doenças que delles se apossaram, definhando-lhes o physico, reduzindo-lhes a capacidade de trabalho e degenerando-lhe a raça. Enquanto isso, abríamos a bolsa ao imigrante estrangeiro, sem amor a terra e de olhos sempre fitos na Pátria distante, para onde regressa em grande parte, depois de reunido algum pecúlio, e a esse tudo dávamos: terra, casa, alimento, instrumentos de lavoura, assistência médica e garantias de contratos”. “O saneamento da população agrária do Brasil”, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* 6, 23 (1917), pp. 245-246.

Lúcio Kowarick capta muito bem a “reabilitação” do trabalhador brasileiro durante os anos da guerra. “Sua desambição passa a ser encarada como parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de disciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade. O antigo andarilho serve para ir onde dele se necessitar, o gosto por aventuras e brigas transforma-se em destemor, coragem para realizar serviços arriscados, e a desconfiança é atributo para rejeitar idéias espúrias, tão em voga nessa época, em que se produz a conversão do elemento nacional, cuja indolência não advém da preguiça ou vadiagem, mas da falta de oportunidade para trabalhar, enquanto seus vícios passam a ser encarados como provenientes da miséria, na qual, por séculos, esteve atolado e da qual é preciso retirá-lo.” Trabalho e vadiagem, p. 124. Lilian Elliott, visitando São Paulo durante os anos da guerra, recebeu a mesma mensagem. “In-

As elites de São Paulo ainda tinham considerável capital financeiro e ideológico investido na noção da superioridade da mão-de-obra imigrante, e depois do fim da guerra, o Governador Washington Luís, em seu pronunciamento de 1921 sobre “o estado do Estado”, anunciou a intenção da sua administração de continuar a há muito existente política de manutenção da “barateza da mão-de-obra com especialidade da mão-de-obra agrícola, pela introdução em larga escala de imigração honesta, trabalhadora”. O Departamento do Trabalho prontamente seguiu o seu exemplo, relatando em 1922 que “só com a imigração subsidiada será possível mantel-as [as fazendas] colonizadas”. Mas à medida em que a década de 1920 prosseguia - e um número maior de imigrantes assumia o controle do mercado de trabalho assalariado ou continuava a se envolver em difíceis negociações com os patrões - a aura que envolvia os trabalhadores estrangeiros escurecia e se desvanecia. Em 1925, uma enquete com fazendeiros de café paulistas descobriu que a maior parte deles desejava agora empregar mão-de-obra brasileira, e dois anos depois o programa de imigração europeia subsidiada finalmente terminou.⁹⁷

O impacto disso nas relações com os trabalhadores do Estado foi imediato. Em 1928, pela primeira vez desde que começaram a ser realizados os registros, o número de migrantes brasileiros que foram para São Paulo superou o número dos imigrantes europeus. Em 1927, os europeus eram responsáveis por 61 por cento de todos os contratos de trabalho de colonos; em 1928, sua representação na força de trabalho dos colonos caiu para 27 por cento, a diferença sendo composta por brasileiros natos.⁹⁸ No ano

teligente e capaz, dócil se conciliado e obstinado se enfrentado, o mestiço tem algumas excelentes qualidades; a indolência da qual é frequentemente acusado é às vezes falta de rumo, e às vezes o resultado de má saúde em algumas regiões, desaparecendo quando as debilitantes malária e akulostomiasis [sic] são curadas, exatamente como no sul dos Estados Unidos, onde os mesmos problemas são comuns. Com melhores condições de saúde pública nas regiões quentes povoadas e persistência em uma boa escolaridade, o brasileiro das classes trabalhadoras não precisaria ser suplantado pelos imigrantes introduzidos no país.” Elliott, *Brazil*, p. 82.

97. Morandini, “O trabalhador migrante”, p. 76; “Imigração”, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* 12, 42-43 (1922), p. 14; Love, *São Paulo*, pp. 11, 75.

98. Love, *São Paulo*, pp. 12; Vangelista, *Braccia per la fazenda*, p. 110.

seguinte, um dos jornais da imprensa negra da Cidade de São Paulo relatou as condições de trabalho no campo, na virada do século.

... Os homens de cor de nosso *binterland*, aquelles cujo trabalho se resume no amaino da terra e trato da lavoura, estão em óptimas condições, como trabalhadores, gosando das mesmas vantagens e benefícios que os demais homens de lavoura. O trabalho do preto, pois, é tão considerado quanto o do italiano, que é o colono paulista por excelência! Quer dizer que o preto do *binterland*, o colono ou camarada de cor, conseguiu, mais depressa que o preto da cidade, definir-se perante seus semelhantes, obrigando-os a reconhecer-lhe o valor que de facto tem.⁹⁹

O domínio dos trabalhadores europeus iria durar mais tempo nas cidades, mas na década de 1930 os afro-brasileiros estavam também ingressando nas fábricas, passando a fazer parte do proletariado industrial de São Paulo (capítulo 4). Como sugere um trabalhador branco que viveu nesse período, seu ingresso no local de trabalho urbano deve-se ao mesmo fator que sua exclusão inicial: a política do Estado que governa o mercado de trabalho. Se a imigração não tivesse sido reduzida e “se não houvesse falta de mão-de-obra, os pretos nunca conseguiriam entrar nas fábricas. Ficava tudo como antes. Se continuassem a entrar imigrantes, os patrões preferiam a mão-de-obra estrangeira, deixando o nacional”.¹⁰⁰

conclusões

Este capítulo bastante extenso procurou enfatizar como as interações desenvolvidas entre os patrões, os empregados (tanto negros quanto brancos) e o Estado republicano explicam a subs-

99. “Pequenas considerações”, *O Clarim da Alvorada* (6 de janeiro de 1929).

100. Fernandes, *Integração do negro*, 1, p. 157. O ingresso dos afro-brasileiros na força de trabalho industrial foi também auxiliada pela ação do Estado no nível nacional na forma da Lei de Nacionalização do Trabalho, promulgada pelo regime de Vargas em 1931, que requeria que pelo menos dois terços da força de trabalho nos estabelecimentos industriais e comerciais fossem brasileiros natos. A agricultura ficou explicitamente isenta desta exigência. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil* (25 de agosto de 1931), pp. 13, 552-13, 558.

tuição dos trabalhadores afro-brasileiros na economia e na sociedade de São Paulo após a abolição. Evidentemente, a herança da escravidão ajudou a moldar este processo, produzindo tanto padrões não acostumados nem desejosos de negociar com seus empregados e uma população ex-escrava com exigências muito específicas com respeito às condições sob as quais seus membros trabalhariam, como homens e mulheres livres. Mas essa herança aplicava-se à maior parte do Brasil; mas “em nenhum outro lugar do país (além de São Paulo) foram os imigrantes brancos tão claramente os “ganhadores” e os negros os “perdedores”) no processo] do desenvolvimento econômico e da prosperidade”.¹⁰¹

A explicação da singularidade de São Paulo não deve ser buscada nas habilidades superiores de seus trabalhadores imigrantes. Ao contrário, deve ser buscada na política do Estado que pôs fim à posição de negociação dos afro-brasileiros, inundando o mercado de trabalho com europeus. Além de manter os salários baixos e enfraquecer um movimento operário comprometido com a igualdade racial e com a solidariedade inter-racial, esta política capacitou os patrões a voltar suas costas para aqueles empregados que procuravam conduzir as negociações mais difíceis e mais exigentes. Estes empregados eram de início os libertos ex-escravos; mas nas décadas de 1910 e 1920, os imigrantes e seus filhos tornaram-se mais agressivos e eficientes na busca de seus interesses individuais e coletivos, e começaram a fazer exigências que, como veremos no capítulo 5, tanto a elite paulista quanto a classe média nativa acharam cada vez mais questionáveis. O resultado foi, em meados da década de 1920, a redefinição da política do Estado para pôr fim à preferência oficial dada aos europeus, e a subsequente e gradual restauração dos afro-brasileiros para uma posição competitiva, porém subordinada, no mercado do trabalho braçal.

Este hiato de quarenta anos do mercado de trabalho foi extremamente prejudicial aos afro-brasileiros, como se pode ver tanto nos testemunhos do período quanto nas marcantes disparidades entre as populações negra e branca documentadas nos censos de 1940 e 1950 (capítulo 6). Privando os afro-brasileiros da experiência e da renda do trabalho, e reforçando as suposições ra-

101. Hasenbalg, *Discriminação*, p. 254.

imigração 1890-1930.

cistas relacionadas ao desemprego dos negros, o hiato iria tornar muito mais difícil a sua luta nos anos subsequentes para desempenhar um papel pleno e igual na vida do seu Estado e da sua nação. Apesar disso, um importante primeiro passo nessa luta aconteceu durante as décadas de 1920 e 1930, quando os negros ingressaram no proletariado industrial.

trabalhando, 1920-1960

Quando a escravidão foi abolida, e também durante os primeiros anos da Primeira República, a economia do Brasil era quase exclusivamente agrária. O censo industrial de 1907 registrou menos de 3.000 empresas industriais em todo o país, 90 por cento das quais empregando 4 ou menos trabalhadores. Entretanto, estas firmas marcaram o início de um processo de expansão industrial que continuou - em índices variados de intensidade - até os dias de hoje. Entre 1907 e 1920, a produção industrial do Brasil quase quintuplicou; entre 1920 e 1940, ela aumentou outros 7.800 por cento, e nessa altura o Brasil possuía mais de 70.000 firmas industriais empregando um total de 1,4 milhões de trabalhadores. Entre 1946 e o início da década de 1980, a produção industrial continuou a crescer em um índice anual médio de 9 por cento, e a diversificar daquelas áreas tradicionais dos têxteis e do processamento de alimentos, para o aço, automóveis, produtos químicos e maquinária elétrica. Durante a década de 1970, as exportações industriais superaram os produtos agrícolas como a principal fonte de comércio exterior (os bens manufaturados compunham quase 40 por cento dos ganhos de exportação), e em 1980 o Brasil vangloriava-se de possuir a sétima maior produção industrial do mundo capitalista, superada apenas pelos Estados Unidos, o Japão e quatro países da Europa Ocidental.¹

1. Sobre a industrialização brasileira, ver Warren Dean, "A industrialização durante a República Velha", em Boris Fausto, ed., *O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia* (3ª. edição, São Paulo, 1982), pp. 249-283; John P. Dickenson, *Brazil* (Boulder, 1978); Rollie Poppino, *Brazil: The Land and the People* (Nova York, 1968), pp. 238-283. Os dados de E. Bradford Burnos, *A History of Brazil* (Nova York, 1970), p. 259; Richard Nyrop, ed., *Brazil: A Country Study* (Washington, D.C., 1983), pp. 181, 228, 354; Dickenson, *Brazil*, p. 204; e George Thomas Kurian, *The New Book of World Rankings* (New York, 1984), p. 199.

São Paulo estava na vanguarda deste processo, embora sua conseqüente emergência como principal Estado industrial do Brasil não tenha sido de modo algum predeterminada. Das cem maiores firmas industriais que operavam no Brasil em 1907, somente 15 estavam estabelecidas no Estado de São Paulo, em comparação com 33 no Rio de Janeiro e 26 no Rio Grande do Sul. Em vista disso, naquele ano, São Paulo foi responsável por meros 16 por cento da produção industrial do Brasil. Nas décadas subseqüentes, no entanto, os empresários paulistas exploraram as vantagens trazidas pelos lucros da exportação do café (que proporcionou o capital) e pela imigração subsidiada para o Estado (que proporcionou mão-de-obra barata e um mercado interno crescente) para passar à frente de seus rivais de todos os cantos do Brasil. Em 1920, a parte de São Paulo da produção industrial nacional havia duplicado, para 32 por cento, e depois para 43 por cento em 1940. Em 1960, o Estado era responsável pela maior parte da produção industrial do Brasil, e era o centro industrial mais importante, não apenas do Brasil, mas de toda a América do Sul.²

Quais foram os efeitos desta expansão industrial nas relações raciais no Estado? A maior parte dos observadores concorda que os efeitos iniciais (isto é, durante o período de 1900-1940) foram em sua maior parte negativos. A industrialização - e a urbanização que a acompanhava - gerou empregos e outras oportunidades que, aos olhos da maioria dos trabalhadores brasileiros e europeus, eram superiores àquelas disponíveis no campo. Mas como já vimos, essas oportunidades foram exploradas quase inteiramente pelos trabalhadores brancos, e de maneira desproporcional pelos imigrantes europeus. Tanto as explicações da época quanto as atuais para a exclusão dos afro-brasileiros do mercado de trabalho industrial enfatizavam sua incapacidade para trabalhar em um ambiente fabril disciplinado. Entretanto, esta incapacidade não parece ter se estendido para o Rio de Janeiro, onde os afro-brasileiros compunham um componente importante da força de trabalho industrial. Por isso, a exclusão dos trabalhadores negros do primeiro estágio da industrialização paulista parece ter tido

2. Dados de Dean, "Industrialização", pp. 260-262; e Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford, 1980), p. 58. Ver também Warren Dean, *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945* (Austin, 1969); Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2ª. edição, São Paulo, 1977).

menos a ver com a suposta incapacidade dos negros do que com a política do Estado, que trabalhou para inundar o mercado de trabalho com trabalhadores europeus, enfraquecendo assim a posição de barganha, tanto dos trabalhadores negros quanto dos brancos, e permitindo que os empregadores demonstrassem a sua preferência pelos últimos.

Mas o que aconteceria quando a imigração promovida pelo Estado chegasse ao fim e os trabalhadores brancos ficassem mais raros? Nessa situação, os empregadores estariam mais dispostos a contratar trabalhadores negros? Se assim fosse, os trabalhadores negros entrariam em níveis comparáveis àqueles dos colegas brancos? Ou sua indolência, incompetência e incapacidade continuariam a constituir obstáculos para o emprego e o progresso dos negros, como supostamente ocorreu nas décadas imediatamente subseqüentes à abolição?

um estudo de duas firmas

Uma maneira de responder a essas perguntas é utilizar os registros de pessoal das próprias firmas industriais.³ Este capítulo faz uso dos registros de duas importantes firmas: a fábrica têxtil Jafet (Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet) e a empresa de eletricidade e bondes da capital do Estado, a São Paulo Tramway, Light, and Power. Cada uma destas companhias desempenhou um papel importante na industrialização de São Paulo.

No Brasil, como em outras nações, a indústria têxtil foi a ponta de lança do início da industrialização. O número inaugural do Boletim (1912) do Departamento de Trabalho do Estado incluiu um artigo extenso sobre a indústria têxtil do Estado, que pesquisou 31 fábricas na Cidade de São Paulo, mais uma fábrica no subúrbio de São Bernardo e outra na cidade portuária de Santos. Em 1920, dos nove estabelecimentos industriais de São Paulo

3. Para pesquisas fazendo uso desses registros no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, ver Sam Adamo, "The Broken Promise: Race, Health, and Justice in Rio de Janeiro, 1890-1940" (Dissertação de Ph.D., Universidade do Novo México, 1983); Eileen Keremetsis, "The Early Industrial Worker in Rio de Janeiro, 1870-1930" (Dissertação de Ph.D., Universidade de Columbia, 1982); Valentim Lazzarotto, *Pobres construtores de riqueza: Abstração da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle, 1905-1970* (Caxias do Sul, 1981).

que empregavam mil ou mais trabalhadores, sete eram firmas têxteis, e a indústria têxtil como um todo empregava mais de 40 por cento da força de trabalho industrial do Estado.⁴

A indústria têxtil da capital do Estado começou com oficinas e pequenas fábricas no bairro central do Bom Retiro, e depois expandiu-se durante a década de 1890 e início da década de 1900 para instalações maiores e mais modernas localizadas nas áreas então afastadas do Brás, da Mooca e do Ipiranga. Foi neste último bairro (coincidentemente o local da declaração da independência do Brasil em 1822) que os irmãos Jafet, imigrantes libaneses que prosperaram como importadores e atacadistas de produtos têxteis durante a década de 1890, estabeleceram sua fábrica em 1906.⁵ Como outros empresários que lá abriram fábricas, eles foram para o Ipiranga devido ao preço baixo da terra, e à oportunidade de investir em propriedades e também no desenvolvimento industrial. Assim fazendo, transformaram a área virtualmente da noite para o dia. Lilian Elliott relatou sobre sua visita em meados da década de 1910

às terras elevadas, planas e expostas ao vento do Ipiranga. Um ano ou dois atrás, grande parte desta área era um pântano de bar-

4. "Condições do trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo", *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* 1, 1-2 (1912), pp. 35-80. As estatísticas sobre a indústria têxtil de June Hahner, *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920* (Albuquerque, 1986), p. 192; Kenneth Erickson, *The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics* (Berkeley, 1977), p. 13. Ver também Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950* (Cambridge, Mass., 1957).

5. Dean, *Industrialization of São Paulo*, p. 31. A fábrica Jafet está discutida no artigo "Condições do trabalho". Das trinta e três fábricas pesquisadas, era a maior em termos de tamanho (50.000 metros quadrados) e a quarta maior em termos de capital. O número de trabalhadores empregados não é mencionado. Paula Beiguelman e Boris Fausto estimam sua força de trabalho na época da greve geral de 1917 entre 1.500 e 1.600, o que a teria tornado uma das maiores fábricas de qualquer tipo no Estado. Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920* (São Paulo, 1977), p. 193; Paula Beiguelman, *Formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos* (2ª edição, São Paulo, 1977), p. 198.

Uma boa comparação com a companhia Jafet é proporcionada por *Weavers of Revolution: The Yarur Workers and Chile's Road to Socialism* (Nova York, 1986), de Peter Winn, que trata de uma firma têxtil chilena fundada pelos imigrantes palestinos em 1937.

ro vermelho, com uma casinha aqui, outra ali, e algumas hortas comerciais produzindo vegetais para os moradores da cidade, e a terra podia ser comprada por dez mil réis ou menos o acre; atualmente, ela vale de duzentos a quinhentos mil réis; as terras úmidas foram ocupadas, em um enorme empreendimento, por fileiras de casas de trabalhadores que se estendiam por várias milhas até a crista da colina, onde fica o monumento que comemora a Declaração da Independência, e de seu topo tem-se uma vista que é enevoadada pela fumaça da fábrica e pontuada por altas chaminés. Ver isso e assistir os grupos de belas garotas italianas tagarelando ao sair das fábricas do Braz e da Mooça ao meio-dia ou à tarde é obter uma revelação da nova América do Sul.⁶

Ao chamar a atenção dos seus leitores para as “belas garotas italianas tagarelando” que trabalhavam nas fábricas têxteis, Elliott captou uma das características distintivas desta “nova América do Sul”. O estudo de 1912 realizado pelo Departamento do Trabalho sobre a indústria têxtil em São Paulo descobriu que quase três quartos (72 por cento) dos trabalhadores têxteis eram mulheres, um terço delas com dezesseis anos ou menos.⁷ Embora o relato tenha citado devidamente as justificativas dos patrões para o uso do trabalho infantil (escassez de trabalhadores adultos e o desejo dos pais de colocar seus filhos em atividades produtivas, assim evitando que ficassem perambulando sem vigilância pelas ruas), sua autora não consegue se conter e expressa a “impressão desagradável que causa no visitante o excessivo número de menores em trabalho”, “esqueléticos e rachíticos, alguns!”.⁸

6. Lilian E. Elliott, *Brazil, Today and Tomorrow* (reprint, Nova York, 1922), p. 268.

7. Para o período de 1910-1930 como um todo, os menores (crianças até 15 anos de idade) compunham essencialmente a mesma proporção da força de trabalho na Jafet: 31,4 por cento. Os trabalhadores mais jovens encontrados nos arquivos de pessoal eram quatro meninas de seis anos de idade contratadas em 1910.

8. “Condições do trabalho”, pp. 43-44. O pior caso em termos de mão-de-obra infantil foi a fábrica Caielli, onde dos 293 empregados apenas 20 eram adultos. “Apezar de declaração [dos proprietários] em contra, encontramos em serviço menores de 12 anos.” As condições nas fábricas têxteis aparentemente inspiraram um artigo, “O trabalho dos menores”, que aparece no mesmo número do *Boletim*, que defendia o cumprimento das leis que proibiam o emprego de crianças com menos de dez anos de idade, e recomendavam que as crianças só obtivessem permissão para trabalhar após um exame médico completo.

A São Paulo Tramway, Light and Power Company, segunda companhia a ser examinada, era completamente diferente em sua composição. Estabelecida em 1899 por um consórcio de engenheiros e investidores canadenses e britânicos, a São Paulo Light - como ficou sendo conhecida - em 1930 havia se tornado a empresa de utilidade pública mais importante do Brasil e uma das maiores companhias do Estado de São Paulo. Era totalmente responsável pelo fornecimento de energia elétrica e transporte urbano para a capital do Estado e, com o tempo, para um número crescente de outras cidades do Estado, à medida em que ela comprou suas instalações locais. Sua folha de pagamento mensal, que girava em torno de sete mil réis no final da década de 1920, caiu abaixo desse nível durante a Grande Depressão, mas depois reagiu durante a Segunda Guerra Mundial e no período posterior, em resposta à expansão da atividade industrial, que aconteceu naquela época. Em 1949, mesmo depois do seu sistema de bondes ter sido transferido para a prefeitura de São Paulo, sua força de trabalho ultrapassava nove mil trabalhadores.⁹

Em contraste com a firma de Jafet, a força de trabalho da São Paulo Light era composta quase inteiramente de homens adultos, e assim apresentava um contraponto direto às trabalhadoras da indústria têxtil. Por isso, considerar comparativamente estas duas firmas proporciona, em termos de gênero, uma visão mais abrangente do proletariado industrial do que observar isoladamente cada firma.

trabalhadores negros e brancos

À luz da discussão do capítulo anterior sobre a exclusão dos trabalhadores negros do emprego industrial, a primeira per-

9. Para uma história da São Paulo Light, ver Edgard de Souza, *História da Light: Primeiros 50 anos* (São Paulo, 1982); ver também Judith Tandler, *Electric Power in Brazil: Entrepreneurship in the Public Sector* (Cambridge, Mass., 1968), pp. 7-34; e as publicações periódicas do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletricidade de São Paulo, *Boletim Histórico* (1985-1987) e *Memória* (1988-). Os dados da folha de pagamento foram extraídos de "Demonstration of Total Cost of Payrolls" (22 de julho de 1931) e de "Demonstrações das folhas de pagamento" (1948-1949), Arquivo, Eletricidade de São Paulo, pasta 29.004.

gunta a ser formulada é quando os afro-brasileiros conseguiram ingressar nessas companhias em números significativos - se é que isso algum dia aconteceu? Devido às deficiências dos registros, esta pergunta não é fácil de responder. Os registros sobre os empregados contratados antes de 1920 são poucos em número e em geral não proporcionam informações sobre raça. Tornam-se mais numerosos após 1920, mas somente na década de 1930 (1932, no caso da São Paulo Light e 1935 no caso da Jafet), quando o governo impôs à indústria brasileira novas exigências de anotação dos registros, como parte da criação do sistema de Previdência Social, os registros de pessoal passaram rotineiramente a incluir informações sobre raça. Entretanto, os registros anteriores a 1935 proporcionam informações sobre o local de nascimento, o que pelo menos nos permite observar a representação relativa dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros de cada firma. (Para uma discussão dos registros dos empregados gerados por cada companhia, e dos procedimentos de amostragem empregados nesta pesquisa, ver o Apêndice C.)

Os registros anteriores à Previdência Social sugerem que Jafet recorreu à mão-de-obra nativa um pouco antes da São Paulo Light. Os dados anteriores a 1920 são muito esparsos para dar suporte a conclusões firmes, mas sugere uma força de trabalho mais ou menos uniformemente dividida entre brasileiros e imigrantes em ambas as firmas. Entre 1920 e 1930, no entanto, período em que os dados eram muito mais abundantes, os brasileiros nativos representavam quase dois terços (65,3 por cento) dos trabalhadores contratados na Jafet (ver Tabela 4.1), mas apenas um terço (35,1 por cento) dos trabalhadores contratados na São Paulo Light.¹⁰

10. Para o período anterior a 1920, uma amostra de 5 por cento dos registros anteriores à Previdência Social da São Paulo Light trouxeram à tona 29 trabalhadores brasileiros natos, 35 imigrantes e 15 com local de nascimento desconhecido. Para o mesmo período, uma amostra de 20 por cento dos registros anteriores à Previdência Social da Jafet produziram 74 trabalhadores brasileiros natos e 73 imigrantes.

Os registros tornaram-se consideravelmente mais abundantes após 1920. A amostra de 20 por cento de Jafet produziu 2.772 pessoas de local de nascimento desconhecido contratadas entre 1921 e 1930. Para a mesma década, os 5 por cento da amostra da São Paulo Light produziram 868 pessoas de local de nascimento desconhecido.

Tabela 4.1. Percentagem da Distribuição dos Trabalhadores Contratados na Jafet, 1920-1960, por Raça.

	1921- 1930	1931- 1940	1941- 1950	1951- 1960
Branca	92.4	89.3	86.7	73.7
Imigrantes	33.5	24.0	7.7	5.1
Brasileiros	58.9	65.3	79.0	68.6
Amarela	0.0	0.0	0.2	0.0
Negra	7.6	10.7	13.0	26.3
Morenos ^a	1.0	1.9	0.6	0.2
Pardos	3.6	3.6	5.5	14.8
Pretos	3.0	5.2	6.9	11.3
N ^b	1,249	1,304		
		111	237	245

Nota: Nesta e nas tabelas subseqüentes, as colunas podem não somar o total exato de 100,0 devido ao arredondamento.

a) Sobre o rótulo racial moreno, ver o Apêndice B.

b) A primeira série é a amostra anterior a 1935; a segunda série é a amostra pós-1935 (ver Apêndice C). As percentagens para 1931-1940 representam uma média das duas amostras.

O número maior de brasileiros contratados na Jafet deve-se sem dúvida à tendência previamente discutida de muitas fábricas têxteis para contratar os filhos brasileiros de seus empregados imigrantes.¹¹ Ao mesmo tempo, contudo, o número crescente de brasileiros empregados pela fábrica Jafet durante a década de 1920

11. Na década de 1920, esses brasileiros de segunda geração eram numerosos em São Paulo. Segundo o censo do Estado de 1934, entre os residentes brasileiros natos da capital do Estado com mais de 19 anos de idade, 41,5 por cento eram filhos de pai e mãe estrangeiros; um adicional de 11 por cento tinham pai ou mãe estrangeiros. Os filhos de pais estrangeiros constituíam 73,3 por cento da força de trabalho industrial na capital; um adicional de 8,1 por cento daqueles que trabalhavam na indústria tinham pai ou mãe estrangeiros. "Estatística", *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, 1, 1 (1939), pp. 97, 102. Meus agradecimentos a Thomas Holloway por chamar a minha atenção para esta fonte.

não pode ser explicado apenas em termos dos filhos dos trabalhadores imigrantes. Ao contrário dos registros anteriores a 1935 na São Paulo Light, os formulários de pessoal anteriores a 1935 da Jafet incluíam um item para raça, e na década de 1920 o departamento de pessoal da Jafet registrava esta informação com bastante regularidade. Quando associados aos dados proporcionados pelos registros da Previdência Social posteriores a 1935, os dados anteriores a 1935 apresentam um quadro claro do ingresso dos trabalhadores afro-brasileiros na firma.

Estes dados indicam um crescimento lento, porém constante, na proporção dos empregados negros na firma, da década de 1920 à década de 1940, seguida por um aumento rápido no emprego dos negros na década de 1950, durante a qual o número de trabalhadores afro-brasileiros mais que duplicou sua representação na força de trabalho da firma. Como isso se compara aos dados da São Paulo Light? Aqui o quadro é obscurecido pela ausência de informações raciais nos registros iniciais. Entretanto, quando a companhia instituiu seu novo sistema de anotação de registros, em 1932, ela preparou arquivos não somente para os novos empregados, mas também para aqueles contratados nos primeiros anos e que ainda estavam na firma em 1932. Em consequência disso, os registros da Previdência Social incluem um número de empregados contratados durante as décadas de 1910 e 1920. A análise destes registros mostram um padrão muito diferente no ingresso dos negros na São Paulo Light (ver Tabela 4.2). Na década de 1920, a proporção de empregados negros da companhia era muito mais elevada do que na Jafet: um quinto do total da força de trabalho da São Paulo Light versus 7,6 por cento da companhia têxtil. Nas décadas subseqüentes, no entanto, essa proporção permaneceu mais ou menos constante, caindo levemente na década de 1930, retornando ao nível de um quinto na década de 1940 e depois se elevando levemente na década de 1950, para uma proporção um pouco abaixo da proporção de trabalhadores negros na Jafet.

Embora os registros anteriores a 1932 mostrassem que quase dois terços dos trabalhadores da São Paulo Light contratados durante a década de 1920 eram estrangeiros, os registros da Previdência Social indicam que apenas cerca de um quarto dos trabalhadores contratados lá durante a década de 1920 eram imigran-

Tabela 4.2. Percentagem da Distribuição dos Trabalhadores Contratados na São Paulo Light, 1921-1960, por Raça.

	1921- 1930	1931- 1940	1941- 1950	1951- 1960
Branca	79.0	91.8	79.7	76.4
Imigrantes	27.4	15.7	9.3	5.3
Brasileiros	51.6	66.1	70.4	71.1
Negra	20.9	18.2	20.3	23.5
Morenos ^a	0.4	2.7	1.0	0.4
Pardos	2.0	4.8	11.9	13.3
Pretos	1.6	8.3	7.3	9.8
Afro-Brasileiros ^a não especificados	16.9	2.4	0.1	0.0
Nº	101	227	327	96

a Ver Apêndice C.

tes. Como se explica esta discrepância? A explicação mais provável é que o sistema inicial de anotação de registros não cobria os empregos temporários na construção e o trabalho por dia que os brasileiros - e os afro-brasileiros em particular - tinham maior probabilidade de conseguir. Os indivíduos registrados nos documentos anteriores a 1932 tendiam a ser condutores e motorneiros do sistema de bondes, posições que naquela época eram dominadas pelos europeus. Nos anos posteriores, os homens negros conseguiram romper as barreiras raciais e passaram a competir por esses empregos; mas testemunha contemporânea previamente citada sugere que, durante a década de 1920, a maior parte dos empregados negros permanecia restrita ao trabalho na construção, relativamente não especializado.¹² Esta impressão foi provocada pelos registros da Previdência Social, que mostram que metade dos trabalhadores negros (48,6 por cento) empregados na São

12. "Frente Negra Brasileira, 1930-1937" (trabalho de pesquisa cooperativo não publicado, Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, 1985), anexo 2.

Paulo Light antes de 1930 eram contratados como trabalhadores braçais, em comparação com apenas 18,6 por cento dos trabalhadores brancos. Estes trabalhadores não especializados parecem ter entrado e saído da firma de uma maneira bastante circunstancial, e os registros mantidos sobre eles eram mínimos até a instauração do sistema da Previdência Social. Apesar disso, representavam uma parte importante da força de trabalho, como está evidenciado tanto pelos registros posteriores a 1932, quanto pelos registros de pessoal remanescentes de uma das subsidiárias da São Paulo Light, a Companhia Brasileira de Administração de Serviços Técnicos (COBAST).

A COBAST funcionava como parte do ramo de construção e engenharia da São Paulo Light, e uma grande proporção - talvez a maioria - dos seus empregados eram trabalhadores da construção. Uma tabulação de 5 por cento de seus registros de pessoal que são mantidos nos arquivos da São Paulo Light e que proporcionam informações sobre raça, indica que os trabalhadores negros compunham uma proporção muito maior da força de trabalho da COBAST - e os imigrantes uma proporção muito menor - que da força de trabalho documentada nos registros da São Paulo Light (ver Tabela 4.3).

Tabela 4.3. Percentagem da Distribuição dos Trabalhadores Contratados na COBAST, 1921-1950, por Raça

	1921- 1930	1931- 1940	1941- 1950
Branca	57.6	66.9	62.1
Imigrantes	28.8	20.2	4.9
Brasileiros	28.8	46.7	57.2
Negra	42.3	33.2	37.9
Morenos ^a	0.0	4.6	3.9
Pardos	20.3	16.6	17.9
Pretos	22.0	12.0	16.1
Nº	59	392	285

Como os registros da São Paulo Light, os registros da COBAST indicam uma redução na representação dos trabalhadores negros no decorrer da década de 1930, seguida por uma recuperação na década de 1940. Isto está em contraste direto com os brasileiros brancos, que entre 1930 e 1940 aumentaram sua representação na força de trabalho em 28 por cento na São Paulo Light e 62 por cento na COBAST. Nestas duas companhias, os brasileiros brancos foram visivelmente os principais beneficiários das mudanças na política do trabalho durante este período: a decisão de 1927 do governo do Estado de São Paulo de terminar com o programa de imigração subsidiada, e a Lei de Nacionalização do Trabalho imposta pelo governo federal em 1931, que requeria que os empregadores urbanos mantivessem uma força de trabalho constituída de pelo menos dois terços de empregados nascidos no Brasil.¹³ Os brasileiros brancos também aumentaram sua representação na Jafet durante a década de 1930, mas em um índice consideravelmente mais lento do que aquela dos trabalhadores negros. No decorrer da década de 1930, a proporção dos brancos nascidos no Brasil que trabalhavam na fábrica era 11 por cento maior do que havia sido durante a década de 1920, mas a proporção dos afro-brasileiros era 41 por cento maior.

Entretanto, o aumento pós-1930 no emprego de negros na Jafet também reflete os números menores de afro-brasileiros trabalhando na fábrica durante a década de 1920, em comparação com a São Paulo Light. A proporção dos afro-brasileiros que trabalhavam nas duas companhias antes de 1930 era quase três vezes maior na São Paulo Light do que na Jafet; na verdade, somente na década de 1950 a Jafet iria empregar uma proporção tão grande de trabalhadores negros quanto a São Paulo Light já havia contratado na década de 1920. Estes dados confirmam testemunho contemporâneo da receptividade incomum das empresas de utilidades públicas, no contexto da década de 1920, para a contratação de trabalhadores negros. Alguns observadores negros atribuíram essa receptividade à constante necessidade de trabalhadores da construção para construir suas represas, redes de eletricidade e trilhos de bonde. Outros indicavam a greve de 1919, durante a qual os trabalhadores negros eram levados à firma como fura-greves e depois ali mantidos quando sua competência e disposição para o trabalho tornavam-se manifestas.¹⁴

13. Ver Capítulo 3, nota 100.

14. "Frente Negra Brasileira", anexo 2; *Getulino* (23 de dezembro de 1923), p. 1, e (23 de janeiro de 1924) p. 2.

As dessemelhanças entre a São Paulo Light e a Jafet também aparecem quando se olha mais de perto para a composição dos trabalhadores brasileiros que estavam substituindo os imigrantes (ver Tabela 4.4). Na Jafet, esses trabalhadores, independente de serem negros ou brancos, eram em sua esmagadora maioria paulistas até a década de 1950; então a proporção dos paulistas contratados caiu para quase a metade e a firma foi inundada por uma onda de migrantes internos, tanto negros quanto brancos, vindos do Nordeste e de Minas Gerais. Na São Paulo Light, ao contrário, esta onda já havia ocorrido na década de 1940 e parecia estar recuando na década de 1950.

Em ambas as firmas, um aumento na proporção dos migrantes internos representou um aumento na proporção de trabalhadores negros contratados. Dependendo da companhia e da década, os trabalhadores negros compunham entre um sexto e um nono dos trabalhadores paulistas contratados; entre os trabalhadores vindos de Minas Gerais e do Nordeste, ao contrário, os negros representavam entre um quarto e a metade. Em vista disso, a década em que a companhia Jafet atraiu mais de metade de seus empregados de Minas e do Nordeste é também a década em que o emprego dos negros na companhia aumentou mais que o dobro.

Tabela 4.4. Percentagem de Distribuição dos Trabalhadores Nascidos no Brasil Contratados pela Jafet e pela São Paulo Light, entre 1930 e 1960, por Local de Nascimento.

	1931-1940			1941-1950			1951-1960		
	N	B	T	N	B	T	N	B	T
Jafet									
Estado de SP	77,9	10,5	88,4	77,6	9,8	87,4	33,7	8,1	45,8
Minas Gerais	4,5	1,9	6,4	5,1	2,2	7,3	10,8	5,4	16,2
Nordeste	1,5	0,4	1,9	3,2	1,4	4,6	23,8	13,7	37,5
Resto do BR	<u>3,0</u>	<u>0,4</u>	<u>3,4</u>	<u>0,6</u>	<u>0,0</u>	<u>0,6</u>	<u>0,0</u>	<u>0,6</u>	<u>0,6</u>
Total	86,9	13,2	100,1	86,5	13,4	99,9	72,3	27,8	100,1
Nº	93			219			238		
São Paulo Light									
Estado de SP	68,3	14,0	82,3	49,9	49,9	59,2	58,8	89,5	68,3
Minas Gerais	7,4	4,1	11,5	8,8	4,8	13,6	1,9	3,8	5,7
Nordeste	2,5	1,2	3,7	17,0	17,0	24,4	9,5	9,5	19,0
Resto do BR	<u>0,8</u>	<u>1,6</u>	<u>2,4</u>	<u>2,2</u>	<u>0,5</u>	<u>2,7</u>	<u>5,7</u>	<u>1,4</u>	<u>7,1</u>
Total	79,0	20,9	99,9	77,9	22,0	99,9	75,9	24,2	100,1
Nº	198			303			91		

A substituição dos trabalhadores paulistas por migrantes internos na Jafet durante a década de 1950 foi causada pelo passo rápido da industrialização contínua em São Paulo. O crescimento econômico explosivo do Estado durante e após a Segunda Guerra Mundial gerou uma demanda sempre crescente de mão-de-obra, o que por sua vez exerceu uma pressão ascendente sobre os salários. Em um esforço para manter baixos os custos da mão-de-obra, e talvez em uma imitação consciente das práticas anteriores dos fazendeiros, a companhia Jafet enviou agentes de recrutação para as áreas rurais de São Paulo e Minas Gerais, em busca de camponeses e trabalhadores agrícolas dispostos a vir para a cidade grande.¹⁵ Essa recrutação quase duplicou a proporção de mineiros empregados nas fábricas, mas pouco adiantou para deter o declínio dos paulistas na força de trabalho. Isto porque, na década de 1950, as indústrias "tradicionais" que haviam produzido a primeira onda de industrialização - têxteis, roupas, alimentos e bebidas - estavam sendo ofuscadas por uma segunda onda de indústrias mais altamente capitalizadas e tecnologicamente avançadas: automóveis, trabalhos em metal, produtos elétricos, produtos químicos. Estas indústrias, particularmente as indústrias de automóveis e de metais, ofereciam salários e condições de trabalho melhores do que aqueles disponíveis no setor têxtil. Por isso, os paulistas deixaram a indústria têxtil para tirar vantagem das oportunidades disponíveis em outros locais.¹⁶ Este processo é bem vi-

15. Da mesma forma que nos programas de recrutamento anteriores, patrocinados pelo Estado, a firma pagava os custos de transporte dos novos trabalhadores para a Cidade de São Paulo e freqüentemente proporcionava alojamento subsidiado de propriedade da companhia. Um dos ex-empregados com quem eu falei, filho de imigrantes italianos da zona do café no oeste de São Paulo, foi ele próprio contratado sob este programa em 1952. Ele recordou que a oferta de altos salários e um apartamento subsidiado feita pelo agente de recrutamento o convenceu, juntamente com vários de seus irmãos e irmãs, a deixar a fazenda de sua família e vir para a capital. Segundo ele, dadas as dificuldades e as incertezas da vida rural, nenhum deles jamais teve motivos para lamentar sua decisão. "A fábrica era como uma prisão", lembra ele, "mas era melhor que a fazenda!" Esta opinião é corroborada por uma mulher negra que deixou sua casa no campo em 1936 para vir para São Paulo e trabalhar em uma fábrica têxtil. "O serviço era mais leve, não era sujo como serviço de roça, cheio de poeira." Conselho Estadual da Condição Feminina, *Mulheres operárias* (São Paulo, 1985), p. 33.

16. Sobre o crescimento destas indústrias mais novas, ver Dickenson, *Brazil*, pp. 105-131; John Humphrey, *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry* (Princeton, 1983), pp. 31-35 e passim.

sível na Jafet, onde, no decorrer da década de 1950, os paulistas brancos caíram para apenas um terço da força de trabalho, para serem substituídos por um número quase igual de nordestinos negros e brancos.

Como os salários e as condições de trabalho da São Paulo Light eram superiores àqueles da indústria têxtil e mais próximos dos oferecidos pelas indústrias mais novas, não experimentou um êxodo semelhante na década de 1950. Ao contrário: os paulistas realmente aumentaram sua representação na força de trabalho da firma. Mas fica-se imaginando por que os mineiros já eram uma parte importante da força de trabalho na década de 1930, e os nordestinos estavam sendo contratados em números maiores na década de 1940, dez anos antes de desenvolvimentos similares na Jafet. Esta diferença é melhor explicada em termos da composição de gênero das forças de trabalho das duas firmas, e das correntes de migrantes para São Paulo. O censo de 1950 indica uma proporção de 152 homens para 100 mulheres entre os residentes nordestinos do Estado de São Paulo. Como a São Paulo Light contratava quase exclusivamente homens, e a Jafet principalmente mulheres, não surpreende encontrar um maior contingente de nordestinos sendo contratados durante a década de 1940 na primeira firma. Em 1960, no entanto, um número maior de mulheres veio do Nordeste, o que resultou na redução da proporção de homens e mulheres migrantes daquela região (125 homens para 100 mulheres), e a reserva potencial de trabalhadores têxteis nordestinos expandiu-se correspondentemente.¹⁷

Independente das diferenças de ritmo de crescimento entre os padrões de contratação das duas firmas, não devemos negligenciar o fato de que, com exceção da fábrica Jafet durante a década de 1920, ambas as firmas contrataram consistentemente uma proporção de trabalhadores negros igual ou maior que a proporção de pessoas negras na população como um todo. Em 1940, os afro-brasileiros eram responsáveis por 9,0 por cento da população da cidade de São Paulo; durante o período de 1931 a 1940, eles compunham 10,7 por cento dos trabalhadores contratados pela Ja-

17. IBGE, *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1954), tabela 11, p. 10; IBGE, *Recenseamento geral de 1960. Censo demográfico: Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, s.d.), tabela 7, p. 11.

fet, e 18,2 por cento dos trabalhadores contratados pela São Paulo Light. Em 1950, os afro-brasileiros representavam 10,2 por cento da população da cidade de São Paulo; durante o período de 1941-1950, eles compunham até 13,0 por cento dos trabalhadores contratados pela Jafet, e 20 por cento dos trabalhadores contratados pela São Paulo Light.¹⁸ Após 1930, a companhia Jafet contratou consistentemente uma proporção mais elevada de trabalhadores negros do que a sua proporção na população como um todo, e a São Paulo Light contratou uma proporção de trabalhadores negros duas vezes maior que sua representação na população como um todo.

Estas são apenas duas firmas das milhares que operavam em São Paulo durante este período. Mas dados estatísticos reunidos no nível do Estado confirmam a evidência da crescente participação dos negros na força de trabalho industrial. O censo de 1940 indicou que os afro-brasileiros compunham 9,5 por cento dos empregados das firmas industriais do Estado, em uma época em que eles compunham 12,0 por cento da população como um todo (e uma proporção um pouco menor da população urbana, onde as fábricas estavam concentradas - como já foi previamente mencionado, eles compunham apenas 9,0 por cento da população da capital, a cidade mais próspera e dinâmica do Estado). Em 1950 (ocasião em que o emprego industrial no Estado quase duplicou), o emprego de afro-brasileiros estava par a par com sua representação na população: eles compunham 11,2 por cento da população do Estado e 11,3 por cento de sua força de trabalho industrial.¹⁹

Isto não significa dizer que tudo ia bem com a população negra. Como veremos posteriormente neste capítulo e nos capítulos 5 e 6, durante este período os afro-brasileiros eram quase inteiramente excluídos dos cargos de colarinho branco da classe média. E mesmo dentro da classe trabalhadora, em 1940, quase o dobro daqueles afro-brasileiros que trabalhavam na indústria, estavam trabalhando no serviço doméstico, no setor informal ou es-

18. IBGE, *Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1950), tabela 62, p. 472; IBGE, *Recenseamento, 1950. São Paulo*, tabela 37, p. 73.

19. IBGE, *Recenseamento, 1940. São Paulo*, tabela 30, p. 24; IBGE, *Recenseamento, 1950. São Paulo*, tabela 23, p. 30.

tavam desempregados.²⁰ Entretanto, esta proporção foi consideravelmente reduzida durante a década de 1940, quando um número cada vez maior de afro-brasileiros ingressou no setor industrial. Entre 1940 e 1950, o número de pardos e pretos empregados na indústria do Estado aumentou mais que o dobro, chegando a 85.344. Estes trabalhadores eram ainda muito ultrapassados pelos 129.117 afro-brasileiros que estavam trabalhando no serviço doméstico ou eram categorizados pelo censo como “inativos”, mas a disparidade entre os dois grupos declinou substancialmente, em favor do emprego industrial.²¹

Mais encorajador ainda, o número de trabalhadores industriais negros cresceu em um índice que excedeu aquele dos trabalhadores brancos durante o mesmo período.²² Devido a este crescimento no proletariado negro, e o aumento contínuo na contratação de negros, tanto na Jafet quanto na São Paulo Light durante a década de 1950, está claro que a situação da exclusão dos negros da força de trabalho industrial foi um fenômeno anterior a 1930 que em grande parte terminou na década de 1940. Uma das revistas negras da década de 1930, *Evolução*, pareceu muito expressiva quando apresentou em uma de suas capas um desenho de dois homens negros - um trabalhador rural segurando uma enxada e um trabalhador urbano de pé próximo a uma fábrica - cumprimentando-se diante de um fundo composto de modernos prédios de apartamentos ou escritórios. Em conjunto com o título da revista, a capa sugere a transição dos negros de camponeses rurais para trabalhadores urbanos assalariados, embora enfatizando a contínua comunidade de interesse entre os dois grupos tendo como base a raça.²³ A transição não seria fácil; relatos de fir-

20. O censo de 1940 mostra 39.383 pardos e pretos trabalhando no setor industrial, dos quais 18.294 no serviço doméstico e 56.396 “em condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas”. Estes não incluem as donas de casa e as crianças em idade escolar, que foram listados separadamente. Dados comparáveis para os brancos em 1940 eram 376.829 empregados na indústria, 151.424 no serviço doméstico e 359.735 inativos etc. IBGE, *Recenseamento, 1940. São Paulo*, tabela 30, pp. 24-25.

21. IBGE, *Recenseamento, 1950. São Paulo*, tabela 23, p. 30.

22. O número de trabalhadores industriais brancos aumentou de 376.829 em 1940 para 674.502 em 1950.

23. *Evolução. Revista dos homens pretos de São Paulo* (13 de maio de 1933).

mas industriais que se recusaram a contratar negros continuavam até hoje a aparecer na imprensa de São Paulo.²⁴ Mas a maior parte dos industriais de São Paulo aceitou os trabalhadores negros, e de fato em 1980 os estavam contratando em números que excediam bastante sua representação na população como um todo (ver Capítulo 6, Tabela 6.2).

Esse achado não é de modo algum novo; na verdade, está no cerne do otimismo de Florestan Fernandes com relação ao caminho futuro das relações raciais no Brasil. A inerente racionalidade do mercado capitalista, declarou Fernandes, e a indisposição dos patrões para continuar a excluir os trabalhadores negros depois do Estado interromper o subsídio da importação de mão-de-obra européia barata, iriam finalmente resultar na plena integração dos afro-brasileiros na força de trabalho urbana. E à medida em que os negros se afastavam cada vez mais no tempo da experiência injuriosa da escravidão, pouco a pouco iam adquirindo as características psicológicas e comportamentais necessárias para competir com sucesso no mercado de trabalho. A urbanização e a industrialização iriam criar um “novo negro” capaz de participar do crescimento e do desenvolvimento capitalistas.

Os dados apresentados até agora indicam que nas décadas de 1930 e 1940 os afro-brasileiros estavam conseguindo emprego industrial em números expressivos. O que esses dados nos dizem sobre os termos em que os brancos e os negros ingressaram no proletariado industrial naqueles anos e suas respectivas experiências nas fábricas?

Antes de tentar responder essa pergunta, seria conveniente ter uma idéia de como eram, em termos gerais, as forças de trabalho da Jafet e da São Paulo Light. Como já foi observado, elas eram bastante diferentes na composição dos sexos. As mulheres compunham a maioria (61,9 por cento do grupo racial branco e 70,5 por cento dos negros) dos trabalhadores da Jafet, mas apenas 11 (todas elas funcionárias de escritório, brancas) dos 671 trabalhadores da amostra da São Paulo Light. Apesar desta diferença na composição dos sexos, racialmente os dois grupos pareciam

24. “Entre e veja se ahi ha negros como você”, *Progresso* (15 de novembro de 1931), p. 2; “Protesto da Assembléia contra a discriminação racial”, *O Mutirão* (junho de 1958), p. 1; “Aqui é como nos EE.UU.”, *Hifen* (fevereiro de 1960), p. 1; “Empresas discriminam trabalhadores negros”, *Notícias Populares* (21 de outubro de 1982).

bastante similares, com os brancos compondo uma exígua maioria de ambas as amostras (53,6 por cento da amostra de Jafet e 51,3 por cento da amostra da São Paulo Light).²⁵ Dentro do grupo racial negro, os pardos e morenos (sobre o rótulo racial "moreno", ver o Apêndice B) superavam os pretos em ambas as companhias, por uma proporção de 1,1:1 na Jafet, e 1,5:1 na São Paulo Light.²⁶

Como a população preta da Cidade de São Paulo era quase a metade da população parda em 1940 e mais de três vezes o seu número em 1950, evidentemente os pardos estavam super-representados em ambas as companhias em relação aos pretos, e desfrutavam de uma preferência substancial na contratação.²⁷ Entretanto, ao estender essa preferência, estas firmas não eram representativas do setor industrial de São Paulo como um todo. Em 1940, os pardos constituíam 38,7 por cento da população afro-brasileira na faixa etária produtiva (10 anos ou mais) e 40 por cento dos trabalhadores industriais afro-brasileiros. Mas essa vantagem desapareceu em 1950, quando os pardos representavam 28 por

25. O leitor é aqui lembrado que os trabalhadores dessa amostragem representam uma amostra de um por cento da força de trabalho branca em cada firma, e uma amostra de 4 por cento da força de trabalho não branca. Obviamente, como está indicado nas Tabelas 4.1 e 4.2, os brancos compunham a grande maioria de trabalhadores de cada firma.

26. A proporção de pardos contratados na São Paulo Light provavelmente está um pouco exagerada. Como está indicado no Apêndice C, 40 dos 327 trabalhadores negros da amostra eram identificados apenas por suas fotografias, e não tinham rótulo racial indicado em seus arquivos. Embora estes trabalhadores fossem designados para uma categoria "afro-brasileira não especificada", vários indicadores - local de nascimento, época em que entraram na firma, aparência na fotografia - sugerem que a maior parte deles eram pretos, o que reduziria a proporção de pardos e pretos citada no texto, e tornaria a composição racial dos trabalhadores negros da São Paulo Light mais semelhante àquela da Jafet.

No restante deste capítulo, as estatísticas sobre a força de trabalho negra serão apresentadas separadamente para pardos e pretos quando houver uma diferença significativa entre essas duas populações. Quando nenhum desses dados são apresentados, isto significa que os indicadores estatísticos eram essencialmente os mesmos para os pardos e para os pretos.

27. Em 1940, a Cidade de São Paulo continha 45.135 pardos e 63.546 pretos. IBGE, *Recenseamento, 1940. São Paulo*, tabela 62, p. 472. Em 1950, a capital continha 55.342 pardos e 169.564 pretos. IBGE, *Recenseamento, 1950. São Paulo*, tabela 37, p. 73.

cento dos afro-brasileiros na faixa etária produtiva e 27,8 por cento dos trabalhadores industriais negros.²⁸

Não era coincidência o fato dos trabalhadores pardos estarem super-representados em relação aos pretos durante aquelas décadas em que o maior número de nordestinos ingressou nas duas firmas: a década de 1940 no caso da São Paulo Light e a década de 1950 no caso da Jafet. Assim como os trabalhadores brancos, três quartos dos quais eram paulistas natos, a maior parte dos pretos (58,6 por cento na Jafet e 62,5 por cento na São Paulo Light) contratados pelas duas firmas haviam nascido no Estado de São Paulo. Os pardos, ao contrário, provavelmente haviam migrado do Nordeste.²⁹

Os trabalhadores brancos ingressaram em ambas as firmas em uma idade mais precoce do que os negros, embora a diferença fosse mais pronunciada na Jafet, onde a média de idade no ingresso era de 19,9 para os trabalhadores brancos e 22,1 para os negros; na São Paulo Light, era 24,5 para os trabalhadores brancos e 25,4 para os negros. A média de idade mais elevada para ambas as raças na São Paulo Light sem dúvida correspondia às exigências de maior habilidade para muitos cargos a serem ali preenchidos, e maior experiência, requerida tanto de negros quanto de brancos. Uma fábrica têxtil requeria relativamente menos habilidades por parte dos trabalhadores, o que resultava nos empregados poderem começar a trabalhar em uma idade mais precoce.³⁰

Na Jafet, no entanto, as menores exigências de especialidade não explicam a idade mais elevada no ingresso entre os trabalhadores negros. Estes dados podem indicar a continuada relutân-

28. IBGE, *Recenseamento, 1940. São Paulo*, tabela 30, pp. 24-25; IBGE, *Recenseamento, 1950. São Paulo*, tabela 23, p. 30.

29. Isto reflete a composição racial relativa do Estado de São Paulo e do Nordeste. Em São Paulo, em 1950, os pretos excediam os pardos em uma proporção de 2,5:1 (727.789 para 292.669). No Nordeste, os pardos excediam os pretos em uma proporção de 3,9:1 (5.339.729 para 1.374.899). IBGE, *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil* (Rio de Janeiro, 1956), tabela 39, p. 69.

30. Uma indicação dos níveis de experiência mais elevados requeridos na São Paulo Light é que em 1945 a companhia começou solicitando, e registrando, informações detalhadas sobre a história de trabalho anterior dos trabalhadores, mesmo para os trabalhadores braçais não especializados. Nenhuma dessas histórias de trabalho foi jamais solicitada na Jafet.

cia das famílias negras, mencionada anteriormente no Capítulo 3, de enviar suas mulheres e filhos para o mercado de trabalho. A diferença nas idades no ingresso entre os trabalhadores negros e brancos é quase totalmente de responsabilidade das diferenças nas idades no ingresso entre as mulheres trabalhadoras. Os homens, brancos e negros, ingressavam essencialmente nas mesmas idades (21,9 e 21,6, respectivamente), enquanto as mulheres brancas ingressavam aos 19,3 e as negras aos 22,1). Uma entre sete mulheres brancas contratadas por Jafet ingressavam na fábrica aos quatorze anos de idade ou menos, versus apenas uma entre quatorze mulheres negras. A relutância das famílias negras em enviar as mulheres e as crianças para trabalhar pode também ajudar a explicar a disparidade entre os padrões de emprego na Jafet e na São Paulo Light. Embora as famílias negras possam ter evitado que suas mulheres e filhos menores se empregassem nas fábricas, essa relutância não incluía os homens negros, que por isso ingressaram na São Paulo Light já no início do século, e em números mais elevados que seus contrapartes da Jafet. Isto é apenas suposição, pois nenhuma das duas firmas conservou informações sobre os trabalhadores que se candidatavam aos empregos, mas eram rejeitados. Por isso, é impossível saber se as mulheres negras jovens se apresentaram para os empregos e foram rejeitadas, ou simplesmente não se apresentaram. O que sabemos é que os trabalhadores negros contratados na Jafet eram provavelmente adultos, enquanto a maior parte dos trabalhadores brancos eram ainda adolescentes.

Como grande parte da tese de Fernandes com respeito ao desemprego dos trabalhadores negros girava em torno da qualidade anômica da vida familiar dos negros, é importante nos termos um momento em quaisquer dados que as amostras possam incluir nessa pontuação. Não surpreende notar que todos os empregados de ambas as raças soubessem o nome de sua mãe. No que se refere ao pai, 2,1 por cento dos trabalhadores brancos e 3,7 por cento dos trabalhadores negros (6,6 por cento dos pardos e 0,9 por cento dos pretos) da São Paulo Light indicaram não saber quem eram seus pais. Na Jafet, as proporções foram mais elevadas: 3,5 por cento dos trabalhadores brancos e 9,8 por cento dos trabalhadores negros. Apesar disso, quando os trabalhado-

res da Jafet foram solicitados a indicar a pessoa ou pessoas que iriam receber sua pensão e benefícios em caso de morte ou acidente no trabalho, os trabalhadores brancos e negros deram respostas similares, como está indicado na Tabela 4.5. Os trabalhadores negros e brancos indicavam seus pais e irmãos como seus beneficiários associados, seguidos por seu cônjuge e filhos combinados, e depois apenas por seus pais. Aqui pode-se ter uma idéia da vida familiar anômica, ou de diferenças extremas entre os dois grupos raciais.

O mesmo acontece quando recorremos às estatísticas sobre o estado civil e sobre os índices a respeito de como os trabalhadores das duas firmas construíam suas unidades familiares. O casamento era um pouco mais comum entre os trabalhadores negros do que entre os brancos na Jafet, embora isso provavelmente se devesse à média de idade mais elevada dos trabalhadores negros. Na época em que foram contratados, 77 por cento dos trabalhadores brancos da Jafet eram solteiros, em comparação com 73,7 por cento dos negros. Na São Paulo Light, ao contrário, os trabalhadores brancos tinham maior probabilidade que os negros de serem casados: 61,5 por cento dos trabalhadores brancos daquela firma eram solteiros na ocasião em que foram contratados, versus 69,5 por cento dos trabalhadores negros.

Tabela 4.5. Distribuição Numérica e Percentagem dos Beneficiários Indicados pelos Trabalhadores da Jafet, por Raça.

	Branco		Negro	
	N	%	N	%
Pais	38	12,0	22	8,4
Pais e irmãos	179	56,5	145	55,1
Irmãos	15	4,7	20	7,6
Cônjuge	22	6,9	29	7,2
Cônjuge e filhos	61	19,2	46	17,5
Filhos	2	0,6	7	2,7
Outros	0	0,0	4	1,5
TOTAL	317	99,9	263	100,0
Sem informação	12		4	

Os diferenciais raciais na alfabetização variavam um pouco entre as duas firmas. Na Jafet, praticamente não havia diferencial, com 86,0 por cento dos brancos e 85,2 por cento dos negros declarando ser alfabetizados. Também não havia diferença racial dentro dos grupos de gênero, embora houvesse uma variação considerável entre esses grupos: 95,4 por cento dos homens brancos e 94,4 por cento dos homens negros declararam ser alfabetizados, versus 80,2 por cento das mulheres brancas e 81,3 por cento das mulheres negras. Na São Paulo Light, ao contrário, 95 por cento dos brancos declararam ser alfabetizados, versus apenas 78,4 por cento dos negros (72,9 por cento dos pardos e 82,1 por cento dos pretos). Considerando que a alfabetização raramente era uma exigência para o emprego na Jafet, e que os pretensos alfabetizados poderiam mais facilmente escamotear este dado, nossa tendência é dar mais crédito aos dados da São Paulo Light.³¹

Além das informações biográficas que acabamos de examinar, os arquivistas da São Paulo Light reuniram dados sobre uma variável adicional: a profissão ou ocupação dos trabalhadores anterior ao ingresso na firma. As distribuições ocupacionais dos dois grupos raciais mostram claras diferenças (Tabela 4.6). Os trabalhadores negros tinham uma probabilidade duas vezes maior que os trabalhadores brancos de terem vindo do setor agrícola; inversamente, os brancos tinham uma probabilidade muito maior que os negros de terem trabalhado em posições de supervisão e de colarinho branco. Mas o quadro geral dos grupos raciais branco e negro na verdade parecia muito similar: pouco mais de um terço (35 por cento dos brancos, 35,8 por cento dos negros) tinha trabalhado em profissões especializadas, quer como trabalhadores qualificados quer como aprendizes e auxiliares, e outros 40-45 por cento (43,0 por cento dos brancos e 44,4 por cento dos negros) tinha trabalhado no setor comercial e de serviços, em fábricas ou como trabalhador braçal.³²

31. Mesmo que estes dados tenham exagerado um pouco, eles ainda refletem uma força de trabalho consideravelmente melhor educada que a população como um todo. Em 1950, da população masculina do Estado de São Paulo, 61,8 por cento dos brancos e 47,4 por cento dos negros eram alfabetizados. Entre as mulheres, 47,4 por cento das brancas e 36,6 por cento das negras eram alfabetizadas. IBGE, *Recenseamento, 1950. São Paulo*, tabela 17, p. 20.

32. Mais pardos que pretos vieram para a São Paulo Light provenientes do setor agrícola. Dos pardos, 21,8 por cento tinham experiência em agricultura, em comparação com 13,4 por cento dos pretos e 7,1 por cento dos brancos.

Tabela 4.6. Distribuição Percentual da Ocupação Prévia e Indicação de Primeiro Cargo dos Trabalhadores da São Paulo Light, por Raça.

	Brancos		Negros	
	Ocupação prévia	Primeiro cargo na companhia	Ocupação prévia	Primeiro cargo na companhia
Gerencial/profissional	1,7	1,0	0,6	0,0
Escriturário	6,8	5,4	0,9	0,8
Capataz	1,1	0,3	0,0	0,0
Profissões especializadas e semi-especializadas	26,8	20,6	23,3	17,8
Aprendiz/ajudante	8,2	14,1	12,5	9,8
Setor comercial/serviços	20,1	32,4	15,2	19,1
Trabalhador fabril	15,3	0,0	18,2	0,0
Trabalhador braçal	7,6	26,2	11,0	52,5
Agricultura	7,9	0,0	16,4	0,0
Outros	4,5	0,0	1,8	0,0
TOTAL	100,0	100,0	99,9	100,0
N	354	389	335	377
Sem informação	42	7	46	4

carreiras de negros e brancos

Dadas estas similaridades nas experiências anteriores dos grupos raciais, as disparidades em suas indicações para os cargos iniciais na São Paulo Light são incríveis. Mais da metade dos negros iniciantes, mas apenas um quarto de brancos, eram contratados para o grupo de trabalhadores braçais. Daqueles brancos que trabalhavam como trabalhadores fabris ou como trabalhadores braçais antes de ingressar na São Paulo Light, menos da metade (42,6 por cento dos trabalhadores fabris brancos e 46,2 por cento dos trabalhadores braçais brancos) tornaram-se trabalhadores braçais na companhia. Entre os trabalhadores negros com este passado, três quartos foram designados para o grupo dos trabalhadores braçais (72, 1 por cento dos trabalhadores fabris negros e 73 por cento dos trabalhadores braçais negros). Talvez o mais incrível é que os trabalhadores negros que ingressaram na São Paulo Light com uma experiência anterior em profissões especializadas, tanto nos níveis de mestre quanto de aprendiz, tivessem mais probabilidade de ser contratados para o grupo dos trabalhadores braçais do que para qualquer outra categoria de emprego (37,5 por cento dos trabalhadores negros especializados e semi-especializados foram designados para o grupo dos trabalhadores braçais, e 64,3 por cento para o grupo dos aprendizes e auxiliares).

Obviamente, uma proporção substancial dos trabalhadores brancos também foram contratados como trabalhadores braçais. Os brancos que haviam trabalhado na agricultura, em fábricas ou como trabalhadores braçais tinham mais probabilidade de ser designados ao grupo dos trabalhadores braçais do que a qualquer outra categoria de emprego. Mas uma proporção até mais substancial de brancos conseguia evitar o grupo dos trabalhadores braçais e em vez disso tornavam-se condutores, leitores de eletricidade, mensageiros ou motoristas - empregos no setor de serviço, que eram melhor remunerados e conferiam um status mais elevado que o trabalho não especializado. As empregos no setor de serviço são também a única área de emprego da São Paulo Light em que os pardos tinham clara preferência sobre os pretos e ocupavam uma posição genuinamente intermediária entre os brancos e os pretos. Dos trabalhadores brancos, 32,4 por cento eram contratados para empregos no setor de serviço, versus 23,8 por cen-

to de pardos e 11,3 por cento de pretos. Esta preferência é particularmente expressiva à luz do índice mais baixo de alfabetização dos empregados pardos em comparação com os pretos.³³

Assim, os trabalhadores negros ingressaram na São Paulo Light em uma posição de marcante desvantagem em relação a seus contrapartes brancos. Isso não parece ter ocorrido na Jafet, onde a relativa escassez de posições requerendo contato freqüente com o público ou um alto nível de habilidade técnica produzia uma estrutura vocacional mais “nivelada”, menos diferenciada. Os ex-empregados da firma concordavam que o cargo de tecelão (ocupado por quase um terço de todos os trabalhadores contratados na Jafet) era provavelmente o emprego mais atrativo da fábrica, por razões resumidas por um estudo das fábricas têxteis do sul dos Estados Unidos durante este período. “Em uma indústria que havia implacavelmente cortado a maior parte dos cargos de iniciativa e habilidade, os tecelões permaneciam mais independentes e melhor remunerados que a maior parte dos outros trabalhadores têxteis.” Além disso, “tecer era o único trabalho na fábrica em que homens e mulheres trabalhavam sob condições mais ou menos iguais”.³⁴ Dada a relativa importância de ser tecelão, surpreende um pouco descobrir que os trabalhadores negros desfrutavam de alguma medida de preferência aqui: 27,2 por cento dos trabalhadores brancos eram contratados como tecelões, versus 37,5 por cento dos trabalhadores negros.

E quanto às experiências dos trabalhadores quando eles entravam em suas respectivas firmas? Podemos começar com a

33. A relutância da companhia em colocar os empregados pretos em empregos no setor de serviço envolvendo contato regular com o público é sugerida pela demissão, em 1941, de Pedro Assumpção S., um motoneiro de bonde que trabalhava na companhia desde 1937. Uma noite ele se envolveu em uma alteração com três homens negros que, após descobrirem que tinham tomado o bonde errado por engano, “maltrataram o motoneiro, chamando-o de negro, agredindo-lhe armados de punhal e atirando-lhe soccos”. A investigação da companhia do tumulto resultante concluiu que o motoneiro não deveria ser de modo algum responsabilizado e havia se defendido de um ataque não provocado. Apesar disso, logo em seguida ele foi demitido por ser “incompatível com o serviço público”. Arquivo, Eletricidade de São Paulo, envelope 26, pacote 2081-V.

34. Jacquelyn Dowd et al., *Like a Family: The Making of a Southern Cotton Mill World* (Chapel Hill, 1987), pp. 205-206, 69.

questão da disciplina do trabalhador. Florestan Fernandes e outros declararam que o principal obstáculo ao ingresso do negro na força de trabalho durante as primeiras décadas do século havia sido a recusa - ou a incapacidade - dos afro-brasileiros, para aceitar a disciplina requerida dos trabalhadores nas empresas industriais modernas. Os registros destas duas companhias indicam que, mesmo no período de 1930 a 1960 os trabalhadores brancos experimentavam problemas similares, e em muitos aspectos tinham um desempenho no mesmo nível - ou apenas marginalmente melhor - que seus contrapartes negros.

Na São Paulo Light, as advertências escritas de mau desempenho no emprego ou outras violações eram dirigidas essencialmente nas mesmas proporções a trabalhadores negros e brancos: 2,9 por cento dos negros e 3,3 por cento dos brancos receberam essas advertências. Trabalhadores brancos e negros também receberam a sanção mais grave de suspensões sem pagamento em números similares: 10 por cento dos trabalhadores negros e 9,1 por cento dos brancos receberam essas suspensões. Entretanto, os trabalhadores brancos tinham muito mais probabilidade que os negros de sofrer suspensões múltiplas, o que resultou em que, quando se calcula o número de suspensões por pessoa versus anos trabalhados, o índice dos brancos (0,05 suspensões por ano) prova ser um pouco mais alto que o dos negros (0,04) - embora, mais uma vez, os números estejam muito próximos, indicando níveis muito semelhantes de desempenho no emprego.³⁵

Na Jafet, as advertências parecem ter sido mais verbais do que escritas, pois só foram encontradas seis em toda a amostra. No entanto, o índice total de suspensões foi comparável ao da São Paulo Light, mas o dos negros alcançou quase o dobro dos brancos: 6,1 por cento dos trabalhadores brancos sofreram suspensões, em comparação com 10,9 por cento dos negros. Esta disparidade foi causada pela probabilidade muito maior dos homens negros - e particularmente dos homens pretos - de terem recebi-

35. O recorde das suspensões foi estabelecido por um trabalhador branco, Manoel G., que entre 1947 e 1964 foi suspenso 36 vezes, em geral devido a ausências excessivas. Em ponto algum seus supervisores discutiram sua demissão (pelo menos por escrito), e ele finalmente se demitiu da firma. Arquivo, Eletricidade de São Paulo, envelope 11, pacote 120-746.

do suspensões. Enquanto proporções relativamente similares de todos os trabalhadores brancos e de mulheres trabalhadoras negras tenham recebido esta sanção disciplinar (5,6 por cento das mulheres brancas, 7,5 por cento dos homens brancos e 8 por cento das mulheres negras), a proporção dos homens negros penalizados desta forma, 17,1 por cento (11,9 por cento de pardos e 23,5 por cento de pretos), foi mais que o dobro daquela de homens brancos e mulheres negras. Em consequência disso, o índice de suspensões por pessoa por ano trabalhado foi três vezes mais alto para os trabalhadores negros do que para os brancos: 0,12 por ano para os negros e 0,04 para os brancos.

Na São Paulo Light, os trabalhadores brancos foram suspensos mais freqüentemente por negligência no trabalho e por violações do horário (chegar atrasado ao emprego, sair mais cedo, fazer um excesso de pausas). Entre os trabalhadores negros, a insubordinação e o "desrespeito pelas autoridades" lideravam a lista das transgressões, seguidos pela negligência. Na Jafet, os trabalhadores negros e brancos eram ambos freqüentemente suspensos por insubordinação e "desrespeito"; mas embora essas transgressões fossem a causa mais freqüente das suspensões dos brancos na Jafet, os trabalhadores negros eram suspensos em números ainda maiores por infrações do horário. Os trabalhadores negros eram penalizados por esses atos em um índice 4,5 vezes maior que aquele dos trabalhadores brancos; na verdade, as violações de horário eram responsáveis pela maior parte das suspensões dos trabalhadores negros na Jafet.

Os trabalhadores negros da São Paulo Light foram aparentemente mais bem sucedidos que os trabalhadores negros da Jafet no ajustamento às demandas do local de trabalho. Esta impressão é reforçada quando consideramos a questão da extensão de tempo em que os trabalhadores conseguiam suportar essas demandas e permanecer nas forças de trabalho das duas firmas. Em ambas as firmas, os trabalhadores negros e brancos tendiam a sair após um ano ou menos de emprego, por razões que serão em seguida discutidas. Os trabalhadores negros, porém, tendiam a sair após períodos de emprego mais curtos que os brancos. Na São Paulo Light, o período médio de tempo que um trabalhador branco permanecia na firma era de 12 meses, enquanto para os negros era 10 meses. Na Jafet também havia um diferencial de dois

meses, embora este fosse maior em relação à quantidade de tempo trabalhado: os trabalhadores brancos passavam um período médio de 8,3 meses na firma, enquanto os trabalhadores negros trabalhavam 6,3 meses. O diferencial também se aplica exclusivamente aos trabalhadores pardos, que se retiravam após um período médio de 5,3 meses. Os empregados pretos trabalhavam um período médio de 8,3 meses, a mesma extensão de tempo que os trabalhadores brancos.

Será que os trabalhadores negros deixavam seus empregos porque assim decidiam, ou porque eram obrigados a isso? Em outras palavras, saíam voluntariamente, desistindo do emprego, ou eram demitidos? E se eram demitidos, o eram “com justa causa”, em resposta a deficiências demonstradas em seu desempenho no trabalho? Ou eram demitidos “sem justa causa”, como parte dos esforços dos patrões para reduzir a força de trabalho durante períodos de contração econômica, ou para reestruturá-la buscando maior eficiência?

É preciso algum cuidado ao responder estas perguntas. Como qualquer um que já ocupou um cargo remunerado sabe muito bem, às vezes há uma sutil diferença entre deixar um emprego e ser despedido. E no caso dos trabalhadores que estamos examinando, essa distinção era ainda mais confusa em consequência do código nacional do trabalho (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943, que estipulava uma série de direitos e garantias para os trabalhadores que permanecessem em suas firmas por um ano ou mais. Os trabalhadores que deixassem seus empregos ou fossem despedidos durante o primeiro ano de emprego não tinham direito a indenização de qualquer espécie. Uma vez que os trabalhadores haviam completado o período experimental de um ano, tinham direito a uma indenização equivalente ao salário de um mês para cada ano trabalhado na firma, independente do fato de terem deixado o emprego ou de terem sido demitidos. Os trabalhadores demitidos sem justa causa também tinham direito a um mês de aviso prévio; se esta notificação não fosse feita, tinham direito ao salário de um mês. Os trabalhadores que eram demitidos com justa causa, ou que desistiam do emprego, perdiam o direito ao aviso prévio, mas ainda tinham direito à indenização.³⁶

36. Senado Federal, *Consolidação das leis do trabalho* (Brasília, 1974), pp. 196-203.

Essas leis motivavam os patrões a manter em mente dois princípios. Primeiro, os patrões tinham um interesse óbvio em afastar os empregados antes de terminar o ano de experiência. Isto emerge claramente nos dados sobre as demissões, que tendiam a ocorrer em ambas as firmas, e em ambos os grupos raciais, dentro do primeiro ano de emprego.³⁷ Segundo, quando os trabalhadores completavam o ano de experiência e adquiriam os direitos garantidos aos trabalhadores “estáveis”, os custos de sua demissão sem justa causa, por propósitos de redução da força de trabalho, aumentavam significativamente. Por isso, os patrões preferiam evitar essas demissões e, em vez disso, disfarçá-las como saídas voluntárias.

O material contido nos arquivos de pessoal da Jafet sugere uma maneira em que isso era feito. Os trabalhadores das firmas brasileiras deixavam o emprego mediante um formulário de “pedido de demissão”, em que preenchia o seu nome e a razão do afastamento. Muitos arquivos da Jafet continham formulários em branco deste tipo, que já haviam sido assinados pelos empregados. Ex-trabalhadores da firma informaram-me que os empregados eram freqüentemente solicitados a assinar esses formulários quando eram contratados, e a companhia poderia usá-los mais tarde para demitir os trabalhadores sem incorrer nos custos e nas possíveis complicações legais da demissão.

Nenhuma dessas táticas eram usadas na São Paulo Light, mas uma leitura cuidadosa dos arquivos indica que nem todo afastamento ou demissão da companhia era completamente voluntário. Por exemplo, uma avaliação de 1943 de um eletricista pardo - Onofre C. - descrevia-o como um “péssimo elemento ... envolvido constantemente em questões e brigas com outros empregados”. Onofre, que naquela época já trabalhava para a companhia há oito anos, deixou o seu cargo no dia seguinte à realização desta avaliação, citando como sua razão “as constantes admoestações que lhe eram feitas pelos seus serviços”. Em um caso de 1952, quatro empregados negociaram um acordo com a companhia pelo qual eles “concordaram em pedir demissão mediante o pagamento de uma bonificação correspondente ao que teriam

37. Daqueles trabalhadores demitidos na Jafet, 51,4 por cento dos brancos e 51,2 por cento dos negros foram dispensados antes de completar seu primeiro ano; na São Paulo Light, as percentagens comparáveis foram 56,3 para os brancos e 61,3 para os negros.

direito si fossem dispensados". E em 1969, a companhia convenceu Luiz M., empregado há muito tempo na companhia, a se demitir, apesar do seu desejo explícito de continuar trabalhando. Como no caso de 1952, ele foi convencido a fazê-lo em troca do pagamento de uma bonificação de demissão.³⁸

Em cada um destes casos, os trabalhadores se demitiam ou se afastavam, mas não o faziam por iniciativa própria. Ao contrário, eles deixavam suas posições por pressões de seus patrões, quer coercivas, como no caso de Onofre C., quer persuasivas, como nos outros cinco casos. Tendo concluído que não mais desejava manter estes indivíduos na folha de pagamento, a São Paulo Light tomou medidas para transferi-los que detinham as demissões, mas tornavam seu afastamento da firma não inteiramente voluntário.

Por isso, ao avaliar o desempenho dos trabalhadores seria importante distinguir entre aqueles afastamentos que eram o resultado da iniciativa do trabalhador e aquelas que ocorriam em resposta aos esforços realizados pela firma para afastar os trabalhadores da folha de pagamento. Essa distinção é em geral impossível de ser realizada tendo-se como base os documentos da São Paulo Light. No caso dessa firma, deveríamos simplesmente manter em mente que o número de demissões registradas representam o limite externo do número de trabalhadores que deixam a firma por sua livre vontade, e que a proporção de trabalhadores que realmente o faziam era provavelmente um pouco menor.

No caso da Jafet, é possível chegar a uma estimativa mais próxima da proporção dos afastamentos "voluntários" ou "involuntários". As demissões com justa causa não requeriam aviso prévio, e podiam ser feitas imediatamente. As demissões sem justa causa requeriam um mês de aviso prévio, durante o qual os trabalhadores podiam procurar um emprego alternativo. Vários trabalhadores da Jafet, após receberem esse aviso antecipado, optavam por se demitir em vez de esperarem ser demitidos; em troca, a empresa concordava em pagar-lhes imediatamente uma parte estipulada, em geral entre metade ou três quartos dos benefícios a que tinham direito como compensação se fossem demitidos. A razão dos trabalhadores aceitarem essa barganha é que os pagamentos a eles garantidos por lei eram freqüentemente atrasados durante vários meses ou mais devido às formalidades burocráticas, a contestação da companhia à reivindicação do trabalhador,

38. Arquivo, Eletricidade de São Paulo: envelope 6, pacote 2073-V; envelope 25, pacote 120-056; envelope 3, pacote 120-1276.

Tabela 4.8. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da São Paulo Light, por Razão da Demissão.

Branços %	Negros		Nº	
	Nº	%		
Redução da força de trabalho	20	16,8	35	27,6
Irregularidades na coleta das passagens	32	26,9	27	21,3
Não ir ao trabalho (abandono)	28	23,5	29	22,8
Desempenho em geral insatisfatório	25	21,0	16	12,6
Insubordinação	9	7,6	13	10,2
Outras faltas	5	4,2	7	5,5
Total	119	100,0	127	100,0
Sem informação	2		11	

Na Jafet, a distribuição racial das saídas da firma era o inverso, com os pardos recebendo clara preferência e os pretos sendo mais adversamente afetados. Para tornar os dados sobre as demissões forçadas na Jafet comparáveis aos dados da São Paulo Light, a Tabela 4.9 inclui casos de demissões involuntárias, considerando-as equivalentes à demissão por propósitos de redução da força de trabalho. Isso mostra que, como resultado dos esforços da firma no final da década de 1950 para reduzir os custos de mão-

um depósito separado, à parte dos registros com os quais tinha estado trabalhando. Quando eu descobri isso, estava nas vésperas de deixar São Paulo e não pude começar a codificar este material adicional. Como indica a Tabela 4.7, os aposentados da São Paulo Light representavam menos de um décimo da força de trabalho, e a minha impressão, a partir de uma pesquisa rápida dos arquivos dos aposentados na Jafet, é que uma proporção similar é obtida na firma têxtil. Evidentemente, a inclusão desses trabalhadores teria provocado um impacto na composição da amostragem, particularmente no aumento do grupo contratado durante a década de 1930. Entretanto, a julgar pelos dados da São Paulo Light, duvido que isso teria alterado significativamente as semelhanças e disparidades entre os grupos raciais (por exemplo, diferenças no local de nascimento, tempo na empresa, alfabetização etc.) documentados na amostra dos trabalhadores que não chegaram a se aposentar.

de-obra, as demissões por esses propósitos constituíam uma proporção mais elevada de pedidos de demissão forçados na Jafet do que na São Paulo Light.⁴³ As proporções de trabalhadores negros e brancos que saíram desta maneira foram essencialmente as mesmas, mas houve uma considerável variação dentro do grupo racial negro. Destes trabalhadores demitidos por justa causa ou forçados a se demitir involuntariamente, 37,8 por cento dos pardos, 45,8 por cento dos brancos e 57,1 por cento dos pretos caíam na última categoria. A maior parte dos pardos e dos brancos que deixaram a Jafet involuntariamente o fizeram como resultado das demissões por justa causa; a maior parte dos pretos que deixaram a Jafet involuntariamente não o fizeram devido a falhas relacionadas ao trabalho, mas por propósitos de redução da força de trabalho.

Tabela 4.9. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da Jafet, por Razão de Demissão por Parte da Empresa ou Pedido de Demissão Involuntária por parte do Trabalhador.

	Brancos		Negros	
	Nº	%	Nº	%
Redução da força de trabalho (pedido de demissão involuntário)	27	45,8	38	49,4
Não ir ao trabalho (abandono)	10	16,9	16	20,8
Desempenho em geral insatisfatório	9	15,3	18	23,4
Doença ou incapacidade	6	10,2	1	1,3
Furto	4	6,8	0	0,0
Brigas	0	0,0	4	5,2
Ativismo	3	5,1	0	0,0
Total	59	100,1	77	100,1
Sem informação	3		2	

43. Em 1957, a companhia levou para a fábrica uma equipe de consultores italianos para dar aconselhamento sobre a melhor maneira de aumentar a produtividade e ao mesmo tempo reduzir os custos de mão-de-obra. A

A Tabela 4.10 resume nossos achados sobre a demissão forçada de trabalhadores negros e brancos das duas firmas. Em ambas as firmas, os negros tinham mais probabilidade que os brancos de serem demitidos contra a sua vontade. A disparidade é mais marcante na Jafet, e está explicada pela equivalência das demissões com e sem justa causa, e em ambos os casos os negros eram mais vulneráveis que os brancos. Na São Paulo Light, ao contrário, os negros e os brancos eram demitidos com justa causa na mesma proporção. A diferença entre os índices de demissão dos negros e dos brancos é portanto explicada pela maior vulnerabilidade dos trabalhadores negros de serem demitidos sem justa causa. Quando recebiam ordem de cortar sua força de trabalho e demitir os trabalhadores cujos desempenhos eram supostamente satisfatórios (de outro modo já teriam sido demitidos), os supervisores da São Paulo Light aparentemente escolhiam demitir os trabalhadores negros - e dentro do grupo negro, principalmente os pardos - antes de demitir os brancos.

E quanto àqueles trabalhadores que, pelo menos segundo seus arquivos, demitiram-se voluntariamente? Já vimos que eles constituíam a maior categoria de empregados em ambas as firmas, e a esmagadora maioria na Jafet. Também chegavam à decisão de ir embora após períodos de tempo relativamente curtos na firma. Os trabalhadores negros tendiam a sair mais cedo que os brancos, demitindo-se após períodos médios de 4,2 meses na São Paulo Light e 4,4 meses (os pardos após 3,1 meses e os pretos após 5,8 meses) na Jafet. Os trabalhadores brancos suportavam mais tempo - por um período médio de 6,9 meses na São Paulo Light e 5,8 meses na Jafet.

equipe instituiu um programa de taylorização que possibilitou a redução da força de trabalho em um terço, continuando-se a manter os níveis de produção anteriores a 1957. Como resultado, daqueles trabalhadores que se demitiram involuntariamente da Jafet, 60 por cento o fizeram em 1957 e outros 25 por cento em 1958 e 1959. Entretanto, estas reduções não restauraram a lucratividade da firma, e em 1961 ela fechou suas portas, e a fábrica foi transformada em um armazém. Sobre as pressões competitivas que as fábricas têxteis mais velhas da América Latina enfrentaram durante as décadas de 1950 e 1960, e sobre seus esforços para enfrentar essas pressões importando as técnicas de gerenciamento e produção inspiradas em Taylor, ver Winn, *Weavers of Revolution*, pp. 22-24, 44-46.

Tabela 4.10. Distribuição Percentual dos Trabalhadores Obrigados a Pedir Demissão, por Local de Trabalho e Raça.

	Branços	Negros
São Paulo Light		
Percentagem demitida	234	123
Com justa causa	124	324
Sem justa causa	1234	324
Causa desconhecida	124	2341
Jafet		
Percentagem demitida pela firma ou que se demitiu involuntariamente	123	123
Demitida	123	123
Pediu demissão involuntariamente	123	123

Por que os trabalhadores decidiam sair? É impossível saber ao certo, pelo menos tendo-se como base as informações fornecidas nesses arquivos. Os funcionários da São Paulo Light eram metuculosos no registro de suas razões para demitir os trabalhadores, mas parecem ter sido relativamente indiferentes ao motivo dos trabalhadores para se demitirem. Quase metade daqueles trabalhadores que se demitiram não fizeram nenhuma declaração sobre o motivo que os levou a isso; e quanto àqueles que forneceram algum motivo, a metade simplesmente declarou que eram "livres" para fazê-lo - embora neste caso provavelmente tenhamos nos deparado com os esforços da companhia para estabelecer provas documentais de que os trabalhadores haviam se demitido voluntariamente, e não sob pressão. O quarto remanescente é uma amostra pequena demais para permitir o surgimento de padrões significativos. A razão mais freqüentemente citada é a mudança, em geral de volta para as casas que estes homens deixaram para vir para São Paulo; um punhado deles queixavam-se da baixa remuneração e das más condições de trabalho; outro punhado expressava sua intenção de mudar para outra companhia ou para outra linha de trabalho. Mas diante do silêncio da esmagadora maioria desses homens, é pouco o que podemos falar com certeza sobre a razão de terem optado por deixar a companhia.

Os trabalhadores da Jafet eram mais comunicativos que aqueles da São Paulo Light. Dois-terços indicaram uma razão mais específica do que “livre e espontânea vontade” ou “interesse pessoal” (ver Tabela 4.11). Os negros e os brancos davam razões muito semelhantes para deixar a firma: na São Paulo Light, a mudança era a razão mais freqüentemente citada para o pedido de demissão, seguida por insatisfação do trabalhador com o salário e com as condições de trabalho. Certamente havia boas razões para se demitir de um cargo na Jafet. Construída na virada do século, a fábrica nunca foi modernizada, de forma que as condições de trabalho permaneciam, no melhor dos casos, primitivas. Os trabalhadores que trabalharam naquelas fábricas fora-de-moda recordavam como

o barulho ensurdecedor durante as 13 horas da jornada de trabalho dificultava a concentração dos trabalhadores ... Os ventiladores usados nas fábricas têxteis dispersavam um pó espesso e tufo de algodão que tornavam difícil respirar e enxergar ... Nas salas subventiladas de preparo da fição, os produtos químicos emitiam odores nocivos, e 30 a 40 trabalhadores podiam trabalhar ali 11 ou mais horas por dia. Tinha de se dar atenção ao tecido, à fição, à velocidade das máquinas de costura; os trabalhadores tinham de tomar cuidado para não deixar os carretéis cair no chão. No fim do dia, seu suor misturava-se com o mau cheiro dos lubrificantes e dos ácidos, e nunca havia ventiladores suficientes.⁴⁴

44. Maria Célia Paoli, “Working-Class São Paulo and Its Representations”, *Latin American Perspectives* 14, 2 (1987), p. 209. Uma descrição de 1959 das condições de trabalho na Jafet corrobora este testemunho. “No local havia grande quantidade de pó de algodão, o piso era de cimento, muito úmido; o meio ambiente era muito quente e abafado ...; havia, no local de trabalho, um aparelho de condicionamento de temperatura que, quando em funcionamento, produzia uma neblina artificial, que molhava a cabeça e as vestes [das operárias] o que sucedia durante toda a [sua] jornada diária. Por ocasião das chuvas, o local ficava completamente alagado e as operárias eram obrigadas a retirar as água pluviais ...” Raul de Carvalho para o Juiz de Direito da 2ª Vara de Accidentes de Trabalho (23 de março de 1959), Jafet, prontuário 19857. As condições de trabalho nas fábricas têxteis da produção do moinho Jafet estão muito bem descritas em Hall, *Like a Family*, pp. 44-113.

Tabela 4.11. Distribuições Numéricas e Percentuais dos Trabalhadores da Jafet, por Razão do Pedido de Demissão.

	Branços		Negros	
	Nº	%	Nº	%
“Livre e espontânea vontade”	35	25,9	26	23,0
Mudança	35	25,9	29	25,7
Desagrado com as condições de trabalho e/ou com o salário	28	20,7	29	25,7
Ficar em casa	10	7,4	12	10,6
Planos para trabalhar em outro lugar	17	12,6	9	8,0
Problemas de Saúde	10	7,4	8	7,1
Total	135	99,9	113	100,1
Sem informação	76		52	

Nota: A soma de “sem informação” e o total excede o número de pedidos de demissão (Tabela 4,9) porque alguns trabalhadores deram razões múltiplas para pedir demissão.

Mas as condições físicas difíceis eram apenas parte do problema. O processo de manufatura dos têxteis envolve vários passos e operações separados, e cada um deles precisa ser cuidadosamente coordenado com os outros para garantir o fluxo contínuo da produção. Isto resultava em um local de trabalho altamente controlado, em que os supervisores estavam constantemente pressionando os trabalhadores para manterem o ritmo da produção e nunca distraírem a concentração do seu trabalho. “Encontrar e amarrar os fios rompidos pelos fusos requeria absoluta atenção e um olho treinado; observar os urdidores e alisar com a mão os defeitos dos tecidos requerem uma atenção infinita e cuidadosa.” Os trabalhadores eram mantidos sob incessante pressão para manter aquele nível de atenção, e podiam ser penalizados ou punidos por coisas como falar com os colegas do lado, que os superviso-

res denunciavam como sendo “tagarelice”. “A fábrica era como uma prisão”, recorda um ex-empregado da Jafet.⁴⁵

Muitos trabalhadores achavam um tal nível de controle intolerável e se recusavam a aceitar a situação de uma pequena engrenagem em uma poderosa máquina. A maior parte resumia este sentimento em seus pedidos de demissão com a fórmula não consigo me acostumar com o serviço, embora alguns, como a parda Etelvina M. de J., que deixou seu trabalho após um aprendizado de cinco dias em 1953, fossem mais específicos. Ela estava saindo, informava à companhia, “por incompatibilizar-se com as colegas do serviço” e por “não estar acostumada a receber ordens”.⁴⁶

Devido à natureza mais descentralizada do trabalho na São Paulo Light, a supervisão parece ter sido menos invasiva e mais abrangente, pelo menos a julgar pela menor incidência de suspensões. Entretanto, trabalhar para a São Paulo Light tinha seu lado desagradável e até perigoso, particularmente para os trabalhadores da construção contratados para construir as represas, as linhas de bonde e as redes elétricas da companhia. Um memorando de 1929 sobre a construção de uma linha de energia elétrica nos arredores da Mooca relatava “a escavação de buracos para as bases da torre ... Os homens que cavavam esses buracos as vezes ficavam enterrados até o quadril na água e às vezes saíam dos buracos cobertos de lodo e barro da cabeça aos pés, como vi ontem. Para apressar este trabalho enquanto o tempo estava bom, trouxemos de São Bernardo 15 homens de outro grupo, três dos quais recusaram-se a trabalhar nos buracos sob as condições vigentes de pagamento e acabaram desistindo”, ou seja, pedindo sua demissão.⁴⁷

Trabalhar como condutor de bonde - a segunda maior categoria de emprego na firma após os trabalhadores não especializados - também tinha seus reveses, o primeiro entre eles sendo o elevado índice de acidentes. Os condutores que trabalhavam fora do bonde (para coletar a passagem dos passageiros pendurados nas laterais dos bondes, ou para evitar aglomerações dentro do bonde) colidiam com os postes de sinal, com os outros bondes e

45. Paoli, “Workong-Class São Paulo”, p. 210.

46. Jafet, prontuário 30869.

47. R.H. Bowles para Edgard de Souza (5 de março de 1929), Arquivo, Eletricidade de São Paulo, pasta 29.004.

com outras obstruções na linha. Os condutores também se envolviam em brigas com os fregueses que achavam estar sendo maltratados ou cobrados em excesso ou se machucavam com descarrilamentos ou solavancos do caminho. José Basílio P., um condutor que se ligou à firma em 1941, teve oito acidentes nos quatro anos que se seguiram, e pediu demissão em 1945, após machucar seu braço direito, costas e abdômen no descarrilamento de um bonde. Em seguida a estes acidentes, a companhia conduziu sua investigação costumeira, e em cada caso descobriu que José Basílio estava seguindo os procedimentos de segurança prescritos pela companhia na época dos desastres. Isto também aconteceu em virtualmente todos os outros acidentes envolvendo um condutor que encontrei nesta amostra - o que indica claramente a natureza perigosa desta linha particular de trabalho.⁴⁸

Além das condições de trabalho pouco atrativas e até mesmo perigosas, além da má remuneração, havia outra boa razão para os trabalhadores deixarem estes empregos: o fato de que eles tendiam a conduzir a lugar nenhum. Este é particularmente o caso da Jafet, onde apenas 2,3 por cento dos trabalhadores registrados relataram na amostra qualquer tipo de promoção ou mudança com relação às responsabilidades do trabalho.⁴⁹ Os trabalhadores experimentaram promoções mais frequentes na São Paulo Light, mas mesmo assim, mais de três quartos dos trabalhadores contratados pela firma (77 por cento dos brancos e 80,8 por cento dos

48. Arquivo, Eletricidade de São Paulo, envelope 12, pacote 2131.

49. Esta proporção é tão baixa que é preciso questionar a confiabilidade dos documentos nesta pontuação. Supõe-se que as promoções ou mudanças no trabalho deveriam constar da ficha do trabalhador, um registro resumido do serviço, que também incluía informações sobre as mudanças salariais. Entretanto, os anotadores dos registros da Jafet parecem ter sido afetados ao registrar cada uma delas, pois apenas 5,5 por cento dos trabalhadores da Jafet teve alguma elevação registrada em seus arquivos - um dado que parece improvavelmente baixo, sobretudo quando se considera que os anos cobertos pela amostra foram um período de inflação intensa, durante o qual os trabalhadores da São Paulo Light, por exemplo, receberam aumentos anuais regulares. Além de destruir a confiança nos registros, há a questão de que a maior parte das promoções e dos aumentos de salário que encontrei e codifiquei foram registrados, não nas fichas, mas em pequenos pedaços de papel enfiados ao acaso nos arquivos. Suspeita-se, então, que havia mais movimento, tanto nos salários quanto nas designações dos cargos na Jafet do que está mostrado nos arquivos.

negros) deixaram a companhia ocupando os mesmos empregos para os quais haviam sido indicados na ocasião em que lá ingressaram. No caso dos trabalhadores negros, isto significava que a maior parte deles eram contratados como trabalhadores braçais e deixavam a firma como trabalhadores braçais. No caso dos trabalhadores brancos, a maior categoria de empregados (32,4 por cento) era contratada para empregos no setor de serviço e deixavam a firma (32,4 por cento) nessa posição. No caso dos trabalhadores brancos, a maior categoria de empregados (32,4 por cento) foi contratada para empregos no setor de serviço e deixaram a firma naqueles cargos; o outro quarto foi contratado como trabalhadores braçais e, mais uma vez, deixaram a firma naquela posição.

De toda forma, mais de um quinto dos trabalhadores da São Paulo Light experimentaram alguma medida de mobilidade ascendente durante seu tempo de trabalho na empresa, e não devemos ignorar levemente esses avanços - sobretudo quando descobrimos que os trabalhadores negros conseguiam ser promovidos mais ou menos na mesma proporção que os brancos. A maior parte destes afro-brasileiros em movimento ascendente não tinham no começo uma posição destacada na firma; entre os trabalhadores negros que conseguiram promoção, mais da metade (58,5 por cento) iniciaram seu serviço na companhia como trabalhadores braçais. Muitos desses homens, no entanto, trabalharam em cargos de nível mais elevado antes de ingressar na São Paulo Light, e, no decorrer de seus anos de emprego na companhia, conseguiram voltar a sua linha de trabalho original. Desses trabalhadores braçais negros que foram capazes de se agüentar até sua primeira promoção, a metade teve sucesso em progredir finalmente até o nível de trabalhador especializado dentro da firma ou - o que é ainda mais expressivo - de capataz.⁵⁰ Além disso, essas pro-

50. Vale a pena observar mais de perto esses capatazes negros. Os quinze indivíduos envolvidos quase chegaram a constituir um grupo geracional; a maioria deles juntaram-se à São Paulo Light entre 1925 e 1930, com todos (exceto um) unindo-se à firma na década de 1930. Como eles foram contratados antes da criação do sistema de anotação de registros da Previdência Social, a maioria não tinha a raça anotada em seus formulários pessoais, mas eles eram identificados através do uso de fotografias (e por isso não podiam ser categorizados como pardos ou pretos). A maior parte eram nativos de São Paulo. Serviam durante um período médio de nove anos na companhia antes de serem promovidos ao status de capataz. E a maioria continuou a trabalhar até sua aposentadoria, na década de 1960.

moções não foram rápidas: o tempo médio que um trabalhador negro passava na São Paulo Light antes de receber uma promoção era 40,5 meses, quase 3,5 anos. Como este tempo era bem superior àquele que a maioria dos trabalhadores, fossem negros ou brancos, ficava na firma, a maior parte da mão-de-obra negra - como na verdade a maior parte dos trabalhadores, negros ou brancos - deixava a firma na mesma posição em que havia entrado.

Para os trabalhadores brancos, as promoções ocorriam em média um ano, já que experimentavam um movimento ascendente após um período médio de 28,5 meses. Além de chegarem mais cedo, também tendiam a conduzir os trabalhadores brancos a posições mais elevadas que os negros. O máximo que um trabalhador negro podia realisticamente esperar era ascender até o nível de capataz. Somente dois trabalhadores negros desta amostragem conseguiram promoção para cargos de escritório, e a nenhum foi jamais oferecida uma posição de chefia ou gerência. Entretanto, essas posições eram disponíveis aos trabalhadores brancos. Não em grandes números, é claro; dos 363 trabalhadores brancos contratados para preencher posições braçais, somente 11 conseguiram chegar a gerentes, e 9 a cargos de escritório. A maior parte dos cargos de colarinho branco eram preenchidos por empregados contratados desde o início para aqueles níveis. Mas esses 20 indivíduos indicam um nível de progresso dos cargos braçais para aqueles de colarinho branco dez vezes mais elevado para os trabalhadores brancos do que para os negros.

conclusões

Tendo contado fundamentalmente com a mão-de-obra imigrante durante suas primeiras décadas de existência, na década de

Os trabalhadores negros nem sempre consideravam os capatazes e supervisores negros como pessoas a serem imitadas. Um dirigente sindical negro de uma das fábricas de automóvel em São Bernardo, um subúrbio industrial da Cidade de São Paulo, diz que os capatazes negros, "na maioria eles são piores que os brancos, porque para se manter no cargo eles têm que mostrar o dobro de serviço que um branco mostraria e por isso explora muito mais o companheiro". "Organização incipiente na região", *Caderno C, Diário do Grande ABC* (24 de novembro de 1985).

1920, tanto a São Paulo Light quanto a Jafet abriram suas portas para os afro-brasileiros. Quaisquer vantagens visíveis que os imigrantes possam ter tido na competição por empregos da virada do século desapareceu no final da década de 1920, quando o governo do Estado e as empresas privadas abandonaram sua preferência pelos trabalhadores imigrantes e se voltaram para os brasileiros natos para preencher as vagas de emprego de São Paulo.

As duas firmas que examinamos preferiam contratar trabalhadores pardos em lugar de pretos, e a São Paulo Light também mostrou preferência em indicações de emprego para trabalhadores pardos. Entretanto, com exceção do alto índice de suspensões para os homens pretos na companhia Jafet, o desempenho dos pardos no trabalho não era superior de nenhum modo mensurável àquele dos pretos. Na verdade, em pelo menos um indicador importante, aquele da persistência e da disposição para se manter em um emprego por um determinado período de tempo antes de desistir dele e abandoná-lo, os trabalhadores pretos da Jafet tinham um desempenho significativamente melhor que os pardos, e no mesmo nível que os brancos.

Assim como o desempenho dos pardos era essencialmente igual ao dos pretos, também o desempenho dos negros era essencialmente igual àqueles dos brancos. Mais uma vez com exceção do alto índice de suspensão para os homens negros na Jafet, os trabalhadores negros eram disciplinados e demitidos por desempenho inadequado no emprego na mesma proporção que os trabalhadores brancos. Apesar disso, quando obrigadas por revezes ou contração econômica a demitir trabalhadores que estivessem realizando seus ofícios satisfatoriamente, ambas as firmas tendiam a demitir os trabalhadores negros (primeiramente os pardos na São Paulo Light, e os pretos na Jafet) antes dos brancos. Isto sem dúvida teve um efeito alienante e desencorajante entre os trabalhadores negros dispensados e pode em parte explicar a tendência dos trabalhadores negros da São Paulo Light e dos pardos da Jafet a abandonar seus empregos após períodos de serviço mais curtos que os brancos. Mas embora deixassem seus empregos mais cedo, os trabalhadores negros também deixavam seus empregos em números menores que os brancos. E em uma companhia como a São Paulo Light, que oferecia oportunidades de progresso para cargos mais especializados e melhor remunerados,

aqueles trabalhadores afro-brasileiros que conseguiam permanecer na firma terminavam experimentando uma mobilidade ascendente em níveis comparáveis àqueles dos trabalhadores brancos.

Entretanto, essa mobilidade ascendente tinha uma limitação cruel: a barreira entre os cargos de trabalho braçal e de colarinho branco, uma barreira aplicada vigorosamente aos trabalhadores brancos, mas aplicada de maneira irrestrita - e virtualmente sem exceção - aos negros. Esta barreira não existia apenas na São Paulo Light, mas na sociedade paulista como um todo, como veremos quando voltarmos nossa atenção da classe trabalhadora negra para os lutadores negros em ascensão.

parte 2

a classe média

1900-1940

O s dois capítulos seguintes concentram-se nos contextos sociais das visões do desenvolvimento econômico de São Paulo — aquelas que afetaram o papel político de pessoas como Brás Cubas, no campo, a transformação de São Paulo em capital livre e, nas cidades, a criação de um proletariado industrial. Mas ao mesmo tempo em que surgiram e fortaleceram-se com o novo trabalho nas fábricas — nas fábricas de São Paulo, muitas cidades também buscaram escapar do destino do trabalho braçal e lucrando para a classe média operária. O crescimento econômico proporcionou as condições que possibilitaram uma mobilidade ascendente. No caso urbano, a criação de antigas propriedades em regiões de produtividade decréscua e a chegada de novas indústrias de propriedades rurais de baixa produtividade por companhias de desenvolvimento criaram uma classe de pequenos e médios proprietários no C. em 1934, possuíam mais de 40 por cento das terras produtivas do Estado.¹ Nas cidades, o crescimento urbano gerou uma demanda por bens e serviços produzidos por uma classe em expansão composta por profissionais liberais e por milhares de famílias de pequenos e médios produtores operados por empresas locais. As indústrias criavam gerentes e funcionários de escritório; o mesmo se aplicava com os ar-

1. Thomas P. Holtz, *Integrating the São Paulo and Spicy Cities of São Paulo, 1800-1900* (Chapel Hill, 1985), p. 192. As propriedades de pequena e média porte são definidas como aquelas com menos de 50 alqueires (aproximadamente 200 acres). Ver também Bruce M. Wilson, *Coffee Planters, Workers and Peasants Class Conflict and Capital Accumulation in São Paulo, 1800-1900* (New York, 1985), pp. 30-32.

vivendo em uma democracia racial, 1900-1940

Os dois capítulos anteriores concentraram-se nas consequências sociais mais visíveis do desenvolvimento econômico de São Paulo e naquelas que afetaram o maior número de pessoas. Estas foram, no campo, a transformação da força de trabalho escrava em livre e, nas cidades, a criação de um proletariado industrial. Mas ao mesmo tempo em que europeus e brasileiros estavam indo trabalhar nas fazendas e nas fábricas de São Paulo, muitos estavam também lutando para escapar do mundo do trabalho braçal e ascender para a classe média nascente. O crescimento econômico proporcionou as condições que possibilitaram essa mobilidade ascendente. No setor agrário, a divisão de antigas propriedades em regiões de produtividade declinante e a agressiva comercialização de propriedades menores na fronteira ocidental por companhias de desenvolvimento criaram uma classe de pequenos e médios proprietários que, em 1934, possuíam mais de 40 por cento dos cafezais produtores do Estado.¹ Nas cidades, o crescimento urbano gerou uma demanda por bens e serviços proporcionada por uma classe em expansão composta por profissionais liberais, e por milhares de negócios de pequeno e médio porte operados por empresários locais. As indústrias requeriam gerentes e funcionários de escritório; o mesmo acontecia com os se-

1. Thomas Holloway, *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934* (Chapel Hill, 1980), p. 160. As propriedades de pequeno e médio porte são definidas como aquelas com menos de 50 alqueires (aproximadamente 300 acres). Ver também Verena Stolcke, *Coffee Planters, Workers and Wives: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Plantations, 1885-1890* (New York, 1988), pp. 36-43.

tores financeiros e comerciais, e também com as burocracias federal, estadual e municipal.

O resultado destes desenvolvimentos foi a formação de uma classe média pequena, porém crescente, que na década de 1920 estava cada vez mais se afirmando na vida política da República.² Em São Paulo, como se poderia esperar, esta classe média tinha uma composição esmagadoramente branca. Durante o século XIX, os pardos e pretos livres compuseram uma proporção substancial, talvez a maioria, de artesãos e operários especializados, muitos deles proprietários de pequenos negócios. E alguns afro-brasileiros conseguiram ascender além daquele nível, para a burocracia governamental, empregos de colarinho branco e profissões liberais.³ Entretanto, tais oportunidades para os negros sempre foram mais restritas em São Paulo do que no Rio de Janeiro e no Nordeste, e com a chegada dos imigrantes elas se reduziram mais ainda. Tendo o acesso negado à educação pública elementar, e já marginalizada nos empregos de trabalho braçal, a população negra de São Paulo estava muito mal posicionada para lutar para ser admitida nesta nova classe de colarinho branco.

Os censos de 1900 e 1920 nada revelam dessa luta; no entanto, o censo de 1940 indica até que ponto os negros haviam chegado nos cinquenta anos desde a abolição da escravidão, e quanto eles tinham ainda para caminhar (Tabela 5.1). Os afro-brasileiros estavam situados bem atrás da população branca em todas as áreas, e particularmente nos setores urbanos das profissões liberais e na posse de empresas industriais e comerciais. Em todo o Estado, de uma população negra de 862.255, somente 623 afro-brasileiros possuíam negócios não agrícolas, empregando um ou mais trabalhadores. Nas profissões liberais, os afro-brasileiros eram responsáveis por apenas 3,2 por cento de todos os profissionais liberais, em um Estado em que os negros representavam

2. Décio Saes, *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)* (Petrópolis, 1975); Steven Topik, "Middle-Class Brazilian Nationalism, 1889-1930", *Social Science Quarterly* 59, 1 (1978), pp. 93-103.

3. Herbert S. Klein, "Nineteenth-Century Brazil", em David W. Cohen e Jack P. Greene, *Neither Slave nor Free: The Freedman of African Descent in the Slave Societies of the New World* (Baltimore, 1972), pp. 325-330; Gilberto Freyre, *The Mansions and the Shanties: The Making of Modern Brazil* (New York, 1963), pp. 368-423 passim; Manuel Raimundo Querino, *A raça africana e os seus costumes* (Salvador, 1955), pp. 153-172.

vivendo em uma democracia racial, 1900 - 1940

Tabela 5.1. Profissionais Liberais, Empresários e Funcionários Públicos no Estado de São Paulo, 1940.

	Brancos	Pardos	Pretos
Profissionais liberais	30.873	602	428
Proprietários de empresas	55.578	1.267	1.369
Agrícolas	30.795	1.036	977
Industriais/ transportes	11.006	78	99
Comerciais/ serviços	16.777	153	293
Funcionários públicos	64.541	2.638	3.573

Fonte: IBGE, Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estado de São Paulo (Rio de Janeiro, 1950), tabela 30, pp. 24-25.

12,2 por cento da população em idade produtiva (dez anos em diante). No campo, os fazendeiros negros pareciam à primeira vista ter conseguido mais êxito. Entretanto, quando se leva em conta que, em 1940, o setor agrícola tinha uma composição desproporcionalmente negra, a sub-representação dos proprietários agrícolas negros é comparável àquela dos profissionais liberais negros. Os pardos e os pretos compunham 15 por cento do total da força de trabalho agrícola em São Paulo, mas apenas 5,5 por cento dos proprietários de empresas agrícolas que empregavam mão-de-obra de fora da fazenda.

O censo sugere que a única área de emprego da classe média em que os afro-brasileiros começaram a se aproximar de alguma paridade em sua representação na população como um todo foi o setor público.⁴ Entretanto, a maior parte destes empregos do setor estatal estava bem distante do status de classe média. Eles incluíam aqueles empregos servis, como varredores de rua, trabalhadores da construção, porteiros e serviços de escritório mal re-

4. Em 1940, os afro-brasileiros compunham 12,2 por cento da população em idade produtiva em São Paulo, e 8,8 por cento dos funcionários públicos.

munerados, como mensageiros e serventes. Como na São Paulo Light (Capítulo 4), ela própria uma empresa semi-oficial intimamente ligada ao Estado, a promoção de negros para posições gerenciais ou executivas era rara, resultando que “neste bemdicto Estado de São Paulo, pode-se contar na ponta dos dedos os funcionários negros, [e] quando digo funcionário refiro-me aos empregados de responsabilidade”, como comentou em 1923 o jornal negro *Getulino*.⁵ E as mesmas barreiras raciais que prevaleciam no setor privado podiam também ser vistas no setor público, como está sugerido por um caso de 1915, em que o jornal *O Combate* denunciou que um candidato altamente qualificado para um cargo de professor na escola pública de Itapetininga teve o emprego negado por causa de sua raça. O fato de ele “não ser paulista e ter a pele um pouco mais escura que a dos dirigentes de nossa política, foram os verdadeiros motivos” subjacentes a sua rejeição, e à decisão do conselho da escola de contratar um candidato branco.⁶

Apesar disso, quando comparado com as oportunidades de emprego extremamente limitadas disponíveis para os homens negros no setor privado de São Paulo, o setor público constituía a rota mais propícia para os afro-brasileiros ambiciosos que procuravam escapar do estigma do trabalho braçal e ascender para cargos de colarinho branco. Na época do Império e da República, o patronato político e a provisão de empregos do governo para clientes mercedores eram algumas das preocupações fundamentais dos políticos brasileiros.⁷ Os dados do censo sugerem que os

5. “Meus rascunhos”, *Getulino* (23 de dezembro de 1923), p. 2.

6. “O concurso de Itapetininga: Bairrismo e preconceitos de cor”, *O Combate* (24 de maio de 1915), p. 4. Aparentemente atormentado pela acusação de racismo, o superintendente da escola respondeu que, embora o candidato negro Henrique de Araújo tivesse um grau mais avançado que seu concorrente negro, “quando se procura aferir as capacidades intelectuais, não se cogita e nem se pode cogitar de títulos; [acadêmicos] ... Os títulos e os diplomas só podem impressionar os que, para apreciar e julgar, resvalam pela superfície das coisas.” “O concurso de Itapetininga”, *O Combate* (25 de maio de 1915), p. 3.

7. “O patronato compunha a rede de conexão da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todos os atos políticos ... Através de suas ações, os brasileiros indicaram que, para eles, um Estado impessoal continuava sendo uma idéia impraticável, que a provisão de emprego e a distribuição da autoridade constituíam a verdadeira e permanen-

afro-brasileiros recebiam menos que sua quota desses empregos; entretanto, eles não estavam inteiramente excluídos da divisão dos espólios, e as colunas sociais dos jornais negros deixavam clara a importância do emprego federal, estadual e municipal na provisão da base econômica para uma pretensa elite negra. Quando as ocupações desses indivíduos são mencionadas, freqüentemente indicavam serem eles professores nas escolas públicas ou escriturários e funcionários de nível inferior do serviço postal, da coleta de impostos estadual, do governo municipal ou de agências semi-oficiais como a companhia telefônica.⁸ Como recordou anos mais tarde um colaborador desses jornais, para se qualificar alguém como membro da classe média negra “não precisava ser doutor. Bastava ser funcionário público ou ter aquele outro emprego de caráter fixo”.⁹

Os jornais negros revelam não somente a base econômica da elite negra de São Paulo, mas também os interesses e preocu-

te função do Estado.” Richard Graham, *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil* (Stanford, 1990), pp. 1, 272. Ver também Emília Viotti da Costa, *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago, 1985), pp. 189-90, 196-97. Sobre a continuação do patronato no século XX, ver Lawrence Graham, *Civil Service Reform in Brazil* (Austin, 1970); James M. Malloy, *The Politics of Social Security in Brazil* (Pittsburgh, 1979), pp. 77-79, 98-100.

8. Ver, por exemplo, as colunas sociais de *Getulino* para 1923, ou o *Progresso* para 1928; ver também “Nomeações”, *A Liberdade* (7 de março de 1920), que apresenta as nomeações de afro-brasileiros para cargos nos governos municipal e estadual em todo o Estado, incluindo oito escriturários e dez inspetores de escola.

9. “Os jornais dos netos de escravos”, *Jornal da Tarde* (12 de junho de 1975), p. 17. O emprego estadual era particularmente importante para os editores dos jornais negros, que não conseguiam se sustentar apenas com seu trabalho jornalístico, e cujo preparo intelectual tornava-os adequados para o trabalho de escriturário e secretário nos escritórios burocráticos. Um poema humorístico sobre uma visita aos escritórios de *A Liberdade* em 1919 fala sobre as fontes de renda de seus editores: “Nho Baptista na Cademia/ na prefeitura nho Gastão”. “Chegando”, *A Liberdade* (23 de novembro de 1919). “Baptista” é Frederico Baptista de Souza, que escreveu para vários jornais negros durante as décadas de 1920 e 1930, e trabalhava como escrevente-secretário na Faculdade de Direito. Ver seu obituário, *Niger* (agosto de 1960), p. 11. Arlindo Veiga dos Santos freqüente colaborador dos jornais dos negros, e presidente do Centro Cívico Palmares e da Frente Negra Brasileira, também trabalhou como secretário na Faculdade de Direito. “Dr. A. J. Veiga dos Santos”, *O Clarim da Alvorada* (6 de janeiro de 1929), p. 4.

pações daquela elite. Os trabalhadores negros do Estado não deixaram virtualmente nenhum registro escrito de suas experiências nas décadas que se seguiram à abolição, e por isso o historiador precisa tentar reunir os fragmentos da sua história através de observações dispersas dos fazendeiros, viajantes, jornalistas e burocratas do Estado que os observava, em sua maior parte, à distância. No entanto, quando consideramos a classe média negra anterior a 1940 deparamo-nos com abundante documentação, sob a forma de mais de vinte jornais semanais e mensais, produzidos por e para aquela elite negra.¹⁰ Algumas dessas publicações foram efêmeras, lançando apenas alguns números. Outras circularam por um período de vários anos; o de vida mais longa, *O Clarim da Alvorada*, editado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, foi publicado regularmente de 1924 a 1932, e cada número tinha uma tiragem que variava entre mil e dois mil exemplares. *A Voz da Raça*, publicação oficial da Frente Negra Brasileira, publicada de 1933 a 1937, às vezes imprimia uma tiragem de até cinco mil exemplares.¹¹ *O Clarim* e *A Voz* insistiram muito na mensagem da ascensão social e progresso econômico para a população negra como um todo; outros jornais, particularmente aqueles publicados pelos clubes sociais, preferiam se concentrar nos bailes e festas da elite negra, e fizeram o máximo para ignorar questões raciais, sociais e políticas problemáticas. Inevitavelmente, contudo, essas questões invadiam as vidas dos negros ambiciosos e em movimento ascendente, chegando a obrigar os jornais da sociedade a publicar editoriais, artigos de opinião e cartas ao editor, que constituem um registro rico das preocupações coletivas daquela elite negra. E embora as opiniões expressadas nos artigos variassem

10. A fonte básica da imprensa negra é Miriam Nicolau Ferrara, *A imprensa negra paulista* (1915-1963) (São Paulo, 1986); ver também Roger Bastide, "A imprensa negra do Estado de São Paulo", em *Estudos afro-brasileiros* (São Paulo, 1973). Sou profundamente grato à Professora Ferrara por colocar à minha disposição sua extensa coleção pessoal de jornais negros, que ela subseqüentemente doou para a Universidade de São Paulo. O cientista político Michael Mitchell preparou um microfilme, *The Black Press of Brazil*, que está no depósito da Biblioteca Firestone da Universidade de Princeton, que inclui muitos desses jornais. Ver também a edição em facsimile de vários números desses jornais, *Imprensa Negra* (São Paulo, 1984), publicada pela Secretaria de Estado da Cultura e acompanhada de um texto de autoria de Clóvis Moura.

11. Ferrara, *Imprensa Negra*, pp. 246, 256.

em torno de vários tópicos específicos, esses tópicos tenderam a convergir para um debate mais amplo sobre as fundações ideológicas básicas da vida brasileira do século XX: o conceito de democracia racial.

democracia racial

Como já vimos no Capítulo 1, o conceito de democracia racial estabelece que o Brasil é uma terra inteiramente livre de impedimentos legais e institucionais para a igualdade racial, e em grande parte (particularmente em comparação com países como os Estados Unidos) também isento de preconceito e discriminação raciais informais. A nação oferece a todos os seus cidadãos - negros, mulatos ou brancos - uma igualdade de oportunidade virtualmente completa em todas as áreas da vida pública: educação, política, empregos, moradia. Por isso, os afro-brasileiros desfrutaram de oportunidades para se aprimorar e da liberdade para competir com seus concidadãos na luta por bens públicos e privados, em um grau desconhecido em qualquer outra sociedade multi-racial do mundo.¹²

O conceito de democracia racial recebeu sua interpretação mais plena e mais coerente nos escritos de Gilberto Freyre, iniciados na década de 1930. Entretanto, foi claramente tomando forma já nas primeiras décadas deste século, e suas raízes remontam ao século passado. No decorrer do século XIX, as restrições raciais datadas do domínio colonial português eram explicitamente declaradas ilegais ou simplesmente caíam em desuso, permitindo que uma proporção visível de pretos e pardos livres experimentassem uma importante mobilidade ascendente na sociedade brasileira. Os observadores estrangeiros, em particular, ficavam impressionados com a aparente liberdade dos negros para ascender até o ponto onde seus talentos os levassem.

12. Florestan Fernandes, "O mito da democracia racial", em *A integração do negro na sociedade de classes* (3ª edição, São Paulo, 1978), 1, pp. 249-269; Emília Viotti da Costa, "The Myth of Racial Democracy", em *Brazilian Empire*, pp. 234-246; Thales de Azevedo, *Democracia racial* (Petrópolis, 1975). Para uma exame do conceito de democracia racial na Venezuela, ver Winthrop R. Wright, *Café con Leche: Race, Class, and National Image in Venezuela* (Austin, 1990).

No Brasil, o liberto entra em pé de igualdade em uma sociedade onde ele é tratado imediatamente como igual ... No Brasil, não somente o preconceito de raça não existe, mas as uniões frequentes entre cores diferentes formaram uma população mestiça numerosa e importante; sobretudo estes negros forros, estes mestiços, misturam-se inteiramente à população branca ... Não é apenas à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração, nas escolas, nas assembleias legislativas, que encontram-se todas as cores misturadas em pé de igualdade e de familiaridade a mais completa ...¹³

Essas observações podem ter exagerado as oportunidades de progresso realmente disponíveis aos negros no Brasil¹⁴ do século XIX. Mas sugerem que, durante o Império, o Brasil era uma sociedade de muito maior igualdade racial que seu contraparte do norte, os Estados Unidos, um ponto confirmado pelo ex-presidente Theodore Roosevelt após uma visita ao Brasil em 1914. "Se tivéssemos de indicar um ponto em que há uma absoluta diferença entre os brasileiros e nós, devo dizer que seria na atitude em relação ao homem negro ... [No Brasil] qualquer negro ou mulato que se mostra adequado recebe sem questionamento o lugar para o qual sua capacidade o qualifica."¹⁵

Não obstante, persistia um fato embaraçoso: nas décadas de 1870 e 1880, o Brasil era a única nação independente nas Américas cujos cidadãos continuavam a manter escravos. Tentando justificar a continuação da instituição, os senhores brasileiros declaravam que seus escravos eram tratados muito melhor que os

13. Louis Couty, *L'esclavage au Brésil* (Paris, 1881), citado em Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - século XIX* (São Paulo, 1987), p. 78.

14. Ver a avaliação de Herbert Klein sobre a posição dos negros livres na sociedade do século XIX: "Embora estes negros livres fossem o maior grupo solteiro no Brasil imperial, sua existência evidentemente não significa o fim da discriminação racial na sociedade brasileira. A partir do período colonial houve uma constante oposição por parte da elite branca a essa crescente auto-afirmação ... as tensões raciais eram suficientemente importantes para que homens livres de cor, como Luis Gama e outros intelectuais, especialmente aqueles que eram negros, fossem obrigados a se identificar com a comunidade escrava, fundamentalmente negra, para sua auto-realização." Klein, "Nineteenth-Century Brazil", pp. 332-333.

15. Theodore Roosevelt, "Brazil and the Negro", *Outlook* 106 (1914), pp. 410-411, citada em Nelson do Valle Silva, "Black-White Income Differentials: Brazil, 1960" (Dissertação de Ph.D, Universidade de Michigan, 1978), p. 50.

escravos dos outros locais, e que, em comparação com outras sociedades do Novo Mundo, a escravidão em seu país era relativamente branda e leve. Os abolicionistas brasileiros - e também muitos observadores estrangeiros - rejeitavam tacitamente essas declarações. Escrevendo na década de 1830, F.L.C. Burlemaque desmentiu rudemente declarações de que "somos os melhores senhores. Se somos os mais clementes, o que os outros deverão ser!" Cinquenta anos mais tarde, Joaquim Nabuco relatou ler na imprensa brasileira

declarações freqüentes de que a escravidão entre nós é muito leve e uma condição agradável para o escravo; melhor para ele, na verdade, do que para o senhor; uma situação tão afortunada, segundo estas descrições, que se começa a desconfiar que, caso se perguntasse aos escravos, eles estariam prontos para preferir a escravidão à liberdade; o que prova apenas que os jornais e os artigos não são escritos pelos escravos nem por pessoas que, por um momento, se imaginaram em sua condição.¹⁶

Apesar da sua óbvia contradição da realidade, o mito da escravidão brasileira benevolente foi amplamente aceita na época, e mostrou-se bastante persistente nos anos subseqüentes.¹⁷ Sua utilidade enquanto existiu a escravidão era claramente visível. Serviu para salvar a consciência dos senhores de escravos (nominalmente todos cristãos) e ao mesmo tempo defender a instituição contra seus críticos brasileiros e estrangeiros. A questão mais interessante é porque ela persistiu após a escravidão ter sido abolida? Parte da razão era simples inércia ideológica: a tendência de um mito social estabelecido para permanecer vigente a menos que influenciado por alguma força externa. Como veio a acontecer, essas forças em operação durante os anos posteriores à abolição tenderam a reforçar o mito, em vez de destruí-lo. Para reduzir a discórdia e a luta racial que se tornou uma realidade potencial (e

16. Robert Conrad, *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983), pp. 285-453.

17. A idéia de que os escravos eram melhor protegidos e menos explorados no Brasil e na América Espanhola do que nos Estados Unidos formou o âmago do importante estudo comparativo de Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen: The Negro in the Americas* (New York, 1946). A pesquisa histórica realizada durante os últimos vinte anos questionou muito o argumento de Tannenbaum e levou os historiadores a descartar a maior parte dele.

de certa forma verdadeira) nos anos que se seguiram à abolição, os ex-senhores de escravos - e os brancos brasileiros em geral - tinham de sustentar que os danos e as injustiças da escravidão, embora objetáveis, não eram tão ruins quanto poderiam ter sido.

Este argumento é apresentado de forma bastante pura em um artigo de 1889 de autoria de Lívio de Castro (ele próprio um mulato), publicado em *A Província de São Paulo*. A escravidão, admitiu ele, “não foi obra da convicção como tantas outras servidões voluntárias, foi obra da força e a força desata a força. Todavia, por efeito de um natural impulso democrático que relaxou os preconceitos, por influência cumulativa do hábito, a fazenda constituiu-se sem que houvesse luta entre as raças, sem que em seus alcances ficassem depositados os elementos para um regimen de castas como o de todas as autocracias antigas, da generalidade dos estados orientaes e da própria confederação norte-americana.” Negros e brancos viviam em paz juntos na fazenda, “cedendo ao chefe a maioria de seus direitos e ao escravo uma parcella de sua afeição.” Assim começou “a formação de um povo que herdou os vícios e as virtudes do passado, e é leal àquele passado do qual ele nasceu e no qual ele encontra sua razão de existir.” E aquele passado na fazenda, com seu “espírito democrático”, impossibilitou o conflito racial no Brasil. “Onde está o ódio das raças? No Brasil não há duas raças, não há mesmo uma: as que existem perderam os caracteres distintivos [através da miscigenação]; a que deve existir [no futuro] está em elaboração.”¹⁸

Tal argumento, em que se enxergam as características da democracia racial começando a tomar forma, não apenas tranqüilizou os senhores de escravos de que nada tinham a temer de seus ex-escravos, mas também cortou pela raiz as propostas de alguns abolicionistas de que a nação devia aos libertos uma reparação pela exploração e pelo sofrimento que haviam suportado sob o

18. Lívio de Castro, “*Questões e problemas: Ódio entre raças*”, *A Província de São Paulo* (6 de fevereiro de 1889). Apesar de reconhecer suas características bárbaras, o abolicionista Joaquim Nabuco concordou que “a escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor ... nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si.” Joaquim Nabuco, *Abolitionism: The Brazilian Antislavery Struggle* (Urbana, 1977), p. 21.

regime da escravidão.¹⁹ Entretanto suspeitamos que quando foi efetuada a abolição, poucos brasileiros sentiam-se completamente à vontade para declarar a relativa brandura do ex-regime escravo. A evidência contra isso era muito clara e as lembranças muito recentes.²⁰ Era mais seguro se concentrar no futuro do que no passado das relações entre negros e brancos no Brasil; e se fosse para olhar para o passado, era mais encorajador se concentrar, não na experiência da escravidão, mas antes na relativa abertura da sociedade brasileira do século XIX aos pardos e pretos livres. Agora que os afro-brasileiros se libertaram da escravidão e podiam participar da vida nacional como homens e mulheres livres - declaravam os expoentes da democracia racial - eles desfrutariam das mesmas oportunidades de progresso no século XX que seus ancestrais livres haviam desfrutado no século XIX.

Foi assim que o Brasil - o último país do mundo cristão a abolir a escravidão - tornou-se o primeiro a se proclamar uma democracia racial: uma sociedade que ofereceu uma genuína igualdade de oportunidade a todos os seus cidadãos, e se libertou da tensão, discriminação e conflito raciais.²¹ Essas esperanças e promessas coincidiram não apenas com a transição da escravidão para a liberdade, mas também com a transição da monarquia para a república, e com uma correspondente visão de um sistema mais abrangente e participante. Assim, desde o seu início a democracia racial esteve intimamente associada ao ideal da democracia política e supostamente fazia parte de uma ordem política liberal e progressista.

19. Para esses propósitos, ver Azevedo, *Onda negra*, pp. 100-104. Richard Graham declarou que um desses propósitos, em particular, aquele de uma reforma agrária que tornaria a terra disponível para os libertos, desempenhou um papel direto na provocação da derrubada da monarquia, em 1889. Richard Graham, "Landowners and the Overthrow of the Empire", *Luso-Brazilian Review* 7,2 (1970), pp. 44-56.

20. Até Gilberto Freyre admitiu os altos níveis de "sadismo", uma palavra que ele usou repetidamente, que caracterizava as relações senhores-escravos. *The Masters and Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization* (New York, 1946), pp. 349-352, 368, 390-394. Como ele concluiu no parágrafo final do seu livro "Não foi toda de alegria a vida dos negros escravos ...", p. 474.

21. A justaposição temporal entre a abolição e a declaração de democracia racial está comentada por Hélio Santos em "O presidente negro", *Veja* (31 de outubro de 1984), p. 138.

A questão, evidentemente, é em que grau estas visões da situação atual e perspectivas futuras do Brasil correspondem à realidade? Os historiadores e cientistas sociais brasileiros declaram que na verdade elas refletiam as condições da época, mas de uma maneira paradoxal e invertida, em que a realidade era o inverso da visão. Todas as sociedades despendem enormes quantidades de energia intelectual e emocional tentando resolver as contradições entre os ideais e o fato.²² Parafraseando Emília Viotti da Costa, esta luta para reconciliar o mito com a história foi particularmente intensa no Brasil.²³ Isto ocorreu porque os princípios liberais sobre os quais as elites brasileiras do século XIX decidiram construir sua experiência nacional, primeiro sob a Monarquia e depois sob a República, estavam em total desacordo com as realidades sociais e políticas que esses princípios procuravam explicar e organizar.

Na Europa, o liberalismo foi a expressão de uma burguesia e de uma classe média urbana emergentes, lutando contra o poder de uma aristocracia rural. Entretanto, quando o liberalismo foi importado para o Brasil, ele foi apropriado pelas elites rurais - o análogo brasileiro à nobreza européia - que utilizaram suas denúncias de privilégio e monopólio para justificar a remoção do controle colonial português sobre a política e a economia brasileiras. Os aspectos libertários civis do liberalismo, e sua insistência na igualdade jurídica e nos direitos de cidadania, eram de muito

22. O sociólogo sueco Gunnar Myrdal transformou esta contradição no ponto de partida de sua obra clássica sobre as relações raciais nos Estados Unidos. Ver Gunnar Myrdal, *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy* (New York, 1944), pp. xlv-xlix, e capítulo 1, "American Ideals", pp. 3-25.

23. Para algumas das análises mais interessantes destas contradições e desta luta, ver a obra do antropólogo Roberto da Matta: *Carnavais, malandros e heróis* (Rio de Janeiro, 1978), e *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (São Paulo, 1985). No campo da ciência política, ver as reflexões de Francisco Weffort sobre a "enorme distância" no Brasil "entre o que as intenções proclamam e o que as ações fazem", e sobre os "fortes contrastes entre o 'país legal', submetido a leis e instituições anacrônicas, e o 'país real', em processo de modernização acelerada." *Por que democracia?* (São Paulo, 1984), pp. 53, 57. No campo da história, ver a obra de José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: A política imperial* (São Paulo, 1988), e *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo, 1987); e o ensaio esclarecedor de Emília Viotti da Costa, "Liberalism: Theory and Practice", sobre o qual se baseiam os próximos parágrafos. *Brazilian Empire*, pp. 53-77.

menor interesse para os proprietários, que consideravam a grande massa da população brasileira (e certamente da população afro-brasileira) totalmente inadequada para se expressar nos negócios do Estado recém-independente. Incapazes de se livrar do componente libertário do liberalismo, as elites brasileiras saíram em busca de fórmulas políticas e ideológicas que permitissem a exclusão da esmagadora maioria da população de uma participação política e econômica plena, ao mesmo tempo que formalmente conservassem os princípios da cidadania e da justiça.

O resultado, no período republicano, foi um governo oligárquico e autoritário, disfarçado de democracia republicana. A participação política, em termos de proporção de eleitores, declinou sensivelmente a partir da década de 1870, quando ela consistia de cerca de 10 por cento da população adulta, para entre 1 e 3 por cento na época da República. Terminou a disputa partidária, e as eleições eram abertamente fraudulentas. Como observou o historiador José Murilo de Carvalho, o resultado foi uma completa inversão das aspirações freqüentemente expressadas da República: criminosos e bandidos controlavam as eleições, enquanto os cidadãos honrados ficavam em casa. “Nessas condições as normas legais e as hierarquias sociais iam aos poucos se desmoralizando ... Havia consciência clara de que o real se escondia sob o formal ... O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação; a República não era para valer.”²⁴

Escrevendo na década de 1930, em seguida à queda da República, o historiador Sérgio Buarque de Holanda resumiu a experiência republicana observando que “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal a importou e tentou acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios.” Esta tentativa de acomodação, por sua vez, produziu o que o cientista político Francisco Weffort descreve como um “legado de equívocos”, em que a hierarquia e o privilégio eram defendidos em nome da democracia e da igualdade.²⁵

O conceito de democracia racial reflete ao mesmo tempo esse “legado de equívocos” e é parte integral dele. A República tanto estabeleceu o ideal da participação política democrática

24. Carvalho, *Os bestializados*, pp. 39, 159-60. Sobre a participação declinante dos eleitores, ver seu capítulo 2, notas 51 e 53.

25. Weffort, *Por que democracia?*, pp. 21-31.

quanto a negou na prática; a democracia racial desempenhou um papel similar com respeito à hierarquia racial, justificando e defendendo a realidade da desigualdade racial ao invocar o seu oposto. Estava claro para todos que os negros continuavam a ocupar uma posição rebaixada e subordinada na sociedade brasileira. Mas proclamando que, mesmo durante a escravidão, o Brasil se movimentou rumo à igualdade racial, e com a abolição em 1888 a alcançou, a doutrina da democracia racial isentava a política do Estado ou o racismo informal de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, e até mesmo colocou esta responsabilidade diretamente nos ombros dos próprios afro-brasileiros. Se os negros fracassaram em sua ascensão na sociedade brasileira, evidentemente isso foi por sua própria culpa, pois essa sociedade não reprimiu nem obstruiu de modo algum o seu progresso. A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da idéia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidéz, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira - em suma, um restabelecimento da ideologia da vadiagem.

Essa incapacidade era em geral atribuída à recente experiência da escravidão por parte da população negra. Entretanto, durante esta época de darwinismo social e racismo científico, essas explicações tendiam a se fundir sutilmente - e às vezes não tão sutilmente - em afirmações sobre a incapacidade dos negros, tendo como base a herança racial. Por isso, aqueles afro-brasileiros que questionavam a noção de democracia racial corriam o risco de ser confrontados com uma análise detalhada das deficiências do grupo racial ao qual eles pertenciam - uma análise que, na melhor das hipóteses, seria dolorosa e embaraçosa de se ouvir, e, na pior, iria se refletir diretamente sobre eles como indivíduos e como membros do grupo racial negro.

Diante desta perspectiva desalentadora, a maior parte dos afro-brasileiros de classe média de São Paulo declinaram de questionar o conceito publicamente, e alguns o endossaram ativamente. "No Brasil não existe o preconceito de raça, como dizem vários patrícios; cremos que a nação não tam a culpa dos brasileiros pretos." Embora admitindo que ocorriam atos ocasionais de discriminação, os defensores do *status quo* argumentavam que esses incidentes não constituíam evidência de discriminação sistemática contra os negros. "Há muitos pretos que afirmam a existência de

um pequeno preconceito em nossa terra! Não é verdade, meus patrícios de cor. Existem uns incultos e invejosos que sempre procuram obstruir a ascensão de alguns dos nossos de cor, em prol dos seus candidatos. Isso sempre acontece e tem de acontecer com todas as classes ou pessoas que procuram o bem estar para seus dias." Esses incidentes não devem ser vistos como preconceito, mas sim como "inveja". "Não se pode falar, a rigor no Brasil, de preconceitos de raças. A situação aqui dos escravizados de hontem, não é de natureza tal que requeira uma campanha reivindicadora de seus direitos."²⁶

A situação racial no Brasil parecia particularmente boa - declaravam seus defensores - quando comparada àquela dos Estados Unidos. "Lá na América do Norte, onde o preconceito é um facto, o que é do preto é do preto, o que é do branco é do branco. Aqui, não; tudo quanto é do Brasil, é nosso com exceção de qualquer cousinha que não se pode qualificar de preconceito."²⁷ Em vista disso, se os negros não conseguissem vencer nesta terra de igualdade racial, então evidentemente "a culpa não é dos brancos - é nossa!"²⁸ Era doloroso e profundamente penoso chegar a uma conclusão dessas, mas a lógica da democracia racial não deixava outro recurso a seus proponentes. Se os afro-brasileiros aceitavam o Brasil como uma terra de igualdade, então o seu fracasso nessa terra devia ser atribuído apenas às suas próprias deficiências. E embora essas deficiências fossem prontamente explicáveis em termos da experiência recente da escravidão, sempre haveria a suspeita, constantemente reforçada pelos ditames do racismo científico, de que elas eram mais de natureza genética do que histórica, e eram uma herança racial indelével dos negros.

26. "Porque queremos a confederação", *O Clarim da Alvorada* (25 de abril de 1926), p. 2; "Os homens pretos e a evolução social", *Auriverde* (29 de abril de 1928), p. 2; "A situação econômica social do negro", *Progresso* (30 de agosto de 1931), p. 2.

27. "Quem somos", *O Clarim da Alvorada* (14 de novembro de 1926), p. 3.

28. Ver também "Reparando", *O Alfinete* (novembro de 1921); "A questão da raça", *Auriverde* (29 de abril de 1928), p. 3; "O ódio de raça", *Progresso* (13 de janeiro de 1929), p. 2. Para uma crítica ampliada das relações raciais dos Estados Unidos pelo advogado e intelectual Evaristo de Moraes, partes das quais foram republicadas no jornal negro *Getulino*, ver seus *Branços e negros nos Estados Unidos e no Brasil* (Rio de Janeiro, 1922).

28. "Grave erro!" *O Bandetrante* (setembro de 1918), p. 3.

Não discutiremos as origens científicas do atraso da nossa forte e heróica raça ... E porque sejamos representantes de uma raça inferior, devemos ser condenados à força do preconceito racial? Que culpa temos nós dessa nossa triste condição humana na história dos povos? ... A culpa não é nossa; interrogae os quatrocentos anos do nosso ferrenho captivo, interrogae o miserável regimen de obscurantismo em que fomos criados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade ...²⁹

A única saída para os negros afligidos por este medo era abraçar a “tese do branqueamento” desenvolvida na virada do século por intelectuais brasileiras em resposta a uma racismo científico europeu.³⁰ Os racistas científicos doutrinários consideravam a mistura racial como um processo regressivo, em que o ancestral racial europeu era enfraquecido e diluído ao ser misturado com aquele das pessoas não brancas. Alguns intelectuais brasileiros aceitaram esta doutrina, e seu implícito prognóstico triste para países em que a miscigenação era disseminada. Outros, no entanto, imaginaram uma resposta extremamente criativa que na verdade levava o racismo científico um passo adiante. Declarando que os teóricos europeus tinham muito pouca fé em sua própria herança racial, pensadores brasileiros como João Baptista de Lacerda e F.J. Oliveira Viana disseram que, quando os brancos misturavam seus gens (ou, na linguagem da época, seu sangue) com aqueles dos não brancos, era a herança racial branca, e os atributos raciais brancos, que tendiam a dominar nos produtos dessas uniões. Por isso, com o tempo, e supondo a chegada continuada de imigrantes europeus no país, a mistura racial pouco a pouco “eliminaria” as características raciais africanas e indígenas e produziria o “branqueamento” final do Brasil.³¹

Aspirando se unir à grande maioria da sociedade brasileira e considerando o branqueamento como a maneira mais provável de se atingir este objetivo, alguns membros da classe média afro-

29. “Os pretos em São Paulo”, *O Kosmos* (16 de novembro de 1924), p. 2, republicado do *Getulino* (28 de setembro de 1924).

30. Sobre a tese do branqueamento, ver Thomas Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* (New York, 1974).

31. Para um relato sobre o branqueamento em progresso, publicado como parte do censo nacional de 1920, ver [F.J. Oliveira Viana,] “Evolução da raça”, em *Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920* (Rio de Janeiro, 1922), pp. 313-344.

brasileira endossaram a tese do branqueamento e o projeto nacional de substituir a herança racial africana do Brasil pela européia. “Não pretendemos perpetuar a nossa raça, mas, sim, infiltrarmos em o seio da raça privilegiada - a branca, pois, repetimos, não somos africanos, mas puramente brasileiros.” No início da década de 1920, as propostas de trazer os imigrantes afro-americanos dos Estados Unidos para viver e trabalhar no Brasil enfrentaram uma oposição cerrada da imprensa negra de São Paulo, que argumentava que essa migração colocaria “o maior prejuízo para a solução do problema negro brasileiro.” Por que? Porque “a vinda dos negros norte-americanos será o golpe de morte para aquela obra matemática do desaparecimento gradativo da raça negra no Brasil.” Se não houvesse outra razão, declarou a imprensa negra, os políticos deviam trabalhar para “apressar a fusão das raças em nosso paiz”, não para retardá-la.³²

Entretanto, nem todos os observadores negros estavam convencidos que o branqueamento e o estilo brasileiro da democracia racial eram necessariamente os dispositivos mais vantajosos para as pessoas de cor. Alguns objetavam de maneira vigorosa o modo como “o desaparecimento do negro, pelo caldeamento, essa famosa aryanização”, havia se transformado em uma prioridade nacional, “deixando que pereça toda uma gente que é pre-

32. “Grave erro!” *O Bandeirante* (setembro de 1918), pp. 2-3; “Cartas d’um negro”, *Getulino* (23 de setembro de 1923); “Fusão de raças”, *Getulino* (7 de outubro de 1923), p. 1. Mas ver também as ocasionais histórias curtas dos jornais negros, em que os homens negros se apaixonam desesperadamente por mulheres brancas. Estes romances nunca produzem filhos e em geral terminam com a morte do homem. Parecem sugerir que a mistura racial, embora seja um ideal desejado, é difícil - se não impossível - de ser realizada na prática; e que o embranquecimento não vai ocorrer através dessa mistura, mas através da eliminação dos negros. Para exemplos destas histórias, ver “Episódio da revolta da Ilha de São Domingos”, *Menelick* (1 de janeiro de 1916), p. 1; “Archinimigo de Camargo”, *Getulino* (30 de setembro de 1923); “A quem me entender”, *O Clarim da Alvorada* (3 de fevereiro de 1924), p. 1.

33. “O grande problema nacional”, *Evolução* (13 de maio de 1933), pp. 9, 13; “Congresso da Mocidade Negra Brasileira”, *O Clarim da Alvorada* (9 de junho de 1929), p. 1. Ver também a resposta do *Getulino* ao projeto de Reis de 1923, que propunha proibir a imigração afro-americana ou qualquer imigração negra para o Brasil. Embora concordando que “estamos convencidos de que (a presença de) mais negros no Brasil seria augmentar o infortúnio de raça infeliz”, o artigo prosseguia dizendo que “o

ciso ser substituída, porque é mestiça, porque é negra e deverá ser branca, custe o que custar ...”³³ Outros não estavam sequer tão certos de que o Brasil oferecia vantagens claras sobre os Estados Unidos em termos de raça. Ninguém negava a brutalidade das relações raciais ao estilo dos Estados Unidos, mas aquela autêntica brutalidade e a necessidade dos afro-americanos de se defender contra as perseguições dos norte-americanos brancos haviam gerado um tipo muito diferente de consciência afro-americana, uma consciência que alguns afro-brasileiros invejavam. “Lá existe de facto o preconceito, a odiosa separação de raças; e foi esse preconceito que fez do negro norte-americano um homem orgulhoso ... Bem orgulhosos são eles, porque sabem caminhar altivos, diante dos seus terríveis inimigos, que são os seus próprios patrícios brancos. E desta forma, o negro norte-americano triunpha sempre.” Ao pesquisar negócios de propriedade dos negros, colégios, igrejas, organizações cívicas negras, e outras instituições afro-americanas que não tinham contraparte no Brasil, um observador afro-brasileiro especulou que talvez “o preconceito descarado seja um estímulo para o preparo do negro.”³⁴

Em 1923, a visita ao Brasil de Robert Abott, editor do jornal afro-americano *The Chicago Defender*, provocou mais debates sobre a comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Abbott fez uma série de conferências no Rio e em São Paulo, comparando as situações raciais nos dois países e declarando a ausência de preconceito racial no Brasil. Vários de seus ouvintes começaram a divergir de sua opinião. “Affirmar que não existe preconceito de côr

que nos fere a alma, como ferro em brasa, é incontestavelmente, a forma porque certo parlamentar justificou o seu projecto, a que vai constar dos annaes do Congresso por toda a eternidade! Sim, por toda uma eternidade vae ficar patente que o sangue negro é uma desordem na formação ethnológica nacional”. “Echos de projecto F. Reis”, *Getulino* (20 de janeiro de 1924), p. 1. O projeto de Reis está discutido em Skidmore, *Black into White*, pp. 192-196. Para uma discussão do interesse dos afro-americanos na imigração para o Brasil, ver Teresa Meade e Gregory Alonso Pirio, “In Search of the Afro-American ‘Eldorado’: Attempts by North American Blacks to Enter Brazil in the 1920s”, *Luso-Brazilian Review* 25, 1(1988), pp. 85-110.

34. “Na terra do preconceito”, *O Clarim da Alvorada* (4 de março de 1928), p. 3; “Eduquemos nosso povo”, *O Clarim da Alvorada* (28 de setembro de 1931), p. 4. Ver também “Aos nossos leitores”, *O Alfinete* (3 de setembro de 1918), p. 1.

no Brasil é como que negar a derrota da Alemanha ... Isso do Dr. Abbot vir nos falar da situação do negro no Brasil, foi o mesmo que querer ensinar o Padre-Nosso ao vigário!" Uma reação ainda mais forte veio de uma fonte inesperada: Abílio Rodrigues, presidente do clube social da elite negra Kosmos, que em geral mantinha uma distância discreta de questões controvertidas de qualquer tipo, principalmente aquelas relacionadas à raça. Nesta ocasião, no entanto, Rodrigues não conseguiu se conter e, em vez do seu habitual sermão sobre os costumes e a moral burgueses, escreveu um artigo repudiando a visão de Abbott das relações raciais brasileiras como sendo "um delírio". Citando evidências de discriminação sistemática contra os negros que procuravam emprego no Brasil, ele declarou que Abbot ficou iludido pela presença de alguns pretos e pardos nos escalões mais altos da vida nacional. "As portas da sociedade só se abrem a contragosto, constrangidos pelo seu insuperável valor mental." Disse que afro-brasileiros de talentos mais modestos são consistentemente marginalizados e discriminados, como na verdade aconteceu com o próprio Abbott quando veio para São Paulo. Rodrigues relatou que o editor negro havia reservado um quarto no Palace Hotel, mas quando chegou foi informado que o quarto já estava ocupado - tratamento padrão concedido aos negros nos hotéis da cidade. "É esta a igualdade apontada como padrão da verdadeira democracia brasileira? ... Ilusão ... perfeita ilusão!"³⁵

A menção de Rodrigues da discriminação no emprego como um dos aspectos mais difíceis e frustrantes da vida dos negros em São Paulo não foi acidental. Os jornais negros voltavam ocasionalmente a este tema, denunciando a recusa dos patrões brancos em contratar afro-brasileiros. O homem negro que procurava trabalho "vae às fábricas, mas não lhe dão serviço, [e] muitas vezes nem lhe deixam falar com os gerentes. Procura anúncios nos jornaes, corre pressuroso onde precisam de empregados, e embora chegue primeiro do que qualquer outro candidato, por ser de cor é posto à margem e recusado ... é um phenômeno social muito conhecido em S. Paulo, não só na capital como em qua-

35. "Cartas d'um negro", *Getulino* (21 de outubro de 1923), p. 3; "Preto e branco", *O Kosmos* (18 de abril de 1923), p. 1. Sobre a visão de Abbott sobre as relações raciais brasileiras e sua visita ao Brasil, ver David J. Hellwig, "A New Frontier in a Racial Paradise: Robert S. Abott's Brazilian Dream", *Luso-Brazilian Review* 25, 1 (1988), pp. 59-67.

se todas as cidades do interior, fenômeno esse que dia a dia cresce ...” Na verdade, comentou este observador, a situação em São Paulo lhe recordava muito a segregação racial ao estilo dos Estados Unidos, tanto que “a continuar essa inércia qualquer dia teremos também aqui os terríveis monstros mascarados da famosa sociedade secreta Klu-Klux-Klan! ... Esperem o resto.”³⁶

Menos prejudicial do ponto de vista econômico, mas profundamente humilhante e desagradável, era a discriminação racial nos serviços e edifícios públicos. Os comentaristas negros concordavam que essa discriminação era particularmente pronunciada nas vilas e cidades menores das zonas cafeeiras do oeste do Estado, onde o contínuo controle da vida local por parte dos fazendeiros e o influxo maciço de imigrantes associavam-se para criar uma “linha de côm bem definida e clara”, como escreveu um jornal negro. “Raras são as cidades do interior do nosso Estado onde o preconceito da cor não seja um fato imperante ...”³⁷ Os jornais negros localizados na capital regularmente comentavam incidentes de negros que não eram servidos em bares, hotéis, restaurantes e barbearias nas cidades menores do Estado. Uma fonte ocasional de conflito era a questão do acesso dos negros aos parques e praças públicas, onde os moradores se reuniam para seus passeios ou “footings” à noite e nos sábados à tarde. Os negros ti-

36. “Os pretos em São Paulo”, *O Kosmos* (19 de outubro de 1924), p. 1. Ver também os números seguintes de *Getulino*: 9 de setembro de 1923, p. 2; 9 de dezembro de 1923, p. 1; 5 de outubro de 1924, p. 1. Ver também os seguintes artigos de *Progresso*: “Prefere-se branca” (26 de setembro de 1929), p. 5; “A Guarda Civil” (fevereiro de 1931), p. 3; “Entre e veja se ahi ha negros como você” (15 de novembro de 1931), p. 2.

37. “Restaurant Giocondo”, *O Clarim da Alvorada* (25 de janeiro de 1930), p. 2. Sobre as condições em Campinas e em outras cidades do oeste, ver Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888-1921)* (Campinas, 1988); “O protesto de Campinas”, *Alvorada* (junho de 1946); “Problemas e aspirações”, *Diário Trabalhista* (16 de maio de 1946), p. 5; Thomas W. Walker, “From Coronelism to Populism: The Evolution of Politics in a Brazilian Municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960” (Dissertação de Ph.D., Universidade do Novo México, 1974), p. 64; Edgard T. Santana, *Relações entre pretos e brancos em São Paulo* (São Paulo, 1951), pp. 7-8; Irene Maria F. Barbosa, *Socialização e relações raciais: Um estudo de família negra em Campinas* (São Paulo, 1983), pp. 26-28; Michael Mitchell, “Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo, Brazil” (Dissertação de Ph.D., Universidade de Indiana, 1977), p. 128; “Edificante!” *Progresso* (13 de janeiro de 1929).

nham permissão para se reunir contanto que se mantivessem restritos a uma área específica do parque ou da praça. Em um caso de 1924 em que vários negros tentaram entrar em uma parte da praça pública tradicionalmente reservada aos brancos, o prefeito admitiu que os afro-brasileiros tinham o direito legal de usar qualquer parte da praça, mas na prática “o costume fa’s leis”. Partindo deste princípio, ordenou que os afro-brasileiros retornassem a sua parte da praça, com exceção daqueles que não haviam votado nele nas eleições mais recentes, que foram totalmente banidos da praça!³⁸

Este incidente resume muito bem as realidades prevalentes, tanto da democracia republicana, em que os direitos civis e a legalidade eram rotineiramente violados, quanto da democracia racial. Na década de 1920, um número crescente de afro-brasileiros não estava mais disposto a aceitar a patente discrepância entre a imagem e o fato, entre o mito e a história. Em 1918, *O Alfinete* tornou-se o primeiro entre os jornais negros a sugerir que “a igualdade e a fraternização dos povos, preconizadas pelos princípios de 89 na França e que a República implantou como um símbolo da nossa democracia, com relação aos negros é uma ficção e uma mentira que até hoje não foram postas em prática.” Durante a década seguinte a maior parte dos jornais negros aceitaram esta análise; somente um, *O Clarim da Alvorada*, fiel à posição de que “aqui [no Brasil] não precisa que eu diga: não existe preconceito algum para se combater. Vivemos em comunhão perfeita, não somente com os brasileiros brancos, como também com o próprio elemento estrangeiro.” Em 1930, no entanto, até mesmo *O Clarim* reconheceu o fato, relutantemente concordando que “no Brasil, a igualdade das raças é uma mentira.”³⁹

No que se refere à elite negra - ou àquela porção dela que colaborava para a imprensa negra - a democracia racial estava

38. “O costume fa’s leis”, *Getulino* (9 de março de 1924); o artigo não menciona a cidade onde este incidente ocorreu, referindo-se a ela como “uma progressiva cidade da zona mogyana”, na parte centro-norte do Estado. Sobre a segregação nos parques e praças públicas das pequenas cidades do oeste de São Paulo, ver Eclea Bosí, *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (São Paulo, 1977), p. 17; e “Problemas e aspirações”, *Diário Trabalhista* (16 de maio de 1946), p. 5.

39. “Para os nossos leitores”, *O Alfinete* (22 de setembro de 1918), p. 1; “Na terra do preconceito”, *O Clarim da Alvorada* (4 de março de 1928), p. 3; “13 maio”, *O Clarim da Alvorada* (13 de maio de 1930), p. 1.

morta. Ou melhor, o *mito* da democracia racial estava morto. O *desejo* de democracia racial ainda estava muito vivo: a esperança de que, através da ação política, o Brasil pudesse ser realmente transformado no país que ele dizia ser, uma terra de oportunidade igual para todos. No decorrer da década de 1920, os afro-brasileiros começaram a trabalhar para transformar este sonho em realidade.⁴⁰

conseguindo se organizar

A história da vida associativa dos negros no Brasil é extremamente rica e remonta ao período colonial. Mesmo quando escravos, os africanos e os afro-brasileiros encontraram maneiras de se reunir em associação com seus pares. Algumas formas organizacionais por eles empregadas - como a capoeira e o candomblé - eram secretas e subreptícias; outras como as irmandades religiosas organizadas sob a égide da Igreja Católica, eram abertas e públicas, e toleradas pela sociedade em geral. Todas tinham como objetivo satisfazer as necessidades culturais, religiosas, econômicas e humanas de um povo que vivia e trabalhava sob condições de exploração extrema.⁴¹

A abolição não resolveu algumas dessas necessidades e criou novas. A abolição também abriu aos negros a possibilidade de se organizar sob condições diferentes daquelas da escravidão, com graus significativamente diferentes de liberdade. Dada a sua história prévia de vida organizacional, não surpreende que os afro-brasileiros tenham passado prontamente a reagir a essas novas necessidades e explorar essas novas possibilidades.

Uma forma organizacional que sobreviveu intacta à abolição foi a das irmandades religiosas. As irmandades negras mais

40. O historiador Joel Rufino dos Santos faz a distinção entre o mito da democracia racial e a esperança ou desejo de democracia racial. "Democracia racial, o mito e o desejo", *Folhetim, Folha de São Paulo* (8 de junho de 1980), p. 7.

41. Sobre a vida associativa entre os escravos brasileiros, ver Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850* (Princeton, 1987), pp. 82-87, 254-301; A.J.R. Russell-Wood, *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil* (New York, 1982), pp. 128-160; Julita Scarano, *Devoção e escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no distrito diamantino no século XVIII* (São Paulo, 1976).

importantes da cidade de São Paulo eram a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1711, e a Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1836. A Irmandade dos Remédios desempenhou um papel fundamental na luta pela abolição em São Paulo, proporcionando um quartel-general para Antônio Bento e seus caifazes, vários deles membros da irmandade. A irmandade do Rosário não desempenhou um papel comparável no movimento abolicionista, mas emergiu brevemente a público no início da década de 1900, quando seus membros se envolveram em uma batalha legal com a prefeitura para evitar que esta expropriasse sua igreja e a demolisse como parte da reconstrução do centro da cidade, inspirada na Belle Époque. Finalmente, os irmãos foram derrotados e, em 1906 mudaram-se para uma nova igreja, que construíram nas proximidades do Largo do Paissandu e que permanece até hoje um centro da vida dos negros em São Paulo.⁴²

Um aspecto distintivo das igrejas conservado pelas irmandades afro-brasileiras foram as danças públicas que tinham lugar em seus terreiros ou na rua. Estes eventos criaram uma considerável tensão entre as irmandades e a hierarquia católica, que considerava a música e a dança africanas e afro-brasileiras tolices públicas barulhentas que aviltavam a dignidade da Igreja. Por isso, depois da abolição, os afro-brasileiros aproveitaram sua nova liberdade para começar a criar novas organizações, independentes da Igreja, através das quais poderiam prosseguir com suas danças e encontros. Estas organizações variavam consideravelmente em seu caráter e organização, dependendo da origem de classe e das aspirações sociais de seus membros. Algumas eram agregações informais de negros pobres da classe operária que se reuniam regularmente para tocar música, dançar e conversar. Desses encontros originaram-se os “grupos de Carnaval” - precursores das atuais es-

42. Sobre a Irmandade dos Remédios, ver “Pequenino templo”, *Progresso* (31 de dezembro de 1929), p. 5; e Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888* (Urbana, 1970), pp. 242-243. Sobre a Irmandade do Rosário, ver Raul Joviano Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo* (São Paulo, 1954). O Largo do Paissandu também aloja uma estátua homenageando a Mãe Preta (ver Capítulo 8), erigida pela prefeitura em 1955, e é um ponto freqüente de reuniões e manifestações das organizações negras atuais. Ver também a discussão de Maciel sobre a Irmandade de São Benedito em Campinas, *Discriminações raciais*, p. 99.

colas de samba. O primeiro destes grupos, o Grupo Carnavalesco Barra Funda (atualmente Camísa Verde) foi fundado em 1914; o segundo, Campos Elíseos, em 1917; e o terceiro, Vai-Vai, foi pouco a pouco tomando forma na década de 1920 e formalmente incorporado em 1930. Os pontos altos de suas atividades eram as competições anuais de bateria, dança e desfile que ocorriam durante o Carnaval, em fevereiro, e no festival de Bom Jesus de Pirapora, na pequena cidade do mesmo nome, em agosto. No entanto, os grupos permaneciam ativos durante o ano todo, levantando fundos, organizando bailes, viagens às praias de Santos e outras atividades.⁴³

Os membros dos grupos de Carnaval eram em geral da classe operária, e os afro-brasileiros que aspiravam a situação da classe média achavam que suas ambições não seriam particularmente bem vistas se pertencessem a essas organizações “populares”. Entretanto, os negros em ascensão eram rigorosamente barrados dos clubes sociais e das sociedades de dança dos brancos, uma situação que continua vigindo até hoje em São Paulo. Os afro-brasileiros que desejavam se manter à parte do povo negro estabeleciam seus próprios clubes sociais, que proliferaram na capital e nas principais cidades do interior no início deste século. Luvas Pretas foi a primeira dessas sociedades, fundada em 1904, e a ela logo se juntaram outras: a Kosmos, fundada em 1908, o Elite Club, o Smart Club etc. A orientação destas organizações e as esperanças e aspirações de seus membros aparecem claramente, e com frequência de maneira comovente, nos jornais e colunas sociais que eles deixaram para trás como um registro de suas atividades. Os próprios nomes de suas organizações indicam como eles se enxergavam, ou desejavam se enxergar: a elite, o grupo inteligente. Mas, ao mesmo tempo, eram um grupo sistematicamente excluído da sociedade mais ampla da qual faziam parte. Rejeitando aqueles que eles encaravam como seus inferiores sociais, e por sua vez rejeitados por seus pares brancos, sua reação foi construir um mundo social que iria simultaneamente protegê-los das

43. Iêda Marques Britto, *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): Um exercício de resistência cultural* (São Paulo, 1986). O jornal *Progresso*, que vigiu de 1923 a 1931 e que eu citei muitas vezes neste capítulo, era o órgão do G.C. Campos Elísios e contém muitas informações sobre as atividades da organização.

mágoas neles infligidas pela sociedade branca e da contaminação das massas negras que estavam abaixo deles. O jornal do clube Kosmos, por exemplo, descrevia a organização como “uma nação em miniatura, da qual somos destemidos e ardorosos patriotas”; invocando implicitamente a monarquia e rejeitando os conceitos de democracia racial e de República, o hino do clube expressava o desejo de seus membros de construir “o reino perfeito e ideal” para eles, livres das dificuldades da vida cotidiana.

É o Kosmos que segue ufano
Uma rota de glórias futuras,
Qual barco no imenso oceano,
Deslisando em águas seguras.

O Kosmos é a imensidade,
É o perfeito reino ideal,
Que perdura na eternidade
Como lyrio e a luz de crystal.⁴⁴

Na vida real, o Kosmos mostrou que não era nem imenso nem eterno. Seu relatório anual revela uma organização em luta com sócios que cronicamente não podiam ou não queriam pagar suas taxas. Em 1923, 143 novos membros associaram-se ao clube, enquanto 121 foram expulsos, principalmente por não pagamento das taxas; em 1924, 107 novos membros se associaram e 117 foram expulsos.⁴⁵ Esta rotatividade dos membros, por sua vez, refletia a precária condição financeira do pretense “grupo inteligente” afro-brasileiro; embora aspirando uma mobilidade ascendente e um status de classe média, só muito raramente eles realmente ocupavam os cargos e recebiam os salários nos quais este status estava baseado. Em vista disso, nenhuma das sociedades de dança de classe média atingiu nada que se aproximasse da longevidade dos mais humildes grupos de carnaval, pois vários deles existem até hoje.

Se a música e a dança eram uma atividade de lazer altamente valorizada pelos afro-brasileiros, o esporte era outra. Neste caso também, da mesma forma que os clubes sociais e as socie-

44. “A propósito de um texto”, *O Kosmos* (20 de abril de 1924), p. 1; “Oferta”, *O Kosmos* (15 de março de 1923), p. 3.

45. “Relatório de 1923”, *O Kosmos* (20 de janeiro de 1924); “Relatório”, *O Kosmos* (25 de janeiro de 1925).

dades de dança, os clubes atléticos dos brancos praticavam uma rigorosa exclusão dos pretos e dos pardos. E, mais uma vez, a resposta dos afro-brasileiros a esta situação foi a criação de clubes dos negros, vários dos quais conseguiram considerável renome na cidade pela alta qualidade de seus times de futebol. Os mais conhecidos eram a Associação Atlética São Geraldo, estabelecida em torno de 1910, e o Clube Cravos Vermelhos, fundado em 1916, que mais tarde tornou-se o Clube Atlético Brasil. Entretanto, a ambição da maioria dos jogadores de futebol negros era jogar para os times dos brancos, mais conhecidos, e quando a segregação dos times de São Paulo começou a enfraquecer na década de 1930 (em uma reação invejosa à contratação de jogadores negros pelos clubes do Rio de Janeiro na década de 1920, e o correspondente fortalecimento desses times), os melhores jogadores saíram dos clubes dos negros para jogar para seus contrapartes brancos. Entretanto, mesmo nesta ocasião ainda era negada aos afro-brasileiros a condição de sócios nas organizações brancas, que, além de manter times profissionais, funcionavam como clubes sociais e atléticos. Em vez disso, eram admitidos como empregados pagos, sem nenhum dos direitos dos sócios.⁴⁶

Com exceção das irmandades religiosas, todas as organizações que examinamos até agora concentravam suas atividades no lazer e na recreação. Embora elas tenham surgido como reação à discriminação e à segregação raciais, não foram criadas com o propósito de combater ativamente essa discriminação. Várias delas deixaram evidências - em seus registros e em seus jornais - da infelicidade e da inquietação entre seus membros com respeito à desigualdade social e às barreiras de cor em São Paulo; mas nenhuma delas parece ter realizado qualquer esforço coletivo para

46. Sobre os clubes atléticos negros, ver "O São Geraldo", *O Clarim da Alvorada* (26 de julho de 1931), p. 3; "O negro e o esporte" e "Club Athletico Brasil", *Evolução* (13 de maio de 1933), pp. 8, 16; "Tudo preto", *Progresso* (fevereiro de 1931), p. 4. Sobre o início do futebol em São Paulo, e seu caráter segregado durante a década de 1930, ver "O negro no futebol brasileiro", *Placar* (13 de maio de 1988), pp. 36-42. Este último artigo diz que os primeiros jogadores negros só foram contratados em São Paulo em 1940, embora o *Evolução* diga (em 1933) que, após repetidas derrotas diante dos times do Rio, "alguns dos nossos grêmios começaram a aceitar em suas fileiras os pretos paulistas". Ver também "Bixiga, de italianos e negros", *Folha de São Paulo* (6 de dezembro de 1983).

protestar, reduzir ou eliminar esses males. Esta situação começou a mudar durante a década de 1920, em resposta a desenvolvimentos dentro da comunidade negra e também dentro da sociedade paulista e da sociedade brasileira em geral.

Não é por acaso que os momentos da mais intensa organização e ação coletivas afro-brasileiras tenham coincidido com os momentos da principal crise política e mudança de regime na história brasileira. Às vezes, como em 1887-1889, a ação coletiva negra contribuiu para essas crises e ajudou a provocar a falência de um tipo de regime político e sua substituição por outro. Mais comumente, no entanto, o debate e a atividade políticas dentro da comunidade negra intensificaram-se em resposta às forças e pressões que já produziam crises e insegurança na sociedade em geral.

Em todo o Brasil, e particularmente em São Paulo, a década de 1920 testemunhou uma profunda sensação de alienação pública da República, que foi criada com elevadas esperanças em 1889. À medida que as classes média e operária urbana cresceram e se expandiram em São Paulo, no Rio de Janeiro e nos Estados do sul, elas passaram a se ressentir cada vez mais das severas restrições da República à participação política popular e da maneira como suas instituições concentravam o poder nas mãos da classe dos fazendeiros. E por mais paradoxal que possa parecer, na década de 1920 uma parcela importante das elites agrícolas da nação estava também desencantada com a República. Embora a República permitisse a essas elites um controle substancial sobre a vida política local, ela favorecia claramente os interesses do café do Sudeste em contraposição aos interesses agrários rivais das regiões norte e sul do país. E ainda que os cafeicultores estivessem cada vez mais insatisfeitos com a acumulação gradual de um poder cada vez maior nas mãos do Estado republicano, como se ele estivesse realizando as funções de um Estado nacional do século XX; na área da economia, manipulando o câmbio e a política de exportação, garantindo o valor do crédito, intervindo na economia internacional do café e também na economia interna; na área social, debatendo e atuando sobre a política trabalhista e sobre "a questão social"; e na área da política, criando forças armadas nacionais capazes de superar as milícias estaduais. Até mesmo os fazendeiros de café, padrinhos e patronos do Estado republicano,

agora temiam que os políticos e os administradores daquele Estado pudessem estar escapando do seu controle e desenvolvendo níveis inaceitáveis de independência e autonomia.⁴⁷

Os primeiros anos da República testemunharam vários levantes violentos por parte de brasileiros pobres e membros da classe operária que se opunham às políticas do Estado dominado pelos fazendeiros.⁴⁸ A inquietação da massa continuou na década de 1910 com o motim naval de 1910, no Rio, a Rebelião do Contestado em Santa Catarina (1912-1916), a greve geral de 1917, o levante anarquista de 1918, e a continuada atividade grevista em 1919 e 1920.⁴⁹ E a década de 1920 testemunhou uma maior ampliação da oposição à República, quando jovens oficiais do exército rebelaram-se contra a corrupção e estagnação desse Estado e formaram um novo movimento político, o tenentismo, responsável por levantes militares em 1922 no Rio e em 1924 em São Paulo.

47. Para uma discussão da crise política da República durante a década de 1920, ver Peter Flynn, *Brazil: A Political Analysis* (Boulder, Colo. 1979), pp. 41-50; Boris Fausto, *A revolução de 1930* (São Paulo, 1970), pp. 92-104; Silvio Duncan Baretta e John Markoff, "The Limits of the Brazilian Revolution of 1930", *Review* 9, 3 (1986), pp. 416-435.

48. Sobre o movimento milenar de Antônio Conselheiro no Estado nordestino da Bahia (1893-1897), ver Euclides da Cunha, *Rebellion in the Backlands* (Chicago, 1944); e Robert M. Levine, "Mud-Hut Jerusalem": Canudos Revisited", *Hispanic American Historical Review* 68, 3 (1988), pp. 525-572. Sobre a Revolta contra a Vacina de 1904 no Rio de Janeiro, ver Jeffrey D. Needell, "The Revolta contra Vacina de 1904: The Revolt against Modernization in Belle Époque Rio de Janeiro", *Hispanic American Historical Review* 67, 2 (1987), pp. 223-270; Teresa Meade, "Civilizing Rio de Janeiro: The Public Health Campaign and the Riot of 1904", *Journal of Social History* 20, 2 (1986), pp. 301-322; Carvalho, *Os bestializados*, pp. 91-139.

49. O motim naval de 1910, conhecido como a Revolta da Chibata, foi desencadeado pela recusa dos marinheiros (dos quais 50 por cento eram pretos e 30 por cento pardos) de continuar a se submeter às chicotadas, que eles associavam à escravidão. Petições dos marinheiros ao presidente diziam que eles "não podiam mais suportar a escravidão na marinha brasileira" ou oficiais "que façam de nós seus escravos". June Hahner, *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920* (Albuquerque, 1986), pp. 271-272; ver também Alvaro Bomilcar, *O preconceito de raça no Brasil* (Rio de Janeiro, 1916), pp. 7-45, 96-101; Gilberto Freyre, *Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic* (New York, 1970), pp. 399-401. Sobre a Rebelião do Contestado, ver Todd Alan Diacon, "Capitalists and Fanatics: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916" (dissertação de Ph.D., Universidade de Wisconsin-Madison, 1987).

Da mesma forma que o desassossego dos operários, estas revoltas foram finalmente dominadas pelo governo.⁵⁰ Mas ao revelarem a existência de uma profunda insatisfação entre os militares, elas encorajaram os oponentes do regime pertencentes às classes média e alta a iniciar a criação de uma genuína oposição política. Em São Paulo, este movimento assumiu a forma do Partido Democrático, fundado em 1926. Uma “aliança das classes médias de São Paulo com elementos descontentes do setor agrário”, os democratas foram a primeira oposição eleitoral séria que o Partido Republicano paulista enfrentou desde que chegou ao poder no início da década de 1890. Devido à estrutura eleitoral e política da República, que permitia que ao partido da situação amplos poderes para manipular e controlar o processo eleitoral, o Partido Democrático tinha pouca oportunidade de eleger seus candidatos. Entretanto, seguindo o rastro das contestações dos operários e das revoltas dos tenentes, ele assinalou a presença de um antagonismo à República, que ultrapassou o escopo dos trabalhadores e dos pobres, para alcançar a classe média e também alguns setores da elite agrária.⁵¹

Os negros faziam parte desta maré alta em termos de organização e agitação política. Afinal, a República os havia tratado particularmente mal. Começou privando a maioria deles do direito de participar da política, negando o voto aos analfabetos. Os negros de São Paulo assistiram o governo do Estado investir milhões de dólares nos imigrantes estrangeiros, enquanto se recusavam a gastar qualquer quantia com os trabalhadores negros nascidos no Brasil. A educação pública, exigência constante dos negros, era fortemente limitada. Votar no Partido Republicano (como o fizeram, comumente, os eleitores negros - e brancos - em São Paulo, seguindo o sábio conselho do mulato republicano Francisco Glicério de que “se unir à oposição neste país é um ato de to-

50. Embora os sobreviventes da rebelião de São Paulo de 1924, e de um levante que se seguiu no Rio Grande do Sul, tenham realizado uma “longa marcha” de três anos percorrendo 22 mil quilômetros de território brasileiro, durante os quais eles tentaram sem sucesso colocar os camponeses contra a República. Sobre este surpreendente episódio, ver Neill Macaulay, *The Prestes Column: Revolution in Brazil* (New York, 1974).

51. Sobre o Partido Democrático, ver Fausto, *Revolução de 1930*, pp. 32-38.

tal insanidade”) não proporcionou aos negros sequer sua parcela justa de empregos públicos.⁵²

Por isso, quando a resistência à República ganhou forças durante a década de 1920, correntes similares também começaram a se movimentar na comunidade negra. Em uma sociedade mais racialmente aberta, essas correntes poderiam ter arrastado os afro-brasileiros para o movimento operário, o movimento dos tenentes ou o Partido Democrático. Mas foi aplicado o mesmo padrão observado nas irmandades religiosas, nos clubes sociais e nos clubes atléticos. Os homens negros eram proibidos de ingressar no corpo de oficiais, e por isso não puderam participar do tenentismo. O movimento operário de São Paulo permaneceu dominado por líderes imigrantes; e os membros da classe média e da elite de ambos os partidos - Republicano e Democrático - não tinham nenhum interesse em ver os afro-brasileiros participando ativamente nos partidos políticos.⁵³ Em vista disso, quando os negros pro-

52. Citação de Glicério de Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937* (Stanford, 1980), p. 112.

53. O estudo de Joseph Love da elite política de São Paulo durante a República encontrou apenas dois afro-brasileiros, ambos republicanos mulatos, em uma elite de 263 pessoas. Um foi Francisco Glicério, que desempenhou um papel importante na conspiração para derrubar a monarquia, em 1889, e que subseqüentemente foi ministro da agricultura do governo federal. O outro foi Armando Prado, membro ilegítimo da importante família Prado, freqüentemente mencionado nos jornais negros nas décadas de 1910 e 1920. Durante algum tempo ele até teve seu próprio jornal - *A Sentinella* - destinado a um público afro-brasileiro. Love, *São Paulo*, pp. 85, 156; Darrell E. Levi, *The Prados of São Paulo, Brazil: An Elite Family and Social Change, 1840-1930* (Athens Ga., 1987), p. 120.

De todos os partidos políticos da República somente o Partido Comunista parece ter feito um esforço sério para recrutar afro-brasileiros. Os comunistas apelaram para a população negra se unir a eles “porque só a ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de côr ou de nacionalidade, e de dar aos pretos do Brasil a imensa perspectiva de liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos.” Edgar Carone, *O PCB (1922-1943)* (São Paulo, 1982), 1, pp. 167, 178; ver também Edgar Carone, *Movimento operário no Brasil (1877-1944)* (São Paulo, 1979), pp. 333-336; Robert M. Levine, *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938* (New York, 1970), pp. 63, 73; Flynn, *Brazil*, pp. 78, 92, fn. 34. No entanto, Levine argumenta que estes esforços produziram uma resposta pequena entre a população negra. Certamente, a classe média negra era declaradamente anticomunista. Ver, por exemplo, a resposta do *Progresso* aos apelos so-

curaram maneiras de se associar à crescente oposição à República, começaram a pensar em termos de formar sua própria organização política afro-brasileira.

Em 1925, *O Clarim da Alvorada* clamava pela criação do Congresso da Mocidade dos Homens de Côr, "um grande partido político composto exclusivamente de homens de côr". Esses apelos não produziram resultados imediatos, mas sem dúvida foram parte do impulso subjacente à fundação, em 1927, do Centro Cívico Palmares. Assim chamado em homenagem ao quilombo de Palmares do século XVII, o centro originalmente destinava-se a proporcionar uma biblioteca cooperativa para a comunidade negra. A organização logo progrediu e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto do governo que proibia aos negros ingressar na milícia do Estado, a Guarda Civil. O Centro foi bem sucedido ao requerer do Governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participar de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais "robusto" e eugenicamente desejável do Estado.⁵⁴

Estas incursões iniciais na política foram suficientemente encorajadoras para estimular *O Clarim* a levantar a questão: "O negro deve ser político?" Com certeza, foi sua resposta. "O negro, até a presente data, não teve conhecimento de um só Governador que, em suas plataformas políticas tivesse colocado uma só linha ao interesse do negro, para que este tenha algum merecimento, além dos que lhes são dispensados nas ocasiões tão somente de eleições" - isto é, a compra de seus votos. "Se conseguíssemos agremiar um só bloco, então o negro veria mudada a sua posição,

viéticos para os negros se unirem a eles em sua luta contra o capitalismo. "Será mesmo que os soviets pensam que os negros embarcam em canoa furada?" *Progresso* (28 de abril de 1929), p. 5.

54. "A esmola", *O Clarim da Alvorada* (15 de novembro de 1925), p. 1; Fernandes, *Integração do negro*, 1, pp. 301, 330; "Preconceito tolo e absurdo", *Progresso* (12 de outubro de 1928), p. 1; *Progresso* (16 de dezembro de 1928), p. 3; "Pedra que rola da montanha", *Progresso* (24 de março de 1929). O centro atraiu considerável apoio, envolvendo mais de setecentos membros. "Centro Cívico Palmares", *O Clarim da Alvorada* (27 de outubro de 1929), p. 4.

sem precisar curvar-se, a cada passo, ao mando e vontade de outros.”⁵⁵

As eleições de 1930 pareceram oferecer uma oportunidade desse tipo, mas a imobilização do Centro Cívico Palmares no final de 1929, devida, ironicamente, a uma disputada eleição presidencial dentro da organização, privou a população negra do veículo institucional de criar um bloco eleitoral. Seja como for, a própria eleição foi bastante discutível. Foi vencida, como sempre, pelo Partido Republicano, mas em outubro um terceiro levante dos tenentes, apoiado desta vez pelas elites proprietárias de terras do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e dos Estados do Nordeste, não aceitou os resultados das eleições e derrubou a República. Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e candidato presidencial da oposição nas últimas eleições, assumiu a presidência, cargo que ocuparia até 1945. Iniciava-se uma nova era na política brasileira.

a frente negra brasileira

A República foi derrubada; o domínio dos fazendeiros estava terminado. Mas o que iria substituí-lo? Entre 1930 e 1937, uma agitação de interesses políticos e econômicos conflitantes - elites agrárias, sindicatos, industriais, oficiais militares, classe média urbana, comunistas, fascistas, republicanos - lutou acirradamente para definir a nova ordem política, recorrendo em mais de uma ocasião à violência armada. No decorrer da década, estas lutas tornaram-se suficientemente intensas para que, em 1937, o Presidente Vargas e seus conselheiros as usassem como justificativa (ou pretexto, dependendo do ponto de vista) para sua decisão de fechar o processo político, abolir os partidos políticos e impor ao país a ditadura, o Estado Novo de inspiração fascista.⁵⁶

55. “O negro deve ser político?” *O Clarim da Alvorada* (27 de outubro de 1929).

56. Sobre as lutas políticas deste período, ver Thomas Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy* (New York, 1968), pp. 3-47; Levine, *The Vargas Regime*; and Flynn, *Brazil*, pp. 59-93. Vargas adotou o termo “Estado Novo” do ditador português Antônio de Oliveira Salazar, cujo regime foi assim cunhado em 1930 e depois aplicado à constituição portuguesa de 1933, um documento bastante influenciado pelo fascismo italiano. A.H. de Oliveira Marques, *History of Portugal* (New York, 1976), 2, p. 181.

Mas em 1930 tudo isso ainda estava por acontecer, e aqueles que estavam sendo mal servidos pela República e por sua falsa democracia nada tinham a fazer senão aplaudir a “revolução”. Muitos afro-brasileiros achavam ter uma razão particular para apoiá-la.

Sem proteção consular - estrangeiro dentro da própria Pátria - eu aguardei confiante, na palavra de fé e na ação daquelles que um dia iriam se rebelar contra todas as ignomínias, contra todos os escárneos aos brios de uma raça ... Se a Revolução Brasileira não houvesse rompido os pórticos desse solar em ruínas, onde medrava a República escravizada, eu tenho que as instituições e seus homens teriam cahido de por si, como o fructo podre que não mais se sustem na haste. Chegou, porém, no seu termo, a hora do Brasil.⁵⁷

Vargas não desapontou seus partidários negros. Após apenas um mês no cargo, criou o novo Ministério do Trabalho e instruiu seus funcionários para começar a trabalhar em um pacote de programas e reformas que visavam melhorar a posição dos trabalhadores brasileiros. Um dos primeiros produtos deste planejamento foi a Lei da Nacionalização do Trabalho, promulgada em 1931, cujo objetivo era “defender o trabalhador nacional da concorrência do estrangeiro”, requerendo que as empresas industriais e comerciais mantivessem uma força de trabalho que fosse composta por pelo menos dois terços de brasileiros natos. Vargas também tomou medidas para reduzir as cotas de imigração e falou sobre a necessidade de se proteger contra a formação de “quistos de influência estrangeira” em solo brasileiro.⁵⁸

Estas palavras soaram como música nos ouvidos da população negra de São Paulo. Aclamando Vargas como o “pai dos pobres”, os afro-brasileiros reuniram-se para apoiá-lo, o que continuaria até sua morte em 1954.⁵⁹ Também se movimentaram para

57. “A arrancada para o Infinito”, *Progresso* (30 de novembro de 1930), p. 1.

58. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil* (25 de agosto de 1931), pp. 13, 552-13, 558; Arthur Hehl Neiva, “Getúlio Vargas e o problema da imigração e a colonização”, *Revista de Imigração e Colonização* 3, 1 (Abril de 1942), pp. 24-70.

59. Sobre o disseminado apoio a Vargas entre a população negra de São Paulo, ver Bosi, *Memória e sociedade*, pp. 312-314. No que se refere ao seu apoio entre os pobres e a classe trabalhadora em geral, ver pp. 115, 117, 178-179, 372-375. Sobre o continuado apoio eleitoral negro a Vargas

aproveitar a abertura política criada pela destruição da ordem republicana, criando "a legião dos homens negros" que *O Clarim da Alvorada* invocou pela primeira vez em 1925.⁶⁰

Um dos participantes de maior destaque da vida cívica negra em São Paulo durante a década de 1920, e freqüente colaborador da imprensa negra, foi Arlindo Veiga dos Santos, um migrante da Bahia que trabalhava como secretário da Faculdade de Direito e jornalista em tempo parcial. Dos Santos trabalhou com José Correia Leite e Jayme Aguiar em seus esforços para organizar o Congresso da Juventude Negra, e também foi presidente do Centro Cívico Palmares. Em setembro e outubro de 1931, Santos convocou uma série de encontros públicos para discutir a criação de uma nova organização negra, explicitamente política, para complementar o trabalho de Palmares. Tanto a freqüência quanto os sentimentos expressados nesses encontros deixaram claro que havia um apoio público substancial para um movimento desse tipo, e em 12 de outubro a Frente Negra Brasileira foi oficialmente inaugurada.⁶¹

Vários fatores combinaram-se para produzir esta onda de apoio. Um deles foi sem dúvida a dificuldade econômica da depressão. Entretanto, talvez ainda mais importante que as pressões econômicas tenham sido as mudanças políticas que estavam ocorrendo no Brasil. A suposição de que a política era exclusivamente uma atribuição da elite - e da qual o povo estava rigorosamente excluído - foi seriamente questionada durante as décadas de 1910 e 1920 e agora parecia ter sido derrubada pela Revolução de 1930. Juntamente com os trabalhadores brancos e com a classe média branca, os negros clamaram para ser incluídos na participação política mais ampla que aquela revolução parecia pressagiar. Uma reportagem de um dos principais jornais negros sobre os encontros de organização da Frente comentou sobre a atmos-

e a seu Partido Trabalhista Brasileiro nas décadas de 1940 e 1950, ver Amaury de Souza, "Raça e política no Brasil urbano", *Revista de Administração de Empresas* 11, 4 (1971), pp. 61-70.

60. "Vivemos sem lar", *O Clarim da Alvorada* (25 de janeiro de 1925), p. 3.

61. Sobre Arlindo Veiga dos Santos e a fundação da Frente, ver *O Clarim da Alvorada* (6 de janeiro de 1929), p. 4; "Congresso da Mocidade Negra Brasileira", *O Clarim da Alvorada* (9 de junho de 1929), p. 1; "Movimento de arregimentação da raça negra no Brasil", *O Clarim da Alvorada* (28 de setembro de 1931), p. 2; "Estatutos da Frente Negra Brasileira", *A Voz da Raça* (agosto de 1936).

fera palpável de esperança e expectativa. “A reunião de ontem a noite foi realmente notável, tanto sob o ponto de vista de assistência, que foi vultosíssima, quanto pelos discursos oferecidos ... Sente-se visivelmente uma consciência nacional despertando entre os negros brasileiros, impelindo-os a uma participação mais direta na vida social e política do país ...” Recordando esses encontros anos mais tarde, um dos seus participantes enfatizou o mesmo tema: “O negro queria participar pois se sentia como o maior beneficiado daquela revolução [de 1930]. Apeados do poder foram os escravocratas, os homens que sempre espezinhavam os negros. Então era a hora de o negro participar.” Até mesmo jornais negros relativamente conservadores, como o *Progresso*, que durante a década de 1920 havia tentado reduzir a extensão da discriminação e do racismo na cidade, e pedido moderação e acomodação a seus leitores, não pôde resistir à excitação. “Na hora em que o Brasil vae reunir o seu Congresso Constituinte [1933], dando uma nota ao Brasil novo, os homens e mulheres da raça negra devem compreender e batalhar para que nesse Congresso o negro tenha sua representação de seus legítimos irmãos de raça ... Homens e mulheres da raça negra, batalhe com ardor para que no alto conselho da nação a voz do negro se levante como uma tuba de guerra impondo ao Brasil, para a raça, os esplendores da Justiça.”⁶²

A reação do público ao estabelecimento da Frente superou qualquer expectativa de seus organizadores. A organização expandiu-se rapidamente por todo o Estado de São Paulo e para o sul de Minas Gerais e Espírito Santo; frentes independentes foram também criadas na Bahia e no Rio Grande do Sul.⁶³ Nos anos sub-

62. “Movimento de arregimentação de raça negra no Brasil”, *Diário de São Paulo* (17 de setembro de 1931), p. 5; “Depoimentos”, *Cadernos Brasileiros* 47 (1968), p. 21; “Frente Única”, *Progresso* (15 de novembro de 1931), p. 3.

63. Sobre as divisões locais da Frente no Estado de São Paulo e em toda parte, ver os relatos freqüentes que aparecem em *A Voz da Raça*. Sobre os Frentes em outros Estados, ver “Concentração frentenegrina em São Paulo”, *A Voz da Raça* (outubro de 1936); “A Frente Negra e o ano de 1937”, *A Voz da Raça* (dezembro de 1936); “Discurso do representante da Frente Negra Pelotense”, em *Estudos afro-brasileiros* (Rio de Janeiro, 1935), pp. 269-271; Maria de Azevedo Brandão, “Conversa de branco: questões e não-questões da literatura sobre relações raciais”, *Revista de Cultura Vozes* 73,3 (1979), pp. 33-35.

seqüentes, ex-líderes da Frente recordaram sua admiração diante desta onda de entusiasmo sem precedentes na comunidade, e sua incerteza sobre a melhor maneira de proceder diante dessa reação. Francisco Lucrécio, que se uniu à organização no início da década de 1920, recorda como “a gente já estava agotadíssimo, saíamos de lá [da sede da Frente] doentes porque éramos dedicados, éramos fanáticos. Eu na juventude não fazia outra coisa; estudar, ir para casa e ir para a FNB. Não ia a um cinema, não ia a um teatro.” Os jornais de São Paulo que cobriram a primeira campanha política da organização (em 1933, Arlindo Veiga dos Santos disputou a assembléia municipal) entrevistou jovens que estavam trabalhando há quarenta horas sem descanso, cobrindo a cidade com cartazes do seu candidato.⁶⁴

Níveis comparáveis de esforço foram canalizados para uma variedade de programas destinados a melhorar a situação da população negra de São Paulo. A Frente subvencionou cursos de alfabetização e vocacionais para adultos, e montou uma escola elementar. Criou uma clínica que oferecia cuidado médico e odontológico a baixo custo, e seu departamento legal proporcionava assistência aos membros envolvidos em disputas com proprietários de terras ou com os patrões. Também oferecia benefícios de auxílio mútuo e estabeleceu uma cooperativa de crédito como parte de uma campanha “compre sua própria casa”, destinada a ajudar os afro-brasileiros a escapar dos porões fétidos do centro da cidade, comprando terrenos e casas nos então subúrbios periféricos de Jabaquara, Saúde e Casa Verde. Esta campanha parece ter conseguido algum sucesso, a julgar por observações contemporâneas relativas ao movimento negro nessas novas partes da cidade.⁶⁵

Estes programas - e a mensagem geral da Frente de ascensão moral e progresso material da raça negra - atraíram uma quan-

64. Fernandes, *Integração do negro*, 2, p. 19; “Frente Negra Brasileira, 1930-1937” (trabalho de pesquisa cooperativo, Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, 1985), anexo 3; “A Frente Negra Brasileira trabalha pela vitória do seu candidato”, *Correio de São Paulo* (1 de maio de 1933), p. 7. 65. Sobre as atividades educacionais e de ajuda mútua da Frente, ver *A Voz da Raça*. Sobre o movimento em direção aos subúrbios, ver Ferrara, *Imprensa Negra*, p. 67; “Frente Negra Brasileira”, anexo 2; e Raquel Rolnik, “Territórios negros em São Paulo: Uma história” (documento não publicado apresentado no Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Albuquerque, N.M., 1985), p. 14.

tidade substancial de membros, embora seu tamanho preciso seja difícil de determinar. A declaração da organização de São Paulo de um número de cem mil membros espalhados por todo o Brasil é evidentemente exagerada; até a estimativa de Michael Mitchell de 6.000 membros na cidade de São Paulo, mais 2.000 em Santos e um número indeterminado em divisões espalhadas em torno do Estado pode ser elevada.⁶⁶ Embora a maior parte dos membros pareça ter sido de origem pobre e da classe operária, somente aqueles que ascenderam para empregos de colarinho branco ou profissionais liberais podiam aspirar a se juntar à liderança.⁶⁷ Esta exclusividade de classe foi ressentida pelos afro-brasileiros mais pobres, e em meados da década de 1930 estava causando sérios problemas para a expansão continuada da organização. Um artigo de 1935 em *A Voz da Raça* relatou a resistência de negros que se recusavam a se tornar membros devido a sua sensação de que “mais e mais na Frente Negra existe um bloco de negrinhos e negrinhas convencidas, que pensam que são mais do que nós”. O artigo confirmava inquestionavelmente a exatidão dessas impressões prossequindo para repudiar os indivíduos citados como “uns pobres inexperientes, que além de falta de cultivo estão entregues à ignorância”.⁶⁸

Fosse qual fosse o seu número, os membros da Frente eram aparentemente muito poucos para exercer qualquer impacto sobre a política eleitoral do Estado. Apesar de uma longa campanha para registrar seus membros como eleitores, a Frente não parece

66. Mitchell, “Racial Consciousness”, p. 131.

67. Todos os membros da liderança da Frente, para os quais as profissões podem ser determinadas eram profissionais liberais ou funcionários de escritório. Estes incluem Arlindo Veiga dos Santos (secretário de escritório), Raul Joviano Amaral (contador), Antônio Martins dos Santos (engenheiro), e Franciscô Lucrécio (dentista). Deocleciano Nascimento era uma figura de destaque na imprensa negra (editor de *O Menelik* [1916] e do *Auriverde* [1928], e Anibal de Oliveira pode ter sido o “A. Oliveira” que editou *O Alfinete* em 1918.

68. “Por acaso”, *A Voz da Raça* (31 de agosto de 1935), p. 4. Entretanto, a Frente também parece ter tido dificuldade para recrutar afro-brasileiros de classe média. Um artigo de 1936 criticava “os meus irmãos de cor, que conseguiram seus diplomas de Médico, Advogado, Engenheiro, Professor e Dentista, olhando com indiferença essa magnífica iniciativa de cultura, trabalho e educação dos negros pequenos e humildes” e os incita a se juntar ao trabalho da Frente. “Alvorada da ‘Frente Negra’”, *A Voz da Raça* (julho de 1936), p. 2.

ter eleito nenhum candidato durante seus sete anos de existência, e até experimentou alguma dificuldade em seu registro como partido político. O tribunal competente para conceder o registro (o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral) dividiu-se em sua reação à petição da Frente, com um de seus membros argumentando que o partido proposto “contravem a ordem pública ... [porque] pretende reivindicar direitos que já estão consignados pela Constituição”, isto é, direitos de plena igualdade diante da lei. Outro juiz respondeu que, como esses direitos eram de fato garantidos pela Constituição não deveria haver objeção para um partido adotá-los como sua plataforma. O terceiro magistrado concordou, observando que “a confusão provinha do facto de serem os fins da sociedade escriptos na linguagem de preto novo, nada havendo inconstitucional ou illegal em si.” Tendo como base esta votação de dois para um, em 1936 a Frente obteve permissão para se registrar como um partido reconhecido.⁶⁹

Apesar de suas derrotas eleitorais, a Frente obteve algum sucesso como grupo de pressão e lobby em questões que envolviam a discriminação racial. Conseguiu eliminar as políticas de admissão de somente brancos nos riques de patinação da cidade e em outros locais de lazer público. Também retomou a questão do ingresso de negros na Guarda Civil, que o Centro Cívico Palmares havia tentado resolver na década de 1920. Embora não houvesse nenhuma lei nos estatutos impedindo o ingresso dos negros, a discriminação informal continuava a compor um obstáculo aos candidatos negros. (Isto poderia ter sido prognosticado a partir da reação do comandante da Guarda ao decreto de 1928: “Com a entrada de nêgros, podemos abrir a porta a morféticos e a portadores de defeitos físicos.”⁷⁰) Responsabilizando “a administração, interna da Guarda Civil de S. Paulo, [que] é composta, na sua maioria, de estrangeiros”, a Frente apelou diretamente ao Presidente Vargas, que, após receber uma delegação da liderança da Frente, ordenou à Guarda que alistasse imediatamente 200 recrutas negros. No decorrer da década de 1930, cerca de 500 afro-brasileiros ingressaram na milícia do Estado, um dos quais ascendeu até o posto de coronel.⁷¹

69. “Inscripta como partido a Frente Negra”, *A Raça* (21 de dezembro de 1935).

70. Fernandes, *Integração do negro*, 1, p. 301.

71. Ferrara, *Imprensa negra*, pp. 74-75; “A Frente Negra Brasileira faz reviver o caso da regência”, *Folha de São Paulo* (8 de abril de 1932), p. 5; “Frente Negra Brasileira”, anexo 3.

A referência ao predomínio de estrangeiros na Guarda representa um elemento recorrente no discurso da Frente: uma orientação xenofóbica anti-imigrantes que por sua vez estava ligada a uma ideologia e prática autoritárias bastante emprestada do fascismo. A xenofobia não era de modo algum peculiar à Frente neste período. Durante a República, o governo havia se esforçado para destruir o movimento operário, denunciando seus líderes como estrangeiros sediciosos e os deportando. Na década de 1920, o Partido Democrático fez acusações similares contra os republicanos, comentando sobre o número substancial de empresários estrangeiros na ala industrial do Partido Republicano, e a manipulação fraudulenta pelos republicanos dos “votos” dos colonos italianos no campo. Segundo os democratas, isto resultou no “fato ... tão patente” que sob o domínio republicano, “São Paulo vai desnacionalizando, graças à contubérnia do partido dominante com esses ignóbeis elementos alienígenas”.⁷²

Esta onda crescente de nativismo foi uma resposta direta aos esforços da República para recompor o Brasil à imagem da Europa, esforços que não se concretizaram exatamente como foi planejado. As elites brasileiras imaginaram uma “Belle Époque” tropical criada à imagem da burguesia da França e da Grã-Bretanha. Em vez disso, o que conseguiram foi uma “praga” de camponeses e operários do sul e do leste da Europa que, para horror dos fazendeiros, se comprovaram tão analfabetos, sem asseio, inclinados ao crime e avessos ao trabalho honesto quanto seu próprio povo racialmente misturado - e, para completar, politicamente bem mais radicais.⁷³

A classe média brasileira percebeu uma ameaça diferente colocada pelos imigrantes - aquela da competição econômica. Durante a década de 1890, os lojistas, escriturários e artesãos do

72. Fausto, *Revolução de 1930*, pp. 36-37.

73. No final da década de 1920, é incrível ver jornais que trinta anos antes haviam aclamado a imigração como a salvação do Brasil, agora sacudindo suas cabeças sobre como “São Paulo, cidade cosmopolita, viu-se, de um momento para outro, cheia de gente estranha, vestida bizarramente ... mal aclimatados, exprimindo-se apenas na sua língua materna”, que têm pouco ou nada para contribuir para o desenvolvimento da cidade. “Uma praga ... e outra”, *A Gazeta* (7 de agosto de 1928), p. 8. O conceito de uma “Belle Époque tropical” é sugerido por Jeffrey D. Needell, *A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro* (Cambridge and New York, 1987).

Rio de Janeiro organizaram um movimento “jacobino” nativista para protestar contra as invasões dos imigrantes nas profissões especializadas e nos pequenos negócios. Nenhum desses movimentos desenvolveu-se nessa época em São Paulo, embora em 1896 a cidade tenha sofrido quatro dias de tumultos anti-imigrantes provocados pelas queixas públicas do domínio dos italianos nas profissões especializadas e nos pequenos comércios. Mas nas décadas de 1920 e 1930, São Paulo superou o Rio na profundidade e força de seu sentimento anti-imigrantes. Esses sentimentos estavam mais solidamente enraizados na classe média do Estado economicamente preparada para a luta, comprimida entre a crise crescente (e, como em 1929, o colapso) da economia do café e a competição incessante com os imigrantes e seus filhos por empregos, educação e posição social. Não foi por acaso que o movimento integralista do Brasil, de inspiração fascista, tivesse nascido em São Paulo (em 1932), que “os trabalhadores de colarinho branco, burocratas e profissionais liberais descontentes, homens das fileiras inferiores da carreira militar e comerciantes de cidades pequenas dominassem os componentes da célula integralista”, e que o sentimento anti-imigrantes compusesse um dos temas dominantes do movimento. O nativismo nascente da década de 1920 floresceu plenamente na atmosfera acalorada e politicamente carregada da década de 1930, e o nacionalismo extremo constituiu um tema constante no discurso político daqueles anos, particularmente da Direita. Os integralistas rotineiramente denunciavam o controle da economia do Brasil por banqueiros e capitalistas estrangeiros, publicavam uma literatura anti-semita tão grosseira que atraiu a atenção favorável do jornal nazista alemão *Der Stürmer*, e promoviam um programa de barulhento nacionalismo econômico e cultural.⁷⁴

Se as elites e a classe média branca sucumbiram aos sentimentos anti-imigrantes, não surpreende nada encontrar os afro-brasileiros fazendo o mesmo. Mais que qualquer outro grupo em

74. Sobre o nativismo da classe média, ver Hahner, *Poverty and Politics*, pp. 150-155; e Topik, “Middle-Class Brazilian Nationalism”, pp. 93-103. A citação sobre o integralismo é de Levine, *The Vargas Regime*, p. 99; sobre as origens sociais (brasileiros natos, predominantemente das classes média e média baixa) dos integralistas, ver Hélió Trindade, *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30* (2a edição, São Paulo, 1979), pp. 130-149.

São Paulo, foram eles que suportaram a violência da imigração, e que foram mais repudiados enquanto o Estado era “europeizado”. Embora muitos negros tenham aceito a proposição de que os europeus substituíram os afro-brasileiros devido a sua maior energia e disposição para o trabalho pesado, outros argumentavam que os europeus estavam recebendo os benefícios da discriminação racial e, pior ainda, estavam desenvolvendo um gosto por ela. Durante a década de 1920, os jornais negros publicaram repetidas denúncias de discriminação por parte dos imigrantes contra os negros, principalmente nas áreas de emprego e serviços públicos, às vezes as concluindo com a profunda esperança de os imigrantes “procurarem outras pátrias, se transportarem para outros países onde não existem exemplares de pretos, dessa gente imbecil, atrasada e inferior que por aqui é encontrada em tão grande escala. Deixem-nos aqui tranquilos e ignorantes; mudem-se para os grandes núcleos civilizados ...” Ou, como declarou um outro jornal negro, se os imigrantes não quisessem ficar perto dos negros, toda semana havia navios saindo para a Itália.⁷⁵

O ano de 1928 marcou a última afirmação anteriormente otimista de *O Clarim da Alvorada*, de que “vivemos em comunhão perfeita, não somente com os brasileiros brancos, como também com o próprio elemento estrangeiro”. Em 1930, seu editor inverteu o curso para denunciar “as colônias de estrangeiras, [que] organizam-se entre si e fazem o preconceito, permitindo em seus meios os brasileiros não negros e berram sem receio a nossa inferioridade”. *O Progresso* concordou, noticiando uma onda crescente de racismo em São Paulo: “São sempre desagradáveis esses factos, principalmente quando a intolerância parte de elementos que também não estão em casa própria” - ou seja, os imigrantes.⁷⁶

Devido a esta raiva cada vez mais profunda contra os imigrantes, e às correntes xenofóbicas que se movimentavam vigorosamente em São Paulo na época, era totalmente inevitável que a Frente Negra desde o início abraçasse o nativismo. Seus estatutos

75. “Os pretos em São Paulo”, *O Kosmos* (21 de dezembro de 1924), republicado de *Getulino* (12 de outubro de 1924); “Que atrevimento!” *Getulino* (4 de novembro de 1923), p. 2.

76. “Na terra do preconceito”, *O Clarim da Alvorada* (4 de março de 1928), p. 3; “Preconceito que não se justifica”, *Progresso* (31 de janeiro de 1930); “O grande problema nacional”, *Evolução* (13 de maio de 1933), pp. 9, 13.

previam uma organização com um caráter “rigorosamente brasileiro”, e suas publicações e discursos denunciavam sistematicamente o domínio da vida brasileira pelos estrangeiros, personificados pelos capitalistas estrangeiros, proprietários de terras estrangeiros e “a política estrangeirista ou semi-estrangeirista que marcou o ominoso domínio do PRP [Partido Republicano Paulista]”. Seus líderes conclamavam “uma dura campanha nacionalista, contra a vaza semi-estrangeira ou toda estrangeira que maquina separatismos, bolshevismos, socialismos e outras coisas mais ou menos canhalhas”, e incitavam o regime de Vargas a “trancar as portas do Brasil [aos estrangeiros] por vinte ou mais anos”, para que os negros pudessem reconquistar sua posição de direito no país.⁷⁷

Os paralelos entre a orientação anti-imigrantes da Frente e aquela do movimento integralista são impressionantes, assim como outros pontos em comum entre os dois movimentos. Ambos compartilhavam um grande menosprezo pela democracia liberal e, apesar de sua rejeição das filosofias políticas estrangeiras, uma admiração explícita pelo fascismo europeu. Em um editorial de 1933 saudando a ascensão de Adolf Hitler ao poder, Arlindo Veiga dos Santos parabenizava-o por ter salvo a Alemanha das mãos do “cosmopolitismo judaico” e do “ópio entorpecente de 14 anos de república liberal democrática”. *A Voz da Raça* relatou de forma admirável as realizações do nazismo e do fascismo ao instilar disciplina e patriotismo em seu povo. Esta admiração pelo autoritarismo estendia-se ao próprio sistema de controle interno da Frente: os dirigentes não eram escolhidos por eleição, mas por funcionários encarregados dessa tarefa, e a organização como um todo era policiada por uma “milícia” moldada nos Camisas Verdes integralistas e comandada por Pedro Paulo Barbosa, um dedicado anticomunista e admirador de Mussolini.⁷⁸

77. Os estatutos da Frente estão reproduzidos em Ferrara, *Imprensa negra*, pp. 64-67, e “Estatutos da Frente Negra Brasileira”, *A Voz da Raça* (agosto de 1936); Fernandes, *Integração do negro*, 2, p. 49; “Apelo à economia”, *A Voz da Raça* (28 de outubro de 1933), p. 1; “A afirmação da raça”, *A Voz da Raça* (10 de junho de 1933), p. 1. Como diz Fernandes, *A Voz da Raça* oferece “farto material disponível” ao longo dessas linhas.

78. “A afirmação da raça”, *A Voz da Raça* (10 de junho de 1933), p. 1; “Apreciando”, *A Voz da Raça* (outubro de 1936), p. 1; para ensaios de Pedro Paulo Barbosa, ver “Apreciando”, e “O perigo vermelho”, *A Voz da Raça* (novembro de 1936), p. 1.

Aliando-se cada vez mais ao fascismo e ao integralismo (a organização chegou a adotar como seu o lema dos integralistas “pela família, pelo país e por Deus”, modificando-o um pouco e acrescentando “pela raça”), no decorrer da década de 1930, a Frente progressivamente retirou o apoio aos moderados e à esquerda da comunidade negra, o que levou os dissidentes na capital a criar o rival Club Negro de Cultura Social e uma pequena Frente Negra Socialista. A divisão de Santos finalmente cortou seu vínculo com a organização central e fez uma aliança eleitoral com o Partido Socialistas (que, caracteristicamente, a sede de São Paulo rejeitou como “uma orda de indesejáveis vinda de outros países”). Em *A Voz da Raça*, dos Santos respondeu a esses dissidentes com ataques violentos aos “Judas de sua raça” e enviando a milícia da Frente Negra Brasileira para destruir os escritórios de um jornal negro que criticou a administração de dos Santos.⁷⁹

Estas divisões amargas, quando associadas ao tamanho pequeno do voto negro, impediam a Frente de algum dia atingir seu objetivo de se tornar uma força política importante em São Paulo. Uma das características importantes de *A Voz da Raça* - se é que ela possuía alguma - em meados da década de 1930 era a ausência de um comentário político específico e concreto sobre os acontecimentos do dia. Há muita denúncia do bolshevismo internacional e dos “traidores” e “inimigos” anônimos, mas virtualmente nenhuma referência a candidatos, partidos ou políticas na cidade ou no Estado de São Paulo. Um editorial sobre as eleições para o Congresso em junho de 1937 não oferecia endossos específicos, mas simplesmente expressava a confiança de que os ne-

Arlindo Veiga dos Santos foi um proeminente monarquista em São Paulo durante a década de 1920, e em 1930 e 1931 tomou parte na fundação de várias organizações de inspiração fascista que precederam o integralismo. “Gentileza”, *Progresso* (24 de fevereiro de 1929); “D. Pedro Henrique”, *Progresso* (28 de setembro de 1930); Trindade, *Integralismo*, pp. 114 fn. 72, 118 fn. 85. Durante a década de 1960, ele ainda estava promovendo a causa monarquista através de um jornal mensal, *Monarquia*, que dividia sua cobertura entre endossos à monarquia como a forma ideal de governo, e denúncias extensas de conspirações maçônicas bolchevistas.

79. Sobre estas divisões dentro do movimento, ver Mitchell, “Racial Consciousness”, pp. 135-137. Sobre o Partido Socialista, “É o cúmulo”, *A Voz da Raça* (20 de janeiro de 1934), p. 1; sobre os ataques ao jornal anti-Frente *Chibata*, “Foi empastellado o jornal ‘Chibata’”, *Diário Nacional* (20 de março de 1932), p. 8; “O empastellamento d’A Chibata”, *Diário Nacional* (22 de março de 1932).

gros votariam naqueles candidatos que melhor servissem seus interesses.⁸⁰

Em dezembro de 1937, Getúlio Vargas deu à Frente o seu golpe de misericórdia, proibindo todos os partidos políticos e pondo fim à política eleitoral no Brasil. Mesmo neste ponto, a Frente procurou lutar por uma barganha, oferecendo o apoio dos negros à ditadura de Vargas em troca das concessões que ela tinha buscado sem êxito através da política eleitoral. Saudando o Estado Novo como a reafirmação da identidade nacional e a essência da brasilidade, *A Voz da Raça* prosseguiu, expressando que “estamos certos que os legisladores, conscienciosos das suas alta responsabilidades, não deixarão passar despercebidos e a margem, os negros que tantos benefícios prestaram e querem continuar a prestar ao Paiz.”⁸¹

Mas os líderes da Frente estavam errados. Não havia nenhum legislador no Estado Novo. Os anos de 1937 a 1945 constituíram um ponto alto do autoritarismo no Brasil, um período durante o qual as liberdades políticas e intelectuais estavam severamente circunscritas e não havia vias institucionais para a expressão de dissidência e oposição políticas. As organizações de massa capazes de constituir uma ameaça ao governo eram reprimidas (destino final do movimento integralista) ou mantidas sob o controle firme do Estado (destino dos sindicatos). As organizações demasiado pequenas ou divididas para ameaçar o governo tinham permissão de morrer de morte natural, o que acabou acontecendo com a Frente Negra Brasileira em maio de 1938, apenas alguns dias após o abortivo levante integralista no Rio de Janeiro e, ironicamente, o quinquagésimo aniversário da abolição.

É fácil culpar a Frente por quaisquer derrotas: seu autoritarismo, seu chauvinismo de extrema-direita, seu fracasso em mobilizar um número suficientemente grande e organizado de adeptos para se tornar uma força política - e finalmente seu fracasso em melhorar significativamente a posição social, econômica e política da população negra de São Paulo. Segundo a tese de Fernandes, também é fácil imputar esses fracassos à ignorância, apatia e confusão da população afro-brasileira que a Frente procurava unificar e liderar.⁸² Mas fazê-lo é negligenciar o fato de que a Frente foi

80. “Presidentes, Deputados”, *A Voz da Raça* (junho de 1937), p. 5; “O momento político”, *A Voz da Raça* (agosto de 1937), p. 4.

81. “O negro em face da situação atual”, *A Voz da Raça* (novembro de 1937), p. 1.

82. Fernandes, *Integração do negro*, 2, pp. 66-69.

vítima essencialmente dos mesmos conflitos que conturbaram o sistema político mais amplo. Os negros e brancos da classe média de São Paulo mostraram-se igualmente vulneráveis à sedução do nacionalismo xenofóbico e do autoritarismo político. Rompida pela resultante polarização entre uma direita de inspiração fascista e uma esquerda mais fraca, apoiada nos trabalhadores, a Frente repetiu em um microcosmo a trajetória da política paulista e brasileira como um todo durante a década de 1930.⁸³

Se a pobreza, a ignorância e a confusão evitaram que os afro-brasileiros atingissem seus objetivos políticos, também evitaram que toda a nação realizasse a aparente promessa da década de 1930 de uma participação ampliada e uma democracia genuína, tanto racial quanto política. Mas mesmo que as causas dos fracassos da Frente Negra tenham transcendido a população negra e afetado toda a sociedade brasileira, a experiência não foi menos amarga para aqueles que dela participaram. Como resultado, quando a ditadura caiu em 1945 e o Brasil partiu para uma nova experiência na democracia, a Segunda República, os membros da classe média negra rejeitaram as propostas de fazer reviver uma organização política negra e, em vez disso, dedicaram-se a capitalizar as oportunidades apresentadas pelo crescimento econômico acelerado de São Paulo.⁸⁴

83. Em 1935, o governo de Vargas começou a controlar a Aliança Nacional Libertadora, uma organização da Frente Popular dominada pelos comunistas. Esta repressão desencadeou um levante esquerdista entre as forças militares aquarteladas no Rio de Janeiro e no nordeste do Brasil, que o governo reprimiu com sucesso. O movimento integralista lançou então um levante de direita em maio de 1938, buscando derrubar o recém-declarado Estado Novo. Sua tentativa de golpe foi derrotada e o movimento dissolveu-se quando seu líder, Plínio Salgado, foi para o exílio. Sobre este período turbulento na história brasileira, ver Levine, *The Vargas Regime*.

84. Para artigos rejeitando propostas de um partido político negro, ver "Advertência", *Senzala* (janeiro de 1946), pp. 14, 28; "Problemas e aspirações", *Diário Trabalhista* (12 de julho de 1946), p. 4; "Nem tudo que reluz é ouro", *Alvorada* (abril de 1946), p. 4.

ascensão dos negros, 1940-1988

Os anos entre 1940 e 1988 testemunharam profundas transformações no caráter social e econômico do Estado de São Paulo. Em 1940, sua população tinha 7,1 milhões de habitantes, dos quais 1,3 milhão vivia na capital. Somente duas outras cidades (Campinas e Santos) tinham populações com mais de cem mil habitantes, e metade da força de trabalho do Estado estava empregada na agricultura. Em 1980, a população tinha mais que triplicado, para 25 milhões, e nessa época mais pessoas viviam na capital do que o número de habitantes de todo o Estado em 1940. Quase 90 por cento da população era urbana, a maior parte dela (12,6 milhões) morando na Cidade de São Paulo e em seus subúrbios industriais. Embora o número de pessoas empregadas no setor agrícola tenha declinado de 1,5 para 1,1 milhões, e agora representassem apenas um décimo da força de trabalho, aquelas empregadas na indústria aumentaram de 428.000 para 2,8 milhões.¹

Além de promover o crescimento de uma classe trabalhadora urbana, a urbanização e o desenvolvimento econômico proporcionaram a base para um índice fenomenal de aumento na

1. Dados do IBGE, *Recenseamento geral de 1940. Censo democrático: Estado de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1950), tabelas 29 e 49, pp. 22, 56-60; IBGE, *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - São Paulo* (Rio de Janeiro, 1982), tabela 1.11, pp. 106-119; IBGE, *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - mão-de-obra - São Paulo* (Rio de Janeiro, 1983), tabela 1.9, pp. 47-56.

classe média. O setor “administrativo” (empresários, executivos e funcionários de escritório), que não havia sequer constituído uma categoria vocacional separada no censo de 1940, agora empregava 1,7 milhões de paulistas e compunha a segunda maior área do mercado de trabalho, excedida apenas pelos trabalhadores da indústria. Impulsionadas por progressos na educação, na medicina e no campo da contabilidade, as fileiras de profissionais liberais cresceram do nível de 32.345, em 1940, até quase três quartos de um milhão (734.753). Quando reunidas, estas duas áreas de emprego de colarinho branco (administração e profissionais liberais) eram agora responsáveis por quase um quarto (23,8 por cento) da força de trabalho total (Tabela 6.2).²

A que ponto, e sob que condições, os afro-brasileiros participaram desta expansão da classe média paulista?

os afro-brasileiros e os empregos de colarinho branco em são paulo

Podemos começar examinando a educação. Durante a primeira metade do século, poucos paulistas eram capazes de completar sequer o segundo grau, que dirá o curso superior. Isso acontecia em parte devido ao número limitado de escolas de cada nível no Estado, e em parte porque a maior parte das famílias precisava enviar seus filhos para a força de trabalho relativamente cedo, em geral antes de eles terem terminado a escola primária. Em vista disso, em 1940, menos de 2 por cento da população de São Paulo graduou-se no segundo grau ou na universidade.³

Estas duas condições começaram a mudar durante as décadas de 1940 e 1950. As famílias das classes média e operária que haviam tirado proveito do crescimento econômico do Estado tinham agora os meios para manter alguns ou todos os seus filhos

2. IBGE, *Recenseamento, 1940. São Paulo*, tabela 32, pp. 26-29; IBGE, *Recenseamento, 1980. Mão-de-obra - São Paulo*, tabela 1.9, pp. 47-56.

3. O dado preciso é 1,9 por cento. IBGE, *Recenseamento, 1940. São Paulo*, tabela 24, p. 18. Embora esta proporção seja bastante baixa, ela se compara favoravelmente com aquela do Brasil como um todo. Em 1940, apenas 1,1 por cento da população nacional formou-se no segundo grau ou na universidade. IBGE, *Recenseamento geral de 1940. Censo democrático: Estados Unidos do Brasil* (Rio de Janeiro, 1950), tabela 24, p. 30.

fora do mercado de trabalho e freqüentando a escola. E, na década de 1940, essas famílias tiveram acesso a uma infra-estrutura educacional mais desenvolvida. O governo do Estado começou a expandir o sistema das escolas secundárias na década de 1920, e em 1934 estabeleceu a Universidade de São Paulo, que quase imediatamente tornou-se a principal instituição de ensino superior do Brasil. A oportunidade educacional continuou a se expandir na Segunda República (1946-1964) e também durante a ditadura militar, de 1964 a 1985. Entre 1970 e 1975, as matrículas na universidade aumentaram em mais que o dobro, refletindo a ênfase do governo militar no desenvolvimento do sistema universitário do Brasil. Foi também durante a década de 1970 que São Paulo abriu uma nova universidade federal (a Universidade Federal de São Carlos) e mais duas universidades estaduais (a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Estadual Paulista). A expansão foi ainda mais rápida entre as faculdades privadas, que surgiram para enfrentar a demanda de educação superior entre os estudantes incapazes de conseguir ingresso nas mais prestigiadas universidades estaduais e federais.⁴

Em 1980, como resultado do crescimento do sistema de educação superior de São Paulo, 9 por cento da população do Estado graduou-se no segundo grau ou no ensino superior.⁵ O índice de aumento foi mais rápido ainda entre os afro-brasileiros, embora esse índice tenha se elevado em comparação com a base chocantemente baixa de realização educacional dos negros em

4. Sobre os desenvolvimentos recentes na educação superior no Brasil, ver Cláudio de Moura Castro, "O que está acontecendo com a educação no Brasil?", em Edmar Lisboa Bacha e Herbert S. Klein, eds., *A transição incompleta: Brasil desde 1945* (São Paulo, 1986), 2, pp. 103-161; dados sobre as matrículas de 1970 a partir da p. 130. Segundo Castro, a maior parte desse aumento ocorreu nas faculdades particulares. No início de 1980, houve uma média de 42 candidatos para cada vaga nas universidades estaduais e federais; aqueles que não foram aprovados tinham pouca opção além de se matricular nas escolas particulares menos seletivas. "O 'diplomismo' furado", *Folha de São Paulo* (9 de junho de 1985), p. 43.

5. IBGE, *Recenseamento, 1980. Dados gerais - São Paulo*, tabela 3.4, pp. 526-528. Naquela época, o índice comparável para o Brasil como um todo foi de 6 por cento. IBGE, *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil* (Rio de Janeiro, 1983), tabela 3.4, pp. 138-140.

1940: o censo desse ano indicou que apenas 344 afro-brasileiros, de uma população negra total de 862.255, graduaram-se no nível superior; 1.717 formaram-se no segundo grau. Em 1950, a situação melhorou um pouco no segundo grau, onde o número de graduados negros duplicou, para 3.538. Entretanto, o número de brancos que se graduou no segundo grau quase triplicou durante o mesmo período, de 101.617 para 297.653; e embora o número de brancos que se graduaram na universidade tenha aumentado em quase 50 por cento, de 28.882 para 44.562, o número de afro-brasileiros graduados na universidade realmente declinou para 265. Em 1940, aproximadamente 1 entre 2.500 afro-brasileiros que viviam no Estado eram formados no nível superior; em 1950, essa proporção caiu para 1 entre 3.850.⁶

Na década de 1940, as diferenças raciais na educação superior não eram nenhuma novidade em São Paulo. Já em 1880, José Rubino de Oliveira, professor negro da Faculdade de Direito, apontou para os diferentes níveis de desempenho exigidos dos estudantes negros e brancos: "Para conseguir um diploma, um negro precisa mostrar talento e conhecimento; de outra forma, não vai passar aqui. Quanto aos brancos, qualquer idiota pode passar; eu mesmo vou abrir o portão para ele." O ponto foi reiterado pela diretora de um colégio católico feminino no início da década de 1950. "Exigimos mais de uma preta que de uma branca, para que a aceitemos. A situação é muito delicada e uma garota de côr, para ser respeitada, deve ser superior a uma branca nas mesmas condições."⁷

Bem consciente dos obstáculos especiais enfrentados pelos negros que procuravam educação superior, a Convenção Nacional

6. IBGE, *Recenseamento, 1940*. São Paulo, tabela 25, p. 18; IBGE, *Recenseamento geral de 1950*. Censo demográfico: Estado de São Paulo (Rio de Janeiro, 1954), tabela 21, p. 24. Como aconteceu com a população branca, tanto em 1940 quanto em 1950, quase todos os negros graduados na universidade eram homens. Em 1940, somente 41 eram mulheres; em 1950, apenas 21. Entre as mulheres negras em São Paulo, em 1950, apenas uma entre 25.000 graduou-se na universidade.

7. Richard M. Morse, "The Negro in São Paulo, Brazil", *Journal of Negro History* 38, 3, (1953), p. 297; Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (3a edição, São Paulo, 1978), 2, p. 262; sobre as restrições raciais nas escolas vinculadas à Igreja em São Paulo, ver Edgard T. Santana, *Relações entre pretos e brancos em São Paulo* (São Paulo, 1951), p. 18.

do Negro Brasileiro realizada em São Paulo em novembro de 1945, um mês depois da derrubada da ditadura de Vargas, decidiu concentrar seus esforços para alcançar dois objetivos na Assembleia Constituinte que estava por se reunir e que iria ser convocada em 1946 para escrever a Carta para a Segunda República do Brasil. O primeiro objetivo era conseguir que o preconceito e a discriminação raciais fossem declarados ofensas criminais; e o segundo era a instituição de um programa especial de bolsas de estudo federais para estudantes negros nos cursos de segundo grau, universidades e escolas técnicas.⁸ Como pode ser comprovado, nenhuma dessas provisões foi incorporada à Constituição, e por isso os estudantes negros dos níveis secundário e universitário tiveram que lutar o máximo que puderam com os recursos próprios e de suas famílias. Em 1980, no entanto (os dados do censo sobre raça não foram publicados em 1960 e não foram coletados em 1970), estava claro que, mesmo sem apoio governamental direto, os afro-brasileiros realizaram um progresso considerável. Segundo o censo daquele ano, 125.050 dos residentes afro-brasileiros do Estado completaram onze anos (o número de anos requerido para se formar no segundo grau) ou mais de educação. Desses graduados no segundo grau, 39.946 ingressaram no ensino superior; destes, 16.344 completaram quatro anos ou mais de estudo, e por isso supostamente conseguiram um diploma universitário.⁹

O índice em que os afro-brasileiros estavam se graduando no segundo grau e na universidade ainda estava bem atrás do índice dos brancos.¹⁰ Entretanto, desde 1950 esse índice aumentou muito mais rapidamente entre a população negra do que entre os brancos, e o número de graduados negros no segundo grau e na universidade era agora grande o bastante em termos absolutos para constituir um grupo significativamente numérico de competidores não brancos para ingressar na classe média paulista.

8. "Os negros brasileiros e suas aspirações", *Senzala* (fevereiro de 1946), p. 19; "Os negros brasileiros lutam por suas reivindicações", *Diário Trabalhista* (15 de janeiro, 1946), p. 5.

9. IBGE, *Recenseamento, 1980. Dados gerais - São Paulo*, tabela 1,5, pp. 12-13. O censo não proporciona dados raciais sobre a atual obtenção de diplomas e graus.

10. Em 1980, 10,5 por cento da população branca completou onze anos ou mais de educação. Entre a população negra, apenas 2,2 por cento (2,2 por cento de pardos e 2,1 por cento de pretos) conseguiu o mesmo nível de escolaridade.

Como vimos na Parte 1, no século XX, a primeira fase da competição inter-racial em São Paulo ocorreu no nível da classe trabalhadora, e resultou na vitória retumbante dos trabalhadores imigrantes brancos sobre os afro-brasileiros. No final da década de 1920, com o fim da imigração em massa, os afro-brasileiros conseguiram voltar para a força de trabalho braçal da qual haviam sido expulsos pelos imigrantes.

Durante a segunda metade da década de 1900, começou em São Paulo uma segunda fase de competição racial, quando os filhos dos trabalhadores negros e da "elite" negra anterior a 1940 adquiriram a educação que iria lhes permitir competir por uma maior mobilidade ascendente e admissão nas fileiras dos empregos de colarinho branco. No entanto, quando eles saíram pelo mundo para obter esses empregos, descobriram-se enfrentando barreiras tão difíceis e excludentes quanto aquelas que seus avós haviam enfrentado no nível da classe trabalhadora na virada do século. Já encontramos evidência de discriminação sistemática no nível de classe média no Capítulo 4, que mostrou as diferenças raciais na mobilidade ascendente para os trabalhadores da São Paulo Light: embora os trabalhadores negros e brancos experimentassem promoções em proporções comparáveis, essas promoções para os trabalhadores negros interrompiam-se consistentemente antes das posições de colarinho branco ou gerenciais. Evidências abrangentes são disponíveis em várias fontes.

A primeira consiste do testemunho de administradores de pessoal em São Paulo. Os membros do quadro de funcionários das agências de emprego privado e do escritório de São Paulo do Serviço Nacional de Emprego - SINE - relatam que a maior parte das companhias que solicitam empregados rotineiramente indicam que não aceitarão afro-brasileiros. Algumas agências facilitam esta prática, perguntando especificamente se elas aceitam candidatos negros, e descartando esses candidatos se a companhia disser não. A maior parte dos administradores de pessoal, tanto nas agências de emprego quanto nas próprias firmas, expressam insatisfação e pesar por esta prática, mas declaram que não têm escolha, pois os executivos que têm a autoridade final sobre as decisões de contratação consistentemente se recusam a contratar - ou

até mesmo considerar a sério - os candidatos negros para os cargos de colarinho branco.¹¹

Essa exclusão opera de uma maneira particularmente co-movente nos níveis inferiores do trabalho de escritório, aquele dos jovens *office boys* que levam mensagens, fazem qualquer trabalho e esperam finalmente abrir o seu caminho ascendente para o mundo do colarinho branco. Estes são os empregos mais procurados para os trabalhadores adolescentes em São Paulo, com cerca de dez candidatos para cada vaga disponível. Em consequência disso, os patrões podem estabelecer padrões estritos de aceitabilidade para aqueles que irão contratar. O que eles procuram em um *office boy*? "Escolaridade - geralmente um estudante de segundo grau - boa aparência, bom porte e saúde, residência próxima ao trabalho, experiência anterior e condições de trabalhar as oito horas regulares exigidas de um adulto, mesmo que curse a escola. E branco." Isto imediatamente exclui a maior parte dos candidatos para essas posições, que são "magros, franzinos, em geral negros ou mulatos, dentes estragados e mal-vestidos."¹²

A especificação na citação acima, de que os candidatos ao emprego devem ser brancos, é na verdade redundante, pois a maior parte dos brasileiros reconheceria a "boa aparência", uma fórmula que aparece freqüentemente nos anúncios brasileiros, como um eufemismo para branco.¹³ A "boa aparência" é quase sempre especificada como uma exigência para qualquer emprego que envolva contato direto com os consumidores ou com o público que, segundo supõem os patrões paulistas, não gosta de ser

11. "A crua discriminação racial no mercado de trabalho", *Caderno C, Diário do Grande ABC* (24 de novembro de 1985); "Negros", *Veja* (11 de maio de 1988), p. 30; "Negros", *Dossiê CPV 18* (São Paulo, 1984), p. 28; entrevista com Luis Luzzi, ex-presidente da Associação Paulista de Administração de Pessoal (27 de novembro de 1984); entrevista com membros da equipe do Grupo de Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho (GOISDRT), Secretaria de Estado de Relações do Trabalho (19 de maio de 1988).

12. "Na Grande São Paulo, 200 mil jovens procuram vagas", *Folha de São Paulo* (25 de novembro de 1984).

13. Como indica um artigo que o acompanha, "boa aparência ... significa principalmente ser branco". "Ao menor pobre, resta apenas esperança", *Folha de São Paulo* (25 de novembro de 1984). Ver também Irene Maria F. Barbosa, *Socialização e relações raciais: Um estudo de família negra em Campinas* (São Paulo, 1983), pp. 108-110.

atendido por negros. Em vista disso, os cargos de recepcionistas, vendedores e até garçons dos melhores restaurantes, estão fechados aos afro-brasileiros. Neste sentido, a discriminação racial no Brasil é até mais severa e mais excludente do que o *apartheid* sul-africano, conclui a revista semanal brasileira *Veja*. "Em Johannesburg, todos os clientes dos melhores restaurantes são brancos - e todos os garçons são negros. Nos melhores restaurantes brasileiros, todos os clientes são brancos - os garçons também."¹⁴

As restrições aos afro-brasileiros tratarem diretamente com o público estendem-se também aos profissionais. Mesmo no jornalismo, em geral reconhecido como um dos campos mais abertos à iniciativa dos negros, o escritor afro-brasileiro Muniz Sodré acha que, embora os negros sejam relativamente livres para ingressar na profissão, "existe uma linha de segregação ... isto é, o jornalista de côr é desviado para setores de trabalho interno (copy-desk, arquivo etc.), onde não há contato direto com o público, ou então para setores que cobrem atividades de valorização institucional reduzida (esportes, policial). Em áreas como a crônica política ou reportagens gerais, é raríssima a participação do negro ..."¹⁵

Se os executivos não desejam ter afro-brasileiros representando sua companhia para o público, pode-se esperar encontrar restrições ainda mais rigorosas nas áreas de relações públicas e propaganda. Artistas, fotógrafos e técnicos negros são empregados pela indústria, mas o ramo se limita aos negros que aparecem nas propagandas de televisão ou nas revistas.¹⁶ Os modelos negros queixam-se da extrema dificuldade de encontrar trabalho no

14. "Negros", *Veja* (11 de maio de 1988), p. 28. Um ex-presidente do sindicato dos padeiros de São Paulo declarou que os pardos e pretos são contratados em grande número para trabalhar nas padarias da cidade, mas jamais são empregados para trabalhar no balcão, para vender pão e doces para o público. Os donos de padaria admitem que isto é discriminação racial, diz ele, mas argumentam que são obrigados a isso pelas preferências de seus clientes. Este líder trabalhista, ele próprio um preto, disse achar difícil questionar isso, porque, "como você sabe, o público paulista pode ser bastante racista". Entrevista (2 de maio de 1985).

15. Muniz Sodré, "O negro e os meios de informação", *Revista de Cultura Vozes* 73, 3 (abril de 1979), p. 41.

16. Sobre o papel dos afro-brasileiros na mídia eletrônica em São Paulo, ver João Baptista Borges Pereira, *Côr, profissão e mobilidade: O negro e o rádio de São Paulo* (São Paulo, 1967); Solange M. Couceiro, *O negro na televisão de São Paulo: Um estudo de relações raciais* (São Paulo, 1983).

Brasil, e vários dos mais bem sucedidos optaram por seguir carreiras no exterior, em geral na Europa, em vez de ficar se esforçando tanto em sua terra natal.¹⁷

Um executivo da propaganda explica porque os negros não conseguem ser modelos no Brasil:

Para se entender a questão é preciso saber o que significa a expressão "modelo". Literalmente, modelo significa aquilo que se quer imitar, ou que serve como exemplo. Ora, quem quer imitar o negro no Brasil? Uma pessoa branca, classe média, vai querer ter como exemplo uma pessoa negra? ... Os negros são a parte mais atrasada e pobre da população, e é por isso que nossa sociedade branca só aceita negros em papéis definidos. Então a propaganda discrimina mesmo, porque a propaganda tem que refletir a sociedade, inclusive em seus preconceitos.¹⁸

Os efeitos desses preconceitos vão consideravelmente além do seu impacto sobre a profissão de modelo e são visíveis em um segundo corpo de evidência que documenta a discriminação racial no nível de classe média: os dados sobre salários coletados pelo governo federal através do censo nacional e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio realizadas nas décadas de 1970 e 1980. Os primeiros desses dados originam-se de uma amostra de 1,27 por cento do censo de 1960, em que os entrevistadores do censo coletaram informações sobre raça. Os relacionamentos entre raça, salário, educação e profissão revelados naqueles dados proporcionaram pouco apoio para afirmações de igualdade racial no mercado de trabalho brasileiro. Depois de de-

17. Flávio Gut, "A negra beleza proibida", *Afinal* (23 de setembro de 1986), pp. 44-52. Apenas dois anos antes de ter sido escolhida como a primeira Miss Brasil negra, a modelo parda Deise Nunes sofreu a humilhação de ser rejeitada no último minuto de um show de moda por um executivo que anunciou que "negras não desfilam para a minha empresa". "Denunciado racismo em RS", *Folha de São Paulo* (22 de setembro de 1984), p. 20. Um dos eventos de São Paulo para comemorar o centenário da abolição da escravidão foi um show de moda em uma rua para pedestres no centro da cidade, realizado por modelos negros protestando sobre "o que eles identificam como discriminação racial em seu mercado de trabalho". "Modelos fazem desfile contra discriminação no trabalho", *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1988), p. 11.

18. Gut, "A negra beleza proibida".

terminar o tipo de trabalho, se a pessoa trabalhava em uma área urbana (onde os salários tendem a ser mais elevados) ou rural, número de anos no emprego, escolaridade e outros fatores importantes documentados pelo censo, permaneceu um grande diferencial entre os salários de negros e brancos, que, segundo o economista Nelson do Valle Silva, só poderia ser explicado pela discriminação racial. Esta diferença mostrou ser menor entre os trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade, e então aumentava muito à medida em que se ascendia a escala educacional. “Os brancos não somente têm retornos iniciais mais elevados para a escolaridade, mas a diferença relativa entre brancos e não brancos realmente aumenta à medida que também aumenta o nível de escolaridade. Assim, embora para indivíduos sem escolaridade a renda média dos brancos seja cerca de 19 por cento maior que as rendas dos não brancos, o dado correspondente para aqueles que completam o primeiro grau ... é de 33 por cento.” Tendo como base estes dados, Silva concluiu que “a discriminação contra os não brancos parece aumentar à medida que a posição geral das profissões também aumenta. Alguns dos maiores coeficientes de discriminação são encontrados entre as profissões de colarinho branco, o topo da hierarquia profissional.”¹⁹

19. Nelson do Valle Silva, “Black-White Income Differentials: Brazil, 1960” (dissertação de Ph.D., Universidade de Michigan, 1978), pp. 244-283. Os dados apresentados na dissertação de Silva também contradisseram a idéia de que os pardos tendem a ocupar uma posição intermediária na escala social entre os pretos e os brancos. Ao comparar o desempenho salarial de pretos e pardos (que ele se refere como “negros” e “mulatos”), descobriu que “não somente suas compensações marginais para a escolaridade [isto é, o aumento salarial por anos adicionais de escolaridade] são muito similares, como, se há alguma compensação, os negros parecem desfrutar de maiores índices de compensação que os mulatos nos níveis mais elevados de escolaridade. Na verdade, a proporção das compensações para a escolaridade para os negros é maior que aquela para os mulatos (11,1 por cento de aumento por ano de escolaridade para os negros, e 10,4 por cento para os mulatos), o que contradiz claramente a suposição habitual de uma mobilidade consideravelmente maior para os mulatos.” Os salários dos brancos aumentavam em uma proporção de 12,4 por cento por ano de escolaridade. Pp. 206-207.

Estes achados de 1960 foram corroborados por estudos subseqüentes usando dados PNADA de 1976 e 1982, e do censo nacional de 1980, todos eles mostrando uma piora da desigualdade salarial à medida em que se ascende a escala educacional e profissional.²⁰ Utilizando os dados do censo de 1980, a Tabela 6.1 indica a renda média mensal de trabalhadores de vários setores da economia de São Paulo, expressada como um múltiplo do salário mínimo oficial, o salário mínimo mensal.²¹ A coluna final dessa tabela calcula a proporção entre as rendas médias de brancos e negros (pardos e pretos combinados), e indica a percentagem pela qual as rendas dos brancos excede a dos negros. (Por exemplo, a proporção da renda média de brancos para negros para a população economicamente ativa como um todo é de 1,39; a renda média dos brancos em São Paulo é, por isso, 39 por cento mais elevada que a renda média dos negros.)

20. Nelson do Valle Silva, "Updating the Cost of Not Being White in Brazil", em Pierre-Michel Fontaine, ed., *Race, Class, and Power in Brazil* (Los Angeles, 1985); Lúcia Elena Garcia de Oliveira et al., *O lugar do negro na força de trabalho* (Rio de Janeiro, 1985), pp. 47-53; Jeffrey W. Dwyer e Peggy A. Lovell, "The Cost of Being Nonwhite in Brazil", *Sociology and Social Research* 72 (1988), pp. 136-142; Peggy A. Lovell, "Racial Inequality and the Brazilian Labor Market" (dissertação de Ph.D., Universidade da Flórida, 1989), pp. 136-139. Carlos Hasenbalg também comenta sobre uma pesquisa de 1973 conduzida no Rio de Janeiro que mostrava que os ganhos dos homens negros com educação elementar eram maiores, em termos absolutos, que os ganhos de homens negros com educação secundária e universitária. Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Rio de Janeiro, 1979), p. 214.

21. O salário mínimo foi instituído em 1940 como parte do programa de reformas trabalhistas de Getúlio Vargas. Ele é determinado pelo governo e mal pode ser comparado ao salário mínimo dos Estados Unidos, exceto pelo fato de ser indicado em termos de um salário mensal e não por um salário horário. Dependendo do índice de inflação, e de quanto tempo se passou desde o último reajuste, durante a década de 1980 o salário mínimo oscilou em valor entre 25 e 75 dólares por mês em números norte-americanos.

Tabela 6.1. Ganhos Médios^a dos Trabalhadores em Áreas Seleccionadas da Economia, Estado de São Paulo, 1980.

	Branco	Pardos	Pretos	Branco/Pretos ^b
Total da população economicamente ativa	2,3	1,7	1,5	1,39
Áreas que Mostram Desigualdade Acima da Média				
Profissões liberais	4,7	3,0	2,9	1,58
Comércio	2,6	1,7	1,6	1,54
Administração ^c	3,8	2,6	2,5	1,47
Áreas que Mostram Desigualdade Abaixo da Média				
Outras e áreas não classificadas	1,9	1,7	1,6	1,12
Indústria e construção	2,1	1,9	1,8	1,10
Serviços	1,1	1,0	1,0	1,10
Agricultura	1,1	1,0	1,0	1,10
Transportes e comunicações	3,1	2,9	2,8	1,08

Fonte: Dados proporcionados ao autor pelo Departamento de Estudos e Indicadores Sociais (DEISO), IBGE.

a. Ganhos médios expressados como um múltiplo do salário mínimo mensal; ver nota 21.

b. Os dados indicam as proporções entre as rendas médias de brancos e negros.

c. Inclui proprietários de empresas, executivos, gerentes e funcionários de escritório.

Em parte alguma da economia de São Paulo os salários dos negros são iguais aos dos brancos. Entretanto, os níveis de desigualdade variam substancialmente entre os diferentes setores do mercado de trabalho. Se dividimos a economia naqueles setores em que a desigualdade salarial cai acima da média para a população economicamente ativa como um todo, e aqueles em que ela cai abaixo, percebemos que essa desigualdade é mais aguda nas profissões liberais, no comércio, na administração, e é menos aguda no transporte e nas comunicações, na agricultura, nas profissões de prestação de serviço, na indústria e na construção, e na categoria "outras". Obviamente, as primeiras são predominantemente áreas do mercado de trabalho de

colarinho branco, de classe média, enquanto as últimas são compostas de cargos da classe trabalhadora. Sendo assim, as primeiras tendem a ser muito melhor remuneradas que as últimas, com duas exceções. A primeira é aquela dos empregos no comércio, que são dominados por cargos mal pagos em vendas de varejo. Apesar disso, embora na média os empregados negros deste setor ganhem menos que aqueles da indústria e da construção, os empregados brancos ganham consideravelmente mais. A segunda exceção é o setor dos transportes e das comunicações, que é dominado por motoristas de caminhão e de ônibus relativamente bem pagos (em comparação com outros empregos braçais). Os afro-brasileiros que trabalham nesta área da economia ganham quase tanto quanto os profissionais liberais negros. As barreiras raciais para se ingressar nos empregos da área de transporte também parecem bastante baixas, pois os trabalhadores negros preenchem esses cargos em proporções bastante próximas a sua participação na força de trabalho como um todo (Tabela 6.2). Os transportes constituem claramente a área mais promissora da economia paulista para os negros que procuram emprego.

No entanto, os transportes e as comunicações são também a menor área do mercado de trabalho paulista, que é dominado pela indústria e pela construção, administração, profissões de prestação de serviços e agricultura. Quando examinamos esses setores, descobrimos que essas áreas da economia que exibem a maior desigualdade salarial são também aquelas em que as barreiras à entrada dos negros são maiores, e em que a participação do negro é significativamente mais baixa que a participação do negro na economia como um todo. Os trabalhadores brancos dominam claramente essas áreas da economia, e são significativamente super-representados nelas. Inversamente, as áreas de desigualdade salarial relativamente baixa tendem a ser aquelas em que os trabalhadores negros estão super-representados, e os brancos sub-representados (com exceção, mais uma vez, do transporte e das comunicações, e, em menor extensão, da agricultura).

Tabela 6.2. Percentagem de Distribuição da Força de Trabalho em Áreas Seleccionadas da Economia, Estado de São Paulo, 1980, por Raça.

	Brancos	Pardos	Pretos	Nº
Total da população economicamente ativa	73,1	19,2	5,3	10.411.726
Profissões liberais	86,6	6,7	12,1	734.753
Comércio	79,9	13,2	2,3	894.371
Administração	85,0	9,2	1,9	1.747.025
Miscelânea e não classificadas	66,3	24,4	6,4	844.752
Indústria e construção	67,9	24,7	6,2	2.862.239
Serviços	62,3	26,9	9,7	1.403.273
Agricultura	70,9	20,3	6,6	1.071.072
Transportes e comunicações	75,5	18,8	4,2	544.901

Fonte: Ver Tabela 6.1.

solidariedade racial: mantendo branca a classe média

Os negros são contratados para os cargos de classe média em proporções muito mais baixas que aquelas dos brancos, e uma vez que estejam nessas posições, recebem muito menos. Nos anos anteriores, os patrões teriam argumentado que esses diferenciais eram explicados por níveis inferiores de educação e experiência no emprego entre os candidatos negros ao emprego, fatores que decididamente não são levados em conta nas tabelas acima. Entretanto, como foi anteriormente indicado, os pesquisadores que determinaram essas variáveis descobriram que os diferenciais de salário e emprego são apenas em parte explicados por diferenças nas qualificações, e as diferenças raciais no salário realmente tendem a aumentar à medida que os trabalhadores negros adquirem níveis mais elevados de educação. Os aspirantes negros aos car-

gos de classe média foram excluídos, tanto por suas realizações educacionais quanto por seus fracassos educacionais.²²

Isto suscita a questão central desta seção do capítulo: Por que os padrões brasileiros discriminam bem mais no nível de classe média do mercado de trabalho do que no nível da classe trabalhadora? Qualquer resposta a esta questão vai ser quase impossível de ser provada ou verificada. Se inquirida, a maior parte dos padrões brasileiros negaria prontamente que discriminam os candidatos negros a empregos em suas firmas, pois um ato desses seria um pecado mortal em uma democracia racial. Entretanto, embora em São Paulo, em 1984-1985, eu tivesse tido a oportunidade de olhar por um momento abaixo da superfície das práticas de contratação brasileiras, e ouvir de um especialista como o sistema realmente opera e que considerações motivam os homens que tomam as decisões contratuais nas corporações de São Paulo. Este indivíduo foi ex-presidente da Associação Paulista de Administração de Pessoal, que foi solicitada pela administração do Governador Franco Montoro a reunir informações sobre as práticas de contratação raciais no Estado. Ele se encontrou comigo no dia 27 de novembro de 1984 para conversar sobre seus achados, baseado em entrevistas com 58 administradores da seção de pessoal da Grande São Paulo.²³

22. É importante observar que as deficiências educacionais não são de modo algum uma barreira insuperável para a mobilidade ascendente no Brasil. Os dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD) "mostram que há ainda um número muito grande de indivíduos bem-situados na estrutura social cujo nível de educação formal é relativamente rudimentar. Por exemplo, em 1973, cerca de 20 por cento dos indivíduos da camada superior haviam terminado apenas o primeiro grau ou menos. Entre os membros da camada média alta, esta percentagem atingia cerca de 36 por cento." José Pastore, *Inequality and Social Mobility in Brazil* (Madison, 1982), p. 80. Estes dados podem ser mais baixos no Estado de São Paulo, com sua população melhor educada e um mercado de trabalho mais tecnicamente exigente. Apesar disso, é impressionante ver um índice tal elevado de mobilidade ascendente entre os brasileiros pouco instruídos, e justapô-lo aos índices mais baixos de mobilidade ascendente, e aos índices muito mais elevados de mobilidade descendente, entre os afro-brasileiros instruídos. Sobre as diferenças raciais na mobilidade intergeracional, ver Carlos A. Hasenbalg, "Race and Socioeconomic Inequality in Brazil", em Pierre-Michel Fontaine, ed., *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles, 1985).

23. Este indivíduo é o já mencionado Luis Luzzi (ver nota 11), que dirige sua própria firma de consultoria de recursos humanos em São Paulo. Além de conversar comigo, Luzzi apresentou seus dados no Seminário sobre Discriminação Racial no Mercado de Trabalho, patrocinado pelo governo do Estado e realizado na cidade de São Paulo em 3 de dezembro de 1984.

Dos profissionais de recursos humanos entrevistados por meu informante, alguns negaram que ocorresse discriminação em suas firmas, mas depois prosseguiram expressando estereótipos raciais negativos tradicionais que criariam obstáculos incríveis aos negros que procuram empregos ou promoção. Outros dizem que nenhum procedimento formalmente discriminatório ocorria em suas companhias, mas reconheciam que dentro da rotina favoreciam os candidatos brancos. Uma razão citada com frequência para isso foi que eles não queriam dar a sua companhia uma imagem pública "ruim" colocando os negros em posições de destaque. Outra foi que queriam evitar atritos no local de trabalho, onde os trabalhadores brancos resistiriam consideravelmente a trabalhar com colegas negros. Segundo os administradores de pessoal, isso acontecia particularmente na área das promoções; um empregado negro ser colocado em uma posição de supervisão, acima dos trabalhadores brancos, era uma situação que todos consideravam bastante problemática. Finalmente, um terceiro grupo de administradores admitiu que suas companhias tinham procedimentos formalmente discriminatórios, que em geral consistiam de anotações codificadas secretas sobre os candidatos ao emprego, e que eles automaticamente rejeitavam os candidatos negros. Vários destes administradores expressaram lamentar essas políticas, mas declararam que as atitudes raciais dos chefes de suas companhias, que resistiam muito a contratar afro-brasileiros para empregos de nível intermediário ou superior, deixava-os sem alternativa.

É interessante observar que, embora a maior parte destes executivos reconhecessem a prática de algum grau de discriminação, muito poucos aceitariam a responsabilidade por essas práticas. Em vez disso, responsabilizavam suas ações à recusa do "público", ou dos trabalhadores da firma, ou da chefia mais elevada ou de alguma combinação de tudo isso, em aceitar afro-brasileiros em posições de classe-média.²⁴ Na ausência de qualquer pesquisa sobre estes supostos defensores da discriminação racial, é difícil saber até que ponto cada grupo contribui para a exclusão de trabalhadores

24. Razões similares foram citadas pelo proprietário de um bar de São Paulo acusado de se recusar a admitir negros. "Não sou eu que seleciona as pessoas que freqüentam meu bar. Quem seleciona é o próprio público. Se eu permito a entrada de duas garotas de côr, no mesmo dia dez pessoas vêm reclamar e começam a comentar que a casa está baixando de nível. Você sabe como é a burguesia paulista." (Ver também os comentários expressados na nota 14.) O proprietário do bar prosseguiu, re-

negros das oportunidades de mobilidade ascendente. Os brancos de classe média com os quais falei afirmaram repetidas vezes sua disposição para trabalhar com colegas negros qualificados, e essas respostas tiveram o apoio de uma pesquisa de 1984 conduzida entre a população branca de São Paulo, em que a esmagadora maioria (88 por cento) disse que não teria nenhum problema em trabalhar sob as ordens de um supervisor negro. (O dado foi um pouco mais baixo para os entrevistados de classe média: 85 por cento.) Entretanto, como observou o antropólogo João Baptista Borges Pereira ao comentar estes achados, estes indivíduos estavam respondendo a uma situação hipotética que, devido às realidades de promoção nas firmas brasileiras, é muito improvável de ser enfrentada. E se considerarmos o valor que a sociedade brasileira deposita nos princípios de igualdade e democracia raciais, observou ele, muito poucos entrevistados estariam dispostos a admitir qualquer sentimento racista que pudessem ter, embora estivessem dispostos a reconhecer-los nos outros. Esta é uma constante nas pesquisas das atitudes raciais em São Paulo, em que a maior parte dos entrevistados brancos expressam a opinião de que os brancos na verdade têm preconceito contra os negros, mas apenas uma pequeníssima minoria admitirá ser portadora desses preconceitos.²⁵

A ausência de pesquisas adicionais sobre estas questões, e o desejo dos brasileiros brancos de responsabilizar qualquer pessoa, menos eles próprios, por discriminação social, conduz a uma considerável indefinição e incerteza sobre onde, por que, como, com que frequência e por quem tais atos são cometidos. Comentando sobre o clima racial em São Paulo no início da década de 1950, o historiador norte-americano Richard Morse observou que

velando que ele provavelmente compartilha as atitudes de seus fregueses. "Não há nada de pessoal nisso. Minha secretária, que é o meu braço direito também é ... desculpem a expressão, escura. Ah, vocês deviam conhecer o namorado dela. É pavoroso! Se a gente cruzar com ele de noite, treme de medo de ser assaltado!" "Negras impedidas de entrar em bar por preconceito", *Folha de São Paulo* (3 de fevereiro de 1985), p. 20. 25. Em uma dessas pesquisas, 59 por cento dos brancos declararam que o branco tem "muito preconceito" com relação ao negro; somente 4 por cento, no entanto, admitiram serem eles próprios preconceituosos. "A pesquisa contribui ainda para mostrar o quanto o preconceito é intolerável: a maioria diz que existe, só que o entrevistado não o admite[;] o preconceito é sempre do outro, nunca dele." "Pesquisa confirma dissimulação", *Folha de São Paulo* (9 de maio de 1988), p. 12; ver também "Para maioria dos paulistanos, negro é marginalizado" e "Entrevistado raramente assume preconceito", *Folha de São Paulo* (25 de março de 1984).

“existe uma atitude discriminatória insidiosa e não facilmente atacada, de certa forma comparável ao sentimento anti-semita nos Estados Unidos”. Também observou que um número significativo de paulistas brancos já considerou a idéia de mudar as práticas discriminatórias de um “acordo de cavalheiros” informal para as práticas mais formais e institucionalizadas da segregação ao estilo dos Estados Unidos. “Minha experiência em São Paulo sugere que o estilo muito divulgado de Jim Crow, na América, atrai alguns paulistas de classe média (de forma leve, certamente) como uma garantia de status e segurança.”²⁶ O sociólogo francês Roger Bastide não tinha certeza de que esta atração fosse leve. Realizando sua pesquisa na década de 1940 e início da década de 1950, ele observou um constrangimento crescente entre os brancos paulistas de classe-média em relação às possibilidades de avanço dos negros criadas pelo aumento do emprego industrial e pela expansão das oportunidades de educação pública.

O branco começou a se sentir ameaçado nos seus postos de direção e de mando. Vai reagir, e essa reação, destinada a manter

26. Morse, “The Negro in São Paulo”, pp. 298, 304. Entrevistas conduzidas por Octávio Ianni no final de 1950 também apresentam evidência do interesse dos brancos na idéia da segregação. Um entrevistado justificou essas idéias em termos que lembram as justificativas sul-africanas para o apartheid: “Seria de acordo que no Brasil fosse feito como na América do Norte. Não querendo voltar à escravidão, mas sim fazer a divisão, separar. Porque uma separação daria mais oportunidades aos brancos, e mais ainda aos pretos, para poderem eles mostrar suas possíveis qualidades.” Octávio Ianni, *Raças e classes sociais no Brasil* (2a edição, São Paulo, 1988), p. 57. Os comentários de Morse sobre as dificuldades em detetar a discriminação ao estilo brasileiro foram ecoadas vinte anos mais tarde por outro historiador norte-americano, John Hope Franklin, que viajava pelo país proferindo uma série de conferências. “Uma das coisas que me impressionam é a semelhança entre alguns dos problemas dos negros brasileiros e americanos. Tem-me garantido, aqui, que não há preconceito de cor no Brasil. Isso pode ser verdade. Mas como observador vindo de fora, fico impressionado com o número muito pequeno de negros em posições elevadas, de responsabilidade, influência e poder. Pode ser que haja negros brasileiros ocupando essas posições, mas eu não os encontrei ... Há algo indefinido, que eu quase chego a captar como um ‘sentimento de cor’, mas não poderia dizer de forma alguma que seria algo semelhante ao que ocorre nos Estados Unidos. O que me causa muita dúvida é a maneira como as coisas acontecem no Brasil. Quando noto a ausência de negros em tantos setores da vida brasileira, fico a imaginar o que isso pode significar realmente ...” “Onde estão os negros? O preconceito de cor visto no Brasil por um historiador negro dos EUA”, *Veja* (9 de maio de 1973), pp. 3-4.

o negro no fundo da escala social, vai intensificar o preconceito de côr, dar-lhe formas mais agudas, e ao mesmo tempo a segregação vai aparecer em todos os degraus da escala ... Uma espécie de solidariedade racial vai estabelecer-se entre as diversas etnias brancas numa mesma política de autodefesa, englobando o brasileiro de 400 anos, o descendente de imigrante e o capitalista estrangeiro.²⁷

A previsão de Bastide de segregação generalizada em São Paulo não conseguiu se materializar, pelo menos no sentido do Jim Crow sugerido por Morse. Sua previsão de uma "solidariedade racial" mais vaga, no entanto, mostrou-se mais próxima à realidade. Esta solidariedade permanece latente a maior parte do tempo, e só é ativada em situações em que os afro-brasileiros ascendentemente móveis entram em competição direta com os brancos. Como observa a atriz negra Zezé Motta, "A maioria dos negros só percebe que existe racismo no Brasil quando tem a chance de competir com o branco ... a gente só percebe isso quando está em ascensão." Outro informante negro concorda. "Se você viver na sua arraia-miúda, não vai sentir preconceito porque está no seu ambiente. Mas no que se situa num padrão competitivo, aí é fogo, vai bater de frente ... aí pinta o preconceito."²⁸ A pesquisa extensa realizada por Florestan Fernandes valida mais ainda estas observações.

Quando o negro e o mulato mostram que eles não são só capazes de competir, mas também dispostos a competir, aí ocorre uma definição da situação. E aí é que se pode evidenciar que há uma proporção muito grande de brancos que se comportam realmente de uma forma democrática e aceitam uma competição [com os negros]. Mas existe também outro tipo de branco que, nesse confronto, toma uma atitude de pânico, passando a ver a si próprio e a civilização ameaçados. Dizem que "essa gatinha está subindo, é o fim do Brasil!" Não é um grupo tão pequeno como se pensa e cria problemas muito graves para a competição do negro e do mulato, encontrando várias formas para dissimular essa resistência ...²⁹

27. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo* (3a edição, São Paulo, 1971), pp. 168-169.

28. "Este mundo é dos brancos?", *Afinal* (23 de julho de 1985), p. 9; "Foram 100 anos de resistência. E estamos aqui", *Manchete* (21 de maio de 1988), p. 6; Haroldo Costa, *Fala, crioulo* (Rio de Janeiro, 1982), p. 81.

29. "Afro-brasileiros apoiam aproximação com a África", *O Globo* (9 de janeiro de 1978).

Até o importante jornal conservador *O Estado de São Paulo* reconheceu este aspecto das relações raciais em São Paulo, ao mesmo tempo em que tentava desculpá-lo. “Um exemplo disso é o caso da disputa de um emprego por dois candidatos, sendo um deles de côr. Essa côr poderá, eventualmente, ser utilizada como um peso negativo para o negro, sem que isso represente necessariamente uma ideologia racista.”³⁰ Pode-se reagir parafraseando o velho *slogan*: com práticas de contratação e promoção como estas, quem precisa de ideologia racista? Mas é improvável que essas práticas existam independentemente de uma ideologia para apoiá-las e justificá-las, particularmente quando elas contradizem tão agudamente os princípios da democracia racial aos quais virtualmente todos os brasileiros juram fidelidade. E na verdade há uma ideologia racista por trás destas ações - a “ideologia dos brancos”, segundo Octávio Ianni a rotulou - que é parte integrante da vida da classe média paulista. Ela emerge rápida e freqüentemente em conversas com membros dessa classe, e disso eu deduzo que eles não a consideram socialmente objetável. Esta ideologia, como foi descrita por Ianni e confirmada por minha própria experiência, aceita os princípios da democracia racial e da igualdade formal, mas exige que os negros não testem esses princípios tentando empurrá-los para posições onde eles são “indesejados”, ou seja, para procurar melhor educação, empregos, habitação etc. Esses brancos expressam um forte desejo de harmonia racial, mas depois insistem em que essa harmonia é melhor preservada pelos negros que permanecem em “seu lugar” e não criam “situações desagradáveis” de competição e desafio.³¹

Esta “ideologia dos brancos” também contém um poderoso componente de estereótipo antinegros que tem suas raízes profundas na história, no folclore e na cultura brasileira, mas que vai soar dolorosamente familiar a qualquer cidadão dos Estados Uni-

30. “Ferraz: Abolição é a nossa maior data”, *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1971).

31. Ianni, *Raças e classes sociais*, pp. 65-66, 77-94. Estes pontos foram muito bem ilustrados por uma conversa que testemunhei certa noite em um jantar em casa de uma família de classe média alta em São Paulo. Um dos indivíduos presentes citou a conhecida frase brasileira que diz: “No Brasil, não temos um problema racial; aqui, o negro conhece o seu lugar.” Ao que outra pessoa replicou: “É, mas hoje em dia eles se esqueceram que lugar é esse - e esse é o problema!”

dos. Os negros são vistos como criminosos, preguiçosos, estúpidos, irresponsáveis, promíscuos, mal-cheirosos - a essência do Outro que contamina a sociedade. No grau em que estas imagens negativas são aceitas e acreditadas no Brasil - e o grau é realmente alto, em todos os níveis da sociedade - pode-se esperar encontrar uma forte resistência a contratar empregados negros.³²

Mas se estes estereótipos operam tão poderosamente nos níveis médio e superior do mercado de trabalho, por que eles parecem perder sua força de exclusão nos níveis básicos da força de trabalho? Se os afro-brasileiros estão sendo rejeitados para os empregos de classe média devido às imagens raciais negativas, por que essas imagens prontamente desaparecem no caso do emprego na indústria, onde trabalhadores preguiçosos, estúpidos e irresponsáveis podem destruir os programas de produção, pôr em risco seus colegas e causar danos de milhares de dólares a máquinas e materiais? Mais impressionante ainda, por que elas desaparecem no caso de empregos em serviço doméstico, que requerem o máximo de honestidade, responsabilidade e confiabilidade? Essas imagens nunca evitaram que os brasileiros brancos confiassem seus carros, suas casas, seus filhos e até mesmo suas vidas ao cuidado de empregados negros; por que, então, excluíram tão definitivamente os negros da paridade nos empregos de colarinho branco?

32. Sobre os estereótipos raciais no Brasil, e sua difusão entre a população em geral, ver Ianni, *Raças e classes sociais*, pp. 77-109; Clóvis Moura, *O preconceito de cor na literatura de cordel* (São Paulo, 1966); Florestan Fernandes, *O negro no mundo dos brancos* (São Paulo, 1972), pp. 201-216; Maria Suely Kofes de Almeida, "Entre nós, os pobres, eles, os negros" (dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1976), pp. 100-132. Um estudo recente sobre as atitudes raciais entre as crianças em idade escolar no Rio encontrou níveis muito elevados de estereótipos negativos entre crianças de todas as raças; "os índices de rejeição dos negros são praticamente os mesmos entre os brancos e os próprios negros". "Calvário da cor", *Veja* (30 de março de 1988), p. 92.

Para evidência gráfica do papel desses estereótipos na prevenção da contratação de afro-brasileiros, ver as entrevistas com executivos do rádio em Pereira, *Côr, profissão e mobilidade*, pp. 176-180. Para citar apenas um, "O senhor tocou num ponto em que eu penso muito. Às vezes aparece por aqui preto que nem parece preto: sério, equilibrado, inteligente, responsável. Bem que eu poderia dar uma oportunidade para ele. Mas tenho medo de me arriscar. Às vezes eles são assim por fora, quando menos se espera eles mostram o que são. E depois? O que eu vou dizer aos meus superiores?" Pp. 178-179.

O poder de exclusão destes estereótipos raciais parece variar em relação direta com o desejo do emprego a ser preenchido. Nas primeiras décadas do século, posições como as de trabalhadores de fábrica e colonos eram as mais promissoras oportunidades para as massas de trabalhadores não especializados competindo por empregos na economia paulista; nessa época, esses empregos eram reservados a trabalhadores brancos. Na segunda metade do século, no entanto, esses empregos foram substituídos pelo desejo de posições de colarinho branco, profissionais e comerciais, criadas pela contínua expansão econômica do Estado. As famílias em mobilidade ascendente exercitavam seu olhar nessas novas oportunidades, e não mais se ofereciam em números suficientes para corresponder às demandas de mão-de-obra das fábricas e fazendas do Estado. Quando o programa de imigração subsidiada chegou ao fim, e com ele as constantes infusões de trabalhadores europeus recém-chegados, os patrões dos trabalhadores industriais e agrícolas tiveram pouca opção além de abrir as portas aos candidatos a emprego afro-brasileiros.

Entretanto, no nível da classe média, a história foi diferente. Nesse caso, a criação de novos empregos, embora expressiva, tem sido insuficiente para satisfazer todas as pessoas, ou até mesmo todas as pessoas brancas, que os desejam. Uma das coisas que torna óbvio o interesse por esses empregos é o salário mais elevado que eles proporcionam. Entretanto, tão importante quanto isso é a maneira inequívoca em que eles distanciam as pessoas que ocupam estes cargos do status rebaixado do trabalho braçal. Desde o período colonial, em grande parte devido a sua íntima associação com a escravidão, o trabalho braçal no Brasil é considerado uma condição socialmente degradante e humilhante.³³ O serviço de casa, considerado fundamental na vida doméstica nos

33. Discutindo as raízes da situação degradada do trabalho braçal, Lúcio Kowarick recorda que, na São Paulo do século XIX, "o trabalho, para quem não fosse senhor, não levava a parte alguma, e o esforço de realizá-lo, ao invés de dignificar quem o executasse, tendia, ao contrário, a aproximá-lo das regras de domínio e submissão imperantes na condição cativa de existência." Kowarick, *Trabalho e vadiagem*, p. 67. Essas atitudes estão amplamente difundidas por toda a América Latina; sobre sentimentos similares entre a classe média argentina, ver James Scobie, *Buenos Aires: From Plaza to Suburb, 1870-1910* (Nova York, 1974), pp. 218-220.

Estados Unidos - lavar e passar roupa, lavar o carro, cortar a grama, serviços de carpintaria e pequenos consertos - é encarado no Brasil como impróprio e inadequado para as pessoas de classe média. Em vez disso, essas tarefas - juntamente com cozinhar e cuidar das crianças - são designadas a empregados domésticos mal remunerados ou pessoas contratadas para estes serviços.

O fato central da vida da classe média no Brasil é que ela representa uma fuga do mundo do trabalho braçal, do mundo do povo, degradado e associado à pobreza.³⁴ Por isso, os empregos de colarinho branco carregam consigo benefícios psicológicos que complementam, e às vezes até excedem, seus benefícios financeiros; e a competição para se conseguir e manter esses trabalhos é correspondentemente intensa. Aqueles que competem pelo status do colarinho branco usam todos os recursos de que dispõem: educação, ligações pessoais e familiares, boa aparência - e status racial. Na virada do século, os imigrantes usavam esse status para conseguir obter posições vantajosas no mercado de trabalho; e nas décadas recentes seus descendentes, os euro-brasileiros de segunda e terceira geração, repetiram esta realização, embora agora no nível da classe média.³⁵ Como executivos e empregadores, como trabalhadores e como consumidores de bens e serviços, os brancos de São Paulo uniram-se para pôr em prática a "solidariedade racial" prevista por Bastide e para reservar para eles próprios as áreas mais cobiçadas do mercado de trabalho paulista.

34. O presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva, recorda com pesar sua candidatura mal sucedida em 1982 para governador do Estado de São Paulo. Ele tentou capitalizar em sua origem de membro da classe trabalhadora, apresentando-se aos eleitores da classe trabalhadora como um "ex-assistente de fábrica de tintas, ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista, ex-prisioneiro, ex-não sei mais o quê, um brasileiro como vocês. Imaginei que a classe trabalhadora entenderia assim: 'Uau, esse sujeito é tudo isso e é candidato: também poderíamos chegar até lá.' Mas parece que os trabalhadores entenderam exatamente o oposto: ninguém queria ser um brasileiro como eu. Eles queriam ser brasileiros com um grau universitário; eles queriam ser brasileiros com melhores condições de vida, com maior preparo intelectual, com melhor qualidade de vida." Margaret Keck, "Lula and the Worker's Party: Emergence of a New Politics?" *Camões Center Quarterly* 2, 1-2 (1990), p. 14.

35. Sobre a maneira dos brasileiros de segunda e terceira geração encaram a discriminação e o preconceito, ver Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, pp. 152-158; e Santana, *Relações*, pp. 22-24.

Esta solidariedade racial atua silenciosa e efetivamente no local de trabalho.³⁶ Ela opera de uma maneira mais clamorosa e mais visível em uma das mais importantes instituições sociais brasileiras: o clube social e atlético privado.³⁷ Estes clubes são, por várias razões, extremamente importantes na vida da elite e da classe média brasileiras. Uma delas é a escassez de parques, piscinas e locais de lazer públicos na maioria das cidades, o que significa que os brasileiros da elite e da classe média precisam buscar recreação em locais privados, em vez de públicos. Esse arranjo também lhes permite evitar o tipo de contato íntimo com o povo que ocorreria em um ambiente mais aberto, mais público. Os clubes proporcionam um ambiente em que os brasileiros de classe média podem se distanciar das classes inferiores, e ao mesmo tempo cultivar as amizades e os contatos sociais que são tão importantes para se conseguir e manter um status social mais elevado no Brasil.

Como muitos observadores notaram, a vida brasileira baseia-se em relacionamentos, trocas e favores pessoais, em um grau

36. Já no início do século, praticamente a única área da economia de colarinho branco em que ela definitivamente não domina é na burocracia estatal, onde o uso legal de exames "cegos" para contratação permite que os candidatos a emprego negros concorram com os brancos sob condições de relativa igualdade. Ianni, *Raças e classes sociais*, pp. 63-65. A advogada negra Eurídice Aparecida de Jesus observa que "se as empresas privadas não aceitam bem o negro, ele pode tornar-se um funcionário público e, assim, adquirir um certo status." "Artistas e intelectuais lutam contra a discriminação", *Folha de São Paulo* (25 de março de 1984). Um conselheiro de empregos negro concorda, mas observa que também no setor público a discriminação pode ocorrer. "Grande parte dos negros vai trabalhar como funcionário público, já que os concursos públicos não discriminam ninguém quanto a cor, raça ou credo. Mesmo no serviço público, o negro, muitas vezes, tem que contar com a boa vontade do chefe na hora das promoções." "A crua discriminação racial no mercado de trabalho", *Caderno C, Diário do Grande ABC* (24 de novembro de 1985). E, um terceiro observador observa que os salários são em geral muito mais baixos que no setor privado. "Portanto esse emprego é a única alternativa dos negros. Quem mais quereria receber tão pouco?" "Na luta com Zumbi", *Folhetim, Folha de São Paulo* (8 de junho de 1980), p. 14.

37. Ao examinar uma série de pesquisas públicas sobre as atitudes raciais no Brasil, um estudo conclui que elas "revelam uma rejeição das pessoas de cor nas duas situações que envolvem maior intimidade e menos distância social. Estas são a família e o clube social". R. Penn Reeve, "Race and Social Mobility in a Brazilian Industrial Town", *Luso-Brazilian Review* 14, 2 (1970), pp. 243-244.

até maior que nos Estados Unidos (onde, é claro, essas interações, muitas delas também ocorrendo em clubes sociais e organizações cívicas, não são de modo algum insignificantes). Os antropólogos descreveram as redes sociais mais amplas através das quais os membros da classe média brasileira mantêm e cultivam as relações pessoais que são indispensáveis para abrir o seu caminho em um ambiente difícil e intensamente competitivo. Um deles, Roberto da Matta, compara o “mundo da rua”, público, em que “a vida é um combate entre estranhos”, com a vida privada do lar, onde se vive na segurança de laços pessoais chegados com a família, parentes e amigos. Quando precisam enfrentar o mundo exterior, hostil, diz da Matta, os brasileiros reagem construindo o mesmo tipo de rede de amizades e relacionamentos que os protege em suas casas. E quando estendem as proteções da vida privada para o reino público, as regras e regulamentos formais da vida pública são substituídos pelo código privado de um “universo relacional” em que “pode-se negar tudo menos o pedido de um amigo”. Pois no Brasil, como disse o crítico literário Roberto Schwarz, “o favor é a nossa mediação quase universal”.³⁸

É através dos clubes sociais que os brasileiros de classe média constroem vínculos e fortalecem os laços com pessoas que podem fazer “favores” umas às outras: pessoas que podem informar umas às outras sobre oportunidades de emprego, e podem fazer uma recomendação sobre um amigo, ou o filho de um amigo, quando vão se candidatar a esses empregos; pessoas com amigos na Prefeitura, que podem ajudar com uma autorização necessária ou uma disputa legal; pessoas que podem ajudar nossos filhos a ingressar em uma escola particular desejada.³⁹ Para as classes média e alta brasileiras, os clubes sociais são um dos mecanismos mais importantes de integração e progresso social a elas disponíveis; e para aquelas incapazes de conseguir admissão, os clubes

38. Roberto da Matta, *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (São Paulo, 1985), pp. 55-80 passim; Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas* (São Paulo, 1977), p. 16.

39. Sobre a importância dos contatos e das redes pessoais na obtenção de emprego, ver Anthony Leeds, “Brazilian Careers and Social Structure: An Evolutionary Model and Case History”, *American Anthropologist* 66 (1964), pp. 1321-1347. Os brasileiros têm um provérbio que ilustra muito bem este princípio: Quando você se candidata a um emprego, o que importa mais não é o seu QI (coeficiente de inteligência), mas o outro QI (quem indicou).

funcionam como um dos meios mais eficazes de exclusão social e econômica. Em vista disso, os clubes constituíram uma das mais difíceis barreiras a serem transpostas pelos afro-brasileiros. O médico negro Edgard Santana comentou no início da década de 1950 que eles eram a área da vida paulista em que a discriminação era mais óbvia e se aproximava mais à segregação ao estilo dos Estados Unidos. “É um preconceito nítido, definido, tipo americano.” Outros relatos dessa época notaram que alguns clubes não admitem números pequenos de membros negros, mas os restringem a eventos separados, só para negros, e se recusam a permitir que usem a piscina e outras instalações. Um relato da década de 1940 sugeriu que “muitos brancos não querem nadar na mesma água que as pessoas de côr, daí as proibições e medidas engenhosas impedindo as pessoas mais escuras de usar as piscinas” nos clubes. Essas medidas permanecem em efeito até o presente, como está indicado por um membro do conselho do Clube de Regatas Tietê: “Se a diretoria aceita um sócio de côr e ele entra na piscina, na mesma hora cem sócios deixam o clube.”⁴⁰

A exclusão dos afro-brasileiros dos clubes exige deles um preço alto, pelo menos de duas maneiras. A primeira é econômica. “Como são barrados do contato interpessoal próximo com os tipos raciais mais claros que controlam o acesso a estes empregos e os distribui a amigos e parentes racialmente mais claros ... [os pretos e os pardos] têm pouca oportunidade para explorar as redes sociais que poderia lhes permitir obter níveis de emprego mais elevados.”⁴¹ O segundo preço é psicológico e é pago na

40. Santana, *Relações*, p. 19; Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, pp. 166-167; “Clubes e negros”, *O Novo Horizonte* (novembro-dezembro de 1954), p. 2; Roberto J. Haddock Lobo e Irene Aloisi, *O negro na vida social brasileira* (São Paulo, 1941), p. 81; “Presidente do Tietê fala em ‘subversão’”, Folha de São Paulo (17 de maio de 1978). Em seu artigo sobre uma cidade do aço no Estado de Minas Gerais, Reeve descobre que os clubes sociais constituem “o único exemplo de racismo explícito na cidade”. Reeve, “Race and Social Mobility”, p. 244.

41. Reeve, “Race and Social Mobility”, p. 244. Esses contatos são especialmente importantes para os negros que procuram trabalho, cujo acesso ao emprego já é demasiado limitado por sua raça. Cada um dos indivíduos entrevistados em um estudo dos trabalhadores negros no Rio Grande do Sul enfatizou “a importância de ter alguém para abrir portas. Todos eles, em momentos-chaves de suas carreiras, tiveram alguém que levou, indicou, falou, pediu.” Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “A formação do operário negro”, *Educação e Sociedade* 22, 7 (1985), p. 69.

moeda da auto-estima perturbada. Muitos negros de classe média recordam suas expulsões de clubes sociais dos brancos entre as experiências mais dolorosas de suas vidas. O ator Milton Gonçalves recorda de - quando adolescente - ter ido com alguns amigos brancos a um baile na Associação Atlética São Paulo, para o qual compraram ingressos. Seus amigos tiveram permissão de entrar, mas ele foi barrado na porta e lhe disseram que deveria esperar do lado de fora por um dos diretores do clube. "O suor era incontrolável, os meus olhos foram ficando embaçados a ponto de eu enxergar com dificuldade. As outras pessoas foram entrando, a fila continuou a passar e eu fiquei ali, à margem, morrendo de vergonha." Quando o diretor chegou, Gonçalves ameaçou ir à polícia e acusar o clube de violar a lei antidiscriminação Afonso Arinos (ver Capítulo 7). O diretor riu e respondeu: "E você acha que a polícia vai fechar o clube por tua causa?" Anos mais tarde, Gonçalves recordou o incidente como um ponto crítico em sua adolescência: "Eu acordei. Não ia fechar mesmo. E o mundo desabou sobre a minha cabeça. Ninguém da minha turma voltou para saber o que tinha acontecido comigo. Nem um. Foi uma agressão violenta e funda [contra mim]. E coletiva. Percebi que não podia me valer de ninguém."⁴²

Os clubes sociais são a forma mais visível de "solidariedade racial", que mantém os brancos de classe média como um grupo econômico e socialmente privilegiado em São Paulo. Entretanto, essa solidariedade não é de modo algum absoluta, mesmo entre os brancos de classe média, muitos dos quais repudiam pública e privadamente a prática de discriminação racial em sua sociedade. Nem opera de uma maneira automática e invariável em todo caso de competição racial; o censo de 1980 mostra a presença de dezenas de milhares de afro-brasileiros em empregos de colarinho branco e em profissões liberais em São Paulo. Isto reflete um dos aspectos característicos do racismo brasileiro: sua inconsistência e imprevisibilidade, e sua disposição para admitir que os afro-brasileiros se movimentem de forma ascendente, ao mesmo tempo em que impede essa mobilidade ao grupo racial afro-

42. Costa, *Fala, Crioulo*, pp. 104-105. Vários outros indivíduos entrevistados por Costa contam histórias similares de terem sido barrados em clubes de danças e de atividades sociais.

brasileiro como um todo.⁴³ Isto, por sua vez, tem o efeito de dividir a população negra na minoria que se beneficiou do modelo brasileiro de relações raciais, e da maioria que não se beneficiou. Dentro de cada grupo, as atitudes e reações em relação a esse modelo e à questão do que significa ser um negro em ascensão variam enormemente.

os negros em um mundo branco

Podemos começar examinando os efeitos dessas barreiras raciais naqueles que não conseguem superá-las. O muito citado provérbio brasileiro que diz que “aqui não temos um problema racial; aqui os negros conhecem o seu lugar” é muito verdadeiro. Um dos temas recorrentes que emergem nas entrevistas de afro-brasileiros é aquela da expressão curta, porém eloqüente, “não adianta”. Trabalho, estudo e esforço árduos não resultam em pro-

43. Ver as reflexões de Carl Degler sobre “o caráter das relações raciais brasileiras: mobilidade mais individual que de grupo”. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (Nova York, 1971), p. 275. Roger Bastide invoca uma espécie de teoria do escoamento, observando que sob estas condições “a ascensão [do negro] não pode tomar outra forma senão a de uma infiltração. Uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos dos brancos.” Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, p. 227.

A inconsistência e a imprevisibilidade da discriminação brasileira é perfeitamente ilustrada pelo caso anteriormente citado por Milton Gonçalves, de ter sido barrado na porta da Associação Atlética São Paulo. Primeiro, Gonçalves havia ido a outros bailes no clube. Segundo, o diretor que barrou a entrada de Gonçalves era ele próprio um pardo, um atleta de destaque que havia competido nas Olimpíadas de 1938. Terceiro, quando Gonçalves encontrou o diretor no dia seguinte, este último, “com o ar mais cínico do mundo, sorrindo até, disse calmamente: ‘Olha, ô Chocolate, ontem não deu, mas aparece no clube logo mais que eu quebro o teu galho.’ ... A minha vontade era mandar ele à puta-que-o-pariu, que enfiasse o clube no rabo - mas não convinha. O melhor era sumir.” Costa, *Fala, crioulo*, p. 106.

Embora alguns negros se beneficiem desta inconsistência e imprevisibilidade, outros ficam furiosos com ela. O empresário Alberto Ferreira descreve-a como “o pior tipo de discriminação ... O melhor seria o povo tomar posição definitiva: ficar de vez ao lado do negro, entendendo-o como ser humano igual a qualquer um, ou oficializar a discriminação oficial, eliminando a hipocrisia.” “Discriminação ainda existe, diz o negro”, *Diário do Grande ABC* (22 de novembro de 1984).

gresso, porque “lugar de negro é lugar de negro mesmo”, e os obstáculos que se tem de superar para deixar esse lugar são simplesmente insuperáveis. Mesmo entre aqueles que insistem em lutar contra esses obstáculos, saber da existência das resistências contra eles pesa muito e faz com que grande parte deles baixe sua visão para um nível mais “realista”. A cantora de ópera Maura Moreira, que encontrou na Europa as oportunidades profissionais que lhe foram negadas aqui no Brasil, explica que “a gente aqui cria aquele complexo de inferioridade motivado por todas as desfeitas, desconsiderações, discriminações que a gente sofre como ser humano desde a infância. É certo que muitos, diante de um episódio de demonstração de racismo, tentam contemporizar, pedir desculpas, passar uma borracha em cima, mas na gente a marca fica, influenciando até na escolha de uma profissão ou num lugar para entrar.”⁴⁴

Convencendo os afro-brasileiros a baixar suas expectativas de vida e não criar “situações desagradáveis”, tentando forçar sua entrada em locais onde não são desejados (isto é, locais que os brancos querem reservar para si), o modelo brasileiro das relações raciais trabalha muito eficientemente para reduzir a tensão e a competição raciais, ao mesmo tempo em que mantém os negros em uma posição social e econômica subordinada. Na verdade, os obstáculos são considerados tão enormes que aqueles que continuam a lutar contra eles acham que a única maneira de triunfarem é se transformando em super-humanos. Um executivo bem sucedido relata que ele supera as barreiras raciais transformando sua raiva em energia disciplinada. “Tenho que dar 150 por cento de empenho em tudo o que faço ... esmago esse tipo de gente [que discriminam] com a minha competência.”⁴⁵ A psiquiatra Neu-

44. Costa, *Fala, crioulo*, pp. 38-39. Outro dos informantes de Costa recorda o conselho freqüentemente repetido de sua mãe que “a gente não deve pôr o pé onde a mão não alcança”; em outras palavras, não tentar ir além do que pode em sua vida. Um jornalista negro recorda sua infância na favela. “Os meus irmãos, já meio cansados e acomodados, não entendiam porque eu trabalhava de manhã na feira e depois ia estudar. Estudar prá quê? Não vai adiantar nada mesmo, diziam eles.” Pp. 118, 94. Para comentários similares, ver Barbosa, *Socialização e relações raciais*, pp. 65, 105; Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, p. 191.

45. “As antenas da raça”, *Caderno B, Jornal do Brasil* (8 de maio de 1988), p. 10.

sa Santos Souza discute os esforços dos afro-brasileiros de classe média para enfrentar este padrão super-humano, e a conseqüente depressão, melancolia e sentimentos de inadequação e derrota quando não conseguem enfrentá-lo.⁴⁶ Um jornalista bem sucedido concorda com isso.

Tenho bronca de ser exceção. Isso cansa, você é permanentemente cobrado. O nível do seu trabalho tem que ser superior aos demais. Se por um lado é bom, porque obriga a gente sempre a se superar, por outro esgota as resistências. Você quer ser encarado como um cara normal, com direito de errar, mas não deixam. Quando acerta, não falta quem fique surpreso; quando erra é massacrado. Chega a um ponto que não dá mais, satura.⁴⁷

As recompensas por ser um “supernegro” estão consideravelmente atrás das recompensas por ser um branco normal. Os salários e as possibilidades de progresso são marcadamente inferiores, e mesmo aqueles paulistas negros que desfrutaram de algum sucesso e progresso na vida estão sempre marcados por restrições raciais em relação ao local onde podem morar, que clubes podem freqüentar, em que restaurantes podem comer e a que escolas podem enviar seus filhos. Muitos negros de classe média enxergam pouca vantagem em desafiar essas barreiras e, em vez disso, tentam atuar em torno deles ou evitá-los completamente. Este é um tema recorrente nos jornais negros da década de 1920, em que atos de discriminação racial freqüentemente provocaram editoriais de advertência aos leitores para evitar a fábrica, o salão de danças, o restaurante etc., onde os incidentes haviam ocorrido.⁴⁸ Essas atitudes são comuns também hoje em dia, entre os negros de classe média. Um engenheiro declara: “Estou vivendo em condições de branco ... Já senti o preconceito, mas hoje não o levo

46. Neusa Santos Souza, *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (Rio de Janeiro, 1983), pp. 39-43.

47. Costa, *Fala, crioulo*, p. 96. Um dos informantes de Neusa Santos Souza concorda com este ponto. Os negros de classe média têm uma chance, diz ela: “A gente se integra à comunidade negra - e eu já estou fora dela há muito tempo - ou se integra ao meio de dominância branca, que não satisfaz. É um lugar onde tudo é uma prova, onde estão sempre te testando.” Souza, *Tornar-se negro*, pp. 66-67.

48. Ver, por exemplo, “Salão da rua Glycério”, *A Liberdade* (4 de abril de 1920), p. 3; “Prefere-se branca”, *Progresso* (26 de setembro de 1929), p. 5; *Getulino* (9 de setembro de 1923), p. 1.

mais a sério. Se a gente não pode entrar em um restaurante, entra em outro." O ex-vereador da cidade de São Paulo, Mário Américo Castro faz comentários similares, explicando que ele "não sente pressão nenhuma" por discriminação racial, porque ele toma o cuidado de evitar situações potencialmente difíceis. "Eu escolho os lugares para freqüentar, não vou aonde não me cabe, não insisto. Não vou fomentar uma situação que, bem ou mal, está boa."⁴⁹

Esta última afirmação representa a atitude de muitos afro-brasileiros que, tendo despendido um enorme esforço para conseguir alguma medida de sucesso na sociedade brasileira, não deseja pôr em risco esse sucesso enfrentando o racismo.⁵⁰ Esses confrontos são sempre arriscados e desagradáveis, e, na opinião de muitos negros, é improvável que melhorem de alguma maneira significativa o clima racial no Brasil. Se conseguirem algo, será agravá-lo, provocando mais antagonismo em relação à mobilidade ascendente dos negros. Em vista disso, grande parte da classe média negra, como os indivíduos acima citados, tenta evitar situações em que tenha probabilidade de encontrar racismo branco e, dessa maneira, minimizar seus impactos sobre sua vida cotidiana.

Para muitos, esta é aparentemente uma abordagem bem sucedida. Entre os negros de classe média que conheci em São Paulo e aqueles entrevistados nos jornais, revistas e livros que li enquanto estive no Brasil, uma minoria relativamente expressiva indicou que o preconceito e a discriminação racial não afetaram suas vidas de nenhuma maneira direta.⁵¹ Estas pessoas reconheceram prontamente que o racismo é uma força séria que atua na sociedade em geral, mas depois prosseguiram declarando que es-

49. "Os personagens e suas histórias", *Folha de São Paulo* (9 de julho de 1978).

50. A antropóloga Irene Barbosa fala sobre a "grande ansiedade" com que os negros de classe média "procuram soluções para os problemas raciais de uma forma que não comprometesse a posição de 'elite' [negra], tão duramente conquistada." *Socialização e relações raciais*, p. 133.

51. Não conduzi entrevistas sistemáticas com os negros em São Paulo nem mantive um registro cuidadoso das opiniões e idéias que emergiram em minhas conversas com eles. Minha impressão é que cerca de um terço - ou talvez um pouco mais - das pessoas com quem conversei disseram que nunca sofreram discriminação direta. Uma proporção similar se aplica ao material escrito que pesquisei e usei extensamente neste capítulo.

caparam mais ou menos ilesas de seus efeitos. É preciso levar a sério esse testemunho. Mas há mais que uma insinuação nessas declarações da negação evidente nas descrições da atriz branca Arlete Salles das atitudes de seus amigos em relação ao seu casamento com o cantor negro Tony Tornado. "Ninguém falou [sobre o casamento]. Ou se falou, se achou ruim, confesso que não escutei. Ou não dei atenção ... Nunca tivemos problemas. É verdade que muitas vezes fiquei magoada com fofocas maldosas que envolveram inclusive meus filhos, mas isso já passou." Ninguém disse nada; e se dissessem, ela não ouviria; e se ouvisse, não prestaria atenção; e se às vezes os comentários que ninguém fez e que ela nunca prestou atenção a magoaram, agora não a magoam mais, porque "tudo isso acabou".⁵²

Esta relutância em reconhecer a plena extensão e a perniciosidade do preconceito racial é uma forma de negação que não é raro se encontrar entre os negros no Brasil. Uma segunda - e talvez até mais básica - negação é a relutância em reconhecer os ancestrais raciais africanos de uma pessoa e aceitar o fato de sua negritude. Desde os primeiros até os mais recentes estudos sobre a mobilidade ascendente dos afro-brasileiros, um dos temas mais fortes que emergem é aquele do branqueamento: o desejo dos pretos de serem aceitos como pardos e dos pardos de serem aceitos como brancos.⁵³

O branqueamento é aceito por vários meios: através do sucesso econômico, através do cultivo de amigos e conhecidos brancos, através da adoção consciente das normas e do compor-

52. "Branco e preto: Uma ligação condenada", *Última Hora* (22 de julho de 1976).

53. Para alguns desses estudos, ver Virgínia Leone Bicudo, "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo", *Sociologia* 11, 3 (1947), pp. 195-219; Bastide e Fernandes, *Branco e negro*, pp. 180-188; Ianni, *Raças e classes sociais*, pp. 95-109; Costa, *Fala, crioulo*; Souza, *Tornar-se negro*, pp. 28, 36. Para uma expressão comovente deste desejo, ver a entrevista com uma família de classe média economicamente bem sucedida da cidade de São Paulo. Os três filhos desta família descrevem-se como morenos (ver Apêndice B); a mais velha, com oito anos de idade, que frequenta uma escola particular onde é um dos cinco alunos negros, diz: "Não sou branca, mas não sou pretona também." "Casal negro sente preconceito no cotidiano", *Folha de São Paulo* (9 de maio de 1988), p. 11.

tamento da vida dos brancos de classe média.⁵⁴ O meio mais eficaz do branqueamento - e um dos mais buscados - é se casar com uma pessoa mais clara (de preferência, branca) e produzir filhos mais claros (de preferência, brancos). Embora os índices estatísticos de casamentos inter-raciais não sejam elevados no Brasil, certamente são mais elevados que nos Estados Unidos, e são um fenômeno visível no nível da classe média.⁵⁵ O economista Nelson do Valle Silva observa que esse casamento inter-racial é em parte explicado pela extrema escassez de opção de parceiros negros de ambos os sexos (mas particularmente mulheres) em níveis sociais mais elevados.⁵⁶ Além disso, como explica um ator bem sucedido casado com uma esposa branca, a preferência de muitos negros por parceiros brancos é também o resultado de uma criação, que mesmo os afro-brasileiros mais conscientemente críticos não são capazes de apagar completamente. "Nós, os negros de mais de 30 anos, ainda temos na memória a nossa criação, na qual o negro ficou acostumado a se subestimar. Toda a estrutura [social] forçou isso. A professorinha era branca, o marceneiro, o farmacêutico. Institucionalmente mudou, com leis antigas de igualdade, mas ficou na forma de pensar de cada indivíduo, No branco, uma aversão [aos negros] e no negro uma submissão, em ambos alienadas, quase inconscientes." O branqueamento é o ideal, tanto no

54. Um documento escrito por um psicólogo negro sobre seus esforços, juntamente com o de vários outros profissionais, para organizar um grupo de consciência negra na cidade nordestina do Recife descreve seu choque ao perceber que eles não tinham na verdade nenhum amigo afro-brasileiro em seus círculos profissionais ou sociais. "Não tardamos a constatar que praticamente não conhecíamos mais nenhum negro ou mestiço que fizesse parte dos nossos círculos de relações de amizade. Isso nos causou, por que não dizer, uma enorme surpresa, quando não um grande choque e abalo." Sylvio José B.R. Ferreira, "A questão racial em Pernambuco: A necessidade e os impasses de uma ação política organizada" (documento não publicado apresentado na conferência anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, Novo Friburgo, 1981), p. 12.

55. Segundo o censo de 1980, 21 por cento dos casais casados no Brasil eram de raça mista. Entretanto, uma pesquisa nos registros de casamento na cidade de São Paulo entre 1948 e 1957 descobriu que apenas 3 por cento dos casamentos eram inter-raciais. Nelson do Valle Silva, "Distância social e casamento inter-racial", *Estudos Afro-Asiáticos* 14 (1987), pp. 62, 73.

56. Silva, "Distância social."

casamento como na vida em geral; o resultado é um forte interesse entre muitos afro-brasileiros em se casar com brancos.⁵⁷

É muito difícil para os afro-brasileiros resistir às pressões e às tentações de mudar sua identidade racial. “O negro é o símbolo de miséria, de fome ... Acho que o que me faz sempre fugir do lance negro é o lance da pobreza: pobreza em todos os sentidos - financeira e intelectual.” Mas negar a negritude é negar uma parte fundamental da própria identidade - nas palavras de um dos informantes de Haroldo Costa, é “aniquilar-se”, “anular-se”. Deixar de ser negro é - de uma maneira difícil, mas talvez não impossível dos brancos imaginarem - deixar de existir.⁵⁸

57. “Um ator contra os preconceitos”, *Folha de São Paulo*, (13 de maio de 1978), p. 29. Esta preferência pela brancura é disseminada entre os negros de todas as camadas sociais, não apenas a classe média. O que torna a classe média negra característica é que seus membros mais instruídos e mais ricos compõem parceiros mais atraentes para os brancos que os negros da classe operária. Em vista disso, Nelson do Valle encontra uma endogamia racial mais forte no nível da classe trabalhadora, e o inter-casamento mais freqüente (embora ainda muito longe do nível estatisticamente esperado) na classe média. Nelson do Vale Silva, “Endogamia de côr ou endogamia de classe?” (documento não publicado apresentado na conferência anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, Novo Friburgo, 1981), p. 12.

58. Costa, *Fala, crioulo*, p. 196. Este informante, detentor de um diploma universitário em história, descreve o processo de branqueamento: “Você como preta se anula, passa a viver uma outra vida, flutua sem nenhuma base onde pousar, sem referência e sem parâmetro do que deveria ser a sua forma peculiar.” Uma cantora negra de sucesso concorda: “Pretô que sobe, vive como ‘barata tonta’, sem saber onde pisar; vive aos gomos, repartido em fatias ...” Pereira, *Côr, profissão e mobilidade*, p. 242; para uma discussão mais ampla sobre a posição social ambígua dos afro-brasileiros em mobilidade ascendente, ver o capítulo final desse livro, pp. 237-261. Ver também os comentários da antropóloga Lélia Gonzalez sobre “um processo que qualquer negro que ascende passa, um processo de distanciamento de suas raízes, um processo de alienação.” “Negro”, *IstoÉ* (17 de maio de 1978), p. 45.

Para se ter uma idéia do que este processo envolve, os leitores brancos podem contemplar a perspectiva de viver em uma sociedade racialmente mista dominada pelos negros, em que os pré-requisitos básicos para ascender no mundo eram valorizar a negritude como um ideal, casar-se com um cônjuge negro, ter filhos negros e, em geral, negar o fato da própria brancura e buscar ser aceito como “negro”. Esta é uma descrição restrita e grosseira, ao inverso, da vida como ela é vivida por milhões de pardos e pretos no Brasil.

Essas pressões são sentidas de forma mais aguda por aqueles afro-brasileiros que fizeram um progresso visível para se tornar brancos: os mulatos. Em uma imagem vívida do tipo de automutilação, em geral psicológica, mas ocasionalmente física, que esse branqueamento demanda, uma das informantes de Neuza Santos Souza recorda como sua mãe tentou fazer com que ela usasse um pregador de roupas no seu nariz durante a sua infância para reduzir o seu achatamento. Ela prossegue descrevendo as tensões de se viver em algum lugar entre o negro e o branco. "Eu não sabia meu lugar, mas sabia que negro eu não era. Negro era sujo, eu era limpa; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela, e eu não morava e, sobretudo, negro tinha lábios e nariz grossos e eu não tinha. Eu era mulata, ainda tinha esperanças de me salvar."⁵⁹

A idéia de que os mulatos podiam possivelmente ser "salvos" de sua negritude, e desfrutar de um status acima daquele dos pretos, gerou um ciúme e um antagonismo consideráveis entre os dois grupos no Brasil. Parte do folclore negro nesse país é que, nas palavras de Arlindo Veiga dos Santos, fundador da Frente Negra Brasileira, "o maior inimigo dos negros é o branco neto de pretos". Em sua pesquisa realizada entre os negros de São Paulo, Roger Bastide descobriu que "todos os nossos informantes estão de acordo em sublinhar que as famílias mais ferozmente prevenidas contra os pretos são as que têm algumas gotas de sangue africano nas veias."⁶⁰

Embora nem todos os pardos busquem se separar dos pretos, há uma tendência visível entre o grupo racial pardo para enfatizar sua superioridade em relação aos afro-brasileiros mais es-

59. Souza, *Tornar-se negro*, p. 48.

60. Roger Bastide, *Estudos afro-brasileiros* (São Paulo, 1973), pp. 143-144; Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, p. 168. Para outros comentários sobre a hostilidade entre pretos e pardos, ver Santana, *Relações*, p. 23; Costa, *Fala, crioulo*, pp. 113, 154; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (São Paulo, 1962), pp. 301-303. Para expressões na imprensa negra desta tensão entre pretos e pardos, ver "Parece incrível", *O Alfinete* (22 de setembro de 1918), p. 3; "Vagando", *A Liberdade* (14 de dezembro de 1919), pp. 1-2; "Carta aberta", *Getulino* (2 de novembro de 1924), p. 1; "Parabéns, Viriato!" *Progresso* (28 de abril de 1929), p.

São Paulo comportavam-se de uma maneira muito parecida àquela de seus contrapartes brancos. Retirando-se do “mundo da rua” - ou, neste caso, da Rua Direita - eles se fechavam dentro do mundo privado de suas famílias, ou naquele mundo um pouco maior, mas ainda privado, dos clubes sociais afro-brasileiros. Os próprios nomes desses clubes - Clube dos Evoluídos, Aristocrático Club - expressa a visão que seus membros tinham de si próprios como separados - e acima - da massa negra.⁶⁵ Na verdade, na retrospectiva fica claro que o retrato que Florestan Fernandes fez dos negros anômicos dos anos da pós-emancipação deve muito às atitudes de seus informantes de classe média com respeito ao “animalizado” lumpen dos negros.⁶⁶

65. Para um interessante estudo dos membros de uma organização desse tipo em Campinas, ver Barbosa, *Socialização e relações raciais*. O jornal Hifen, que foi publicado em Campinas durante vários anos no início da década de 1960, é uma expressão representativa desta classe de elite negra.

O clube mais importante da classe média negra na cidade de São Paulo é o Clube Aristocrático, que, em 1984, tinha 3.500 sócios. “Movimento negro avalia sua importância”, *Folha de São Paulo* (15 de abril de 1984).

66. Ver, por exemplo, a petição assinada por várias organizações negras e circulada em conexão com as eleições de 1950, citada em Fernandes, *Integração do negro*, 1, p. 90. Sobre indivíduos e organizações afro-brasileiros específicos que colaboraram na pesquisa patrocinada pela UNESCO e liderada em São Paulo por Bastide e Fernandes, ver Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, 13-17. Um desses informantes, o preto Dr. Edgard Santana, reuniu seu testemunho em um livro, o anteriormente citado *Relações entre pretos e brancos*, em que com frequência menospreza seus contrapartes da classe baixa. Em certo ponto, ele busca estabelecer a validade de suas declarações com respeito à anomia e à desorganização social do negro, e desacreditar as contra-acusações dos trabalhadores negros de esnobismo e elitismo entre a classe média negra. “Porque é fácil, a quem está no alto espiar o que se passa em baixo; é difícil a quem está em baixo ter acesso a ver o que se passa no alto. Os passageiros de primeira classe num navio vão espiar os da terceira classe, mas o contrário não é verdadeiro.” P. 6.

Ver também a descrição da antropóloga norte-americana Ruth Landes do falecido Edison Carneiro, um conhecido estudioso da cultura afro-brasileira. Descrevendo Carneiro como um “mulato aristocrata” (embora, como seu livro deixa claro, de meios financeiros limitados), ela observa que “ele era um liberal, e até mesmo considerado um radical em alguns meios; mas não era de modo algum um homem do povo ... Edison considerava o povo do candomblé [negros urbanos pobres de Salvador] como pertencente ao outro lado da ponte. Para ele, eles eram espécimens, embora é claro seres humanos com um direito inalienável de viver como quisessem.” Ruth Landes, *The City of Women* (New York, 1947), pp. 59-60.

Entretanto, nem todos os negros de classe média seguiram este caminho. Mesmo nas décadas de 1930 e 1940 alguns membros desta classe minúscula estavam querendo investir uma enorme energia e esforço para tentar criar organizações de bases amplas que poderiam combater a discriminação e tentar melhorar a posição da população negra como um todo. E nas décadas de 1970 e 1980, a classe média substancialmente expandida dos negros gerou uma nova geração de liderança determinada a confrontar diretamente a discriminação racial, em vez de tentar evitá-la. Recorrendo aos seus predecessores no movimento abolicionista, à Frente Negra e às organizações afro-brasileiras das décadas de 1940 e 1950, estes jovens militantes buscaram liderar seu povo rumo a uma nova fase na luta que já dura um século para transformar a democracia racial de um mito em uma realidade.

organização, 1945-1988

a segunda república, 1946-1964

A imposição da ditadura de Vargas em 1937 marcou o fim de um período de intensa mobilização política na comunidade negra e também no Brasil em geral. As organizações negras não desapareceram completamente sob a ditadura; as sociedades de dança e os clubes sociais continuaram a funcionar, e o regime de Vargas estimulou ativamente o desenvolvimento das escolas de samba, embora agora sob controle estrito do Estado.¹ As organizações cívicas também continuaram a operar, e uma delas - a Associação José do Patrocínio - teve sucesso ao solicitar ao Presidente Vargas que proibisse anúncios de emprego racialmente discriminatórios nos jornais de São Paulo.²

1. Sobre a existência continuada destas organizações, ver as colunas sociais do *Alvorada* de 1946 e 1947, e em particular a "Homenagem do movimento recreativo ao 13 de maio" (13 de maio de 1946). Sobre os relacionamentos entre as escolas de samba e a ditadura de Vargas, ver Alison Raphael, "Samba and Social Control: Popular Culture and Racial Democracy in Rio de Janeiro" (Dissertação de Ph.D., Universidade de Columbia, 1980), pp. 89-122.

2. Os esforços da associação estão descritos em Oracy Nogueira, "Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de côr", *Sociologia* 4, 4 (1942), pp. 328-358. Seus membros escreveram para Vargas em 1941; dezoito meses mais tarde, em março de 1943, o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda proibiu esses anúncios. Ver a correspondência no Arquivo Nacional do Brasil, Secretaria do Presidente da República, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, lata 410, PR 107839/43. Meus agradecimentos a Joel Wolfe por esta citação.

O apelo da associação à ditadura sugere algumas das oportunidades que o populismo autoritário de Vargas criou para os grupos não pertencentes à elite buscarem seus objetivos e interesses coletivos. A administração de Vargas foi muito mais receptiva do que seus precededores republicanos aos interesses dos brasileiros pobres e pertencentes à classe trabalhadora, que logo aprenderam como explorar as aberturas criadas pela mudança de regime. Ao mesmo tempo, entretanto, o objetivo da política social e trabalhista do Estado Novo era estabelecer o controle mais eficiente possível sobre os pobres e a classe trabalhadora do país para usá-los como uma base essencialmente passiva de apoio político, e também como uma fonte de mão-de-obra barata e aquiescente para a economia industrial em expansão. Em vista disso, o Estado Novo não constituiu um ambiente particularmente favorável para a organização política independente e baseada na massa popular, quer na comunidade negra quer na sociedade em geral.³

Por isso, a queda da ditadura em outubro de 1945 desencadeou uma onda de tentativas de reconstituir o movimento negro da década de 1930. A Convenção Nacional dos Negros Brasileiros teve lugar em novembro, na capital do Estado, com o objetivo de formular uma plataforma de demandas a serem apresentadas à esperada Assembléia Constituinte, que iria escrever a nova Constituição para a Segunda República. A imprensa negra de São Paulo, extinta desde 1937, imediatamente reapareceu com a fundação do Alvorada em setembro de 1945, do Senzala em janeiro de 1946 e de O Novo Horizonte em maio de 1946. O editor do Alvorada, José Correia Leite (editor de O Clarim da Alvorada durante as décadas de 1920 e 1930), esperava usar sua publicação como o meio para formar uma nova organização cívica, a Associação dos Negros Brasileiros. Mas seu trabalho nesta área não

3. A tensão entre os esforços do Estado Novo para estabelecer um controle firme sobre os trabalhadores brasileiros, e os esforços dos trabalhadores para usar os programas e as políticas do Estado Novo em seu próprio proveito individual e coletivo, está explorada em John David French, "Industrial Workers and the Origins of Populist Politics in the ABC Region of Greater São Paulo, Brazil, 1900-1950" (Dissertação de Ph.D., Universidade de Yale, 1985). Ver também Kenneth Erickson, *The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics* (Berkeley, 1977); e James M. Malloy, *The Politics of Social Security in Brazil* (Pittsburgh, 1979).

deu Frutos, nem os esforços para a candidatura de negros às eleições para o Congresso no início da década de 1950.⁴

Estes esforços dos afro-brasileiros em São Paulo e em outros Estados para se organizarem em movimentos raciais e participarem da democracia recém-estabelecida provocou um considerável antagonismo entre os brancos. Os ataques às novas organizações dos negros apareceram na imprensa paulista em 1947 e no Rio de Janeiro durante as eleições de 1950.

Teatro negro, jornal negro, clubes de negros ... Agora já se fala mesmo em candidatos negros ao pleito de outubro. Pode-se imaginar um movimento pior ou mais danoso ao espírito indiscutível da nossa formação democrática? Vale a pena combatê-lo desde logo, sem prejuízo dos direitos que os homens de cor reclamam e nunca lhes foram recusados. Do contrário, em vez de preconceitos de brancos paradoxalmente teremos preconceitos de negros. A tais extremos conduzem não racismo (que não existe entre nós) mas o espírito de imitação [supostamente dos movimentos negros nos Estados Unidos], mal digerido e cuja conseqüência mais nefasta talvez seja o estabelecimento de um sistema por todos os tipos abominável: os indivíduos passariam a ser isto ou aquilo, a ocupar cargos determinados, não pelo seu valor pessoal que os recomendasse, mas por serem pretos ou não o serem. A pigmentação cutânea entraria a valer como prova de títulos.⁵

São notáveis as contradições internas deste documento. "Pode-se imaginar um movimento pior ou mais danoso ao espírito

4. Sobre os esforços organizacionais dos negros durante este período, ver as publicações negras citadas, e Miriam Nicolau Ferrara, *A imprensa negra paulista (1915-1963)* (São Paulo, 1986), pp. 141-162. Em 1950, o pequeno Partido Socialista Brasileiro lançou candidatos negros para o Congresso e para a Assembléia do Estado; quatro anos depois, o Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura indicou candidatos para os mesmos cargos; todos foram derrotados. Ver os números de *O Novo Horizonte* desses anos, e de *Mundo Novo* para 1950. Ver também Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (3a edição, São Paulo, 1978), 2, pp. 89-90.

5. "O preconceito existe!" *Correio Paulistano* (16 de julho de 1950). Para artigos similares, ver Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branco e negro em São Paulo* (3a edição, São Paulo, 1971), p. 210. Para respostas da imprensa negra para os ataques dos principais jornais de São Paulo às organizações negras, ver "Os negros devem organizar-se", *Alvorada* (junho de 1947), p. 6; "Um ponto de vista", *Alvorada* (agosto de 1947), p. 3; "Há males que vêm para bem", *O Novo Horizonte* (maio de 1947), p. 2.

to Indiscutível da nossa formação democrática” do que os negros tentando ser eleitos para o Congresso? Se o impensável pudesse acontecer e os negros fossem eleitos, teríamos então o “paradoxo” do racismo negro, com o racismo branco sendo aparentemente normal e não paradoxal - exceto pelo fato de ele não existir. E, finalmente, o autor expressa seu ultraje diante da possibilidade dos indivíduos poderem ser escolhidos para preencher cargos e posições por causa de sua cor, e não devido a sua capacidade e às suas qualificações. Mas, historicamente, foi sobretudo dessa forma que a seleção dos empregos, em especial para posições lucrativas e influentes, tendeu a operar no Brasil: esses empregos estão automática e inquestionavelmente reservados aos brancos; os negros não precisam sequer se candidatar.

O que incomodava os críticos das organizações negras não era que a cor da pele pudesse se tornar um fator determinante na competição pela mobilidade ascendente; isto não teria sido nada novo na sociedade brasileira, e os brancos haviam aprendido a conviver com ela de uma maneira absolutamente confortável. Ao contrário, como deixa claro a passagem acima citada, seu medo era que uma preferência pela brancura pudesse ser substituída por uma preferência pela negritude. Entretanto, dadas as realidades da vida no Brasil, tanto as passadas quanto as presentes, na verdade esta era - e ainda é - uma possibilidade extremamente remota. Não obstante, a mera sugestão de um desenvolvimento desse tipo é suficiente para mobilizar um grande segmento da população branca que tenta então se apoderar do terreno elevado da moral através de denúncias piedosas de “racismo às avessas” entre os negros.⁶

Essas acusações revelam a profunda inquietação que a mobilização política dos negros provoca entre a população branca.

6. Esse racismo é freqüentemente rotulado de racismo às avessas, uma expressão significativa e reveladora. Como na citação anterior, ela sugere que o preconceito dos brancos contra os negros é “normal”; o preconceito do negro contra os brancos é perverso, “paradoxal” e contrário à ordem das coisas estabelecida. A cientista social negra Helena Theodoro comenta a expressão. “Por que ‘racismo ao contrário’? Por que não simplesmente ‘racismo’, se esse fosse o caso? Até para isso o branco e o sistema dominante vêem o negro como algo às avessas.” “Movimento negro já conta 400 entidades e cresce no Brasil”, *Jornal do Brasil* (12 de maio de 1985).

Esta inquietação origina-se de duas fontes. A primeira é que a mobilização dos negros forçosamente recorda aos brasileiros que o seu país não é a democracia racial que declara ser; se fosse, os afro-brasileiros não teriam queixas especificamente raciais a fazer e não haveria campo para um movimento negro. Mas na verdade grande parte do discurso do movimento negro concentra-se em um quadro gráfico das mágoas e das injúrias que os afro-brasileiros suportaram no correr dos séculos nas mãos de seus concidadãos. Os brancos não gostam de ser confrontados com este passado racial, tanto devido à culpa que sua memória pode inspirar quanto devido ao seu medo do ressentimento e do desejo de vingança que se pode esperar os negros abriguem dentro de si após gerações desse tratamento.

Isto por sua vez sugere a segunda fonte de inquietação dos brancos. Os brancos das classes média e alta do Brasil são muito conscientes de que estão sentados no topo de uma sociedade muito tensa, em que a maioria da população sofre as aflições diárias da pobreza e da raça. Estas tensões talvez não sejam tão grandes quanto aquelas de uma sociedade escrava, porque as desigualdades que as causam não são tão extremas quanto aquelas da escravidão. Apesar disso, durante os dias de escravidão, os brancos compartilhavam o pesadelo coletivo do que poderia acontecer se os pobres ou os negros atingissem um dia uma posição de poder a partir da qual pudessem vingar essas mágoas. Alguns argumentam que há pouca probabilidade disto algum dia acontecer, e que “se entre os negros há ressentimentos e mesmo hostilidade contra os brancos, não constituem estes sentimentos forças explosivas capazes de perturbar a vida do Estado [de São Paulo].” Outros, no entanto, enxergam mais potencial para confrontação violenta e censuram publicamente esses militantes negros e acadêmicos brancos que, atacando o conceito de democracia racial, venham a “lançar as sementes capazes de mais cedo ou mais tarde ver o Brasil, já tão atormentado por problemas de solução tão difícil, às voltas com um [problema] ainda mais explosivo, que o nosso povo, instintivamente, marginalizou para seu orgulho”.⁷

7. “Negros e brancos em São Paulo”, *O Estado de São Paulo* (24 de julho de 1955); “O crime do preconceito de côr”, *Jornal do Comércio* (24 de julho de 1955); “O crime do preconceito de côr”, *Jornal do Comércio* (10 de agosto de 1967). O sociólogo Florestan Fernandes lembrou que, quando o trabalho dos pesquisadores da UNESCO foi pela primeira vez publicado em 1953 e 1954, “houve quem considerasse a nossa

O principal esforço para amenizar esse antagonismo racial durante a Segunda República foi a Lei Afonso Arinos de 1951, que tornou ilegal a discriminação racial nos serviços, educação e emprego públicos. Relatos variados de sua gênese compõem um belo exemplo da longa tensão nas relações raciais brasileiras entre o mito e a realidade. Seu autor, o congressista Afonso Arinos de Melo Franco, de Minas Gerais, declarou que apresentou o projeto de lei em resposta a atos de discriminação que seu motorista negro sofreu nas mãos de imigrantes espanhóis e outros no Rio de Janeiro. "Os agentes da injustiça [racial] eram quase sempre os gringos, ignorantes das nossas tradições e insensíveis aos nossos velhos hábitos de fraternidade racial."⁸ Na verdade, o papel dos estrangeiros nas origens do projeto de lei foi precisamente o inverso. Franco apresentou o projeto de lei ao Congresso após um episódio bastante divulgado em que a bailarina afro-americana Katherine Dunham teve sua admissão negada no Hotel Esplanada, em São Paulo, e protestou veemente e publicamente contra o incidente - algo que a maior parte dos afro-brasileiros, "sensíveis aos nossos velhos hábitos de fraternidade racial", jamais faria. Em sua contestação escrita do mito da democracia racial, o incidente foi profundamente constrangedor para a elite brasileira, e impeliu o Congresso a aprovar a primeira lei antidiscriminação do país.⁹

No entanto, os congressistas foram movidos por algo mais que apenas constrangimento. No relatório do comitê do Congresso endossando a lei, o congressista Plínio Barreto, de São Paulo (membro do partido de Franco, a conservadora União Democrática Nacional), lembrou a seus colegas deputados que acontecimentos como o de Dunham eram lamentavelmente comuns no Brasil, e só serviam para agravar e trazer à tona tensões raciais que todos queriam evitar. A lei devia ser aprovada, declarou ele,

contribuição perigosa, como se os investigadores fossem responsáveis pelas tensões latentes ou abertas que eles se limitaram a descrever e interpretar". Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, p. 10; ênfase no original. Para uma indicação mais recente destes temores a partir da década de 1980, ver o incidente de 1982 documentado no capítulo 8, nota 47.

8. "Consciência negra", *Folha de São Paulo* (25 de novembro de 1979), p. 3.

9. Carl Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (New York, 1971), p. 138.

como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país, com seguras e graves conseqüências para a paz social futura ... É sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem em vários setores da administração [pública] ... Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos. Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribuirá para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças ...

Barreto prosseguiu, dizendo que se essa discriminação não fosse efetivamente proibida por lei, o Brasil seguiria o caminho dos Estados Unidos, com seu "terrível problema" de antagonismo racial - e, embora ele não tenha declarado isso explicitamente, seu atuante e agressivo movimento negro.¹⁰

A Lei Afonso Arinos mostrou-se singularmente ineficiente na redução dos atos de discriminação no Brasil, como reconheceu seu autor em uma entrevista de 1980. Apesar do fato de numerosas queixas terem sido feitas à polícia amparadas na lei, Franco não soube de um único caso de condenação. "Eu desejaria, tenho uma grande esperança de que ainda haja um julgamento judiciário, que fosse fechada uma casa, ou demitido um funcionário de repartição que praticasse o delito. Mas a coisa nunca chegou lá."¹¹

10. "Medidas legislativas para impedir a imitação do preconceito racial norte-americano", *Correio Paulistano* (18 de julho de 1950); Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, p. 256. Observem que o título deste artigo, como a declaração de Franco previamente citada, situa a responsabilidade pelo preconceito racial sobre os estrangeiros, e declina de reconhecê-lo como um problema brasileiro.

11. "Uma lei à brasileira", *Folhetim*, Folha de São Paulo (8 de junho de 1980), p. 13. Durante minha pesquisa, descobri uma situação isolada de uma acusação baseada na Lei Afonso Arinos, em Minas Gerais, em 1975, em um caso em que o porteiro de um bar foi considerado culpado por proibir a entrada de uma estudante universitária. Ele pagou uma multa equivalente a \$1,85 (em dólares americanos) e recebeu uma sentença que foi suspensa. Vários dias mais tarde, um grupo de rapazes negros, furioso com a brandura da sentença, saqueou o bar. "Porteiro racista só pagará multa", Folha de São Paulo (23 de setembro de 1975); "Grupo destrói bar em represália a racismo", Folha de São Paulo (2 de outubro de 1975).

Em um esforço para superar as deficiências da lei, durante a década de 1980, os congressistas de São Paulo e do Rio de Janeiro introduziram uma série de leis buscando fortalecer e estender suas provisões. Uma delas foi finalmente aprovada em 1988, quando Carlos Alberto Oliveira e Benedita da Silva (ambos eleitos para o Congresso em 1986 pelo Rio de Janeiro) conseguiram que uma versão mais forte e mais abrangente da Lei Afonso Arinos, com penalidades bastante aumentadas para atos de discriminação, fosse incorporada à nova Constituição. Nessa altura, o próprio Franco estava ainda no Congresso, e se opôs veementemente a este esforço para fazer cumprir a lei, pelas mesmas razões que o motivaram cerca de quarenta anos antes: medo do conflito racial. "Não acho bom; ela é inconveniente e inoportuna. Pode surgir uma situação de antagonismo entre negros e brancos."¹²

Os líderes negros em São Paulo, e mais em geral no Brasil, têm sido historicamente muito sensíveis a estes medos brancos de conflito racial e tentaram evitar formas de mobilização política e ação que os brancos pudessem perceber como ameaçadoras.¹³ Durante a década de 1880, o abolicionista pardo André Rebouças prometeu aos donos de escravos que ele e seus companheiros abolicionistas iriam escrupulosamente se conter de fomentar agitação e organização entre a população escrava, pois "dirigindo-se às vítimas [da escravidão] suscitam-se ódios e vinganças". Cinquenta anos mais tarde, a Frente Negra Brasileira informou o público paulista, através de artigos publicados na imprensa mais destacada, que seus membros "não desejam provocar conflitos de

12. "Os ardis da Lei Afonso Arinos", *Caderno B, Jornal do Brasil* (8 de maio de 1988), p. 5. Sobre o artigo anti-racismo da Constituição de 1988, "Racismo é crime", *O Estado de São Paulo* (3 de fevereiro de 1988).

13. O editor da coleção de entrevistas com afro-brasileiros, *Fala, crioulo* (Rio de Janeiro, 1982), de autoria do jornalista negro Haroldo Costa, aparentemente achou necessário tranquilizar os leitores do livro, na sobrecapa, que "não se trata, porém, de um livro racista às avessas. Haroldo Costa e seus entrevistados não radicalizam, nem são revanchistas. Eles são brasileiros que amam seu País e ajudam a torná-lo grande."

Um homem de negócios entrevistado por Costa reconhece estes medos dos brancos. "Acho que a comunidade branca de um modo geral sempre teve medo que o negro assumisse determinadas posições, pensando que do momento que ele as adquirisse, ia apelar pra revanche, ia aplicar a lei do retorno. E não é nada disso. Acredito que o pessoal já esteja percebendo." P. 26.

raça, mas unicamente afirmar-se numa força capaz de reivindicar, para os seus membros, uma participação mais honrosa na vida nacional". Em 1946 e 1947, os organizadores da abortiva Associação dos Negros Brasileiros logo reconheceram que suas denúncias de racismo estavam lhe rendendo poucos amigos no mundo dos brancos; por isso, reduziram esses protestos e reorientaram suas atividades para se concentrar na educação, no auxílio mútuo e nos projetos de auto-ajuda.¹⁴

Apesar disso, os medos com relação à militância negra persistiam, mesmo durante um período como a década de 1950, quando essa militância continuou muito limitada em escopo e não causou praticamente nenhum impacto no sistema político brasileiro. A debilidade dos movimentos negros nesta época era em parte resultado da experiência amarga da Frente Negra, que dissuadiu muitos afro-brasileiros de tentar mobilizar a população negra ao longo de questões raciais. Entretanto, talvez ainda mais importante fosse a orientação das instituições políticas da Segunda República, em particular os sindicatos de trabalhadores e os partidos populistas apoiados nos trabalhadores.

Quando os afro-brasileiros ingressaram no emprego industrial, automaticamente passaram a fazer parte do movimento operário regulamentado pelo Estado, criado na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas e mantido em vigor durante a Segunda República. Embora não haja dados disponíveis sobre os sindicalistas por raça, a menção freqüente das atividades sindicais na imprensa negra e a regularidade com que as organizações sociais e culturais negras utilizavam as salas e as instalações dos sindicatos para suas atividades sugerem que os trabalhadores negros, e até mesmo as organizações negras, tiveram uma recepção inesperadamente (à luz da experiência prévia dos afro-brasileiros com as instituições oficiais brasileiras) calorosa no movimento sindical. Esta sugestão é confirmada de forma mais enfática pelo fato de,

14. Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia* (2a edição, São Paulo, 1982), p. 403; "Movimento de arregimentação da raça negra no Brasil", *Diário de São Paulo* (17 de setembro de 1931), p. 5; Virgínia Bicudo, "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo", *Sociologia* 11, 3 (1947), pp. 212-213. Como já vimos, a promessa de Rebouças de não agitar a população escrava não foi posteriormente cumprida por Antônio Bento e os abolicionistas radicais de São Paulo.

em meados da década de 1950, os afro-brasileiros - individualmente - estarem começando a se destacar em posições de liderança sindical, uma tendência que se tornou pronunciada nas décadas de 1960 e 1970.¹⁵

Estes sindicatos formaram a base de apoio eleitoral para os partidos políticos populistas e de esquerda da Segunda República: o Partido Trabalhista Brasileiro de Getúlio Vargas, o Partido Comunista Brasileiro, e o Partido Social Progressista, fundado pelo

15. Para exemplos de relacionamentos íntimos entre jornais negros e alguns sindicatos, ver em *Mundo Novo* (1950) as reportagens sobre as atividades do sindicato dos gráficos; ou no *Niger* (1960), cujos escritórios localizavam-se nos quartéis gerais do sindicato dos trabalhadores da construção, e que freqüentemente rodava anúncios do sindicato destinados diretamente aos trabalhadores negros da construção. Para artigos sobre os eventos sociais e culturais negros realizados nos salões do sindicato, ver "I Salão Campineiro dos Amigos das Belas Artes", *Hifen* (abril de 1960), p. 1; "A respeito do TENSP", *Niger* (julho de 1960), p. 5; "Convocote da CAN", *Niger* (agosto de 1960), p. 13. Durante a década de 1980, as organizações negras continuaram a usar as instalações do sindicato; O Movimento Negro Unificado, posteriormente discutido neste capítulo, realizou vários encontros nos salões do sindicato em Campinas e em São Paulo, e encontros públicos patrocinados pelo Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (também posteriormente discutidos neste capítulo) eram em geral realizados nos salões do sindicato.

Com relação aos negros em posições de liderança nos sindicatos de São Paulo, ver as entrevistas de 1954 de Robert Alexander com Benedetto Silva, tesoureiro preto do sindicato dos metalúrgicos, e com Edgar Martins, assistente especial (pardo) do secretário-geral do sindicato. Documentos de Robert Alexander, Biblioteca da Universidade Rutgers. Em outros sindicatos, Antônio Chamorro, antigo organizador e ex-diretor do sindicato dos trabalhadores têxteis, recorda que os afro-brasileiros só apareceram no conselho do sindicato na década de 1960, mas atualmente constituem um quarto da direção. Entrevista (10 de junho de 1988). O sindicato dos padeiros elegeu o preto Raimundo Rosa de Lima para sua presidência em 1969, cargo que ocupou até 1984. Em várias ocasiões durante sua presidência e a partir daí, o conselho de diretores foi composto de uma maioria negra. Entrevista (2 de maio de 1985). Em 1984, o ativista negro Osvaldo Ribeiro foi eleito presidente do sindicato dos trabalhadores da VASP; dois anos mais tarde, tornou-se presidente de uma das duas federações dos trabalhadores de São Paulo, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), "Osvaldo Ribeiro: 1o Secretário de Estado negro", *Jornal do Conselho da Comunidade Negra* (maio de 1988), p. 3; "O que propõem os dirigentes da nova CGT?" *Debate Sindical* (maio de 1986), pp. 13-15.

governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Estes partidos competiam vigorosamente pelo voto da classe trabalhadora e estavam ansiosos para inserir os trabalhadores negros em seu sistema político, sob as suas bandeiras.¹⁶ Os afro-brasileiros não emergiram como uma parte importante da liderança em nenhum deles; mas a disposição, tanto dos sindicatos quanto dos partidos apoiados nos trabalhadores, de distribuir importantes benefícios materiais para as bases, de uma maneira essencialmente imparcial em relação à cor, representava algo muito novo na política brasileira. Tão nova - e tão sedutora - era a mensagem dos partidos populistas de que finalmente havia chegado a hora dos trabalhadores e dos pobres desempenharem um papel importante na política nacional, algo que nenhum partido ou regime anterior havia estado disposto a reconhecer. Esse papel deveria ser desempenhado em termos definidos e cumprido pelas hierarquias do sindicato e do partido, que dirigiam suas organizações de maneira tradicionalmente paternalista e de cima para baixo. Mas a participação nesses termos era bastante preferível à absoluta falta de participação que caracterizou a Primeira República e o Estado Novo, e a maior parte dos trabalhadores negros e brancos apoiaram os partidos populistas em troca dos benefícios, tanto materiais quanto psicológicos, que aqueles partidos, particularmente o Partido Trabalhista Brasileiro, eram capazes de proporcionar.

Assim, uma combinação paradoxal porém potente, tanto no nível da elite quanto da classe média, da hostilidade dos bran-

16. A competição entre estes partidos pelos votos da classe trabalhadora em São Paulo durante os anos pós guerra está bem coberta em French, "Industrial Workers", pp. 302-521. Adhemar de Barros fez algum esforço para agradar a população negra de São Paulo durante seu mandato de 1938-1941, como "interventor" de Vargas no Estado. Ver *O Clarim da Alvorada* (28 de setembro de 1940), p. 1; "Novos Tempos", *Alvorada* (fevereiro de 1947), p. 1. Durante o início da década de 1950, ele usou *O Novo Horizonte* como um meio através do qual recrutar eleitores negros para o Partido Social Progressista. Ver, por exemplo, "Mensagem aos negros", *O Novo Horizonte* (setembro de 1954), p. 5; e Michael Mitchell, "Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo, Brazil" (Dissertação de Ph.D., Universidade de Indiana, 1977), pp. 156-157. Sobre os esforços do Partido Comunista Brasileiro para atrair o voto negro, ver capítulo 5, nota 53. Este partido foi oficialmente proibido em 1947, após o que ele não poderia mais lançar candidatos nas eleições. Mas continuou a existir como uma força organizada e mantendo considerável influência sobre o movimento operário.

cos em relação aos movimentos políticos dos negros, e, no nível da classe trabalhadora e dos pobres, da receptividade dos brancos aos desejos dos negros de serem incluídos na vida política da República, efetivamente cortou a base de apoio potencial para um movimento político afro-brasileiro racialmente definido. Quando os partidos populistas ofereceram aos eleitores negros um lugar nas instituições da República, a maior parte dos afro-brasileiros voltou suas costas à idéia da mobilização racial e, em vez disso, lançou seu apoio ao Partido Social Progressista de Adhemar de Barros, ou ao "Pai dos Pobres", Getúlio Vargas, e seu Partido Trabalhista Brasileiro.¹⁷

Por isso, a Segunda República mostrou ser um período em que as organizações negras de São Paulo evitaram participação direta na política e, em vez disso, concentraram suas energias nas atividades sociais, culturais e educacionais. Esta orientação é aparente na denominação da mais bem sucedida dessas organizações, a Associação Cultural do Negro, fundada em 1954, que patrocinou conferências, concertos, cursos noturnos, uma divisão dos jovens, e assumiu um papel de liderança na coordenação das comemorações da cidade do septuagésimo aniversário da emancipação, em 1958. Muitas de suas atividades foram realizadas em conjunção com dois grupos teatrais que, nesse período, também desempenharam um papel proeminente na vida da comunidade negra em São Paulo: o Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro. Originalmente estabelecido no centro da cidade, em 1969, a associação mudou-se para os arredores afastados da Casa Verde, onde funcionou até sua dissolução no final da década de 1970.¹⁸

17. Sobre o apoio dos negros a Vargas e ao Partido Trabalhista Brasileiro durante este período, ver Amaury de Souza, "Raça e política no Brasil urbano", *Revista de Administração de Empresas* 11, 4 (1971), pp: 61-70. Os dados de Souza, baseados em entrevistas realizadas no Rio de Janeiro em 1960, mostram que os eleitores da classe média negra apoiavam ainda mais fortemente que os trabalhadores negros o Partido Trabalhista Brasileiro, enquanto a tendência entre os eleitores brancos era o oposto.

18. Sobre a Associação Cultural Negra, ver Clóvis Moura, "Organizações negras", em Paul Singer e Vinicius Caldeira Brandt, eds., *São Paulo: O povo em movimento* (São Paulo, 1980), pp. 157-159; "Embora perto (e às vezes junto), o negro brasileiro está muito longe do branco", *Última Hora* (17 de outubro de 1973); e os números do jornal da associação, *O Mutirão*, que começou a ser publicado em maio de 1958. Para informações sobre os dois grupos de teatro, ver *O Mutirão* e a revista mensal

Embora todos esses grupos tenham invocado os princípios da igualdade racial e a suposição, por parte dos negros, de seu local de direito na sociedade brasileira, eles propunham atingir esses objetivos através do trabalho lento e paciente da educação (tanto dos negros quanto dos brancos), e da reivindicação de uma herança cultural afro-brasileira que foi ignorada e rejeitada por uma sociedade inclinada para o branqueamento. Nenhum deles propôs um programa explicitamente político ou uma ação política organizada, tendência que foi reforçada pelo golpe militar de 1964 e pela destruição da Segunda República.

domínio militar, 1964-1985

No decorrer da década de 1950 e início da década de 1960, os sindicatos e o Partido Trabalhista Brasileiro usaram sua base de apoio dos trabalhadores para se tornarem uma presença cada vez mais potente na política brasileira. Sua ascensão ao poder, que culminou em 1961, quando João Goulart, ex-ministro do trabalho de Vargas, assumiu a presidência, provocou uma forte oposição por parte das elites e de uma proporção substancial da classe média. Os dois grupos sentiram-se diretamente ameaçados pelas propostas e exigências dos populistas de esquerda, que consideravam responsáveis pela inflação desenfreada e pela intensificação da atividade grevista do início da década de 1960. A percepção crescente da crise econômica e da polarização entre as forças de esquerda e de direita destruíram ainda mais o compromisso já tênue das classes alta e média com as normas constitucionais da República, que haviam dado tanto poder ao povo e a seus líderes. Quando as forças armadas depuseram Goulart em março de 1964, a maior parte dos brasileiros das classes alta e média respiraram aliviadas e apoiaram a reestruturação da política e da sociedade brasileiras propostas agora pelos militares: a substituição da democracia "irresponsável e corrupta" da Segunda República por

Niger, publicada de julho a setembro de 1960). Os dois grupos de teatro eram ramos de organizações inicialmente estabelecidas no Rio: Teatro Experimental do Negro de Abdias do Nascimento, fundado em 1944, e Teatro Popular Brasileiro de Solano Trindade, fundado em 1950.

uma nova ordem autoritária controlada de cima e imune a excessos populistas.¹⁹

Esta orientação mostrou-se tão hostil às atividades políticas baseadas nas massas populares quanto o Estado Novo de Getúlio Vargas. Durante os primeiros anos da ditadura, os militares aboliram os partidos da Segunda República, expurgaram todas as instituições políticas, as Forças Armadas e o movimento operário de esquerda, e detiveram e prenderam milhares de supostos “subversivos”, muitos dos quais foram torturados.²⁰ Estas políticas de repressão oficial foram justificadas como parte do esforço do governo para salvar a democracia, limpando-a de abusos populistas (a primeira leva de prisões e torturas em 1964 aconteceu sob o codinome de Operação Limpeza) e restaurando-a à ordem adequada. Em 1974, os militares acharam que este processo de limpeza estava suficientemente avançado para permitir o início de uma segunda fase de domínio militar, um período de relaxamento, distensão e abertura política, que conduziria a uma transição gradual de volta à democracia civil.

Apesar dos esforços dos oficiais para controlar o ritmo e o caráter dessa transição, as forças de oposição tiveram sucesso ao explorar de maneiras surpreendentes e imprevistas as “aberturas” criadas.²¹ Isto aconteceu particularmente em São Paulo, onde a

19. Sobre a alienação da elite e o apoio da classe média a partir da Segunda República, ver René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado* (2a edição, Petrópolis, 1981), especialmente capítulos 5-7; e Alfred Stepan, *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil* (Princeton, 1971), pp. 134-152. Sobre o golpe de 1964 e os primeiros anos da ditadura, ver Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy* (New York, 1967), pp. 253-321; Thomas E. Skidmore, *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985* (New York, 1988), pp. 3-65; Peter Flynn, *Brazil: A Political Analysis* (Boulder, Colo., 1979), pp. 226-365.

20. Sobre a repressão deste período, ver Maria Helena Moreira Alves, *State and Opposition in Military Brazil* (Austin, 1985), pp. 34-38, 123-131, 155-159; Joan Dassin, ed., *Torture in Brazil* (New York, 1986); Paulo Sérgio Pinheiro, *Escritos indignados: Polícia, prisões e política no Estado autoritário* (São Paulo, 1984).

21. Estas forças de oposição estão descritas e analisadas em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, eds., *Sociedade e política no Brasil pós-64* (São Paulo, 1983); Skidmore, *Politics of Military Rule*; Alves, *State and Opposition*, pp. 153-210; e Alfred Stepan, ed., *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation* (New York, 1989), pp. 143-296. Sobre São Paulo em particular, ver Singer e Brant, *São Paulo*.

oposição emergiu de várias fontes. Sob a proteção e a liderança do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, a ala progressista da Igreja Católica organizou os pobres e os trabalhadores em “comunidades de base cristãs”, que, trabalhando em conjunto com outras organizações de bairro e comunitárias mostraram-se surpreendentemente eficazes em realizar uma pressão política sobre os governos municipal e estadual para reivindicar melhorias nos serviços, na infraestrutura e nas escolas. Na área das relações trabalhistas, um “sindicalismo novo”, militante, apareceu no cinturão industrial que envolve a capital, lançando uma onda de greves ousadas e bem sucedidas, que se espalharam por todo o centro-sul do Brasil em 1978. Em 1979, esse movimento formou a base para a criação do novo Partido dos Trabalhadores, que em 1988 venceu a disputa para a prefeitura de São Paulo, a maior cidade do Brasil, e em 1989 chegou próximo à Presidência.²² A ascensão do Partido dos Trabalhadores foi, por sua vez, parte de um processo mais amplo em que os partidos de oposição conseguiram se mobilizar para derrubar o domínio da direita. Apesar dos esforços dos militares para definir e controlar os procedimentos eleitorais de maneira a virtualmente garantir as vitórias do governo, os partidos de oposição esmagaram o Partido Democrático Social do governo nas eleições federais e estaduais de 1974 e 1982. O candidato presidencial dos militares, Paulo Maluf (governador de São Paulo pelo Partido Democrático Social de 1979 a 1983) foi então fragorosamente derrotado na eleição de 1985, durante a qual o partido do governo fragmentou-se e ruiu como uma força política efetiva.

A inesperada força e resistência da oposição civil ao domínio militar foi conseqüência direta das políticas econômicas e outras seguidas pelo regime militar. O período do domínio militar testemunhou uma onda sem precedentes de crescimento econômico entre 1968 e 1974, o chamado milagre brasileiro, em que o produto nacional bruto cresceu em um índice anual de mais de 10 por cento ao ano. Esse crescimento foi particularmente pronunciado no Estado de São Paulo, onde tanto o emprego indus-

22. Luís Inácio “Lula” da Silva, chefe do Partido dos Trabalhadores e ex-metalúrgico, ficou em segundo lugar nas eleições realizadas em novembro de 1989, e depois conseguiu 47 por cento dos votos nacionais na segundo turno da disputa presidencial contra Fernando Collor de Melo, em dezembro.

gro foram fundados em Campinas e em São Paulo em 1974, e a Semana de Arte e Cultura Negra teve lugar na capital em 1975. O Centro de Cultura e Arte Negra esteve envolvido em todas essas atividades e em 1978 publicou a primeira de uma série de coleções anuais de poesia de autores negros, os *Cadernos Negros*, que existe até hoje. Em novembro de 1978, aconteceu na cidade de Araraquara, no oeste do Estado de São Paulo, o primeiro Festival Comunitário Negro Zumbi, com concertos, peças de teatro e outras atividades. Enquanto isso, na Universidade de São Paulo, o sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, um dos fundadores do Centro de Cultura e Arte Negra, organizou a Quinzena do Negro em maio de 1977, que incluiu conferências, seminários públicos, exposições de arte, filmes e uma mostra na Biblioteca Municipal de São Paulo de jornais negros das décadas de 1920 e 1930.²⁶

Com o tempo, estas atividades reuniram um grupo de afro-brasileiros mais jovens que tendiam a ser melhor instruídos que a maior parte dos brasileiros negros (ou brancos), politicamente conscientes e profundamente perturbados em relação ao seu status de negros em uma sociedade racialmente estratificada. Além do seu interesse na história e na cultura afro-brasileiras, muitos estavam intrigados pelo que viam como uma onda no “movimento negro internacional” no mundo todo: em particular, os movimentos de independência na África Portuguesa e os movimentos dos direitos civis e o “Black Power” nos Estados Unidos. Estes movimentos enfrentavam oponentes que os afro-brasileiros consideravam muito similares àqueles que eles próprios enfrentavam no Brasil: no caso da África, o legado moderno do colonialismo por-

26. “Ao leitor” e “Comunidade negra e alienação”, *Jornegro* 2, 6 (mês desconhecido, 1979); “Conquistas poéticas dos Cadernos Negros”, *Folha de São Paulo* (14 de outubro de 1984), p. 51; “Negros”, *Folha de São Paulo* (31 de maio de 1977), p. 31. Para uma discussão de uma organização comparável no Rio de Janeiro durante este período, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, ver Joel Rufino [dos Santos], “IPCN e Cacique de Ramos: Dois exemplos de movimento negro na cidade do Rio de Janeiro”, *Comunicações do ISEER* 7, 28 (1988), pp. 5-20. A importância dos primeiros jornais negros como parte da herança histórica e cultural da São Paulo negra é sugerida pelo fato de que, como Eduardo de Oliveira e Oliveira em 1977, a Associação Cultural do Negro realizou uma mostra similar dos jornais negros, também na Biblioteca Municipal de São Paulo, em 1972. “Imprensa negra em exposição”, *O Estado de São Paulo* (12 de maio de 1972).

tuguês, exercido por uma ditadura autoritária de direita; e, no caso dos Estados Unidos, uma ordem social que havia abolido a escravidão das fazendas mas havia deixado a hierarquia racial praticamente intacta. Quando ambos os movimentos pareciam atingir picos de poder e influência na década de 1970, com a independência das colônias portuguesas e a promulgação e implementação de oportunidades iguais e legislação de ação afirmativa nos Estados Unidos, os afro-brasileiros jovens começaram a pensar se seria possível imitar suas conquistas no Brasil.²⁷

Em 1978, vários fatores contribuíram para motivar a mobilização política dos negros: uma crescente sensação de frustração entre os negros de classe média diante das barreiras raciais que continuavam a impedir seu progresso ascendente; uma sensação também crescente de que era improvável que uma abordagem exclusivamente "cultural" produzisse melhoras imediatas em sua situação; os exemplos concretos dos movimentos negros no exterior que experimentaram um sucesso considerável na realização de seus objetivos; e a mobilização e a organização que estava acontecendo na sociedade brasileira em geral como resultado da abertura. Capitalizando sobre a energia gerada pela comemoração dos noventa anos da abolição - 13 de maio de 1978 - alguns desses militantes de classe média aproveitaram o momento e se mobilizaram para criar uma versão, da década de 1970, da Frente Negra Brasileira. A catálise imediata para concretizar isso foram dois acontecimentos que marcaram substancialmente o estado das relações raciais em São Paulo. Primeiro, em 28 de abril um jovem trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, morreu sob custódia policial, aparentemente devido a torturas, após ter sido detido sem acusações durante vários dias. O segundo acontecimento, duas semanas mais tarde, foi a expulsão sumária de quatro jovens negros do Clube de Regatas Tietê, onde estavam jogando pela equipe de um time de vôlei.²⁸

27. Estes pontos estão enfatizados em Joel Rufino dos Santos, "O movimento negro e a crise brasileira" (manuscrito não publicado, 1985). Ver as reportagens periódicas sobre os movimentos negros nos Estados Unidos e na África na revista mensal *Versus* (1976-1980), que contou com a colaboração de vários jornalistas negros jovens. Ver também o relato da diretora de teatro Teresa Santos de sua estada na Angola revolucionária como funcionária do Ministério da Cultura. Costa, *Fala, crioulo*, pp. 218-220.

28. A morte de Luz ficou sem registro na imprensa mais importante. A expulsão dos rapazes do Clube Náutico Tietê está relatada em "Presidente do Tietê fala em 'subversão'", *Folha de São Paulo* (17 de maio de 1978).

Nenhuma dessas ocorrências era de forma alguma singular.²⁹ Entretanto, elas receberam um grau incomum de atenção pública devido a sua coincidência com o nonagésimo aniversário da emancipação, e a negação flagorosa da promessa do 13 de maio de igualdade e democracia racial. Os ativistas que participaram das organizações culturais negras reuniram-se em 18 de junho no Centro de Cultura e Arte Negra para discutir uma possível resposta. Nesse encontro, resolveram formar o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (posteriormente encurtado para Movimento Negro Unificado, o MNU). Um encontro público nas escadarias do Teatro Municipal, próximo à Rua Direita, em 7 de julho, atraiu milhares de adeptos, e encontros subsequentes no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e outros locais disseminaram a organização para comunidades negras de todo o Brasil.³⁰

Em sua orientação explicitamente política, o MNU teve como ponto de partida claro as organizações culturais das décadas de 1950 e 1970. Organizado em torno de uma estrutura celular (conhecida como centros de luta), o MNU buscava conscientizar a população negra com respeito à discriminação e desigualdade raciais na sociedade brasileira, e organizar seus membros para lutar contra essa discriminação. Aproveitando-se das oportunidades apresentadas pela abertura, os ativistas do MNU esperavam pressionar o governo brasileiro, os partidos e outros importantes interesses organizados na vida brasileira (a universidade, os tribunais, a igreja) para combater o racismo dentro de suas próprias instituições e na sociedade em geral, e para adotar políticas que conduziram à expansão das oportunidades econômicas, educacionais, de saúde e outras para a população negra como um todo.

29. Como já vimos, os afro-brasileiros têm sua admissão rotineiramente negada aos clubes atléticos brasileiros. Com relação à tortura, os “estudiosos da história da violência policial no Brasil concordam que pelo menos desde o final do século XIX a tortura tem sido rotineira no interrogatório de prisioneiros não pertencentes à elite.” Skidmore, *Politics of Military Rule*, pp. 126-127. Essas práticas continuam até o presente: “Five years after the end of military rule, the police in Brazil continue to routinely torture and sometimes kill prisoners.” “Brazil Police Accused of Torture and Killing in Rights Report”, *New York Times* (19 de junho de 1990), p. 3. Ver também Pinheiro, *Escritos indignados*, pp. 71-106 passim.

30. A fundação do MNU está discutida em Moura, “Organizações negras”, pp. 171-175; e Lélia Gonzalez, “The Unified Black Movement: A New Stage in Black Political Mobilization”, em Pierre-Michel Fontaine, ed., *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles, 1985).

Além destes objetivos imediatos para combater o racismo e a hierarquia racial, o MNU enxergava-se buscando também um objetivo maior, que era a erradicação do capitalismo do Brasil. Sua plataforma analisava o racismo como uma conseqüência inevitável do desenvolvimento capitalista, e argumentava que a única maneira de criar uma genuína democracia racial no Brasil era substituindo o capitalismo pelo socialismo.³¹ Esta orientação afastou muitos potenciais adeptos desde o início e uma proporção crescente de seus membros à medida que o tempo foi passando.³² Entretanto, mesmo os afro-brasileiros que não compartilhavam a postura ideológica do MNU responderam favoravelmente ao seu chamado de atingir a população negra em geral e conseguir que seus membros se envolvessem no combate ao racismo.

Esta foi também uma mensagem que chamou a atenção dos partidos políticos. De 1965 a 1979, o governo militar permitiu que apenas dois partidos funcionassem no Brasil: o partido do governo, a Aliança da Renovação Nacional, e o partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro. Em um esforço para dividir e enfraquecer seus oponentes, em 1979 o governo abandonou o sistema bipartidário e liberou a oposição para se dissolver em múltiplos partidos competidores. Enquanto o partido do governo (agora renomeado de Partido Democrático Social) perma-

31. Ver Gonzalez, "Unified Black Movement"; Movimento Negro Unificado, *Programa de ação* (Campinas, 1984); e "Negro: A luta continua", *Cadernos do CEAS* 72 (março-abril de 1981), pp. 18-28.

32. A atriz Zezé Motta recorda que se uniu ao Movimento Negro Unificado na ocasião de sua fundação, mas o deixou porque "esbarrei com algumas cabeças um pouco radicais". "Foram 100 anos de resistência. E estamos aqui.", *Manchete* (21 de maio de 1988), p. 6. Até mesmo um observador simpático à causa descreve o MNU como uma organização "notoriamente rígida". Santos, "IPCN e Cacique de Ramos", p. 6. Um de seus fundadores, Hamilton Cardoso, recordou como o movimento "foi se reduzindo ideologicamente, caracterizando-se como movimento de esquerda ... Depois de um ano, perdeu militantes e força." "Movimento negro avalia sua importância", *Folha de São Paulo* (15 de abril de 1984). O MNU faz um contraste interessante com a Frente Negra da década de 1930: o primeiro alienou seus partidários iniciais pendendo muito para a esquerda, enquanto o último produziu o mesmo resultado, pendendo muito para a direita. Cada movimento refletiu o clima político de oposição da época: a popularidade do anti-republicanismo e do fascismo da década de 1930, culminando na criação do Estado Novo; e o marxismo da década de 1970, que assumiu uma força expressiva nos círculos estudantis, em oposição aos governos militares daqueles anos.

neceu intacto, a oposição dividiu-se em cinco novos partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Popular, que finalmente fundiu-se com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro; o Partido Trabalhista Brasileiro; o Partido Democrático Trabalhista e o Partido dos Trabalhadores.

Exatamente no momento em que o movimento negro estava mostrando sinais incomuns de firmeza política, durante os anos de 1979 e 1980, cada um dos partidos de oposição estava competindo ferozmente contra os outros por apoio eleitoral. Vendo neste novo movimento negro uma fonte potencial desse apoio, todos os partidos de oposição de repente desenvolveram um interesse recém-descoberto pelo problema da discriminação e da desigualdade racial. Todos eles inseriram pontos anti-racismo em suas plataformas, e vários criaram comissões especiais ou grupos de trabalho para examinar o Estado das relações raciais no Brasil e formular respostas políticas adequadas. Os partidos convidaram ativistas negros para se juntar às suas fileiras, e, em São Paulo, indicaram um número sem precedentes de afro-brasileiros como candidatos a cargos federais, estaduais e municipais nas eleições de 1982. Somente o partido do governo deixou de inserir uma linguagem anti-racista em sua plataforma, em parte porque não quis fazê-lo, e em parte porque achava que não precisava, tendo convencido todos os quatro representantes negros mais conhecidos para desertar da oposição e se unir às fileiras do governo.³³

Assim, as eleições de 1982 representaram um teste para o ativismo político negro em São Paulo. Como veio a se comprovar, os ativistas fracassaram no teste. Em São Paulo, assim como em outros grandes Estados do centro-sul do Brasil, as eleições foram uma vitória retumbante dos partidos de oposição. Mas dos 54 candida-

33. As manobras dos partidos para o voto do negro estão descritas em Pereira, "Aspectos do comportamento político", e na tese de mestrado escrita por sua aluna, Ana Lúcia E.F. Valente, *Política e relações raciais: Os negros e as eleições paulistas de 1982* (São Paulo, 1986). Ver também as entrevistas com os porta-vozes afro-brasileiros dos vários partidos, "Os negros e os partidos políticos", *Folhetim, Folha de São Paulo* (13 de junho de 1982), pp. 10-11. Os quatro funcionários negros que deixaram o PMDB em 1981 e se uniram ao Partido Democrático Social foram o deputado federal Adalberto Camargo, a deputada estadual Teodosina Ribeiro e os vereadores da cidade de São Paulo, Paulo Ruy de Oliveira e Mário Américo Castro. Para entrevistas extensas com Camargo, ver Valente, *Política e relações raciais*, pp. 145-172; Costa, *Fala, crioulo*, pp. 60-66.

tos negros que disputaram em São Paulo pelos quadros dos principais partidos, apenas dois - o deputado estadual Benedito Cintra, e o vereador da cidade de São Paulo José Maria Rodrigues Alves, ambos do PMDB - venceram a eleição. Até mesmo Adalberto Carmargo, que atuava como único deputado federal negro por São Paulo desde 1966 e formou uma pequena máquina política baseada em grande parte no voto dos negros, acabou derrotado.

Como logo veremos, apesar do fracasso dos candidatos negros nos pleitos, as eleições de 1982 e 1986 produziram ganhos definidos para o movimento negro na política de São Paulo. Entretanto, estes ganhos foram muito menores e mais diferenciados que o esperado, e a rejeição dos candidatos negros por parte do eleitorado, tanto negro quanto branco, foi um golpe severo para as esperanças dos ativistas negros. Por isso, a década de 1980 se caracterizou como um período de reflexão para o movimento negro, e de esforços para analisar por que ele fracassou na arena eleitoral. Inevitavelmente, estas reflexões conduziram a discussões sobre como um movimento anti-racista poderia ser mais efetivamente estruturado e conduzido.

Uma das primeiras questões a ser tratada era o relacionamento de um movimento negro com os partidos políticos e o sistema político "brancos". Alguns ativistas insistiam na necessidade de um movimento negro autônomo que, pressionando e insistindo com os partidos a partir de uma posição independente e externa, pudesse evitar ser cooptado e corrompido por eles. Essa independência também permitiria ao movimento negro escapar das divisões políticas que se mostraram tão nocivas para os movimentos negros no passado, e permitir que o movimento mantivesse algum grau de unidade interna.³⁴

Outros ativistas responderam que a idéia de um movimento negro independente acima das rixas do partido era em princí-

34. Essa posição é expressada por Clóvis Moura em um debate com o Padre Batista Laurindo. "A luta dos negros contra a opressão", *O São Paulo* (11 de maio de 1984), p. 6. Em seu Terceiro Congresso em abril de 1982, o MNU adotou esta posição como sua, negando-se a endossar ou se aliar com qualquer partido específico. Entretanto, deixou seus membros livres para se unirem e trabalharem para qualquer partido ou candidato de sua escolha. "É preciso avançar o movimento negro", *Em Tempo* (22 de abril de 1982), p. 13. Nessa mesma direção, ver também o panfleto *Quilombismo*, de Abdias do Nascimento (Petrópolis, 1980).

pio atraente, mas improvável de funcionar na prática. Quando um ou mais partidos se mostrassem mais receptivos à insistência e à pressão, relacionamentos mais próximos inevitavelmente se desenvolveriam com esses partidos. Na verdade, na medida em que os partidos realmente reagiram - de maneiras concretas - às exigências dos negros, um relacionamento mais próximo deste tipo seria um desenvolvimento positivo. Para estes militantes, a questão era que partido ou partidos tinham maior probabilidade de servir aos interesses dos negros.

Poucos viam muito benefício em se conseguir uma aliança com a Direita, que historicamente tinha tido pouca simpatia pelas causas populares em geral, e tendia a negar a existência de discriminação racial no Brasil. Muitos militantes mais jovens agrupados no MNU declararam que a Esquerda era um candidato mais lógico ao apoio dos negros. Outros, no entanto, estavam desanimados com a tendência da Esquerda para negligenciar o racismo como um "epifenômeno" que seria resolvido através do socialismo, e que nesse meio tempo distraía os ativistas das questões "reais" do capitalismo e da desigualdade de classe. Estes analistas achavam que os partidos de direita e de esquerda compartilhavam um "pacto nacional, supra-ideológico", segundo o qual, como o Brasil experimentava um desenvolvimento econômico e industrial cada vez maior, os remanescentes da desigualdade e do preconceito racial deixados pelo período da escravidão iriam pouco a pouco por si sós desaparecendo.³⁵

35. Estes pontos estão enfatizados no ensaio lúcido de Joel Rufino dos Santos, "O movimento negro e a crise brasileira", e corroborados pelo ativista Carlos Alberto Oliveira, do Rio de Janeiro, eleito deputado federal em 1986 pela legenda do Partido Democrático Trabalhista. "A direita sempre mistificou o problema, dizendo não existir discriminação racial no País, e a esquerda, principalmente o Partido Comunista, se negava a discutir o problema, dizendo ser um fator divisionista dentro da classe operária." "Pesquisa mostra: Negro trabalha mais e ganha menos," *Nas Bancas* (21 de novembro de 1985).

Em grande parte como resposta à ressurgência do movimento negro, durante a década de 1980 o Partido Comunista intensificou suas denúncias de desigualdade racial e atacou o conceito de democracia racial como "parte fundamental de uma ideologia reacionária manejada para justificar sempre as piores formas de opressão ... A ausência de democracia nas relações com os negros, um dado permanente no Brasil, serve, de fato, à supressão da democracia para todos, sobretudo para os pobres e explora-

Para estes críticos, o aliado político mais provável para o movimento negro seria encontrado no trabalhismo, o populismo baseado no trabalhador que Getúlio Vargas legou ao Brasil. Os negros eram há muito partidários do trabalhismo, o movimento teve um registro de realização palpável em prol de todos os trabalhadores, tanto negros quanto brancos, e se recusou a ser restringido pelas ortodoxias políticas, quer do conservadorismo da direita, quer do radicalismo da esquerda. Seja como for, o trabalhismo representou uma rejeição aberta do “pacto nacional”, de uma maneira muito parecida com aquela do próprio movimento negro.³⁶ Esses argumentos pareciam ter se originado da associação íntima e bem sucedida entre as organizações negras e o Partido Democrático Trabalhista, estabelecido no Rio de Janeiro e liderado por Leonel Brizola. Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e ardoroso deputado populista durante os últimos anos da Segunda República, venceu as eleições para o governo do Rio de Janeiro em 1982, com uma plataforma de “socialismo moreno”. Seu partido enviou dois deputados negros para Brasília - o cantor Aguilinaldo Timóteo e o escritor Abdias do Nascimento - e também o primeiro deputado índio do Brasil, Mário Juruna. Brizola também nomeou afro-brasileiros para dirigir três secretarias de Estado - Questões Sociais, Trabalho e Habitação, e a importantíssima Polícia Militar - e lançou várias iniciativas políticas destinadas a beneficiar os pobres e a população da classe trabalhadora do Rio de Janeiro em geral, e a população negra, especificamente.³⁷

dos.” *Uma alternativa democrática para a crise brasileira* (São Paulo, 1984), p. 121, 120-122 e 202; ver também “O mito da democracia racial”, *Voz da Unidade* (30 de junho de 1983), p. 15. Depois de muitos debates internos, o recém-formado Partido dos Trabalhadores também reconheceu a importância das questões raciais; ver sua brochura “O negro e o Partido dos Trabalhadores”, preparada para as eleições de 1982.

36. Este é um ponto reconhecido por Florestan Fernandes em sua observação de que as elites brasileiras consideram o ativismo negro “como o pior tipo de protesto, depois do conflito operário ...” Florestan Fernandes, *Circuito fechado* (São Paulo, 1977), p. 78.

37. A administração de Brizola deu alta prioridade à expansão das escolas primárias públicas, um item de preocupação imediata e direta para as populações branca e negra pobres. Também reduziu enormemente o mal tratamento policial com relação aos brancos e negros pobres presos, e os famosos esquadrões da morte policiais que operavam nos subúrbios miseráveis da Baixada Fluminense. Skidmore, *Politics of Military Rule*, p. 410.

Entretanto, qualquer aliança entre o movimento negro e os partidos políticos dependeria finalmente da capacidade do movimento para mobilizar um apoio eleitoral significativo. Embora o voto dos negros tenham apoiado muito Brizola e o Partido Democrático Trabalhista no Rio de Janeiro, não conseguiu desempenhar o mesmo papel em São Paulo. Nas palavras de um ativista negro paulista, "Muitas gente blefou; disse que tinha tantos votos e, na hora da apuração, viu que não tinha nada."³⁸ Uma pesquisa envolvendo 540 negros realizada após a eleição sugere algumas razões disso. Daqueles entrevistados, pouco menos de um quarto votou em candidatos negros. Entre os negros de classe média alta, 43 por cento votaram em candidatos negros; entre os trabalhadores de colarinho branco, 27 por cento votaram em candidatos negros; e entre os trabalhadores braçais (que compunham a maior parte dos eleitores entrevistados), apenas 19 por cento votaram em candidatos negros.³⁹

Os candidatos negros parecem ter apelado muito mais fortemente aos negros com mobilidade ascendente do que aos pobres e aos negros da classe trabalhadora. Em parte, esta pode ser uma razão das dificuldades que os candidatos experimentaram em alcançar esses últimos. Em outra pesquisa de eleitores negros rea-

Um importante ato simbólico da administração de Brizola foi a aprovação pela Assembléia estadual em 1985 de uma lei proibindo a discriminação racial em elevadores, escadas e outras áreas comuns em prédios de apartamentos. Esta foi uma lei de particular interesse para os negros, que são rotineiramente encaminhados ao "elevador de serviço" nesses edifícios e proibidos de entrar no "elevador social". "Entra em vigor no Rio a lei que dá acesso livre a elevador social", *Folha de São Paulo* (2 de janeiro de 1986). O cientista político Paulo Sérgio Pinheiro comenta que "o Brasil é o único país do mundo (além da África do Sul) onde os edifícios têm 'elevador social' e outro elevador para empregados, negros e cachorros, nem sempre nessa ordem". "Joana e o paraíso da opressão", *Folha de São Paulo* (23 de setembro de 1984), p. 68.

38. "Movimento negro avalia sua importância", *Folha de São Paulo* (15 de abril de 1984). Sobre o apoio eleitoral negro ao Partido Democrático Trabalhista no Rio de Janeiro, ver Glaucio Ary Dillon Soares e Nelson do Valle Silva, "Urbanization, Race, and Class in Brazilian Politics", *Latin American Research Review* 22, 2 (1987), pp. 155-176. Vale a pena notar que a população do Rio de Janeiro é constituída de 38,7 por cento de pardos e pretos, enquanto a de São Paulo tem apenas 23 por cento de pardos e pretos.

39. Valente, *Política e relações raciais*, p. 139.

lizada antes das eleições, mais de 90 por cento dos entrevistados de baixa renda foram incapazes de citar o nome de um único candidato negro, ou na verdade de qualquer figura política negra, quer histórica ou contemporânea.⁴⁰ Evidentemente, nem o movimento negro nem as organizações partidárias responsáveis por recorrer ao voto dos negros obteve sucesso ao fazer contato com esses indivíduos. Ao mesmo tempo, no entanto, estas pesquisas também sugerem que, mesmo nos casos em que o movimento ou os ativistas do partido fizeram contato com membros da população negra, os resultados nem sempre foram positivos. Primeiro, as pesquisas indicaram um profundo ceticismo subjacente relacionado à probabilidade de soluções políticas para o problema do racismo. Embora três quartos dos entrevistados (e mais de 90 por cento dos entrevistados instruídos e de alta renda) tenham dito que existia preconceito racial no Brasil, quando inquiridos como esse preconceito poderia ser melhor combatido, nenhum dos eleitores de baixa renda, e apenas 10 por cento dos eleitores de renda média, citaram a ação política como a solução mais adequada. Além disso, entre aqueles que haviam ouvido falar no movimento negro e em seus programas (71 por cento dos informantes), a maioria não expressou opinião a respeito; entre aqueles que tinham uma opinião, os julgamentos negativos superaram os positivos por um fator de quase dois para um, e foram mais pronunciados entre os negros de renda alta, o grupo mais familiarizado com o movimento e com o seu trabalho.⁴¹

40. Valente, *Política e relações raciais*, pp. 128-130. Mesmo entre os eleitores de média e alta renda, mais de 80 por cento foram incapazes de citar qualquer um dos candidatos negros. Ao que parece, no dia da eleição, essas proporções foram substancialmente reduzidas, a julgar pela pesquisa pós-eleitoral.

41. Valente, *Política e relações raciais*, pp. 125, 128, 135. Uma pesquisa realizada entre os trabalhadores negros de uma grande usina elétrica no Rio de Janeiro descobriu uma falta de interesse similar na ação política. "Além de não crerem na ação de leis contra o racismo ou mesmo na ação eficiente do governo, como declaram alguns entrevistados, a possibilidade de se utilizarem dos partidos políticos já existentes ou de se organizarem a partir do movimento negro da cidade não foi lembrada ou citada." Jorge Aparecido Monteiro, "Côr e trabalho na empresa pública: Uma introdução", *Série Estudos IUPERJ* 56 (1987), p. 75.

Este ceticismo sobre a ação política para remediar os problemas da sociedade estende-se bem além das questões raciais e está difundido entre

Evidentemente, o movimento negro da década de 1980 recebeu apenas um apoio limitado por parte da população que ele tentou mobilizar. Embora encontrasse seu maior apoio entre os negros mais instruídos, em mobilidade ascendente, foi também entre este grupo que encontrava seus críticos mais veementes, confirmando evidências de pesquisadores anteriores que descrevem a relutância dos negros de classe média para se envolver em movimentos organizados, de confronto, que, ofendendo os brancos e “agitando o barco”, podiam pôr em risco os ganhos que já haviam conseguido. O movimento negro predominantemente de classe média também não obteve muito êxito na geração de interesse e apoio entre os afro-brasileiros de classe baixa. Isto se deve a várias razões, e as mais importantes são os obstáculos situados no caminho de qualquer esforço, de cunho racial ou não, para se mobilizar os brasileiros pobres e da classe trabalhadora.⁴² Mesmo quando os ativistas da classe média e os negros pobres estabeleciam contato, freqüentemente terminavam discutindo um com o outro e descobrindo que tinham muito pouca coisa em comum além da cor da sua pele. Para os negros desempregados e aqueles que vivem às margens da economia urbana, a discriminação racial parece a menor de suas preocupações. As diferenças entre

os brasileiros de classe baixa de todas as raças. “Via de regra, os setores populares são um pouco céticos com respeito à possibilidade de realização de mudança política. A política é vista como uma luta da elite, e o Estado é percebido como um reino que está além dos setores populares ... No seu espaço de tempo limitado, os pobres tipicamente se concentram em uma variedade de questões que têm pouco a ver com política: vida familiar, esportes, repouso.” Como observa o autor desta passagem, dado o caráter tradicionalmente exclusivo da política brasileira, essas atitudes não são avaliações irrazoáveis ou irrealísticas da situação. “Não obstante, elas limitam a possibilidade de ação coletiva, pois somente quando o povo acreditar na legitimidade e na eficácia da ação coletiva será possível organizar um movimento social.” Scott Mainwaring, “Grassroots Popular Movements and the Struggle for Democracy”, em Stepan, *Democratizing Brazil*, p. 183. Mainwaring cita também os dados de uma pesquisa realizada antes das eleições de 1986, que mostrou relativamente poucos eleitores capazes de citar algum dos partidos competidores. Quando determinada neste contexto, a incapacidade dos eleitores negros de citar qualquer um dos candidatos negros parece menos uma característica dos afro-brasileiros em particular, e mais uma característica dos eleitores brasileiros de classe baixa em geral.

42. Ver novamente Mainwaring, “Grassroots Democracy”.

essas pessoas e os brancos e quase brancos assolados pela pobreza com os quais convivem são negligenciáveis em comparação com aquelas que separam os negros de classe média de seus contrapartes brancos. Alimentação, habitação, água potável, esgotos, segurança pessoal, um emprego - qualquer uma dessas preocupações imediatas e concretas tem mais importância na lista das prioridades dos negros pobres do que o objetivo mais elusivo e abstrato da igualdade racial.⁴³

Apesar disso, embora o racismo explícito seja talvez menos saliente nas vidas dos negros pobres e membros da classe trabalhadora, a maior parte deles tem consciência da sua existência.⁴⁴ Um dos componentes do mito da democracia racial é a proposição de que, embora o preconceito exista, ele está confinado às

43. Ver, por exemplo, *Child of the Dark* (New York, 1962), de Carolina de Jesus, diário de uma mulher negra e pobre que vivia na favela do Canindé na década de 1950. Jesus indica apenas um interesse passageiro e ocasional nas questões raciais; o tema dominante do livro é a fome, e conseguir algo para comer. Escrevendo em 13 de maio de 1958, por exemplo, ela disse que “hoje é um belo dia para mim, o aniversário da Abolição. O dia em que comemoramos a libertação dos escravos.” Mas passou a maior parte do dia procurando por comida, e concluiu que “essa foi a maneira como naquele 13 de maio de 1958 eu lutei contra a verdadeira escravidão - a fome!” Pp. 33-34.

Ver também os comentários do líder de uma organização comunitária em um bairro negro e pobre do Rio, que acha o movimento negro “discursivo” demais em seu caráter, e gastando muito tempo em debates ideológicos e muito pouco tempo tratando das necessidades imediatas e prementes das pessoas das comunidades pobres. “Movimento negro já conta 400 entidades e cresce no Brasil”, *Jornal do Brasil* (12 de maio de 1985). Ver também as críticas do movimento negro expressadas pelos membros de uma associação dos empregados domésticos do Rio de Janeiro. Celma Rosa Vieira, “Negra: Mulher e doméstica”, *Estudos Afro-Asiáticos* 14 (1987), pp. 154-156.

44. Quando inquiridos se existe preconceito racial no Brasil, 65 por cento dos eleitores negros de baixa renda pesquisados por Valente responderam que sim (em comparação com 69 por cento dos entrevistados de renda média e 91 por cento dos entrevistados de alta renda). Valente, *Política e relações raciais*, p. 125. Em uma pesquisa dos trabalhadores negros em uma usina elétrica do Rio de Janeiro, 52 por cento dos trabalhadores negros de baixa renda disseram que haviam experimentado preconceito diretamente (versus 50 por cento dos trabalhadores de renda média e 60 por cento dos empregados de alta renda). Monteiro, “Côr e trabalho”, p. 45.

em geral pessoas que tinham sua origem na classe trabalhadora e que davam às questões relativas à classe primazia sobre as questões raciais. "Apresentaram-se, em suma, como negros assumidos, que, por isto, precisamente, podiam representar melhor que outros o conjunto da população." Este foi claramente o caso de São Paulo, onde ambos os candidatos negros eleitos desfrutavam de ampla popularidade entre os eleitores pobres e membros da classe trabalhadora. O vereador José Maria Rodrigues Alves era amplamente conhecido e respeitado como Zé Maria, famoso jogador do clube de futebol Corinthians; o deputado estadual Benedito Cintra realizou uma intensa campanha nas fábricas e na periferia, comunidades-dormitórios da classe baixa que cercam a capital, e, além do apoio do PMDB, conseguiu o apoio do Partido Comunista por suas posições nas questões da classe trabalhadora.⁵⁰

A conclusão a ser extraída das eleições da década de 1980, assim como daquelas das décadas de 1930 e 1950, é que os candidatos que baseiam suas campanhas em questões raciais não têm absolutamente nenhuma chance de ser eleitos. Essas questões são de preocupação fundamental para um segmento da classe média negra, que não possui grande poder de voto nem capacidade para mobilizar votos de outras pessoas. Por outro lado, os candidatos negros que podem integrar as questões raciais em uma plataforma que responda às preocupações sociais e econômicas dos brancos e dos negros da classe trabalhadora têm uma chance razoável de ser eleitos.

Por isso, o futuro mais promissor para o movimento antiracismo no Brasil pareceria estar em compor alianças com movimentos "populares" mais amplos, comprometidos em combater as desigualdades sociais e econômicas na sociedade brasileira. Evidentemente, a questão é se esses movimentos estão interessados em acrescentar a questão da raça às suas outras preocupações políticas? Durante os anos de abertura, e os primeiros anos da Ter-

50. Santos, "O movimento negro e a crise brasileira", p. 15; Valente, *Política e relações sociais*, p. 77. O político mais expressivo deste tipo é Benedita da Silva, eleita pela primeira vez para a Câmara dos Vereadores do Rio em 1982 e depois para o Congresso em 1986, de ambas as vezes pela legenda do Partido dos Trabalhadores. Uma mulher negra que cresceu em uma das favelas do Rio, ela se apresenta como representante das mulheres, dos pobres e dos negros (não necessariamente nessa ordem; cada grupo recebe peso igual em seu trabalho político). "One Woman's Mission: To Make Brasília Sensitive", *New York Times* (9 de fevereiro de 1987), p. 4.

ceira República, a resposta tendeu a ser sim. A profundidade do compromisso desses movimentos para combater o racismo só vai se tornar clara com o passar do tempo. Mas as indicações iniciais, particularmente à luz da experiência histórica anterior do Brasil na questão racial, têm sido encorajadoras.

Grande parte da disposição de instituições importantes, como os partidos políticos, a Igreja, os sindicatos de trabalhadores e outras para se unir em causa comum com o movimento negro é atribuída aos objetivos políticos de curto prazo e às necessidades dessas instituições (por exemplo, a necessidade dos partidos de apoio eleitoral, ou o desejo da Igreja de fazer contato com - e ter algo a oferecer a - uma parte substancial da população pobre). Ao mesmo tempo, no entanto, acredito que esta nova abertura ao movimento negro é também em função do reconhecimento dessas instituições - ou, mais precisamente, o reconhecimento por parte de indivíduos selecionados dentro delas - da relação integral entre a desigualdade racial e as outras formas múltiplas de desigualdade social e econômica que colocam obstáculos tão profundos e fundamentais à construção da democracia no Brasil.⁵¹

A desigualdade social e econômica impede a criação da democracia de várias maneiras, algumas óbvias e outras não tão óbvias. Primeiro, a pobreza e a educação mínima da massa da população brasileira dificultam-lhe a participação na política e também a tornam extremamente vulnerável à pressão e persuasão dos grupos de elite que monopolizam o poder e a riqueza. Apesar desses obstáculos, no decorrer do século XX os brasileiros pobres e pertencentes à classe trabalhadora assumiram um papel cada vez mais importante e ativo na política nacional. Entretanto, seu próprio êxito nesta direção tende a desencadear a segunda maneira em que a desigualdade social impede a democracia: a determinação que ela gera nos grupos de elite para defender sua posição privilegiada contra as demandas populares por reforma social e por uma redistribuição de riqueza e poder. Quando a esquerda populista tornou-se uma força política mais poderosa na Segunda República, os grupos de elite, e também grande parte da classe média, passaram a considerar a democracia de uma pes-

51. Sobre a questão geral da desigualdade no Brasil, ver Wood e Carvalho, *Demography of Inequality*.

soa/um voto, como um sistema que proporcionava poder demais ao povo e lhe permitia fazer exigências "excessivas" de aumentos de salário e benefícios sociais. Esta visão da democracia como uma ameaça direta à elite e aos interesses da classe média possibilitaram o golpe militar de 1964 e a subsequente criação da ditadura.

Em um nível ideológico mais profundo, a desigualdade social e econômica também obstrui a democracia de uma terceira maneira - através da crença, invocada e cultivada durante séculos pela elite, e agora disseminada entre os brasileiros de todas as classes sociais, de que o povo, as massas, são basicamente incapazes de resolver seus próprios negócios imediatos ou aqueles da política nacional. Ignorante, irresponsável e ingênua, a grande massa da população brasileira é simplesmente incapaz de demonstrar a maturidade, o cuidado e o julgamento requeridos dos cidadãos em uma política democrática. Esses argumentos, que são os descendentes em linha direta da ideologia do período colonial e da ideologia da vadiagem do século XIX, podem ser usados para justificar a exclusão do povo do processo político (mais efetivamente, por exemplo, negando o direito de voto aos analfabetos), assim como a suspensão das instituições democráticas por períodos amplos (por exemplo, de 1964 a 1985).

Embora estas tendências antidemocráticas na vida brasileira sejam freqüentemente expressadas em termos de desigualdade de classe, elas têm também um poderoso componente racial. As explicações dos motivos do povo brasileiro ser inadequado à participação política são freqüentemente baseadas em termos raciais; e os diferenciais raciais documentados nos censos de 1940, 1950 e 1980 são tão surpreendentes quanto os diferenciais de classe. Os movimentos negros das décadas de 1930, 1940 e 1950 há muito têm apontado para a dimensão racial da desigualdade brasileira, e têm argumentado que não se pode realmente dizer que a democracia exista no Brasil enquanto a participação dos negros na vida econômica, política e social nacional não ocorrer em termos iguais à dos brancos. Com os estudos patrocinados pela UNESCO na década de 1950, esses argumentos começaram a ser corroborados por acadêmicos brancos, alguns dos quais, como Florestan Fernandes, declararam explicitamente que compreender a natureza das relações raciais em seu país era fundamental para com-

prender - e determinar - "a própria sorte da democracia no Brasil".⁵² Esses argumentos foram mais reforçados ainda pelo trabalho dos jovens cientistas sociais produzidos pelo "boom" da universidade na década de 1970, alguns dos quais assumiram a questão da raça como parte de uma crítica mais ampla da desigualdade na sociedade brasileira. A aliança resultante entre os cientistas sociais (quase todos brancos) e os ativistas negros foi vivamente simbolizada, e mais tarde solidificada, pelo esforço insistente realizado no final da década de 1970 para restaurar a raça como uma categoria de informação no censo nacional. O esforço foi coordenado por duas organizações criadas em meados da década de 1970: o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, sediado no Rio de Janeiro, e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.⁵³ O sucesso desta campanha para obter informações sobre raça no censo gerou, por sua vez, dados adicionais que deixaram claro o grau de desigualdade racial no país.

Por isso, na década de 1980 um número substancial de indivíduos e de organizações engajados na luta para impulsionar e ampliar o processo de abertura reconheceram a conexão íntima e direta entre democracia política e democracia racial, e o fato de que, em uma sociedade extremamente desigual e racialmente estratificada, como a do Brasil, não é provável que uma exista sem a outra. Este reconhecimento formou parte integral, por exemplo, do trabalho de organização das comunidades e do despertar da consciência levado à frente pela ala progressista da Igreja Católica. Este foi um desenvolvimento mais inesperado, pois desde a época da escravidão a igreja foi um dos baluartes mais firmes da ordem social tradicional e do privilégio racial em particular. Em sua história de quase 500 anos, e apesar do fato de ela atualmente conter mais bispos católicos que qualquer outra nação do

52. Fernandes, *Integração do negro*, 1, p. 10; ver também Octávio Ianni, "Diversidades raciais e questão nacional", em *Raças e classes sociais*, pp. 338-356.

53. "O Censo-80 vai pesquisar côr, decide o IBGE", *Folha de São Paulo* (9 de novembro de 1979), p. 6. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ela própria uma criação do boom da educação superior durante os anos do milagre, criou um grupo de trabalho sobre temas e problemas da população negra, que se encontra nas convenções anuais da associação, e desde 1978 produziu vários documentos extremamente úteis sobre vários aspectos da desigualdade racial no Brasil.

mundo, a igreja brasileira teve apenas dois bispos negros: Dom Silvério Pimenta (1840-1922), de Minas Gerais, e Dom José Maria Pires, atual arcebispo da cidade nordestina de João Pessoa. Em 1954, os estatutos da ordem franciscana no Brasil ainda barravam especificamente os negros de ingressar na ordem; e mesmo hoje, de cerca de 12.700 padres católicos no Brasil, apenas cerca de 200 são negros.⁵⁴

Não obstante, como parte do seu trabalho de oposição aos abusos dos direitos humanos, organização dos pobres em comunidades de base cristãs, e pressão para um retorno à democracia, a ala da "libertação" da igreja encontra-se cada vez mais próxima do movimento negro. Seu trabalho nas comunidades pobres foi quase invariavelmente entre populações que eram pesadamente não brancas; e os jovens negros que ingressaram no noviciado durante a década de 1970 insistiram muito em uma redefinição das afirmações amenas tradicionais da igreja com relação à harmonia e à democracia raciais no Brasil. Em 1978, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) convocou uma série de encontros do clero negro que, dois anos depois em São Paulo, resultou na criação do Grupo de União e Consciência Negra, uma organização de religiosos e leigos negros que se consideravam ao mesmo tempo parte do movimento negro e da Igreja Católica. Os bispos mobilizaram-se para criar um ministério especial para os negros, a Pastoral do Negro, e em 1986, superando uma considerável resistência por parte de seus membros mais conservadores, a CNBB decidiu comemorar o centenário da abolição, em 1988, tornando as relações raciais o tema de sua Campanha da Fraternidade anual, uma campanha intensiva e nacional de educação e levantamento de fundos realizada durante a Quaresma. Como parte dessa campanha, os bispos aprovaram a publicação de um texto base que reconhecia a cumplicidade passada da igreja na escravidão e na discriminação racial, e clamava por esforços sistemáticos para eliminar a injustiça racial no Brasil.⁵⁵

54. "Irmãos, a Igreja pecou", *Afinal* (14 de julho de 1987), pp. 17-18; "Cisão pastoral", *Veja* (24 de fevereiro de 1988). Só em 1984 a ordem franciscana ordenou seu primeiro padre negro no nordeste do Brasil. Frei Hugo Fragoso, OFM, "Uma dívida que a Província de Santo Antônio ainda não pagou", *Santo Antônio* (maio de 1984), p. 59.

55. "Irmãos, a Igreja pecou"; Grupo de União e Consciência Negra, *Escrevendo a nossa história* (São Paulo, 1983); Comissão dos Religiosos, Seminaristas e Padres Negros - Rio de Janeiro, "Owi o clamor deste povo" ... negro (Petrópolis, 1987).

A disposição progressista de padres e bispos para abraçar a causa negra foi enormemente significativa, tanto devido à grande visibilidade e prestígio da igreja (se é que algo se desenvolveu durante o período do domínio militar) quanto devido ao acesso que a sua rede de comunidades de base pôde proporcionar aos afro-brasileiros pobres e da classe trabalhadora.⁵⁶ Entretanto, o relacionamento entre o movimento negro e a igreja não é de modo algum fácil e confortável. Talvez mais que em qualquer outra nação, o catolicismo brasileiro foi cindido por uma luta amarga entre suas alas de direita e de esquerda, uma luta em que a raça desempenha um papel importante.⁵⁷ Muitos padres negros acusam elementos conservadores de dentro da hierarquia da igreja de continuar a exercer o privilégio e a discriminação racial no interior de suas fileiras.⁵⁸ Outros acham que se espera essas atitudes e práticas da direita; o exasperante é quando até mesmo o clero progressista deixa de reconhecer os aspectos especificamente raciais da desigualdade no Brasil. Um padre pardo queixa-se de que os "teólogos brancos, com toda a sua conversa sobre o contexto da opressão, jamais enfrentaram o fato simples e fundamen-

56. Sobre o papel da igreja na política brasileira recente e no movimento das comunidades de base, ver Scott Mainwaring, *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1916-1985* (Stanford, 1986). Para um artigo fascinante sobre o trabalho de organização comunitária de um jovem padre negro em um subúrbio pobre do Rio de Janeiro, ver Jane Kramer, "Letter from the Elysian Fields", *The New Yorker* (2 de março de 1987), pp. 40-74.

57. Sobre a luta interna dentro da igreja, ver Mainwaring, *The Catholic Church*; e Ralph della Cava, "The 'People's Church', the Vatican, and the Abertura", em Stepan, *Democratizing Brazil*, pp. 1443-167. Essa luta emergiu durante a Campanha da Fraternidade de 1988, quando o arcebispo conservador do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, expressou seu descontentamento com a decisão da CNBB, lançando sua própria campanha separada e independente, também concentrada na questão da raça, mas apresentando o ponto de vista freyreano, mais tradicional. Esta foi a primeira vez que um bispo brasileiro dissociou-se publicamente de uma campanha anual da Quaresma, e isso provocou outras discussões, debates e conflitos dentro da hierarquia da igreja. Meus agradecimentos a Ralph della Cava por esta informação.

58. Em maio de 1987, por exemplo, a Comissão dos Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Estado do Rio de Janeiro anunciou que possuía evidência documental de mais de vinte casos de discriminação por parte da igreja contra os padres negros, que ela planejou apresentar às autoridades da igreja. "Frei acusa a Igreja Católica de 'racista'", *Folha de São Paulo* (20 de maio de 1987).

tal de que sessenta por cento da população brasileira é negra ou tem algumas raízes negras, e que o 'contexto da opressão' é realmente uma maneira confortável de se falar em 'história da discriminação'.⁵⁹

Os ativistas negros dirigem acusações similares aos partidos políticos, mesmo aqueles que oficialmente apoiam o movimento negro e seus objetivos.⁶⁰ No Estado de São Paulo, essa crítica é mais freqüentemente dirigida ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o partido de oposição formado em 1965 que chegou ao poder em São Paulo nas eleições de 1982 e manteve o poder nas eleições de 1986. Devido ao seu papel como o único partido de oposição até 1979, o PMDB incluiu um amplo espectro de facções políticas, desde a direita até a esquerda, em geral funcionando menos como um partido político unificado do que como uma coalizão eleitoral delicadamente equilibrada. Durante o início da década de 1980, a ala reformista e progressista do partido - liderada por figuras como o Governador Franco Montoro, o prefeito de São Paulo, Mário Covas, e o Senador Fernando Henrique Cardoso - foi dominante, e se esforçou muito para abrigar o movimento negro dentro do partido. Durante a campanha de 1982, Franco Montoro chegou a prometer que, se eleito governador, iria nomear um membro negro para o seu gabinete. Em vista do mal desempenho dos candidatos negros naquele ano, e da luta amarga dentro do partido sobre a primeira divisão dos cargos administrativos do Estado na história do PMDB, esta promessa acabou

59. Kramer, "Letter from the Elysian Fields", p. 66. Os membros da Comissão do Rio, mencionados na nota 58, ficaram consternados, alguns meses mais tarde, quando a CNBB negou um livreto de história popular que ela havia preparado sobre "falsos heróis que contribuíram para o massacre do negro no Brasil", mantendo a escravidão. Quando críticas públicas irromperam sobre a presença do abolicionista Ruy Barbosa, do Duque de Caxias (comandante do exército brasileiro durante a guerra do Paraguai, 1864-1870, e um importante herói militar brasileiro) e da Princesa Isabel no livro, a CNBB fez tudo para descrever a publicação como "um livreto autônomo do movimento negro, não pertence à CNBB". "Pardes negros consideram duque de Caxias 'falso herói'", *Folha de São Paulo* (30 de julho de 1987).

60. Por exemplo, um dos militantes negros do Partido dos Trabalhadores, embora achando que o partido tem a posição mais progressista sobre raça, apesar disso o considera "um monte de desinformação e sérios preconceitos" com respeito a este tópico. Jacino, *Histórico de uma candidatura operária*, capítulo "A questão racial", pp. 68-83.

não sendo cumprida, assim como não frutificaram os esforços dos negros para conseguir uma secretaria no governo municipal de São Paulo.⁶¹ Entretanto, em uma medida de acomodação, a administração Montoro tomou a iniciativa de criar uma nova agência estatal, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, encarregada, nas palavras do decreto executivo de criação da agência, de “desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem a defesa dos seus direitos, a eliminação das discriminações que a atingem ...”⁶² A administração Montoro também criou na Secretaria da Cultura a Assessoria de Assuntos Afro-Brasileiras. A administração que a sucedeu, aquela do Governador Orestes Quércia (também do PMDB, eleita em 1986),⁶³ criou grupos similares nas Secretarias do Trabalho e da Educação, e também cumpriu uma promessa anterior de Franco Montoro nomeando um ativista sindical negro, Osvaldo Ribeiro, para dirigir a recém-criada Secretaria Especial de Relações Sociais.⁶⁴

61. A luta por estas posições está descrita em Valente, *Política e relações raciais*, pp. 97-105; e “Negros querem participar do secretariado municipal”, *Folha de São Paulo* (5 de maio de 1983).

62. Decreto no. 22.184 de 11 de maio de 1984, *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (12 de maio de 1984). O conselho é composto de dezoito membros que são todos indicados pelo governador e servem mandatos de dois anos. São ajudados em seu trabalho por uma pequena equipe administrativa.

63. Enquanto o Governador Montoro representava a ala da esquerda liberal do partido, o Governador Quércia, ex-prefeito de Campinas, representava a ala da direita. Em meados de 1988, as tensões entre estas duas facções fez com que os reformistas de esquerda, os chamados tucanos, cindissem e formassem o Partido Social Democrático Brasileiro. Em parte devido a esta cisão, nas eleições para prefeito em novembro daquele ano, o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, terminou ganhando a prefeitura da cidade de São Paulo, que tornou-se a maior cidade do mundo governada por uma prefeita marxista, a ex-assistente social Luíza Erundina.

64. Sobre o Conselho para a Participação e o Desenvolvimento da Comunidade Negra e suas atividades (assim como para vários itens de interesse do movimento negro em São Paulo), ver seu *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, publicado de janeiro de 1985 até o presente. As sessões de assuntos afro-brasileiros das Secretarias da Educação e do Trabalho são, respectivamente, o Grupo de Trabalho sobre Questões Afro-Brasileiras e o Grupo de Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho. Osvaldo Ribeiro, chefe da Secretaria Especial de Relações Sociais, atuava como presidente do sindicato dos aeroviários e também da CGT de São Paulo.

Os críticos do PMDB - e dos ativistas afro-brasileiros ligados ao partido - foram rápidos em denunciar a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e os funcionários negros dentro das secretarias do Estado, como um calmante ministrado à clientela negra do partido, um ato puramente cosmético sem nenhuma importância real. Encarando estes desenvolvimentos de uma perspectiva história, pode-se discordar. Reconhecendo a existência da discriminação racial no Brasil e criando agências estatais com o objetivo exclusivo de documentar e combater essa discriminação, o PMDB de São Paulo tomou uma iniciativa sem precedentes na história brasileira. Nunca antes uma instituição do Estado brasileiro contradisse oficialmente o antigo mito da democracia racial. E nunca antes agências do Estado foram encarregadas do propósito expresso de combater o racismo.⁶⁵

Estas agências não têm autoridade para fazer cumprir decretos executivos ou nova legislação. E, como seus membros são os primeiros a admitir, elas são entidades pequenas e com poucos recursos que se ocupam de brechas mínimas nos mapas organizacionais do governo do Estado, e detêm um poder político correspondentemente limitado. Apesar disso, enxerga-se nestas agências, e na decisão de criá-las, uma espécie de abertura nas relações raciais brasileiras, em pelo menos dois sentidos. Primeiro, como está indicado acima, a admissão por parte do governo do Estado de que a democracia racial não é uma realidade no Brasil é em si um desenvolvimento histórico que dá peso e legitimidade aos protestos dos movimentos negros. Segundo, estas agências são em si pequenas aberturas pelas quais os ativistas e políticos negros podem se inserir no aparato do Estado e ganhar acesso a outras agências, a políticos e a administradores do Estado. Sem dúvida, alguns usarão este acesso principalmente para vantagem pessoal, explorando sua posição recém-descoberta para melhorar suas próprias car-

65. Os críticos poderiam responder que o governo federal agiu para combater o racismo em 1951, aprovando a Lei Afonso Arinos. É importante observar, no entanto, que embora naquela época alguns congressistas reconhecessem a existência de um problema racial no Brasil, a esmagadora maioria votou pela aprovação da lei, sem jamais admitir isso. A responsabilidade por fazer cumprir a lei foi então colocada nas mãos da polícia e dos promotores públicos, nenhum deles tendo demonstrado muita diligência nesta área.

reiras. Outros, no entanto, já proporcionaram exemplos de como esse acesso pode ser usado para buscar objetivos mais amplos. Um exemplo desse tipo é a criação de seções adicionais para assuntos afro-brasileiros em cada secretaria do Estado como resultado dos esforços originais de aprovação junto ao conselho. Outro exemplo é a solicitação, por parte do conselho e das seções para assuntos afro-brasileiros nas Secretarias do Trabalho e da Educação, de dados do serviço de estatística do Estado, o SEADE, sobre renda dos negros, desemprego e desempenho educacional no Estado de São Paulo. Esses dados nunca foram preparados antes, e quando o SEADE começou a torná-los públicos, em uma série de relatórios iniciados em 1985, recebeu uma considerável publicidade nos meios de comunicação de São Paulo e causou um impacto marcante nos círculos sindicais e educacionais.⁶⁶

Este uso dos recursos do Estado para documentar e dar publicidade à desigualdade racial jamais teria ocorrido antes da criação das agências afro-brasileiras, nem também das atividades de pesquisa que elas realizaram. Embora os orçamentos das agências sejam minúsculos em relação ao restante do aparato do Estado, elas proporcionam níveis de apoio e estabilidade financeiros a que muito raramente as organizações afro-brasileiras tiveram acesso - se é que algum dia o tiveram.⁶⁷ Cada uma destas agências

66. Para alguns dados preparados pelo SEADE, ver o artigo de duas partes "Os negros no mercado de trabalho na Grande São Paulo", *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo* 9 (1985), pp. 8-16, e 10 (1985), pp. 8-19; e Miguel W. Chaia, "Discriminação racial", *Revista Fundação SEADE* 2, 2-3 (1986), pp. 7-14. Os membros da seção de assuntos afro-brasileiros da Secretaria do Trabalho utilizaram estes dados em seus encontros com os líderes sindicais, que, segundo eles, ficaram "muito surpresos" com os níveis de desigualdade documentados nos relatórios do SEADE. Alguns daqueles líderes sindicais estavam dispostos a considerar maneiras para eliminar essa desigualdade. Outros, no entanto, tornaram-se defensivos, declarando que levantar essas questões com os membros em geral tenderia a dividir os trabalhadores ao longo de linhas raciais, e conduzir a um conflito que destruiria o movimento sindical. Entrevista com os membros do Grupo para a Orientação e Intervenção em Situações de Discriminação Racial no Local de Trabalho (19 de maio de 1988).

67. Esta disparidade entre os recursos disponíveis às agências estatais e aqueles disponíveis às organizações do movimento negro é uma das principais causas de atrito entre estes grupos. O Movimento Negro Unificado foi particularmente veemente em sua crítica do Conselho para a Participação e o Desenvolvimento da Comunidade Negra, atacando-o

concluiu que esses recursos são melhor utilizados na publicação das questões raciais e na provocação de debate e reflexão públicos sobre elas - em resumo, na elevação da consciência negra, patrocinada pelo Estado. O conselho publica um jornal bimensal (distribuído gratuitamente nos bairros negros e no centro da cidade), livretos baratos sobre a história dos negros, literatura dos negros e questões raciais atuais, e também produziu uma fita de vídeo sobre discriminação racial na contratação e no emprego. A seção de assuntos afro-brasileiros da Secretaria da Cultura administra o Projeto Zumbi, um programa com um mês de duração constituído de conferências, concertos, exposições de arte, debates públicos e programas de rádio e TV, que acontece todo mês de novembro. Patrocina também outros eventos, e em 1984 produziu uma edição em facsimile de jornais negros selecionados das décadas de 1920 e 1930.⁶⁸ Em 1988, o Grupo de Trabalho sobre Questões Afro-Brasileiras da Secretaria da Educação produziu 200.000 cópias de uma revista especial sobre o centenário da emancipação, que foi distribuída para alunos e estudantes das escolas públicas de São Paulo e utilizado como uma base para as discussões, em classe, do evento.⁶⁹ Na Secretaria do Trabalho, o Grupo de Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho está concentrando seus esforços nos líderes sindicais e nos administradores de pessoal das firmas de São Paulo, tentando envolver ambos os grupos em uma campanha para eliminar a discriminação na contratação e na promoção.

Desse modo, as agências afro-brasileiras dividiram seus esforços entre a pressão dentro do aparato do Estado e fora do aparato do Estado, na sociedade civil. Elas estão tentando, através de uma variedade de iniciativas em vários meios de comunicação, colocar em pauta a questão da discriminação racial, para torná-la uma questão pensada tanto por negros quanto por brancos, e depois transformar a consciência pública da questão em uma pressão política tangível. Este é um trabalho de longo prazo, dolorosamente longo, realizado com um mínimo de recursos em um am-

como "um órgão muito governamental, que não se posicione a serviço do movimento negro, colocando panos quentes em assuntos como discriminação e violência, além de não contribuir financeiramente conosco." "Conselho busca adesões e apoio", *Caderno C. Diário do Grande ABC* (24 de novembro de 1985).

68. *Imprensa negra* (São Paulo, 1984).

69. *Salve o 13 de maio?* (São Paulo, 1988).

biente político que tem sido historicamente por demais resistente à mudança e à inovação. Apesar disso, pelo ponto final da nossa história, há uma evidência clara de que o movimento negro das décadas de 1970 e 1980 obrigou a sociedade brasileira a reconsiderar suas atitudes públicas e privadas sobre a questão racial. Quando os brasileiros se reuniram para comemorar o centenário da abolição dos escravos, eles ouviram os políticos do Estado, as figuras nacionais de projeção, os estudiosos e os cidadãos falar sobre democracia racial e relações raciais brasileiras de maneiras que teriam sido consideradas traição vinte anos atrás. Vamos ouvir o que eles tinham a dizer.

cem anos de liberdade: 13 de maio de 1988

Ao contrário dos Estados Unidos, onde poucos cidadãos, negros ou brancos, são capazes de citar a data em que ocorreu a abolição da escravidão,¹ no Brasil, o dia 13 de maio de 1888 é um dos mais importantes marcos históricos. Isto não surpreende em uma nação tão fortemente conformada e moldada pela experiência da escravidão. Quando a Lei Áurea aboliu a escravidão, pôs fim à instituição social, legal e econômica sobre a qual a vida brasileira foi baseada durante mais de trezentos anos. A escravidão foi o corpo e a alma da sociedade brasileira; o dia em que ela terminou não poderia passar despercebido.²

Para os brasileiros do século XX que nunca tiveram qualquer contato direto com a escravidão, talvez ainda mais importante do que o que aconteceu em 13 de maio são as interpretações que as gerações futuras lhe impuseram. Tanto a Esquerda quanto

1. A Proclamação da Emancipação em 1º de janeiro de 1863 libertou todos os escravos situados em áreas controladas pelas forças confederadas. Mas, "de um ponto de vista legal", foi na verdade a Décima Terceira Emenda, aprovada pelo Congresso em fevereiro de 1865 e ratificada em dezembro, que realmente emancipou todos os escravos." Da mesma forma que no Brasil, a escravidão como instituição nos Estados Unidos já estava muito desintegrada no momento da emancipação formal. August Meier e Elliott Rudwick, *From Plantation to Ghetto* (3ª edição, Nova York, 1976), pp. 159-160.

Os afro-americanos comemoram a emancipação em pelo menos quinze datas diferentes, variando de uma parte para outra do país. William H. Wiggins, Jr., *O Freedom! Afro-American Emancipation Celebrations* (Knoxville, 1987), p. xix e passim.

2. Vale a pena notar que 13 de maio de 1888 foi o ato final da emancipação dos escravos nas Américas como um todo. Ao abolir o último e maior sistema de escravos do hemisfério, a Lei Áurea transcendeu os limites nacionais e foi genuinamente internacional em sua importância.

a Direita brasileiras poderiam extrair algo reconfortante deste evento e enxergar nele uma lição para a sua própria época. Os conservadores podiam citar a Lei Áurea como um estudo de caso sobre a melhor maneira de resolver questões políticas vexatórias: através de deliberações criteriosas por parte das elites estabelecidas, seguidas pela ação do executivo realizada por um chefe de Estado esclarecido e que traduzia os melhores interesses da sociedade. Os brasileiros de orientação mais populista ou esquerdista podiam argumentar que esta era a aparência da Lei Áurea, mas na verdade a abolição foi imposta à monarquia pela ação política de base popular. A abolição foi, em última análise, o produto, não de decisões tomadas pelas elites que governavam o país, mas sim do primeiro e possivelmente o único movimento de massa bem sucedido da história brasileira.

Tanto devido ao evento que a data comemora, quanto devido aos usos políticos que se tem feito dela, nos últimos cem anos o 13 de maio tornou-se uma das datas mais importantes da história brasileira, gravada na memória de todo estudante brasileiro e comemorado todos os anos como o Dia da Abolição. Seu significado e as formas que sua observância tem tomado variaram muito no decorrer do tempo.

comemorando o 13 de maio: 1888-1978

Como vimos no Capítulo 2, o primeiro 13 de maio, em 1888, foi um dia de absoluto júbilo, quando os observadores da elite viram pela primeira vez “o povo, mas verdadeiro povo”, desfilar pelas ruas para comemorar o seu triunfo. Na atmosfera politicamente carregada do ano seguinte, quando a monarquia entrou em seus extertores, as autoridades de São Paulo não desejavam ver “as pessoas comuns” - muitas das quais, especialmente entre a população negra, tinham fortes simpatias monarquistas - mais uma vez nas ruas. Declarando estado de sítio e ajudadas pelo tempo frio e chuvoso do próprio dia, puderam reduzir as comemorações populares a um mínimo. Com exceção de um pequeno desfile patrocinado pela sociedade de auxílio mútuo dos chapeleiros e pelos “sambas dos pretos nas imediações da casa do dr. Antônio Bento”, principal abolicionista da cidade, o dia passou

em grande parte sem comemorações. As festividades em outros locais do Estado foram mais animadas e refletiram as tensões do dia. Em Jundiáí, um confronto entre monarquistas e republicanos terminou em luta aberta em uma festa organizada pelo clube dos negros 13 de Maio; e em Araraquara, o chefe de polícia recusou-se a permitir que os libertos fizessem qualquer celebração, prendendo os organizadores dos eventos do dia e enviando de volta às suas fazendas os trabalhadores negros que haviam vindo para a cidade para participar das festividades.³

O desencorajamento oficial das comemorações do 13 de maio parece ter se intensificado após a Proclamação da República naquele mês de novembro. O apoio à monarquia continuou disseminado entre os libertos, muitos dos quais, certos ou errados, atribuíam o crédito da emancipação à Princesa Isabel e à família imperial. Por isso, as autoridades da recém-constituída República tinham pouco interesse em promover um dia festivo que poderia se transformar em uma ocasião para a expressão do sentimento pró-monárquico. Apesar disso, a comemoração da data nunca morreu completamente. Comentando em 1892 sobre a ausência geral das comemorações do 13 de maio, *O Estado de São Paulo* deixou escapar uma qualificação reveladora: “a não ser com um batuque de libertos num quarteirão da Rua da Liberdade.” Referências esparsas a essas danças (em geral referidas como sambas ou batuques) indicam que elas continuaram durante toda a década de 1890 e no século XX como a homenagem dos ex-escravos à abolição.⁴

Um segundo grupo de apoio às comemorações do 13 de maio foram as organizações dos imigrantes e dos trabalhadores sediadas na capital e nas principais cidades do interior. Estas organizações nem sempre concordaram entre si sobre o significado preciso da emancipação ou como ela deveria ser comemorada. Alguns a enxergavam como a eliminação da última barreira à imigração européia e a abertura de oportunidades para os trabalha-

3. “As festas de hontem”, e “Manifestação”, *Diário Popular* (14 de maio de 1889); “Arbitrariedade”, *A Província de São Paulo* (16 de maio de 1889).

4. “Dia a dia”, *O Estado de São Paulo* (13 de maio de 1892). No bairro central do Bixiga, um morador que nasceu em 1890 recorda que os batuques que comemoravam o 13 de maio continuaram naquele bairro até o início da década de 1950, e aí terminaram. “O velho Scaramuzza lembra as origens do Bexiga”, *Folha de São Paulo* (14 de maio de 1985), p. 19.

dores braçais no Brasil. Observadores mais radicais, particularmente aqueles do movimento anarquista, consideravam-na uma cilada e uma decepção, um evento que reivindicava ter libertado os trabalhadores brasileiros, mas na verdade simplesmente os sujeitava a uma nova forma de servidão - a escravidão do salário. Alguns desses militantes diziam que o 13 de maio deveria ser inteiramente esquecido, pois só servia para distrair os trabalhadores da sua data comemorativa real, o Dia Internacional do Trabalho - 1º de maio - que ocorria apenas duas semanas antes. Outros radicais, embora concordando que a emancipação havia deixado a exploração e a desigualdade na sociedade brasileira praticamente intactas, consideravam o movimento abolicionista - e as maciças fugas da população escrava das fazendas - um exemplo heróico da luta do trabalhador, uma luta que merecia uma comemoração anual.⁵

No fim, entretanto, o 13 de maio foi preservado como um feriado cívico, não das organizações operárias ou dos imigrantes - que, à medida em que os anos foram passando, pouco a pouco perderam o interesse pela data -, mas das organizações cívicas e sociais dos negros, discutidas no Capítulo 5. As danças de rua protagonizadas pelos libertos e pelos negros pobres serviam para marcar o dia, mas podiam ser menoscabadas pelas elites brancas como manifestações espontâneas de um povo ingênuo, que aproveitava qualquer oportunidade para fazer uma festa. Mais difíceis de ser menosprezados desta maneira eram os eventos patrocinados todos os anos pelos clubes sociais dos negros em todo o Estado (muitos deles em homenagem ao 13 de maio). Estas festividades em geral compunham-se de atividades "civilizadas", tais como discursos elogiando a emancipação (freqüentemente proferidos por personagens da política local), leitura de poesias, música e, à noite, bailes. No final da década de 1920, as comemorações na capital do Estado incluíam um desfile de representantes

5. Sobre as comemorações de 13 de maio pelos imigrantes (particularmente italianos) e pelas organizações trabalhistas, ver "Notícias diversas - 13 de maio", *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1901); "Noticiário - Antônio Bento", *Diário Popular* (14 de maio de 1897). Para críticas radicais da abolição e do 13 de maio, ver "O 13 de maio e a situação operária", *O Combate* (14 de maio de 1918); "13 de maio", *Germinall* (13 de maio de 1913); "13 de maio", *A Lucta Proletária* (16 de maio de 1908). Para reflexões sobre o heroísmo dos escravos na luta pela abolição, ver "O preto Simeão", *O Combate* (13 de maio de 1915).

das várias organizações negras, do centro da cidade até o túmulo do abolicionista negro Luís Gama, no cemitério da Consolação. Após cerimônias diante do seu túmulo, iam até as sedes dos jornais e estações de rádio para fazer a mídia compreender a importância do 13 de maio na história brasileira.⁶

Outra característica do 13 de maio durante a década de 1920 era o jogo de futebol anual entre pretos e brancos, patrocinado pelas organizações negras e pelos clubes atléticos brancos na capital. Neste ponto da história do esporte brasileiro, a segregação dos times de futebol mal havia começado a se romper no Rio de Janeiro e ainda estava firmemente entrincheirada em São Paulo. Por isso, os principais jogadores negros e brancos da cidade eram confinados a times separados, sem oportunidade de jogar uns com os outros, exceto em disputas informais. Em um esforço para evitar esta segregação e fazer com que os jogadores negros fossem mais vistos, em 1927 vários líderes negros tiveram a idéia de realizar um jogo anual entre negros e brancos, a ser disputado no Dia da Abolição. Estes jogos receberam extensa cobertura da mídia local, que ficou surpreendida em ver os jogadores negros - que haviam sido relegados à divisão "secundária" do time local - vencer repetidamente os brancos. Em 1928, quando o time dos negros, "contra a expectativa", derrotou os brancos pela segunda vez, *A Gazeta* comentou que "no selecionado branco apareceram os nomes mais em evidência na divisão principal. Entre elles jogaram quatro elementos que foram campeões apenas do anno findo e dahi não comprehendermos o motivo do fracasso de tão forte turma." Parte da razão disso foi sugerida pela cobertura

6. Sobre as comemorações do 13 de maio nas décadas de 1890 e início da década de 1900, ver "Noticiário - Estrella de Maio", *Diário Popular* (22 de maio de 1889); "Noticiário - Estrella de Maio", *Diário Popular* (27 de maio de 1889); "Notícias diversas - 13 de maio", *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1901); "As comemorações cívicas de hontem", *O Combate* (14 de maio de 1928), p. 3; Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888-1921)* (Campinas, 1988), pp. 87-91. Em 1931, foi erguido um monumento a Gama no Largo do Arouche, no centro da cidade, que a partir daí tornou-se o ponto final do desfile anual. Para fotos dos participantes reunidos no cemitério da Consolação e no Largo do Arouche, ver "No 44º aniversário da abolição", *Folha da Noite* (13 de maio de 1932). Sobre as visitas à mídia, ver "Após a grande romaria da saudade", *O Clarim da Alvorada* (9 de junho de 1929).

que o jornal dos trabalhadores *O Combate* realizou do mesmo jogo:

... a grande massa popular, desde os primeiros momentos, ante o prenúncio de uma luta titânica, escolheu logo o seu favorito, que foi o quadro Preto, animando-o continuamente, numa ânsia incontida de torcer. Dir-se-ia que todo o empenho daquela gente era ver victorioso o quadro preto e queria nessa vitória uma questão de honra ... Há muito tempo que a nossa torcida não se manifestava assim tão apaixonadamente como hontem, num entusiasmo tão espontâneo e vibrante.⁷

Impedidos de tantas maneiras de participar da vida brasileira, inclusive das atividades esportivas, neste dia os afro-brasileiros tinham permissão de competir com os brancos, literal e figurativamente, no campo de jogo. Os jogadores não pretendiam deixar escapar esta oportunidade rara, nem tampouco seus torcedores, que, podemos supor, eram eles próprios, em sua maioria, afro-brasileiros.⁸ Talvez em resposta ao proveito que os jogadores negros foram capazes de tirar daquela oportunidade, e à demonstração deficiente dos times dos brancos, os jogos entre negros e brancos parecem ter sido descontínuos após 1930, e foram então substituídos por corridas de maratona organizadas pelo Club Negro de Cultura Social, em que apenas pardos e pretos participavam.⁹

7. "Pretos x brancos", *A Gazeta* (14 de maio de 1928), p. 6; "A grande partida de hontem", *O Combate* (14 de maio de 1928), p. 6.

8. O antropólogo brasileiro Roberto da Matta sugeriu que uma razão para a imensa popularidade para o futebol no Brasil é que ele é um dos poucos ambientes no país em que as regras da competição são claramente estabelecidas, são conhecidas de todos, não mudam no decorrer da competição e são cumpridas com justiça. Isto contrasta fortemente com a vida "cotidiana" do brasileiro (na política, nos negócios, no trabalho, na academia etc.), em que as regras são estabelecidas arbitrariamente, ou não são estabelecidas, e estão sendo constantemente reescritas ou reinterpretadas para favorecer os interesses das elites do poder. Por isso, o futebol tornou-se uma das poucas áreas da vida em que todos os participantes competem em uma base de igualdade, e são recompensados estritamente devido ao seu talento e aos seus feitos. Não coincidentemente, é também uma das áreas da vida brasileira mais aberta à iniciativa e à mobilidade ascendente dos negros. Sobre a importância do futebol na sociedade brasileira, ver Janet Lever, *Soccer Madness* (Chicago, 1983).

9. "Promete revestir-se de grande brilho a Semana Esportiva da Mocidade Negra", *Correio de São Paulo* (12 de maio de 1933); "Esportes", *A Voz da Raça* (maio de 1937).

Durante as décadas de 1940 e 1950, o 13 de maio continuou a ser comemorado pelas organizações negras de uma maneira muito semelhante ao que aconteceu na década de 1920, com conferências, concertos, bailes e eventos esportivos.¹⁰ Uma nova adição foi o concurso de beleza para a escolha da Bonequinha de Café. Dada a impossibilidade virtual das mulheres afro-brasileiras vencerem competições de beleza nesta época, o Clube Renascença, da elite social negra do Rio de Janeiro, estabeleceu um concurso anual para escolher a Miss Renascença, permitindo assim que as possíveis rainhas da beleza negra competissem pelo menos entre si. Seguindo este exemplo, em 1961 o Clube 220 de São Paulo iniciou o concurso da Bonequinha de Café. Mesmo nesta competição inteiramente negra, os padrões brancos de beleza ainda conservavam um grande peso, como foi sugerido por um comentário no jornal negro de Campinas, de que a vencedora do concurso de 1963, uma jovem mulata do Rio de Janeiro, era “um tanto clara para ostentar o título de Bonequinha de Café ...”¹¹

Além do concurso da Bonequinha, o Clube 220 iniciou uma segunda inovação nas comemorações do 13 de maio. Desde o início do século, as organizações negras de São Paulo veneravam várias figuras míticas que simbolizavam as contribuições dos negros para a história brasileira e para a formação da nação brasileira. A mais proeminente destas figuras foi a Mãe Preta, que representava as milhões de mulheres negras, escravas e livres, que haviam amamentado e cuidado dos filhos das famílias brancas du-

10. Ver, por exemplo, o número 13 de maio de 1946 do *Alvorada*, ou a cobertura do septuagésimo aniversário da abolição no jornal negro *O Mutirão* (maio de 1958).

11. “Apontamento social”, *Correio d’Ébano* (16 de junho de 1963). A competição de 1963 foi honrada pela presença do Presidente João Goulart. Sobre a competição de 1966, ver “Mariza é a bonequinha”, *Jornal da Tarde* (13 de maio de 1966). Sobre a dificuldade das mulheres afro-brasileiras vencerem competições de beleza no Brasil nesse período, ver entrevista com Vera Lúcia Couto dos Santos, a Miss Renascença que conseguiu uma vitória tumultuada para se tornar Miss Guanabara (Miss Rio de Janeiro) em 1964). Na competição subsequente para Miss Brasil, uma mulher do público, “gritando histérica, inteiramente possessa”, berrou para ela sair da passarela e voltar para a cozinha. Ela conseguiu manter sua compostura e foi classificada em segundo lugar. Haroldo Costa, *Fala, crioulo* (Rio de Janeiro, 1982), pp. 26-31. Em 1986, Deise Nunes, uma modelo parda do Rio Grande do Sul, tornou-se a primeira afro-brasileira a conseguir o título de Miss Brasil.

rante e depois do período da escravidão. A Mãe Preta era frequentemente citada na imprensa negra como um símbolo, não apenas dos sacrifícios que os negros haviam feito pelo Brasil, mas também dos fortíssimos laços que uniam euro e afro-brasileiros em um destino comum. E, na verdade, o que poderia ser mais sugestivo que o símbolo do leite materno, neste caso o leite que as mães pretas compartilharam com os filhos dos brancos?¹²

Até a década de 1950, o Dia da Mãe Preta foi comemorado em 28 de setembro, data em que foi aprovada, em 1871, a Lei do Ventre Livre. Em 1955, a prefeitura erigiu uma estátua da Mãe Preta perto da Igreja do Rosário, historicamente a mais antiga congregação negra de São Paulo. Na década de 1960, o Clube 220, au-

12. Nem todos enxergam a Mãe Preta sob essa luz positiva. Muitos brancos dos séculos XIX e XX deploravam o efeito “corruptor” que a criação dada por amas e criadas negras tinha sobre as crianças brancas, chegando ao ponto de sugerir que os brancos absorviam os vícios da vida dos negros, sem falar nas doenças, através do leite da Mãe Preta. Para comentários do século XIX e início do século XX, ver Robert Conrad, *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983), pp. 135-140, 221-225; Sandra Lauderdale Graham, *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro* (Cambridge and New York, 1988), pp. 35, 117-120. Outros brancos rejeitaram inteiramente a idéia das contribuições da Mãe Preta, declarando que “algumas escravas negras, que deram de mamar aos filhos dos seus senhores, em nada contribuíram para a formação da nossa raça e da nossa nacionalidade”. Diziam que a Mãe Preta proporcionava uma imagem completamente inexistente do Brasil, que “nos degrada aos olhos da Nação e do estrangeiro”. “Monumento a Mãe Preta”, *Diário Nacional* (1 de novembro de 1928), p. 8.

Visto sob outra perspectiva, os atuais militantes negros enxergam a Mãe Preta como um símbolo que distorce muito as realidades do trabalho escravo e do serviço doméstico, e que busca justificar e desculpar a exploração das mulheres negras durante a escravidão. Hamilton Cardoso reflete sobre a maneira como a Mãe Preta “transformou-se em heróina nacional quando deixou de amamentar seus filhos para alimentar de ‘leite materno’ o filho do senhor de escravo, deixando que mães brancas mantivessem belos seus pequenos seios ‘superiores’”. A mãe negra, na imagem de um mulher gorda e velha com grandes tetos, parecendo uma vaca leiteira, ganhou até uma estátua no Largo do Paissandu, em São Paulo.” Hamilton Cardoso, “Passado: Branco e sem mácula”, *IstoÉ* (26 de setembro de 1979), pp. 36-42. A descrição de Cardoso da estátua de São Paulo é precisa. Vale notar também a inscrição exaltada na base da estátua, que a recorda “na escravidão do amor, a criar filhos alheios, rasgou qual pelicano as maternais entranhas, e deu à Pátria livre, em holocausto, os seios.”

xiliado por alguns cultos de candomblé de São Paulo, começou a comemorar o Dia da Mãe Preta em 13 de maio, com festividades realizadas no local da estátua. Em 1970, o prefeito e o arcebispo de São Paulo assistiram ambos o evento anual, e em 1972 o clube conseguiu trazer a São Paulo o Presidente Emílio Garrastazu Médici para a comemoração daquele ano, garantindo assim a presença de políticos importantes na Grande São Paulo. Em 1975, no entanto, o sucessor de Médici, Presidente Ernesto Geisel, rejeitou secamente um convite para participar das festividades do 13 de maio, denunciando que “a exaltação da Mãe Preta é uma discriminação racial” e acusando a organização que o havia convidado, a Associação dos Homens de Côr, de praticar racismo às avessas (ver Capítulo 7, nota 6).¹³

As acusações de racismo de Geisel em conexão com este evento parecem particularmente equivocadas quando se contrasta a plácida e benigna Mãe Preta com uma figura mítica desafiante, o rei guerreiro Zumbi, que estava retornando à consciência popular brasileira durante a década de 1970. Zumbi foi o monarca do quilombo dos Palmares, do século XVII, uma federação de vilas livres localizada em uma parte remota do nordeste do Brasil, povoada por escravos fugitivos e outros foragidos do domínio português. Palmares conseguiu manter sua independência por mais de setenta anos, até sua destruição em 1694; segundo a lenda, Zumbi morreu combatendo a última ofensiva portuguesa contra o quilombo.¹⁴

Enquanto a Mãe Preta (e seu contraparte do sexo masculino, o Pai João) representava a resposta submissa e acomodada dos negros à escravidão, Zumbi simbolizava a resistência corajosa e engajada ao regime escravo. Como tal, ele nunca foi completamente esquecido pelos afro-brasileiros, e ocasionalmente reemergiu como um símbolo durante períodos de particular militância da co-

13. “Ferraz: Abolição é a nossa maior data”, *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1971); “A mãe preta, a homenagem do presidente”, *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1972); “O pequeno clube dos negros, o 220, e seu grande orgulho: O presidente vem visitá-lo”, *Jornal da Tarde* (12 de maio de 1972); “Presidente condena a discriminação racial”, *O Estado de São Paulo* (8 de março de 1975).

14. R.K. Kent, “Palmares: An African State in Brazil”, *Journal of African History* 6, 2 (1965), pp. 161-175; Edison Carneiro, *O quilombo dos Palmares* (São Paulo, 1947); Décio Freitas, *Palmares, a guerra dos escravos* (rtp., São Paulo, 1982).

munidade negra.¹⁵ Pelas razões discutidas no capítulo anterior, a década de 1970 foi um desses períodos. O rápido crescimento econômico do “milagre” brasileiro beneficiou muitos afro-brasileiros de classe média, mas nunca tanto quanto beneficiou seus contrapartes brancos. E para a grande maioria dos afro-brasileiros, a riqueza dos anos do milagre estava fora do seu alcance, cruelmente os insultando de longe. A resposta a estes desapontamentos e ressentimentos foi uma ressurgência da organização e da militância entre os afro-brasileiros, que agora buscavam heróis e heroínas alternativos para substituir a Mãe Preta e o Pai João. Alguns desses heróis, como Amílcar Cabral, Martin Luther King, Jr., Bob Marley e Malcolm X, vinham do exterior. Mas outros eram nativos, e o mais proeminente entre eles era Zumbi, que emergiu como um símbolo público poderoso durante a década de 1970. A famosa canção “Zumbi”, do cantor popular Jorge Ben, lançada em 1974, foi um dos primeiros sinais dessa reemergência.

Eu quero ver quando Zumbi chegar
 O que vai acontecer
 Zumbi é Senhor das guerras
 É Senhor das demandas
 Quando Zumbi chega
 É Zumbi quem manda¹⁶

Em 1978, os artistas e ativistas negros do Estado de São Paulo começaram a comparecer aos “festivais Zumbi” (Festival Comunitário Negro Zumbi) locais, com teatro de rua, leituras, concertos e danças para marcar o aniversário da morte de Zumbi, 20 de novembro. Assim como os ativistas operários, no início do século, rejeitaram o 13 de maio e invocaram o 1º de maio como o “verdadeiro” dia comemorativo do trabalhador, agora os ativistas negros da década de 1970 também rejeitavam o 13 de maio, que, segundo eles, retrata os negros como recipientes passivos da bondade da Princesa Isabel, mais objetos que agentes da sua própria história. 20 de novembro, dia de Zumbi, era o “verdadeiro” dia de comemoração dos negros - propunham eles -, um dia que sim-

15. Por exemplo, o Centro Cívico Palmares, em São Paulo, fundado em 1927, que serviu como precursor da Frente Negra, extraiu seu nome da experiência de Palmares.

16. Quilombhoje, *Reflexões* (São Paulo, 1985), p. 82.

bolizava o espírito e a prática da firme resistência dos negros à opressão e exploração da escravidão.¹⁷

Embora Zumbi fosse antes de qualquer coisa um herói negro, sua fama expandiu-se bem além da população afro-brasileira. Os oponentes da ditadura escolheram-no como um símbolo da resistência ao autoritarismo, o rei guerreiro que nunca abandonou a luta contra as opressões conjuntas do colonialismo e da escravidão. Ele liderou seu povo na construção de seu próprio modo de vida, livre da interferência da elite proprietária de terras. Os esquerdistas descreveram-no como o líder da primeira sociedade socialista das Américas, e invocaram Palmares como uma crítica implícita ao que a sociedade brasileira moderna se tornou. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro eram agora pesadelos urbanos entupidos, poluídos e voltados para a criminalidade, mas Palmares foi um idílio pastoral. O Brasil moderno era dominado pelo “capitalismo selvagem”, mas Palmares foi uma sociedade “comunista primitiva”, para a qual todos contribuíram segundo as suas possibilidades, e todos receberam de acordo com suas necessidades. E por fim, é claro, Palmares ofereceu um refúgio para onde as vítimas da opressão autoritária poderiam fugir. Pouco espanta, então, que os oponentes da ditadura não raramente invocassem, nas palavras do compositor Milton Nascimento, “os quilombos de ontem, de hoje e de amanhã”, e a esperança de “fazer Palmares de novo”.¹⁸

17. Sobre os primeiros festivais Zumbi, ver “FECONEZU”, *Jornegro* 2, 6 (sem indicação do mês, 1979). Apesar do antagonismo do movimento negro ressurgente com relação ao 13 de maio, o poeta negro Cuti (Luiz Silva) comenta a onda de mobilização que ocorreu em São Paulo em resposta ao nonagésimo aniversário da abolição, em 13 de maio de 1978. O Movimento Negro Unificado foi formado nessa época, apareceram três jornais negros (*Jornegro*, *Abertura* e *Tição*), foi publicado o primeiro *Caderno Negro* (uma coleção anual de poesias e contos de autores negros), e foram iniciados os planos para o festival Zumbi naquele outono. “Conquistas poéticas dos Cadernos Negros”, *Folha de São Paulo* (14 de outubro de 1984), p. 51.

18. Esta visão de Palmares está mais vivamente transmitida no filme *Quilombo*, dirigido em 1983 por Cacá Diegues, que é um relato de Palmares e de sua destruição. Ver também o panfleto de 1982, “Escravidão e libertação”, da Frente Trabalhista Nacional; “O velho anarquista Rodrigues”, *Folha de São Paulo* (27 de outubro de 1984), p. 46; Hamilton Cardoso, “A contribuição de Palmares”, *Folha de São Paulo* (5 de dezembro de 1983), p. 3. As últimas linhas do parágrafo são da *Missa dos quilombos*, de Milton Nascimento, preparada como parte dos esforços da ala progressista da Igreja Católica para responder ao movimento negro (ver Capítulo 7).

Até mesmo o governo militar reconhecia o poder simbólico de Zumbi. Em 1980, o governo federal criou o Parque Nacional Zumbi no Estado de Alagoas, onde se acredita ser o local de Palmares. As administrações civis eleitas em 1982 procuraram também capitalizar a figura de Zumbi. No Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado da Educação iniciou o Projeto Zumbi, com o objetivo de aumentar a instrução em história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas. Em São Paulo, o Projeto Zumbi tornou-se um programa anual com um mês de duração, constando de conferências, filmes, concertos, exposições de arte e outras atividades culturais centradas na presença do negro no Brasil. Patrocinados pela Secretaria de Estado da Cultura, estes eventos têm lugar em novembro, juntamente com o Dia de Zumbi - agora renomeado de O Dia da Consciência Negra.¹⁹

o centenário: 13 de maio de 1988

Dado o sucesso de Zumbi na substituição da Mãe Preta e, juntamente com ela, do próprio 13 de maio, fiquei imaginando - à medida em que se aproximava 1988 - como os brasileiros iriam celebrar um evento cujo significado e importância eram cada dia mais questionados. Após sua posse em 1985, o Presidente José Sarney anunciou que o centenário da emancipação seria celebrado como uma importante data nacional. O Ministério da Cultura foi encarregado de realizar uma programação nacional de concertos, exposições de arte, conferências e debates públicos, palestras em escolas e outras atividades;²⁰ e nos meses anteriores ao cen-

19. "Negros unem-se e obtêm vitória contra racismo", *Folha de São Paulo* (10 de janeiro de 1981); "Negro luta contra discriminação na escola", *Jornal do País* (9-15 de maio de 1985), p. 9; "No 'Projeto Zumbi', a voz da cultura negra", *Folha de São Paulo* (15 de novembro de 1984), p. 33; "No brilho da cor", *IstoÉ* (28 de novembro de 1984), p. 49. Uma semana cultural negra também foi realizada no Rio entre 16 e 25 de novembro de 1984, para coincidir com o Dia de Zumbi. Embora não tenha aparecido nenhum apoio do Estado para o evento, muitas empresas importantes, incluindo a cadeia de supermercados Pão de Açúcar e a Braspetro, contribuíram. "A Kizomba de Martinho, festa das artes negras", (31 de outubro de 1984), p. 39.

20. O planejamento do ministro para o centenário escapou de um mau começo quando ele indicou uma comissão chefiada pelo neto da Princesa Isabel e sem contar com um único membro negro. Após protestos da organização negra, a comissão do planejamento foi dissolvida e reconstituída sob a direção do advogado negro Carlos Moura.

tenário, parecia que toda entidade organizada da vida brasileira estava se preparando para participar. Os governos estaduais e municipais organizaram suas próprias comemorações; as universidades convocaram conferências internacionais para discutir as experiências da escravidão e da emancipação; os jornais e as revistas prepararam matérias e suplementos especiais para homenagear o dia, e as estações de rádio e televisão promoveram programas especiais; as escolas de samba do Rio, de São Paulo e de outros locais escolheram o tema do centenário para suas apresentações no Carnaval de 1988; a Igreja Católica dedicou sua Campanha da Fraternidade anual ao tema "O Negro e a Fraternidade"; as empresas e companhias privadas realizaram anúncios em homenagem à abolição; e, é claro, as organizações do movimento negro planejaram comemorar o dia a sua própria maneira.

Enquanto se preparavam para comemorar a abolição, os brasileiros viram-se envolvidos em um debate nacional sobre o que a emancipação havia realmente significado, e como ela mudou (ou deixou de mudar) a vida brasileira.²¹ A primeira questão relacionada ao 13 de maio era se a data deveria ser afinal comemorada. Muitos afro-brasileiros, desde profissionais liberais e intelectuais de nível universitário até membros das escolas de samba e dos cultos de candomblé, expressaram forte ceticismo, se não oposição direta.²² O exemplo mais amplamente divulgado desta atitude foi o samba premiado "Cem Anos de Liberdade: Realidade ou Ilusão?", apresentado pela escola de samba da Mangueira na competição de 1988 do Carnaval do Rio de Janeiro.

21. Este debate foi tão intenso que chegou a atrair a atenção da imprensa norte-americana, que normalmente não cobriria a comemoração de um feriado nacional em um país latino-americano. "Brazil's Blacks Pressing for Real Equality", *Wall Street Journal* (11 de maio de 1988), p. 18; "Brazil's Blacks Feel Prejudice 100 Years after Slavery's End", *New York Times* (14 de maio de 1988), pp. 1, 6; "Brazil's Blacks Look Anew at the Issue of Race", *Washington Post* (13 de maio de 1988), p. A25; "Brazil: No Equality for Blacks Yet", *Los Angeles Times* (9 de abril de 1988), p. 1; e a reportagem "Slavery in Brazil", *Morning Edition*, National Public Radio (29 de maio de 1988).

22. Este ceticismo é muito bem transmitido pelo título de uma revista produzida pelo Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo. Destinada à distribuição para professores e alunos nas escolas públicas de São Paulo, a revista intitulava-se *Salve o 13 de maio?*, transformando assim a alegria tradicional ("Long live May 13", ou "[God] save May 13") em uma pergunta.

Será ...
 Que já raiou a liberdade
 Ou se foi tudo ilusão
 Será ...
 Que a Lei Áurea tão sonhada
 Há tanto tempo assinada
 Não foi o fim da escravidão
 Hoje dentro da realidade
 Onde está a liberdade
 Onde está que ninguém viu

Sonhei ...
 Que Zumbi de Palmares voltou
 A tristeza do negro acabou
 Foi uma nova redenção

Senhor ...
 Eis a luta do bem contra o mal
 Que tanto sangue derramou
 Contra o preconceito racial²³

Para muitos militantes negros brasileiros, a abolição foi uma mentira e uma farsa, duas palavras usadas repetidas vezes durante as comemorações.²⁴ A Lei Áurea foi um decreto que pôs fim ao elo formal, mas deixou em seu lugar os açoitados da pobreza, da doença, do analfabetismo e do racismo, que os negros continuam a sofrer até hoje. Para protestar contra esta realidade, as organizações negras no Rio de Janeiro e em Salvador formaram uma frente unida para boicotar quaisquer festividades do dia 13 de maio e, em vez disso, organizaram passeatas antes desse dia em oposição ao evento. Em Salvador, a pressão política dos blocos de Carna-

23. *Sambas de enredo* (Rio de Janeiro, 1988). Evidentemente, os tempos mudaram desde 1962, quando a mesma escola desfilou o samba "Casa grande e senzala", inspirado pela obra clássica de Gilberto Freyre.

24. Ver, por exemplo, o cartaz distribuído em 13 de maio em São Paulo pelo Grupo de União e Consciência Negra, uma organização ligada à ala progressista da Igreja Católica. "Trazemos nas ruas, hoje, o nosso cartaz de denúncia: no olhar do NEGRO, a afirmação de CEM ANOS DE UMA MENTIRA". "13 de maio de 1988", Grupo de União e Consciência Negra-São Paulo.

val foram suficientemente fortes para convencer tanto a Prefeitura quanto o Governo do Estado para não realizarem nenhuma atividade no dia 13 de maio. A única comemoração da abolição na capital do Afro-Brasil, como Salvador tem sido chamada, foi uma passeata e uma demonstração pública realizadas no dia 12 de maio, cujo tema foi “cem anos sem abolição”, em que a Princesa Isabel foi queimada em efígie.²⁵

Uma passeata similar realizada no Rio em 11 de maio provocou uma reação muito mais hostil por parte das autoridades. Como parte de seus esforços para popularizar e dramatizar a história dos negros no Brasil, em julho de 1987, a Comissão dos Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Estado do Rio de Janeiro lançou um livreto atacando “falsos heróis que contribuíram para o massacre do negro no Brasil”. Além da Princesa Isabel e outros, o panfleto denunciou o Duque de Caxias, comandante das forças brasileiras durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), e um festejado herói da história militar brasileira. A comissão também anunciou sua intenção de fazer um requerimento para solicitar a mudança do nome de Duque de Caxias, um subúrbio pobre e fundamentalmente negro do Rio de Janeiro.²⁶

Quando a polícia militar do Rio percebeu que o trajeto da passeata iria passar pelo Pantheon, onde estão os restos mortais do Duque de Caxias, seu comandante informou a imprensa que “uma passeata é coisa normal, democrática, e o movimento negro é um movimento muito bonito, mas a passeata não vai passar por aqui”, na frente do Panteão. As autoridades civis municipais procuraram estabelecer algum tipo de acordo entre a polícia e os participantes da passeata, mas finalmente desistiram e permitiram que a polícia agisse a sua vontade. Setecentos e cinquenta policiais foram mandados para as ruas para evitar que cinco mil pessoas passassem na frente do Panteão. A polícia tomou os cartazes que ela interpretou como portadores de conteúdo político, proibiu que os líderes da passeata se dirigissem à multidão, e prenderam dois líderes sindicais que tentaram falar. O *Jornal do Brasil* descreveu a presença da

25. “A República Negra da Bahia”, *Afinal* (9 de fevereiro de 1988), pp. 53-61; “Inspiração na África”, *IstoÉ* (20 de abril de 1988), pp. 34-38; “Na Bahia há protestos em outdoors”, *Folha de São Paulo* (9 de maio de 1988), p. 13; “Negros queimam retrato da princesa”, *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1988), p. 13.

26. Ver Capítulo 7, nota 59.

polícia como “o maior aparato repressivo visto na Avenida Presidente Vargas desde o começo do governo civil [em 1985]”.²⁷

No próprio 13 de maio, o canal educativo do Rio de Janeiro cancelou, no último minuto, o debate “Abolição: Mito ou Realidade”, patrocinado pelo Ministério da Cultura. As circunstâncias do cancelamento permanecem obscuras: alguns relatos dizem que a decisão foi tomada pelo ministério; outros responsabilizam a estação de TV; e outros dizem que os participantes negros do programa retiraram-se após terem sido informados que o debate seria transmitido para um número menor de estações do que havia sido originalmente planejado. Seja qual for a razão, o cancelamento contribuiu para a sensação de discórdia e constrangimento que cercou o dia comemorativo no Rio.²⁸

A tensão também foi visível em Brasília, a capital nacional, onde uma sessão do Congresso que foi convocada para homenagear o 13 de maio foi interrompida por membros do Movimento Negro Unificado que gritavam, “Queremos trabalho, queremos emprego! O 13 de maio não é o dia de negro!”²⁹ O Presidente Sarney fez em sua rádio um pronunciamento cauteloso à nação, procurando satisfazer todos os lados, associando a interpretação tradicional dos acontecimentos de 1888 com uma perspectiva mais moderna e mais crítica. Isto provocou alguma confusão. Sarney iniciou o seu discurso com a explanação padrão de como o Brasil conseguiu a emancipação em sua maneira peculiarmente brasileira, de maneira pacífica e sem violência, mas depois prosseguiu homenageando “os escravos insubmissos à sujeição, que resistiram nos quilombos ... e viveram a santa revolta da liberdade”. Também invocou Zumbi, “o herói-símbolo [de] coragem, bravura, martírio, resistência”, lembrou aos ouvintes os esforços da sua administração em prol do Parque Nacional Zumbi, e anunciou a cria-

27. “Marcha dos negros mobiliza grande aparato militar”, *Jornal do Brasil* (12 de maio de 1988), p. 14-a; “Quatro mil negros saem em passeata contra o 13 de maio”, *O Globo* (12 de maio de 1988), p. 8; “No Rio, marcha de negro é barrada pela polícia”, *Folha de São Paulo* (12 de maio de 1988), p. 14.

28. “TV Educativa cancela debate sobre abolição”, *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1988), p. 36.

29. “Queremos trabalho, queremos emprego! O 13 de maio não é dia de negro!” “Congresso comemora a abolição”, *O Globo* (13 de maio de 1988), p. 6.

ção da nova Fundação Palmares, patrocinada pelo Estado, “para tornar possível a presença negra em todos os setores de liderança deste País”. Entretanto, depois de atingir o movimento negro ele procurou tranqüilizar os conservadores e os militares que o apoiavam elogiando a Princesa Isabel, o Duque de Caxias e “os militares que aceitaram a tese de que o Exército jamais poderia ser capitão-do-mato, a perseguir os fugitivos do cativoiro”. Tendo coberto todos os lados, Sarney concluiu com a declaração ambígua de que “a história não se reescreve. Escreve-se talvez uma outra história. A verdade porém fica, repousa no silêncio do tempo passado”.³⁰

Florestan Fernandes, em 1988 deputado federal (pela legenda do Partido dos Trabalhadores) e membro da Assembléia Constituinte nacional, aproveitou a ocasião do centenário para se opor ao presidente, rejeitando explicitamente o conceito de uma única verdade reconhecível “repousando no silêncio do tempo passado”. “Datas históricas não se definem por si mesmas e, tampouco, de uma vez para sempre. São os seres humanos que as criam, as definem e as redefinem ao longo do tempo, e trazem o passado para dentro do presente e de combates que se renovam sem cessar.” Prosseguiu dizendo que, por isso, o propósito do centenário não deveria ser apenas lembrar a experiência da escravidão e da abolição, mas refletir sobre o significado desses eventos para a sociedade brasileira atual e sobre seus esforços contínuos para conseguir justiça e igualdade.³¹

Nem todos que comeravam o 13 de maio compartilhavam deste interesse pela situação contemporânea. Várias agências governamentais, tanto em São Paulo quanto no nível nacional, decidiram concentrar suas atividades exclusivamente na escravidão. Em São Paulo, por exemplo, o Arquivo do Estado comemorou a data com a exposição pública “Fontes para a História da Escravidão em São Paulo”, e a Universidade de São Paulo sediou o Congresso Internacional da Escravidão, que abrigou centenas de intelectuais do Brasil, Estados Unidos, Europa e outros países latino-americanos. Estas comemorações serviram ao importante propósi-

30. “Abolição é exemplo de conagraçamento e união”, *O Globo* (14 de maio de 1988), p. 2.

31. Florestan Fernandes, “O 13 de maio”, *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1988), p. 3.

to de recordar aos brasileiros os trezentos anos de escravidão em seu país, e as maneiras profundas pelas quais essa experiência moldou a sociedade e a civilização brasileira. Mas este enfoque da escravidão em geral tendia a desviar a atenção do cenário contemporâneo.³²

Pode-se observar este efeito diversivo no contraste entre a cobertura do centenário realizada pelos dois principais jornais de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, venerável jornal da elite (fundado em 1875 por uma sociedade composta de vinte dos principais proprietários de terra de São Paulo), comemorou o dia com o suplemento especial *Abolição: Cem Anos de Liberdade*. Os artigos que compunham o suplemento foram escritos por historiadores conhecidos e respeitados, e se concentravam inteiramente na escravidão e na luta pela abolição. Tanto sua temática quanto o fato de terem sido publicados à parte do corpo principal do jornal apresentavam o 13 de maio como uma data com pouca importância ou aplicação para a época atual. O principal rival do *Estado*, a *Folha de São Paulo*, também lançou um suplemento especial para o 13 de maio, intitulado *Cem Anos da Abolição*. Assim como o suplemento do *Estado*, este se concentrava no passado, embora ampliasse sua cobertura além da escravidão, para considerar o tratamento dos afro-brasileiros na literatura e na antropologia brasileiras do século XIX, na obra do escritor negro da virada do século - Lima Barreto - e no período imediatamente subsequente à abolição. Mas além deste suplemento, a *Folha* também publicou vários artigos no corpo principal do jornal durante um período de vários dias até o 13 de maio. Estes artigos discutiam a situação do movimento negro no Brasil, a desigualdade racial nos empregos e nos salários, as imagens raciais na propaganda brasi-

32. O Congresso Internacional sobre a Escravidão incluiu sessões sobre as condições pós-abolição e as atuais relações raciais no Brasil, mas, como seu título sugere, sua ênfase concentrou-se principalmente na experiência da escravidão. Sobre o planejamento inicial para o evento, ver "A escravidão nas Américas", no *Caderno de Programas e Leituras, Jornal da Tarde* (5 de janeiro de 1985), p. 5. Para um exame dos estudos acadêmicos que foram publicados concomitantemente com o centenário e que deixa bastante claro o enfoque desses estudos na escravidão, ver Robert M. Levine, "Turning on the Lights: Brazilian Slavery Reconsidered One Hundred Years after Abolition", *Latin American Research Review* 24, 2 (1989), pp. 201-217.

leira, entrevistas com famílias negras da classe média de São Paulo, descrições da situação das relações raciais nos Estados Unidos e na África do Sul, e outros tópicos contemporâneos relacionados à raça.³³ Assim, ao contrário de *O Estado*, a *Folha* apresentou o 13 de maio como uma data que deve estimular não somente a reflexão histórica, mas também o exame cuidadoso da atual situação do Brasil.

Outros celebrantes evitaram a discussão dos problemas raciais atuais, assumindo uma abordagem mais “cultural” (ou, na terminologia do movimento negro, “folclórica”) que se concentrava nas contribuições africanas à música, dança e cozinha brasileiras. Inspirada por Gilberto Freyre e pelas obras do romancista baiano Jorge Amado, essa abordagem enfatizava a especial “alegria” que os africanos trouxeram para o Brasil, e que agora é considerada tão característica da civilização brasileira.³⁴

O conceito de “alegria” pressupõe que, apesar das condições miseráveis em que vive a maioria do seu povo, os brasileiros têm uma capacidade inata para passar por cima da sua pobreza e se sentir felizes. Na verdade, segundo este conceito, a alegria e o bom humor, em geral expressos pelo canto e pela dança, são mais evi-

33. Um dos artigos mais curiosos foi uma entrevista realizada com a Dra. Eliane Azevedo, reitora da Universidade Federal da Bahia, que respondeu a uma série de perguntas relacionadas a quais estereótipos sobre os negros eram verdadeiros e quais não eram. Por exemplo, segundo a Dra. Azevedo, os negros não têm pênis maiores que os brancos, mas tendem a ter pernas mais longas, o que os torna mais adequados para os esportes. “Médica diz o que é verdade nos mitos sobre os negros”, *Folha de São Paulo* (9 de maio de 1988), p. 12.

34. O tema da alegria encontrou seu espaço no pronunciamento que o Presidente Sarney fez pelo rádio. “Relembro uma manhã de sol quando visitei Cabo Verde. A multidão na praça, o colorido das vestes. E aí descobri, no meio daqueles cânticos, que a alegria do Brasil vinha da África.” Sarney havia feito um comentário similar dois dias antes, após ser apresentado com a primeira cópia do *Guia para as Fontes sobre a História da África*, preparado pelo Arquivo Nacional em homenagem ao 13 de maio. “Não se pode compreender a alegria do povo brasileiro sem que se possa saber que ela vem dos ventos da África.” “Maestro acusa a Bossa Nova de racista”, *Folha de São Paulo* (12 de maio de 1988), p. 14. O tema da alegria emergiu de forma particularmente ineludível em uma propaganda divulgada pela General Motors do Brasil para comemorar o centenário e as contribuições dos negros para a vida brasileira: “Esse sorriso, esse jeito de andar, essa música, esse tempero, esse sotaque, essa dança, essa alegria ...”

dentes e disseminados entre os brasileiros mais pobres. Podemos observar as similaridades entre este conceito e suas variantes anteriores, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, que afirmavam a felicidade e o contentamento dos escravos na época da escravidão. Assim como os defensores da instituição argumentavam que os negros realmente não sofriam com a escravidão da mesma maneira que os brancos sofreriam, os proponentes da alegria sustentam que os pobres realmente não sofrem com a pobreza da mesma maneira que sofreriam os brancos ricos ou de classe média.

Assim como o conceito mais amplo de democracia racial, a alegria busca tornar difusa a tensão social em um país de enorme desigualdade.³⁵ Por isso, seus defensores opõem-se terminantemente a quaisquer esforços para questionar ou criticar o conceito.³⁶ O Ministro do Interior, João Alves, ex-governador do Estado nordestino de Sergipe e o único ministro negro, denunciou indignado os esforços do movimento negro para distanciar as comemorações do 13 de maio do “folclore” e orientá-las para um exame da hierarquia racial atual no Brasil. “A comemoração deveria estar destacando e valorizando a importância do negro na música, na dança e na culinária do Brasil. Ao contrário, entretanto, [os militantes negros] lançam esta campanha infeliz [em outro momento da entrevista, Alves descreve-a como “maluca” e “nefasta”], criando um problema que não existe em termos de sociedade brasileira, podendo gerar um efeito prejudicial.”³⁷

35. Sobre o papel da democracia racial como um atenuante da tensão racial e social, ver Bolívar Lamounier, “Raça e classe na política brasileira”, *Cadernos Brasileiros* 47 (1968), pp. 39-50.

36. Para um exemplo desses esforços, ver a coleção de ensaios *Reflexões*, de autoria de um coletivo de escritores negros chamado Quilombo hoje. Os membros desse coletivo denunciam a tendência brasileira “para ‘vender’ o negro ... como um ser eternamente alegre, sorridentes, encarado como bobo da corte: ‘samba aí, negrão, sei que você é bom nisso.’” Um dos desafios que os escritores negros enfrentam - segundo eles próprios - é encontrar uma maneira de destruir este estereótipo e mostrar sua raiva, “explodindo a saliva na cara de quem nos quer eternamente mergulhados numa felicidade alienante e abobalhada.” P. 65; ver também 13-14. Com respeito à imagem dos afro-brasileiros como sambistas felizes, ver os comentários cáusticos do famoso compositor e cantor negro Gilberto Gil sobre a pressão constante que ele experimentou durante sua carreira para ser “o bom crioulo puxador de samba”. Anélio Barreto, “Este mundo é dos brancos?” *Afinal* (23 de julho de 1985), p. 13.

37. “... e o Sr. Ministro”, *O Globo* (13 de maio de 1988), p. 4.

Mas até mesmo a pressão oficial deste tipo mostrou-se incapaz de retirar da agenda do 13 de maio a questão da desigualdade atual. Se alguma coisa chamou a atenção no centenário foi a maneira pela qual ele estimulou uma revisão franca, aberta e às vezes dolorosa de uma das auto-imagens mais profundamente ocultas do Brasil: aquela da democracia racial.

a morte da democracia racial

Como vimos no Capítulo 5, mesmo antes de sua formulação por Gilberto Freyre na década de 1930, a democracia racial tinha sido submetida a uma crítica destruidora por parte das organizações e da imprensa negra em São Paulo. Essas críticas continuaram após a Segunda Guerra Mundial, agora validadas pelas conclusões dos projetos de pesquisa patrocinados pela UNESCO. E nas décadas de 1970 e 1980 essas críticas intensificaram-se mais ainda, articuladas tanto pelos militantes afro-brasileiros quanto pelos cientistas sociais brancos que usaram dados estatísticos proporcionados pelo próprio governo.

A abertura e o esforço para construir uma democracia reforçaram mais ainda essas críticas. O Capítulo 7 argumentou que na década de 1980 um número crescente de ativistas e intelectuais brasileiros passou a entender que a desigualdade racial constituía um dos principais obstáculos ao estabelecimento de normas e instituições democráticas na sociedade brasileira. Como a imprensa e as organizações cívicas negras têm argumentado desde a década de 1920, enquanto a maioria - ou a quase maioria - da população do Brasil, que é constituída de descendentes de africanos puros ou misturados, não tiver direito à plena participação na vida brasileira em termos de completa igualdade com os brancos, não se pode dizer que exista democracia no sentido mais amplo.

Os proponentes da democracia política também passaram a considerar o conceito de democracia racial como um sustentáculo do aparato ideológico com o qual as elites conservadoras da nação buscaram conservar e justificar seu controle sobre a sociedade. A democracia racial garantia aos negros que o Brasil era uma terra de igualdade racial, quando na verdade não era. Da mesma forma, tanto a Primeira quanto a Segunda repúblicas declararam - contra fortes evidências em contrário - ser democracias

participatórias.³⁸ Se uma parte importante da construção da democracia na Terceira República foi denunciar essa retórica ofuscante e enganadora, atacar o mito já velho e visivelmente falso da democracia racial parecia um bom lugar de onde começar.

A democracia racial também constituía um alvo interessante devido à maneira pela qual os governos militares haviam buscado se esconder à sombra do mito. Apesar da firmeza com que tomaram o poder em 1964 e o mantiveram durante as duas décadas seguintes, os militares nunca estiveram inteiramente à vontade em seu papel de abolir a democracia. Com frequência lembravam àqueles que os ouviam que haviam destruído a democracia brasileira precisamente para salvá-la, e que o seu objetivo a longo prazo era limpar e reestruturar suas instituições de tal maneira que uma política democrática pudesse finalmente funcionar livre dos excessos e da corrupção que haviam assolado a política brasileira no passado.³⁹ Neste meio tempo, durante o período em que o Brasil evidentemente não era uma democracia política, foi conveniente para a ditadura poder declarar que continuava a ser democrática pelo menos em um sentido: naquele da raça. As autoridades da ditadura enfatizaram este ponto repetidas vezes e classificavam qualquer crítica ao mito como um ato de subversão.⁴⁰

Assim, em 1985, quando os militares deixaram o poder, o conceito de democracia racial havia sido desacreditado, tanto por suas associações políticas com o autoritarismo de direita quanto por seu relacionamento questionável com a realidade. Não apenas foi fácil criar um caso empírico convincente contra o conceito, mas para muitos brasileiros este foi também um ato de libertação política e uma rejeição explícita da ditadura. Todos estes fatores combinaram-se para tornar o centenário a ocasião perfeita para dar ao mito seu golpe de misericórdia. Não desejando se vol-

38. Evidentemente, a Segunda República chegou muito mais perto que a Primeira de satisfazer as exigências mínimas de um sistema político democrático. Entretanto, mesmo sob a Segunda República, os analfabetos, que continuavam a ser a maioria da população durante a década de 1950, não tinham o direito de votar e, dessa forma, eram excluídos da participação política.

39. Este ponto é enfatizado em "Brazil's *Abertura*: A Transition from What to What?", de Silvio Duncan Baretta e John Markoff, em James M. Malloy e Mitchell A. Seligson, eds., *Authoritarians and Democrats: Regime Transition in Latin America* (Pittsburgh, 1987), particularmente pp. 53-57.

40. Ver Capítulo 1, nota 11.

tar contra seus aliados militares e conservadores, o Presidente Sarney permaneceu silencioso sobre esta questão, mas seu ministro da cultura, Celso Furtado, não hesitou em se manifestar.⁴¹ “É falsa a idéia de que há democracia racial no país, enquanto a maioria esmagadora da população negra vive na marginalidade.” Em um eco às políticas de “ação afirmativa” dos Estados Unidos, Furtado propôs começar a superar esta situação garantindo um número mínimo de vagas nas escolas e universidades brasileiras para estudantes afro-brasileiros, uma proposta surpreendente e sem precedentes no contexto brasileiro (como, é claro, ela foi anteriormente nos Estados Unidos).⁴²

A imprensa foi ainda mais enfática em seu enterro da democracia racial. As duas principais revistas semanais do país associaram-se criticando os velhos rituais. “Parece definitivamente enterrado, entre outros, o mito da democracia racial”, comentou a *Isto É*, enquanto a *Veja* implicitamente rejeitou o conceito de democracia racial, abrindo sua reportagem de capa sobre o 13 de maio com o comentário de que “passados 100 anos da Abolição há no Brasil duas cidadanias distintas - a branca e a negra”. Prosseguiu discutindo extensamente algumas das desigualdades raciais documentadas pelo censo de 1980.⁴³

Em São Paulo, a *Folha* abriu com um editorial sobre “a percepção, cada vez mais difundida, de que a ‘democracia racial’, como propalada pelas versões oficiais e oficialescas, não coincide com a realidade do país ...” No Rio, o *Jornal do Brasil* entrevistou uma série de intelectuais e figuras públicas que foram virtualmente unânimes em seu repúdio ao conceito. O historiador Francisco Iglésias rejeitou-o sumariamente como “tolice”, e seu colega Décio Freitas inverteu o conceito, insistindo em que “a discriminação racial é a base da cultura brasileira.” Octávio Ianni resumiu a opinião prevalecente observando que “mais do que ninguém, o

41. Furtado, um economista, foi Ministro do Planejamento do governo populista do Presidente João Goulart (1961-1964) e passou grande parte do período da ditadura exilado na França.

42. “Vêm aí cem anos de ebulição”, *A Gazeta* (13 de maio de 1988), p. 13; “Prêmio Nobel cobra mais ação contra apartheid”, *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1988), p. 11. Furtado renunciou ao seu cargo de Ministro da Cultura um mês depois do centenário; não possui evidências de que esta proposta tenha sido posta em prática.

43. “Cem anos, sem quase nada”, *Isto É* (20 de abril de 1988), pp. 30-33; “Na segunda classe”, *Veja* (11 de maio de 1988), pp. 22-30.

negro sabe que a democracia racial é uma mentira em um país em que não há democracia política e muito menos democracia racial." A democracia racial recebeu um cravo em seu caixão de um local inesperado: *The Brazilians*, um jornal geralmente apolítico publicado em Nova York por emigrantes brasileiros, apresentou um editorial intitulado "Outro Mito Cai por Terra", que examinava os resultados de censo de 1980, condenava violentamente a discriminação racial no Brasil e saudava a "nova e há muito atrasada abertura para tratar das questões raciais".⁴⁴

Entretanto, embora o mito esteja em grande parte desacreditado, seria prematuro imaginá-lo completamente apagado. É um conceito que está profunda e amplamente difundido na sociedade brasileira e que não será derrubado da noite para o dia. Como se poderia esperar, o centenário foi também uma oportunidade para aqueles que nele acreditam reafirmarem seu compromisso, como fez o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em seu editorial "A Verdadeira Discriminação". Recapitulando fielmente a discussão da democracia racial, *O Globo* declarou que se existia discriminação no Brasil, era discriminação contra os pobres, não contra os negros. E incitava os negros a não se permitirem ser "manipulados" (não ficou claro por quem) para "uma relação adversária, potencialmente violenta, entre negros e brancos. Seria uma repetição dos acontecimentos sangrentos dos Estados Unidos na década de 1960." E o mesmo suplemento do *Jornal do Brasil* que incluiu as entrevistas condenando a democracia racial continha outro artigo, "A Mulata e Dom Miguel", que saudava a miscigenação entre a mulata, "que pode ser tudo, menos frágil", e seu robusto senhor português, "o melhor colonizador que já existiu". A enorme atração sexual existente entre esses dois grupos "precede e neutraliza os preconceitos e repulsas que costumam impedir a transfusão

44. "Cem anos depois", *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1988), p. 2; "Cem anos de solidão", *Caderno B, Jornal do Brasil* (8 de maio de 1988), p. 8; "Another Myth Bites the Dust", *The Brazilians* (maio-junho de 1988), p. 2. Para outras denúncias da desigualdade racial no Brasil, ver os suplementos "Abolição: 100 anos", *Diário Popular* (12 de maio de 1988); "Vêm aí cem anos de ebulição", *A Gazeta* (13 de maio de 1988), pp. 13-18; "Brasil: Os negros, hoje", *Manchete* (21 de maio de 1988), pp. 4-9; e a publicação preparada pelo serviço de estatística do Estado de São Paulo, SEADE, "Os negros e a discriminação racial no mercado de trabalho" (12 de maio de 1988).

de dois povos”, lançando assim as bases para, no melhor estilo freyreano, a criação da democracia racial no Brasil.⁴⁵

Os velhos hábitos são difíceis de acabar, e o mito da democracia racial provavelmente ainda estará conosco durante algum tempo, ainda que com sua influência atenuada. Mas quando os velhos hábitos acabarem, o que deixarão para trás? O mito atuou durante a maior parte do século XX para amortecer e conter a tensão e o antagonismo racial no Brasil. Acabado este potente controle social, e com os ativistas incitando o sentimento de injustiça e mágoa dos negros, será que esses antagonismos podem estourar e explodir em violência?

Este é o grande medo no Brasil. Durante a época da escravidão, os brasileiros achavam que estavam vivendo à beira do abismo: nas palavras do escritor do século XIX, Perdigão Malheiro, na borda de “um vulcão ... de uma bomba prestes a explodir com a primeira fagulha.” No século XX, esse medo transcendeu a instituição da escravidão e agora abrange os pobres como um todo. Mas como esses pobres são desproporcionalmente negros, e como os negros têm uma história de exploração e opressão particularmente intensas, este medo de que as massas se levantem para se vingar continua a se expressar em termos raciais.

Este “levante” poderia assumir várias formas. Uma é a ação espontânea e individualizada criminosa, que já em 1988 era epidêmica nas cidades brasileiras. Em 1986, um artigo de revista comemorando o 13 de maio descreveu um estado crescente de “guerra civil” no Brasil, com fortes tônicas raciais, com “jovens negros desempregados atacando os brancos da classe média nas cidades. Para muitos brancos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, jovens negros são sinônimos de assaltantes em potencial”. Em consequência disso, “a divisão racial está crescendo cada vez mais”.⁴⁶

Menos imediatamente ameaçador que a criminalidade dos negros, mas de certa forma tão preocupante quanto ela, é a pos-

45. “A verdadeira discriminação”, *O Globo* (13 de maio de 1988), p. 4; “A mulata e Dom Miguel”, *Caderno B, Jornal do Brasil* (8 de maio de 1988), p. 2.

46. “Qual é a côr do racismo”, *Senhor* (20 de maio de 1986), pp. 11-12. Este medo dos brancos do crime dos negros está primorosamente satirizado no conto de Luís Fernando Veríssimo “O Assalto”, em que um casal branco de classe média confunde um rapaz de entregas negro com um ladrão e insiste em dar ao adolescente confuso todo o dinheiro e as jóias que havia no apartamento para salvar suas vidas. Depois que ele saiu, ainda insistindo que tudo o que ele queria era retirar algumas garrafas de soda, “a empregada espalhou

sibilidade dos negros poderem se organizar para buscar seus interesses coletivos e, talvez, resgatar contas presentes e passadas com a sociedade que tanto os oprimiu. Como vimos no Capítulo 7, o medo dos brancos com relação a essa possibilidade é mais evidente durante os períodos de mobilização política e social dos negros; como a década de 1980 foi um desses períodos, o desconforto dos brancos diante do movimento negro ressurgente foi palpável. Este desconforto encontrou expressão em um relatório preparado em 1982 por um assessor do governador de São Paulo, Paulo Maluf. Seu tema era a ameaça política colocada pelas populações negra e parda, que estavam crescendo em uma proporção mais veloz que a população branca. "... No ano 2000 a população [nacional] parda e negra será da ordem de 60%, por conseguinte muito superior à branca. E eleitoralmente poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chaves. A não ser que façamos como em Washington, capital dos Estados Unidos, que, devido ao fato da população negra ser da ordem de 63%, não há eleições ..." Para evitar que os negros assumissem a política brasileira (o resultado lógico da democracia racial genuína), o relatório propunha uma campanha de âmbito estadual de controle de natalidade para os não brancos, o que produziria "um Brasil melhor".⁴⁷

Esses medos emergiram também na ocasião do centenário. Já mencionamos os pressentimentos de *O Globo* de uma "relação adversária, potencialmente violenta" entre negros e brancos no Brasil. Preocupações similares parecem ter motivado a supressão da passeata de 12 de maio no Rio de Janeiro, uma ação que a polícia justificou acusando o movimento negro de "divulgando para o povo deturpações com propósitos impatrióticos de criar antago-

a notícia do assalto por todo o prédio. Madame teve uma crise nervosa que durou dias. O marido comentou que não dava mais para continuar a viver nesta cidade. Mas achava que tinha se saído bem. Não entrara em pânico. Ganhara um pouco da simpatia do bandido. Protegera o seu lar da violência." Luís Fernando Veríssimo, "O assalto", *O analista de Bagé* (Porto Alegre, 1984), pp. 75-78.

47. "Sob acusação de racismo, GAP afasta integrante", *Folha de São Paulo* (11 de agosto de 1982). Quando o conteúdo do relatório foi tornado público, o Governador Maluf demitiu seu autor, o economista Benedito Pio da Silva. O relatório estava equivocado, aliás, ao afirmar que os moradores de Washington, DC não votam. Eles elegem os representantes municipais e os delegados sem direito a voto no Congresso, e também votam nas eleições presidenciais.

nismos e até ódios entre irmãos de qualquer raças e côr ...” Também foram expressas pelo destacado jurista e político Afonso Arinos de Melo Franco, autor da lei anti-racismo de 1951. Quando perguntaram sua opinião sobre o artigo recém-aprovado da nova Constituição brasileira, que ampliava sua lei anterior e aumentava muito suas penalidades por atos discriminatórios, ele respondeu: “Não acho bom, ela é inconveniente e inoportuna. Pode surgir uma situação de antagonismo entre negros e brancos.”⁴⁸

Enquanto o mito da democracia racial enfraquece e morre, muitos brasileiros temem que o seu fim possa abrir as portas para a luta e o ódio racial que outros países têm experimentado e dos quais o Brasil tem sido felizmente poupado. Outros brasileiros, no entanto, têm uma visão mais esperançosa e otimista. Somente com a morte do mito, dizem eles, pode ter início a construção da realidade. Limpar a vida brasileira de suas mentiras e decepções com respeito à raça é um primeiro passo necessário rumo à construção de uma sociedade baseada na genuína igualdade racial, cujo sonho tem sido desde a década de 1920 o tema do protesto dos afro-brasileiros.

Evidentemente, a questão é se os brasileiros brancos compartilham as esperanças e as aspirações de seus concidadãos negros. O historiador negro Joel Rufino dos Santos acredita que muitos deles o fazem. Se o mito da democracia racial teve algum impacto positivo - declara ele - foi o de ter instilado na mente brasileira o conceito da igualdade racial como um bem positivo, algo a ser valorizado e desejado. “Está na cabeça dos brasileiros a certeza de haver uma democracia racial no seu país, o que é falso. Mas se despreende também que, por baixo dessa crença há um desejo ardente de [verdadeira] democracia racial.”⁴⁹ Eu tive a oca-

48. “Quatro mil negros saem em passeata contra o 13 de maio”, *O Globo* (12 de maio de 1988), p. 8; “Os ardis da Lei Afonso Arinos”, *Caderno B, Jornal do Brasil* (8 de maio de 1988), p. 5. Ver também o *Diário Popular de São Paulo*, que expressou seu apoio ao movimento negro, mas apenas enquanto o movimento se conduzir “de maneira relativamente suave, bem de acordo com o nosso modo de ser [brasileira]”. O negro precisam “orientar sua luta corretamente no sentido de que, com suas características raciais e culturais, possa se integrar em nosso tecido social tranqüilamente, como tantas outras raças e culturas que aqui aportaram e convivem conosco.” “A luta pela liberdade”, *Abolição: 100 anos, Diário Popular* (12 de maio de 1988), p. 2.

49. “Democracia racial, o mito e o desejo”, *Folhetim, Folha de São Paulo* (8 de junho de 1980), p. 7.

sião de presenciar numerosas expressões desse desejo, das quais a mais pública foi, talvez, uma histórica novela de televisão, apresentada no Brasil em 1984 e 1985. A primeira telenovela a tratar com seriedade do problema da raça no Brasil moderno, "Corpo a Corpo" contava a história de um caso de amor entre uma profissional negra em franca ascensão, Sonia (interpretada por Zezé Motta), conhecida pelo público norte-americano através do papel que protagonizou no filme brasileiro Xica da Silva, e Claudio, filho de uma família de classe alta encabeçada pelo patriarca racista, Alfredo. Alfredo deixa claro que jamais permitirá que seu filho se case com Sonia, e, em uma cena crucial, diz-lhe que o sangue dele e o dela jamais irão se misturar. Logo depois, Alfredo sofre um acidente grave e precisa de uma transfusão de sangue. Ele tem um tipo de sangue raro, que o hospital não tem para fornecer, mas ocorre ser o sangue de Sonia do mesmo tipo; ela salva a vida dele, doando-lhe o seu sangue - e desmentindo assim sua previsão. Quando Alfredo se recupera, muda completamente sua maneira de ver as coisas, admite o erro do seu comportamento racista e recebe Sonia na família como sua amada nora.

Como qualquer novela, a história era sentimental e totalmente improvável. Era também genuinamente comovente e tocou profundamente o público brasileiro, provocando um debate nacional sobre o significado desta fábula no Brasil moderno. Muitos telespectadores negros aplaudiram o aparecimento, pela primeira vez na televisão brasileira, de uma família negra "normal", de classe média. Outros, no entanto, disseram que a família de Sonia talvez fosse normal demais, e, como os brancos determinam as normas no Brasil, não agia como uma família negra, mas como uma família branca representada por atores negros. (E, na verdade, em um episódio Claudio diz rindo a Sonia que a sua família lhe recorda a família do programa de TV norte-americano "Papai Sabe Tudo".) Alguns foram além e disseram que a própria Sonia era um personagem muito "branco". "Acho que o autor esbranquiçou demais essa negra ... Ela é boazinha demais, chora demais, é ideológica demais. Para dar a um personagem negro a mesma importância de um branco, [o autor] não precisava fazê-la tão chata." De uma outra perspectiva, Ruth de Souza, a atriz que representou o papel de mãe de Sonia (e uma veterana do Teatro Experimental Negro da década de 1950 - ver Capítulo 7), disse que ela própria estava insatisfeita com a novela, devido às expressões diretas e in-

tenzas de racismo por parte de Alfredo. "... Esse xingamento todo tem magoado a comunidade negra. A filha de 16 anos de uma amiga minha chorou no outro dia, surpresa com o vigor usado pelo Alfredo. Naquele momento, ela ficou sabendo a força do racismo. Para quê? Ninguém lhe indicou uma saída."⁵⁰

Alguns brancos também faziam suas objeções à novela, que se expressavam em uma torrente de cartas e telefonemas para os artistas e os produtores, protestando contra o romance inter-racial de Sonia e Claudio. Aquelas cartas proporcionam mais uma evidência - se é que ela é necessária - de que um número significativo de brasileiros brancos permanece comprometido com a continuação da desigualdade racial. Considerando as maneiras concretas pelas quais eles se beneficiam dessa desigualdade, recebendo uma preferência clara na educação, no casamento, no emprego e no status social, isso não surpreende. Se os euro-brasileiros querem e vão aceitar a democracia racial vai depender de sua disposição de se anteciparem a essas preferências e compartilharem essas oportunidades entre todos os membros, negros e brancos, da sociedade em geral. É improvável que a maioria deles faça este sacrifício voluntariamente - a menos que possam ser convencidos de que receberão em troca algo igual ou superior em valor ao que estão renunciando. Este é apenas um, mas talvez o mais fundamental, dos desafios que o movimento anti-rascista brasileiro enfrenta: convencer, persuadir ou pressionar os brasileiros brancos a reconhecer que eles e o seu país vão se beneficiar com o fim do preconceito e da discriminação raciais.

são paulo: 13 de maio

De onde vêm essas idéias, essa pressão e essa persuasão? Pelo menos inicialmente, dos milhares de brasileiros negros e brancos que desfilaram pelas ruas de São Paulo no dia 13 de maio para comemorar o centenário. O tempo estava bonito e o ânimo festivo quando os participantes chegaram ao Largo do Paissandu, local da igreja negra do Rosário e ponto de partida da Caminhada de Reflexão e Luta. A multidão estava animada e diversificada,

50. "Romance entre Marcos Paulo e Zezé Motta divide opinião pública", *Contigo* (11 de fevereiro de 1985), pp. 3-5; "Discussão sobre racismo em horário nobre", *Jornal do Brasil* (26 de maio de 1985).

incluindo delegações de organizações que se estendiam desde sindicatos de trabalhadores até academias de capoeira e escolas de samba. Militantes jovens do Movimento Negro Unificado comemoravam “dez anos de luta”, enquanto veteranos grisalhos da Frente Negra Brasileira, agora com seus setenta e oitenta anos de idade, carregavam sua bandeira erguida e marchavam resolutamente pela avenida. Como fazem todo 13 de maio, as mães-de-santo do candomblé, vestidas em seus trajes tradicionais de baianas, borrifavam a estátua da Mãe Preta com água perfumada e distribuíam a pipoca do ritual à multidão. Este ano, no entanto, elas o fizeram sob uma faixa que anunciava que “o opressor nunca concede voluntariamente a liberdade; o oprimido deve conquistá-la - Martin Luther King, Jr. - E.U.A.”⁵¹

O desfile foi patrocinado pelo governo do Estado, que em maio de 1988 estava nas mãos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Desde que a “reforma partidária”, em 1979 dividiu a oposição em cinco partidos rivais, o PMDB de São Paulo fez um esforço conjunto para conseguir o apoio da população afro-brasileira do Estado; o desfile de 13 de maio, coordenado pela recém-criada Secretaria Especial das Relações Sociais, foi um exemplo particularmente visível desse esforço. Conseguindo o voto dos negros, no entanto, o PMDB estava competindo diretamente com o Partido dos Trabalhadores, que fez uma coalizão informal com os militantes do Movimento Negro Unificado. Os organizadores do Partido dos Trabalhadores e do PMDB enfrentaram-se no desfile de 13 de maio quando um caminhão de som do Partido dos Trabalhadores tentou assumir a posição de liderança, na frente do desfile. Os dirigentes do PMDB conseguiram tirar o caminhão e relegá-lo ao final do desfile, de onde transmitia cantos e música que contrastavam enormemente com as exortações dos organizadores do PMDB para os participantes se lembrarem que o 13 de maio não era um dia de diversão, mas sim “um dia de reflexão”.⁵²

51. Esta é uma paráfrase dos comentários de King após sua visita a Gana em 1957. David J. Garrow, *Bearing the Cross: Martin Luther King, Jr., and the Southern Christian Leadership Conference* (New York, 1986), p. 91.

52. Para relatos do cotidiano, ver “Negros divididos denunciam racismo”, *O Estado de São Paulo* (14 de maio de 1988), p. 36; “Caminhada de luta leva seis mil a Sé”, *Diário Popular* (14 de maio de 1988), p. 12; “Divergências marcam atos do 13 de maio”, *Folha de São Paulo* (14 de maio de 1988), p. 13

Quer se escolhesse a diversão ou a reflexão, não havia como disfarçar a animação dos participantes. Ali eles estavam entre seus iguais, sem enfrentar nenhuma oposição zombeteira, denunciando o racismo com plena convicção e a plenos pulmões. Era um dia brilhante de outono, e mesmo os velhos fretenegros (membros da Frente Negra) caminhavam com determinação. Quando os participantes chegaram ao seu destino, atravessando a Rua Direita para chegar à Praça da Sé, em frente à Catedral de São Paulo, seu ânimo continuava elevado. Foi neste momento, entretanto, que as divergências políticas entre os participantes tornaram-se mais visíveis - ou eu deveria dizer mais audíveis. Os organizadores do desfile montaram um palco de som em frente à catedral, de onde uma sucessão de oradores deveria se dirigir à multidão (com uma grande faixa em toda a sua extensão, assinada pelo Grupo de Políticos Negros do PMDB, incitando a multidão a "vote no negro nas próximas eleições"). Quando entrou na praça, o caminhão do Partido dos Trabalhadores deteve-se ao lado do palco, ligou seu equipamento de som a todo o volume e se envolveu em uma furiosa batalha com os oradores do PMDB para ver quem abafava o som do outro. Minha cabeça doía, e como eu não conseguia mais entender nenhuma palavra naquela confusão de sons, saí da praça e me dirigi ao ponto de ônibus. Enquanto andava, refleti sobre o obscuro simbolismo dos dois partidos tentando ofuscar as mensagens um do outro com ondas de som. Pensei também sobre as enraivecidas crianças de rua pelas quais passamos enquanto caminhávamos, algumas delas entrando e saindo da multidão, excitadas pela animação e pela música, outras se aproximando de nós com cansada resignação, tentando nos vender chicletes, frutas, lâminas de barbear. Será que os acontecimentos do dia haviam significado algo para essas crianças, a maioria delas negras? Será que o desfile iria de alguma forma tornar sua vida melhor?

Como cem anos antes, no dia 13 de maio comemoramos a emancipação e ficamos imaginando o que o 14 de maio irá nos trazer.

olhando para trás, olhando para frente

Este livro conclui voltando às perguntas com as quais iniciou. Como a desigualdade racial em São Paulo tem se manifestado desde a abolição da escravidão? Quanto dessa desigualdade pode ser atribuída a causas estruturais, impessoais, e quanto a uma proposital discriminação racial? E como os padrões de hierarquia racial foram afetados pelas mudanças políticas que ocorreram no Brasil durante os últimos cem anos - e por sua vez contribuíram para elas?

desigualdade racial

A desigualdade racial, como a desigualdade social em geral, é um dos fatos básicos da vida brasileira.¹ O que tentei enfatizar neste livro é como o caráter dessa desigualdade mudou com o tempo.

Nos anos e décadas imediatamente seguintes à emancipação, os trabalhadores pardos e pretos de São Paulo tiveram negada sua entrada negada, tanto no emprego industrial urbano quanto nos empregos mais cobiçados no setor agrícola. Estas barreiras de cor começaram a cair nas décadas de 1920 e 1930, e na década de 1940 a maioria delas já não existia mais. Em 1980, como indica a Tabela 6.2, os trabalhadores negros estavam super-representados nos empregos industrial, agrícola e da construção, e ganhavam salários relativamente iguais, embora ainda um pouco mais baixos que aqueles recebidos por seus contrapartes brancos.

Na segunda metade do século, no entanto, o trabalho fabril e os contratos dos colonos não eram mais as melhores oportunidades disponíveis aos assalariados brasileiros. O mercado de tra-

1. Charles H. Wood e José Alberto Magno de Carvalho, *The Demography of Inequality in Brazil* (Cambridge and New York, 1988).

balho de São Paulo expandira-se, não somente em termos de tamanho absoluto, mas também em termos de variedade das oportunidades disponíveis para aqueles que procuravam emprego. Os empregos no comércio, nas profissões liberais e na administração, que em 1920 correspondiam a apenas 10 por cento da força de trabalho, em 1980 compunham quase um terço (32,4 por cento) da força de trabalho. Enquanto as barreiras raciais se enfraqueceram e se desgastaram nos empregos braçais, afirmavam-se muito consistentemente no nível da classe média, produzindo uma grave sub-representação dos empregados negros nesses setores da economia, e altos níveis de desigualdade salarial.

A explicação brasileira convencional para estas disparidades no emprego baseia-se na escravidão e em seu legado duplo de incapacidade dos negros e preconceito dos brancos. Este livro declarou que a exclusão dos trabalhadores afro-brasileiros do mercado de trabalho de São Paulo durante o final do século XIX e início do século XX não pode ser atribuída à incompetência dos negros, a qual não é corroborada pelas evidências disponíveis, e aparentemente não constituiu obstáculo para a contratação de trabalhadores negros no Rio de Janeiro e no Nordeste. Em vez disso, enfatizei a importância da intervenção do Estado no mercado de trabalho, que permitiu que os patrões rejeitassem as novas condições de trabalho propostas pelos trabalhadores negros e fizessem negociações mais favoráveis com os europeus. Quando os imigrantes e seus filhos tornaram-se mais agressivos e eficientes na busca de seus interesses individuais e coletivos, o governo do Estado reorientou suas políticas e, em 1927, abandonou o programa de imigração subsidiada. Isto imediatamente fez com que os trabalhadores negros retornassem à força de trabalho braçal em São Paulo, da qual desde então participaram em níveis elevados.

O nível baixo de instrução e habilidades é frequentemente citado como a razão para a sub-representação dos trabalhadores negros em cargos de colarinho branco. O nível de instrução dos negros ainda é inferior ao dos brancos.² Mas como têm indicado as pesquisas recentes, as disparidades na renda e na obtenção de emprego entre negros e brancos realmente aumenta, tanto em ter-

2. Fundação Carlos Chagas, *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo* (São Paulo, 1986); *Raça negra e educação, Cadernos de Pesquisa 63* (Fundação Carlos Chagas) (São Paulo, 1987).

mos relativos quanto em termos absolutos, quando eles ascendem a escala educacional: quanto mais instrução conseguem os negros que procuram emprego, mais atrás eles ficam de seus contrapartes brancos na competição por bons empregos e salários, e maior parece se tornar a barreira da discriminação.³ É difícil detectar as fontes precisas dessa discriminação. Os administradores de pessoal dizem que estão agindo sob ordens de executivos que estão acima deles; os executivos dizem que estão respondendo às preferências do público e às exigências de seus empregados brancos, que não querem trabalhar ao lado de negros. Os membros desse público e dessa força de trabalho branca, por sua vez, insistem em que eles próprios são contra a discriminação, mas prontamente admitem que a maior parte dos outros brancos que eles conhecem não são tão esclarecidos.

Seja quem fôr que o esteja inculcando e propagando, o segundo legado da escravidão - preconceito dos brancos baseado em estereótipos raciais negativos - parece emergir como um dos principais motivos por trás da discriminação. Mas é incrível observar como o poder destes estereótipos parece fluir e refluir com o correr do tempo, e de um setor para outro da economia. Durante as primeiras décadas do século, as imagens de preguiça e incompetência serviram para justificar a indisposição dos fazendeiros e dos industriais para contratar libertos e outros afro-brasileiros; mas, na década de 1920, o poder de exclusão dessas imagens abruptamente evaporou. E embora elas sejam freqüentemente citadas hoje como as razões pelas quais os negros não são contratados para posições de colarinho branco, os estereótipos negativos aparentemente não colocam obstáculo à contratação de negros para realizar serviços de considerável confiança e responsabilidade.

Evidentemente, algumas condições históricas são favoráveis à propagação e ao emprego de estereótipos racistas, e outras não. Tendo atrás de si o poder e os recursos do fazendeiro como "dono" do Estado, os patrões de São Paulo estavam livres para invocar essas imagens e para atuar sobre elas; com o fim do programa de imigração e o fim dessa situação em 1930, os estereótipos perderam seu poder de exclusão nos setores industriais e agrícolas da economia. Entretanto, permanecem vivos e ativos na cons-

3. Ver os estudos citados no Capítulo 6, nota 20.

ciência brasileira, e nas últimas décadas foram explorados por membros da classe média branca para defender sua superioridade social - duramente conseguida e às vezes tênue - em relação ao povo. Neste período mais recente, ao contrário do que aconteceu na época da Primeira República, as imagens raciais negativas não têm o apoio oficial do Estado.⁴ Em consequência disso, como muitos observadores comentaram, seu papel em negar aos negros a igualdade de oportunidade é mais elusiva e sutil do que em sistemas de desigualdade racial abrangente e imposta pelo Estado. Entretanto, essas próprias qualidades dão ao racismo brasileiro uma flexibilidade e uma capacidade de adaptação que, a longo prazo, promovem uma proteção e um apoio mais eficazes para a hierarquia racial do que os sistemas mais cruéis e mais explícitos da discriminação imposta pelo Estado.

A exclusão racial no nível da classe trabalhadora foi derrubada por dois desenvolvimentos: a reversão da política trabalhista do Estado e um processo de desenvolvimento econômico que gerou uma nova camada de empregos mais atrativos e lucrativos que aqueles na indústria e na agricultura. Esses efeitos positivos não se estenderam ao setor de colarinho branco do mercado de trabalho, onde as barreiras raciais permanecem firmemente estabelecidas. O crescimento econômico também não oferece a esperança de romper essas barreiras no futuro. O mundo industrial, a administração e as profissões liberais continuam sendo as áreas mais bem remuneradas e de maior prestígio do mercado de trabalho; pelo menos para o futuro imediato, não haverá novas camadas de oportunidades de emprego ainda mais atrativas para extrair os trabalhadores brancos em ascensão do setor de colarinho branco e abri-lo para os afro-brasileiros. Ao contrário: à luz da

4. Se é que as agências estatais brasileiras estão formalmente comprometidas com algo, é com o combate rigoroso aos estereótipos raciais negativos. Ocasionalmente, no entanto, elas erram. Durante o início da década de 1980, como parte de uma campanha de propaganda para convencer os paulistas a pagar seus impostos, a prefeitura de São Paulo tentou canalizar o medo dos brancos com relação ao crime dos negros, fazendo circular uma fotografia de um adolescente negro apontando um revólver para a câmara, com a legenda: "Esta é a maneira mais desagradável de você pagar seus impostos." E tanto os feministas quanto os ativistas negros fazem objeção à exploração da imagem da mulata sensual, de sangue quente, pelas agências de turismo do Estado em suas campanhas de propaganda para promover o turismo internacional e interno.

olhando para trás, e para frente

grande crise econômica que afligiu o Brasil durante a década de 1980, e a resultante lentidão na expansão das oportunidades de emprego no nível de colarinho branco, as pressões competitivas nessa parte do mercado de trabalho podem realmente ter aumentado nos últimos dez anos, e a barreira de cor no emprego de colarinho branco pode ter se fortalecido.⁵

Por isso é difícil concordar com previsões de que o crescimento e desenvolvimento econômicos vão finalmente resolver as iniquidades raciais do país. A política e a ação democráticas do Estado parecem ser as forças com maior probabilidade de superar a hierarquia racial. Como já vimos, a própria hierarquia social compõe um dos maiores obstáculos ao estabelecimento de normas e instituições democráticas no Brasil. Apesar disso, nos últimos cem anos foi realizado um progresso significativo em ambas as áreas.

raça e política

Este livro começou com a luta dos negros para escapar do cativeiro imposto pelo Estado. Após um período de mais ou menos quarenta anos, em que a política imperial e a resistência dos escravos pouco a pouco corroeram a escravidão como instituição, fugas maciças dos escravos das fazendas em 1887 e 1888 finalmente obrigaram seus senhores a promulgarem a Lei Áurea e aceitar a plena emancipação. No entanto, o próprio êxito da ação política das massas populares no sentido de destruir a escravidão contribuiu diretamente para a alienação do apoio dos fazendeiros à monarquia e sua substituição, dezoito meses mais tarde, por uma República oligárquia.

O período subsequente de domínio republicano teve conseqüências catastróficas para a população negra, que, particularmente no Estado de São Paulo, sofreu uma exclusão tripla das camadas dominantes da vida nacional. As práticas formais e informais da República negaram a participação política a praticamente toda a população. O esforço para refazer o Brasil à imagem da Europa, e a doutrina do branqueamento, excluía intencionalmente

5. O censo brasileiro de 1990 deve produzir dados interessantes sobre este número.

os afro-brasileiros desta nova sociedade republicana que estava se estabelecendo. E as políticas trabalhistas do governo do Estado de São Paulo barraram a participação dos afro-brasileiros na economia que rapidamente se desenvolvia.

Por isso, quando a República caiu em 1930, os afro-brasileiros aplaudiram vigorosamente o seu fim e resolveram tirar proveito das oportunidades criadas pelo novo regime. Essas oportunidades não se estendiam a sua inclusão pelos principais partidos políticos, e por isso os afro-brasileiros responderam criando seu próprio partido racialmente definido, a Frente Negra Brasileira. A Frente finalmente caiu vítima dos mesmos conflitos e polarização entre a Esquerda e a Direita que estavam fragmentando o sistema político brasileiro no sentido mais geral, e quando Getúlio Vargas impôs o Estado Novo em 1937, a Frente Negra experimentou a mesma dissolução que os outros partidos políticos da época.

Embora tenha fechado o sistema eleitoral, ao mesmo tempo o populismo de direita de Vargas abriu outros caminhos de participação para os afro-brasileiros, mais especialmente na força de trabalho industrial em expansão, e no movimento trabalhista através do qual o Estado Novo procurou organizar e controlar esta nova classe trabalhadora. A deposição de Vargas em 1945 e a subsequente restauração do sistema eleitoral na Segunda República criaram as condições para a expansão dos partidos políticos populistas apoiados na massa trabalhadora, que, ao contrário dos partidos da Primeira República e da década de 1930, agora incluíam os negros em seus chamados aos brasileiros pobres e membros da classe trabalhadora. Os negros responderam dirigindo o seu apoio para esses partidos, retirando assim a base eleitoral para o ressurgimento de um movimento político racialmente definido comparável à Frente Negra.

O golpe militar de 1964 pôs um fim nesta experiência de democracia populista. Como a ditadura inicial de 1937-1945, o regime militar de 1964-1985 restringiu muito a participação política, embora promovendo um programa de desenvolvimento econômico que deu aos afro-brasileiros a possibilidade de um maior progresso econômico, agora em direção à classe média. Ao buscar essas oportunidades, no entanto, os afro-brasileiros em mobilidade ascendente se viram batendo nas barreiras silenciosas da solidariedade racial dos brancos; e, na década de 1970, em resposta a

essas barreiras, surgiu um novo movimento negro. Inspirado pelas lutas dos negros pela liberdade e igualdade na África e nos Estados Unidos e estimulado pelo processo de abertura vigente naquela época, o Movimento Negro Unificado e outras organizações adotaram uma orientação explicitamente política e buscaram mobilizar a população negra para combater - através de meios eleitorais e outros - a discriminação e a desigualdade raciais na sociedade brasileira. O movimento não conseguiu gerar apoio importante entre os pobres e os negros da classe trabalhadora, mas obteve sucesso ao conseguir que os partidos, a Igreja Católica, os sindicatos e outras organizações comesçassem, pela primeira vez, a prestar atenção nas questões de injustiça racial na sociedade brasileira; e em meados da década de 1980, os governos estaduais e federal estavam lidando com essas questões de maneiras sem precedentes na história brasileira.

o futuro

Parecemos então ter pelo menos alguma razão em aceitar as avaliações otimistas de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes das perspectivas a longo prazo das relações raciais brasileiras. Mas no momento em que escrevo estas palavras no verão (norte-americano) de 1990, o otimismo está decididamente fora de moda no Brasil.⁶ Lutando contra a tirania da dívida externa e um índice de inflação de bem mais de 1.000 por cento em 1989, o país enfrenta aquela que pode ter sido a crise econômica mais séria de sua história. Essa crise manifesta-se também nos indicadores sociais. Na cidade de São Paulo, a área urbana mais próspera do Brasil, a quarta parte da população vive ou em cortiços (18 por cento) ou em favelas (8 por cento).⁷ No Brasil como um todo, cerca de sete milhões de pessoas (cerca de um entre cada 20 brasileiros) são crianças que “perderam todos ou a maior parte dos vínculos com suas famílias e vivem ou trabalham nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades grandes”. Das 700.000

6. Ver os artigos citados no Capítulo 1, nota 16.

7. Raquel Rolnik, Lúcio Kowarick e Nádia Somekh, org., *São Paulo: Crise e mudança* (São Paulo, 1990), 90, 92; “Tem muita favela? Vai ter mais,” *Folha de S. Paulo* (12 de maio de 1988), p. 15.

crianças abandonadas cuidadas por orfanatos subvencionados pelo Estado, 90 por cento são negras. Uma proporção similar é obtida entre a população juvenil criminoso. O presidente da Fundação para o Bem-Estar dos Menores, de âmbito federal, observa que atualmente no Brasil “uma criança pequena, negra e pobre é, por definição, considerada perigosa”.⁸

A maior parte dessas crianças vai viver vidas atrofiadas por uma aguda pobreza; muitas delas vão recorrer ao crime; e algumas vão voltar ao pesadelo com que este livro começou: a escravidão e o trabalho forçado. Entre 1970 e 1986, mais de 19.000 casos de escravidão foram levados ao conhecimento das autoridades brasileiras, a maior parte deles envolvendo trabalhadores rurais sendo mantidos em condições semelhantes a prisões em fazendas isoladas. Outras dezenas - talvez centenas - de milhares desses trabalhadores definhavam despercebidos da polícia - ou por ela ignorados. Somente no Estado de São Paulo, em 1987, a Secretaria de Estado do Trabalho estimou que trinta e cinco mil trabalhadores estavam sendo mantidos por seus patrões contra a sua vontade e trabalhando sob condições que lembravam a escravidão do século XIX. Muitas punições usadas contra estes trabalhadores, na verdade, são as mesmas que eram usadas centenas de anos atrás nas fazendas brasileiras.⁹

Entretanto, mesmo nesse relato terrível observam-se pelo menos duas mudanças importantes desde a época da escravidão africana. A primeira - e mais óbvia - é que a escravidão atualmente é ilegal, e por isso os trabalhadores que podem conseguir que seus casos sejam examinados pelas autoridades têm uma boa chance de conseguir sua liberdade. A segunda é que a escravidão brasileira atual é um padrão de iguais oportunidades, aberta a brancos, amarelos, índios e também aos negros. Será que esta pode ser considerada uma melhora em relação à escravidão africana racialmente definida? Definitivamente. Enquanto a condição

8. “Brazil’ s Strret Children: New Attempt at Rescue,” *New York Times* (11 de maio de 1987, p. 7; Gilberto Dimentein, *Brazil: War on Children* (London, 1991), p. 2; “Racial Inequalities Are Now Being Challenged in Brazil,” *Boston Globe* 3 de setembro de 1987).

9. “Governo constata trabalho escravo no interior do país”, *Folha de São Paulo* (4 de outubro de 1985), p. 11; “A escravidão hoje no Brasil”, *Folha de São Paulo* (13 de maio de 1986), p. 3; “A escravidão no país do latifúndio”, *Retrato do Brasil* (22 de janeiro de 1987), pp. 11-14.

de escravo era restrita aos africanos e aos afro-brasileiros, os brancos podiam desviar seus olhos e ignorar os horrores do regime escravo. Quando esses horrores ameaçam diretamente os membros da sua própria raça e, por extensão, a eles próprios, há maior probabilidade dos brancos os reconhecerem e insistirem para que sejam eliminados.

Mas mesmo que o trabalho forçado no Brasil não seja mais racialmente definido, que dizer das outras barreiras de exclusão racial que ainda permanecem atuantes? Qual a probabilidade dos brasileiros brancos - particularmente os brasileiros brancos de classe média - concordarem em abdicar de seus privilégios raciais e aceitarem políticas que visam a criação de uma genuína igualdade racial entre negros e brancos? Qual será a sua reação diante de oportunidades iguais e de programas de "ação afirmativa", baseados na experiência dos Estados Unidos na década de 1970, que agora estão sendo propostos por políticos e ativistas afro-brasileiros?¹⁰

Uma rápida comparação das circunstâncias que envolvem o cumprimento dos direitos civis e da legislação de oportunidades iguais nos Estados Unidos, na década de 1960, e aquelas observadas no Brasil de hoje, sugere a improbabilidade de se realizar no Brasil uma ação estatal contra o racismo, ao estilo dos Estados Unidos. Este país, na década de 1960, havia experimentado duas décadas de forte crescimento econômico, com a promessa de mais crescimento no futuro. O ânimo de prosperidade e expansão resultante possibilitou que os norte-americanos brancos concordassem em ampliar as oportunidades para as minorias raciais da nação, que naquela época constituíam menos de um oitavo da população nacional.¹¹

Os não brancos do Brasil, em contraste, compõem quase metade da população nacional. E o Brasil da década de 1990, ao contrário dos Estados Unidos da década de 1960, experimentou uma década de profunda crise econômica. O escopo e a magnitude da pobreza brasileira tornam impossível fingir que o fim da

10. "Projeto de Abdias defende acesso do negro ao trabalho", *Folha de São Paulo* (10 de junho de 1983); "Mobilização, a arma contra o preconceito", *Abolição: 100 anos, Diário Popular* (12 de maio de 1988), p. 7.

11. Os negros e "outras raças" constituíam 12,3 por cento da população nacional em 1970: 25,1 milhões de pessoas de uma população de 203,2 milhões. United States Bureau of the Census, *Statistical Abstract of the United States*, 1975 (Washington, D.C., 1975), tabela 39, p. 34.

discriminação racial significaria o fim do sofrimento e da privação naquele país - o objetivo explícito da Grande Sociedade dos Estados Unidos. Nem significaria o fim do crime violento, que para muitos brasileiros brancos é a conseqüência negativa mais tangível das desigualdades sociais e raciais do Brasil. Por isso, para a maior parte dos brasileiros brancos, as propostas de oportunidades abertas para educação, empregos e habitação para a quase-maioria da população de descendência africana mista ou pura prometem apenas privar os brancos de classe média de sua posição privilegiada, e não lhes trazem nenhum benefício compensatório.¹²

Levando um pouco adiante a comparação, e passando-a para um nível diferente, na década de 1960 o movimento dos direitos civis dos Estados Unidos conseguiu convencer a sociedade norte-americana de que a continuação da discriminação e da desigualdade racial era errada, não apenas nos terrenos pragmático e prático (pois gerava, por exemplo, a pobreza e o crime), mas também no terreno moral. A legislação dos direitos civis da década de 1960 foi em grande parte possibilitada pela capacidade dos líderes negros - mais especialmente Martin Luther King, Jr. - de capturar a imaginação moral do país e fazer os norte-americanos enxergarem que a discriminação racial violava os ensinamentos básicos, tanto do Cristianismo quanto do liberalismo clássico, os dois pilares sobre os quais a experiência norte-americana foi erigida.

Como a experiência nacional brasileira baseia-se nesses mesmos dois pilares, um apelo similar deve ser possível também

12. Percepções similares entre o eleitorado branco dos Estados Unidos parecem ter desempenhado um papel importante na eleição das administrações republicanas na década de 1980, comprometidas com a redução da ação afirmativa e dos programas de oportunidades iguais da década anterior. Sobre a eliminação desses programas, ver a série dos artigos de primeira página do *Wall Street Journal* (22, 24 e 28 de outubro de 1985). Esta mudança de orientação na política federal não escapou à notícia da imprensa brasileira; sobre as políticas radicais dos anos de Reagan, ver "A volta (discreta) do racismo", *Jornal do Brasil* (23 de setembro de 1987). O ex-deputado federal negro por São Paulo, Adalberto Camargo (1967-1983), expressa o sentimento de nulidade que caracteriza grande parte da vida brasileira, e que motiva a resistência ao progresso dos negros. "Os espaços estão todos ocupados dentro da organização da sociedade brasileira. No dia em que nós [negros] ocuparmos algum, vamos desalojar alguém." Haroldo Costa, *Fala, crioulo* (Rio de Janeiro, 1982), p. 65.

olhando para trás, e para frente

neste país. Mas aqui nos defrontamos com os efeitos debilitadores do uso que as elites brasileiras fazem dos princípios e slogans da democracia liberal para disfarçar e legitimar regimes políticos excludonários e autoritários. Como a maior parte dos brasileiros vai prontamente reconhecer, uma das conseqüências desta dissonância cognitiva política tem sido um cinismo profundo, particularmente no que se refere a ideais e princípios políticos pomposos.¹³ Os apelos públicos baseados em conceitos como justiça, igualdade e os direitos de cidadania tendem a ser rejeitados como terrivelmente ingênuos ou como o tipo mais cínico de demagogia - e com razão, pois a história da política brasileira nos últimos cem anos proporciona evidências abundantes do vazio desses conceitos e da tolice de acreditar neles. Isto significa que as campanhas populares, apoiadas na massa, que visam a realização desses ideais têm que enfrentar o obstáculo adicional de primeiro convencer seus ouvintes de que os ideais merecem ser levados a sério e que, se colocados em prática, poderiam realmente criar um Brasil melhor. O fato dos organizadores desses movimentos começarem com estes princípios atuando contra eles em vez de a seu favor é mais uma indicação da eficiência das estratégias da elite para preservar a continuação da desigualdade em seu país.

Poderíamos continuar indefinidamente explorando os obstáculos adicionais à construção da democracia racial no Brasil: a fé continuada de milhões de afro-brasileiros no "branqueamento" como um veículo de mobilidade social, e sua resultante relutância em confrontar ou questionar o racismo; a multiplicidade de problemas extremamente evidentes que o Brasil enfrenta, muitos deles demandando respostas mais imediatas que o problema vago e submerso da desigualdade racial, e contra os quais os ativistas dos direitos civis precisam lutar para conseguir a atenção pública; a relutância dos brasileiros, tanto negros quanto brancos, de acirrar possíveis antagonismos raciais pressionando por direitos iguais

13. "Digamos que esse cinismo nasce na direita. Mas a verdade é que depois se generaliza [através da sociedade] e termina afetando a todos." Francisco Weffort, *Por que democracia?* (São Paulo, 1984), p. 53. O historiador José Murilo de Carvalho discute a "mentalidade de irreverência, de deboche, de malícia ... os que se guiavam pelas aparências do formal estavam fora da realidade, eram ingênuos. Só podiam ser objeto de ironia e gozação." *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo, 1987), pp. 159-160.

para os negros; e, não menos importante, a extrema pobreza e o analfabetismo da massa da população negra do país, que lhes dificulta alcançar e se envolver na campanha contra a desigualdade racial. Todas estas circunstâncias nos fazem chegar à conclusão de que a resposta para este dilema brasileiro, se e quando ela vier, será bastante diferente da resposta que os Estados Unidos desenvolveram nas décadas de 1960 e 1970.

Considerando o fracasso dos programas de iguais oportunidades e de "ação afirmativa" dos Estados Unidos para erradicar as desigualdades raciais neste país, nosso primeiro impulso é dar as boas vindas a essas diferenças. Mas o fato é que a "ação afirmativa" tem causado impactos mais positivos justamente na área do mercado de trabalho onde as pressões raciais atuais no Brasil são as mais cruéis e excludentes: os empregos de colarinho branco de classe média. Teme-se também uma resposta ao dilema racial do Brasil que estaria perfeitamente de acordo com a prática política há muito vigente nesse país; a aceitação e até mesmo invocação do ideal de uma nova democracia racial genuína e ao mesmo tempo a permissão silenciosa de que padrões profundamente arraigados de desigualdade racial continuem incólumes. Fazendo eco à crença do presidente dos Estados Unidos Dwight Eisenhower de que os corações dos homens jamais serão modificados pela legislação, um colunista de um dos principais jornais de São Paulo declara que "no Brasil há leis para tudo, mas há as que 'pegam' e as que não pegam ... No Brasil há um racismo descarado, aberto, indiferente às leis e às autoridades ... Somos um país de racistas convictos e nenhuma Lei Afonso Arinos jamais foi respeitada."¹⁴ Em vista disso, mesmo aqueles que se opõem fortemente à injustiça racial desanimam de erradicá-la através de leis e da ação estatal.

Como já disse, no Brasil de hoje o suprimento de otimismo é pequeno. Se ele pode ser encontrado em algum lugar, talvez esteja - paradoxalmente - na leitura dos registros do passado, e no testemunho da luta constantemente renovada dos brasileiros, tanto negros quanto brancos, para superar e derrubar as barreiras políticas, sociais e econômicas que preservam os privilégios para poucos e negam as oportunidades para a maioria. Estas lutas, individuais e coletivas, produziram nos últimos cem anos mudanças

14. J.G., "Racismo", Folha de São Paulo (5 de junho de 1880), p. 2.

estimulantes na sociedade brasileira. Nossa história começou em uma sociedade agrária baseada na escravidão nas fazendas e governada por uma monarquia, uma sociedade em que, mesmo depois que a escravidão foi abolida, os negros eram efetivamente impedidos de participar da vida econômica e política do seu país. Conclui cem anos depois em uma democracia industrial, urbana, em que os negros e os brancos votam em eleições abertas naqueles candidatos e partidos que consideram ter mais probabilidade de satisfazer suas necessidades individuais e coletivas.

Sempre que aconteceu na história brasileira, a democratização do sistema político produziu conseqüências imprevistas e o avanço das lutas populares de maneiras surpreendentes e inesperadas.¹⁵ Se for permitido à democracia funcionar no Brasil, ela produzirá mais resultados desse tipo nos anos e décadas futuros; e talvez um dos desenvolvimentos inesperados será uma decisão coletiva por parte da sociedade brasileira para combater a discriminação e a desigualdade raciais. Há boas razões para se prever que nenhuma dessas ações acontecerá logo. Mas tendo durante tanto tempo valorizado o mito da democracia racial, e agora tendo tido de renunciar a ela, será que os brasileiros estão dispostos a deixar a injustiça racial flagrante como seu legado? Após décadas derivando um enorme orgulho e prestígio de sua imagem internacional como a sociedade multi-racial mais harmoniosa do mundo, será que os brasileiros aceitarão um novo lugar no cenário mundial como a “África do Sul sem apartheid”? Eu duvido. Talvez sua resposta seja tentar construir um novo mito de democracia racial para substituir o antigo. Mas prefiro pensar que algum dia, no futuro, da mesma maneira que o mundo olhou para o Brasil nas décadas de 1940 e 1950, buscando instruções sobre

15. O exemplo mais recente dessas conseqüências pode ser visto nos acontecimentos que se seguiram à extensão do voto aos analfabetos em 1985, que instituiu o sufrágio adulto universal pela primeira vez na história brasileira. Os resultados deste desenvolvimento foram as vitórias inesperadas dos candidatos do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1988, e a atuação surpreendentemente expressiva de Luiz Inácio “Lula” da Silva, deste partido, nas eleições presidenciais de 1989. Um ex-metalúrgico com instrução de nível médio e socialista leal, “Lula” é a antítese da elite política tradicional do Brasil e dos candidatos presidenciais apoiados por essa elite. Apesar disso, contra todas as expectativas, conseguiu 47 por cento dos votos nacionais e quase se tornou o primeiro trabalhador presidente do Brasil.

como construir uma democracia racial, estará novamente olhando para o Brasil buscando uma lição objetiva sobre o modo como uma nação substitui o mito pela realidade.

apêndice a

apêndice
**bibliografia
selecionada**

Ano	Brasil	América Latina	Europa	África	Ásia	Oceania
1971	29.328	31.487	30.649			158.138
%	36,4	39,2	38,4			
1972	37.024	34.892	35.192			168.491
%	33,9	37,3	36,8			
1973	148.988	61.946	72.139			740
%	52,3	21,8	25,4			0,3
1974	33.431	330.925	168.938			837.394
%	31,8	32,3	20,1			18,7
1975	373.422	331.588	179.326			1.394.753
%	23,1	24,0	13,0			
1976						1.330.279
1977						4.932.188
1978	6.097.262	337.814	328.411	214.249	2.351	7.180.316
%	84,9	4,7	4,6	3,0	0,1	
1979	7.821.111	232.698	727.789	276.851	14.303	9.134.423
%	85,6	2,6	8,0	3,0	0,2	
1980	10.605.624	1.076.115	785.625	337.238	61.235	10.859.968
%	87,7	9,9	7,2	2,9	0,5	
1970						27.724.348
1980	18.712.885	4.613.728	4.132.235	874.901	18.441	28.728.894
%	67	16,4	14,6	3,1	0,07	

apêndice a

população do estado de são paulo, 1800-1980

	Brancos	Mulatos	Negros	Amarelos ^a	Não total especi- ficados	Escravos
<i>1797</i>						
Nº	89.323	30.487	38.640		158.450	
%	56,4	19,2	24,4			
<i>1811</i>						
Nº	87.624	44.692	33.152		165.468	38.542
%	53,0	27,0	20,0			23,3
<i>1836</i>						
Nº	148.984	61.906	72.120		740	283.750 78.858
%	52,5	21,8	25,4		0,3	27,8
<i>1872</i>						
Nº	33.432	235.923	169.999			837.354 156.612
%	51,8	28,2	20,1			18,7
<i>1890</i>						
Nº	873.423	331.804	179.526			1.384.753
%	63,1	24,0	13,0			
<i>1900</i>						2.282.279
<i>1920</i>						4.592.188
<i>1940</i>						
Nº	6.097.862	337.814	524.411	214.848	5.351	7.180.316
%	84,9	4,7	7,3	3,0	0,1	
<i>1950</i>						
Nº	7.823.111	292.669	727.789	276.851	14.003	9.134.423
%	85,6	3,2	8,0	3,0	0,2	
<i>1960</i>						
Nº	10.605.624	1.076.113	763.625	357.239	21.205	12.823.806
%	82,7	8,4	6,0	2,8	0,2	
<i>1970</i>						17.771.948
<i>1980</i>						
Nº	18.712.885	4.613.762	1.152.215	474.901	88.311	25.042.074
%	74,7	18,4	4,6	1,9	0,4	

terminologia racial brasileira

É bem sabido que os brasileiros e os norte-americanos estruturaram suas sociedades multi-raciais de maneiras diferentes. Quando os cidadãos dos Estados Unidos pensam em seus concidadãos de descendência européia e africana, colocam essas pessoas em uma das duas seguintes categorias dicotômicas - “brancos” e “negros”. A categoria dos negros é composta de pessoas com qualquer grau visível de ancestralidade africana, independente dessas pessoas também mostrarem evidência de ancestralidade européia. A categoria dos brancos, ao contrário, é composta de pessoas que não mostram evidência visível de ancestralidade africana ou outra ancestralidade não-européia.¹

O sistema brasileiro de categorização racial trata a mistura de raças de um modo bastante diferente. Embora essa mistura fosse teoricamente proibida durante o período colonial, as leis que determinavam essa proibição em sua maioria não foram cumpridas nem cobradas, e ocorreu uma ampla miscigenação na colônia. A sociedade colonial distinguia entre os produtos dessa miscigenação (pardos ou mulatos) e as pessoas de ancestralidade africana (pretos ou negros), atribuindo uma condição legal e social mais elevada aos primeiros. No final do período colonial, as pessoas de ancestralidade racial mista superavam o número de bran-

1. Este sistema dicotômico da classificação racial tem vigido nos Estados Unidos desde o início do século XX. Sobre o papel da população mulata (que foi tabulada como uma categoria racial separada no censo norte-americano desde 1850 até 1920), ver Joel Williamson, *New People: Miscigenation and Mulattoes in the United States* (New York, 1980).

cos e eram “provavelmente o elemento racial que mais rapidamente crescia no Brasil”.²

A existência desta categoria racial intermediária foi durante muito tempo reconhecida como uma das diferenças fundamentais entre os Estados Unidos e o sistema brasileiro de relações raciais; na verdade, compunha o ponto central do famoso tratamento comparativo das relações raciais nos dois países, *Nem preto nem branco*, de autoria de Carl Degler.³ E quando a mistura de raças continuou no século XX, gerou uma proliferação de rótulos raciais que vai bem além do sistema inicial de três categorias. Quando solicitados a descrever sua cor, os brasileiros retratados no censo de 1980 responderam com 136 rótulos de cor e raça; quando lhes foi feita a mesma pergunta na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976, os entrevistados proporcionaram aos entrevistados quase 200 desses termos.⁴

Vários cientistas sociais, tanto brasileiros quanto estrangeiros, citaram esta proliferação de identidades raciais como um dos principais fatores na prevenção da discriminação racial institucionalizada no Brasil. Depois de seus informantes terem usado quarenta rótulos raciais diferentes para identificar uma série de fotografias de indivíduos de cores variadas, o antropólogo Marvin Harris concluiu que se os brasileiros “tivessem decidido se tornar segregacionistas ao estilo do Mississippi ou de Capetown, teriam de construir quarenta diferentes tipos de escolas, em vez de apenas dois”. Harris e outros prosseguem declarando que estas complexidades também evitam a discriminação informal na vida cotidiana.

2. Dauril Alden, “Late Colonial Brazil”, em Leslie Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America* (Cambridge and New York, 1984), 2, p. 608; no mesmo volume, ver também Maria Luíza Marcílio, “The Population of Colonial Brazil”, pp. 37-63.

3. Carl Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (New York, 1971). Nesse livro, Degler descreveu a “válvula de escape do mulato”, declarando que os indivíduos racialmente misturados desfrutaram de oportunidades para mobilidade ascendente que são em geral negadas às pessoas de ancestralidade africana pura, e afirmou que “o mulato é a chave” para se compreender as diferenças nas histórias raciais dos dois países.

4. Clóvis Moura, “A herança do cativo”, *Retrato do Brasil* 1, 10 (1984), p. 112; Gláucio Ary Dillon Soares e Nelson do Valle Silva, “Urbanization, Race and Class in Brazilian Politics”, *Latin American Research Review* 22, 2 (1987), p. 167.

na. “Não há grupos sociais brasileiros subjetivamente significativos, baseados apenas em critérios raciais. Os termos “preto” e “branco” só poderiam indicar segmentos nítidos da população para um antropólogo físico. Na dinâmica real da vida cotidiana, os relacionamentos superiores-subordinados são determinados pelo interjogo entre vários status alcançados e atribuídos, dos quais a raça é um elemento importante, mas não decisivo.”⁵

Vamos retornar brevemente à questão se, no Brasil, os negros (definidos aqui, e no restante deste livro, como pessoas de ancestralidade africana pura ou mista) e os brancos constituem grupos sociais “subjetivamente significativos”. No momento, vamos considerar se os negros e os brancos constituem objetivamente grupos sociais significativos. Os censos brasileiros de 1940, 1950 e 1980, e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio das décadas de 70 e 80, documentaram disparidades claras entre os brasileiros brancos e não brancos nas áreas de saúde, renda e educação. Também demonstraram que, embora os pardos ocupem uma posição entre os pretos e os brancos na hierarquia racial, sua posição é muito mais próxima daquela do grupo racial preto do que dos brancos.⁶ Estas evidências levaram vários cien-

5. Marvin Harris, *Patterns of Race in the Americas* (New York, 1964), pp. 58-59.

6. Ver, por exemplo, os dados sobre salário na Tabela 6.2. Ou observe os índices de alfabetização das populações negras e brancas do Brasil, como está indicado nos censos de 1940, 1950 e 1980. (O censo de 1980 não proporciona informações sobre a alfabetização por raça, de forma que usei a percentagem da população com um ou mais anos de escolaridade como um indicador substituto. Para a população como um todo, este número [66.526.266] corresponde bem de perto ao número de alfabetizados [69.703.993].)

	1940	1950	1980
Branços	39,5	44,2	(78,1)
Pardos	21,5	22,2	(59,6)
Pretos	15,8	20,2	(58,2)

IBGE, *Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil* (Rio de Janeiro, 1950), tabela 17, pp. 28-29; IBGE, *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil* (Rio de Janeiro, 1956), tabela 17, pp. 20-21; IBGE, *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil* (Rio de Janeiro, 1983), tabela 1.5, pp. 12-13; e tabela 3.1, pp. 114-115.

tistas sociais a concluírem que no Brasil “a ‘linha de cor’ parece estar localizada entre os brancos e os não brancos, e não entre os mulatos e os negros, como às vezes se acreditava”. Assim, “considerar que os negros e os mulatos compõem um grupo racial ‘não branco’ não violenta a realidade.”⁷

Baseado nesses argumentos, e também em sua própria análise dos dados de 1976 e 1980, a agência do governo responsável pela coleta dos dados dos censos e de outros dados demográficos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - e, mais especificamente, dentro do IBGE, o Departamento de Estudos e Indicadores Sociais), decidiu em 1980 começar a analisar e publicar os dados raciais de forma dicotômica, dividindo a população em brancos e negros. Esta decisão silenciosa e aparentemente rotineira tomada por um grupo de pesquisadores e tecnocratas do governo realmente incorporava implicações bem mais abrangentes. Embora não abandonando o tradicional conceito de três categorias de raça (ou quatro, caso se incluía a categoria dos amarelos, usados para pessoas de ancestralidade asiática), o IBGE passou a usar uma conceituação alternativa das relações raciais bra-

7. Nelson do Valle Silva, “Black-White Income Differentials in Brazil, 1960” (Dissertação de Ph.D. Universidade de Michigan, 1978), pp. 143-144; Nelson do Valle Silva, “Updating the Cost of Not Being White in Brazil”, em Pierre-Michel Fontaine, ed., *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles, 1985), p. 43. Ver também a pesquisa de Peggy Lovell sobre a desigualdade salarial documentada no censo de 1980, que conclui que embora “houvesse diferenças cruciais entre negros e mulatos” no mercado de trabalho, “as evidências mostram claramente que ... a principal linha divisória está entre os brancos e os não brancos (confirmando assim os achados de Silva).” Peggy A. Lovell, “Racial Inequality and the Brazilian Labor Market” (Dissertação de Ph.D., Universidade da Flórida, 1989), pp. 152-153. Para consultar outros autores que encaram os pardos e os pretos como uma única categoria de negros, ver Amaury de Souza, “Raça e política no Brasil urbano”, *Revista de Administração de Empresas* 11, 4 (1971), pp. 61-70; Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Rio de Janeiro, 1979), pp. 197-221; Carlos Hasenbalg, “Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil”, em Pierre-Michel Fontaine, *Race, Class and Power*, pp. 25-41; Fundação Carlos Chagas, *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pardos e pretos) no Estado de São Paulo* (São Paulo, 1986); Charles H. Wood e José Alberto Magno de Carvalho, *The Demography of Inequality in Brazil* (Cambridge e New York, 1988), pp. 144, 269-270; e os estudos citados na nota 8.

sileiras, em que as pessoas de ancestralidade africana pura e mista são vistas como um único grupo racial - em resumo, uma visão norte-americana da raça.⁸

Em São Paulo, Rio de Janeiro e os Estados do sul do Brasil, esta visão dicotômica da hierarquia racial brasileira corresponde não apenas aos indicadores estatísticos "objetivos", mas também às percepções brasileiras subjetivas da raça.⁹ Na pesquisa realizada no Estado sulista de Santa Catarina no final da década de 1950, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni descobriram que "os brancos distinguem - social e culturalmente - os vizinhos negros e mulatos dos próprios brancos. Inversamente, os negros e os mulatos diferenciam-se dos brancos nos mesmos planos. É clara a dicotomia existente ... todos os indivíduos não brancos devem ser considerados negros." Baseado em outra pesquisa realizada no Estado vizinho do Paraná, Ianni foi adiante, declarando que os brasileiros tendem a dicotomizar sua sociedade no "nós" brancos racialmente superiores, e nos "eles" negros, mulatos e vermelhos racialmente inferiores. Após sua própria pesquisa no Rio Grande do Sul, Cardoso estava pronto para determinar categoricamente que "o mulato é um negro, e, portanto, um inferior, mas, ao mesmo tempo, é um negro privilegiado." Ou, para inverter a ordem desta observação, o mulato é um negro privile-

8. Para uma discussão da decisão do IBGE de começar a agrupar os dados raciais em categorias dicotômicas, ver Lúcia Elena Garcia de Oliveira et al., *O lugar do negro na força de trabalho* (Rio de Janeiro, 1985), pp. 11-12; ver também Francisca Laíde de Oliveira et al., "Aspectos da situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil" (reimpressão interna, IBGE, Rio de Janeiro, 1981). A decisão do IBGE para agrupar pardos e pretos em uma única categoria racial negra foi subsequente repetida pelo serviço de estatística de São Paulo, SEADE. Ver o artigo em duas partes "Os negros no mercado de trabalho na Grande São Paulo", *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo* 9 (1985), pp. 8-16, e 10 (1985), pp. 8-19; e Miguel W. Chaia, "Discriminação racial", *Revista Fundação SEADE* 2, 2-3 (1986), pp. 7-14.

9. Iniciando com Gilberto Freyre, a maior parte das pesquisas enfatizando a importância da categoria racial intermediária do mulato foi realizada no Nordeste. Ver Doland Pierson, *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact in Bahia* (Chicago, 1942); Charles Wagley, ed., *Race and Class in Rural Brazil* (rpt., New York, 1963); Harris, *Patterns of Race*. Não tendo vivido nem realizado nenhuma pesquisa no Nordeste, não posso fazer comentários sobre o uso da terminologia racial nessa região.

giado (emboras pesquisas recentes questionem a extensão desses privilégios), mas é ainda um negro, e por isso um inferior.¹⁰

O historiador Décio Freitas, respondendo à pergunta “Que é um negro?”, declara que no Brasil “consideramos como negros todos aqueles que apresentam uma pigmentação escura da pele, uma pigmentação que não é nem a branca nem a indiática. Estes ‘pardos’ que segundo o IBGE constituem a maioria dos não brancos - ‘côr entre o branco e o preto’, como diz o Aurélio - são socialmente considerados como negros.”¹¹ Evidências em apoio a esta proposição podem ser encontradas em um dos arquivos que me foram muito úteis em minha pesquisa: os arquivos excelentes de *O Estado de São Paulo*, principal jornal do Estado. O Estado mantém arquivos classificados por tópicos sobre uma variedade de temas, incluindo “Negros no Brasil” e “Mulatos no Brasil”.¹² O arquivo sobre os negros, que remonta à década de 1880, contém três grossas pastas e centenas de artigos. Para meados de 1988, o arquivo sobre os mulatos continha oito artigos. Isto reflete dois fatos: que os jornalistas de São Paulo que escreveram sobre os afro-brasileiros durante o último século tenderam a agrupá-los sob o título de negros; e mesmo quando esses jornalistas distinguiram entre pretos e pardos, os arquivistas de O Estado continuaram a agrupá-los em uma única categoria de “negros”. A categoria racial do mulato, supostamente tão importante no Brasil, mal parece ter surgido na consciência destas pessoas.

Ao que parece, consideravelmente mais importante que o pardo, ou o mulato, é uma categoria racial que tem assumido uma proeminência cada vez maior no Brasil nos últimos anos - o moreno. Das quase 200 denominações de côr usadas pelos entrevistados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976, as duas respostas mais freqüentes, responsáveis por mais de três quartos dos indivíduos retratados, eram branco (42,4 por

10. Octávio Ianni, *As metamorfoses do escravo: Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional* (São Paulo, 1962), pp. 181, 244; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (São Paulo, 1962), p. 301, ênfase no original.

11. Décio Freitas, “Que é um negro?” *Folha de São Paulo* (1 de março de 1982), p. 3.

12. Arquivo de O Estado de São Paulo, arquivos 6.109 e 50.690.

cento) e moreno (34,8 por cento).¹³ Ao contrário do “pardo” ou do “preto”, o “moreno” não indica automaticamente ancestralidade africana. Entretanto, os estudiosos das raças no Brasil discordam sobre a questão de os morenos serem ou não brancos.¹⁴ Para a antropóloga Maria Suely Kofes de Almeida, que realizou sua pesquisa em São Paulo, “ ‘moreno’ é uma subcategoria de uma categoria mais ampla: branco.” Uma informante branca do Rio de Janeiro concorda: “Se você é morena, se tem uma pele queimada, traços delicados e cabelo liso, é considerada dentro das normas, Branca ...”¹⁵

O historiador norte-americano Carl Degler, por sua vez, cita vários exemplos em que “moreno” é usado como um eufemismo para “preto” ou “mulato”, e é claramente distinto do branco.¹⁶ Em São Paulo, Bastide e Fernandes encontraram o termo frequentemente usado para se referir a “mulatos escuros ou pretos” por aqueles que queriam evitar ofendê-los; aparece regularmente nas colunas sociais da imprensa negra de São Paulo como um rótulo de identificação.¹⁷ E quando seguimos os dados a partir da pesquisa de 1976, encontramos maior evidência ainda de que a condição racial do moreno está mais intimamente associada ao status racial negro que ao branco. Uma pergunta inicial da pesquisa solicitava aos entrevistados que descrevessem sua própria cor, ao que três quartos deles rotularam-se como brancos ou morenos. Uma segunda pergunta solicitava aos entrevistados que atribuíssem a si próprios uma das categorias raciais oficiais do IBGE: branco, pardo, preto e amarelo. Entre aqueles que se identifica-

13. Os outros rótulos foram: pardos (7,6 por cento), pretos (4,5 por cento), moreno claro (2,8 por cento), claro (2,5 por cento); e outras respostas combinadas (5,3 por cento). Soares e Silva, “Urbanization, Race and Class”, p. 166.

14. Ver as várias definições de “moreno” em Thomas H. Stephens, *Dictionary of Latin American Racial and Ethnic Terminology* (Gainesville, 1989), p. 320, algumas das quais categorizam os morenos como “socialmente brancos”, mas a maioria não o faz.

15. Maria Suely Kofes de Almeida, “Entre nós, os pobres, eles, os negros” (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1976), p. 80; Daphne Patai, *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories* (New Brunswick, 1988), p. 12.

16. Degler, *Neither Black nor White*, pp. 102, 103, 110, 142, 144, 201.

17. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branco e negro em São Paulo* (3a edição, São Paulo, 1971), p. 136.

ram como morenos, 66,1 por cento se atribuíram a categoria de pardos, e 8,3 por cento a categoria de pretos. Três quartos daqueles que se identificaram como morenos eram afro-brasileiros - e talvez mais, pois alguns morenos afro-brasileiros podem ter decidido se atribuir a categoria de brancos.¹⁸

Sempre alerta a novos desenvolvimentos no cenário racial brasileiro, em 1979 Gilberto Freyre comentou sobre “o uso cada dia mais generalizado, no Brasil, da palavra moreno e da valorização cada dia maior, entre os brasileiros, da condição ou da aparência também morena”. Observando o grande número de brancos que se bronzeia nas praias brasileiras, em um esforço para produzir uma aparência morena, Freyre concluiu que muitos brasileiros, quando inquiridos pelos entrevistadores do censo de 1980 sobre qual era a sua cor, responderiam “morena. E não branca nem preta nem amarela”.¹⁹

Freyre tinha várias razões para chamar a atenção de seus leitores para a ascensão da morenidade no Brasil. Em um nível tático, ele estava combatendo as exigências dos ativistas negros e dos intelectuais brancos para que o governo restaurasse a raça como uma categoria de informação para o censo de 1980 (Capítulo 7). Mas em um sentido mais amplo, estratégico, ele estava enfatizando o conceito de morenidade porque o enxergava como um meio pelo qual o Brasil se transformaria em um país “além da raça”, em que as desigualdades e tensões raciais não mais desgastavam e preocupavam o país quanto o haviam feito no passado. Desse modo, promover a categoria racial do moreno (que, como ele indicou no artigo acima citado, libertaria os brasileiros dos antigos rótulos raciais branco-preto-amarelo) foi parte do trabalho de Freyre de tentar difundir e afastar as poderosas tensões do passado e presente racial do Brasil. Ironicamente, no entanto, o próprio tratamento que Freyre deu à morenidade tende a evocar o antigo sonho brasileiro de branqueamento. Percebendo que “nossos mais expressivos exemplos atuais de beleza de mulher” são todas morenas, ele então citou três atrizes, todas bran-

18. Soares e Silva, “Urbanização, Raça e Classe”, p. 166. Ao responder à segunda pergunta, 2,6 por cento daqueles que inicialmente se identificaram como pardos e 2 por cento daqueles que se identificaram como pretos atribuíram-se a categoria racial branca.

19. Gilberto Freyre, “Brasileiro - sua cor?” *Folha de São Paulo* (5 de dezembro de 1979).

cas: Sonia Braga, Vera Fischer e Bruna Lombardi. Assim, a sociedade "além da raça" prova ser mais uma repetição da fantasia da virada do século de um Brasil branco - e para completar com mulheres bonitas!²⁰

Os dados do censo deixam claro que durante os últimos cinquenta anos o Brasil experimentou um processo, não de branqueamento, mas de "bronzeamento". Entre 1940 e 1980, a população parda foi o grupo racial que cresceu mais rapidamente no país, ascendendo de 21,2 por cento para 38,8 por cento da população nacional. Durante o mesmo período, os brancos declinaram de 63,5 por cento para 54,2 por cento do total, e os pretos de 14,6 por cento para 5,9 por cento.²¹ Se os afro-brasileiros em mobilidade ascendente passaram para a categoria dos pardos e para a categoria racial dos brancos, isso não aconteceu em números suficientes para reverter esta tendência; e, na verdade, a pesquisa recente do demógrafo Charles Wood sugere que esse movimento não é significativo.

Wood usou os dados dos censos de 1950 e 1980 para testar se os afro-brasileiros estavam se valendo da "válvula de escape do mulato" e "passando" em números significativos da categoria racial dos negros para a dos brancos. Concentrando-se na população de 1950 entre as idades de 10 e 29 anos, ele usou as técnicas de expectativa do tempo médio de vida para calcular o tamanho que cada grupo racial deveria ter em 1980, ocasião em que teriam entre 40 e 59 anos. Descobriu que, embora a população total estivesse muito próxima (99,0 por cento) do valor projetado, cada grupo racial mostrou variações marcantes e inesperadas. O grupo racial preto era 38,3 por cento menor que o esperado, o grupo racial pardo era 32,6 por cento maior que o esperado, e o grupo racial branco era 8,2 por cento menor. Wood concluiu que mais de um terço daqueles rotulados como pretos em 1950 mu-

20. Uma interpretação bastante diferente do significado de morenidade era apresentada pelo político populista Leonel Brizola, cujo programa de socialismo moreno colocou-o no poder como governador do Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982, e o tornou um dos principais concorrentes à presidência do Brasil nas eleições de 1989. Ver Capítulo 7.

21. Charles H. Wood., "Census Categories and Subjective Classifications of Race in Brazil: An Empirical Assessment" (documento não publicado apresentado no Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte, março de 1990), tabela 1.

daram sua identidade racial para pardos em 1980. Entretanto, muito poucos pardos - se é que algum - transferiram-se para a categoria dos brancos. Ao que tudo indica, o movimento da categoria dos brancos para a categoria dos pardos pareceu ter ocorrido com mais frequência que o inverso.²²

Estas evidências reforçam o quadro de um sistema de classificação racial dicotômico, em que o movimento dentro da categoria racial dos negros é comum e disseminado, mas em que o movimento para cruzar a barreira que separa os grupos raciais brancos e negros é relativamente raro. Entretanto, é importante notar que os dados de Wood, assim como todas as outras evidências até agora citadas, são da segunda metade do século XX. Isto deixa aberta a possibilidade de que a dicotomia entre negros e brancos possa ser o resultado da modernização e do desenvolvimento econômico, e é um fenômeno do final do século XX que tem pouca aplicabilidade para períodos anteriores da história brasileira. Gilberto Freyre, apesar de tudo, dedicou todo um capítulo de sua história do Brasil no século XIX à "ascensão do bacharel e do mulato"; mesmo que isso não mais se aplique hoje, será que a hierarquia racial de três camadas pode ser uma descrição precisa da sociedade brasileira da virada do século?²³

Freyre e outros autores proporcionam evidências sugestivas da mobilidade ascendente do mulato no Brasil do século XIX. Mas como o próprio Freyre deixa claro na discussão dessa mobilidade, "referimo-nos, é evidente, ao mulato mais claro; a situação do mais escuro, quando a seu favor não intervenham motivos especialíssimos, é quase igual à do negro".²⁴ E a maior parte destas evidências é anedótica, concentrando-se em determinados indivíduos; dados estatísticos relacionados aos grupos raciais pardo e

22. Wood, "Census Categories".

23. Gilberto Freyre, *The Mansions and the Shanties: The Making of Modern Brazil* (New York, 1963), pp. 354-399. A historiadora de São Paulo, Emília Viotti da Costa, também aceita a interpretação de Freyre. "Seja nas áreas rurais ou urbanas, os mulatos como um todo eram mais ascendentemente móveis que seus irmãos de pele mais escura. As oportunidades para ascensão social aumentavam em proporção com a clareza da pele do homem livre. E à medida em que o século XIX foi passando, a situação do mulato melhorou." *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago, 1985), p. 186.

24. Freyre, *Mansions and Shanties*, p. 410.

preto como um todo jamais aparecem nestas determinações das maiores oportunidades abertas aos mulatos.²⁵

Em sua própria pesquisa anedótica das condições em São Paulo no século XIX, Bastide e Fernandes concluem que havia na verdade uma forte linha divisória na sociedade paulista entre os “negros” e os “mestiços”, por um lado, e os brancos por outro. E embora encontrando poucas evidências de maior progresso dos pardos (em relação aos pretos), eles concluem que esse progresso ocorreu “em muito menor escala” em São Paulo do que no Rio de Janeiro ou no Nordeste.²⁶ A análise de Mary Karasch do censo de 1834 do Rio de Janeiro demonstra convincentemente que, na escala profissional, os pardos ocupavam uma posição genuinamente intermediária entre os negros e os brancos. Entretanto, estes dados aparecem logo após a independência; na virada do século, a análise de Sam Adamo dos dados demográficos da cidade mostra que “a mortalidade dos mulatos era igual ou superior àquela dos negros. A estabilidade familiar do grupo [mulato] também era inferior aquela de seus contrapartes mais escuros. Os dados sugerem que a mobilidade ascendente só foi conseguida por poucos mulatos no Brasil, enquanto a esmagadora maioria permanecia à margem da sociedade, junto com os negros”.²⁷

Tão importantes quanto os estudos estatísticos na decisão se o Brasil da virada do século era um sistema de três ou de duas camadas são as atitudes e percepções daqueles brasileiros que estavam vivos naquela época. Em relação a isso é importante consultar o material de entrevistas reunido pelo próprio Gilberto Freyre de brasileiros que viveram durante o período da Primeira República (1889-1930). Ao discutir as relações raciais naqueles anos, a maior parte dos informantes de Freyre distinguia entre os pre-

25. Esses dados são difíceis de conseguir. Mas Freyre pode ter encontrado pelo menos alguma evidência do status mais elevado dos mulatos no censo de 1872, que mostrava que 87,4 por cento da população parada era livre, em oposição a apenas 47,1 por cento da população preta. *Directoria Geral de Estatística, Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Quadros geraes* (Rio de Janeiro, 1873), tabela 1.

26. Bastide e Fernandes, *Branços e negros*, pp. 85-86, 116.

27. Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850* (Princeton, 1987), p. 69; Sam C. Adamo, “The Broken Promise: Race, Health and Justice in Rio de Janeiro, 1890-1940” (Dissertação de Ph.D., Universidade do Novo México, 1983), p. 271.

tos e os pardos. Muitos deles, no entanto, prosseguiram, considerando os dois grupos em conjunto como “pessoas de côr” e expressando um forte preconceito contra eles.²⁸ A única pessoa negra entrevistada, um pardo, também agrupou os afro-brasileiros e confirmou os preconceitos que os dois grupos enfrentaram durante os anos da República. “Sendo um mulato, minha atitude para com negros e mulatos não podia deixar de ser a da maior solidariedade, porque desde muito criança senti a inferioridade social do homem de côr em nosso País.”²⁹

Freyre retratou a República como um período de “considerável progresso de democratização étnica”. Entretanto, como indicam os Capítulos 3 e 5 deste livro, e como Freyre prontamente concordaria, estes foram também os anos da “tese do branqueamento”, durante os quais, como seus contrapartes europeus e norte-americanos, as elites do Brasil estavam fascinadas pelo conceito da supremacia racial dos brancos.³⁰ Freyre declarou que o

28. Algumas citações de amostra dos entrevistados brancos: “Sempre fui contrário à aproximação de negros e mulatos para com os brancos”. Este mesmo indivíduo disse que “receberia de mau grado” se um de seus filhos tentasse se casar com “uma pessoa de côr mais escura”. Outro informante achou que era “inegável” que existia “uma distinção cordial e íntima entre homens de côr e os chamados brancos, de origem européia. Daí, perene desigualdade social, de mentalidade, de separação automática de convívio e simpatia eletiva.” Júlio de Mesquita, editor de *O Estado de São Paulo*, disse: “Eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indisfarçavelmente de côr. Além do mais, porque me recusaria sempre a concorrer para que viessem ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidência são uns infelizes.” Outro informante concordou, dizendo que se algum dos parentes de sua mulher “escolhessem pessoa de côr dar-me-iam a convicção de um desvio mental. Se não lograsse impedir o casamento, é certo que me causaria profundo desagrado, não que esteja, eu mesmo, dominado por preconceito racial, mas simplesmente porque as realidades atuais me fariam temer pela tranqüilidade e pela felicidade da criatura branca, obrigada a enfrentar, pelo resto da vida, as reações que a união singular e estranha haveria de produzir.” Freyre reproduziu este material sem qualquer comentário, jamais reconhecendo sua refutação direta de suas afirmações de democracia racial. Gilberto Freyre, *Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic* (New York, 1970), pp. 203-218.

29. Freyre, *Order and Progress*, p. 204.

30. Freyre observou que, durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), “houve quem acusasse o ilustre líder republicano [Campos Sales]

sonho do branqueamento levou a sociedade brasileira a oferecer maiores oportunidades àqueles indivíduos que misturaram seus ancestrais africanos com os europeus. Mas a evidência apresentada neste livro sugere que esse sonho na verdade levou os brasileiros a negar a oportunidade a indivíduos que haviam misturado sua ancestralidade européia com a africana. Freyre e seus defensores só poderiam apresentar poucas evidências anedóticas de que havia importantes diferenças entre as “oportunidades de vida” dos pardos e dos pretos durante o período republicano; e na verdade várias de suas histórias sugerem o oposto. Enquanto isso, a única pesquisa quantitativa sistemática realizada até agora sobre as condições de vida dos negros durante esses anos (o estudo de Adamo) encontra pouca diferença apreciável entre pardos e pretos.

Desde o período colonial, os brasileiros têm feito uma distinção entre pardos e pretos, que eles consideram como dois grupos relacionados, porém diferentes. Consagrada por séculos de uso e agora profundamente enraizada na cultura e nas atitudes brasileiras, a distinção é real, com conseqüências sociais concretas. Aceito a sua realidade, e tento identificar os indivíduos como pardos ou pretos quando tenho as informações para fazê-lo. Ao mesmo tempo, no entanto, esta distinção histórica tendeu a obscurecer as fortes semelhanças entre os grupos raciais pardo e preto, e os obstáculos muito similares à mobilidade ascendente enfrentados pelos membros de ambos os grupos. É verdade que os pardos têm mais probabilidade que os pretos de conseguir essa mobilidade; mas os benefícios da preferência racial e do progresso social chegam apenas para uma pequena proporção do grupo racial pardo, a maioria deles continuando a viver e a trabalhar em condições indistinguíveis daquelas de seus concidadãos pretos. Por isso, na maior parte dos indicadores estatísticos a população parda como um todo só se situa pouco mais alto que a população preta, e nem chega próximo à posição intermediária que tem

de querer afirmá-la [‘a ascendência caucásica’], pelo ódio ostensivo não só à raça africana como à indígena ...”, o que levou o barão do Rio Branco, ministro das relações exteriores de 1902 a 1912, “ao excesso arianista”. *Order and Progress*, pp. 178-179, 198, 202. Para comentários publicados no principal jornal de São Paulo sobre “a supremacia moral da raça branca”, ver “Loucos ou ineptos”, *A Província de São Paulo* (9 de maio de 1889).

sido freqüentemente estabelecida entre os brancos e os pretos. Sendo assim, embora eu reconheça a existência de diferenças significativas entre os grupos raciais pardo e preto, algumas das quais discuto no decorrer deste livro, na maior parte dele decido enfatizar os pontos comuns entre os dois grupos e também a dicotomia racial entre negros e brancos, que, em minha opinião, descreve com precisão a sociedade brasileira do século XX.

registros de pessoal nas companhias jafet e são paulo tramway, light and power

Tanto na Jafet quanto na São Paulo Light, os registros de pessoal estão divididos em duas séries de documentos. A primeira, em uso desde a fundação das empresas até meados da década de 1930, são fichas pequenas na Jafet e prontuários de registros na São Paulo Light. Estas eram preenchidas na ocasião de contratação do indivíduo e contêm pouca ou nenhuma informação sobre a subsequente carreira do indivíduo na empresa. Um documento muito mais detalhado passou a ser usado em 1932 na São Paulo Light, e em 1935 na Jafet, para cumprir as exigências de registros do novo sistema de Previdência Social. Estes últimos documentos contêm mais informações biográficas sobre o empregado do que os registros iniciais, e também mantêm um registro (mais completo na São Paulo Light do que na Jafet) sobre a experiência de trabalho do empregado dentro da firma.

Dadas as diferenças nas duas séries de documentos (pré e pós-Previdência Social), decidi fazer a amostragem de forma diferente. Na Jafet, tomei uma amostragem de 20 % das fichas pequenas, simplesmente tabulando a idade (de 15 anos para baixo e de 16 anos para cima), sexo, raça e nacionalidade (brasileiros ou imigrantes) dos indivíduos. Isto produziu uma amostragem de 4.229 indivíduos contratados pela firma entre 1910 e 1935, cujas características básicas estão mostradas na Tabela C.1.

Devido à riqueza e aos detalhes das informações contidas na segunda série de documentos, pós 1935, não foi possível to-

mar uma amostragem tão grande desse material. Para conseguir um número grande o suficiente de trabalhadores afro-brasileiros que garantisse uma análise estatisticamente significativa, tomei uma amostragem racialmente estratificada deste grupo de registros: 1% de todos os trabalhadores brancos encontrados e 4 % dos não brancos (amarelos, morenos, pardos e pretos). A amostragem foi obtida através de sua simples contagem seqüencial nas gavetas dos arquivos (organizadas alfabeticamente pelo primeiro nome) e considerando todo registro numérico. Este procedimento produziu uma amostra de 530 indivíduos, categorizados na Tabela C.2.

Tabela C.1. Amostragem dos Trabalhadores da Indústria Jafet, 1910-1935, Utilizando-se Documentação Anterior a 1935.

	Número Absoluto	Porcentagem
Idade		
7-15	1.151	27,2
16-	3.078	72,8
Sexo		
Feminino	2.994	70,8
Masculino	1.235	29,2
Nacionalidade		
Brasileiros	2850	67,4
Imigrantes	1.379	32,6
Raça		
Branco	2.358	90,8
Moreno	43	1,7
Pardo	108	4,2
Preto	87	3,4
Sem registro de raça	1.633 ^b	

a As porcentagens foram calculadas excluindo-se os trabalhadores de raça desconhecida.

b Inclui 643 imigrantes que eram supostamente brancos.

Devo enfatizar que, como está racialmente estratificada, esta amostragem - como está estabelecida - não é representativa de toda a força de trabalho da Jafet, em que a proporção dos

registro de pessoas nas companhias jafet e são paulo

brancos seria quatro vezes maior do que está na Tabela C.2. Esta amostragem pode ser usada para comparar informações biográficas e de carreira dos trabalhadores negros e brancos como grupos separados; entretanto, a menos que se corrija a sub-representação dos trabalhadores brancos, ela não pode ser usada para se tirar conclusões sobre a força de trabalho como um todo.

Lidei de maneira similar com os registros da São Paulo Light e com os registros da Jafet. Entretanto, diferenças nas práticas de registro nas duas firmas levaram-me a realizar algumas modificações no procedimento da amostragem. Primeiro, nenhum dos prontuários de registros resumidos, anteriores à Previdência Social, incluíam informações sobre raça. Como isto reduzia muito a utilidade desses registros para a minha pesquisa, decidi tomar somente uma amostragem de 5% desses documentos, apenas para ter uma idéia da proporção dos imigrantes e dos brasileiros na força de trabalho da empresa naquela época. Isto produziu uma amostragem de 1.222 indivíduos que trabalhavam para a São Paulo Light entre 1905 e 1935. Todos, exceto alguns poucos (uma mulher e quatro rapazes com 15 anos de idade ou menos) eram homens adultos: 371 eram brasileiros natos, 606 eram nascidos no estrangeiro (principalmente portugueses, europeus orientais, italianos e espanhóis, nessa ordem), e 145 não tinham anotado o local de nascimento.

Tabela C.2. Amostragem dos Trabalhadores da Jafet, 1935-1960, Utilizando-se Documentação Posterior a 1935.

	Homens	Mulheres	Total
Branco	109	175	284
Amarelo	0	2	2
Moreno	1	8	9
Pardo	38	80	118
Pretos	33	84	117
TOTAL	181	349	530

A segunda diferença em relação à Jafet surgiu quando eu passei para os documentos da época da Previdência Social. Uma vez feitos os novos arranjos para realizar os registros na Jafet, os administradores de pessoal da empresa foram meticulosos no re-

gistro das informações sobre a raça dos trabalhadores, simplesmente uniformizando uma prática que eles já haviam seguido nas fichas pequenas no final da década de 1920. Os arquivistas da São Paulo Light, no entanto, continuaram seu costume antigo de negligenciar as informações dos registros referentes à raça, ainda que os novos formulários de pessoal solicitassem isso explicitamente. Assim, um número substancial de documentos pessoais registrados durante a década de 1930 parece à primeira vista não conter informações sobre a raça dos trabalhadores. Isto também afetou aqueles trabalhadores que foram contratados pela São Paulo Light durante as décadas de 1910 e 1920 e ainda estavam na folha de pagamento na ocasião em que entrou em vigor a legislação do Ministério do Trabalho. Muitas vezes nem seus velhos prontuários de registro nem sua nova documentação da Previdência Social forneciam qualquer informação sobre sua raça.

Obviamente, isto colocou um sério obstáculo ao meu plano de tomar uma amostragem racialmente estratificada da força de trabalho da empresa - além disso, como na Jafet, 1 % dos trabalhadores brancos e 4 % dos não brancos. Resolvi este problema utilizando um documento adicional que aparecia em quase todos os arquivos dos trabalhadores: sua fotografia. Embora eu tenha encontrado casos limítrofes, onde era difícil identificar a categoria dos brancos ou dos negros, a maior parte estava bastante clara. O que eu não fui capaz de fazer tendo como base as fotografias, foi colocar na condição de pardo ou preto os afro-brasileiros, e nem tentei fazê-lo. Ao contrário, estes indivíduos foram colocados em uma categoria de "afro-brasileiros não especificados". Esta categoria de identificação desaparece na década de 1940, quando os arquivistas da companhia ficaram mais atentos aos dados da raça.

Este procedimento produziu uma amostra de 671 indivíduos, categorizados como está indicado na Tabela C.3. Além disso, como aconteceu na contagem da Jafet, esta amostragem foi designada para facilitar as comparações entre os grupos raciais negros e brancos. Ela sub-representa a proporção de trabalhadores brancos na São Paulo Light por um fator de quatro e, por isso, não pode ser usada para se fazer afirmações gerais sobre a força de trabalho da companhia, sem corrigir essa sub-representação.

Devo observar mais uma diferença entre os registros da Jafet e da São Paulo Light, proveniente da história das duas firmas. Após tentar uma campanha de modernização e redução da força

registro de pessoas nas companhias jafet e são paulo

de trabalho no final da década de 1950, a família Jafet decidiu fechar a fábrica em 1960 e dedicar suas energias e recursos a outros empreendimentos mais lucrativos. Por isso, os empregados da firma constituíram um grupo social com um prazo final de existência claramente definido.

A São Paulo Light, ao contrário, permanece uma entidade dinâmica, em funcionamento (embora em 1981 tenha sido nacionalizada e agora opere sob a administração estatal como Eletricidade de São Paulo [Eletropaulo]). Por isso, sua força de trabalho não tem prazo final fixado, e números importantes de empregados contratados na década de 1940 ainda permaneciam ativos na firma na ocasião da minha pesquisa. Para proteger a privacidade de seus atuais empregados e daqueles recentemente contratados, a companhia só me concedeu acesso aos arquivos dos trabalhadores contratados até 1960, e demitidos até 1970. Como resultado, os trabalhadores contratados na década de 1950 representavam o maior grupo por década na amostragem da Jafet, mas um grupo relativamente pequeno na amostragem da São Paulo Light (92 trabalhadores, versus 61 contratados na década de 1920, 183 contratados na década de 1930 e 319 contratados na década de 1940).

Tabela C.3. Amostragem de Trabalhadores da São Paulo Light, 1909-1960, Utilizando-se Documentação Posterior a 1935.

	Homens	Mulheres	Total
Branco ^a	333	11	344
Morenos	22	0	22
Pardos	148	0	148
Pretos	117	0	117
Afro-brasileiros			
Não especificados ^b	40	0	40
Total	660	11	671

a Inclui 57 indivíduos identificados por fotografias, em vez de por documentação escrita.

b Identificados por fotografia em vez de por documentação escrita.

Finalmente, uma última semelhança entre os dois conjuntos de documentos: como se poderia esperar, vários indivíduos da amostragem foram empregados por suas empresas em mais de

uma ocasião. No caso da Jafet, por exemplo, 476 dos 530 trabalhadores da amostragem tiveram apenas uma experiência de emprego na fábrica. Outros 54 trabalhadores, no entanto, trabalharam para a Jafet, deixaram seus empregos e depois foram recontratados em datas posteriores. Destes 54 indivíduos, 46 foram contratados duas vezes, 5 foram contratados três vezes, 2 foram contratados quatro vezes e um indivíduo trabalhou para a empresa em cinco ocasiões diferentes. Por isso, esta amostragem de 530 trabalhadores teve um total de 596 experiências de emprego na empresa. Na São Paulo Light, o dado análogo são 671 trabalhadores que tiveram um total de 777 experiências de emprego na empresa. As análises que consideram estes trabalhadores como um grupo social (que examina, por exemplo, seu estado civil, local de nascimento, média de idade na ocasião do ingresso na firma, ou educação) usam o indivíduo como a unidade da análise, e se baseiam em informações registradas quando aquela pessoa foi contratada pela primeira vez. As análises que consideram a experiência destes trabalhadores na empresa (por exemplo, período médio de tempo trabalhado, registro disciplinar, promoções) toma a experiência do emprego como a unidade de análise e, por isso, usa os maiores conjuntos de dados de 596 (no caso da Jafet) e 777 casos (no caso da São Paulo Light).

bibliografia selecionada

arquivos

Ver Apêndice C.

jornais e periódicos

Encontrei muitos artigos de jornais e revistas citados no texto em arquivos recortados mantidos pelo jornal *O Estado de São Paulo* (ver Apêndice B, nota 12) e pelo Centro Pastoral Vergueiro. Os arquivos mantidos por essas duas entidades complementam-se muito bem. Os arquivistas de *O Estado* recortam principalmente de publicações importantes da imprensa oficial, enquanto os bibliotecários do Centro Pastoral Vergueiro extraem grande parte do seu material da imprensa alternativa produzida pelos sindicatos, pela ala progressista da Igreja Católica e pelas organizações comunitárias e cívicas.

Além dessas duas fontes, também li as seguintes publicações para os anos indicados:

Imprensa Principal

Correio de São Paulo. São Paulo, 1933

Diário de São Paulo. São Paulo, 1931.

Diário Nacional. São Paulo, 1928, 1932.

Diário Popular. São Paulo, 1889, 1897.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 1892-1893, 1898-1901, 1917.

Folha da Noite. São Paulo, 1932.

A Gazeta. São Paulo. 1928, 1933.

Publicação Estatal

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo. 1912-1922.

Imprensa Afro-Brasileira

- O Alfinete*. São Paulo, 1918-1919, 1921.
Alvorada. São Paulo, 1945-1948.
Árvore das Palavras. São Paulo, 1974.
Auriverde. São Paulo, 1928.
O Baluarte. Campinas, 1904.
O Bandeirante. São Paulo, 1918-1919.
Chibata. São Paulo, 1932.
O Clarim. São Paulo, 1935.
O Clarim da Alvorada. São Paulo, 1924-1932.
Correio d'Ébano. Campinas, 1963.
Cruzada Cultural. São Paulo, 1948
Elite. São Paulo, 1924.
O Estímulo. São Carlos, 1935.
Evolução. São Paulo, 1933.
Getulino. Campinas, 1923-1924. São Paulo, 1926.
Hífen. Campinas, 1960-1962.
Jornal do Conselho da Comunidade Negra. São Paulo, 1985-1988.
Jornegro. São Paulo, 1979.
O Kosmos. São Paulo, 1922-1925.
A Liberdade. São Paulo, 1919-1920.
O Menelik. São Paulo, 1915-1916.
Mundo Novo. São Paulo, 1950.
O Mutirão. São Paulo, 1958.
Niger, São Paulo, 1960.
Nosso Jornal. Piracicaba, 1961.
Notícias de Ébano. Santos, 1957.
O Novo Horizonte, 1946, 1947, 1954, 1958, 1961.
O Patrocínio. Piracicaba, 1928.
Progresso. São Paulo, 1928-1931.
Quilombo, Rio de Janeiro, 1950.
A Raça. Uberlândia, Minas Gerais, 1935.
Redenção. Rio de Janeiro, 1950.
A Rua. São Paulo, 1920.
Senzala. São Paulo, 1946.
Sinba. Rio de Janeiro, 1977, 1979.
Tribuna Negra. São Paulo, 1935.
União. Curitiba. 1948.
A Voz da Raça. São Paulo. 1933-1937.
O Xauter. São Paulo, 1916.

Imprensa Operária

O Amigo do Povo. São Paulo, 1902-1904.

Aurora. São Paulo, 1905.

Aurora Social. Santos, 1910-1911.

O Carpinteiro. São Paulo, 1905.

O Combate. São Paulo, 1915-1918, 1928.

Diário Trabalhista. Rio de Janeiro, 1946.

O Dois de Fevereiro, Santos, 1905.

Folha do Braz. São Paulo, 1899-1901.

Germinai! São Paulo, 1913.

El Grito del Pueblo. São Paulo, 1899.

O Grito do Povo. São Paulo, 1900.

O Grito Operário. São Paulo, 1919-1920.

O Internacional. São Paulo, 1921-1922.

Jornal Operário, 1905.

A Lucta Proletária, 1908.

Palestra Social. São Paulo, 1901.

A Plebe. São Paulo, 1917-1920, 1935.

O Proletário. Santos. 1911.

Rebate. São Paulo, 1898.

outras fontes

- Adamo, Sam. "The Broken Promise: Race, Health, and Justice in Rio de Janeiro, 1890-1940", Dissertação de Ph.D., Universidade do Novo México, 1983.
- Alden, Dauril. "Late Colonial Brazil". Em Leslie Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America*, Vol. 2. Cambridge e New York, 1984.
- Almeida, Maria Suely Kofes de. "Entre nós, os pobres, eles, os negros". Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1976.
- Uma alternativa democrática para a crise brasileira*. São Paulo, 1984.
- Alves, Maria Helena Moreira. *State and Opposition in Military Brazil*. Austin, 1985.
- Alvin, Zuleika M. Forcioni. "Emigração, família e luta: Os italianos em São Paulo, 1870-1920". Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1983.
- Amaral, Raul Joviano. *Os pretos do Rosário de São Paulo*. São Paulo, 1954.
- Andrews, George Reid. "Comparing the Comparers: White Supremacy in the United States and South Africa". *Journal of Social History* 20, 3 (1987): 585-559.
- Andrews, George Reid. "Latin American Workers". *Journal of Social History* 21, 2 (1987): 311-326.
- Andrews, George Reid. "Race and State in Colonial Brazil". *Latin American Research Review* 19, 3 (1984): 203-216.
- Arcaya U., Pedro M. *Insurrección de los negros de la serranía de Coro*. Caracas, 1949.
- Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro, 1987.
- Azevedo, Thales de. *Democracia racial*. Petrópolis, 1975.
- Barbosa, Irene Maria F. *Socialização e relações raciais: Um estudo de família negra em Campinas*. São Paulo, 1983.
- Baretta, Silvio Duncan, e John Markoff. "Brazil's Abertura: A Transition from What to What?" Em James M. Malloy e Mitchell A.

- Seligson, eds., *Authoritarians and Democrats: Regime Transition in Latin America*. Pittsburgh, 1987.
- Baretta, Silvio Duncan, e John Markoff. "The Limits of the Brazilian Revolution of 1930." *Review* 9, 3 (1986): 416-435.
- Barman, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford, 1988.
- Bastide, Roger. "The Development of Race Relations in Brazil". Em Guy Hunter, ed., *Industrialisation and Race Relations: A Symposium*. Londres, 1965.
- Bastide, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo, 1973.
- Bastide, Roger, e Florestan Fernandes. *Branços e negros em São Paulo*. 3a edição, São Paulo, 1971.
- Beiguelman, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo, 1977.
- Beiguelman, Paula. *Formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*, 2a edição, São Paulo, 1977.
- Bell, Rudolph M. *Fate and Honor, Family and Village: Demographic and Cultural Change in Rural Italy since 1800*. Chicago, 1979.
- Bethell, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil, and the Slave Trade Question, 1807-1869*. Cambridge e Nova York, 1970.
- Bethell, Leslie, ed. *Cambridge History of Latin America*. 4 vols., Cambridge and Nova York, 1970.
- Bethell, Leslie, e José Murilo de Carvalho. "Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth Century". In Bethell, *Cambridge History of Latin America*, Vol. 3. Cambridge e Nova York, 1985.
- Bicudo, Virgínia Leone. "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo". *Sociologia* 11, 3 (1947): 195-219.
- Bomilcar, Alvaro. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, 1916.
- Bosi, Eclea. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo, 1977.
- Brandão, Maria de Azevedo. "Conversa de branco: Questões e não-questões da literatura sobre relações raciais". *Revista de Cultura Vozes* 73, 3 (1979): 27-36.
- Britto, Iêda Marques. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): Um exercício de resistência cultural*. São Paulo, 1986.

outras fontes

- Bruno, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 3 vol. 3a edição, São Paulo, 1984.
- Burns, E. Bradford. *A History of Brazil*. Nova York, 1970.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. "Houses of Respect". Documento apresentado no Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Boston, outubro de 1986.
- Cândido Mello e Souza, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, 1979.
- Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2a edição, São Paulo, 1977.
- Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1962.
- Cardoso, Fernando Henrique, e Octávio Ianni. *Côr e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, 1960.
- Carneiro, Édison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo, 1947.
- Carone, Edgar. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. São Paulo, 1979.
- Carone, Edgar. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, 1982.
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, 1987.
- Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro, 1980.
- Carvalho, José Murilo de. *Teatro de sombras: A política imperial*. São Paulo, 1988.
- Castro, Cláudio de Moura. "O que está acontecendo com a educação no Brasil?" Em Edmar Lisboa Bacha e Herbert S. Klein, eds., *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. 2 vols. São Paulo, 1986.
- Cell, John W. *The Highest Stage of White Supremacy: The Origins of Segregation in South Africa and the American South*. Cambridge e Nova York, 1982.
- Chaia, Miguel W. "Discriminação racial". *Revista Fundação SEADE* 2, 2-3 (1986): 7-14.
- Chalhoub, Sidney. "Slaves, Freedmen and the Politics of Freedom in Brazil: The Experience of Blacks in the City of Rio." Documento apresentado na Conferência sobre o Significado da Liberdade, Greensburg, Pa., agosto de 1988.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, 1986.

- Comissão dos Religiosos, Seminaristas e Padres Negros - Rio de Janeiro. "Ouvi o clamor deste povo"... negro. Petrópolis, 1987.
- Conrad, Robert E. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley, 1972.
- Conrad, Robert E. *World of Sorrow: The African Slave Trade to Brazil*. Baton Rouge, 1986.
- Conrad, Robert E., ed. *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*. Princeton, 1983.
- Conselho Estadual da Condição Feminina. *Mulheres operárias*. São Paulo, 1985.
- Contador, Cláudio, e Cláudio Haddad. "Produção real, moeda e preços: A experiência brasileira no período 1861-1970." *Revista Brasileira de Estatística* 36 (1975): 407-440.
- Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo, 1982.
- Costa, Emília Viotti da. *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chicago, 1985.
- Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2a. edição, São Paulo, 1982.
- Costa, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro, 1982.
- Costa, Iraci del Nero da, Robert W. Slenes, e Stuart B. Schwartz. "A família escrava em Lorena (1801)." *Estudos Econômicos* 17, 2 (1987): 245-296.
- Couceiro, Solange M. *O negro na televisão de São Paulo: Um estudo de relações raciais*. São Paulo, 1983.
- Couty, Louis. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*. Rio de Janeiro, 1984.
- Cunha, Euclides da. *Rebellion in the Backlands*. Chicago, 1944.
- Curtin, Philip. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, 1969.
- Daffert, F.W. *Coleção dos trabalhos agrícolas extraídos dos relatórios anuais de 1888-1893, do Instituto Agrônomo do Estado de S. Paulo (Brasil) em Campinas*. São Paulo, 1895.
- Damasceno, Caetana, et al. *Catálogo de entidades de movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro, 1988.
- da Matta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, 1978.
- da Matta, Roberto. *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, 1985.
- Dassin, Joan, ed. *Torture in Brazil*. Nova York, 1986.
- Davies, Robert, H. *Capital, State and White Labour in South Africa, 1900-1960*. Atlantic Highlands, N.J., 1979.

outras fontes

- Davis, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca, 1975.
- Davis, David Brion. *Slavery and Human Progress*. Nova York, 1984.
- Dean, Warren. "A industrialização durante a República Velha". Em Boris Fausto, ed., *O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia*. 3a edição, São Paulo, 1982.
- Dean, Warren. *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin, 1969.
- Dean, Warren. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford, 1976.
- Degler, Carl. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Nova York, 1971.
- Della Cava, Ralph. "The 'People's Church', the Vatican and Abertura". Em Alfred Stepan, *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. Nova York, 1989.
- Denis, Pierre. *Brazil*. Londres, 1911.
- DeShazo, Peter. *Urban Workers in Chile, 1902-1927*. Madison, 1983.
- Diacon, Todd Alan. "Capitalists and Fanatics: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916". Dissertação de Ph.D, Universidade de Wisconsin-Madison, 1987.
- Dickenson, John P. *Brazil*. Boulder, 1978.
- Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. Quadros geraes. Rio de Janeiro, 1873.
- Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. 5 vols. Rio de Janeiro, 1922-1926.
- Directoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, 1935.
- Dreifuss, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. 2a edição, Petrópolis, 1981.
- Drescher, Seymour. "Brazilian Abolition in Comparative Perspective". *Hispanic American Historical Review* 68, 3 (1988): 429-460.
- Dwyer, Jeffrey W. e Peggy Lovell. "The Cost of Being Nonwhite in Brazil", *Sociology and Social Research* 72 (1988): 136-142.
- Dwyer, Jeffrey W. e Peggy Lovell Webster. "Wage Differentials and Racial Discrimination in São Paulo, Brazil". Manuscrito, 1987.

- Elliott, Lilian E. *Brazil: Today and Tomorrow*. Rpt., Nova York, 1922.
- Erickson, Kenneth. *The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics*. Berkeley, 1977.
- "Estatística". *Boletim do Departamento Estadual de Estatística* 1, 1 (1939): 74-105.
- Fausto, Boris. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, 1984.
- Fausto, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo, 1970.
- Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. São Paulo, 1977.
- Fernandes, Florestan. "Beyond Poverty: The Negro and the Mulatto in Brazil". Em Robert Brent Toplin, *Slavery and Race Relations in Latin America*. Nova York, 1974.
- Fernandes, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo, 1977.
- Fernandes, Florestan. "Immigration and Race Relations in São Paulo". Em Magnus Morner, ed., *Race and Class in Latin America*. Nova York, 1970.
- Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols., 3a edição. São Paulo, 1978.
- Fernandes, Florestan. *The Negro in Brazilian Society*. Nova York, 1969.
- Fernandes, Florestan. "The Negro in Brazilian Society: Twenty-Five Years Later". Em Maxine L. Margolis and William E. Carter, eds., *Brazil: Anthropological Perspectives*. Nova York, 1979.
- Fernandes, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, 1972.
- Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, 1974.
- Fernandes, Florestan. "The Weight of the Past". Em John Hope Franklin, ed., *Color and Race*. Boston, 1969.
- Ferrara, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, 1986.
- Ferreira, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis, 1978.
- Ferreira, Rosa Maria Fischer. *Meninos de rua: Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, s.d.
- Ferreira, Sylvio José B.R. "A questão racial em Pernambuco: A necessidade e os impasses de uma ação política organizada". Documento apresentado na conferência anual da Associação Na-

outras fontes

- cional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (AN-POCS), Novo Friburgo, 1981.
- Flory, Thomas, *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871*. Austin, 1981.
- Flynn, Peter. *Brazil: A Political Analysis*. Boulder, Colo., 1979.
- Foerster, Robert F. *The Italian Emigration of Our Times*. Cambridge, Mass., 1919.
- Foner, Eric. *Nothing But Freedom: Emancipation and Its Legacy*. Baton Rouge, 1983.
- Foner, Philip S., and Ronald L. Lewis, eds. *Black Workers: A Documentary History from Colonial Times to the Present*. Philadelphia, 1988.
- Fontaine, Pierre-Michel. "Research in the Political Economy of Afro-Latin America". *Latin American Research Review* 12, 1 (1980): 111-141.
- Fontaine, Pierre-Michel, ed. *Race, Class, and Power in Brazil*. Los Angeles, 1985.
- Fox-Genovese, Elizabeth, and Eugene Genovese. "The Political Crisis of Social History: A Marxian Perspective". *Journal of Social History* 10, 2 (1976): 205-220.
- Fragoso, João Luís R. e Manolo G. Florentino, "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: Um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)". *Estudos Econômicos* 17, 2 (1987): 151-174.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, 1969.
- Fredrickson, George M. *White Supremacy. A Study in American and South African History*. Nova York, 1981.
- Freitas, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rpt., São Paulo, 1982.
- French, John David. "Industrial Workers and the Origins of Populist Politics in the ABC Region of Greater São Paulo, Brazil, 1900-1950". Dissertação de Ph.D., Universidade de Yale, 1985.
- "Frente Negra Brasileira, 1930-1937". Trabalho de pesquisa cooperativo, Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, 1985.
- Freyre, Gilberto. *Brazil: An Interpretation*. Nova York, 1945.
- Freyre, Gilberto. *The Mansions and the Shanties: The Making of Modern Brazil*. Nova York, 1963.
- Freyre, Gilberto. *The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization*. Nova York, 1946.

- Freyre, Gilberto. *New World in the Tropics*. Nova York, 1959.
- Freyre, Gilberto. *Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic*. Nova York, 1970.
- Fundação Carlos Chagas. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*, 1986.
- Garrow, David J. *Bearing the Cross: Martin Luther King, Jr., and the Southern Christian Leadership Conference*. Nova York, 1986.
- Gitahy, Maria Lúcia Caira. "Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1910". Tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1983.
- Gonçalves, Francisco de Paula Lázaro. *Relatório apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas*. Juiz de Fora, 1888.
- Gonzalez, Lélia. "The Unified Black Movement: A New Stage in Black Political Mobilization". Em Pierre-Michel Fontaine, ed., *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles, 1985.
- Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. 3a edição, São Paulo, 1980.
- Graham, Lawrence. *Civil Service Reform in Brazil*. Austin, 1970.
- Graham, Richard. "Brazilian Slavery Re-examined: A Review Article". *Journal of Social History* 3, 4 (1970): 431-453.
- Graham, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge e Nova York, 1968.
- Graham, Richard. "Landowners and the Overthrow of the Empire". *Luso-Brazilian Review* 7, 2 (1970): 44-56.
- Graham, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. Stanford, 1990.
- Graham, Richard. "Slave Families on a Rural Estate in Colonial Brazil". *Journal of Social History* 9, 3 (1976): 382-402.
- Graham, Richard. "Slavery and Economic Development: Brazil and the United States South in the Nineteenth Century". *Comparative Studies in Society and History* 23, 4 (1981): 620-625.
- Graham, Sandra Lauderdale. *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Cambridge e Nova York, 1988.
- Greenberg, Stanley B. *Race and State in Capitalist Development: Comparative Perspectives*. New Haven, 1980.
- Haberly, David T. *Three Sad Races: Racial Identity and National Consciousness in Brazilian literature*. Cambridge e Nova York, 1983.

- Hahn, Steve. "Class and State in Postemancipation Societies: Southern Planters in Comparative Perspective". *American Historical Review* 95, 1 (1990): 75-98.
- Hahner, June. *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920*. Albuquerque, 1986.
- Hall, Jacquelyn Dowd, et al. *Like a Family: The Making of a Southern Cotton Mill World*. Chapel Hill, 1987.
- Hall, Michael. "Immigration and the Early São Paulo Working Class". *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft, und Gesellschaft Lateinamerikas* 12 (1975): 393-407.
- Hall, Michael. "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914". Dissertação de Ph.D., Universidade de Columbia, 1969.
- Harris, Marvin. *Patterns of Race in the Americas*. New York, 1964.
- Harris, William J. *The Harder We Run: Black Workers since the Civil War*. Nova York, 1982.
- Hasenbalg, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1979.
- Hasenbalg, Carlos. "Race Relations in Post-Abolition Brazil: The Smooth Preservation of Racial Inequalities". Dissertação de Ph.D., Universidade de California-Berkeley, 1978.
- Hays, Samuel. "Society and Politics: Politics and Society". *Journal of Interdisciplinary History* 15, 3 (1985): 59-67.
- Holloway, Thomas. "The Brazilian 'Judicial Police' in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871". *Journal of Social History* 20, 4 (1987): 733-756.
- Holloway, Thomas. *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934*. Chapel Hill, 1980.
- Holloway, Thomas. "Immigration and Abolition: The Transition from Slave to Free Labor in the São Paulo Coffee Zone". Em Dauril Alden e Warren Dean, eds., *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville, 1977.
- Humphrey, John. *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry*. Princeton, 1983.
- Ianni, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo, 1978.
- Ianni, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2a edição. São Paulo, 1988.
- Ianni, Octávio. *As metamorfoses do escravo: Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo, 1962. *Imprensa negra*. São Paulo, 1984.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1950.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral de 1940. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1950.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1954.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1956.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recensamento geral de 1960. Censo demográfico: Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, s.d.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Brasil*. Rio de Janeiro, 1983.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - São Paulo*. Rio de Janeiro, 1982.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo demográfico - mão-de-obra - São Paulo*. Rio de Janeiro, 1983.
- Jacino, Ramatis. *Histórico de uma candidatura operária*. São Paulo, 1987.
- Jacobson, Julius, ed. *The Negro and the American Labor Movement*. Garden City, 1968.
- Jesus, Carolina de. *Child of the Dark*. Nova York, 1962.
- Johnstone, Frederick A. *Class, Race and Gold: A Study of Class Relations and Racial Discrimination in South Africa*. Lanham, Md., 1976.
- Judt, Tony. "A Clown in Regal Purple: Social History and the Social Historians". *History Workshop* 7 (1979): 66-94.
- Karasch, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, 1987.

- Keck, Margaret. "Lula and the Workers' Party: Emergence of a New Politics?" *Camões Center Quarterly* 2, 1-2 (1990): 13-15.
- Keck, Margaret. "The New Unionism in the Brazilian Transition". Em Alfred Stepan, ed., *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. New York, 1989.
- Kent, R.K. "Palmares: An African State in Brazil". *Journal of African History* 6, 2 (1965): 161-175.
- Keremetsis, Eileen. "The Early Industrial Worker in Rio de Janeiro, 1870-1930". Dissertação de Ph.D, Universidade de Columbia, 1982.
- Kiernan, James P. "The Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Paraty, 1789-1822". Dissertação de Ph.D., Universidade de Nova York, 1976.
- Klein, Herbert S. *The Middle Passage: Comparative Studies on the Atlantic Slave Trade*. Princeton, 1978.
- Klein, Herbert S. "Nineteenth-Century Brazil". Em David W. Cohen e Jack P. Greene, *Neither Slave nor Free: The Freedmen of African Descent in the Slave Societies of the New World*. Baltimore, 1972.
- Kowarick, Lúcio. "The Subjugation of Labour: The Constitution of Capitalism in Brazil". Manuscrito, 1985.
- Kowarick, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, 1987.
- Kramer, Jane. "Letter from the Elysian Fields". *The New Yorker* (2 de março de 1987): 40-74.
- Lamberg, Maurício. *O Brasil*. Rio de Janeiro, 1896.
- Lamounier, Bolivar. "Raça e classe na política brasileira". *Cadernos Brasileiros* 47 (1968): 39-50.
- Landes, Ruth. *The City of Women*. Nova York, 1947.
- Lang, James. *Portuguese Brazil: The King's Plantation*. Nova York, 1979.
- Lazzarotto, Valentim. *Pobres construtores de riqueza: Absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle, 1905-1970*. Caxias do Sul, 1981.
- Leeds, Anthony. "Brazilian Careers and Social Structure: An Evolutionary Model and Case History". *American Anthropologist* 66 (1964): 1321-1347.
- Lever, Janet. *Soccer Madness*. Chicago, 1983.
- Levi, Darrell E. *The Prados of São Paulo, Brazil: An Elite Family and Social Change, 1840-1930*. Athens, Ga., 1987.

- Levine, Robert M. " 'Turning on the Lights': Brazilian Slavery Reconsidered One Hundred Years after Abolition". *Latin American Research Review* 24, 2 (1989): 201-217.
- Levine, Robert M. *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938*. Nova York, 1970.
- Lewin, Boleslao. "La 'conspiración de los franceses' en Buenos Aires (1975)", *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas* 4 (Rosario, 1960): 9-58.
- Lewis, Jon. "South African Labor History: A Historiographical Assessment". *Radical History Review* 46-47 (1990): 213-236.
- Libby, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso do Morro Velho*. Belo Horizonte, 1984.
- Lieberson, Stanley. *A Piece of the Pie: Blacks and White Immigrants since 1880*. Berkeley, 1980.
- Litwack, Leon F. *Been in the Storm So Long: The Aftermath of Slavery*. Nova York, 1979.
- Lobo, Roberto J. Haddock, e Irene Aloisi. *O negro na vida social brasileira*. São Paulo, 1941.
- Love, Joseph L. "Political Participation in Brazil, 1881-1969". *Luso-Brazilian Review* 7, 2 (1970): 3-24.
- Love, Joseph L. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford, 1980.
- Lovell, Peggy A. "Racial Inequality and the Brazilian Labor Market". Dissertação de Ph.D., Universidade da Flórida, 1989.
- Lowrie, Samuel Harman. "O elemento negro na população de São Paulo". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 4, 48 (1938): 5-56.
- Macaulay, Neill. *The Prestes Column: Revolution in Brazil*. Nova York, 1974.
- Machado, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão: Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo, 1987.
- Maciel, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, 1988.
- Magnani, Silvia I.L. *O movimento anarquista em São Paulo*. São Paulo, 1982.
- Mainwaring, Scott. *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1916-1985*. Stanford, 1986.
- Mainwaring, Scott. "Grassroots Popular Movements and the Struggle for Democracy". Em Alfred Stepan, ed., *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. Nova York, 1989.

- Mallon, Florencia. *The Defense of Community in Peru's Central Highlands: Peasant Struggle and Capitalist Transition, 1860-1940*. Princeton, 1983.
- Malloy, James, M. *The Politics of Social Security in Brazil*. Pittsburgh, 1979.
- Maran, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes, e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, 1979.
- Marcílio, Maria Luíza. "The Population of Colonial Brazil". Em Leslie Bethell, Ed., *Cambridge History of Latin America*, Volume 2. Cambridge e Nova York, 1984.
- Marques, A.H. de Oliveira. *History of Portugal*. 2 vols. Nova York, 1976.
- Mattoso, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, 1982.
- Meade, Teresa. " 'Civilizing Rio de Janeiro': The Public Health Campaign and the Riot of 1904". *Journal of Social History* 20, 2 (1986): 301-322.
- Meade, Teresa e Gregory Alonso Pirio. "In Search of the Afro-American 'Eldorado': Attempts by North American Blacks to Enter Brazil in the 1920s." *Luso-Brazilian Review* 25, 1 (1988): 85-110.
- Meier, August e Elliott Rudwick. *From Plantation to Ghetto*. 3a edição, Nova York, 1976.
- Menucci, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama*. São Paulo, 1938.
- Merrick, Thomas W., e Douglas H. Graham. *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*. Baltimore, 1979.
- Mitchell, Michael. "Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo, Brazil". Dissertação de Ph.D., Universidade de Indiana, 1977.
- Monteiro, John M. "São Paulo in the Seventeenth Century: Society and Economy". Dissertação de Ph.D., Universidade de Chicago, 1985.
- Monteiro, Jorge Aparecido. "Cor e trabalho na empresa pública: uma introdução." *Série Estudos IUPERJ* 56. Rio de Janeiro, 1987.
- Monteiro, Jorge Aparecido. "A questão racial e a administração de recursos humanos nas empresas brasileiras". *Revista de Administração de Empresas* 29, 1 (1989): 53-59.

- Moraes, Evaristo de. *Branços e negros nos Estados Unidos e no Brasil*. Rio de Janeiro, 1922.
- Morandini, Alba Maria Figueiredo. "O trabalhador migrante nacional em São Paulo, 1920-1923". Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1978.
- Morse, Richard M. "The Negro in São Paulo, Brazil". *Journal of Negro History* 38, 3 (1953): 290-306.
- Moura, Clóvis. "A herança do cativo". *Retrato do Brasil* 1, 10 (1984): 109-113.
- Moura, Clóvis. *O negro: De bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro, 1977.
- Moura, Clóvis. "Organizações negras". Em Paul Singer e Vinícios Caldeira Brant, eds., *São Paulo: O povo em movimento*. São Paulo, 1980.
- Moura, Clóvis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo, 1966.
- Moura, Clóvis. *Rebeliões de senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. 3a edição, São Paulo, 1981.
- Moura, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, 1988.
- Movimento Negro Unificado. *Programa de ação*. Campinas, 1984.
- Myrdal, Gunnar. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. Nova York, 1944.
- Nabuco, Joaquim. *Abolitionism: The Brazilian Antislavery Struggle*. Urbana, 1977.
- Nascimento, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, 1978.
- Nascimento, Abdias do. *Quilombismo*. Petrópolis, 1980.
- Nascimento, Abdias do, ed. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, 1982.
- Needell, Jeffrey D. "Making the Carioca Belle Époque Concrete: The Urban Reforms of Rio de Janeiro under Pereira Passos". *Journal of Urban History* 10, 4 (1984): 383-422.
- Needell, Jeffrey D. "The Revolta contra Vacina de 1904: The Revolt against Modernization in Belle Époque Rio de Janeiro". *Hispanic American Historical Review* 67, 2 (1987): 223-270.
- Needell, Jeffrey D. *A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro*. Cambridge and New York, 1987.
- Neiva, Arthur Hehl. "Getúlio Vargas e o problema da imigração e a colonização." *Revista da Imigração e Colonização* 3, 1 (abril de 1942): 24-70.

outras fontes

- "Negro: A luta continua". *Cadernos do CEAS* 72 (março-abril de 1981): 18-28.
- "Negros." *Dossiê CPV* [Centro Pastoral Vergueiro] 18. São Paulo, 1984.
- "Os negros no mercado de trabalho na Grande São Paulo". *Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo* 9 (1985): 8-16; e 10 (1985): 8-19.
- Nogueira, Oracy. "Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor". *Sociologia* 4, 4 (1942): 328 - 358.
- Nyrop, Richard, ed. *Brazil: A Country Study*. Washington, D.C., 1983.
- Oliveira, Francisca Laíde de, et al. "Aspectos da situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil." *Relatório interno*, IBGE, Rio de Janeiro, 1981.
- Oliveira, Lúcia Elena Garcia de, et al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, 1985.
- Ortiz, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, 1985.
- Pacheco, Moema de Poli Teixeira. " 'Agüentando a barra': A questão da família negra". Manuscrito, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1982.
- Pacheco, Moema de Poli Teixeira. "A questão da cor nas relações de um grupo de baixa renda". *Estudos Afro-Asiáticos* 14 (1987): 85-97.
- Paoli, Maria Célia. "Working Class São Paulo And Its Representations". *Latin American Perspectives* 14, 2 (1987): 204-225.
- Pastore, José. *Inequality and Social Mobility in Brazil*. Madison, 1982.
- Patai, Daphne. *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories*. New Brunswick, 1988.
- Pereira, João Baptista Borges. "Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo". *Ciência e Cultura* 34, 10 (1982): 1286-1294.
- Pereira, João Baptista Borges. *Côr, profissão e mobilidade: O negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo, 1967.
- Petrone, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo, 1968.
- Pierson, Donald. *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact in Bahia*. Chicago, 1942.

- 1850-1979." Em Raymond T. Smith, ed., *Kinship Ideology and Practice in Latin America*. Chapel Hill, 1985.
- Stolcke, Verena e Michael M. Hall. "The Introduction of Free Labour on the São Paulo Coffee Plantations". *Journal of Peasant Studies* 10, 2-3 (1983): 170-200.
- Tannembaum, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York, 1946.
- Taylor, William B. "Between Global Process and Local Knowledge: An Inquiry into Early Latin American Social History, 1500-1900". Em Olivier Zunz, ed., *Reliving the Past: The Worlds of Social History*. Chapel Hill, 1985.
- Tendler, Judith. *Electric Power in Brazil: Entrepreneurship in the Public Sector*. Cambridge, Mass., 1968.
- Tilly, Charles. "Retrieving European Lives." Em Olivier Zunz, ed., *Reliving the Past: The Worlds of Social History*. Chapel Hill, 1985.
- Topik, Steven. "Middle-Class Brazilian Nationalism, 1889-1930." *Social Science Quarterly* 59, 1 (1978): 93-103.
- Topik, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin, 1987.
- Toplin, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. Nova York, 1971.
- Trevelyan, G.M. *English Social History*. Londres, 1944.
- Trindade, Héglio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30*. 2a edição, São Paulo, 1979.
- United States Bureau of the Census. *Negro Population in the United States, 1790-1915*. Washington, D.C., 1918.
- United States Bureau of the Census. *Statistical Abstract of the United States, 1975*. Washington, D.C., 1975.
- United States Bureau of the Census. *Statistical Abstract of the United States, 1987*. Washington, D.C., 1986.
- Valente, Ana Lúcia E.F. *Política e relações raciais: Os negros e as eleições paulistas de 1982*. São Paulo, 1986.
- Van den Berghe, Pierre. *Race and Racism: A Comparative Perspective*. Nova York, 1967.
- Vangelista, Chiara. *Le braccia per la fazenda: Immigranti e "caipiras" nella formazione del mercato del lavoro paulista*. Milão, 1982.

outras fontes

- Veiga Filho, João Pedro da. *Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de São Paulo*. São Paulo, 1896.
- Veríssimo, Luís Fernando. *O analista de Bagé*. Porto Alegre, 1984.
- Vieira, Celma Rosa. "Negra: Mulher e doméstica." *Estudos Afro-Asiáticos* 14 (1987): 141-158.
- Wagley, Charles, ed. *Race and Class in Rural Brazil*. Nova York, 1963.
- Walker, Thomas W. "From Coronelism to Populism: The Evolution of Politics in a Brazilian Municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960". Dissertação de Ph.D., Universidade do Novo México, 1974.
- Weffort, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo, 1984.
- Weffort, Francisco, "Why Democracy?" Em Alfred Stepan, ed., *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. Nova York, 1989.
- Wiggins, Jr., William H. *O Freedom! Afro-American Emancipation Celebrations*. Knoxville, 1987.
- Williamson, Joel. *New People: Miscigenation and Mulattoes in the United States*. New York, 1980.
- Wilson, William J. *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions*. 2ª edição, Chicago, 1980.
- Winn, Peter. *Weavers of Revolution: The Yarur Workers and Chile's Road to Socialism*. Nova York, 1986.
- Wolfe, Joel. "The Rise of Brazil's Industrial Working Class: Community, Work, and Politics in São Paulo, 1900-1955." Dissertação de Ph.D., Universidade de Wisconsin-Madison, 1990.
- Wood, Charles H. "Census Categories and Subjective Classifications of Race in Brazil: An Empirical Assessment." Documento apresentado no Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte, março de 1990.
- Wood, Charles H., e José Alberto Magnó de Carvalho, *The Demography of Inequality in Brazil*. Cambridge e Nova York, 1988.
- Woodward, C. Vann. *The Strange Career of Jim Crow*. 3ª edição. Nova York, 1974.
- Wright, Winthrop R. *Café com Leche: Race, Class, and National Image in Venezuela*. Austin, 1990.
- Yans-McLaughlin, Virginia. *Family and Community: Italian Immigrants in Buffalo, 1880-1930*. Ithaca, 1971.

- brasileiros e os imigrantes, 121-122; entre os operários da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 171; entre os operários da São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 171
- Alfinete, O*, 132, 217
- Aliança da Renovação Nacional, 302
- Almeida, Suely Kofes de, 383
- Alves, João, 16, 348
- Alves, José Maria Rodrigues, 303, 314
- Amado, Jorge, 347
- Amaral, Raul Joviano, 305
- Amigo do Povo, O*, 18, 103
- Amigos da Nação, 122
- Anomia: entre os afro-brasileiros, 125-130, 286, 317; entre os imigrantes, 130-135
- Anti-semitismo, 236, 238
- Apartheid. Ver África do Sul
- Araraquara, 300, 331
- Argentina, imigração para, 98, 136, 140; mencionada, 21, 43, 44
- Arns, Dom Paulo Evaristo, 297
- Arquivo do Estado de São Paulo, 10, 345
- Assembléia Constituinte: de 1933, 231; de 1946, 247, 284; de 1987, 30
- Assembléia da Província de São Paulo, 73, 94; promove a imigração européia, 96, 97
- Assis, Joaquim Maria Machado de, 75
- Associação Atlética São Geraldo, 222
- Associação Atlética São Paulo, 269
- Associação Auxiliadora da Colonização, 97
- Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, 107
- Associação Cultural do Negro, 294, 321
- Associação Paulista de Administradores de Pessoal, 257
- Associação dos Homens de Côr, 337
- Associação dos Negros Brasileiros, 284, 291
- Associação José do Patrocínio, 283
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 317
- Avanti!*, 103
- Bahia: Frente Negra Brasileira na, 231; movimento negro atual na,

índice remissivo

- 18, 302; população da, 272; mencionada, 17, 54, 65, 83, 107, 230, 231
- Barão de Rio Branco,
- Barbosa, Pedro Paulo, 238
- Barbosa, Ruy, 83
- Barreto, Afonso Henriques de Lima, 346
- Barreto, Plínio, 288-289
- Barros, Adhemar de, 293, 294
- Bastide, Roger, 17, 260, 261, 265, 277, 385, 389
- Beiguelman, Paula, 111
- Bell, Rudolph, 123
- Belo Horizonte, 353
- Ben, Jorge, 338
- Bento, Antônio, 72, 219, 330
- Biblioteca Municipal de São Paulo, 10, 330
- Bixiga, 299
- Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 142-143, 151
- Bom Jesus de Pirapora, 220
- Bom Retiro, 152
- Bonequinha de Café, 335
- Braga, Sônia, 387
- Branqueamento, 15, 212-213, 274-275, 295, 365, 371, 386, 390
- Brás, 152
- Brasília, 307, 344
- Brasilians, The, 350
- Brizola, Leonel, 307, 308
- Burlemaque, F.L.C., 205
- Caboclos, 95, 110, 143
- Cabral, Amilcar, 338
- Cadernos Negros*, 300
- Café, 49, 54, 55, 62, 65, 94, 140, 150, 223
- Caifazes, 72, 219
- Camargo, Adalberto, 305
- Camisa Verde, 220
- Campanha da Fraternidade, 318, 341
- Campinas: quilombos e rebeliões de escravos próximos de, 59, 69-71; mencionada, 73, 79, 90, 106, 122, 243, 300, 335
- Candomblé, 218, 337, 341, 358
- Capoeira, 218

- Cardoso, Fernando Henrique, 18, 320, 383
- Cardoso, Hamilton, 9
- Carnaval, 132, 219, 220, 221, 341, 342
- Carvalho, José Murilo de, 209
- Casa Verde, 232, 294
- Casamento, 126-128; entre os operários da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 170; entre os operários da São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 170; inter-racial, 274-275, 315, 356-357
- Castro, Lívio de, 206
- Castro, Mário Américo, 273
- Caxias, Duque de, 343
- "Cem Anos de Liberdade: Realidade ou Ilusão?", 341,346
- Cemitério da Consolação, 333
- Censos: de 1872, 120, 123, 124; de 1890, 116, 121, 127; de 1893, de 1900, 198; de 1907, 149; de 1920, 49, 127, 198; de 1940, 49, 116, 121, 127, 146, 164-165, 199, 244, 316, 381, 387; de 1950, 127, 128, 146, 165, 246, 316, 381; de 1960, 247, 251, 252; de 1970, 247, 251; de 1980, 247, 251, 253, 269, 316, 351-352, 381, 386, 387
- Centro Cívico Palmares, 122, 227, 228, 230, 234
- Centro de Cultura e Arte Negra, 299, 300, 302
- Centro Pastoral Vergueiro, 10, 399
- Chicago Defender, The*, 214
- Cidade de Nova York, 352
- Cidade de São Paulo: população da, 49, 111, 243; fundação da, 54; abolição da escravidão na, 73; indústria têxtil na, 151-153; levantes anti-imigrantes em, 235-236, pobreza na, 367-368
- Cidade do Rio de Janeiro: organizações negras atuais na, 302, 317, 335; centenário da abolição na,342-343, 352; mencionada, 12, 36, 59, 77, 80, 105, 107, 124, 150, 222, 223, 236, 240, 284, 290, 302, 302, 307, 317, 332, 333, 338, 340, 341, 342, 352, 352, 353, 361, 366, 379, 386
- Cintra, Benedito, 305, 314
- Clarim da Alvorada, O*, 202, 217, 227, 230, 237, 284
- Classe média: oposição aos imigrantes entre a, 146, 235-236; exclusão dos afro-brasileiros da, 164-165, 192-193, 248-250, 256-270; crescimento da, 197-198, 243-244, 364; e Primeira República, 223-224; e Integralismo, 235, 240; e o povo, 265,

índice remissivo

- 286-287; e os clubes sociais, 267-268; e a ditadura militar, 295-296, 316; e o milagre brasileiro, 295-296, 316; mencionada, 228
- afro-brasileira: base econômica da, 198-200; tamanho da, 198-199, 160; opiniões sobre a democracia racial entre a, 201-203, 210-218; organizações sociais da, 220-221; e os negros de classe baixa, 220-221, 233, 277-278, 310; e a Frente Negra Brasileira, 231-233, 241; atitudes em relação à discriminação racial entre a, 271-273, 308-309; e o branqueamento, 274-276; e o milagre brasileiro, 299; e o movimento negro atual, 299-302, 308-314
- Club Aristocrático, 280, 316
- Club Atlético Brasil, 222
- Club dos Evoluídos, 280
- Club Negro de Cultura Social, 257, 333
- Clube 13 de Maio, 81, 331
- Clube 220, 333, 334
- Clube de Futebol Corinthians, 314
- Clube de Regatas Tietê, 268, 301
- Clube Renascença, 333
- Clubes Atlético. Ver Clubes
- Clubes sociais. Ver Clubes
- Clubes: Social e Atlético Afro-Brasileiro, 220-222, 280, 283, 331-337; afro-brasileiros excluídos de, 220, 268-269; papel na vida brasileira, 269-270
- Colégio de São Benedito, 122
- Combate, O*, 142, 200, 332
- Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Rio de Janeiro, 342
- Companhia Brasileira de Administração de Serviços Técnicos, 159-160
- Companhia das Docas de Santos, 104
- Companhia Ferroviária Sorocabana, 108
- Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, 181
- Comunidades de base cristãs, 297, 318
- Confederação Geral dos Trabalhadores, 320, 328
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 318, 327
- Congresso da Juventude Negra, 147, 230
- Congresso Internacional da Escravidão, 333, 344
- Conselho de Estado, 60, 63
- Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 10, 321, 322

- Consolidação das Leis do Trabalho, 177
- Constituição: de 1824, 56-57, 121; de 1891, 77, 90, 97, 121; de 1946, 247; de 1988, 30, 240
- Cônsules: relato sobre as condições de trabalho em São Paulo, 94, 98, 138, 139, 140
- Convenção Nacional dos Negros Brasileiros, 246-247, 284
- “Corpo a Corpo”, 354
- Correio Paulistano*, 82, 112
- Costa, Emília Viotti da, 208
- Costa, Haroldo, 276
- Couty, Louis, 84
- Covas, Mário, 320
- Cravos Vermelhos, 222
- Crescimento econômico: impactos nas relações raciais, 33-34, 49-50, 308, 364-365; no Estado de São Paulo, 49, 243, 297-298. Ver também Industrialização
- Crianças: emprego de, 123, 137-138, 153; abandonadas, 367-368
- Crime, 67, 71, 125, 129-130, 133, 235, 237, 367
- Cuba, 72
- da Matta, Roberto, 267
- Darwinismo Social. Ver Racismo científico
- Dean, Warren, 12, 111, 125
- Degler, Carl, 378, 382
- Democracia racial: conceito de, 21, 28-34, 203-210; e democracia política, 43, 207-208, 315-316, 349-350, 354; debate entre os afro-brasileiros sobre a, 211-218; críticas à durante a década de 1980, 349-352; defesa da, 352; futuro da, 355, 358, 369-372; mencionada, 22, 42, 75, 80, 220, 229, 241, 257, 262, 281, 287, 295, 301, 311, 322, 346
- Democracia, 42-43; e Primeira República, 209; e Segunda República, 284, 295-296; obstáculos no Brasil à, 314-316, 371; desigualdade racial e, 315-316, 349-350, 364-365, 372-373. Ver também Abertura; Eleições
- Departamento de Agricultura do Estado de São Paulo, 97;
- Departamento do Trabalho do Estado de São Paulo: pesquisa da indústria têxtil pelo, 123, 142, 144, 151, 153
- Desigualdade racial, 23-24, 361-365, 368-374; causas de, 30-47; no emprego, 110-118, 254-255, 323; na educação, 246-247, 323; nos ganhos, 250-251, 323

índice remissivo

- Dia da Consciência Negra. Ver Dia de Zumbi
- Dia da Mãe Preta, 334-335
- Dia de Zumbi, 340
- Dia Internacional do Trabalho, 331
- Diário de Campinas*, 75, 89, 125
- Diário Popular*, 75, 100
- Discriminação racial, 23, 361-365; no emprego, 122-123, 168, 215-216, 226, 236, 248-249, 283-288; atitudes dos afro-brasileiros com relação à, 210-211, 271-274; nos serviços públicos, 216, 234, 237, 247; nos clubes sociais e atléticos, 220, 221, 267-270; na Guarda Civil, 226, 234; na educação, 246; leis contra, 247, 288, 290, 355, 373; existência reconhecida por parte dos partidos políticos, 348, 320, 321; e os negros da classe baixa, 310, 312; dentro da Igreja Católica, 317, 318, 319; supostamente não existe no Brasil, 352; mencionada, 203, 207, 222, 231, 250, 258, 266, 302, 304, 324, 337, 351, 357, 367, 370, 380.
- Ditadura militar (1964-1985), 295, 298, 366; e as questões raciais, 21-23, 29, 340, 350; mencionada, 46, 242, 316, 339, 366. Ver também Abertura
- Dona Risoleta, 115, 117
- Dunham, Katherine, 288
- Dunne, Finley Peter, 98
- Educação: durante a Primeira República, 122, 244; entre 1940 e 1980, 244-247; efeito sobre as rendas, 252
- Eisenhower, Dwight D., 372
- Eleições: durante a Primeira República, 209; participação dos negros nas, 226-227, 234, 284-286, 308-314; de 1930, 229; de 1937, 239; de 1950, 285; de 1974, 297; de 1982, 297, 304-314; de 1986, 305, 313, 316; de 1988, 297, 337; de 1989, 297
- Eletricidade de São Paulo, 397
- Elite Club, 220
- Elites: atitudes raciais da, 230, 286-287, 310; e os clubes sociais, 266-268; e a ditadura militar, 295-297, 315; e o povo, 43, 75-76, 287-288, 315
- Elliott, Lilian, 152-153
- Escola de Samba Camisa Verde, 220
- Escola de Samba da Mangueira, 341
- Escola de Samba Vai-Vai, 81, 220
- Escolas de Samba, 219-220, 282, 358

- Escravidão: e desigualdade racial atual, 23-33, 362; tensões internas da, 56-63; e a desigualdade racial após a abolição, 118-135; e a democracia racial, 205-209; atual, 368. Ver também Abolição da escravidão; Escravos
- Escravos: os índios como, 54; números de, 54-55; resistência à escravidão por parte dos, 57-61, 67-74; distribuição geográfica dos, 64-65; caráter cada vez mais brasileiro dos, 69; fuga das fazendas, 72-75, 82-83; como operários industriais, 123-124; famílias nucleares entre os, 126. Ver também Libertos
- Espírito Santo, 231
- Estado de São Paulo, O*, 75, 262, 331, 346-347
- Estado de São Paulo: mapa do, 48; crescimento demográfico e econômico do, 49, 243; plantio de café no, 54-55; industrialização no, 145, 149-150, 243; população do, 243, 377
- Estado do Rio de Janeiro: plantio do café em, 54-55; rebeliões de escravos no, 59; Guarda Negra na, 84; força de trabalho industrial no, 124, 150; industrialização no, 140, 150; mencionado, 17, 34, 77, 94, 105, 110, 198, 220, 236, 240, 285, 288, 290, 302, 308, 317, 333, 339, 341, 343, 352, 362, 367
- Estado Novo, 228, 240-241, 284, 293, 366
- Estados Unidos: o Brasil comparado aos, 23, 36-40, 87, 103, 205, 268, 275, 347, 369-372; oportunidades iguais e programas de "ação afirmativa" nos, 45, 300, 369-370; imigração para os, 98, 136, 141; opiniões dos afro-brasileiros sobre os, 211-216; imigração afro-americana dos, 213; movimentos negros nos, 285, 300, 367; mencionados, 140, 149, 164, 174, 203, 216, 260, 288, 329, 345, 351, 372
- Estereótipos raciais. Ver Preconceito racial
- Estrutura da família: entre a população negra, 126-129; entre os imigrantes, 129, 137-138; entre os trabalhadores da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 170; entre os trabalhadores da São Paulo Tramway, Light and Power Company, 170
- Europeus. Ver Imigrantes
- Evolução, 163-164
- Faculdade de Direito de São Paulo, 66, 230, 246
- Família Jafet, 152
- Fascismo, 233, 238. Ver também Integralismo
- Fausto, Boris, 127

- Fazendeiros: nos Estados Unidos e na África do Sul, e a segregação, 36-37; e o liberalismo, 56-57, 209-210; e a abolição da escravidão, 64-65, 71-74; e a criação do Partido Republicano, 65; e a Primeira República, 78-80, 90-91, 223; e os trabalhadores livres, 83-85, 96; e os libertos, 86-90, 136-139; e a promoção da imigração européia, 94-102, 135; e os trabalhadores imigrantes, 141-144; e o fim dos subsídios para a imigração, 144; após 1930, 228
- Fernandes, Florestan: análises das relações raciais brasileiras por, 29-34, 118-134; e o centenário da abolição, 345; mencionado, 47, 50, 113, 166, 174, 261, 280, 316, 345, 367
- Ferreiro, Alberto, 313-314
- Festivais de Zumbi. Ver Festival Comunitário Negro Zumbi
- Festival Comunitário Negro Zumbi, 300, 338
- Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet: fundação da, 151-152; registros dos empregados na, 155; composição racial e étnica da força de trabalho na, 154-156, 159-164, 166-168, 192; recrutamento de trabalhadores na, 161; proporção dos sexos na força de trabalho, 166; composição de idade da força de trabalho; 167-168; estrutura familiar entre os operários da, 169-170; instrução dos trabalhadores da, 171; disciplina dos trabalhadores na, 175-177; trabalhadores se demitindo ou sendo demitidos da, 177-188; condições de trabalho na, 186-188
- Firma têxtil Jafet. Ver Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet
- Fischer, Vera, 386
- Folha de São Paulo*, 346, 347, 351
- Fontaine, Pierre-Michel, 46
- Franklin, John Hope, 310-311
- Freitas, Décio, 226, 251
- Frente Negra Brasileira, 228-241; mencionada, 122, 202, 274, 279, 281, 290, 301, 317, 358, 366
- Frente Socialista Negra, 239
- Fundação Palmares, 345
- Fundação para o Bem-Estar dos Menores, 368
- Furtado, Celso, 351, 354
- Futebol, 222, 333
- Gama, Luis, 67, 78, 80, 333
- Gazeta*, A, 333

- Geisel, Ernesto, 337
Getulino, 200
 Gilberto Freyre, 28-34; mencionado, 42, 203, 347, 348, 368
 Glicério, Francisco, 225
Globo, O, 352, 355
 Gonçalves, Francisco de Paula Lázaro, 83, 89
 Gonçalves, Milton, 269, 279
 Goulart, João, 295
 Grande Depressão, 128, 154
 Greenberg, Stanley, 34, 37-38
 Greves, 105, 108, 109, 143, 160, 224
Grito del Pueblo, *El*, 190
 Grupo Carnavalesco Barra Funda, 220
 Grupo Carnavalesco Campos Elíseos, 220
 Grupo de Orientação e Interferência em Situações de
 Discriminação Racial no Trabalho, 324
 Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários
 Negros, 299
 Grupo de Trabalho sobre Questões Afro-Brasileiros, 324
 Grupo de União e Consciência Negra, 318
 Grupos de Carnaval, 219-220
 Guarda Civil, 227, 234-235
 Guarda Negra, 80-81
 Haiti, 54, 60
 Hall, Michael, 123
 Harris, Marvin, 380
 História social, 44
 Hitler, Adolph, 258
 Holanda, Sérgio Buarque de, 209
 Holloway, Thomas, 111
 Hotel Esplanada, 288
 Ianni, Octávio, 262, 351, 383
 Ideologia da vadiagem, 85, 96, 125, 132, 210, 316
 Iglésias, Francisco, 351
 Igreja Católica: apoio à escravidão por parte da, 55; discriminação
 racial na, 106; e irmandades religiosas, 218-219; durante a
 ditadura militar, 297; e o movimento negro atual, 315, 318-319,
 341, 367

índice remissivo

- Imigração: promoção do Estado da, 90-102, 115-116, 139-140; impactos no mercado de trabalho de São Paulo; 136-138, 145-147, 150, 362; fim dos subsídios estatais para a, 142-143, 160, 166, 192, 212-213
- Imigrantes: números de, 93, 97-98; e afro-brasileiros, 100-101, 110-113, 118-125, 135-147, 235, 236-237, 248, 264, 288; forma de movimento operário, 103-110; como fura-greves, 109; empregados nas fazendas de café, 111, 124-125, 136, 141-145; instrução entre, 122; origem vocacional dos, 123; família nuclear entre os; 129, 137; mão-de-obra feminina e infantil entre os, 137-138; empregados na São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 140, 155; e a classe média brasileira, 146, 235-237; empregados na Fiação, Estamparia e Tecelagem Ypiranga Jafet, 155; empregados pela Companhia Brasileira de Administração de Serviços Técnicos, 159; comemoram o 13 de maio, 331
- Império. Ver Monarquia
- Indústria têxtil: mão-de-obra infantil e feminina na, 138-139, 153; no Estado de São Pauli, 152-153. Ver também Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet
- Industrialização: impactos sobre as relações raciais da, 34-40, 150; no Estado de São Paulo, 34, 307; no Brasil, 149
- Integralismo, 239
- Ipiranga, 152
- Irmandades, 218-219. Ver também Nossa Senhora do Rosário, igreja e irmandade de; Nossa Senhora dos Remédios, igreja e irmandade de
- Isabel, Princesa, 73, 75, 331, 338, 342, 344
- Istoé, 351
- Itália, 130, 237
- Italianos. Ver Imigrantes
- Itapetininga, 200
- Jabaquara (arredores), 232
- Jabaquara (quilombo), 74
- Johannesburgo, 250
- Jornal do Brasil*, 343, 351, 352
- Jornal Operário*, 106
- Jundiá, 81, 331
- Juruna, Mário, 307

- Karasch, Mary, 389
King, Jr. Martin Luther, 338, 358, 370
Kosmos, 315, 220-221
Kowarick, Lúcio, 124
Lacerda, João Baptista de, 212
Largo do Paissandu, 219, 357
Lei Afonso Arinos, 17, 269, 288-289, 372
Lei Áurea, 79-77; mencionada, 62, 73, 74, 75, 80, 86, 89, 90, 100, 329, 330, 365. Ver também Abolição da escravidão
Lei da Nacionalização do Trabalho, 160, 229
Lei do Ventre Livre. Ver Lei Rio Branco
Lei Rio Branco, 64, 86, 96
Leite, José Correia, 202, 230, 284
Liberalismo: tensão entre a escravidão e o, 56-57; negros escravos e livres abraçam o, 61-62; elites abraçam o, 209
Libertos: apoio por parte da monarquia, 78-80, 330-331; negociação com os fazendeiros, 83-90, 136-138; competição com os imigrantes por empregos, 100-102; usados como fura-greves, 105
Limeira, 75
Lowrie, Samuel, 312
Lucrécio, Francisco, 232
Luis, Washington, 144
Luvás Pretas, 220
Luz, Robson Silveira da, 301
Mãe Preta, 335-338, 340, 358
Malheiro, Agostinho Marques Perdigão, 353
Maluf, Paulo, 297, 354
Maram, Sheldon, 107
Marley, Bob, 338
Médici, Emílio Garrastazu, 337
Minas Gerais: plantio do café em, 55; rebeliões escravas em, 59, 61; migração para o Estado de São Paulo, 161, Movimento da Frente Negra em, 231; movimento negro atual em, 302; mencionada, 49, 83, 110, 228, 288, 318
Ministério da Cultura, 340, 344
Ministério da Justiça, 66
Ministério do Trabalho, 229, 396
Mitchell, Michael, 233

índice remissivo

- Monarquia: nas décadas de 1830 e 1840, 61-62; como regulamentadora da escravidão, 61-68; derrubada da, 77, 330; apoio entre os libertos; 77-80, 330-331
- Montoro, Franco, 257, 320, 321
- Mooca, 152, 153, 188
- Morenos: empregados na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 156, 167; empregados na São Paulo Transway Light and Power Company, 158, 167; empregados na Companhia Brasileira de Administração de Serviços Técnicos, 159
- Morse, Richard, 259, 260
- Motta, Zezé, 261, 256
- Movimento Democrático Brasileiro, 303
- Movimento Negro Unificado: fundação, 302; orientação política do, 302-303, 358, 367; demonstrações do, 344, 358
- Mulatos. Ver Pardos
- Mulheres: como empregadas domésticas, 115-117; no mercado de trabalho de São Paulo, 137-138; empregadas na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 166, 169; empregadas na São Paulo Tramway, Light and Power Company, 166
- Mussolini, Benito, 238
- Nabuco, Joaquim, 80, 205
- Nascimento, Abdias do, 307
- Nascimento, Milton, 339
- Nazismo, 238
- Negros em ascensão. Ver também Classe Média, afro-brasileira
- Negros livres: abraçam o liberalismo, 60; e a Primeira República, 78-79; como artesãos e empresários, 121, 198-199
- Nordeste do Brasil, 50; rebeliões de escravos no, 59; venda de escravos do, 65; migração para São Paulo do, 163, 168; mencionado, 198, 228, 362
- Nossa Senhora do Rosário, igreja e irmandade de, 218, 219, 336, 357
- Nossa Senhora dos Remédios, igreja e irmandade de, 72, 219
- Novo Horizonte, O*, 284
- Oliveira e Oliveira, Eduardo, 300
- Oliveira, Carlos Alberto, 290
- Oliveira, José Rubino de, 246
- Operação Limpeza, 296

- Pai João, 337-338
- Palmares, 106, 226, 337, 339
- Papai sabe tudo, 230
- Paraná, 383
- Pardos: empregados na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 156, 168-169, 192; empregados na São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 157, 168-169, 173, 192; empregados na Companhia Brasileira de Administração de Serviços Técnicos, 159; na força de trabalho industrial, 168; demitidos da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 179, 182; demitidos da São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 180, 192; números de empregos de classe média em 1940, 199; ganhos dos, 253-254; distribuição vocacional dos, 254; interesse no branqueamento entre os, 274; tensão entre os pretos e os, 276-278
- Parlamento, 59, 77; legislação anti-escravidão aprovados pelo, 64, 65, 72
- Parque Nacional Zumbi, 340, 344
- Partido Comunista, 292, 314
- Partido Democrático Social Brasileiro, 297
- Partido Democrático Trabalhista, 304, 307, 308
- Partido Democrático, 225, 226, 235
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 304, 305, 314; e o movimento negro atual, 320-321, 358
- Partido dos Trabalhadores: fundação, 297, 304; e movimento negro atual, 345, 358; mencionado, 30, 297, 304, 345, 359
- Partido Popular, 304
- Partido Social Progressista, 292, 294
- Partido Trabalhista Brasileiro, 292, 294, 295
- Pastoral do Negro, 318
- Patrocínio, José do, 80
- Patrões: e a discriminação racial, 37-38, 117-118, 135, 250, 256-260; mencionados, 41
- Paula, Salvador de, 107
- Pedro I, 59
- Pedro II, 59, 62, 71. Ver também Monarquia
- Pereira, João Baptista Borges, 259
- Pernambuco, 54, 61, 65
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 252

índice remissivo

- Pimenta, Dom Silvério, 318
Pires, Dom José Maria, 318
Plebe, A, 133
Povo: negação da participação política, 43, 77, 230, 315-316; e a abolição da escravidão, 74-77; e a classe média, 263; medo que a sociedade sente do, 286-287, 353-354
Praça da Sé, 359
Prado, Antônio, 99
Prado, Martinho, 138
Preconceito racial, 134-135, 257-265, 272-274, 310-313, 362-364; níveis supostamente baixos no Brasil, 28, 285-286; comentários dos afro-brasileiros sobre, 210-211 passim, 247; lei proposta contra, 21; mencionado, 251
Prestes, Júlio, 227
Pretos: empregados na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 156, 166-168, 192; empregados na São Paulo Tramway, Light and Power Company, 158, 166-168, 173, 192; empregados na Companhia Brasileira de Administração de Serviços Técnicos, 159; na força de trabalho industrial, 167-168; disciplinados na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 175-176, 192; demitidos da São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 180-182; demitidos da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 181, 183; números de empregos de classe média em 1940, 199; ganhos dos, 254; distribuição vocacional dos, 256; e o branqueamento, 274; tensão entre pardos e, 277
Primeira Guerra Mundial, 142
Primeira República: estrutura política e caráter da, 77, 209, 223, 293; políticas sociais e raciais da, 90-91, 365; oposição política à, 223-224; derrubada da, 228; mencionada, 331, 349
Progresso, 231, 237
Projeto Zumbi, 234, 340
Prostituição, 133, 279
Província de São Paulo, A 80, 88, 136, 206
Província de São Paulo. Ver Estado de São Paulo
Quércia, Orestes, 321
Quilombos. 59, 74, 227, 335, 339, 344
Quinzena do Negro, 300
Racismo ao contrário, 302, 337
Racismo às avessas. Ver também Racismo ao contrário

- Rascismo científico, 84, 96, 210, 211, 212
- Rebelião do Contestado, 224
- Rebeliões: dos escravos, 59-62, 70-71; contra a Primeira República, 224, 228
- Rebouças, André, 80, 290
- Recife, 105
- Redenção, A*, 86, 100
- República. Ver Primeira República; Segunda República; Terceira República
- Revista Agrícola*, 141
- Ribeiro, Osvaldo, 321
- Rio Claro, 69
- Rio Grande do Sul: industrialização no, 150; Frente Negra Brasileira no, 231; mencionado, 228, 307, 383
- Rodrigues, Abílio, 215
- Roosevelt, Theodore, 204
- Rua da Liberdade, 331
- Rua Direita, 278-280, 302, 359
- Salles, Arlete, 274
- Salvador, 60, 342, 343
- Santa Catarina, 224, 283
- Santana, Edgard, 268
- Santos, Arlindo Veiga dos, 230, 232, 238, 277
- Santos, Joel Rufino dos, 355
- Santos: greves de portuários em, 105, 107; Frente Negra Brasileira em, 233, 239; mencionado, 74, 151, 220, 243
- São Bernardo, 151, 188
- São Paulo Light. Ver São Paulo Tramway, Light, and Power Company
- São Paulo Tramway, Light, and Power Company: operários negros na, 144, 155-193; operários imigrantes na, 140, 155-159; história inicial da, 154; registros dos empregados na, 155, 1558; composição racial e étnica da força de trabalho na 158-161, 166-167, 192; proporção dos sexos na força de trabalho da, 169; índices de casamento entre os operários da, 170; instrução dos operários na, 171; designações dos operários para o primeiro emprego na, 171-172; disciplina dos operários na, 175, 181; operários que se demitem ou são demitidos da, 176, 178, 192; aposentadoria dos operários da, 181; condições de trabalho na, 187-188; promoções dos operários na, 190-191

índice remissivo

- São Vicente, 54
- Sarney, José, 340, 344-345, 351
- Saúde, 232
- SEADE, 10, 323
- Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 321, 324, 340
- Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 321, 323, 324
- Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro, 340
- Secretaria de Estado do Trabalho de São Paulo, 321, 323, 324, 368
- Secretaria Especial de Relações Sociais do Estado de São Paulo, 321, 358
- Segregação racial: na África do Sul e nos Estados Unidos, 23-24, 36-37; sugestões de no Brasil, 100, 251-252, 260; nos clubes sociais e atléticos, 220-221, 268-269, 334
- Segregação, Ver Segregação racial
- Segunda Guerra Mundial, 41, 43, 154, 162, 349
- Segunda República: organizações dos negros durante a, 283-287, 291; derrubada da, 295, 315-316; mencionada, 241, 245, 247, 291, 292, 294, 296, 307, 366
- Semana da Arte e Cultura Negra, 300
- Senzala*, 284
- Sergipe, 348
- Serviço doméstico, 112-117, 133, 164, 165, 263
- Serviço Nacional do Emprego, 248
- Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, 227
- Silva, Nelson do Valle, 252, 275, 313
- Silva. Benedita da, 17, 290
- Sindicatos: atitudes em relação à desigualdade racial, 38, 103-109, 315; os afro-brasileiros e os, 103-109, 226, 291-293; durante o Estado Novo, 240, 283-284; durante a Segunda República, 291-293; durante a ditadura militar, 296-297; e o movimento negro atual, 314-315, 324; mencionados, 229, 358
- Smart Club, 220
- Sociedade Promotora da Imigração, 97
- Sociedades de Dança. Ver Clubes
- Sodré, Muniz, 250
- Souza, Neusa Santos, 272, 277
- Souza, Paula, 88
- Souza, Ruth de, 356
- Stein, Stanley, 126

- Stürmer, Der, 236
- Teatro Experimental do Negro, 294, 356
- Teatro Municipal de São Paulo, 302
- Teatro Popular Brasileiro, 294
- Tenentes, 225-226, 228
- Tenentismo. Ver Tenentes
- Terceira República, 47, 314, 315, 350
- Terminologia racial, 379-392
- Tese do branqueamento, 90, 212-213, 365
- Timóteo, Aguinaldo, 307
- Tornado, Tony, 274
- Trabalhadores: e a segregação racial, 38-40, 103-105; tensões raciais entre os, 108-109, 313, anomia entre os, 130-134; na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 154-193; na São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 154-193; oposição à Primeira República entre os, 223-224; números de no Estado de São Paulo, 243, 256; ganhos dos, 254; status social baixo dos, 265; e o milagre brasileiro, 298; Ver também Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet; Sindicatos; São Paulo Tramway, Light, and Power Company
- afro-brasileiros: como fura-greves, 105, 109, 160; e os sindicatos, 107-109, 291-293; durante a Primeira República, 111-117, 123-124, 129; na São Paulo Tramway, Light, and Power Company, 114, 157-193; nas décadas de 1930 e 1940, 145, 163-168; na Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet, 156-193; experiência de discriminação e preconceito, 214-215, 308-309; e a Frente Negra Brasileira, 231-234; números e ganhos dos em 1980, 254, 256, 361; e o movimento negro atual, 308, 310; mencionados, 41, 299
- Trabalhismo, 307-308
- Tribunais: como protetores dos direitos dos escravos, 66-69
- Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, 234
- Úbatuba, 59
- União Democrática Nacional, 288
- United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO), 22, 29, 279, 316, 349
- Universidade de São Paulo, 30, 245, 300, 345
- Universidade Estadual de Campinas, 245
- Universidade Estadual Paulista, 245

índice remissivo

- Universidade Federal de São Carlos, 245
Urbanização: impactos sobre as relações raciais, 36; no Estado de São Paulo, 243
Vadiagem, ideologia da. Ver Ideologia da vadiagem
Vale do Paraíba, 110
van den Berghe, Pierre, 35-37, 50
Vargas, Getúlio: toma o poder em 1930, 228; os afro-brasileiros e, 229, 236; políticas econômicas e trabalhistas de, 229, 240, 283, 291-294; mencionando, 366
Veja, 17, 250, 351
Viana, F.J. Oliveira, 212
Visconde de Rio Branco, 64
Voto: durante a Primeira República, 78
Voz da Raça, A, 202, 233, 238, 239, 240
Wansuit, Eugênio, 107
Washington, D.C., 354
Weffort, Francisco, 209
Wood, Charles H., 387-388
X, Malcolm, 338
Xenofobia, 235-237, 241
Xica da Silva, 356
Zumbi, 106, 337-339, 342, 344

Sobre o livro

Formato: 15,5x22,5 cm

Mancha: 23,5x42,5 paicas

Tipologia: Garamond (texto),

ITC Century Light (títulos)

Criação da Capa: Hernesto Herrmann

Papel: Pólen 75g/m² (miolo),

Cartão Supremo 250g/m² (capa)

Impressão e acabamento:

Cromoset gráfica e Editora LTDA - São Paulo

Fotolito: Binbos Fotolito LTDA - São Paulo

Tiragem: 2.000

Equipe de Realização

Assistente de Produção Gráfica

Luzia Aparecida Bianchi

Índice remissivo e Copydesk

Vitor Biasoli

Revisão

Maria Antonia Pires de Carvalho Figueiredo

Projeto Gráfico

Cássia Letícia Carrara Domiciano

Catálogo

Renata Tiemi Yamamoto

Diagramação

Carlos Eduardo Fendel

Hilel Hugo de Oliveira Mazzoni

igualdade com a branca. Com extrema habilidade, Andrews examina os esforços dos negros para ascender à classe média, bem como as dificuldades impostas pelos brancos de classe média que, numa solidariedade racial informal, tendeu a excluir os afro-brasileiros das profissões liberais e de outros empregos de colarinho branco.

Finalmente, Andrews analisa como a discriminação – durante todo este século – levou os afro-brasileiros a se mobilizarem, primeiro através do movimento anti-escravidão da década de 1880, depois através das organizações sociais e políticas das décadas de 1920 e 1930, como a Frente Negra Brasileira, e através dos movimentos anti-racistas das décadas de 1970 e 1980.

O impressionante estudo de Andrews das relações raciais na maior cidade do Brasil baseia-se em exaustiva pesquisa arquivística e também na leitura minuciosa de dezenas de publicações especializadas, incluindo jornais publicados na comunidade afro-brasileira.

Andrews, autor de *The Afro-Argentines of Buenos Aires, 1800-1900*, obra pioneira sobre os negros na Argentina, proporciona ao seu trabalho uma perspectiva comparativa e uma sensibilidade à questão da raça em seu contexto social e cultural mais amplo...O livro é inestimável, não somente para os historiadores do Brasil, mas para qualquer pessoa que queira conhecer a dinâmica da raça nas sociedades em mutação.



George Reid Andrews

Professor de história
na Universidade de
Pittsburgh (EUA).

Autor de "*The Afro-
Argentines of Buenos
Aires, 1800-1900*".

Foi professor
convidado na UNICAMP,
e das suas visitas

ao Brasil nasceu o
projeto de estudar

em profundidade a
história dos negros
em nosso país - o

que resultou no
presente livro.

Atualmente continua
assíduo participante
dos debates sobre a

questão racial no
Brasil.

ISBN 85-86259-19-5



9 788586 259197



ciências
sociais